

# História:

## Espaço Fecundo para Diálogos 3



Antonio Gasparetto Júnior  
Ana Paula Dutra Bôscaro  
(Organizadores)

# História:

## Espaço Fecundo para Diálogos 3



Antonio Gasparetto Júnior  
Ana Paula Dutra Bôscarro  
(Organizadores)

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Geraldo Alves

**Edição de Arte:** Lorena Prestes

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
 Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá  
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
 (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

H673 História [recurso eletrônico] : espaço fecundo para diálogos 3 /  
 Organizadores Antonio Gasparetto Júnior, Ana Paula Dutra  
 Bôscaro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-81740-02-3

DOI 10.22533/at.ed.023201102

1. História – Filosofia. 2. História - Historiografia. 3. Historiadores.  
 I. Gasparetto Júnior, Antonio. II. Bôscaro, Ana Paula Dutra.

CDD 907.2

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

Atena Editora  
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O livro *História: espaço fecundo para diálogos* oportuniza a discussão científica ao entorno da história do Brasil por intermédio de trabalhos diversos que compõem seus capítulos. Fruto de pesquisas recentes, seu principal objetivo consiste em divulgar novas perspectivas acerca de diferentes momentos históricos que marcaram a formação e o desenvolvimento da história do nosso país.

O período cronológico coberto no livro abrange praticamente toda a história do Brasil, desde o período colonial até finais do século XX. Os autores aqui reunidos apresentam trajetórias acadêmicas e perspectivas analíticas distintas, configurando, como o próprio título da obra sugere, um espaço fecundo para diálogos. Seus textos, entretanto, têm em comum a característica de serem resultados de pesquisas históricas originais, pautados em fontes documentais inéditas e/ou pouco exploradas.

Temas diversos e interessantes são, deste modo, discutidos em seus mais variados aspectos, políticos, econômicos, sociais e culturais. Os fatos históricos explorados, a despeito das diferenças temporais que os cercam, dialogam e se completam. Daí a importância de um livro composto por obras que versam sobre diferentes contextos, cujos construtores dos períodos abordados foram também dispare: grupos indígenas, comerciantes, mulheres, políticos, militares, etc.

Na primeira parte da obra estão reunidas análises históricas que dissertam sobre o período colonial e imperial brasileiros. Na segunda parte, trabalhos que abordam da Primeira República a acontecimentos iniciais que marcaram o século XX. Na terceira e última parte do livro reunimos diferentes análises históricas referentes aos noventa, trabalhos que aludem desde o período ditatorial aos novos métodos da História Oral.

Em síntese, a obra apresenta o estudo da sociedade brasileira através de múltiplas perspectivas, o que nos leva a constatar que a História se faz, cada vez mais, através de um exercício democrático e de cidadania, constituindo-se como palco profícuo para novos debates e aprendizado. A todos, o desejo de uma excelente leitura!

Ana Paula Dutra Bôscaro  
Antonio Gasparetto Júnior

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESCRAVISMO INDÍGENA PAULISTA NA DEFINIÇÃO DO SISTEMA DA ADMINISTRAÇÃO. (SÉCULO XVII)	
<a href="#">Antonio Martins Ramos</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0232011021</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
PIRATAS E CORSÁRIOS NO BRASIL: O CASO DE 14 DE FEVEREIRO DE 1630	
<a href="#">Valéria Silva Melo de Souza</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0232011022</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>31</b>
CACAU, CRAVO E AS “DROGAS DO SERTÃO”: O GOVERNADOR FRANCISCO XAVIER DE MENDONÇA FURTADO E A CRIAÇÃO DA COMPANHIA GERAL DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO	
<a href="#">Frederik Luiz de Andrade de Matos</a> <a href="#">Osimar da Silva Barros</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0232011023</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>46</b>
ESCRITAS DE SI: A ARTE DA EXISTÊNCIA GRAFADA EM AUTOBIOGRAFIAS, DIÁRIOS PESSOAIS E RELATOS DE VIAGENS FEMININOS	
<a href="#">Maria Ester de Siqueira Rosin Sartori</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0232011024</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>60</b>
CONSELHO GERAL DE PROVÍNCIA: PERCALÇOS E TENSÕES NA INSTALAÇÃO DE NOVAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS NA PROVÍNCIA DA BAHIA (1828-1830)	
<a href="#">Nora de Cassia Gomes de Oliveira</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0232011025</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>71</b>
“SUCCINTAS OBSERVAÇÕES SOBRE O ESTADO DESTA PARTE DO VASTO IMPÉRIO DO BRASIL”: A PROVÍNCIA DO AMAZONAS SEGUNDO TENREIRO ARANHA, 1852	
<a href="#">Paulo de Oliveira Nascimento</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0232011026</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>84</b>
A GUERRA DO PARAGUAI NO PIAUÍ: A BATALHA PELAS VONTADES ENTRE POLÍTICOS E JORNAIS	
<a href="#">Elton Larry Valerio</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0232011027</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>99</b>
A SOCIEDADE AGRÍCOLA PARAENSE E OS OFÍCIOS DE CONSELHEIRA PROVINCIAL E PROPAGADORA DA CIÊNCIA AGRONÔMICA NO SÉCULO XIX	
Francivaldo Alves Nunes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0232011028</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>114</b>
ENGENHARIA E POLÍTICA: OS DEBATES FERROVIÁRIOS NO CLUBE DE ENGENHARIA E A ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DO RIO DE JANEIRO (1880 - 1900)	
Fernanda Barbosa dos Reis Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0232011029</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>127</b>
A MÚSICA NOS NAVIOS E QUARTÉIS DA ARMADA BRASILEIRA ENTRE AS DÉCADAS DE 1850 E 1900	
Anderson de Rieti Santa Clara dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.02320110210</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>138</b>
JORNAL CORREIO DE SÃO FÉLIX: ENTRE FATOS E NARRATIVAS DE UMA CIDADE	
José Alberto Nascimento de Jesus	
<b>DOI 10.22533/at.ed.02320110211</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>148</b>
“PEQUENOS EXÉRCITOS ESTADUAIS” NA PRIMEIRA REPÚBLICA: O CASO DA FORÇA PÚBLICA DE PERNAMBUCO NA HISTORIOGRAFIA	
Sandoval José dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.02320110212</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>161</b>
CUIDANDO DO “FUTURO DO BRASIL”: O ATENDIMENTO MATERNO-INFANTIL NOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE PÚBLICA NO PIAUÍ (1889-1929)	
Joseanne Zingleara Soares Marinho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.02320110213</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>174</b>
O ESTADO DE EXCEÇÃO COMO REGRA NO GOVERNO DE ARTHUR BERNARDES (1922-1926)	
Antonio Gasparetto Júnior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.02320110214</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>185</b>
A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE JOSÉ FRAGELLI (1947-1987)	
Vinicius de Carvalho Araújo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.02320110215</b>	



<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>195</b>
OS CRONISTAS E SUA MUSA: RESSIGNIFICAÇÕES DO RIO DE JANEIRO DIANTE DA MUDANÇA DA CAPITAL	
Larissa Leal Neves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.02320110216</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>210</b>
A JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA E OS GRUPOS REVOLUCIONÁRIOS EM VOLTA REDONDA (1962 -1971)	
Márcio Goulart Coutinho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.02320110217</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>224</b>
A MAÇONARIA E A DITADURA CIVIL-MILITAR ENTRE O NACIONAL E O LOCAL: MEMÓRIAS MAÇÔNICAS EM TEMPOS DE CHUMBO	
Helton Anderson Xavier de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.02320110218</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>238</b>
REGADIO NOS TEMPOS DE DITADURA: RELAÇÕES ENTRE ESTADO, CAPITAL NACIONAL E INTERNACIONAL (1964-1971)	
Mário Martins Viana Júnior	
Alfredo Ricardo da Silva Lopes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.02320110219</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>252</b>
ON DIRAIT JEQUIÉ: ESTRATÉGIAS NACIONAIS E REGIONAIS EM PAULO EMÍLIO SALLES GOMES	
Victor Santos Vigneron de La Jousselandière	
<b>DOI 10.22533/at.ed.02320110220</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>267</b>
MULHERES E DITADURA: A TRAJETÓRIA DE ISABEL TAVARES DA CUNHA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A DEMOCRACIA, FEMINISMO E OS DIREITOS HUMANOS NO PARÁ	
Rosinda da Silva Miranda	
<b>DOI 10.22533/at.ed.02320110221</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>281</b>
XIFÓPAGAS - CORPO DE MULHER, CABEÇAS DE DITADURAS: GÊNERO E EROTISMO NOS CINEMAS BRASILEIRO E ARGENTINO (ANOS 70)	
Katharine Nataly Trajano Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.02320110222</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>295</b>
MOVIMENTO “TERRAS DE NINGUÉM”: CONFLITOS E A LUTA PELA POSSE DE TERRA URBANA - CASA AMARELA, RECIFE – PE	
Sebastião Alves da Rocha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.02320110223</b>	

<b>CAPÍTULO 24 .....</b>	<b>308</b>
<b>A MEMÓRIA SOCIAL DOS MORADORES DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA-RJ E SUAS ÁGUAS MEDICINAIS</b>	
<i>Mariana Arruda Muniz</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.02320110224</b>	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES.....</b>	<b>325</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>	<b>326</b>

## FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESCRAVISMO INDÍGENA PAULISTA NA DEFINIÇÃO DO SISTEMA DA ADMINISTRAÇÃO. (SÉCULO XVII)

Data de aceite: 28/01/2020

Data de submissão: 07/11/2019

### Antonio Martins Ramos

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Programa de Estudos Pós-Graduados em História  
São Paulo – SP

Link para o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8993938358100226>

**RESUMO:** O objeto deste artigo é o sistema social e jurídico denominado *Administração*, que expressou e regularizou as práticas cotidianas de exploração e posse sobre os índios na vila de São Paulo colonial. Seus principais temas envolvem os processos históricos de formação e consolidação deste sistema a partir das expedições de apresamento e das relações sociais, o conflito entre moradores paulistas, missionários jesuítas e a coroa portuguesa pelo controle do sistema, e a inserção deste modelo escravista paulista no conjunto da América portuguesa, por exemplo, na comparação ao modelo dos *Escravos de condição* do Maranhão.

Desde o início do período colonial, a proibição da escravidão indígena pela Igreja católica determinou uma situação contraditória entre os modelos de exploração da mão de obra sobre os índios e sua condição oficial de liberdade. Para os colonos e moradores não haviam definições claras nos limites do trato indígena quanto à captura, cativo, posse, exploração comercial e de serviços, de forma que entravam em conflito direto contra os jesuítas. Estes, que controlavam a gestão da maioria dos aldeamentos, embora também se beneficiassem da administração indígena, faziam a oposição religiosa ao escravismo. O governo central do Reino de Portugal e os poderes locais das câmaras mediavam o conflito através de uma legislação oscilante entre os interesses coloniais e a aliança com a Igreja. Desta forma, este artigo faz uma síntese do percurso histórico que, no século XVII, levou à instituição legal do sistema da Administração em São Paulo, a partir das práticas sociais já tradicionalmente estabelecidas. Pela análise das fontes e da bibliografia especializada, chegamos à conclusão de que a Administração se constituía na

prática em um sistema escravista de fato, onde o conflito pelo controle da exploração indígena acabou por beneficiar o lado dos colonos paulistas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Administração, aldeamentos, jesuítas, colonos moradores.

## FORMATION AND CONSOLIDATION OF PAULISTA INDIGENOUS SLAVERY IN THE *ADMINISTRAÇÃO* SYSTEM DEFINITION. (17TH CENTURY)

**ABSTRACT:**The object of this article is the social and legal system called *Administração* (Administration), which expressed and regularized the daily practices of exploitation and possession of Indians in the colonial village of São Paulo. Its main themes involve the historical processes of formation and consolidation of this system from the imprisonment expeditions and social relations, the conflict between Paulista residents, Jesuit missionaries. and the Portuguese crown for the control of the system, and the insertion of this São Paulo slave model in the whole of Portuguese America, for example, in comparison with the Maranhão Escravos de condição (condition slaves) slavery model. Since the beginning of the colonial period, the prohibition of indigenous slavery by the Catholic Church has led to a contradictory situation between the models of exploitation of labor over the Indians and their official condition of freedom. For settlers and residents, there were no clear definitions within the limits of the indigenous management regarding capture, captivity, possession, commercial exploitation and services, so that they came into direct conflict with the Jesuits. These, who controlled the management of most of the indigenous settlements, although they also benefited from the indigenous administration, were religiously opposed to slavery. The central government of the Kingdom of Portugal and the local powers of the chambers mediated the conflict through oscillating legislation between colonial interests and the alliance with the Church. Thus, this article provides an overview of the historical background that in the seventeenth century, led to the legal institution of *Administração* system in São Paulo, from the social practices that have traditionally established. By analyzing the sources and relevant literature, we concluded that the *Administração* was constituted in practice on a fact slave system, where the conflict for control of indigenous exploration eventually benefit the side of the Paulista settlers.

**KEYWORDS:** Administração, indigenous settlements, jesuits, resident settlers.

São Paulo de Piratininga, entre os séculos XVI e XVIII, teve como uma de suas características principais o trato da exploração indígena. Desde sua fundação, pela Companhia de Jesus, o espaço da vila servia como núcleo aglutinador de índios das mais diversas origens com vistas a dois objetivos principais: a catequese e a exploração do trabalho, respectivamente promovidas pelos missionários jesuítas e pelos colonos paulistas. A relação entre estas duas ações não era excludente, porém não foi nada harmoniosa, de modo que provocou um constante e crescente conflito entre estes grupos envolvidos, dos quais os mais prejudicados foram, de longe, os indígenas.

O primeiro aspecto a se levar em conta neste contexto, pela sua fundamental importância, foi o fato da proibição da escravidão indígena. Esta foi resultado de um complexo processo político, jurídico e filosófico que envolveu a Igreja católica e as monarquias nacionais europeias, de forma que já no século XVI ficara estabelecida esta resolução que serviu de base a todas as leis e regimentos coloniais de Portugal e Espanha. Os índios foram vistos como bárbaros e selvagens, porém aptos a se converterem ao cristianismo, e dessa forma se tornarem também súditos das Coroas. Tratava-se não apenas da conversão religiosa, mas de uma ação civilizatória que formava uma das bases mais importantes da colonização. Por este motivo, de forma diversa aos negros africanos, ao índio foi concedido o reconhecimento de sua natureza humana e a garantia de sua liberdade, embora que, na prática, sua condição de vida em nada se diferia de uma escravidão efetiva.

Nas Américas portuguesa e espanhola, esta situação promoveu uma disputa entre padres e colonos pelo domínio das populações nativas. Ambos buscavam controlar o manejo dos grupos e indivíduos, assim como também os modelos de administração aplicados. Basicamente, os colonos procuravam explorar a força de trabalho e estabelecer formas de apresamento, com algum lucro financeiro proveniente de uma prática muito semelhante a um tráfico escravista. Tais atividades demandavam o uso de força e violência, com terríveis consequências para os índios. Os padres missionários, especialmente os jesuítas, cuja ordem predominou neste campo, procuravam defender a liberdade e os direitos dos índios, fatores fundamentais ao sucesso da ação missionária, com base nos princípios morais cristãos e a partir das determinações da Igreja. A ordem jesuíta, inclusive, fora criada em meio ao processo da Contrarreforma com estes mesmos objetivos, a que já vinham se dedicando mundialmente de forma muito eficiente.

O modelo prático adotado no Brasil, com apoio Igreja e da Coroa portuguesa, foi o dos aldeamentos. Tratava-se de espaços estabelecidos em determinadas áreas onde, a princípio, funcionariam como residência, ou centros de recolhimento dos índios apresados, mas também como uma espécie de centro de distribuição de onde seriam encaminhados. Podiam ser de três categorias, os administrados pela Igreja, pela Coroa, ou por colonos particulares. As condições de vida, portanto, podiam ser diferentes, mas um fator comum a todos estava no fato de que os índios residentes eram provenientes de todas as diversas etnias e culturas, além do fato que estavam ali para serem submetidos a um processo de aculturação e dominação coercitiva. Denominados na época simplesmente como “aldeias” este termo acabava por guardar alguma relação tanto com as aldeias indígenas originais, como com o conceito de aldeia portuguesa, no sentido de espaço análogo à vila. Todavia, apesar desta conotação semântica, constituíam-se essencialmente numa forma própria de espaço cujas funções foram se diversificando com o passar do tempo. Além

disso, no caso dos aldeamentos jesuítas, guardavam algumas semelhanças com as Missões, por serem estruturadas segundo os modelos de um planejamento urbano que buscavam também converter o índio aos padrões civilizatórios, projetados como assentamentos definitivos, embora fossem espaços de menor dimensão.

Ao redor da vila de São Paulo foi se formando um anel de aldeamentos que acabaram por compor uma espécie de rede, onde ocorria o manejo dos índios aldeados entre si e os colonos moradores das vilas (entre os principais: Pinheiros, São Miguel, Guarulhos, Barueri, Carapicuíba, Itapeceira, Embu, Escada, Itaquaquetuba, São José, Peruíbe e Queluz). Isto esteve relacionado ao fato de São Paulo ir se consolidando como centro regional do trato da escravidão indígena, conforme se estabelecia e se intensificava a prática das expedições apresadoras ao interior. Enquanto no século XVI os *Resgates* () e *Descimentos* () eram voltados aos índios que viviam originalmente nas proximidades dos Campos de Piratininga, estes índios foram se tornando escassos, de forma que as *entradas* ao sertão foram se distanciando rumo ao Paraguai e ao sul do Brasil, a região dos povos guarani; e ao norte e centro-oeste, à futura Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Amazônia. A partir da metade do século XVII, com a população de moradores branco-mestiços já estabelecida, o princípio de escassez no contingente de índios apresados levou as expedições e descimentos para regiões cada vez mais distantes, prosseguindo gradativamente este mesmo processo de extinção dos povos mais próximos (Monteiro, John Manuel. 2009. 55). Instituíam-se dessa forma o ciclo da *Bandeiras*, como ficaram conhecidas pela historiografia as maiores expedições.

Embora formadas com objetivos econômicos diversos, como a fundação de vilas e a prospecção de minerais nobres, fatores que se intensificam na passagem do século XVII ao XVIII; o apresamento indígena sempre foi o motivo principal, devido à extinção dos povos próximos a São Paulo. Com isto as Missões jesuítas do centro-sul passaram a ser o alvo principal da captura de índios, de maneira que as bandeiras se convertiam em tropas militares preparadas para ações bélicas contra a resistência dos padres inacianos e os povos guarani. O contexto da União Ibérica que relativizava as fronteiras, e da guerra luso-holandesa que afetou o tráfico negreiro, incentivou os paulistas a intensificar os ataques de tal forma que aterrorizou jesuítas e guaranis, ao ponto de se dizimarem povos entre o Guairá e o sul do território gaúcho (Alencastro, Luiz Felipe de. 2000, 192). Em São Paulo, tais expedições chegaram a adquirir um aspecto tradicional e familiar entre os moradores, também se consolidando enquanto autêntico ciclo econômico, da qual dependia a economia paulista tanto quanto da produção de gêneros agropecuários “acrescido do fato de que, pela própria natureza da produção paulista (voltada ao mercado interno) e pelas dificuldades de transporte devido à localização da região de Piratininga, era imprescindível a obtenção de uma mão de obra barata.” (Blaj, Ilana. 2002, 126).

Devido portanto a estes aspectos históricos, que colocavam os povos nativos como elementos de sustentação econômica do sistema colonial, podemos afirmar que se tratava de um modelo escravista de fato. Mas o fator principal deste escravismo se fazia presente nas relações cotidianas que, além da hierarquização social, sujeitava os índios ao cativeiro e diversas formas de violência, com base na condição subalterna de obediência e servidão. Além disso, a dinâmica de apresamentos e deslocamentos populacionais foi responsável pelo extermínio de povos e culturas, no que também podemos caracterizar como genocídio.

A questão que se colocava como causa de conflito entre missionários e colonos provinha da condição legal da liberdade indígena, conflito este presente em todo o mundo colonial americano, que levou a diferentes soluções legais que pudessem dar conta desta contradição cotidiana. Na América espanhola, modelos como os da *Mita* e das *Encomiendas* serviam para atender às demandas das elites coloniais locais onde a ordenação jurídica servia para apaziguar as disputas e conflitos com os missionários. Em São Paulo, assim como no Maranhão, o modelo que se desenvolveu e se implantou neste sentido atendia pelo nome de *Administração*.

A implantação legal do sistema da *Administração* ocorreu na passagem do século XVI para o XVII, após um longo período em que funcionou de forma informal na estrutura social, conforme podemos constatar nas documentações. O termo já era de uso corrente em inventários e testamentos do século XVII, como no seguinte exemplo:

*“Quinhão das peças que vão para administração:*

*Maria com sua filha Sebastiana em quarenta e seis mil réis 46\$000 / Valeria em vinte mil réis 20\$000 / Francisco em vinte e seis mil réis 26\$000 / E por esta maneira ficou cheio o quinhão da administração das peças escravas foi entregue ao administrador e se assignou com o dito juiz eu Diogo Gonçalves o escrevi. - Digo entregue ao testamenteiro por haver engano. - Almeida – Joseph Dias Paes.”* (Inventário de Antonio Ribeiro de Moraes e Catharina Ribeiro, Vila de São Paulo, 02/02/1688. INVENTÁRIOS E TESTAMENTOS, VOL. XXII, 395.)

Embora os testamentos paulistas proclamassem a liberdade dos índios, eles eram regularmente herdados, usados como dote e doados, e sobretudo continuavam a ser considerados como mercadorias, pois eram comprados e vendidos, apesar da proibição da Coroa. “Sobrecarregados, explorados, mandados de um lado para outro sem que a sua ‘vontade’ fosse considerada, como exigiam as leis, os índios das aldeias acabavam ficando em situação em tudo comparável à de escravos.” (Perrone-Moisés, Beatriz. 08/2000, 156). Segundo Pasquale Petrone, “a evolução dos fatos levou à definição de uma forma particular de servidão que tomou o nome de *Administração*. Este nome, que no contexto colonial aparece já no século XVI, irá se firmar expressando uma condição específica do indígena do Planalto Paulista”

(Petroni, Pasquale. 1995, 82.). Surgia portanto não apenas um sistema de controle sobre os índios, mas um modelo de relação e convivência cotidiana estabelecida a partir do trabalho, da moradia e até mesmo das relações familiares. Além da posse e exploração da mão de obra, este sistema envolvia responsabilidades sobre os administrados, de tratá-los bem e dar instrução, tantos nas aldeias quanto nas residências particulares.

O termo *Administração* foi um vocábulo que serviu de forma muito eficiente à dissimulação da escravidão indígena. De maneira muito eficaz, confundia-se com os diversos significados comuns da palavra: gestão pública do Estado, gerenciamento privado de bens e posses, cuidados estratégicos a bem de melhoramentos ou interesses, controle de operações, planos de organização, entre outros. Neste cruzamento de significantes o termo servia muito bem para a instrumentalização de seus objetivos práticos, um sentido de ambiguidade, evidenciado pelo fato de que ainda assim constavam como bens inventariados, sendo deixados de herança e partilhados. Este sentido de propriedade dos índios demonstrado pelos testamentos é referendado por autores como Alcântara Machado e John Monteiro (Ambires, Juarez Donizete. 2010, 78).

A administração pública e particular dos índios foi ganhando força em relação à eclesiástica ao longo do final do século XVII. Neste processo os governos locais das câmaras adquiriam maior relevância em relação aos colonos e moradores, assim como na regulamentação das práticas de administração e no funcionamento dos próprios aldeamentos. Sobre este cotidiano da vila de São Paulo, as *Atas da Câmara Municipal de São Paulo* são um conjunto de fontes fundamental. Nos registros das ações dos vereadores, encontramos não apenas a manifestação dos poderes locais, mas também os lugares e expressões de todos os atores sociais nas questões e temas que se colocavam em evidência. Desde o século XVI, a base dos conflitos entre colonos e missionários se relacionava ao destino dos índios apresados, trazidos dos sertões para a vila. Cabia à Câmara Municipal essa decisão, que a partir da década de 1590 passou a ter uma atuação mais favorável aos colonos (Monteiro, John Manuel. 2009, 131). O conflito de interesses em torno dos índios registrava-se por seus próprios agentes administradores, particulares, religiosos ou da Coroa, nos quais encontramos inclusive, alguns dos raros registros do protagonismo deles próprios. Um destes raros exemplos foi registrado em 1685. Uma índia chamada Paturnilha apresentou-se à Câmara dizendo pertencer à mesma aldeia de Pinheiros, e não ao morador Sebastião de Proemsa. Neste caso, porém, a decisão não lhe foi favorável:

*“(...) fazendose lhe as deligencias nesasarias se deu Juram.to a seBastião de proemsa p.a q~ bem e verdadeiram.te declarase se hera India ou de seu serviso por elle foi dito debaixo de Juram.to dos santos Evangelhos declarou q~ a negra*



*paturnilha hera sua serva e q~ não pertencia a Aldea de sua mag.de e que se a todo tempo se achar ser India de s. mag.de se obrigava a entregar sem repunansia alguma e vendo estas rezois comcordarão os ofisiais da Camera a entregar a negra paturnilha a sebastião de proemsa e a levou como sua q~ a mandaram entregar”* (ACTAS DA CAMARA, vol. VII, 284 – 15/07/1685).

Ainda que possam parecer evidentes os motivos pelos quais para a índia não foi dada a mesma oportunidade de jurar sobre os evangelhos, tal situação partia da naturalização de sua condição de inferioridade, talvez por não ser considerada cristã, digna ou capaz de tal ato, enquanto seu administrador obtinha a garantia de sua palavra como prova. Neste exemplo de violência cultural, a imposição de valores sobre a cultura subalterna reproduz a ela seu desprezo não apenas pelo resultado da decisão, mas pela humilhação imposta de ser considerada mentirosa.

Assim como em São Paulo, no Maranhão a intensificação dos conflitos pela posse e exploração indígenas levou à adoção de prerrogativas legais específicas pela Coroa, a partir das reivindicações dos agentes administrativos locais, especialmente as câmaras municipais, e os missionários jesuítas, que naquele caso, contaram com a participação decisiva do padre Antonio Vieira. A partir de 1653, quando voltou ao Brasil, o padre Vieira procurou favorecer os aldeamentos e a missão jesuíta através de propostas de políticas indigenistas. Nesse ano, Vieira propôs ao rei que se regulamentasse a forma dos resgates de índios nas entradas, diante dos protestos dos moradores do Maranhão e do Grão-Pará. Esta proposta tornou-se provisão real, válida também para São Paulo (Zeron, Carlos Alberto. 2016, 237). Em 1654, Vieira fez um novo acordo com o governador do Maranhão, e de volta a Portugal, obteve nova provisão real sobre a redução à escravidão dos índios.

“Em suma, Vieira não se opunha à escravidão dos índios, visto que contraditou o rei de Portugal ao escrever-lhe que ‘*convém que haja os ditos resgates*’. Nesse sentido, ele apoiou a reivindicação dos moradores em favor da continuidade das entradas, contra a letra da lei de 1652 (que determinava que os índios cativos fossem postos em liberdade) cuja promulgação ele deveria ter apoiado. (...) Com a provisão real de 1655, não se favoreciam nem os índios, cuja escravidão continuava, nem, totalmente, os moradores, que pediam a continuidade dos resgates; o que Vieira obteve com a nova lei foi o fortalecimento da posição dos jesuítas, tornados supervisores tanto dos resgates quanto dos aldeamentos de índios” (Zeron, Carlos Alberto. 2016, 239).

Esta provisão que regulava as expedições de resgate, na prática, reinstituía a escravidão indígena, inovando ao que era reconhecido por juristas e teólogos ao legitimar o resgate de índios aprisionados em guerras injustas sob a forma jurídica denominada “*escravos de condição*”. O *escravo de condição* era aquele a quem, em troca pelo valor pago do preço de um resgate, serviria em trabalho compulsório por cinco anos.

Esta solução para o Maranhão certamente não agradava o padre Vieira e os

missionários mais voltados à defesa dos direitos dos índios, assim como também a Administração que seria estabelecida em São Paulo somente décadas mais tarde. Foi porém o resultado pragmático possível diante do crescimento da demanda pela exploração indígena da parte dos moradores brancos e da própria divisão interna que surgia entre os missionários. Os colonos acusavam os padres de buscarem monopolizar o trato indígena, sendo vistos dessa forma como rivais, uma vez que também sempre se utilizaram da servidão nativa em suas terras e aldeamentos. Para a Igreja esta sempre foi uma posição incômoda e contraditória ao seu próprio princípio de proibição do escravismo indígena. Ao final do século XVII, esta divisão interna se recrudescia e se tornou determinante no estabelecimento da Administração.

Pela década de 1680, o conflito de interesses entre colonos paulistas e missionários jesuítas se intensificava consideravelmente. As rebeliões de moradores contra os padres que levavam a episódios de expulsão, como na vila de São Paulo em 1640 e no Maranhão em 1661, só faziam aumentar o impasse quanto à administração geral das aldeias. Na busca por um acordo, as negociações ocorrem entre os paulistas solicitantes e o Provincial da Companhia de Jesus, com seus acompanhantes jesuítas estrangeiros, que acabam por tomar partido dos paulistas reivindicantes. Além do Provincial Alexandre de Gusmão, faziam parte do grupo, principalmente, diversos estrangeiros, como italianos e alemães, George Benci, o representante do Provincial; Jacob Roland, jesuíta flamengo que veio a ser figura-chave nas negociações; João Antonio Andreoni, que mais tarde viria a ser o autor de *Cultura e opulência*, sob o pseudônimo Antonil; Domingos Ramos, e outros.

Em oposição a esta tendência favorável aos paulistas estavam os padres mais ligados ao ideal missionário dos aldeamentos, voltados à catequese e à defesa dos índios. Entre eles o principal nome foi o padre Vieira, que atuou diretamente contra as reivindicações dos colonos. Em Portugal, o padre Vieira havia atuado politicamente a favor da aprovação da lei de libertação dos índios de 1680, lei esta que foi desobedecida tanto pelos colonos paulistas como pelos do Maranhão. Tendo chegado à Bahia, em 1681, vinha acompanhado de seu jovem secretário e acólito João Antonio Andreoni, que logo passou a integrar o grupo dos padres estrangeiros do Real Colégio da Bahia, desafetos de Vieira pelo motivo da causa paulista. No Colégio de Piratininga, a tendência missionária declinava, principalmente após o falecimento do Padre Francisco de Moraes, jesuíta paulista que fora colega de Antonio Vieira na Bahia. Segundo Serafim Leite, Vieira foi o último grande missionário, encerrando assim um ciclo na história da Ordem (Ambires, Juarez Donizete. 2010, 90).

O parecer do Padre Roland que favoreceu os colonos de São Paulo, redigida sob o título *Apologia Pro Paulistis* (1684), foi um documento jurídico-teológico com argumentos ricamente fundamentados em citações de diversos autores, teólogos, juristas, filósofos, e também nas escrituras sagradas. Podemos dizer que acaba

por tratar os paulistas como vítimas e inocentes, prejudicados em seus direitos de promover uma atividade econômica, mas nada afirma sobre direitos dos índios. A questão central consistia no direito de que os paulistas proprietários de escravos índios pudessem receber o sacramento da confissão e a absolvição, mesmo que não lhes concedam a liberdade e continuem seus apresamentos. O documento se coloca a favor desse direito e vai além, traçando um elogio aos paulistas como súditos fiéis da coroa, considerando a prática dos apresamentos como benéfica para os objetivos civilizatórios coloniais. (Roland, Pe. Jacob - Apologia Pro Paulistis (1684). (in) Zeron, Carlos Alberto. 2008, 389). A parcialidade em favor dos colonos é muito evidente. Leva em conta os possíveis prejuízos da proibição do cativo em diversos sentidos, sem fazer nenhum tipo de consideração similar em relação aos índios. A eles a privação da liberdade é tida como natural e inquestionável, já que não são considerados merecedores de nenhum dos direitos básicos como os que são levantados em relação aos brancos. Para o autor, mesmo se este choque de direitos significasse um embate entre duas diferentes formas de direito natural, a dos índios e a dos colonos, esta última prevaleceria.

Assim sendo, ficaria assegurado aos paulistas não apenas o direito do sacramento da confissão e da absolvição, mas da absolvição da própria prática da escravidão indígena. Esta não é considerada uma ofensa ao direito natural, enquanto as tradições e costumes dos índios o são. No caso da guerra, por exemplo, esta é considerada não apenas como direito, mas também como isenta de pecado. Temos aqui portanto, um texto profundamente escravista, que foi capaz de gerar reações negativas dentro da própria Igreja. Segundo o Padre Vieira, este documento havia sido queimado por ordem do próprio superior da Companhia de Jesus (Ambires, Juarez Donizete. 2010, 83), *“por estar tão repleta de hipocrisia”* (Monteiro, John Manuel. 2009, 151).

Dentro deste embate de interesses que crescia em São Paulo, cabia à Coroa portuguesa o papel evidente de mediador e definidor da solução. Na data provável de 1690, segundo John Monteiro, ocorreu a visita do funcionário régio Bartolomeu Lopes de Carvalho, que acaba por oferecer ao rei D. Pedro um parecer favorável aos paulistas, com base na *“dependência dos habitantes ao braço escravo índio (...) cabendo à posse deste o sucesso das empresas do colono.”* (Ambires, Juarez Donizete. 2010, 87)

O Rei Pedro II, mais inclinado a conter os abusos, enviou então uma carta aos paulistas e àqueles missionários do grupo contrário ao padre Vieira *“com indignada repreensão”*, e ordenou também ao Governador Geral Câmara Coutinho, e aos padres do grupo de Alexandre de Gusmão, que se tomassem providências. Dessa forma foi então incumbido o Padre Vice-Provincial Bartolomeu de Gusmão, por um pedido ou sugestão do governador Câmara Coutinho em carta para o Rei (Bahia, 27/07/1693),

da missão de visitar São Paulo e chegar a um acordo com os moradores.

Com o intuito de se definir em bases mais sólidas as práticas da *Administração* e dessa forma alcançar um acordo com os jesuítas, os colonos paulistas haviam redigido ao rei, em 1692, o documento intitulado “*Dúvidas dos moradores de São Paulo acerca da administração dos índios*”. Assinado pelos oficiais da Câmara, pelo Provincial Alexandre de Gusmão e pelo redator Padre João Antonio Andreoni. Nele se transparecem situações cotidianas, em especial propensas a pendências e conflitos, onde os administradores expressam seus pedidos na forma de perguntas sobre seus principais interesses. De maneira sintética, dos dezesseis itens levantados, doze tratavam de questões econômicas (herança, dote, trespasso, pagamento, troca, roubo e penhora); dois tratavam sobre fugas e castigos; e dois sobre viagens e mudanças. Em todas as questões estão implícitas o direito de ações de posse ou tutela, embora não se usem esses termos, mas que evidentemente fazem parte das próprias condições cotidianas impostas, como a obrigatoriedade de obediência. (Leite, Serafim. 2004, 533)

Chegou-se então, em São Paulo, a um consenso entre moradores, magistrados e vereadores, através de uma escritura pública assinada por eles e pelo Provincial. Foram emitidas duas cópias, ao rei e ao governador, onde se decidiam pelos seguintes termos:

*“De futuro nem iriam, por si, nem nunca enviariam a cativar ao sertão; nem consentiriam que saíssem tais entradas, aos índios gentios, onde quer que fosse, para os trazer à força e reduzir à escravidão.*

*(...) Os índios eram completamente livres, quer vivessem nas casas dos moradores quer nas suas fazendas, tanto os que tinham trazido do sertão, como os comprados, ou dados, cristãos e gentios, nem se serviriam deles como escravos.*

*A opinião contrária a esta, tristemente espalhada por alguns religiosos, era falsa e errônea, e ninguém em consciência segura a admitiria.*

*Não fariam com estes índios no futuro nenhum contrato oposto à sua liberdade, a saber, nem os trocariam, ou comprariam, ou venderiam, ou dariam a credores em pagamento de dívidas.*

*E como não convinha remetê-los outra vez para o sertão, sendo já cristãos, para aí viverem à maneira de feras, nem deixá-los completamente sobre si mesmos, errantes como rebanhos sem pastor, e para não viverem do roubo pela sua indolência, se não fossem e residissem em aldeias sem guarda, nem direcção, ficaram os moradores como administradores deles, tutores e curadores, e se lhes pagaria cada ano pelo trabalho de lavrar os campos e do serviço doméstico, o salário de comida, vestido e remédios, com obrigação de lhes dar assídua instrução no tocante à fé cristã, como de pais a filhos, de mestres a discípulos, nem em os educar, castigar e manter no cumprimento dos seus deveres, ultrapassariam os limites de pai ou tutor.*

*E por fim, de todas as dúvidas, que sobre esta Administração surgissem ou pudessem surgir, pediriam e esperariam a resolução de teólogos e doutores, as quais, discutidas e decididas segundo as leis da Igreja e as que mandasse o sereníssimo rei; e que as coisas, que nesta matéria propunham para serem examinadas, a fim de se tirar qualquer escrúpulo de consciência, se resolveriam facilmente pelo que nós usamos na Administração espiritual e temporal dos índios, que El-Rei nos confia.*

*Assim, pois, sem nenhuma perturbação nem contradição, se sancionou tamanha concórdia e consenso geral de todos os espíritos, pelo que se devem dar imortais*

*graças a Deus, que a corações antes endurecidos os mudou com não menor fortaleza que suavidade. E assim como isto se realizou mais além do que esperava o Governador do Brasil, esperamos que também será grato a El-Rei e glória de Deus; e, para muitos paulistanos que aceitaram o pacto, o único remédio de evitarem a condenação eterna, e de se servirem dos serviços dos índios, salva sua liberdade, sem os quais é fora de dúvida que não poderiam viver”. (Annuae Litterae ex Brasíliã, Bahyae, 30 Maii Anni 1694, pelo Padre Alexandre de Gusmão. Bahia, 30/05/1694. (in) Leite, Serafim. 2004, 533)*

Desta “*concórdia e consenso geral de todos os espíritos*” na qual evidentemente não participaram os índios, temos a expressão mais simbólica do teor contraditório desta declaração em que se reafirma a liberdade indígena. No caso do compromisso em que os administrados não seriam comprados, vendidos, ou trocados, choca-se flagrantemente com as próprias dúvidas colocadas e com os usos e costumes tradicionais.

No encaminhamento das “dezesseis dúvidas”, a resposta do Padre Vieira tinha seu peso fundamental ainda que como contraponto ou voto vencido. O próprio rei, em carta de 14/01/1693, tinha ordenado ao governador geral do Brasil Câmara Coutinho que ouvisse os padres da Companhia, e nomeadamente “*o P. Antonio Vieira, se Deus lhe tiver conservado a vida*” (Leite, Serafim. 2004, 534). No “Voto”, Vieira indica a impropriedade do pedido dos paulistas, defende as práticas missionárias jesuítas, e expressa o parecer de que o índio é um verdadeiro vassalo, sendo assim muito valioso para a manutenção da América portuguesa. (Ambires, Juarez Donizete. 2010, 88).

Vieira afirma a liberdade dos índios por direito, uma vez que não são sujeitos ao domínio dos reis de Portugal, nem os paulistas tem o direito de os obrigarem a serviços sem pagamento. Para Vieira, a dificuldade prática dos reis castelhanos e portugueses em promover a liberdade indígena diante da “*rebeldia dos paulistas*” não pode servir de desculpa “*a lhe dar direito ou autoridade*” de aprovar as injustiças como na então presente administração. Esta só poderia ocorrer a partir do consentimento dos índios (*Voto do Padre Antonio Vieira sobre as dúvidas dos moradores de S. Paulo acerca da Administração dos índios (12/07/1694)* [in] Sebe, José Carlos, 1992, 103). Para Vieira, sob a Administração a situação dos índios ficaria pior, porque até então, não era possível prender ou castigar de forma legal em caso de fuga, nem que a eles fossem obrigados de servir a um determinado administrador, ou que fossem legalmente passados e negociados.

A solução, portanto, proposta pelo Pe. Vieira, baseia-se num conceito de servidão ou cativo que tem por base a forma do escravismo na antiguidade, que possibilitava a relação familiar entre senhores e escravos. Vieira entendia que tal situação seria possível porque, de certa forma, a integração familiar já fazia parte do cotidiano. Ele se baseia no fato, inclusive, de que entre os moradores de São

Paulo, grande parte vivia de tal modo integrada com os índios no ambiente doméstico que o idioma predominante era o indígena, enquanto a língua portuguesa “*a vão os meninos aprender à escola.*” (Vieira, Pe. Antonio (12/07/1694). [in] Sebe, José Carlos, 1992, 117).

Apesar de seu parecer buscar habilmente um arranjo que pudesse satisfazer todas as partes envolvidas, incluindo os índios na medida do possível, sua opinião foi preterida em favor à dos padres mais favoráveis aos paulistas, e em suma, a uma forma de exploração mais direta do trabalho servil indígena. Para Serafim Leite “com Vieira acabou a grande batalha dos jesuítas sobre a liberdade dos índios no planalto piratiningano.” (Leite, Serafim. 2004, 538). Instituíam-se dessa forma as bases legais do regime da Administração, decidida portanto, como sempre, sem nenhuma consideração aos interesses daqueles que seriam a ela submetidos.

O desfecho deste longo processo de negociação entre colonos, jesuítas, e a Coroa, foi a carta régia de 1696, que sem resolver as contradições relativas à remuneração dos índios, reconhecia os direitos dos colonos à administração particular, embora “em flagrante desacordo com uma lei de cinco anos antes que proclamava a liberdade absoluta dos índios” (Monteiro, John Manuel. 2009, 152). A administração direta também havia sido solicitada no Maranhão e Grão-Pará, onde o conflito era até mais intenso. Porém, foi adquirida primeiramente pelos paulistas, colocando-os em condições de igualdade aos “encomenderos” da América espanhola, os administradores do sistema da *Encomienda* desde o século XVI (Ambires, Juarez Donizete. 2010, 78).

Dessa forma se iniciava o século XVIII em São Paulo. Com as práticas de exploração indígena regulamentadas, conforme reivindicações históricas dos colonos paulistas, estes agora se voltavam a um novo e promissor atrativo também situado nos sertões: o início do ciclo do ouro e da mineração, do qual também se valeriam dos braços indígenas para seu manejo e exploração. Todavia, Neste mesmo momento em que a exploração indígena adquiria uma base legal que respondia mais diretamente aos interesses coloniais, foi também o início do seu declínio, relacionado com o esvaziamento dos aldeamentos e à própria extinção dos índios, dos diversos povos e de suas tradições e culturas.

## REFERÊNCIAS

- **ACTAS DA CAMARA DA VILLA DE S. PAULO** – Publicação oficial do Archivo Municipal de S. Paulo, Volumes VII a X (1679 – 1736). S. Paulo, Tipographia Piratininga, 1915.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. ***O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul.*** - São Paulo - Companhia das Letras, 2000.
- AMBIRES, Juarez Donizete. ***A Administração dos Índios em São Paulo em fins do século XVII.***

(in) ODALIA, Nilo e CALDEIRA, João Ricardo de Castro (orgs.). **História do Estado de São Paulo, volume 1 – Colônia e Império**. São Paulo, Editora UNESP, Imprensa Oficial, 2010.

- BLAJ, Ilana. **A trama das tensões: o processo de mercantilização de São paulo colonial (1681-1721)**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002.

- **INVENTÁRIOS E TESTAMENTOS** – Papéis que pertenciam ao 1º cartório de órfãos da capital. Volumes XXII a XXVIII (1604 – 1750). Publicação oficial do Arquivo do Estado de S. Paulo, Typographia Piratininga, 1920.

- MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra – Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

- LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. São Paulo, Edições Loyola, 2004.

- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. **Aldeados, aliados, inimigos e escravos: lugares dos índios na legislação portuguesa para o Brasil**. (in) **Portugal – Brasil: Memórias e Imaginários**. Congresso Luso-Brasileiro. Lisboa, 08/2000.

- PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos Paulistas**. EDUSP, São Paulo, 1995.

- ROLAND, Pe. Jacob - **Apologia Pro Paulistis (1684)**. Transcrição de ZERON, Carlos Alberto de M. R. e tradução de RUIZ, Rafael. (in) **CLIO – Revista de Pesquisa Histórica**, Nº 27.1. Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2009, p.362-416.

- **Voto do Padre Antonio Vieira sobre as dúvidas dos moradores de S. Paulo acerca da Administração dos índios (12/07/1694)**. (in) SEBE, José Carlos. **Escritos instrumentais sobre os índios – Ensaio introdutório**. São Paulo, Educ/ Loyola/ Giordano, 1992.

- ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. **Antonio Vieira e os “escravos de condição”: os aldeamentos jesuíticos no contexto das sociedades coloniais**. (in) FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos (org.) - **A Companhia de Jesus e os Índios**. Curitiba, Editora Prisma, 2016.

## PIRATAS E CORSÁRIOS NO BRASIL: O CASO DE 14 DE FEVEREIRO DE 1630

*Data de aceite: 28/01/2020*

**Valéria Silva Melo de Souza**

Universidade – AbERTA – [www.uab.pt](http://www.uab.pt)

[vsms2050@gmail.com](mailto:vsms2050@gmail.com)

<http://lattes.cnpq.br/4153287214431113>

**RESUMO:** O paradigma do mar fechado imposto pelos países ibéricos foi severamente combatido pelos que se achavam prejudicados diante do Tratado firmado entre os luso-espanhóis. Sem alvará para arribarem nas baías, foram os da República dos Países Baixos se achegando e se apoderando diante da frágil guarnição do litoral e do baixo poder de contra-ataque, uma vez que, logisticamente, três meses era o tempo para enviarem socorro ao Brasil. O trabalho tem por objetivo relatar o cerco de Pernambuco de 1630, a partir do patrocínio da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais – WIC. Oportunamente visa descrever alguns atos de pirataria e corso no litoral do Brasil, uma vez que a costa era escassamente guarnecida e almejada pela Companhia desde 1621, após o término do Tratado de Paz com a Espanha. Quanto à metodologia, a pesquisa bibliográfica e a documental foram suas fontes, utilizando-se da literatura sobre o tema e do acesso ao ANTT e ao IHGB. Os resultados apontam que inúmeras foram as batalhas conflagradas entre

os que daqui eram e os desembarcados, além dos episódios piráticos e corsários no litoral nas primeiras três décadas do Dezesete.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pirataria e corso holandês. Pernambuco. Companhia das Índias Ocidentais.

### PIRATAS Y CORSARIOS EN BRASIL: EL CASO DEL 14 DE FEBRERO DE 1630

**RESUMEN:** El paradigma de mar cerrado impuesto por los países ibéricos había sido severamente opuesto por aquellos que fueron socavados por el Tratado firmado por los luso-españoles. Sin permiso para entrar en las bahías, los de la República de los Países Bajos vendrán y tomarán posesión de la frágil guarnición costera y el bajo poder de contraataque, ya que logísticamente tres meses fue el momento de enviar ayuda a Brasil. El trabajo tiene como objetivo informar el asedio de Pernambuco de 1630, desde el patrocinio de la Compañía Holandesa de las Indias Occidentales - WIC. Oportunamente tiene la intención de describir algunos actos de piratería y corso frente a las costas de Brasil, ya que la costa fue escasamente tripulada y deseada por la Compañía desde 1621, después del final del Tratado de Paz con España. En cuanto a la metodología, la investigación bibliográfica y documental fueron sus fuentes, utilizando la



literatura sobre el tema y el acceso a ANTT e IHGB. Los resultados indican que hubo innumerables batallas entre los que estuvieron aquí y los que desembarcaron, así como episodios de piratas y corsarios en la costa en las primeras tres décadas de los Diecisiete.

**PALABRAS-CLAVE:** Piratería y corso holandés. Pernambuco. Compañía de las Indias Occidentales.

## 1 | INTRODUÇÃO

No início das comunicações com o Brasil, expedições costeiras foram organizadas pela Coroa com o propósito de salvaguardar o desmedido litoral. Essa atitude decorreu da percepção de que diversas embarcações de bandeiras estrangeiras por aqui trafegavam, pirateando, fazendo corso ou mesmo comerciando. Inicialmente se tem notícias das francesas, inglesas e, mais tardiamente, das holandesas. Logo surgiu a questão da legitimidade da posse da terra, que se estendeu por longo prazo, uma vez que era reclamado o direito dominial pelas diversas outras nações, pondo em “litígio” o contrato ibérico.

Na conjuntura dos acontecimentos, os Países Baixos, capitaneados pela Holanda, criaram o Conselho dos Dezenove em 1621, instituição mantenedora da Companhia das Índias Ocidentais. O fito era invadir e se apropriar do Brasil, reinaugurando, portanto, sua participação na parte ocidental do globo, por meio da ramificação dos seus negócios do Oriente rumo ao Atlântico. Na percepção de Nietzsche *apud* Silva (1925, p. 5), o que se rotulava como companhia de comércio, no seu intuito particular, era “*d’ une sicieté d’armateurs qui s’unissaient pour combattre les espagnols*”<sup>1</sup>. É a pirataria moderna em sua forma contemporânea, estabelecendo o aspecto de fazer as coisas de acordo com as convenções das leis da época. Encontraria a Companhia, resistência no Brasil, na pessoa do governador-geral Matias de Albuquerque Coêlho e de seus terços, além de três décadas de batalhas e guerrilhas que duraram até meados do Dezesete.

Quanto aos objetivos, o trabalho busca descrever a chegada da frota holandesa para a tomada da vila de Olinda, em Pernambuco, no ano de 1630, sob comando do general Henrique Lonck. Como para toda ação há uma reação, objetiva-se narrar a tomada de posição contra os terços holandeses.

Além da introdução e dos procedimentos metodológicos, o trabalho faz uma revisão bibliográfica sobre as características do pirata e do corsário, passando pela pirataria e o corso no Brasil, o direito de navegação na perspectiva de Hugo de Grotius, o significado das cartas de marcas como direito de represália, a expedição da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais ao Brasil, e as batalhas e guerrilhas em Pernambuco. Quanto aos resultados, procura-se responder os objetivos propostos.

1 Uma sociedade de armadores que se unem para combater o reino espanhol. Tradução livre.

## 2 | METODOLOGIA

Como apoio dissertativo para a realização deste trabalho, a apreciação bibliográfica e a documental foram as fontes. Exemplos das fontes bibliográficas são as obras de Mollat Du Jourdin: A Europa e o Mar (1995), Luis R. Guerreiro: O grande livro da pirataria e do corso (1997), Ana Maria Ferreira: O essencial sobre o corso e a pirataria (1985), Ronaldo Vainfas: Dicionário do Brasil colonial (2000), Hugo de Grotius: O direito da Guerra e da Paz (2005), Hernâni Donato: Dicionário das batalhas brasileiras (1987), Fernando Palha: A Carta de Marca de João Ango (1882), Evaldo Mello: Olinda Restaurada (1975), França e Hue: Piratas no Brasil (2014), Sylvino Gurgel Amaral: Ensaio sobre a vida e obras de Hugo de Groot (1903), Duarte de Albuquerque Coelho: As Memórias Diárias da Guerra do Brasil de Coelho (1981).

Quanto às fontes primárias, utilizou-se da plataforma do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, por meio do pedido de reprodução de manuscritos, e do IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

## 3 | REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 3.1 Pirata e corsário, pirataria e corso

Os atos do pirata e do corsário foram fenômenos de longa duração, surgidos na historiografia antiga e que transcendem a história Moderna. De início, houve dificuldades de diferenciá-los, uma vez que seus quadros sociais ainda não tinham sido bem caracterizados. Após várias centúrias, ao final da Idade Média, com o suporte do Estado no âmbito do Direito Marítimo, e por meio de legislação específica de controle dos agentes, é que se tornou possível a punição de suas contravenções.

Argumenta Ferreira (1985) que o ato do corso tem o beneplácito do poder, exercendo-se por meio de represálias contra os vassallos de nações inimigas que, em tempos de paz, tornam-se culpados por atos ilegais outrora cometidos. Já a pirataria se reduz a atos de bandidismo, executados por conta própria, não tendo qualquer respaldo por parte dos governos e, por assim ser, seus delitos são qualificados como um dos mais antigos sobre o Direito Internacional das Águas.

Muito tempo foi preciso para distingui-los e enquadrá-los. Todavia, chega-se o tempo de entender a permissiva de suas classificações. Piratas atuam por conta própria, sem as legalidades atribuídas pela lei, impondo a violência às equipes de bordo e aos passageiros, pilhando e arruinando embarcações, fazendo aprisionamentos e estendendo seus crimes às beiras dos cais. Conforme Donato (1987), os corsários agiam acobertados por carta de corso ou de marca, fornecidas por um Estado, rei ou príncipe, enquanto os piratas eram fora da lei, atacando por conta própria onde

houvesse riqueza.

Foi no Período Moderno da historiografia que se criou a alcunha de corso. Guiaram-se os articuladores das leis, naturalmente a buscar soluções para certos impasses políticos, devido às mutações da navegação mercantil, marcadas pelo início das Grandes Descobertas. As rotas foram enriquecidas com instrumentos e cartas náuticas, logo se avolumando o tráfego transoceânico, ocasião em que as leis nessa matéria já se encontravam mais ou menos estabelecidas, por via do Direito do Mar.

No entendimento de Guerreiro (1997), os piratas eram salteadores que atuavam no mar e em terra, motivados por necessidades materiais advindas de seus submundos, sem perguntar religião ou condição socioeconômica da vítima. Por outro lado, o corsário tinha o beneplácito dos príncipes, armavam-se e iam à procura de presas inimigas ao mar, deixando para os tribunais do almirantado julgar em favor deste ou daquela vítima, a posse da presa. Em época de paz, essa atuação seria considerada ilegal, mas não proibida, caso houvesse o direito de reparação. Pelo âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar – UNCLOS (1982), para que se configure um ato pirático em versão moderna, quatro são os requisitos. Primeiro, é necessário que se comprove o ato de violência; segundo, ele precisa ser cometido em alto-mar; terceiro, deve ocorrer em uma embarcação privada; por último, tem que ser para fins de apropriação particular – caso seja por razões políticas, configura-se terrorismo. Nesse caso, para rendê-los é fundamental a presença de autoridades representadas pelo Estado.

O corso tornou-se um fator político, vindo mesmo “a representar o início da responsabilidade internacional e, em paralelo, o aproveitamento da marginalidade para fins de interesse público” (FERREIRA, 1985, p. 5). Nessa perspectiva, nem sempre era possível conciliar a aplicação da lei. De outra forma, caso o corsário fosse apanhado atuando fora da legalidade, sem a carta de marca, seria julgado pelo tribunal do almirantado, o que poderia lhe render o enforcamento. Já o pirata, caso fosse pego na prática da pirataria, não mereceria a mesma tolerância. Todavia, as situações poderiam até determinar algum tipo de beneplácito. Enfim, como salienta Mollat Du Jourdin (1995), tanto o corsário como o pirata foram uma chaga nas rotas marítimas, uma situação anárquica que cresceu a partir do século XIV rumo ao Atlântico.

O corso é integralizado na conjuntura do comércio mercante. A exemplo de 16 de maio de 1544, o governador da cidade de Lisboa enviou uma carta ao rei D. João III, lhe informando sobre as sentenças que nove piratas franceses receberam da Casa de Suplicação, em Coimbra. Por quatro deles serem menores de idade, foram destinados ao desterro na África, e os outros cinco, à sentença de enforcamento. Solicitava o governador ao rei o apressamento da sentença, tendo em vista a demora

que se estendia por serem os piratas estrangeiros. Sua captura se deu por terem apresado duas caravelas portuguesas e uma castelhana. Segue abaixo a Carta de D. Henrique enviada ao rei D. João III.

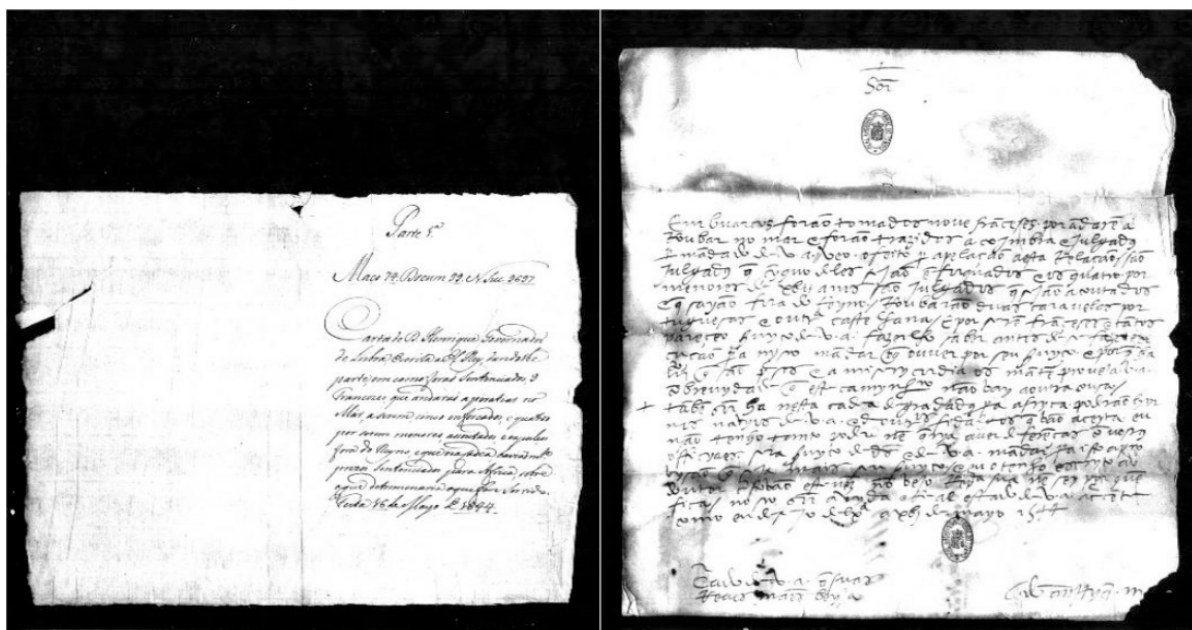


Figura 1 – Correspondência de D. Henrique enviada ao rei D. João III

Fonte: PT/TT/CC/1/74/99.

Cota atual: Corpo Cronológico, Parte I, mc. 74, nº 99 (1552).

Após a captura dos franceses, o rei da França, na figura de Francisco I, mandou uma carta ao rei a D. João III, pedindo que desse liberdade aos franceses que se achavam presos naquela corte e sentenciados a morte, como piratas do mar. Esses franceses tinham sido capturados a 28 de julho de 1552, portanto já se fazia cerca de dois anos que estavam encarcerados em Coimbra. Daí o pedido de apressamento de conclusão da sentença pelo governador D. Henrique ao rei, conforme Figura 1.

Entre ataques e direitos de represália, inúmeros foram os tratados bilaterais celebrados entre as nações que vivenciaram a prática da pirataria, do corso, e suas desventuras. Nesse caso, os conflitos entre França e Portugal eram numerosos.

Afirma Palha (1882), que Francisco I, tinha outorgado carta de marca ao mercador João Anjo, a 27 de julho de 1530. Tal carta de represália tinha sido emitida por motivos de apresamentos, anteriormente envolvendo o lado português. Entre os anos de 1529 e o início de 1530, um dos navios pertencentes à frota de Anjo, sugere-se que por motivo de monção, pareceu na entrada da orla de Lisboa, e apresado foi por esquadras guarda-costas. Em represália, naquele ano de 1630, João Anjo tentou reaver as mercadorias e, para isso, aparelhou embarcações no fito do ataque aos súditos portugueses e aos seus navios. O total da represália foi em 220 mil ducados. A 11 de julho daquele ano, cogita-se que João Anjo tenha recebido a importância de 10 mil francos como propina e, posteriormente, mais 50 mil. Dessa

maneira, não faria mais a pilhagem.

Conforme atesta Fernando Palha (1882), o aperto pelo qual passava o soberano português nas empreitadas de João Ango, por suas cartas emitidas por Francisco I, foram inúmeros, ao ponto de ser instituída uma junta para tratar do assunto, e enviar a França, diversos embaixadores para resolver a questão. Em última caso, como recomendação do soberano, não encontrassem saída pacificadora na embaixada francesa, se sugeriria a compra da tal carta de marca para minimizar os custos com uma possível guerra. Segue a carta do rei francês, pedindo ao rei português, que libertasse aqueles franceses que se achavam presos em sua corte, e sentenciados a morte, por piratear.

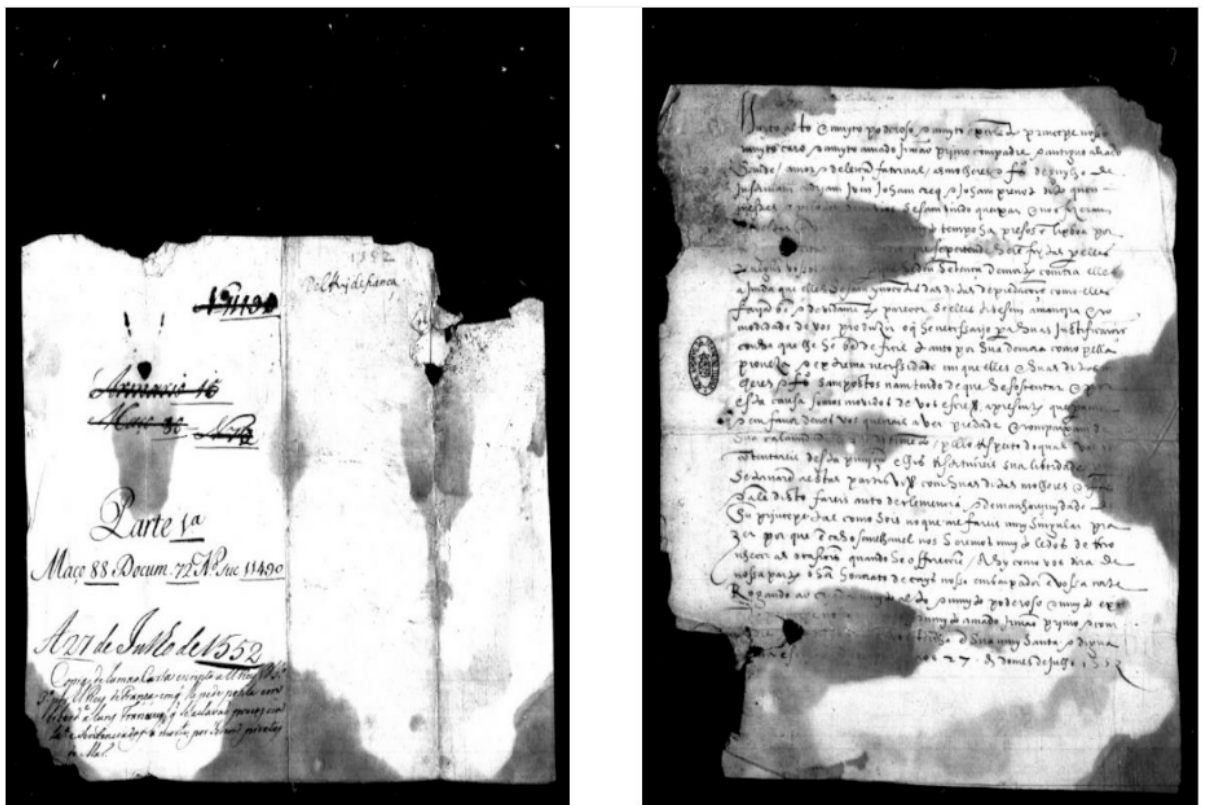


Figura 2 – Correspondência de Francisco I a D. João III

Fonte: PT/TT/CC/1/88/72.

Cota atual: Corpo Cronológico, Parte I, mç. 88, nº 72 (1552).

Por fim, os tempos passaram, os termos foram definidos, tratados bilaterais foram firmados, conselhos oferecidos aos capitães, uma série de novas normas foram impostas, mas na saída da barra o pessoal da marinharia esquecia-se de tudo, voltando aos impulsos dos crimes.

### 3.2 Carta de Marca

A carta de marca era um documento que outorgava direito de represália, adquirido junto ao soberano. Uma vez havendo discordância sobre a quem

pertenceriam as presas, a tribunais específicos do almirantado caberia julgar e, para isso, necessitava da arbitragem de um outro Estado. Em posse da tal carta, os próprios corsários tinham as prerrogativas de caçar os piratas, ou seja, seus antigos companheiros de expedições.

De acordo com a UNCLOS (1982), uma carta de marca era, em sua forma antiga e original, uma delegação por parte de um soberano para que se fizesse pilhagem em combate, sendo um modo de representá-lo. Ao possuidor de uma carta de marca dava-se o privilégio de fazer o corso pelo período de cinco anos. De acordo com Ferreira (1985), esgotado esse tempo, a carta perderia o efeito. Vinculamos essa similitude a uma correspondência do século XVII, no período de D. João III, quando instituiu uma carta de marca aos capitães e almirantado para que aderissem ao corso. Nas condições que ele arquitetara, poderiam armar-se de gentes, artilharias, munições e mantimentos, seja fora ou dentro do reino. Porém, se armados nos portos do reino, estariam sujeitos a pagar a parte que caberia à Coroa. De outra forma, quando retidas fossem as presas dentro da jurisdição do reino, não poderiam os capitães se desfazer delas, devendo dar conta, na primeira oportunidade, ao porto principal do reino. Caso não fosse possível trazer a presa junto, uma certidão deveria ser apresentada pelos oficiais aos agentes em terra, para darem entrada nos armazéns. O Décimo do apresamento era a parte cabível à Coroa, conforme se constata que “a parte pertencente à Coroa e que isto se entende da que estiver da cuberta para baixo<sup>2</sup>”. Contabilizados para esse fim, seriam todos os bens que estivessem nos porões e no tombadilho. As regras eram bem claras quando de posse da carta de marca. Deveria ser por bem pagar a parte da Coroa, um tanto por nome de décimo. Não poderiam os capitães e generais ser detidos e nem retidas as suas presas dentro de seus territórios, seja em qualquer parte do reino que fosse, inclusive por governadores que se achassem no direito de se apropriar dos bens. Nota-se na Figura 3.

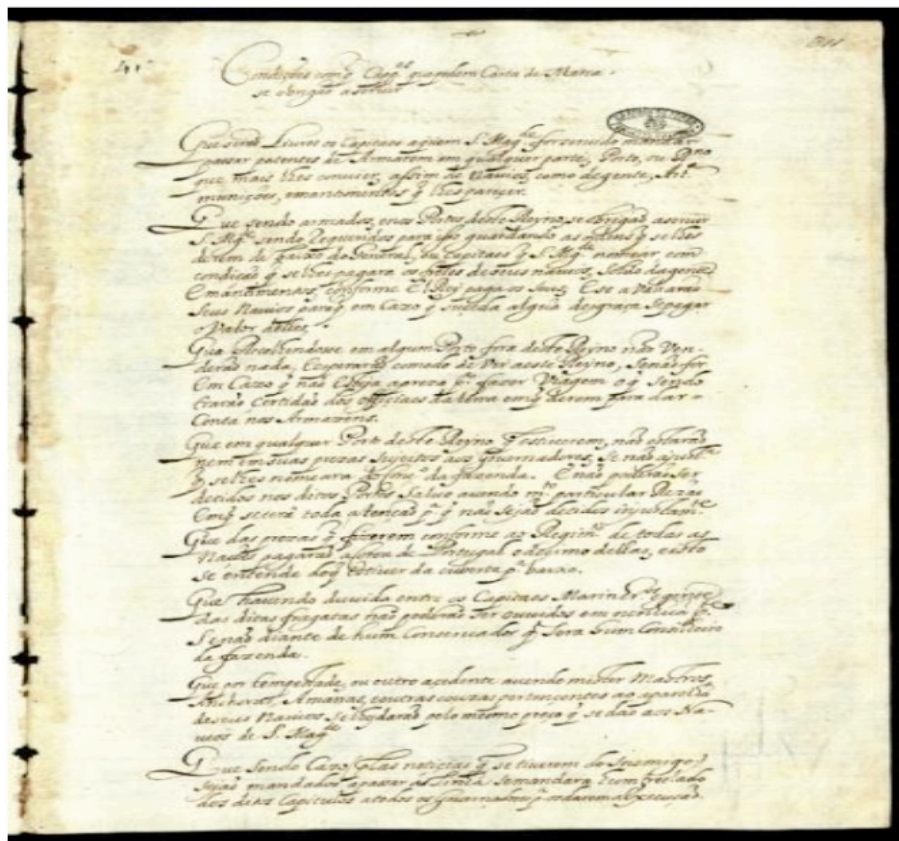


Figura 3 – Condições com que os capitães que pedem carta de marca se obrigam a servir  
Fonte: PT/TT/MMCG/7D/000049 - 16??

Cota atual: Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça – Tomo 7D, P- 311.D.

Estariam sujeitados à reparação por meio da justiça quando os danos cometidos pelos corsários portugueses fossem julgados injustos, cabendo ao Conselho da Fazenda julgar casos particularizados. Além disso, se houvesse divergências entre os agentes da marinharia, não poderiam ser ouvidos isoladamente ou em partes, a não ser por um juiz conservador conselheiro da fazenda. Nos episódios que dessem prejuízos ao aparelhamento da embarcação, como tempestades, perda de mastros, âncoras, amarras etc, seria dado o ressarcimento – “se lhes darão pelo mesmo preço que se dão aos navios de S.M.”<sup>3</sup> –, conforme Figura 3.

A busca da presa estava liberada e, nesse caso, inimigos seriam até mesmo aqueles agentes que por algum motivo não quisessem manter comércio com os demais, ou seja, os neutrais. Nem precisavam se encontrar em guerra, pois eram as convenções da época redigidas assim. Os capitães estariam livres para exercer essa função. Porém, se armados nos portos do reino, estariam obrigados a servir V.M. e deveriam aguardar as ordens para

que se lhes derem de baixo do General, ou Capitães que S.M., nomear com condição que se lhes pagara os fretes de seus navios, soldo da gente e [...] conforme El Rey paga os seus e se avaliarão Seus navios para que em cazo que suceda alguma

3 Arquivo Nacional da Torre do Tombo - PT/TT/MMCG/7D/000049 - 16??

desgraça Se pagar o valor deles<sup>4</sup>.

Além do mais, caso houvesse confusões das ideias entre os agentes da marinharia das ditas fragatas, não poderiam serem ouvidos isoladamente ou em partes, a não ser por um juiz conservador conselheiro da fazenda. Logo observada a autorização de se armarem e irem à busca de presas, estava deliberada. Se nota a instabilidade vivenciada pelas gentes daquela época, quando as leis, como hoje a conhecemos sobre a propriedade privada, ainda não vigoravam.

Vão como embaixadores à França, procurar audiência com Francisco I, D. Antonio de Athayde e o Dr. Gaspar Vaz. Lá propuseram a Francisco I suas argumentações. Caso o soberano colocasse dificuldades, um plano alternativo seria posto em prática. Negociaram com o capitão Anjo, general da armada francesa, para que não fosse mais fazer presa no Brasil nem em Malagueta. Apesar de vários acordos terem sido celebrados pelos dois lados, não hesitou Francisco I, em outros momentos, a expedir carta de corso a João Anjo. Nessa assertiva contratual, trata que todas as cartas de marca dali para frente fossem revogadas. Mas não concordou em tudo o rei francês, para se valer de ajustes futuros nas arbitragens. Por enquanto, ficava o Brasil fora da mira corsária francesa.

### 3.3 O direito de Navegação na perspectiva de Hugo Grotius

Hugo de Grotius foi um jurista holandês que defendeu o direito de navegação aos neerlandeses, que procuravam uma abertura para a contestação dos direitos adquiridos pelo tratado celebrado entre o pontificado e as nações ibéricas, o de Tordesilhas. Viam aí uma forma de abrir o mercado da expansão comercial sem culpas atribuídas por uma disputa injusta.

Refutava Grotius o direito exclusivista da navegação aos portugueses e espanhóis, porque, segundo suas concepções,

não eram justas as tendências privativas dos portugueses, que [...] se assenhoravam pela ousadia épica dos seus navegadores, que nos quaes pretendiam ter fruição exclusiva, como possuidores únicos de um elemento tão imenso (AMARAL, 1903, p. 24).

Entendia Grotius (2005), ser o mar aberto e não de exclusividade ibérica, pois persistiam, segundo ele, os portugueses no erro do mar fechado, não vendo que a natureza humana exigia comerciar com outros povos do mundo, particularmente os holandeses. Advertia Grotius que Deus deu leis comuns e outras particularizadas por meio do trabalho e do empreendimento dos seres humanos, seus ofícios, para que nenhum fosse prejudicado pelo uso comum dos bens naturais. Não aceitava

4 Arquivo Nacional da Torre do Tombo - PT/TT/MMCG/7D/000049 - 16??



que um mar tão imenso pertencesse a um só reino. Além do mais, por este ser tão pequeno, poderiam bem dividir o mar sem precisar da montagem armística. Em outras palavras, a eloquência girava em torno de se compartilhar as comunicações comerciais mutuamente, sem as barreiras do individualismo de algumas rotas comerciais.

Contestava Grotius (2005), como poderia alguém se apropriar das coisas alheias e uma injustiça, se perpetuar por tão longo tempo. O direito reclamado era óbvio, pois se foi concedido gratuitamente como um bem natural não poderia ser refutado nem mesmo por um soberano. Era um direito das gentes, pois no começo de tudo o próprio Deus fez as coisas assim, uns lugares abastados dos recursos naturais e outros não, de modo que nem todas as regiões tinham em abundâncias certos artigos para que pudessem viver tranquilamente sem precisar dos produtos de outras regiões. Entendia que a escassez de certos bens era um fato para interagir as nações, não as separar.

Assim, estavam ressentidos os holandeses, porque interpretavam que a exclusão do partilhamento do mar, das terras e do comércio punha em risco as amizades humanas. Alegavam ainda que “os portugueses tinham se afastado do direito e da verdade quando diziam que aquelas terras são suas por efeito do descobrimento que fizeram” (AMARAL, 1903, p. 35).

Para os holandeses, as terras do Brasil não poderiam pertencer por direito natural aos portugueses, pelo fato de elas já terem seus naturais donos, os indígenas. Além do mais, para que os portugueses obtivessem o título de posse, não bastava confiscarem-na só com os olhos, era preciso ocupá-las e guardá-las. E nessa matéria, como assim ponderavam os holandeses, os portugueses mostravam-se incapazes, uma vez que inicialmente não a ocuparam nem a guarneceram o suficiente para precavê-la. Nessa conjuntura, as descobertas só poderiam ser apropriadas, desde que a ninguém as pertencessem, e uma causa justa fosse suficientemente comprovada para tal.

### 3.4 Piratas e corsários no Brasil

Logo nas primeiras décadas de 1500, no litoral do Brasil já se fazia movimentar um comércio dos produtos *in natura*. Seus portos eram por natureza bons ancoradouros aos navios que iam e tornavam-viagem pelo Atlântico Sul. Um lugar de refresco e abastecimento e, por que não dizer, de suporte às escalas dos navios em viagens a longas distâncias. Nessas passagens poderiam ancorar navios de contrabandistas, comerciantes, piratas e corsários, até porque de início não havia uma tratativa que os desvinculassem às características, uma vez que seus quadros sociais só foram estabelecidos depois de longo tempo dos fatos materializados.

Entre 1550 e 1630, havia cerca de 587<sup>5</sup> mercadores dos Países Baixos (fazendo comércio com a Península Ibérica e suas colônias no Atlântico, e vivendo em território português, inclusive no Brasil. E nesse começo eram mercadores a desempenhar um papel que requereria o agenciamento do capital.

Por volta de 1580<sup>6</sup>, já havia um movimento de ocupação na costa brasileira por comerciantes holandeses, uma vez que participavam efetivamente do vai e vem da rota comercial entre Brasil e Portugal, ou seja, havia uma relação mercantil intensa entre os pares, que, inclusive, dependendo da licença, faziam o trajeto entre Brasil e Holanda diretamente para Flandres. Em todos os casos, no entanto, dependiam de licenças de autoridades feitoriais Stols (1973), sob pagamento de impostos e paradas em portos exigidos pelos portugueses. Deve-se salientar que a disputa sobre a faixa descoberta de terras do Brasil e seus recursos naturais foi requisitada pelos franceses, ainda em 1504<sup>7</sup>, daí a trajetória de conflitos.

No ano de 1511, 220<sup>8</sup> navios foram atacados ou destruídos pelos franceses, vindo Portugal a reclamá-los. Outro caso foi a tomada de navios na Bahia e ao longo do litoral de Pernambuco por corsários e piratas ingleses, sob comando de Robert Withrington, em 10 de janeiro de 1585. Uma versão alternativa desse fato é a de que Withrington teria chegado ao Recôncavo Baiano em 1588<sup>9</sup>. Outro episódio, o qual durou três meses, foi o comandado por Jean de Coquigny, em 1576, no vilarejo de Ararquê, no Rio de Janeiro; durante o tempo que lá passaram foram perseguidos pelos habitantes. No Pontal de Boa Viagem-Pernambuco, em 1531, corsários, piratas e contrabandistas franceses foram apresados pela força naval de Martim Afonso de Souza. Um ano antes, em dezembro de 1530, corsários franceses arrasaram a feitoria no Rio Igarauçu e em seu lugar levantaram um fortim, que acabou destruído em 1532. Em 23 de janeiro de 1615, o pirata holandês Joris van Spilbergen desembarcou junto com sua gente na foz do Rio Casqueiro, em São Vicente, com muita hostilidade. Pelo dia 29, atacaram e abrasaram o engenho São Jorge Erasmos, pertencente à rica família de Gaspar Schets<sup>10</sup>, composta de mercadores holandeses que viviam em Antuérpia e mantinham negócios no Brasil.

As campanhas piratas e corsárias entraram em meados do século Dezesete em diante, fazendo suas presas, como foi o caso do dia 17 de outubro de 1690,

---

5 STOLS, Eddy. Os mercadores flamengos em Portugal e no Brasil antes das conquistas holandesas. **Anais de História**. Assis. v 5, p. 9-54, 1973.

6 PÉREZ, José Manuel Santos. **Dutch Colonial Fortifications in Brazil (1600-1654)**. New Holland Foundation – Amsterdam, 2015.

7 ABREU, J. Capistrano de. Capítulos de História Colonial (1500-1800). **Sociedade Capistranode Abreu**, F. Briguiet & C<sup>a</sup>, 1934.

8 DONATO, Hernani. **Dicionários das batalhas brasileiras**. São Paulo: IBRASA, 1987.

9 MALHEIROS, Agostinho Marques Perdigão. **Índice cronológico dos factos mais notáveis da História do Brasil desde seu descobrimento em 1500 até 1849**, 1850.

10 STOLS, Eddy. Os mercadores flamengos em Portugal e no Brasil antes das conquistas holandesas. **Anais de História**. Assis. v5, p. 23, 1973.

em Cabo Frio, quando uma nau de nação inglesa fez descer dez piratas, saltando em terra firme. Porém, nesse caso, foram apanhados pelos moradores e presos pelas autoridades, sendo os tais piratas, mais tarde, em 18 de outubro de 1691<sup>11</sup>, remetidos na frota que saía rumo ao reino, onde seriam julgados. Esse episódio teve a intromissão dos padres de São Bento e da Companhia de Jesus, por não quererem entregar os piratas.

### 3.5 Expedição da Companhia das Índias Ocidentais ao Brasil

Na altura dos anos de 1630 a 1636, ao longo do litoral nordestino foi registrada a perda de 199 embarcações luso-brasileiras capturadas pela WIC, e não somente por ela, mas também por armadores corsários e piratas holandeses particulares (MELLO, 1975). Visavam a destruição de engenhos pela tomada de fogo, a facilitação de saques aos pequenos portos mediante a autorização da empresa, utilizando-se de estratégias navais superiores àquelas encontradas na Costa.

Logo havendo uma guerra motivada pelo corso holandês, se percebeu por meio do cômputo de comerciantes situados em Lisboa no ano de 1626, um agravamento das perdas de embarcações saídas do Brasil, e estas estariam em torno de 120 (respaldavam-se em cálculos do ano de 1624). Já no início de 1626, somente 20 conseguiram fazer a travessia. Bahia e Pernambuco, habituados a receber entre 80 a 100 embarcações, no ano de 1627 contavam com três no máximo, às vezes não se encontrando nenhuma. Entre os anos de 1625 e 1626, 80 embarcações tinham sido apresadas, sendo 60 delas com carregamentos de açúcar. Calculado o prejuízo pelo Conselho de Estado no triênio de 1623 a 1626, aos 5 milhões de ducados, sendo desse total, 3 milhões empreendidos no transporte de açúcar (MELLO, 1981).

Não tendo êxito na Bahia na sua primeira investida em 1624, a WIC, voltou-se para Pernambuco em 1630. Para tal investida, por se encontrar deficitária da monta anterior de 1624, armou-se com os espólios da captura de uma nau proveniente da Nova Espanha. Era o carregamento anual de prata que vinha nos galeões espanhóis, sob o comando do capitão Don Juan de Benevidez y Bazan, em 1628. Um apresamento sem precedentes na história da pirataria (RORIZ, 2014), pois se tratava de um carregamento cobiçado por inúmeros piratas e corsários, e Piet Pieterszoon Heyn foi o holandês cujo assalto lhe rendeu notoriedade e fortuna. Desse feito, foi composto até um *lied*<sup>12</sup>, exaltando o fato, uma curta peça musical cantada em língua germânica, a seguir:

*Piet Gein, Pet Hein!*  
(Seus feitos são grandes).

11 IHGB. Cartas do Ouvidor Geral do Rio de Janeiro, Miguel Sequeira Castelo Branco, p. 191-199. Conselho Ultramarino, v. 22. 1691.

12 Música atribuída a Piet Hein.

*Die heeft gewonnen de Zilvervloot!*

(Ele apresou a frota de prata!)

*Zijn daden bennen groot.*

(Seus feitos são grandes).

Com 12 milhões de florins, a WIC pôs-se a financiar a nova campanha, colocando na mesa uma longa listagem de argumentos na tentativa de convencer seus patrocinadores ao novo empreendimento, além de um bom tempo para prepararem a armada antes de rumarem a Pernambuco.

### 3.6 Batalhas e guerrilhas em Pernambuco

Foram inúmeros os embates entre os holandeses e luso-brasileiros, comandados pelos senhores de engenho, que mobilizavam, por sua vez, os colonos nas companhias de emboscadas. A lista apresentada abaixo reflete o quanto foram constantes e intermitentes, vindo finalizar somente no ano de 1654, com a capitulação holandesa.

Data	Local
01.08.1624	Monsserate
07.04.1625	Mamanguape
01.08.1625	Baía da Traição
? .12.1629	Fernando de Noronha
15.02.1630	Pau Amarelo
16.02.1630	Olinda-Nas Prox. da direita do Rio Doce
19.02.1630	Recife
20.02.1630	Recife Forte de São Jorge
24.02.1630	Recife
01.03.1630	Recife - Forte de São Jorge
02.03.1630	Recife – Forte de São Jorge
14.03.1630	Arraial do Bom Jesus
18.04.1630	Cacimbas-Ilha de Santo Antonio
14.05.1630	Olinda
24.05.1630	Forte de Santo Antonio - Recife
24.05.1630	Forte Ernestus-Ilha de Stº Antonio-Recife
11.07.1630	Salinas-Santo Amaro
10.08.1630	Sítio Buraco de Santiago
14.08.1630	Forte de Santo Antônio
23.09.1630	Salinas, Margem direita do Rio Beberibe
14.10.1630	Salinas – Santo Amaro
16.10.1630	Rio Doce
21.10.1630	Forte de Muribeca
03.11.1630	Forte de São Jorge – Recife

Data	Local
25.01.1634	Igarauá
01.03.1634	Cabo de Santo Agostinho
05.03.1634	Pedras Negras
30.03.1634	Arraial do Bom Jesus
06.12.1634	Apipucos/Recife
26.12.1634	Campina do Brito
29.01.1635	Monte Miritibi
01.02.1635	Engenho Muçurepe
08.02.1635	Santa Ana (engenho?)
15.02.1635	Engenho Muribeca
17.02.1635	São Lourenço da Mata
04.04.1635	Arraial do Bom Jesus
11.04.1635	Engenho de Palma
18.04.1635	Arraial do Bom Jesus
15.05.1635	Arraial do Bom Jesus
18.05.1635	Outeiro do Barbosa, Prox. do Arraial do Bom Jesus
18.05.1635	Nazaré/Forte do Cabo
02.06.1635	Nazaré /Forte do Cabo
08.06.1635	Arraial do Bom Jesus
16.04.1636	Engenho Velho
23.04.1636	Una
23.04.1636	São Lourenço da Mata
11.08.1636	Goiana
22.08.1636	Terra Nova margem esquerda do rio Tracunhaém
24.10.1636	Rio Formoso

20.11.1630	Olinda
16.01.1631	Olaria/prox. Olinda
28.01.1631	Santo Amaro (periferia de Olinda)
03.02.1631	Forte Waerdenburch-Forte das Três Pontas
03.03.1631	Forte Santo Antônio
25.06.1631	Reduto de Perrexil em Olinda-Forte do Buraco
10.07.1631	Afogados
25.11.1631	Olinda
13.02.1632	Cabo de Santo Agostinho
01.05.1632	Santa Cruz (canal de santa Cruz)
21.06.1632	Estância de Nossa Senhora da Vitória
19.10.1632	Tacaruna (nas proximidades do Recife)
07.02.1633	Rio Formoso
24.03.1633	Arraial do Bom Jesus
15.07.1633	Engenho da Várzea
25.07.1633	Arraial do Bom Jesus
08.08.1633	Capibaribe
06.09.1633	Igarapé
08.09.1633	Jaguari
08.09.1633	Jangada
26.09.1633	Guararapes
06.10.1633	Guararapes

17.11.1636	Anatuba
01.01.1637	Sirinhaém
12.01.1637	Rio Formoso
04.03.1637	O Forte de Santo Agostinho
12.01.1640	Ponta das Pedras/ Itamaracá
13.01.1640	Ponta das Pedras/ Itamaracá
13.01.1640	Cabo Branco
14.01.1640	Ponta das Pedras/ Itamaracá
17.01.1640	Ponta das Pedras/ Itamaracá
17.01.1640	Baia Formosa
18.01.1640	Baía da Traição
28.02.1640	Goiana
17.06.1645	Ipojuca
24.06.1645	Tabatinga - Engenho de Tabatinga
03.08.1645	Monte das Tabocas
06.08.1645	Sirinhaém - Vila Formosa
17.08.1645	Casa Forte
09.09.1645	Tamandaré
11.09.1645	Inhobim
11.09.1645	Tibagi
14.09.1645	Itamaracá
20.09.1645	Catuama
21.09.1645	Conceição de Itamaracá
25.09.1645	Itamaracá
16.10.1645	Mazombos/entre Boa Vista e Olinda

Data	Local
10.11.1645	Mingau/no Jiquiá-Recife (9?)
12.01.1646	Afogados
22.01.1646	Afogados
22.01.1646	Barreta/Recife
24.04.1646	São Lourenço de Tejucofapo
15.06.1646	Porto dos Marcos
29.06.1646	Tigipió
20.07.1646	Marcos André
05.08.1646	Olinda
03.09.1646	Cabo de Santo Agostinho
07.11.1646	Asseca-Recife
06.11.1646	Recife - Capibaribe
05.01.1648	Guaraíras
04.02.1648	Itapecima (Itapecima /Porto do Marcos)
18.04.1648	Barreta/Recife
19.04.1648	Guararapes
22.04.1648	Olinda
21.05.1648	Estância

Data	Local
18.08.1648	Estância
07.04.1649	Madalena
19.02.1649	Guararapes
25.08.1650	Estância de Mendonça / Recife
07.10.1650	Estância do Aguiar
15.12.1650	Salinas
15.01.1651	Salinas ou Soutpanne
01.11.1651	Engenho Mingau/Forte Prinz Wilen
03.05.1652	Tigipió
12.11.1653	Engenho Mingau/Estância de Aguiar
20.12.1653	Olinda
15.01.1654	Rego/Recife
19.01.1654	Forte Altenar
21.01.1654	Reduto Amélia
21.01.1654	Reduto Emília
23.01.1654	Recife
28.01.1654	Recife

Quadro1 - Vários Locais de Embates

Fonte: Dicionário de Batalhas Brasileiras (1987)<sup>13</sup> ; Efemérides Brasileiras,<sup>14</sup> com adaptações.

## 4 | CONCLUSÃO

O curso holandês financiado pela WIC, atuou no litoral do Brasil fazendo brotar vários combates entre as partes envolvidas, envolvendo luso-brasileiros, espanhóis, índios e negros lutando com seus terços à mercê do Brasil. As lutas se minaram pelo litoral nordestino. Os Países Baixos procuravam saída para o comércio e viam no Brasil uma oportunidade de empreender, visto o beneplácito do Conselho dos Dezenove. Na Bahia, estiveram entre 23 de dezembro de 1599 e 18 de junho de 1653. Na Paraíba, de 1º de agosto de 1625 a 14 de janeiro de 1640. Em Alagoas, de 4 de dezembro de 1632 a 7 de agosto de 1648. Houve também incursões em

13 DONATO, Hernâni. **Dicionários das Batalhas Brasileiras**. São Paulo: IBRASA, 1987.

14 RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos. **Efemérides, 1845-1912**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945.

Sergipe, Rio Grande do Norte, Pará, Maranhão e Espírito Santo. Os levantes foram intermitentes e em lugares variados.

Armaram-se e rumaram de Texel ao Brasil, a 14 de setembro de 1629. Uma frota composta por 67 navios e 13 mil homens, sob o comando do general Henrique Lonck. A 14 de fevereiro de 1630, o comboio surgiu na Costa de Olinda por volta do meio-dia. No dia 15, do navio capitânia *Hollandia*, Lonck sinalizou aos navios bombardeiros para adentrarem na barra e ocuparem o Forte de São Jorge. No comando deste, estava Antonio de Lima, e o Forte da Barra estava sob a chefia de Manoel Pacheco de Aguiar. Os holandeses queimaram embarcações e puseram ao fundo outras. Desembarcaram 2800 homens na praia do Pau Amarelo, a marcharem em direção à Vila. O governador-geral Matias de Albuquerque Coêlho comandou seus 600 homens entre artilharia, companhias de emboscadas e trincheiras, dividindo-se entre os fortes e fortins com grande ajuda de André Themudo, do capitão Jorge Cabral da Câmara, de índios chefiados por Felipe Camarão, de terços de negros e da colaboração dos presos liberados da cadeia, instalando-se em pontos estratégicos para a defesa da cidade.

O inimigo entrou e saqueou. Os luso-brasileiros perseveraram no combate por meio da formação de companhias de emboscada, o que representou uma inovação frente aos holandeses. Refugiaram-se os moradores no Arraial do Bom Jesus. Voaram balas de canhão de até um quilo e meio, e a cidade foi destruída. Nesse intento, o governador-geral, Matias de Albuquerque, e seus homens continuaram a combater, porém, forças e resultados foram desiguais. Também acudiu o Recife, enviando alguns terços de combate, mas sem muito efeito positivo. Em outubro de 1631, no dia 24, Olinda foi incendiada e veio a ruir em parte. Não conseguindo o intento que lhe fora atribuído em Madrid, pelo conde-duque Olivares, Matias de Albuquerque foi enviado a Lisboa encarcerado. Quanto ao general Lonck, foi bem-sucedido na expedição e logo depois foi a novas conquistas, permanecendo os holandeses em Pernambuco até a sua capitulação em 1654.

## REFERÊNCIAS

ABREU, J. Capistrano de. Capítulos de História Colonial (1500-1800). **Sociedade Capistrano de Abreu**, F. Briguiet & C<sup>a</sup>, 1934.

AMARAL, Sylvino Gurgel do. **Ensaio sobre a vida e obra de Hugo de Groot**. Rio de Janeiro: Editora H. Garnier, 1903.

COÊLHO, Duarte de Albuquerque. **As memórias diárias da guerra do Brasil: 1630 – 1638**. 2. ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.

DONATO, Hernâni. **Dicionários das batalhas brasileiras**. São Paulo: IBRASA, 1987.

FERREIRA, Ana Maria P. **O essencial sobre o corso e a pirataria**. Lisboa: Editora Imprensa – Casa da Moeda, 1985.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho; HUE, Sheila. **Piratas no Brasil: as incríveis histórias dos ladrões dos mares**. São Paulo: Editora Globo, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia**. São Paulo: Editora Atlas, 1988.

GROTIUS, Hugo. **O direito da guerra e da paz**. 2. ed. Ijuí: Unijuí, v.2. 2005.

MALHEIROS, Agostinho Marques Perdigão. **Índice chronologico dos factos mais notaveis da Historia do Brasil desde seu descobrimento em 1500 até 1849**, 1850.

MELLO, José Antonio Gonçalves de. **Fontes para a história do Brasil holandês: a economia açucareira**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1981.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste (1630-1654)**. Forense-Universitária. Rio de Janeiro, 1975.

MOLLAT DU JOURDIN, Michel. **A Europa e o mar**. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

PALHA, Fernando. **A Carta de Marca de João Ango: Exposição Summaria dos Factos Extrahida de Documentos Originaes e Ineditos**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1882.

PÉREZ, José Manuel Santos. **Dutch Colonial Fortifications in Brazil (1600-1654)**. New Holland Foundation – Amsterdam, 2015.

PIET HEIN - DE ZILVERVLOOT. //Dutch and English Lyrics// “Spanish Treasure Fleet”. Publicado em: 23 de out de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=66diyikSJ38>. Acesso em: 19 jan. 2019.

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos. **Efemérides, 1845-1912**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945.

RORIZ, Aydano. **Invasão a Pernambuco: Epopeia Holandesa no Brasil**. São Paulo: Editora Europa, 2014.

SILVA, Alberto Alves da. **Holandeses na Bahia – (1624-1625)**. Comemorando o tricentenário de sua expulsão. Bahia: A Nova Graphica - Travessa da Garapa, 25,1925.

STOLS, Eddy. Os mercadores flamengos em Portugal e no Brasil antes das conquistas holandesas. **Anais de História**. Assis. v.5, p. 9-54,1973.

VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

UNCLOS - **Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar**. Disponível em: [http://www.un.org/depts/los/convention\\_agreements/convention\\_overview\\_convention.htm](http://www.un.org/depts/los/convention_agreements/convention_overview_convention.htm). Acesso em: 13 jan. 2019.

## DOCUMENTOS

PT/TT/CC/1/88/72, Cota atual: Corpo Cronológico, Parte I, mç. 88, nº 72 (1552).

PT/TT/CC/1/74/99 - Cota atual: Corpo Cronológico, Parte I, mç. 74, nº 99 (1552).

PT/TT/MMCG/7D/000049 16??. - Cota atual: Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça – tomo 7D, p-311.

IHGB. Cartas do Ouvidor Geral do Rio de Janeiro, Miguel Sequeira Castelo Branco, p. 191-199. Conselho Ultramarino, v. 22.



## CACAU, CRAVO E AS “DROGAS DO SERTÃO”: O GOVERNADOR FRANCISCO XAVIER DE MENDONÇA FURTADO E A CRIAÇÃO DA COMPANHIA GERAL DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO

*Data de aceite: 28/01/2020*

*Data de submissão: 01/11/2019*

### **Frederik Luiz Andrade de Matos**

Instituto Federal do Pará - Campus Óbidos  
Óbidos – Pará

<http://lattes.cnpq.br/1629489645583264>

### **Osimar da Silva Barros**

Instituto Federal do Pará - Campus Óbidos  
Óbidos – Pará

<http://lattes.cnpq.br/9967642970543386>

**RESUMO:** A criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, fez parte de uma série de medidas adotadas pelo governo português na figura do seu mais famoso secretário, Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal. Entretanto, a historiografia destaca para a formação de tal companhia monopolista o papel fundamental do governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Sebastião José. Mendonça Furtado usando da tópica do estado de penúria e pobreza dos moradores da colônia em suas correspondências trocadas tanto com seu irmão, quanto com outros agentes da Metrópole, buscava convencer a administração real da necessidade da criação de uma companhia monopolista de comércio

que se encarregasse de promover a introdução de escravizados africanos, haja visto existir um intenso debate na colônia acerca da liberdade dos indígenas envolvendo diversos agentes coloniais. O governador buscava então com a criação dessa companhia fomentar a agricultura local, levando assim a um comércio vigoroso. Porém, percebemos perspectivas diferentes em relação a esse fomento da agricultura ao longo dos anos do governo de Mendonça Furtado. Inicialmente apontava que desejava incrementar a cultura de alguns gêneros, como açúcar, tabaco, arroz e algodão, deixando em segundo plano os gêneros locais, conhecidos como “drogas do sertão”. Entretanto, em correspondências enviadas logo após a criação da empresa monopolista, Mendonça Furtado revela atenção com a possibilidade do aumento da produção desses gêneros locais, como cacau, café, cravo fino e grosso, salsaparrilha e anil, produtos que já desde a primeira metade do século XVIII já eram negociados em Lisboa. Fica perceptível, portanto, o caráter oscilante das correspondências de Mendonça Furtado quanto aos gêneros que deveriam responder diretamente a partir do incremento da mão de obra cativa africana após a criação da Companhia Geral.

**PALAVRAS-CHAVE:** Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão; Mendonça Furtado; “drogas do sertão”; cacau

## THE GOVERNOR FRANCISCO XAVIER DE MENDONÇA FURTADO AND THE CREATION OF THE GENERAL COMPANY OF GRÃO-PARÁ AND MARANHÃO

**ABSTRACT:** The creation of the General Company of Grão-Pará and Maranhão, in 1755, was part of a series of measures adopted by the Portuguese government in the figure of its most famous secretary, Sebastião José de Carvalho e Melo, the future Marquis of Pombal. However, historiography highlights for the formation of such a monopoly company the fundamental role of the governor of the State of Grão-Pará and Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, brother of Sebastião José. Mendonça Furtado using the topic of the state of penury and poverty of the colony in its correspondence exchanged with both its brother and other agents of the Metropolis, sought to convince the royal administration of the necessity of the creation of a monopolistic trading company that would promote the introduction of African slaves, since there was intense debate in the colony about indigenous freedom involving various colonial agents. The governor then sought with the creation of this company to foster local agriculture, thus leading to vigorous trade. However, we perceive different perspectives regarding this promotion of agriculture over the years of Mendonça Furtado's government. He initially pointed out that he wanted to increase the culture of some genres, such as sugar, tobacco, rice and cotton, leaving the local genres known as "sertão drugs" in the background. However, in correspondence sent shortly after the creation of the monopoly company, Mendonça Furtado reveals attention to the possibility of increasing the production of these local genres, such as cocoa, coffee, fine and coarse cloves, sarsaparilla and indigo, products that since the first half of eighteenth century years were already negotiated in Lisbon. Therefore, the oscillating character of Mendonça Furtado's correspondences regarding the genres that should respond directly from the increase in African captive labor after the creation of the General Company is noticeable.

**KEYWORDS:** General Company of Grão-Pará and Maranhão; Mendonça Furtado; "backwoods drugs"; cocoa

A criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão em 1755, enquadra-se como uma das principais medidas tomadas por Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, na tentativa de fomento econômico para o Reino português, mais especificamente para a colônia do norte da América portuguesa. Os desdobramentos iniciais da criação de tal companhia monopolista, a participação do seu irmão e governador do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, e a percepção deste sobre a questão do comércio das chamadas "drogas do sertão", serão objetos de análise neste trabalho. Antes, porém, façamos uma breve contextualização desse período.

Em agosto de 1750 sobe ao poder como rei de Portugal, D. José I, filho de D. João V. Rapidamente o novo rei promove mudanças nos titulares das pastas do seu ministério. Do ministério anterior apenas Pedro da Mota e Silva permanecia com o

seu cargo, a pasta dos Negócios do Reino. Diogo de Mendonça Corte Real, pasta da Marinha e Domínios Ultramarinos e Sebastião José de Carvalho e Melo, na pasta dos Negócios Estrangeiros e Guerra, substituíram, respectivamente, Antônio Guedes Pereira e Marco Antônio de Azevedo Coutinho, ambos falecidos. Esse gabinete ministerial permaneceria até 1756, quando houve mudanças que levaram Sebastião José à ascensão política no reinado josefino, assumindo o cargo de Secretário dos Negócios do Reino, substituindo Pedro da Mota e Silva, falecido. Arrogando-se de tal secretaria tratou de trocar o titular da pasta da Marinha e Domínios Ultramarinos por Tomé Joaquim da Costa Corte Real (ficando este no cargo até 1760) e deixando no seu lugar na Secretaria dos Negócios Estrangeiros e Guerra, D. Luís da Cunha Manoel (SERRÃO, 2004, pp. 36-37; SUBTIL, 1998, pp. 416-417).

Devemos lembrar que a troca desse ministério ocorreu após o famoso e terrível terremoto de 1º de novembro de 1755, que atingiu Portugal, principalmente Lisboa. Foi justamente após esse fatídico acontecimento que, de acordo com a historiografia, Sebastião José tomou a frente da reconstrução de Lisboa e a ordenação das medidas possíveis para o soerguimento da economia portuguesa, que sofreu reveses com o sinistro. No momento em que assume a Secretaria de Estado mais importante, Sebastião José revela o seu intuito de controle e centralização das decisões políticas, ao ordenar aos conselhos e tribunais que todas as consultas fossem repassadas para a sua Secretaria, comprometendo-se então a encaminhar ao despacho do rei (SUBTIL, 1998, p. 417).

Não cabe aqui fazermos um levantamento biográfico da vida de Sebastião José de Carvalho e Melo, tanto antes como depois da sua ascensão como Secretário principal do reinado de D. José I, apenas destacaremos algumas de suas ações que terão impacto direto na administração governativa do Estado do Grão-Pará e Maranhão. A primeira medida, e talvez a desencadeadora de todas as outras, que nem saiu propriamente das mãos de Sebastião José, mas foi de fundamental importância para as decisões que se seguiriam aos longos dos anos, foi a nomeação de seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, como governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão e responsável pela demarcação de limites com os territórios espanhóis no norte da América portuguesa. Para este trabalho importa diretamente o papel de Mendonça Furtado na constituição da Companhia Geral Grão-Pará e Maranhão (doravante CGGPM).

Quase todos os estudos efetuados ou que situam a CGGPM durante o período denominado pombalino, apontam a figura de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão-general do Grão-Pará e Maranhão durante os anos de 1751-1759, como o grande artífice da criação e introdução da companhia monopolista na colônia do norte da América portuguesa. Desde seus primeiros anos de governo, o irmão de Sebastião José já alimentava em suas correspondências trocadas com

este, mas também com outros membros do gabinete de D. José I, a ideia de que no Estado do Grão-Pará e Maranhão deveria existir uma companhia monopolista de grandes cabedais, que fomentasse o comércio a partir de uma massiva introdução de cativos africanos, sendo tal ideia também difundida entre os colonos (MENDONÇA, vol. 1, 2005, p. 206; pp.399-400). Tal proposição de introdução do braço africano, aumentando concomitantemente, a coleta das “drogas” e o cultivo de gêneros exportáveis, era uma temática que permeou diversas correspondências trocadas entre os governadores do Maranhão e Grão-Pará ao longo da primeira metade do século XVIII, principalmente, alimentadas através dos intensos debates entre os missionários religiosos e os moradores acerca da liberdade dos indígenas, chegando até o governo de Mendonça Furtado (CARREIRA, 1988, p. 52). Tal situação, inclusive, foi o tema central de uma correspondência trocada entre Mendonça Furtado e o governador do Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura, em que Furtado discorria sobre a ideia de que os índios não deveriam ser escravos, e que para isso necessitava-se da introdução massiva de escravos africanos, algo que seria alcançado com a criação de uma Companhia monopolista de comércio, buscando assim o crescimento do Estado, abastecendo inclusive, as minas de Mato Grosso (MENDONÇA, vol. 2, 2005, pp.163-169)

Nunes Dias apresenta um historial acerca dos passos anteriores à criação da CGGPM, mostrando como parte de Mendonça Furtado a iniciativa de incutir na Corte a ideia da instituição de uma companhia monopolista para a colônia. Entretanto, o mesmo toma como ponto de partida o ano de 1754, revelando que Mendonça Furtado envia cartas ao Reino apontando que os moradores das capitanias do Grão-Pará e Maranhão suplicavam ao rei a criação de uma companhia de comércio que pudesse lhes favorecer no tocante aos produtos enviados à metrópole e ao comércio de escravos de África. Os moradores pediam que essa companhia monopolista fosse criada para o bem comum do comércio do Reino e dos moradores da colônia; incluindo uma lista com três privilégios: concessão de livre navegação das madeiras, pelo prazo de trinta anos; a não penhora nas ações dos interessados a partir das dívidas futuramente contraídas pelos mesmos e que não ficassem sujeitos à confiscação os cabedais daqueles que investissem na companhia, mesmo em casos de crimes. (DIAS, 1970, pp. 200-203; AHU, 1754). Asseverava o governador que a única forma de acabar com a ruína em que se encontrava o Grão-Pará e Maranhão era a criação de uma Companhia de comércio que introduzisse o braço cativo africano, beneficiando a agricultura da região, chamando a atenção dos homens de negócio da praça de Lisboa para que endossassem tal iniciativa (ABAPP, 1902, pp. 207-209; MENDONÇA, vol. 2, 2005, pp. 65-67).

Justamente a partir de uma observação de um negócio praticado no Estado após a chegada de um navio trazendo escravos de Cabo Verde, em que estes

eram vendidos a preços exorbitantes, Mendonça Furtado não via outro meio para remediar tal situação senão a criação de uma Companhia Geral de Comércio. Pois, os moradores sofrendo com os abusivos preços cobrados pelos escravos negros que eram comerciados, poderiam voltar-se ao cativoiro dos índios. Tal carta, retoma os três privilégios pedidos pelos moradores, “os quais em coisa nenhuma prejudicam ao público, ou à Fazenda Real”. Se referindo ao último privilégio, Furtado cita que não era novidade que cabedais saíssem do Reino para comporem Companhias em Inglaterra e Holanda, “dando assim força aos nossos inimigos”. Concluía seu raciocínio, pedindo ao rei que levasse em consideração esse seu pedido, recorrendo a uma retórica religiosa e de defesa do território, caso houvesse uma guerra de religião na colônia, lembrando que Inglaterra e Holanda mantinham colônias vizinhas ao Grão-Pará e Maranhão (MENDONÇA, vol. 2, 2005, pp.71-73). Mendonça Furtado empenhava toda a sua força na criação da empresa monopolista, chegando a afirmar ao irmão em uma de suas cartas que “ultimamente, eu tenho nesta Companhia todo aquele empenho que devo ter em que se restabeleça este miserável Estado, e me persuado que este é um dos meios que se lhe pode aplicar para se conseguir aquele interessantíssimo fim” (MENDONÇA, vol. 2, 2005, p.122).

Salientamos a ressalva feita por Patrícia Sampaio acerca desse pedido inicial dos moradores e do papel do governador Mendonça Furtado para a criação da CGGPM, a partir da interpretação dos principais historiadores que estudaram a CGGPM, Nunes Dias e Antônio Carreira. Mendonça Furtado acreditava piamente que a forma de desenvolver o comércio em terras amazônicas passava pela formação de uma Companhia de comércio. Para isso, buscou contar com o apoio daqueles considerados “homens de negócio” do Estado do Grão-Pará e Maranhão, que recusaram inicialmente a proposta do governador para que participassem de tal empreitada. Mendonça Furtado então recorre aos oficiais militares, que apoiam tal iniciativa e colaboram com contribuições para a formação do fundo da empresa. Esta contribuição acabou sendo associada aos “homens de negócio” do Estado nas narrativas de Nunes Dias e Antônio Carreira, corroborando para as teses de ambos de que os moradores do Grão-Pará e Maranhão adeririam prontamente à proposta da criação da CGGPM, por conta da extrema pobreza de tais praças mercantis, algo que não se percebe ao analisar as missivas trocadas entre Mendonça Furtado e Sebastião José (SAMPAIO, 2012, p. 175).

Seguindo seu desejo de ver em operação a Companhia de Comércio, Mendonça Furtado escreve ao irmão, apresentado um esboço de normas para pôr em funcionamento a empresa monopolista, feito a partir do que ele dizia trazer de “suas experiências passadas”. Tal esboço, com 27 parágrafos, será aperfeiçoado e acrescentado, originando assim os Estatutos da CGGPM, publicados em 1755 (MENDONÇA, vol. 2, 2005, pp.84-94).

Após essas diversas correspondências e de todo o empenho para a consecução de seu projeto, Mendonça Furtado recebe do irmão ministro as respostas que tanto almejava. Sebastião José refere a criação da CGGPM como a base para dois assuntos que permeavam as correspondências trocadas entre os dois durante os primeiros anos em que Mendonça Furtado esteve à frente do governo do Grão-Pará e Maranhão – a taxação das cômputas aos missionários das ordens religiosas e a liberdade dos índios. Apontava então, o futuro Marquês de Pombal, que a CGGPM havia sido aprovada, indo além na sua conformação do que havia sido sugerido por Mendonça Furtado nos termos que havia enviado como esboço, e muito além do que os moradores desejavam. O Estado assim estaria sempre abastecido de mantimentos enviados do Reino e os moradores estariam servidos de uma companhia que tomasse para si os gastos com direitos de entrada e saída de gêneros, fretes, seguros e avarias, além de ser o comprador certo dos produtos amazônicos com navios regulares para o transporte, diferentemente do que ocorria com os negócios incertos com os comissários volantes. Descrevia, ainda, que os diretores da referida companhia monopolista haviam sido escolhidos pelo próprio rei (MENDONÇA, vol. 2, 2005, pp.358-360).

Essa notícia dada por Sebastião José ao seu irmão sobre a aprovação da criação da CGGPM foi a concretização de um processo na Corte que contou com a somatória dos pedidos do governador do Grão-Pará e Maranhão mais uma petição assinada por alguns comerciantes lisboetas, no caso “dez homens de negócio da praça de Lisboa”, e que foi ratificado por Sebastião José, alcançando a forma de Alvará régio em 7 de junho de 1755. Dessa forma, estava instituída a Companhia a partir da publicação e confirmação de seus Estatutos (DIAS, 1970, pp. 207-209). Importante destacar e dar relevo que a criação da CGGPM é contemporânea a duas leis que trarão uma modificação profunda no cotidiano dos moradores do Grão-Pará e Maranhão, a primeira de 6 de junho de 1755, que decretava a liberdade irrestrita dos índios, a conhecida Lei da liberdade dos índios; e a segunda lei editada no dia seguinte, que estabelecia o fim da jurisdição espiritual e temporal que as ordens missionárias possuíam nas suas missões e aldeamentos. No bojo dessas leis determinou-se a elevação dos antigos aldeamentos em vilas, que juntamente, com a criação do *Diretório dos Índios*, proporcionou a tutela dos indígenas por seculares e funcionários régios, os chamados Diretores das vilas (COELHO, 2005; SOUZA JUNIOR, 2012).

Os Estatutos da Companhia, no total de 55 parágrafos, foram produzidos e datados de 6 de junho de 1755, e aprovados por alvará do rei D. José I no dia seguinte. Iniciava assim o trabalho da referida Companhia e seu monopólio do comércio do Estado do Grão-Pará e Maranhão (INSTITUIÇÃO..., 1755).

Vale ressaltar que a criação de tal companhia monopolista não esteve isenta

de críticas, principalmente em Lisboa. Em um documento não datado, mas que se referia como ponto de partida ao alvará de criação da CGGPM, sete deputados da Mesa do Espírito Santo dos Homens de Negócio apresentavam à Corte uma extensa reclamação contra a Companhia de comércio. Dividido em quatro partes, tal documento apontava um histórico de insucessos que remontava desde a criação da Companhia de Comércio do Maranhão, de 1682, extinta a partir do levante do povo, a conhecida Revolta de Beckman, passando pela concepção de que o comércio do Grão-Pará e Maranhão seria arruinado, caso se confirmasse o monopólio. Este documento trouxe um efeito devastador para a Mesa do Espírito Santo. Por conta dos termos utilizados no documento seus signatários foram acusados de crime de lesa-majestade, sendo seus membros desterrados para diversas partes do Reino e como complemento a essa punição, este órgão foi extinto e em seu lugar foi reestabelecida a Junta do Comércio (CARREIRA, 1988, pp. 54-55).

Claramente que tal reação opositiva à criação da CGGPM no Reino chegou até Mendonça Furtado por via de Sebastião José. Este informava ao irmão governador que a notícia da formação da CGGPM em Lisboa foi saudada com grandes manifestações de alegria e de concordância, porém, os religiosos da Companhia de Jesus usaram dos púlpitos das igrejas para criticarem tal fato, ganhando com isso alguns adeptos, persuadindo assim sete dos doze deputados da Mesa do Espírito Santo, mais o advogado João Tomás de Negreiros, a levantarem um manifesto contra a formação da companhia monopolista, como referido mais acima. Tal situação desencadeou uma série de admoestações ao Prelado dos jesuítas, que passaram a ser vistos como “inimigos do bem comum”. Prevenia assim Sebastião José ao irmão que se tais fatos também se verificassem na colônia, com os jesuítas promovendo tais sublevações, o governador deveria tomar medidas mostrando para os moradores o quão importante para a economia dos mesmos e do Estado era a formação da companhia monopolista (MENDONÇA, vol. 2, 2005, pp.364-369).

Inicialmente, Sebastião José fora informado pelo governador interino do Estado do Grão-Pará e Maranhão, o Bispo do Pará D. Miguel de Bulhões, que o povo recebeu a notícia da instituição da CGGPM com grande alegria e júbilo, fazendo logo circular tal notícia assim que a recebeu. Em audiência fechada com os membros do Senado da Câmara, houve também contentamento, tanto que tais indivíduos mandam uma carta ao rei, que seguiu em anexo à do bispo, agradecendo por tal iniciativa (AHU, 1755).

Porém, assim como no Reino, os jesuítas também foram acusados na colônia de se manifestarem desfavoráveis à Companhia monopolista. Em uma carta em que dizia ao irmão sobre o que se sabia através do bispo D. Miguel de Bulhões sobre a alegria do povo com a criação da CGGPM e informado de que a reação no Maranhão também fora bastante positiva em relação à empresa (dois anexos dessa

carta trazem trechos das correspondências vindas de São Luís demonstrando isso), Mendonça Furtado se mostrava escandalizado com os procedimentos dos padres Roque Hunderfundt e Aleixo Antônio, que assim como o padre Balester, no Reino, usaram do púlpito para se levantar contra a Companhia, afirmando que seria um “pecado mortal” associar-se a tal empresa, buscando levar o povo a revoltar-se contra os ministros do rei e até mesmo contra Sua Majestade (AHU, 1755; MENDONÇA, vol. 2, 2005, pp. 496-498).

Não encontramos em outras correspondências situações que remetessem a esse acontecido, mas supomos que tais pequenas desavenças e críticas dos jesuítas na colônia não tenham cessado de imediato, porém, não perduraram muito tempo, pois em 1759, após um decreto do rei D. José I, os missionários inacianos foram mandados recolhidos a Lisboa, em um contexto de expulsão dos mesmos dos domínios portugueses (SOUZA JUNIOR, 2012).

Mas os religiosos não aparecem como “inimigos” do Grão-Pará e Maranhão apenas no contexto de criação da CGGPM. Entre os inúmeros escritos em que aponta e denuncia os supostos desmandos dos missionários, que acarretavam em destruição do comércio da colônia, destacaremos um que o governador apresenta ao seu irmão o procedimento dos religiosos com relação às “drogas” coletadas no sertão, que traria como consequência a ruína dos moradores. Mendonça Furtado mostrava que além dos artifícios que utilizavam para incutir nos índios o desejo de não servirem aos moradores, através de fugas e recusas em aceitar os pagamentos oferecidos pelos seus serviços, ocasionando a diminuição do comércio dos moradores nos sertões, os missionários obtinham excessivos lucros com seus produtos por não pagarem direitos sobre os efeitos (gêneros) da terra, nem na Alfândega na colônia (NEVES NETO, 2013, pp. 111-154) e, nem no Consulado e na Mercearia em Lisboa dos produtos embarcados de volta para a colônia, quitando apenas o devido na entrada na Casa da Índia, no Reino.

O governador então apresenta uma conta das despesas pagas no embarque dos gêneros que eram enviados pelos moradores, comparando com os que eram embarcados pelos religiosos. Ao sair da colônia as “drogas” sempre eram pesadas e se pagava à Fazenda na saída 40%, por cada arroba de cacau, o que no ano da escrita da carta (1752) valia 10 tostões; pagava-se então um tostão, e acrescentava no ver o peso mais 10 réis, perfazendo 11%. Ao entrar na Casa da Índia, em Lisboa, cada arroba pagava de direitos 400 réis, acrescentado em 100 réis de outras miudezas, somando assim 50% e juntando os direitos de saída totalizava 60%. Já as fazendas que se enviavam para a colônia, pagavam tais produtos no Consulado 4% e se fossem do país mais 5% na Mercearia, somando a saída em Lisboa 9%. Ao entrar na Alfândega do Pará, essas fazendas pagavam mais 10%, que somados ao que foi pago na saída de Lisboa perfazia 19%, que juntas aos 60% pagos dos efeitos que



eram enviados da colônia, somavam quase 80% sobre todo o comércio do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Ora, como os missionários não pagavam nem direitos de saída dos gêneros da terra, nem muito menos os de saída no Consulado e na Mercearia em Lisboa, e os de entrada na Alfândega na colônia, ganhavam os padres 80% acima de todos os negociantes do Grão-Pará e Maranhão, demonstrando assim o total estado de decadência em que se encontrava o comércio do Estado, detido nas mãos dos missionários (MENDONÇA, vol. 1, 2005, pp. 120-121).

Conseguindo chegar até o Reino reclamações e impressões sobre a colônia, como essa acima e outras com acusações pintadas com cores cada vez mais fortes, Mendonça Furtado atrai a atenção do irmão ministro que endossa seu projeto de constituição de uma companhia monopolista que procedesse com essa tarefa de abastecer a colônia do norte da América Portuguesa com escravizados africanos. Diversas missivas trocadas entre o governador e agentes metropolitanos denotam uma quase obsessão de Mendonça Furtado por recuperar a economia do Estado através da intensa entrada de cativos africanos, como pode ser exemplificada em uma carta trocada entre o ele e o governador do Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura. Ao noticiar a confirmação da criação da companhia monopolista, Mendonça Furtado descreve que o “objeto desta grande e autorizada companhia, é o comércio deste Estado”, para logo em seguida apontar o que achava mais importante com a formação da CGGPM

neste comércio geral se compreende o grande ramo da introdução dos pretos, que é o que faz o objeto deste importante estabelecimento, e com esse meio, não pode deixar de se introduzir nessas minas todos os pretos de que elas necessitam (MENDONÇA, vol. 2, 2005, p. 487).

Essa introdução de escravizados africanos de forma regular pela Companhia supriria duas demandas: o barateamento na aquisição de negros pelos lavradores, com uso também para as minas e a extinção do cativo indígena. Dessa forma, as lavouras teriam maior crescimento, fomentando o comércio dos gêneros exportáveis. Interessante destacar que o tema do crescimento da agricultura parece ser um elemento secundário nos primeiros escritos de Mendonça Furtado para os agentes metropolitanos, eclipsado pela temática da introdução de negros cativos. Entretanto, tal tópica já permeava, mesmo com um espaço aparentemente limitado, as missivas trocadas entre o Reino e a colônia, durante os anos antecedentes e naqueles imediatamente posteriores a criação da Companhia monopolista.

Logo em seu primeiro ano de governo Mendonça Furtado informava a Diogo de Mendonça Corte Real sobre a existência de 39 gêneros amazônicos que poderiam ser comercializados, atendendo assim a uma das suas Instruções passadas pelo rei ao assumir o governo da colônia. Lista tantos aqueles que já eram cultivados (entre

eles cacau e café) e os que se podiam cultivar, trazendo lucros, mas que eram todos colhidos na floresta (anil, andiroba, cravo, urucum, puxuri e outros). Enumera em seguida os produtos em uma ordem de importância para a economia do Estado, a partir da sua visão, começando com o algodão, depois, açúcar, arroz e tabaco. Em seguida cita o café, sendo de grande utilidade, apesar do seu pouco preço, sendo produto com pouco trabalho para plantar e colher. Discorre então sobre o cacau, acreditando ser o cacau manso o de maior utilidade aos moradores, mesmo que custasse um pouco de trabalho nessa lavoura em comparação com o bravo, porém era bastante apreciado por ser sempre apanhado na época certa.

Mendonça Furtado então apresenta uma comparação entre o cacau manso e o bravo. A coleta do cacau diretamente nos “matos” poderia acarretar em alguns problemas e riscos na viagem e no contato com os indígenas, além da situação da colheita antes do amadurecimento do cacau, misturando assim ao manso, arruinando a reputação do gênero. Tudo ocasionado pela prática de se apanhar o que pudesse pelo caminho, derrubando as árvores em seguida para que outros não pudessem coletar. Seguindo as descrições de outros produtos, o anil foi citado como de utilidade, e com grande quantidade na floresta, sem plantações, porém, sendo informado que, José Miguel Aires, em Belém, e Lourenço Belfort, em São Luís, ambos haviam remetidos amostras de anil de excelente qualidade ao Conselho Ultramarino, de suas incipientes lavouras. O cravo, copaíba e puxuri são descritos como “frutos do mato”, podendo ser plantados em roças, evitando os perigos de se coletar nos sertões. O urucum aparece como um fruto que produz uma tinta vermelha, à imitação das alcachofras portuguesas, existindo tanto em roças como também na floresta. E o gengibre é referido como produzido de semente, sendo cultivado com pouco trabalho (MENDONÇA, vol. 1, 2005, pp. 268-275). Mais de um ano depois o governador recebe uma resposta de Diogo Corte Real para que se cultivasse os gêneros descritos na missiva, devendo animar os moradores para que se ocupassem do comércio desses produtos (MENDONÇA, vol. 1, 2005, pp. 502-503).

Causa certa estranheza ver em tal escrito de Mendonça Furtado o cacau ocupando uma posição secundária de importância para a agricultura e comércio da colônia atrás de outros produtos, que inclusive não eram nativos da região, principalmente, se lembrarmos do crescimento da exportação de tal gênero durante a primeira metade do século XVIII, como demonstrado em diversos trabalhos historiográficos (ALDEN, 1978; CHAMBOULEYRON, 2014). Mas também, podemos entender a percepção do governador com relação à possibilidade de crescimento do Estado, através da cultura de gêneros já há bastante tempo produzidos no Estado do Brasil, como o açúcar e o tabaco, e com mercado para absorver essa produção, além de uma rede já estabelecida de contratadores e negociantes, tanto

no Reino, como pela Europa, com a existência dos chamados “tabaqueiros”, que ocupavam as posições cimeiras nas Juntas de administração das companhias de comércio (Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba). Além da aposta em dois produtos, algodão e arroz, que poderiam, de acordo com o governador, abastecer o Reino, proporcionando assim a diminuição da dependência da importação em Portugal destes gêneros de outros centros, como a Inglaterra e das cidades italianas (especialmente de Veneza). Pode-se inferir então, que, para Mendonça Furtado, o Grão-Pará e Maranhão passaria a integrar, juntamente com Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, um espaço fornecedor dos produtos economicamente mais rentáveis para a Coroa e com experiências bem-sucedidas de comércio, tanto no Reino, como em outros centros europeus.

Entretanto, os gêneros considerados nativos, exóticos, as chamadas “drogas”, aparecem com a possibilidade de proporcionarem lucros para a Fazenda Real e para os moradores, desde que cultivadas, incentivando a estes para que assim o fizessem em relação a esses produtos. Tal possibilidade real de lucros advindos com a cultura de tais gêneros, como cacau, café e outras “drogas”, começa a ficar mais explícita a partir do pedido de Mendonça Furtado para que se fixassem os preços de frete para a exportação de cacau, café, salsa, cravo, algodão e couros, assim como já havia sido feito para o açúcar e o tabaco. A proteção quanto a produção e exportação desses dois últimos produtos data da década de 1750, buscando assim estimular a cultura de tais gêneros, porém, apesar de tal esforço tais culturas não obtiveram o resultado esperado (CRUZ, 1996, p. 27 e p. 59).

Acrescentando a esse pedido de fixação dos preços dos fretes, pedia o governador que o rei estipulasse uma regra para que nenhum navio pudesse sair dos portos do Pará e Maranhão com mais de dois terços de sua carga total, deixando um terço destinado para o embarque de salsa, cravo, algodão e couros, gêneros que não se queriam carregar, a não ser na ausência de cacau e café. Isso se dava pelo fato de que aqueles gêneros faziam maior volume nos porões dos navios, por isso se elevando os preços do transporte para os mesmos. Citava para isso o exemplo de uma embarcação que aportara em Belém. Segundo Mendonça Furtado, se espalhara entre os moradores a notícia de que não se embarcaria salsa, pois queriam transportar apenas “carga limpa” (cacau e cravo). Tal boato assustou os moradores que temiam a perda de sua colheita, vendendo assim sua produção a exploradores, que a carregaram no dito navio, quase não sobrando espaço para os dízimos do gênero embarcado (mais ou menos 100 arrobas) pelo ouvidor-geral e pelo Provedor dos dízimos. Demonstrava assim ao Reino a desordem que se encontrava na colônia com relação a esse aspecto da taxaço da cobrança dos fretes das “drogas do sertão” (MENDONÇA, vol. 1, 2005, pp. 364-365).

Tais situações apresentam à primeira vista um procedimento paradoxal do

governador Mendonça Furtado no que tange ao incentivo das lavouras dos produtos considerados nativos. Em um dado momento, parece dar mais atenção a lavouras de espécies exógenas ao ambiente amazônico, para em outros momentos, buscar fomentar através de privilégios e benefícios o cultivo de produtos amazônicos. Porém, tais nuances revelam como, ao longo dos seus primeiros anos à frente no comando na colônia, o governador vai moldando seus pensamentos e atitudes diante da possibilidade de rendimentos para a Coroa através da exploração mais racional e seriada das espécies nativas que se apresentavam. Tal posicionamento sofrerá uma inflexão a partir do momento da criação da CGGPM. Tais posicionamentos do governador levaram a uma interpretação por parte da historiografia de que este era um grande entusiasta da lavoura das “drogas”, especialmente do cacau (ALDEN, 1973, p. 37), entretanto, não percebemos em suas correspondências esse entusiasmo, principalmente, antes da instituição da companhia monopolista.

Se antes o governador informava ao Reino, principalmente ao seu irmão, sobre as possibilidades de cultivos de diversas espécies, após a formação da Companhia monopolista, os diretores da CGGPM receberam diretamente as descrições de possíveis fontes de rendimentos, a partir dos conhecimentos adquiridos por Mendonça Furtado em suas andanças pelos sertões amazônicos.

Sobre a plantação de gêneros silvestres, Mendonça Furtado dizia “compreender a experiência de andar peregrinando por estes sertões, e o conhecimento que tenho destas terras”, instruindo assim os diretores da CGGPM com relação aos produtos que poderiam ser comercializados. E ao contrário da carta mostrada mais acima, não cita os produtos que eram mais procurados e com comércio estabelecido no Estado do Brasil, açúcar e tabaco, também não cita o algodão, que será posteriormente bastante comercializado, principalmente pela capitania do Maranhão. Ressalta-se a citação ao arroz, que de acordo com o governador, estava sendo já bastante cultivado na nova vila de São José do Macapá, de excelente qualidade, “e não lhe achei diferença alguma não só no da Carolina, mas nem ainda do de Veneza” (MENDONÇA, vol. 3, 2005, p. 370). Sua atenção passa a ser o cacau, e outras “drogas”, como baunilha, cravo, canela e o anil, além de uma euforia pelo comércio de madeiras (MENDONÇA, vol. 3, 2005, pp. 246-251)

Em relação ao cacau, descrevia ser esse o primeiro objeto do comércio do Estado, desde o tempo do governador João da Maia da Gama (década de 1720), que havia incentivado este negócio, através da cultura do cacau manso, produzindo grandes cacauais dos moradores, que renderam inicialmente grandes lucros. Contudo, tal lavoura sofreu um ataque nocivo chamado “lagartão”, que seria “um grilo que nasce nos olhos das mesmas árvores, e toda a em que cresceu o mesmo grilo, é infalível o perder-se-lhe o fruto”. Grandes prejuízos recaíram sobre os lavradores e comerciantes, levando os mesmo a esmorecerem em tal lavoura, retornando a

prática de buscar nos sertões o cacau bravo. Os cacauais bravos localizavam-se tanto no Pará, como na capitania do São José do Rio Negro, sendo nesta última, maiores e com fácil acesso, por conta de as povoações estarem situadas ao lado dessas áreas de cacau, com os moradores extraindo o gênero sem a necessidade de cultivo, ficando com tempo livre para a lavoura de outras espécies (MENDONÇA, vol. 3, 2005, pp. 370-371).

Quanto ao cravo, não obstante a recomendação da metrópole para o incentivo dessa lavoura, a mesma não obtinha sucesso; tal situação se encontrava dessa forma porque “é mais forte que a quantas persuasões há a obstinada ignorância das miseráveis e infelizes gentes que se acham estabelecidas destas partes” (MENDONÇA, vol. 3, 2005, pp. 371).

Como em outros escritos, Mendonça Furtado insistia no incentivo à produção de anil e da cultura de amoreiras e de bichos-da-seda, justificando-a por conta de um futuro sucesso de tal empreendimento. Prometia o estabelecimento de uma fábrica de anil na vila de Barcelos, pertencente depois à capitania do Rio Negro, buscando produzir um rendimento satisfatório. As amoreiras e a criação de bichos-da-seda estavam a cargo de Lourenço Belfort no Maranhão, informando este ao governador avanços nessas culturas, com possibilidades de em curto período, produzirem quantidades satisfatórias para o comércio (MENDONÇA, vol. 3, 2005, pp. 372-373).

Analisando o discurso de Mendonça Furtado direcionado aos Deputados da Junta da Administração da CGGPM (ou Diretores, como ele se referia nas cartas), percebemos o discurso utilitarista econômico para o desenvolvimento de lavouras de gêneros nativos ou externos à região para o desenvolvimento do comércio do Estado e do Reino. Utilizando expressões como “informar [...] dos gêneros que já podem concorrer para engrossar o comércio com aquela clareza que me for possível”, com a “natural curiosidade que tenho para estas coisas, mas viver nestes sertões há mais de dois anos, cuidando em me informar quanto posso dos gêneros que nele há e pode haver”, o governador apresentava ao Reino a ideia de um agente de governo atento, incansável nas suas tarefas e preocupado com os rumos do Estado e da CGGPM (MENDONÇA, vol. 3, 2005, p. 186). Nestes dois trechos de cartas direcionadas aos Deputados da Junta da Administração da CGGPM vemos como Mendonça Furtado imputa a si essa imagem de defensor e grande incentivador do sucesso da empresa monopolista

“Não podem duvidar o quanto me interesse na felicidade e no aumento da Companhia, quando dele resulta não só o bem comum do Reino, mas a felicidade deste agora infeliz e desgraçado Estado, por cuja razão V. Mcês. com facilidade se persuadirão, que tudo que disser àqueles fins, é sincero” (MENDONÇA, vol. 3, 2005, p. 247).

“Quanto ao estabelecimento do comércio do Estado, é negócio em que trabalho há perto de sete anos, sem poder colher dele o fruto que desejava, porque um mal

tão inveterado que não tem menor antiguidade que a de 150 anos, não se pode remediar em tão pouco tempo” (MENDONÇA, vol. 3, 2005, pp. 370).

Findado as apresentações dessas correspondências e das impressões e convicções acerca dos objetivos e propostas do governador Mendonça Furtado quanto a criação da CGGPM, percebemos que a companhia monopolista criada superou as expectativas do governador, como ele mesmo chegou afirmar em uma de suas correspondências “é certo que lhe propusemos todos uma pequena Companhia para a introdução de pretos” (MENDONÇA, vol. 3, 2005, p. 69). Porém, percebemos que mesmo que o desejo ou intenção inicial de Mendonça Furtado ao pedir a criação de uma companhia de comércio fosse apenas para facilitar a introdução de escravizados africanos, a questão da produção e comércio de gêneros produzidos na colônia tiveram bastante relevância nas correspondências trocadas nos dois lados do Atlântico.

Deve-se ressaltar que desde finais do século XVII as chamadas “drogas do sertão” começaram a se tornar conhecidas no Reino, principalmente o cacau e o cravo, levando a uma percepção por parte da Coroa acerca da possibilidade de lucros com tais produtos. Ao longo da primeira metade do século XVIII o incentivo para a cultura desses gêneros esteve entre as principais premissas dos governantes que passaram pelo antigo Estado do Maranhão, depois renomeado como Grão-Pará e Maranhão. Dessa feita, Mendonça Furtado não esteve isento dessa tarefa de incentivar e fomentar a produção agrícola na colônia, como vimos nas correspondências apresentadas neste texto.

Portanto, a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que contou com a importante e decisiva participação do governador Mendonça Furtado, teve como intuito atender esses dois importantes objetivos. Veremos depois, ao analisar os anos de atuação da Companhia (1755-1777), que o comércio dos gêneros amazônicos, especialmente de cacau, tornar-se-á o grande mote da atuação da empresa monopolista, possibilitando lucros e oportunidades de comércio para aqueles que adquiriam esses gêneros nos leilões promovidos pela Companhia em Lisboa.

## REFERÊNCIAS

*Instituição da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1755.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na Era Pombalina: Correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. 2ª Edição. Brasília: Senado Federal, 2005, 3 volumes.

“Julga o governador que a instituição de uma companhia de commercio é o unico meio de levantar o

Estado da ruina em que jaz. A companhia entre outras vantagens, trará a introdução da escravatura africana, que só fornecerá braços necessarios aos trabalhos da agricultura, permitindo ao mesmo tempo que sejam rigorosamente cumpridas as leis sobre a liberdade dos indios.”, Pará, 18/01/1754. **Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará (ABAPP)**, Tomo III. Belém: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1902, Doc. 119.

“Representação dos moradores da capitania do Pará para o rei D. José I”, datada de 15 de fevereiro de 1754. **AHU, Pará**, cx. 36, doc. 3342 (Avulsos).

“Ofício do governador interino do Estado do Maranhão e Pará, Bispo do Pará, D. fr. Miguel de Bulhões e Sousa, para o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Sebastião José de Carvalho e Melo”, datado de 6 de novembro de 1755. **AHU, Pará**, cx. 39, doc. 3663 (Avulsos).

#### **Bibliografia:**

ALDEN, Dauril. **O significado da produção de cacau na região amazônica no fim do período colonial: um ensaio de história econômica comparada**. Belém: UFPA/NAEA/FIPAM, 1974.

CARREIRA, Antônio. **A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (o comércio monopolista Portugal-África-Brasil na segunda metade do século XVIII)**. São Paulo/ Brasília: Companhia Editora Nacional/ INL, 1988, 2 vols.

CHAMBOULEYRON, Rafael. “Cacao, bark-clove and agriculture in the portuguese amazon region in the seventeenth and early eighteenth century”. **Luso-Brazilian Review**, 51:1.

CHAMBOULEYRON, Rafael. “Como se hace en Indias de Castilla”. El cacao entre la Amazonía portuguesa y las Indias de Castilla (siglos XVII y XVIII). **Revista Complutense de Historia de América**, vol. 40, p. 23-43, 2014.

COELHO, Mauro Cezar. **Do sertão para o mar – Um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1750-1798)**. Tese de Doutorado (História), São Paulo: USP, 2005.

CRUZ, Ernesto. **História da Associação Comercial do Pará**. 2ª edição. Belém: EDUFPA, 1996.

DIAS, Manuel Nunes. **Fomento e mercantilismo: A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, 1755-1778**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, 2 vols.

NEVES NETO, Raimundo Moreira das. **Um patrimônio em contendas: os bens jesuíticos e a magna questão dos dízimos no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1650-1750)**. Jundiá: Paco Editorial, 2013.

SAMPAIO, Patrícia Melo. **Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia**. Manaus: EDUA, 2012.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal, vol. VI - O despotismo iluminado (1750-1807)**. 6ª edição. Lisboa: Editorial Verbo, 2004.

SOUZA JUNIOR, José Alves de. **Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos**. Belém: EDUFPA, 2012.

SUBTIL, José. “No crepúsculo do corporativismo. Do reinado de D. José I às invasões francesas (1750-1807)”. In: HESPANHA, Antônio Manoel (coord.). **História de Portugal, vol. IV – O antigo Regime (1620-1807)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

## ESCRITAS DE SI: A ARTE DA EXISTÊNCIA GRAFADA EM AUTOBIOGRAFIAS, DIÁRIOS PESSOAIS E RELATOS DE VIAGENS FEMININOS

Data de aceite: 28/01/2020

### Maria Ester de Siqueira Rosin Sartori

Doutora em História Cultural

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

estersar@hotmail.com

CV Lattes <http://lattes.cnpq.br/4010551709068068>

ORCID ID <https://orcid.org/0000-0003-3721-4080>

**RESUMO:** Este trabalho faz alusão à tese *Maria do Carmo de Mello Rego: diário de uma mulher viajantes do século XIX, a memória perpetuada na palavra escrita* (UNICAMP, 2018) e amplia a perspectiva recente de que mulheres viajantes produtoras de literaturas de viagens, memórias ou diários pessoais eram inexistentes subsistindo, para muitos, no campo da descrença. Apresenta as autobiografias, os diários pessoais e relatos de viagens, produzidos por mulheres viajantes do século XIX, como significativas maneiras de escritas de si na medida que trazem para o diálogo os conflitos e as tensões vividas por mulheres que se arriscavam pela escrita ao criarem narrativas que contavam suas próprias histórias, cartografando sua existência. Mostra o quanto os relatos de viagem tornaram-se a arte da existência e do exame de consciência ao adentrarem no século XIX como uma das formas de registro pessoal e de escrita

possíveis entre mulheres viajantes quando, mesmo que clandestinamente, encerravam em suas páginas, revelações íntimas de quem os escrevia. Para tanto, apresenta fragmentos do diário autobiográfico de Maria do Carmo. Outrossim, traz para o centro do debate o papel da História Cultural para a análise dos gêneros denominados literaturas de viagens apontando o quanto são eles reveladores de aspectos do cotidiano de quem os escreve capazes de ampliar a percepção de muitos outros cotidianos, a partir do momento que promovem a proximidade entre a História, a memória e produção de discursos.

**PALAVRAS-CHAVE:** literatura de viagens, mulheres viajantes, escritas de si

### WRITING ITSELF: THE ART OF EXISTENCE SPELLED IN AUTOBIOGRAPHIES, PERSONAL JOURNAL AND FEMALE TRAVEL REPORTING

**ABSTRACT:** This work alludes to the thesis *Maria do Carmo de Mello Rego: diary of a woman travelers of the nineteenth century, the memory perpetuated in the written word* (UNICAMP, 2018) and expands the recent perspective that women travelers produce travel literature, memories or personal journals were non-existent subsisting, for many, in the



field of disbelief. It presents autobiographies, personal journals, and travel accounts produced by nineteenth-century traveling women as significant ways of self-writing as they bring to the dialogue the conflicts and tensions experienced by women who ventured into writing by creating narratives who told their own stories, mapping their existence. It shows how much travel accounts have become the art of existence and the examination of conscience as they entered the nineteenth century as one of the forms of personal registration and writing possible among traveling women when, even clandestinely, they enclosed in their pages, intimate revelations of who wrote them. For that, it presents fragments of the autobiographical journals of Maria do Carmo. It also brings to the center of the debate the role of Cultural History for the analysis of genres called travel literatures, pointing out how much they are revealing aspects of the daily life of those who write them, able to broaden the perception of many other everyday life, from the moment which promote the proximity between history, memory, and discourse production.

**KEYWORDS:** travel literature, women travelers, writings of themselves

## 1 | INTRODUÇÃO

Este artigo faz alusão à tese *Maria do Carmo de Mello Rego: diário de uma mulher viajantes do século XIX, a memória perpetuada na palavra escrita* (UNICAMP, 2018)<sup>1</sup> e amplia a perspectiva recente de que mulheres viajantes produtoras de literaturas de viagens, memórias ou diários pessoais eram inexistentes subsistindo, para muitos, no campo da descrença. Sendo assim, mostra que os diários pessoais e livros de memórias que, a partir do século XVIII tornaram-se a arte da existência e do exame de consciência, adentraram o século XIX como uma das formas de registro pessoal e de escrita de si possíveis no momento em que encerravam em suas páginas, revelações íntimas, reflexões cotidianas e os desejos proibidos de quem os escrevia. Seus conteúdos permeavam o campo de auto elaboração das ações e dos laços que as pessoas estabeleciam com o outro e consigo mesmo e traziam momentos reveladores e sentimentais reproduzidos em folhas de papel cuja pena parecia ter a tinta da verdade. O sujeito escritor, dessa forma, fazia do seu diário um espaço confessional das coisas que nem sempre eram ditas para muitas pessoas e esses escritos, por vezes sigilosos, encerravam em si segredos, ao mesmo tempo que, guardavam as coisas que não se queria esquecer, uma narrativa memorialística que se assumiu como dispositivo de confissão quase que obrigatória.

Dada a sua especificidade, esses tipos de construções narrativas, enfáticos em sutilezas cotidianas e escritos de forma emotiva, assumiram-se como gênero literário significativo e, aos poucos, como uma espécie de prática social, trazendo

---

1 SARTORI, M.E.S.R. *Maria do Carmo de Mello Rego: diário de uma mulher viajantes do século XIX, a memória perpetuada na palavra escrita*. 2018. Tese (Doutorado em História Cultural), Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo.

a ideia de reconciliação do indivíduo consigo mesmo. Um cuidado de si, que em certos momentos buscava na autorreflexão, o espelho para observar a própria vida, um refúgio e um conforto íntimo sem, ao mesmo tempo, deixar de esconder em suas linhas as fragilidade e fraturas como possibilidade de reconhecimento de si.

Nesse sentido, seguimos os passos de Lilian de Lacerda (2003), Miriam Lifchitz M. Leite (2000) e Stella Maris S. Franco (2009) na medida em que elas oferecem pistas contundentes para problematizar e esmiuçar questões diversas em relação à relevância dos relatos de viagens, diários pessoais e livros de memórias produzidos por mulheres novecentistas pode-se perceber que, apesar de silenciadas pela historiografia tradicional, mulheres viajantes deixaram registradas suas experiências em relatos pessoais íntimos e significativos que, por guardarem algumas semelhanças, podem ser considerados gêneros literários. Ao mesmo tempo, são escritos que revelam enredos bem diferentes e no contexto das mulheres viajantes escritoras e nos fazem perceber que as mulheres, ao contarem as histórias de vida, reivindicam suas falas, tantas vezes subjugadas e, sobretudo, constroem identidades próprias, mas que não são fixas.

Grande parte das escritoras diaristas buscaram distanciamento dos discursos das ideias para submeter a individualidade à palavra versada, com escritas construídas e centradas na “narrativa do eu” e os escritores, em suas subjetividades, tornaram-se produtores do discurso íntimo e pessoal, assumindo outra forma de figuração, dobrados em si, na introspecção. Esse tipo de escrita, com o passar do tempo, realizou-se na leitura, na apropriação que outros farão dos textos eternizados e que, com apoio da imprensa, tiveram o privilégio de se tornarem materiais impressos, democratizando o acesso ao conhecimento e formando, neste caso, uma representação da “função leitor”. (CHARTIER, R., 1998, p.79)

Ainda que os gêneros literários, memorialísticos e autobiográficos tenham sido passíveis de críticas por serem realizados em sua maioria ou por pessoas *comuns*, ou porque retratavam a vida cotidiana de pessoas comuns, e tenham sido considerados como uma espécie de “literatura menor”, ou mesmo “*escritas ordinárias*”, como aponta Daniel Fabre (1993), para Perrot (2012), na conjuntura atual, são os relatos das pessoas comuns que, no intuito de preservar a memória, transformaram os papéis em relíquias por meio de seus diários pessoais ou relatos de vida. Ao comparar os diários pessoais e os diários de viajantes no início do século XVIII e os da primeira metade do XIX, Maria Tereza Cunha (CUNHA, T.C. in: PINSKY C.B., LUCA T.R (Orgs), 2012) destaca uma diferença importante entre eles, asseverando que os diários de viajantes do século XVIII não guardavam o mesmo caráter de intimidade dos diários pessoais da segunda metade do século XIX, já que, eram escritos para o público em geral e divulgados, com mais intensidade, em reuniões de instituições científicas. O diário pessoal, então, se estabeleceu por excelência como gênero

literário na segunda metade do século XIX quando conseguiu afirmar-se na esfera privada ou pública, pois

[...] no início do século XIX, na época em que a linguagem se entranhava na sua espessura de objeto e se deixava, de parte a parte, atravessar por um saber, reconstituía-se ela alhures, sob uma forma independente, de difícil acesso, dobrada sobre o enigma de seu nascimento e inteiramente referida ao ato puro de escrever. (FOUCAULT, M., 2000, p.325)

Tal escrita funcionava como uma forma de seleção entre o que foi lido, visto e experienciado, trata-se do momento do retorno a si para elaboração do que lhe afetou, portanto, manter um diário requer um exercício profundo de reflexão. É ele a interiorização depositada em um papel que expõe, não sem intenções, o interior, o sensível e o imprevisível, “[...] o arquivamento do eu muitas vezes tem a função pública. Pois arquivar a própria vida é definitivamente uma maneira de publicar a própria vida, é escrever o livro da própria vida que sobreviverá ao tempo e à morte” (ARTIÈRES, P., 1998, p.32), derivando disso a possibilidade ou a conveniência de ficcioná-la. Então, como advertiu Michelle Perrot:

As correspondências familiares e a literatura ‘pessoal’ (diários íntimos, autobiografias, memórias), embora sejam testemunhos insubstituíveis, nem por isso constituem os documentos ‘verdadeiros’ do privado. Eles obedecem a regras de boas maneiras e de apresentação de uma imagem pessoal que regem a natureza de sua comunicação e o estatuto de sua ficção (PERROT, M., 2012, p.10)

Mulheres ávidas pela escrita suprimam, graças aos diários pessoais e memórias, o desejo de escrever, de construir uma história própria, algumas, por sorte, até tiveram suas escrituras publicadas pelos familiares após a morte. Em contrapartida, Corbin (CORBIN, In: PERROT (Org.), 2012, p.39) defende que os diários eram, em muitos casos, inimigos da vida conjugal e familiar, explica-se dessa forma o controle em relação a esse hábito. Assim, Corbin (2012, p.430) ao se referir aos escritos de Eugénie de Guérin, aponta que ela ocultava “até de seu adorado pai o caderno que ela preenche à noite, em seu quatinho, enquanto contempla as estrelas”. Cunha, (2012, p.252) em texto intitulado *Diários pessoais, territórios abertos para a História*, enfatiza o aumento de estudos feitos a partir de diários pessoais, bem como o destaque oferecido, tanto no campo da História quanto da Literatura, aos trabalhos baseados em documentos escritos na forma de relatos e experiências de vida, diários pessoais, diário de viagens, autobiografias e testemunhos pessoais. Sobre isto, a autora pondera que escritos memorialísticos e diarísticos fixam-se no tempo e tendem, não só a salvar do esquecimento vestígios do passado, como também a construir o passado na medida em que funcionam como ferramenta de uso social para a produção de memória.

No que se refere ao valor histórico atribuído a essas fontes – romances, diários

pessoais, autobiografias e memórias – e o interesse dedicado pela historiografia por esse tipo de material, no limite podemos apresentar muitos romances os quais trazem a ideia de que todas as pessoas são, fundamentalmente, semelhantes em seus sentimentos e afecções. Se a leitura de romances pode alimentar um senso de igualdade e empatia pelo envolvimento que sugerem em suas narrativas (HUNT, L. 2009, p.38) “muitos indícios, porém, levam a pensar que o diário íntimo é contraponto de muitas vidas privadas” (CORBIN, A. In: PERROT, M., 2012, p.430). Destiná-los ao domínio e monopólio dos especialistas em literatura suprime do historiador a possibilidade do contato com essas fontes escritas, que guardam em si aquilo que permaneceu submerso, mas que pode vir à tona no calor das relações interpessoais e da interação social, mediante os efeitos psicológicos e o modo como eles revelam o cotidiano. Os diários, então, surgem como documentos gatilho das lembranças acionado no presente, e que remetem às experiências do passado por meio dos sentidos, das imagens e das ideias.

No entanto, por mais nítidas que as lembranças se revelem, ainda assim, não são elas as mesmas experimentadas no passado, são construções alteradas pela relação que se tem com o presente, reforçando a ideia de que a memória individual está entrelaçada à memória coletiva de cada sociedade (HALBWACHS, M., 1990, p. 54) e protegida do esquecimento quando fixada no tempo. Ela desloca-se entre a imagem e o refazer, entre a ideia e o repensar no conjunto de representações que se tem no presente, mas não consegue reviver o que se foi. Isso ocorre porque, na tentativa de evocar o passado, duas forças têm que estar uníssonas, tanto as lembranças pessoais que pertencem ao indivíduo e quanto aquelas que povoam os membros do grupo ao qual o indivíduo pertence. São, portanto, como coloca Halbwachs (HALBWACHS, M., 1990, p. 54), duas memórias que se suportam: uma interior e outra exterior. E foi estudando mulheres viajantes, que chegamos aos relatos de viagem e ao diário autobiográfico de Maria do Carmo de Mello Rego, personagem desta tese. Para a análise desses documentos, tomamos como referência textos que abordam temas relacionados às narrativas de viagens, à história das mulheres e à literatura feminina. Dessa forma, centralizamos a discussão no papel dos diários pessoais autobiográficos e dos livros de memórias como instrumentos para a compreensão da história, mas também na exposição das tensões que envolveram a vida dessa personagem, que se constituiu atravessada pelos discursos científico, médico, filosófico da época, mas que ao mesmo tempo se debate com eles.

## 2 | MEMÓRIAS DE MARIA DO CARMO DE MELLO REGO

Falar das mulheres e de seus papéis no século XIX é mais do que propor um olhar empático em relação às naturalizações caricaturadas e conformadas,

fabricadas e incorporadas do feminino no período. É, antes de tudo, resistir ao padrão patriarcal de dominação que legitimou, ao longo de séculos, situações variadas e similares de opressão, que consolidaram um “[...] fenômeno histórico em que metade da humanidade se viu milenarmente excluída, nas diferentes sociedades, no decorrer do tempo” (TELLES, M. A., 1999. p.9). É mostrar que apesar de silenciadas elas conseguiram se estabelecer em campos que, majoritariamente, pertenciam aos homens, devassando-os e trazendo para o centro das conversas mulheres que assumiram formas diferentes de viver e de conviver com o mundo masculino, fazendo de suas vidas um enredo cujas protagonistas eram elas mesmas. Com isso, tem-se a existência de fontes que apontam para a ação efetiva e participativa de mulheres em situações diferentes das esperadas pela sociedade patriarcal brasileira no século XIX (seja no mar, nas fazendas ou atuando em estudos científicos). Assim foi com Maria do Carmo de Mello Rego, mulher viajante e escritora do século XIX.

Pouco se sabe sobre a história da vida de Maria do Carmo antes da sua mudança para o Brasil. Ao que tudo indica, ela nasceu em 1840 na Estância de Lencho, no Uruguai. Viúva do Tenente Manuel Amaro Barbosa de Alencastro, Maria do Carmo, aos 24 anos, casou-se com o general Francisco Raphael de Mello Rego, em 18 de outubro de 1860, no Jaguarão, Rio Grande do Sul. Após o casamento, viveu no Rio de Janeiro com Francisco Raphael até o momento em que ele foi nomeado presidente da província do Mato Grosso, em 16 de novembro de 1887. Depois disso, o casal mudou-se para Cuiabá e José Raphael exerceu o cargo de presidência da província até 6 de fevereiro de 1889. Ao final do mandato, a família retornou para o Rio de Janeiro e levou consigo o filho adotivo, uma criança indígena da comunidade Bororo chamado *Piududo*. Na capital, a criança foi batizada com o nome cristão de Guido. Maria do Carmo faleceu no Rio de Janeiro e não sabemos, ao certo, em que data. Ela não escreveu romances, ela romanceou seus escritos. Escreveu memórias e as organizou em uma espécie de diário autobiográfico confessional, um relato retrospectivo em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, pondo ênfase na vida individual e, em particular, na história de sua personalidade (LEJEUNE, P. 1994, p.50), em consonância com algo, no caso dela, em consonância com a vida do filho adotivo.

Apesar de seus escritos inserirem-se em um dos gêneros que compõe a prosa memorialística, cuja origem encontra-se nos movimentos românticos do século XIX, sua narrativa incorporou não só as lembranças territoriais, mas as suas impressões em relação aos movimentos da sociedade mato-grossense, sempre mescladas com os conflitos sociais e a exuberância territorial a qual passou a pertencer após casar-se com Francisco Raphael. Mato Grosso, pela distância e pela maneira como se constituiu territorial e socialmente possuía singularidades que nem sempre eram compreendidas pelo restante das regiões brasileiras, a começar pela

própria mistura racial que constituía a região, na medida em que preponderavam índios, negros e estrangeiros. A mistura racial, em muitos escritos de estrangeiros, associava-se à *pouca afeição aos hábitos bons* e era propensa aos *desequilíbrios morais e educacionais* característicos. Galetti aponta que essas representações se potencializavam no Mato Grosso e que eram atribuídas ao isolamento a que a região foi submetida após a retração da atividade mineradora (GALETTI, 2012.)

Notam-se ali – na verdade - não pouco defeitos de educação, mais inveterados talvez do que em outras zonas do Brasil – onde os há também. Costumes bons ou maus, como em toda a parte, mas sem nada de extraordinário, que deva aguçar a severidade da crítica (REGO, M.C. 1897, p.31).

Mikhail Bakhtin (2011), filósofo e pesquisador da linguagem humana, em *Estética da criação verbal*, mostrou que o autor criador ajuda a compreender o autor pessoa, na medida em que ele responde a sentimentos que não são passivos e que se relacionam, arquitetonicamente, de forma estável e comprometida com o todo do autor personagem. Sendo assim, a história de Maria do Carmo pode ser inserida nesse contexto, já que ela participa de um processo em que “[...] o autor cria, mas vê sua criação apenas no objeto que ele *enforma*, isto é, vê dessa criação apenas o produto em formação e não o processo interno psicologicamente determinado” (BAKHTIN, 2011) quando escreve sobre o filho. Sua produção literária volta os olhos para o Sertão no intuito de revelar o Brasil interiorano ao brasileiro, com forte apelo regionalista, e traz para o centro dos seus escritos os princípios da sociedade rural, seus comportamentos e valores que, em vários aspectos, mostravam-se bem distintos dos da sociedade cortês no intuito de trazer para o discurso a existência do filho índio adotivo.

Ao mesmo tempo, a descrição romântica dos espaços e dos costumes, revelou todo o confronto travado entre os tipos diversos de pessoas que passaram a conviver nesses espaços, dessa forma, ao expor as diferenças a autora conseguiu delimitar bem quem pertencia a qual mundo: rural ou urbano. Sem deixar de mostrar que mulheres bonitas e ainda moças conseguiam administrar e inspecionar suas casas e fazendas com encantadora solicitude: “No engenho, que é importante fazenda de criar, fazia as honras da casa a todos com a maior gentileza e naturalidade” (REGO, M.C. 1897, p.35). Outra característica sobressalente nos escritos de Maria do Carmo é o insistente otimismo nacionalista e a nítida preocupação em trazer os valores históricos culturais tanto das comunidades sertanejas, quanto das indígenas e da sociedade urbana do Mato Grosso para dentro das suas narrativas.

Vesti-me apressadamente, abri uma janela da sacada, e vi duas bandas militares em baixo a saudarem com a mais eletrizante das músicas o raiar daquele grande dia, tão grato ao Brasil e tão justamente festejado outrora...o nosso Hino Nacional, naquelas alturas! (REGO, M.C. 1897, p.35.)

O cotidiano, as manifestações culturais, as famílias aristocráticas e seus costumes são descritos como exuberantes e repletos de belezas naturais. São aspectos descritos poeticamente, ao mesmo tempo em que ela sinaliza os conflitos advindos das disputas territoriais e pelo projeto de modernização. “É indescritível a paixão que em Cuiabá há pela dança. Longas distâncias são vencidas, para se ir a um baile, nome dado a qualquer reunião dançante, por mais simples que seja” (REGO, M.C. 1897, p.35). Ao mesmo tempo, a cidade estava habitada por pessoas marginalizadas, cuja existência ainda se revelava em construção permeada por conflitos interétnicos, responsáveis por alterações não só no campo identitário das comunidades existentes no território, mas também no âmbito espacial. Esse tema é recorrente em suas lembranças. São várias vezes citados os grupos negros forros em suas misérias e descaso e indígenas que deixaram seus aldeamentos a fim de preservar seus membros diante dos ataques dos bandeirantes, considerados por ela implacáveis em suas ações dominadoras. Fala da magreza dos negros mineradores que nada mais conseguem do que poucas faíscas mesmo amanhecendo ao redor dos riachos, da quantidade de indígenas mortos acometidos pela varíola fazendo com que “os que restam, vivam de permutas e do negócio com peles de onça” (REGO, M.C. 1897, p.35.).

Ao escrever sobre suas vivências e experiências, Maria do Carmo permitiu ao leitor compartilhar de sua história ou a história de sua dor, como ela mesma afirma, mediante um tipo básico de padrão dominante de valores. Tal retrato cabe perfeitamente na criativa abordagem cultural da história, já que a abrangente e recente influência da crítica literária tem ensinado aos historiadores a importância de reconhecer o papel ativo da linguagem dos textos e das estruturas narrativas na projeção de realidades históricas (HUNT, L. 2009).

Capturada pelas tendências românticas, Maria do Carmo evidencia em sua escrita aquilo que ela considera como valores familiares, o apego às coisas comuns e o amor à vida, mesmo quando ela os traduz no contexto da infelicidade ou da perda, e traz à luz a história de uma mulher que encontrou na escrita uma forma de permanência, mediante seu olhar, sempre prolongada na história de vida das pessoas amadas. Em seus relatos, a escritora desvela sua identidade e consagra sua existência e a existência da criança que ela toma como filho. Uma escrita híbrida que tende ora à autobiografia, ora às memórias que foram registradas, quase que em um mesmo instante, de forma pessoal e enviadas por cartas a alguém que compartilha de seus sentimentos, seu amigo Visconde de Taunay.

Um relato que pretende não só registrar os momentos vividos, mas à vontade de confessar ou mesmo justificar suas ações e atitudes. Narrativa que se constrói com as “coisas” que ela gostaria que ficassem guardadas e, por outro lado, é seletiva, na

medida em que escolhe as vivências e os sentimentos que podem ser divididos com o leitor. Ela pretende a confissão não só para trazer o próprio mecanismo da relação entre poder, direito e verdade, mas a intensidade da relação e sua constância, digamos isto: somos forçados a produzir a verdade pelo poder que exige essa verdade e que necessita dela para funcionar, temos de dizer a verdade, somos coagidos, somos condenados a confessar a verdade ou encontrá-la (FOUCAULT, M., 1999, p.29).

As páginas de seu diário e de suas lembranças permitem a materialização de suas memórias e são representações, “puxadas pela memória”, cujos significados mostram-se impressos em folhas de papel e cuja linguagem gravada no corpo complexo da instituição social (BURKE, P. 1995, p.11), permitem desvelar parte da cultura, dos saberes, dos sentidos oferecidos à vida cotidiana, aos valores e às experiências dessa memorialista. Sua existência aparece entrelaçada à vida do menino índio adotivo, e quando ela se aventurou por terras mato-grossenses passou a relatar sua vida e suas experiências como forma de perpetuar a existência do filho índio adotivo: “[...] não posso nem se quer esboçar a vida de meu filho, porém sim falar dele aos outros em caracteres de imprensa, como que tentar firmar o seu nome de um modo que resista ao tempo”. (REGO, M.C., 1895. p.23)

Ao refletir sobre o quanto seus escritos trazem elementos que lançam luz sobre questões fundamentais que ampliam a sutileza historiográfica, voltamo-nos ao momento em que ela tece o que se pensava em relação às questões raciais no século XIX, em relação ao papel (ou os papéis) das mulheres na sociedade e aos movimentos e conflitos políticos, sociais e culturais, em relação à dominação europeia e, sobretudo, em relação às comunidades indígenas, a ocupação das terras coloniais, o cotidiano e as convivências etnoculturais. “Confrange-se-nos o coração considerar aqueles poços e buracões... Tanto suor de milhares de desgraçados escravos neles caiu! Quanta gota de sangue!”. (REGO, M.C., 1895. p.23).

Nota-se, então, que seus escritos desvelam uma mulher ambígua em um viver fronteiro, contingencial, que a desloca da sua posição, do seu lugar social e de seu “naturalizado” papel de esposa quando ela viajou, pesquisou e assumiu a infertilidade e, ao mesmo tempo, mostram que ao encarar a realidade vivida com o filho adotivo e seu desfecho ela não se afastou completamente dos princípios civilizatórios impostos pela sociedade nuclear aristocrática em relação à educação de *Piududo*. Ela, de fato, procurou o caminho da adoção e ao educar a criança optou pelo modelo civilizatório proposto pelas empresas evangelizadoras, mantendo como processo educativo à ação catequético-educativa ensinando-o a convivência familiar pela oração. “Tenho por costume ou devoção assentar-me, todos os dias e por alguns momentos, em frente aos retratos de meus pais falecidos há muitos anos e ele sempre me acompanhava no cumprimento desse piedoso e filial dever”. (REGO, M.C., 1895. p.23).



Por outro lado, essas considerações nos permitem várias reflexões em relação aos diários autobiográficos e aos livros de memórias. Mesmo que a abundância de detalhes nos conduza a crer na veracidade de cada momento descrito pela autora, o distanciamento e o posicionamento crítico do nosso ofício de historiador deve prevalecer sobre a empatia pelas emoções. Como bem aponta Teresa Malatian, “a abordagem biográfica comporta muitas ambiguidades e apresenta armadilhas conhecidas como projeções, nas relações estabelecidas entre o historiador e o sujeito estudado” (2012. p. 205). Cabe, no entanto, estabelecer procedimentos que possibilitem ao leitor olhar para o personagem sem excessiva identificação, por mais sedutor que seu passado possa se revelar. Mesmo porque, a criança perfeita, o filho das selvas de coração limpidíssimo, aos olhos da memorialista, parecia ter aceitado tudo. E Maria do Carmo, quando escreve do filho adotivo não é capaz de descrevê-lo como uma criança. Mas, como uma entidade. Porém, todos esses pensamentos de Maria do Carmo em relação à criança índia expressam as verdadeiras faces dos momentos vividos com o menino? Que perfeição é essa que Maria do Carmo apresenta do filho adotivo? Nenhum “ralhar”? Nenhuma “má criação”? Nenhuma impureza ou hábito ruim? Quem são eles, mãe branca e filho indígena, que parecem ter vivido na eterna harmonia independente da distância que existia entre eles?

Tem-se por hipótese que a adoção cumpria um protocolo oficial que serviria de exemplo aos demais moradores de Cuiabá, já que, sendo Francisco Raphael um “pacificador”, como ele mesmo propunha, caberia a sua esposa, Maria do Carmo a primeira dama de Cuiabá, garantir o bom relacionamento entre as comunidades Bororo e o poder provincial exercido por seu marido. Para isso, a imagem do menino indígena *dócil, domesticável* e onisciente deveria ser preservada, bem como sua educação e seus costumes adaptados e garantidos pelos processos civilizatórios. Se, de algum modo, as histórias da Maria do Carmo e *Piududo* constituem-se no efêmero, como um feliz encontro, foram elas também a expressão das fortes, traumáticas e violentas experiências vivenciadas pela criança que buscou mecanismos para resguardar-se, mas que furtivamente, acabaram aparecendo na escrita de Maria do Carmo. Isso evidencia-se quando Maria do Carmo escreveu que ao levar *Piududo* para a escola, no Rio de Janeiro, ele “até cobria a cabeça com o lençol para chorar, enquanto os outros meninos dormiam!”. (REGO, M.C., 1895, p. 16) Isso nos faz refletir sobre qual ideia de violência permeia o campo de entendimento de Maria do Carmo?

Se tomarmos como referência a violação dos limites físicos, morais e psicológicos para assim qualificarmos as ações consideradas violentas temos que as ações violentas se caracterizam pelos excessos, ou seja, pelos vários graus de intensidades de ações ou palavras que extrapolam os limites estabelecidos pelas sociedades, pelas leis ou os princípios de aceitação dos grupos em relação à violência. E esses

limites, ao serem extrapolados pela força, pelas palavras e pelo poder, permitem desqualificar seus autores, tornando-os a expressão do desumano. No caso de *Piududo*, as várias formas de violência praticadas por Maria do Carmo não eram entendidas por ela como violação dos direitos ou dos limites, mas sim como caridade e como atos humanitários que faziam parte, sobretudo, de um conjunto de ações comumente aplicadas e justificadas pelo discurso do amor maternal e do cuidado. Assim, para ela, seus atos não a qualificavam como desumana, “[...] ser sempre dócil nunca o contrariei, conseguindo por esse meio, não só conquistar-lhe toda a confiança, como obtendo dele o que não conseguiria pela violência ou por maneiras bruscas”. (REGO, M.C., 1895, p. 16), como se todo o processo de aculturação por que passou *Piududo*, não fosse em si a expressão máxima da violência.

Sua escrita enuncia momentos reais e romantizados justificados pela forte emoção da perda do filho índio e, ao mesmo tempo, não deixa de trazer de forma clara e combativa suas preocupações e tentativas de compreensão de si na história que constrói do outro. Sua narrativa delinea-se com aquilo a que se opunha, não era ela o ponto de partida, mas o externo e seus arranjos, o menino e suas idealizações. Assume-se como testemunha pessoal de situações objetivas, mas consciente de que, suas impressões e subjetividades, se escritas distantes de um olhar presente e participante, poderiam parecer inverossímeis ou, simplesmente, construídas na histeria de uma perda. Então, escolheu as palavras, registrou as datas, os momentos e os personagens para assim oferecer relevância aos acontecimentos narrados e permitir ao leitor participar daquilo que ela considerava realidade, um compromisso com o momento histórico vivido e seus desdobramentos. Muitos desses movimentos foram presenciados e percebidos pela autora, porém, como bem aponta Paul Ricœur em *Tempo e narrativa*, seu olhar sobre a situação era o olhar da vivente, que compreendia o momento do seu presente (RICŒUR, 2012b).

Mulher bem relacionada, dirigia seus pensamentos e sua escrita, intencionalmente, às pessoas cultas e a um destinatário específico, Visconde de Taunay, a fim de que fossem interpretados dentro de um código linguístico e moral condizente com o período. Fez das palavras a construção de sua arte literária e voltou seus olhos a indianidade, aos valores culturais mato-grossenses e aos aspectos naturais de sua terra. Escreveu mesmo quando na literatura as linhas produzidas por mulheres viajantes não eram tão conhecidas nem tampouco divulgadas ou publicadas. Sorrateiramente, ela escreveu, disputando espaço com os discursos que definiam o que estava, naturalmente, posto em relação às capacidades femininas localizadas na fragilidade produtiva e no curto alcance intelectual. A não afirmação social das mulheres se repetiria nas suas não afirmações pela palavra (TELLES, N., 2012, p.63) mas, mesmo assim, Maria do Carmo escreveu e publicou. A busca pelo perdão, pela redenção ou mesmo pela preservação da memória da criança índia,

necessidade latente no íntimo da autora, evidencia-se a partir do momento em que o contato estabelecido com as tribos indígenas Bororo em suas viagens permitiu à Maria do Carmo escrever nas

[...] páginas desse livrinho um tributo de afeto á memória de uma criança que tanto, tanto se afeiçoou e a quem tanto me devotei. Mas, o que lhe ei de dizer? Como contar todas as minudencias da existência embora tão curta daquele pequeno índio, interessantísimas entretanto para mim, que percebi todas as impressões mais intimas daquela alma [...]. (REGO. 1895, p.30).

Ao mesmo tempo, possibilitou que ela estabelecesse certa afinidade com as comunidades indígenas, fazendo de suas viagens pelo território a possibilidade de colecionar um conjunto riquíssimo de peças e artefatos produzidos pelas tribos visitadas. [...] a curiosidade pelo povo do qual procede o pequeno Guido se expressa claramente no fato de que a parte Bororo, constituída por cerca de 240 peças, é de longe a mais completa e numerosa da coleção de objetos indígenas de Mato Grosso doado por ela ao Museu Nacional. (OLIVEIRA, 2017, p.86). Após a morte da criança, elas foram doadas ao Museu Nacional do Rio de Janeiro com uma exigência: que fossem expostos em uma sala específica cujo nome seria “Sala Guido”.

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como instrumentos de expansão da historiografia, os relatos de viagens, diários pessoais, autobiografias e livros de memórias, produzidos por mulheres novecentistas, renasceram aos olhos da literatura, renovando as percepções em relação às histórias de vida de mulheres viajantes, que fizeram da letra a reescrita dos momentos vividos com nova caligrafia. Estudá-las permitiu-nos perceber o quanto do passado pode ser espiado no presente materializado em folhas de papel. Escritos que estão ali para serem investigados e esmiuçados, sem nos esquecermos que relatam experiências pessoais e íntimas de pessoas que ao escreverem de si, antes de tudo, buscaram perpetuar a memória na palavra grafada. Dessa forma, a relevância de pesquisas sobre mulheres viajantes e seus relatos está no fato de que estudando-os conseguimos tirar essas histórias do interior das narrativas masculinas, em que aparecem sobrepostas aos escritos estruturados como páginas prontas. Assim, é oferecido a elas a possibilidade de apresentarem as suas próprias histórias, pontos de vista e formas de compreensão de mundo. Esse material nos mostra que as mulheres assumiram formas diferentes de viver e de conviver nas situações adversas, fazendo de suas vidas um enredo cujas protagonistas eram elas. Ao longo da pesquisa encontramos uma quantidade expressiva de “mulheres viajantes”, que atravessaram o oceano movidas por sentimentos distintos e conflitantes e que registraram seus movimentos. Seus deslocamentos se revelaram mais do que situações particulares

na ampliação de horizontes físicos. Ao atravessarem os oceanos, essas mulheres foram determinantes para a ocupação de novos continentes, posse e povoamento dos territórios além-mar, assim como na interiorização e consolidação territorial.

Portanto, literaturas de viagem nos possibilitam perceber o quanto as relações de gênero estão implicadas diretamente nas relações de poder, e que são relações assimétricas e organizadas através de representações desiguais. Como síntese, esse olhar evidenciou para o campo da pesquisa histórica que busca “[...] rejeitar explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para as diversas formas de subordinação feminina” (SCOTT, J. W. 2002, p 07). Por outro lado, revelou o grau de subordinação, dominação e violência impresso às comunidades indígenas do Mato Grosso. Situação percebida quando Maria do Carmo narra a história da adoção e da morte do filho índio Bororo adotivo, pautada na perspectiva de civilização do europeu que classificava os indígenas como seres inferiores, portanto sujeitos à dominação em meio a domesticação.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BURKE, P. **A arte da conversação**. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

CHARTIER, R. **A Aventura do livro: do leitor ao navegador**. Trad. Reginaldo Carmelo Correia de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Editora UNESP, 1998.

CUNHA, T.C. in: PINSKY C.B., LUCA T.R (Orgs). **Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012.

CUNHA, M. T. S. Do coração à caneta: cartas e diários pessoais nas teias do divino (décadas de 60 a 70 do século XX). In. **História: Questões e debates**. Curitiba: Editora UFPR, n. 59, p.115-142, jul./dez, 2013.

FABRE, D. **Écritures ordinaires**. 6ª ed. Paris: P. O. L., 1993.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **A palavra e as coisas**. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, ed.8, 2000.

FRANCO, S. M. **Peregrinas de outrora**. Florianópolis: Mulheres, 2009.

GALETTI, L. da S. G. **Sertão, fronteira, Brasil: imagens do Mato Grosso no mapa da civilização**. Cuiabá: EDUFMT/Entrelinhas, 2012.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. 2ª ed. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HUNT, L. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

- LACERDA, L. **Álbum de leitura: memórias de vida, história de leitoras**. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.
- LEITE, M. L. M. Mulheres viajantes no século XIX. In: **Caderno Pagu** - Núcleo de estudos de gênero, Campinas: Editora da UNICAMP, n.15, p.129-143, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Livros de Viagens**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.
- LEJEUNE, P. **El pacto autobiográfico y otros estudios**. Trad. Ana Torrent. Madrid: Megazul-Endymion, 1994.
- MALATIAN, T. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, C.; LUCA, T. R. (Orgs). **O historiador e suas fontes**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- OLIVEIRA, J. P. de. O retrato de um menino Bororo: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus, séculos XIX e XXI. **Tempo**, v.12, n.23, p.73-99, 2007. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a06.pdf](http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a06.pdf)>. Acesso em: 03/2011.
- PERROT, M. (Org.). **A história da vida privada: da Revolução Francesa à primeira guerra**. Coleção A História da Vida Privada, v. 4, São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.
- REGO, M. do C. M. **Guido: páginas de dor**. Rio de Janeiro: Typografia Leuzinger, 1895a.
- \_\_\_\_\_. A <<Bororo>>. (Episódios Verdadeiros). **Revista Brasileira**, primeiro ano, abril a junho de 1895b., tomo II, pp. 193.196.
- RICŒUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012a.
- \_\_\_\_\_. **Tempo e narrativa: a configuração do tempo na narrativa de ficção**. Trad. Marcia Valéria Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, v. 3, 2012b.
- SCOTT, J. W. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem**. Trad. Elvio Antônio Funck. Florianópolis: Mulheres, 2002.
- TELLES, M. A. de A. **Breve História do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- TELLES, N. **Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil**. São Paulo: Intermeios, 2012.

## CONSELHO GERAL DE PROVÍNCIA: PERCALÇOS E TENSÕES NA INSTALAÇÃO DE NOVAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS NA PROVÍNCIA DA BAHIA (1828-1830)

*Data de aceite: 28/01/2020*

**Nora de Cassia Gomes de Oliveira**

Universidade do Estado da Bahia- UNEB-  
Campus V  
Santo Antônio de Jesus - Bahia

**RESUMO:** A província da Bahia estava entre as maiores do Império. Sua configuração geográfica e populacional influenciou na representação política das várias instituições estabelecidas no Brasil, no pós-independência. Por isso, seu Conselho Geral de Província, era composto por 21 conselheiros. Esse novo espaço político, definido na Constituição de 1824, constitui objeto desse artigo, que analisa os percalços e tensões nos primeiros momentos de sua instalação e funcionamento, no período de 1828 a 1830, quando se firmou como importante instrumento de pressão capaz de influir em decisões tomadas por instâncias hierarquicamente superiores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Conselho Geral de Província; Bahia; Política.

**PROVINCIAL GENERAL COUNCIL: MISHAPS AND TENSION AT THE ESTABLISHMENT OF NEW POLITICAL INSTITUTIONS AT THE PROVINCE OF BAHIA (1828-1830)**

**ABSTRACT:** The province of Bahia was amongst the biggest of the Imperial period. Its geographical and populational configuration influenced the political representation of the various institutions that had been established in Brazil, in the post-independence period. For this reason, its Provincial General Council was composed by 21 councillors. This new political space, defined at the 1824 Constitutional Law, is the object of study of the present article, which analyses the mishaps and tension at the first moments of its foundation and operation, from 1828 to 1830, when it established itself as an important pressure tool, capable of influencing decision taking by hierarchically superior instances.

**KEYWORDS:** Provincial General Council; Bahia; Politics.

### 1 | INTRODUÇÃO

Na estrutura de Estado proposta pelos dirigentes políticos do império do Brasil, e definida na Constituição de 1824, parte dos cargos políticos-administrativos era prerrogativa do Imperador nomear, como, por exemplo, os ministros de Estado e presidentes de província; a outra parte era resultado das urnas: os deputados gerais e os membros do Conselho de Governo e do Conselho

Geral de Província. Esse último tem se constituído em objeto de várias pesquisas, que pretendem contribuir para o entendimento da organização administrativa das províncias, como ponto de partida para discutir a formação do Estado Nacional (SLEMIAN, 2006, LEME, 2008, OLIVEIRA, 2011.). Nesse artigo analisaremos as tensões e percalços para a organização e instalação do Conselho Geral da Província da Bahia, no período de 1828 a 1830, doravante referenciado como CGP.

O CGP, definido na Constituição de 1824, foi uma forma de “reconhecimento e garantia do direito de o cidadão intervir nos negócios da sua Província, e que são imediatamente relativos a seus interesses peculiares”. Estava dada a oportunidade de estabelecimento da esfera provincial, como espaço político intermediário entre o Poder Central, representado pelo Governo e Assembleia Legislativa, e o poder local, constituído pelas Câmaras Municipais. Nas províncias mais populosas, era composto por vinte e um membros, nas demais, por treze. Essa formação se diferenciava bastante dos órgãos que existiam até então, como as Câmaras municipais e o Conselho de Governo e até mesmo as bancadas de Deputados Gerais. A eleição de seus membros era realizada no mesmo período daquela dos Representantes da Nação, pelo tempo de quatro anos. Para fazer parte do CGP era exigida idade mínima de vinte e cinco anos, “probidade” e decente subsistência.

Os Conselheiros se reuniam todos os anos, em primeiro de dezembro, na capital, durante o período de dois meses, podendo ser prorrogado por mais um. O quórum mínimo exigido para a realização das sessões era de metade mais um de seus membros. Estava proibida a eleição do Presidente, Secretário e Comandante das Armas como membros do CGP. Mas, ao presidente da província era garantida a presença no momento da instalação dos trabalhos, ocasião em que dirigia ao Conselho sua *Falla*, “instruindo-o do estado dos negócios públicos, e das providencias que a mesma Província mais precisava para seu melhoramento”.

Mesmo sendo uma instituição propositiva, o CGP constituiu-se como lugar de discussão e deliberação dos interesses da Província, que não pode ser desconsiderado no conjunto da organização do Estado, pela importância que assumiu ao se firmar como instância política capaz de contribuir para a consolidação do projeto de unidade nacional.

As resoluções do CGP, apesar de precisarem ser aprovadas pela Assembleia Geral, não podiam ser alteradas por ela, o que garantia aos conselheiros espaço na discussão política e possibilidades de exercer pressão para aprovação de medidas que diziam respeito às especificidades provinciais. As propostas eram remetidas diretamente ao Poder Executivo, por intermédio do Presidente da Província. Àquele cabia o encaminhamento à Assembleia Geral para serem propostas como Projeto de Lei, e obter a aprovação por única discussão, em cada Câmara, sem emendas. Caso não estivesse reunida, o Imperador poderia ou não mandar executar as propostas,

provisoriamente, de acordo com a *utilidade para o bem geral da Província*. Mas, assim que voltasse a se reunir, a Assembleia precisava se posicionar em relação às resoluções que estavam em execução, como àquelas que foram suspensas pelo Imperador.

Ao CGP era vedada qualquer proposta ou deliberação que dissesse respeito aos interesses gerais da Nação: os ajustes entre províncias e imposições ou execução de leis. No entanto, sobre esses aspectos era possível remeter *representações motivadas* à Assembleia Geral e ao Poder Executivo conjuntamente. Dessa forma, a prerrogativa de emitir sua posição, formalizada em propostas em relação à província e representações dirigidas aos deputados, deu aos membros do CGP a ampliação da experiência legislativa, até aquele momento vivenciada nas Câmaras Municipais, e fortaleceu paulatinamente a nova instituição.

Apesar de instituído em 1824, o Conselho Geral de Província não foi instalado imediatamente. Na Bahia, assim como em outras províncias, passou a existir, na prática, a partir de 1828, quando a Assembleia Geral aprovou o Regimento, através da Lei de 27 de agosto de 1828, que definiu minuciosamente sua estrutura, funcionamento e atribuição (MACHADO, 2015; OLIVEIRA, 2011). Vigorou até 1834, quando foi substituído pela Assembleia Provincial, a partir do Ato Adicional.

Antes da primeira instalação do CGP, o Regimento determinava que a sessão preparatória acontecesse em dois dias. Na primeira, as pessoas eleitas deviam apresentar seus diplomas, ata geral da eleição expedida pela Câmara de Salvador, e nomear, por aclamação, o presidente e secretário. Feito isso, definiam-se duas comissões compostas por três membros para examinar a legalidade dos diplomas. Comprovada a veracidade dos eleitos, o presidente levantaria a sessão, definindo a hora em que, no dia seguinte, se reuniria o Conselho para prestar o juramento.

Na sessão seguinte, os membros reunidos na sala designada se dirigiam à Catedral, ou igreja principal, para participar da missa solene e prestar o juramento ao Bispo ou à primeira dignidade eclesiástica. De volta à sala, seria lida e aprovada a ata anterior, e o presidente do CGP nomearia uma deputação de três membros para receber o Presidente da província na próxima sessão.

Atendidas as providências regimentais, a sessão de instalação tinha início com a *Falla* do Presidente. Naquele momento, os Conselheiros passavam a conhecer de forma pormenorizada a situação da província e a partir dela orientavam parte de suas discussões e encaminhamento de propostas. Finda a participação da primeira autoridade provincial, era realizada a eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho por escrutínio e a pluralidade absoluta de votos, e à do Secretário e Suplente por escrutínio e a pluralidade relativa de votos.

As sessões do CGP aconteciam de forma sucessiva, excluindo-se domingos e dias santos, durante os dois meses previstos. Iniciavam às nove horas da manhã



e não duravam mais que quatro horas, mas podiam acabar antes do tempo se não houvesse matéria a tratar, ou prorrogar-se, caso algum Conselheiro estivesse falando ou acontecendo votação. O regimento não previa a realização de sessões fora do período definido por lei, exceto aquelas que acontecessem no período de um mês de prorrogação do Conselho. As reuniões jamais podiam ser secretas e eram abertas ao público.

## **2 | PERCALÇOS E TENSÕES NA INSTALAÇÃO DO CONSELHO GERAL DA PROVÍNCIA DA BAHIA**

O Conselho Geral de Província, além da demora na elaboração de seu regimento, enfrentou dificuldades para garantir sua instalação e funcionamento. Na Bahia, seu principal problema foi assegurar o quórum necessário para que suas reuniões acontecessem. Na primeira sessão preparatória, em 28 de novembro de 1828, a situação já se apresentara. Apenas 11 conselheiros se fizeram inicialmente presentes e o número não aumentou nas sessões seguintes, nunca tendo sido realizada uma reunião com a presença completa de seus 21 membros.

Os motivos comumente alegados eram problemas de saúde e atraso no recebimento dos avisos da reunião. As ocorrências eram expostas no momento da verificação dos diplomas, quando os conselheiros deveriam apresentar à comissão de verificação a ata da eleição, que os credenciavam para assumir o cargo. Os conselheiros Pedro Rodrigues Bandeira e Lázaro Manuel Muniz de Medeiros, por exemplo, apresentaram seus diplomas, mas junto com eles comunicaram que se encontravam impossibilitados de comparecer à reunião por motivo de doença. Da mesma forma procedeu o barão de Jaguaripe, Francisco Elesbão Pires de Carvalho. Do seu Engenho Fazenda do Meio, oficiou ao CGP que o aviso do comunicado para comparecimento à reunião preparatória havia chegado às suas mãos depois que as reuniões haviam começado e, além disso, encontrava-se com a saúde abalada e com receio dos acontecimentos ocorridos no Recôncavo. Muito provavelmente, temia deixar suas terras no momento em que aconteceram algumas revoltas de escravos na região (REIS, 2003).

Além dos motivos apontados, uma justificativa recorrente para as ausências foi a alegação da ocupação de outros cargos políticos. Era comum que os membros de uma reduzida elite política, sedimentada em privilégios econômicos, sociais e educacionais ocupasse mais de um cargo de representação pública, em momentos alternados ou mesmo concomitantemente. Exemplifica o caso o ofício encaminhado à Câmara, de Manoel Ignacio da Cunha e Menezes, em 25 de novembro de 1828, que dizia não poder assumir seu lugar no CGP, pois a partir do fim de março teria que partir para a Corte, a fim de tomar assento na Câmara dos Senadores. Da mesma

forma o fez José Cardoso Pereira de Melo. Esse conselheiro se disse surpreso com sua convocação, pois seu nome não constava da lista publicada pelo *Diário Constitucional*, de 25 de outubro de 1824. E, como tinha acabado de atuar como conselheiro de governo, argumentou que não poderia servir imediatamente como conselheiro de província, com o agravante de ter que se dirigir para a Corte, como deputado da Assembleia Geral e, quando voltasse, ter que assumir no mesmo ano o lugar nos referidos Conselhos. Por isso, pediu à Câmara que encaminhasse diploma a outro conselheiro.

As constantes ausências foram motivos de tensões entre os representantes das instâncias políticas, particularmente o CGP, a Câmara Municipal e o Presidente da Província. Quando na sessão preparatória de 29 de novembro de 1828, apenas 15 diplomas foram apresentados, sendo 13 aprovados, a Câmara Municipal foi imediatamente interpelada pelo CGP, que exigiu explicações pela demora na expedição de seis diplomas de conselheiros. Em resposta, a Câmara notificou que havia expedido todos os diplomas, tendo sido os do Recôncavo encaminhados à secretaria do governo, e os dos moradores da cidade, enviados por meio de ofício. E, quanto à falta dos seis conselheiros, três deles souberam de que nenhuma lei autorizava à Câmara dispensá-los de tal emprego. Essa resposta foi dirigida aos conselheiros Manoel Ignacio da Cunha e Menezes, Pedro Rodrigues Bandeira e ao Cônego José Cardoso Pereira de Melo, que tinham pedido dispensa do comparecimento.

Diante da resposta e documentos apresentados, o CGP precisou se debruçar sobre a situação com mais cuidado. Definiu pela formação de uma comissão, composta por Ladislau de Figueredo, Pinheiro de Vasconcelos, Antonio Calmon, Ferreira de Oliveira e Francisco Uzel, para “que maduramente examinando os papéis remetidos interpusesse parecer sobre seu conteúdo, e indicasse o que cumpriria fazer-se”.

Na discussão suscitada pelo parecer, os conselheiros avaliaram que deveria se oficial de novo ao governo para que exigisse da Câmara as respostas daqueles que nada disseram. Quanto aos que responderam, ressaltaram que a Lei não isentava cidadão algum, a não ser na situação prevista no artigo 79. Por isso, Pedro Rodrigues Bandeira deveria comparecer logo que se achasse restabelecido, e Manoel Ignacio da Cunha e Menezes e o Cônego José Cardoso Pereira de Melo se apresentassem imediatamente, visto não alegarem impedimento algum físico, ou moral.

A interpelação da Câmara era um ponto importante para os conselheiros e revela, de certa forma, a construção do poder da nova instituição provincial. Por isso, o secretário propôs e foi aprovado que se oficiasse à Câmara da seguinte forma “oficie-se ao governo para que exija da Câmara a certeza de terem sido entregues os diplomas aos conselheiros que não responderam”. No entanto, a proposta de Silva

Rego para que se especificasse na ata o nome dos conselheiros que não tinham comparecido nem dirigido os diplomas ao CGP, não foi aceito.

O assunto persistiu na pauta por mais algumas sessões. Dessa vez, provocado pela comunicação do conselheiro Maia Bitencourt que alegava não poder se fazer presente, pois tinha que comparecer ao colégio eleitoral da vila de Jaguaripe, onde era eleitor. O motivo mereceu atenção especial. Na oportunidade, o secretário propôs a composição de uma comissão para, em vista das Instruções e do novo Decreto sobre eleições, emitir parecer “e acaso os senhores conselheiros fossem eleitores, poderem faltar por essa razão às sessões do Conselho”. Além de Maia Bitencourt, o secretário assinalou que outros também estavam na mesma condição e que isso podia atrapalhar o funcionamento do CGP.

A comissão formada por Pinheiro de Vasconcelos, Uzel e Carneiro apresentou, na sessão seguinte, o parecer que admitia que a falta pela razão apontada fosse justificável e atendível durante o período das eleições, e elencou os motivos de tal decisão: primeiro, por considerar a função de eleitor uma das mais “augustas e importantes da Representação Nacional, e que sendo do interesse geral da Nação, a este deve ceder o particular, ou peculiar dessa província”; segundo, que as Instruções e Decretos sobre as eleições de 1828 exigiam o comparecimento pessoal dos eleitores, podendo inclusive serem multados, caso o motivo de impedimento ao comparecimento não fosse aceita pela Mesa Eleitoral, o que inviabilizava aos conselheiros cumprirem duas funções distintas; terceiro, as eleições não podiam ser prorrogadas, o que não acontecia com as reuniões do CGP, “onde qualquer falta, ou interrupção das sessões pode ser suprida ou remediada pela prorrogação”; quarto e último, “o ato das eleições era de tanta transcendência, que dela demandam a nomeação de novos Representantes da Nação, e mesmo dos membros desse Conselho”. Esse parecer denota a importância que os conselheiros atribuíam às eleições, como acontecimento de relevância na pauta política e motivo aceitável para justificar ausência de conselheiros.

O não comparecimento dos conselheiros tornou a causar mal-estar no momento da segunda reunião do Conselho, em dezembro de 1829. Dessa vez, o presidente da província e o próprio imperador se pronunciaram sobre a situação. Consta da ata encaminhada, que a sessão não se realizou porque só compareceram 9 conselheiros, e que os presentes acordaram que não tinham autoridade para mudar a data determinada no regimento. No mesmo dia, o secretário do CGP expediu avisos aos conselheiros Barão de Jaguaripe, Barão de Itaparica, José Cardoso Pereira de Melo, Lourenço da Silva Magalhães Cardoso, Antonio Vaz de Carvalho, Pedro Ferreira Bandeira e Lázaro Manuel Moniz de Medeiros, que moravam na cidade para comparecerem à sala a fim de que se pudesse instalar o Conselho. Mas, os avisos não surtiram o efeito esperado e a situação foi notificada ao governo central, através

do ofício de 7 de dezembro de 1829, do Presidente Gordilho de Barbuda, que se dizia surpreso com tal acontecimento, ao tempo em que se isentou de responsabilidades, visto “que anteriormente tinha dado todas as providências para que nada faltasse”.

Apesar de conhecer as dificuldades enfrentadas pelo CGP da Bahia em relação ao assunto, a resposta do Governo Central foi uma reprimenda na elite política baiana. O Governo pediu que o presidente da província se empenhasse para que o CGP fosse instalado o quanto antes, pois o motivo para que a sessão não acontecesse era inadmissível. Considerou tal atitude um desrespeito à lei e “uma falta de zelo por um serviço de tamanha importância”. E, mais ainda, pelo fato de que moravam na cidade os conselheiros que foram convocados por carta e que seria o suficiente para, junto com os já reunidos, completarem o número necessário para a abertura dos trabalhos. Admirou-se de que os que decidiram pela não instalação se contradissem ao tomarem *um acordo* que infringia o artigo 77 da Constituição e com essa atitude se mostravam “menos escrupulosos da observância de uma lei que indefectivelmente deveria ser executada”. A definição da data de reunião, salientou o governo, era para dar tempo às províncias mais remotas encaminharem suas decisões ao Corpo Legislativo e essa disposição não deveria “quando moralmente impossível a sua execução, preterir e anular a essencial disposição do artigo 77”. Argumentou ainda que era também de conhecimento dos Conselheiros que esse mesmo impedimento ocorreu na instalação da Assembleia Geral, prevista para iniciar em 3 de maio de 1826, mas que não foi possível na data prevista pela Constituição. Por isso, o governo ordenou que os conselheiros voltassem a se reunir em sessão preparatória até que se completasse o número necessário de conselheiros e que o presidente se empenhasse para que acontecesse a instalação do CGP.

O presidente Gordilho de Barbuda comunicou ao governo central, em 8 de fevereiro de 1830, o recebimento do aviso do Ministério dos Negócios do Império e informou as providências tomadas para a instalação do CGP. Marcou o dia 20 de fevereiro para a primeira reunião, tempo que achava suficiente para que fossem avisados os membros do CGP, que moravam fora da cidade, e acionou a Câmara municipal para que notificasse aos Conselheiros. Mas, a primeira sessão preparatória só aconteceu no dia 26 de fevereiro de 1830, com a presença de 13 conselheiros, faltando o secretário João Ricardo Dormund e seu suplente e, por isso, substituído interinamente por José Cardoso Pereira de Mello.

O CGP não negligenciou o problema das ausências de seus membros. Além das interpelações dirigidas à Câmara Municipal da capital, responsável pela convocação dos Conselheiros e suplentes, organizou comissão para analisar as escusas e faltas dos conselheiros. Além disso, encaminhou representação à Assembleia Geral, pedindo providências “para o embaraço em que se tem achado pela falta de comparecimento de diversos conselheiros”, uma vez que pouco podia fazer em

relação a essa situação, pois no regimento não havia nada que indicasse qualquer tipo de punição para aqueles que não pudessem ou se recusassem a assumir sua função.

Em relação à falta de quórum outros aspectos precisam ser considerados. Os membros do CGP não recebiam nenhuma remuneração, o que talvez desmotivasse o cumprimento da tarefa. Mas, como se tratava de pessoas com condição econômica e social privilegiada, talvez esse não fosse motivo tão relevante quanto às distâncias e o tempo em que seus componentes precisavam ficar na capital da província, onde o CGP se reunia por dois ou três meses.

A Bahia figurava entre as grandes províncias do Império. Em 1828, estava dividida em quatro comarcas, marcada por grandes distâncias entre as vilas e a capital. As dificuldades de locomoção associadas ao tempo em que os representantes do CGP precisariam estar afastados de suas propriedades e ocupações, possivelmente contribuiu para que alguns de seus membros não se fizessem presente às sessões. Ilustra essa situação o argumento de Elesbão Pires de Carvalho apresentado anteriormente e a maior presença de conselheiros que residiam nas vilas mais próximas da capital ou aí tinham sua segunda residência, o que deu à Comarca da Bahia um peso político de destaque.

Em que pese às ausências dos conselheiros às sessões se constituírem em um problema para o CGP, essa dificuldade não comprometeu seu funcionamento durante todo o período de vigência. A análise da correspondência encaminhada às várias autoridades e as atas de suas sessões demonstram que os membros do CGP se empenharam em fortalecer politicamente a esfera provincial a partir da consolidação da nova instituição, demarcando sua capacidade de interferência frente aos poderes constituídos, representados pelo presidente e as câmaras municipais da província, assim como à Assembleia Geral e ao Imperador.

Ao concluir o primeiro período de reunião do CGP, 29 de novembro de 1828 a 31 de janeiro de 1829, os conselheiros estiveram preocupados com a organização da instituição, especialmente os trâmites e ritos relacionados ao seu funcionamento: a aprovação dos diplomas, a convocação de conselheiros, a instituição das comissões de trabalho, a forma de encaminhamento das propostas e representações e do encerramento das atividades.

Mas, se comprometeu também em se afirmar enquanto espaço político. O CGP interpelou de forma contundente outras instâncias, a exemplo da presidência da província, exigindo informações que balizassem suas decisões, e a Câmara da cidade da Bahia, responsável pela convocação dos conselheiros, desde que solicitada pelo CGP.

Entre a primeira e segunda reunião, o CGP recebeu vários documentos com informações que havia solicitado da presidência da província e também das diversas

Câmaras que a ele enviaram suas posturas, prestação de contas e providências sobre estabelecimento de rendas para cumprirem com suas obrigações, conforme determinava a lei de 1º de outubro de 1828. Dessa forma, o CGP começava efetivamente a se inteirar das demandas da província, e a organizar os trabalhos dos conselheiros, através da definição de comissões específicas para tratar de cada assunto. Além das comissões permanentes de representação das câmaras e de polícia, foi proposta a criação da comissão de escolas, da comissão para exame de posturas e da comissão especial para exame de contas das câmaras.

Com a terceira reunião do CGP, a instituição explicitou seu lugar no cenário político baiano. Nos dias 29 e 30 de novembro de 1830, aconteceram as reuniões preparatórias com 14 conselheiros presentes. Dentre esses, mais da metade fazia a sua estreia como conselheiro: Cristovão Pessoa da Silva Filho, Inocêncio José de Castro, Justino Nunes de Sento Sé, Luis dos Santos Lima, Joaquim Ignacio da Silva Pereira, Manoel José Gonçalves Pereira, Francisco Ribeiro Pessoa, Francisco Marcelino Gesteira, Felipe Manoel de Castro e João Gonçalves Cezimbra. No decorrer das sessões se juntaram a esses Inocêncio José Galvão e José de Barros Reis.

O intenso trabalho das comissões fortaleceu politicamente a instituição. As Câmaras e os cidadãos cada vez mais recorriam ao CGP para a resolução de algumas de suas dificuldades, o que não significa que os pleitos fossem sempre atendidos, haja vista as limitações nas decisões do Conselho.

Talvez a mudança mais significativa em relação à atuação do CGP diga respeito às representações encaminhadas por particulares ao conselho. Era prática só acatar as representações que estivessem relacionadas com procedimentos de câmaras municipais, ou assinadas por algum conselheiro como sua. A partir da sessão de 12 de janeiro de 1831, se definiu que ficariam “admitida toda e qualquer representação ou requerimento de particulares”. Com essa decisão, o CGP se aproximaria mais da população e fortaleceria a instituição na província e junto ao Governo central.

A posição do segundo CGP eleito era de afirmação da esfera política provincial não só em relação às câmaras municipais, mas também em relação às autoridades constituídas pelo poder central na província, notadamente o presidente e o comandante das armas. Os atritos e reclamações entre os Conselheiros e aquelas autoridades, principalmente em relação à segurança pública, que envolvia atitudes e decisões a respeito da composição das forças armadas e ao recrutamento, eram constantes. Não foram poucos os pedidos de explicação sobre a presença de portugueses nas forças militares da província e sobre os inconvenientes e arbitrariedades cometidos nos procedimentos para recrutamento de milicianos.

Os descontentamentos também atingiram o imperador. Assim que se iniciaram as sessões do CGP, em dezembro de 1830, foi lida uma carta do Visconde de Pirajá,

Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, comandante das armas da província, convidando o CGP ou pelo menos uma deputação, para assistir ao Te Deum, em homenagem ao aniversário de D. Pedro I. A decisão foi pelo não atendimento ao convite, “por ser esse objeto alheio às atividades marcadas na lei de seu regimento, que se deve religiosamente cumprir”. A essa recusa, que pode ser considerada como um sinal do desgaste da imagem do imperador junto à elite política baiana, se agregaram decisões e interpelações a outras autoridades, no decorrer dos últimos meses antes da abdicação do imperador.

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Bahia, apesar dos percalços enfrentados inicialmente para garantir suas reuniões, o CGP funcionou durante todo o período determinado pelo regimento, mesmo não tendo realizado algumas sessões por falta de quórum. Durante o período de sua vigência, foram inúmeras as interpelações e resoluções encaminhadas à Assembleia Geral, o que demonstra o envolvimento dessa instituição com esferas mais amplas da política no Brasil.

No âmbito provincial, atuou de forma significativa e seu trabalho e autoridade foram sendo reconhecidos paulatinamente. Não se furtou a “exigir” informações, questionar e cobrar explicações dos presidentes e comandantes das armas para que pudesse balizar suas decisões.

Como instância de poder hierarquicamente superior, na província, o CGP se empenhou para executar o que a lei de 1º de outubro de 1828 determinava, no que dizia respeito à subordinação das Câmaras Municipais à sua autoridade. Por outro lado, também chegavam às demandas individuais, o que reforça o prestígio político da instituição, apesar de muitas decisões estarem fora de sua alçada e, em algumas ocasiões, descontentar a quem a ele recorria.

Dessa forma, podemos concluir que o Conselho Geral de Província cumpriu importante papel na organização política do Estado. Ao se constituir como lugar de discussão e deliberação dos interesses da província, se firmou como instância de poder capaz de contribuir para a consolidação do projeto de unidade nacional. Os requerimentos apresentados pelos conselheiros, as demandas das câmaras e de cidadãos e as representações encaminhadas à Assembleia Geral e ao Imperador revelam a esfera de atuação e o diálogo do CGP com outras autoridades, na resolução de problemas que estavam além de sua jurisdição. E, por outro lado, reafirma a importância da nova instituição para a vida política da província.

## REFERÊNCIAS

- As Câmaras Municipais e a Independência*. Conselho Federal de Cultura. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1973.v. I
- CASTRO, Renato Berbert de. *Conselho Geral da Província da Bahia 1824-1834*. Salvador: Assembleia Legislativa, 1984.
- LEME, Marisa Saenz. Dinâmicas centrípetas e centrífugas na formação do Estado monárquico no Brasil: o papel do Conselho Geral da Província de São Paulo. IN: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.28, nº55, p.197-215, 2008.
- MACHADO, André Roberto de A. O Conselho da Província do Pará e a definição da política indigenista no Império do Brasil (1829-31). IN: *Revista Almanack*, nº 10, agosto de 2015, p. 237-246;
- OLIVEIRA, Carlos Eduardo França. *Poder local e palavra impressa: São Paulo, 1824-1834*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2011.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)* Tese de Doutorado (História Social). São Paulo, 2006, 338p.
- SOUSA, Avanete Pereira. *Poder Político Local e Vida Cotidiana: A Câmara Municipal da Cidade de Salvador no Século XVIII*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013.



## “SUCCINTAS OBSERVAÇÕES SOBRE O ESTADO DESTA PARTE DO VASTO IMPERIO DO BRAZIL”: A PROVÍNCIA DO AMAZONAS SEGUNDO TENREIRO ARANHA, 1852

*Data de aceite: 28/01/2020*

*Data da submissão: 04/11/2019*

### **Paulo de Oliveira Nascimento**

Doutorando em História – PPGH/UFPE. Professor  
EBTT - IFAM/*Campus* Eirunepé  
Eirunepé – AM  
<http://lattes.cnpq.br/5720247208490048>

**RESUMO:** Criada pela Lei 582, de 5 de setembro de 1850, a Província do Amazonas teve o seu governo instalado apenas em janeiro de 1852, com a nomeação de João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha como presidente. Colocava-se finalmente em prática a proposta de criação de uma nova província que abrangia o território da Comarca do Rio Negro, submetido à Província do Pará. Com a nova divisão territorial, instalar-se-ia o governo provincial e as demais instituições componentes, o que permitiria uma efetivação do projeto geopolítico imperial para a região amazônica, uma vez que seriam impulsionadas a ocupação, a exploração e o povoamento das terras amazônicas. Tendo administrado a província entre janeiro e abril daquele ano, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha procede à compilação do habitual Relatório de Presidente de Província, no qual estão contidas importantes informações acerca de sua

administração provincial. Objetivamos, neste texto, apresentar uma análise das percepções e projeções de Tenreiro Aranha – enquanto representante da elite política imperial – para a Província do Amazonas, através da análise do seu relatório presidencial. Nestes termos, problematizamos o papel da elite política na construção da província, bem como os seus interesses, manifestados através de alguns dos pontos destacados no documento, seja aquilo que estava sendo executado, seja aquilo que se buscava executar, o que acabava por transformar o Relatório numa espécie de projeção para o futuro provincial. Percebemos – a partir de determinados tópicos e temas – o desejo de integração da Província do Amazonas no projeto de desenvolvimento nacional, como através da “civilização” dos indígenas, do desenvolvimento da agricultura, da colonização, da imigração, da instrução pública, da navegação fluvial, para fins de ocupação, povoamento e desenvolvimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** elites políticas; administração provincial; Província do Amazonas.

“FURTHER OBSERVATIONS ABOUT THE STATE OF THIS PART OF THE VAST EMPIRE OF BRAZIL”: THE PROVINCE OF AMAZONAS ACCORDING TO TENREIRO ARANHA, 1852

**ABSTRACT:** Created by Law 582 of September 5, 1850, the Province of Amazonas had its government installed only in January 1852, with the appointment of João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha as president. Finally, the proposal was created for the creation of a new province covering the territory of the Rio Negro County, submitted to the Province of Pará. With the new territorial division, the provincial government and the other component institutions would be established, this would allow the imperial geopolitical project to be implemented for the Amazon region, since the occupation, exploitation and settlement of the Amazonian lands would be promoted. Having administered the province between January and April of that year, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha compiles the usual Report of the President of the Province, which contains important information about his provincial administration. This paper aims to present an analysis of the perceptions and projections of Tenreiro Aranha - as representative of the imperial political elite - for the Amazon Province, through the analysis of his presidential report. In these terms, we questioned the role of the political elite in the construction of the province, as well as their interests, manifested through some of the points highlighted in the document, either what was being done, or what it was intended to execute, which eventually transformed the province. Report in a kind of projection for the future provincial. We perceive - from certain topics and themes - the intention to integrate the Province of Amazonas to the national development project, like through the “civilization” of the indigenous, the development of agriculture, colonization, immigration, public education, inland navigation, for the purposes of occupation, settlement and development.

**KEYWORDS:** political elites; provincial administration; Province of Amazonas.

## 1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha foi nomeado o primeiro Presidente da Província do Amazonas, quando da sua instalação em 1852, tendo sido o responsável por criar as condições materiais para as tarefas administrativas que o governo provincial exigia. Ficou no governo menos de seis meses, uma vez que precisou “tomar assento” na câmara dos deputados, no Rio de Janeiro, representando a Província do Pará e deixando a Província do Amazonas nas mãos do seu vice-presidente (SANTOS, 2016, p. 40). Todavia, antes de tratarmos do seu relatório, nos parece válido discorrermos acerca do contexto sócio-político no qual Tenreiro Aranha esteve inserido, uma vez que poderemos melhor compreender as relações entre a sua atuação política e o meio social no qual o aquele personagem atuou.

Sendo um político paraense bastante influente na Corte (SANTOS, 2016, p. 34) e tendo “raízes de uma família amazonense de Barcelos” (BRAGA, 2016, p. 39), Tenreiro Aranha era conhecedor da região e certamente enxergara a possibilidade de ascensão política ao defender importantes pautas regionais, a exemplo da navegação fluvial, bem como a criação da Província do Amazonas. Tanto que se

tornou relator de projeto de lei discutido na Assembleia Provincial do Pará em 1828 e em 1837, cujo objetivo principal era regular a exploração da navegação a vapor nos rios da Amazônia.

Tendo sido nomeado Presidente da Província do Amazonas pela Carta Imperial datada de 7 de junho de 1851, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha subiu o Rio Amazonas em direção à então cidade da Barra do Rio Negro, onde instalaria a máquina administrativa e daria início a um governo de menos de seis meses, conforme mencionamos anteriormente. Seus principais atos de governo foram justamente aqueles necessários ao funcionamento da administração provincial, tais quais a nomeação de funcionários, o aluguel de prédios, a instituição de determinados serviços, etc.

Meses depois, Tenreiro Aranha deixava o seu posto e se dirigia à Corte, para atuar como deputado provincial do Pará. Antes disto, porém, compilara o seu Relatório de Presidente de Província, a fim de informa ao seu Vice-Presidente Manoel Gomes Correia de Miranda e ao próprio imperador sobre a jovem província. Nas suas palavras, destacam-se a natureza exuberante e as potencialidades da região, num esforço expositivo que busca convencer e direcionar as políticas públicas da Coroa para o povoamento e a exploração produtiva das terras naquela província mais ao Norte.

## **2 | A PROVÍNCIA SEGUNDO TENREIRO ARANHA: TÓPICOS E TEMAS**

Os relatórios de presidentes de província têm se tornada, cada vez mais, importantes fontes para o estudo do período imperial. Produzidos pela autoridade máxima do executivo provincial ao final de seu mandato, estes documentos objetivavam informar ao governo imperial sobre a situação das províncias e, no conjunto, do próprio país. No conjunto de documentos produzidos pelos presidentes da Província do Amazonas, entre 1852 e 1889, encontram-se – além dos relatórios - auto de instalação, falas presidenciais aos membros da Assembleia Provincial, exposições dirigidas à Assembleia, ofícios e mensagens.

Para este trabalho, nos debruçamos sobre o primeiro dos relatórios produzidos sobre a Província do Amazonas, deixado por João Bapstista de Figueiredo Tenreiro Aranha ao seu vice-presidente, Manoel Gomes Correia de Miranda, um documento que contém em suas 121 páginas o relato, tabelas, gráficos e mapas, além de outros importantes documentos anexos. É sobre este documento que lançamos o nosso olhar, buscando compreender como Tenreiro Aranha compreende a realidade provincial e como aborda determinadas questões em seu relatório.

### 3 | A “CIVILIZAÇÃO” DOS INDÍGENAS

O tratamento dispensado por Tenreiro Aranha aos indígenas está associado à questão do trabalho e da promoção da “civilização” naqueles “Sertões”. Para este tópico, as atenções se voltam para as possibilidades que a catequização indígena poderia trazer para o desenvolvimento provincial, uma vez que tal ação poderia suprir a flagrante necessidade de mão de obra.

João Baptista Tenreiro Aranha introduz a temática citando trecho contido no documento de Fausto Augusto Aguiar, no qual este chama a atenção para a necessidade de se prover melhores condições para o serviço missionário, que deveria educar os indígenas para o trabalho e, desta forma, melhor explorar os ricos recursos naturais disponíveis (AGUIAR *apud* ARANHA, 1852, p. 17). Em seguida, Tenreiro Aranha tece as suas observações acerca das dificuldades da atuação missionária na Província, destacando o seguinte:

(...) e se porventura conseguir mais tres Missionarios e ao menos treze contos de réis, consignados para a manutenção dellas [as missões] em um anno (...) pela maneira que as vou estabellecendo, e mandando dirigir, presumo que os resultados, nos seguintes annos, serão bastantes para que ellas por si mesmas possão ser mantidas, e contribuir com braços para os serviços, e com produtos para as rendas do Estado chegarem ao triplo ou mais daquillo que lhes consignar; e sobre tudo se conseguirá a civilisação de tantos milhares de íncolas desvalidos que podem vir a formar uma população correspondente á vastidão desta Província, *e a mais própria para a cultura de suas terras productivas*, e para a extracção de tudo quanto e taõ precioso tem em seu seio o maior dos rios do universo [grifo nosso] (ARANHA, 1852, p. 23).

Como podemos observar, Tenreiro Aranha demonstra a sua preocupação com a necessidade de mão-de-obra para ser empregada na agricultura, indo ao encontro das preocupações das autoridades imperiais naquele momento, quando se buscavam alternativas para a substituição do trabalho escravo nas regiões onde esta forma de trabalho prevalecia. Apesar de o debate sobre a disponibilidade da mão-de-obra escrava não ser o caso específico da Província do Amazonas, ponderamos o fato de que havia também aí uma escassez de trabalhadores para a agricultura, o que levaria Tenreiro Aranha a depositar suas esperanças na educação para o trabalho, a ser realizada pelos missionários católicos junto às populações indígenas que habitavam a província.

Neste sentido, entendemos a ênfase na ação missionária como parte das políticas de desenvolvimento da Coroa para a Província do Amazonas, na medida em que as autoridades imperiais acreditavam ser a educação missionária responsável por preparar os indígenas para o trabalho. Tratava-se, portanto, de parte importante de um conjunto de ações realizadas junto aos indígenas, que incluíam também a condecoração com títulos e patentes e o fornecimento de vestuário e instrumentos

de trabalho para aquelas etnias que estabelecessem relações amigáveis com as autoridades provinciais, conforme observamos no referido relatório.

#### 4 | A AGRICULTURA

As páginas do Relatório destinadas ao tema da agricultura propriamente dita não são muitas, uma vez que o documento deveria dar conta de todos os aspectos existentes no âmbito da administração pública provincial. Todavia, dos trechos dedicados especificamente àquela prática, podemos fazer algumas inferências bastante significativas e reveladoras da forma como Tenreiro Aranha – enquanto membro e representante das autoridades imperiais – concebia e projetava ações governamentais para o desenvolvimento da agricultura na Província do Amazonas.

A agricultura na Província do Amazonas é concebida, nas palavras de seu então presidente, numa perspectiva temporal. Em suas palavras, o passado teria sido glorioso, o presente seria a decadência e o futuro uma possibilidade para o desenvolvimento econômico e civilizacional. Sobre um passado glorioso e produtivos, temos o seguinte:

Quando esta Província era Capitania, sob a direção de habéis Governadores, a sua população crescente ao mesmo tempo ia-se melhorando com o exemplo e a applicação de colonos vindos de Portugal, que, unindo-se por laços conjugaes ás íncolas do paiz, fizerão aparecer essa nova, e póde-se dizer, branca gente mameluca, que se distinguia das hordas selvaticas pela côr, e pela applicação á agricultura e ás artes fabriz, cujas manufacturas primorosas attestavão o estado de sua industria e civilisação (ARANHA, 1852, p. 31).

Como podemos observar, Tenreiro Aranha mais uma vez evoca o argumento racial para se referir ao ideal de civilidade, representado pelos brancos portugueses, que misturariam o seu sangue com as nativas e desta mistura surgiria “branca gente mameluca”, diferentes das demais populações indígenas, compreendidas como “hordas”, termo utilizado nesta e em outras passagens para se referir ao estado de selvageria daqueles sujeitos.

O trecho acima também é significativo porque associa a ideia de civilização à agricultura e às “artes fabriz”, elencadas como elementos definidor e diferenciador dos “civilizados”, em detrimento dos “selvagens”. Esta é, pois, a tônica que vai assumir o discurso das autoridades provinciais quando da comparação entre a agricultura e o extrativismo, tratando este como uma prática selvagem em relação à civilidade que a agricultura representaria. Dito isto, o autor segue o seu relatório, destacando aquilo que havia enquanto principais produtos agrícolas outrora cultivados. No trecho, temos: “O algodão, o anil, o café, a mandioca e o tabaco teve cultura tal que dava para o uso e consumo e sobrava para a exportação em grande quantidade”

(ARANHA, 1852, p. 31). A leitura destas linhas nos levam a pensar que a então Capitania - e posterior Comarca – teria sido, de fato, uma grande produtora agrícola e exportadora. Esta ideia, todavia, não encontra respaldo na documentação existente e nem na historiografia acerca da região antes da década de 1850.

Ao analisar as fortunas no ao qual faz referência Tenreiro Aranha - diga-se as últimas décadas do século XVIII e primeira metade do século XIX, apesar de registrarmos uma certa imprecisão da parte daquela autoridade provincial quando evoca o passado - Patrícia Sampaio afirma:

Verifica-se que, aproximadamente desde finais do século XVIII, as atividades econômicas realizavam-se a partir de uma estreita combinação entre agricultura de alimentos e coleta de produtos extrativos, dentro de uma economia caracterizada pela predominância de pequenas e médias unidades de produção com escassa mão-de-obra, produzindo para o mercado interno e/ou para subsistência (SAMPAIO, 2002, p. 53).

Como podemos constatar, as informações existentes vão de encontro àquilo que afirmara Tenreiro Aranha acerca da abundância que outrora havia existido no território agora transformado em província. Refletindo acerca das possíveis razões que o levaram a “carregar nas tintas”, ponderamos sobre duas situações que poderiam estar por traz daquela afirmação. A primeira delas diz respeito à histórica exploração das chamadas “drogas do sertão”, quando o “Cabo do Norte” passou a integrar a economia colonial portuguesa ainda no século XVII através do fornecimento de castanha, cacau, baunilha, salsaparrilha, ervas aromáticas e outros produtos oriundos do extrativismo. Certamente, a memória destes tempos de abundância ainda permeava a narrativa daqueles homens que estavam à frente da administração provincial, memória esta evocada especialmente para justificar a implementação de políticas públicas e angariar recursos financeiros para a província.

Além das “drogas do sertão”, também a agricultura a ser implementada deveria receber investimentos da Coroa, o que nos leva ao segundo ponto das motivações de Tenreiro Aranha ao exagerar acerca da capacidade produtiva da região. Nisto, a autoridade provincial estaria a mostrar que os recursos financeiros investidos em políticas públicas para a agricultura teriam um retorno garantido. Daí, falar num passado de sucesso, em contraponto a um presente de escassez, conforme o trecho a seguir:

Agora o caffè, a mandioca, o anil mal chegam para o consumo, e todos os outros generos e artefactos, á falta de cultura, tem desaparecido, e a população, dividida em bandos, todos os annos vai para as grandes praias, com excessos bachanaes, fazer a destruição dos ovos de tartarugas e o fabrico de manteigas, ou para as matas, por entre os maiores riscos e privações exthair, os productos expontaneos da terra, de sorte que nisso gastão os indigenas e trabalhadores quasi metade do anno; e tudo quanto tiram e destroem he para os chamados regatões das feitorias, a troco de aguardente, com que os regalão, e de uma calça e camisa de riscado

caseiro, sendo a depravação dos costumes todo o ganho que lhe toca, pela perda do tempo e do trabalho, que, a ser bem aproveitado na agricultura, ou ainda nestas extracções com regularidade, podia produzir muitos interesses (...) (ARANHA, 1852, p. 32)

Apesar de longa a citação, ela é reveladora da situação na qual se achava a agricultura na Província do Amazonas. Podemos observar a ênfase que João Baptista Tenreiro Aranha acaba dando ao emprego da mão-de-obra existente, alegando que esta estaria sendo empregada de maneira não adequada no extrativismo. Observemos que o que está sendo criticado não é o extrativismo em si – entendido que o trabalho poderia ser “bem aproveitado” também nas “extracções – mas as práticas extrativistas comuns entre a população provincial. Após estas palavras, o texto segue nos seguintes termos?

Nesse estado lamentavel em que achei esta terra e gente, certamente digna de melhor sorte, já dei algumas providencias para o estabelecimento d’agricultura (...) mas a falta de homens adestrados e afeitos á cultura da terra (...) por melhores que sejam os meus desejos, e ainda mesmo os dos aprendizes, pouco ou nada poderá se conseguir na necessidade urgente em que de tudo isso a Província está (ARANHA, 1852, p. 32).

Ao relatar o “estado lamentavel” no qual se encontrava a Província do Amazonas, Tenreiro Aranha mais uma vez evoca a questão da mão-de-obra, alegando a inexistência de trabalhadores aptos às atividades agrícolas. Como já afirmamos anteriormente, a situação do país em meados do século XIX não era das mais favoráveis em relação à disponibilidade da mão-de-obra. Com uma economia eminentemente agrícola e de base escravista, o Império do Brasil se via pressionado pela Inglaterra a acabar com o tráfico de escravos e, conseqüentemente, caminhar para o fim da escravidão.

Na Província do Amazonas – por suas características – o trabalho escravo era inexpressivo em relação ao “Sul”, mas também aqui as autoridades imperiais não encontravam uma solução viável para a ampliação da agricultura e conseqüente integração regional à economia agrícola nacional. A solução não apenas para a escassez de mão-de-obra qualificada na nova província, mas também para a agricultura e o povoamento provinciais, é oferecida por Tenreiro Aranha, quando afirma o seguinte:

Ainda na Côrte, quando tive a honra de ser nomeado para vir fundar esta Provincia, por informações que tinha desse estado de cousas, tive o cuidado de propôr a medida, que me parecia, e parece cada vez mais precisa, para se ir restabelecendo aquillo que por costumes e habitos seguidos se acham taõ contrariado: essa medida salvadora he certamente a creação de um nucleo de colonisação agricola e fabril, que sirva de incentivo e norma aos serviços ruraes e mechanicos, á que os habitantes desta Provincia se devem dar (ARANHA, 1852, p. 32).

Conforme já havíamos tratado anteriormente, a ideia de instalação de colônias agrícolas na Amazônia foi uma constante nas falas das autoridades ligadas a esta região. Se na Província do Pará estas iniciativas parecem ter sido mais efetivas (NUNES, 2008), na Província do Amazonas a implantação destes núcleos coloniais parece não ter tido grande sucesso, conforme o exemplo da Colônia Maracujá, implementada na década de 1870 pelo Barão de Maracujá (BARBOZA, 2016). O projeto das colônias agrícolas constituía, pois, uma possibilidade. Seria algo que estaria naquilo que chamaríamos de horizonte de expectativas em relação ao desenvolvimento agrícola na Província do Amazonas, assim como os demais empreendimentos que deveriam servir ao desenvolvimento provincial.

Se num passado teria havido, nas palavras de João Baptista Tenreiro Aranha, uma agricultura cuja produção era abundante para os moradores da região – tanto que o excedente produzido teria sido exportado – aqueles idos dias do ano de 1852 assistiam a uma decadência agrícola. Apesar de parecer estar estarecido com a situação na qual a agricultura provincial se encontrava naquele momento, o presidente da província não apontou culpados. Ao invés disto, lançou para o futuro aqueles projetos que considerava fundamentais para reaver a antiga glória produtiva daquela parte da Amazônia.

Se a região possuía um passado glorioso no que tange à produção agrícola, a decadência na qual se encontrava poderia e deveria ser superada, através de planejamento e implementação de ações governamentais capazes de solucionar o problema da agricultura provincial. A educação para o trabalho, a imigração e a implantação de colônias agrícolas eram as soluções possíveis e viáveis para o uso da terra e conseqüente desenvolvimento econômico e civilizacional da Província do Amazonas.

## 5 | IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Na vastidão da “Grande Floresta”, naquelas regiões desconhecidas e muitas das vezes habitadas por grupos indígenas hostis ao processo de colonização, as autoridades administrativas encontraram como alternativa a instalação das chamadas colônias agrícolas, especialmente as de natureza militar.

Nas palavras de Tenreiro Aranha, temos o seguinte: “(...) já para que a população indígena e as terras férteis e os vastos campos por lá sejam aproveitados com melhoramentos rurais, e já para que o comércio e a comunicação, que se pôde entreter e argumentar consideravelmente com os vizinhos (...)” (ARANHA, 1852, p. 24). As duas principais motivações eram (a) o aproveitamento das populações nativas e mestiças da província para o trabalho e das terras férteis para a implantação da agricultura e potencialização do extrativismo e (b) o desenvolvimento do comércio e



da comunicação entre as várias partes da província.

Para as colônias militares, o presidente da província define aquele que deveria ser o colono ideal, quando afirma que “he indispensavel que estes homens sejam dados a agricultura, e a outros serviços ruraes, e a officios mechanicos taõ preciosos, e que vaõ em numero sufficiente para se poderem repartir por elles os differentes serviços, que logo á commeçar precisa a Colônia (...)” (ARANHA, 1852, p. 29). Trata-se, portanto, de se escolher homens que fossem capazes de praticar a agricultura e realizar as outras atividades inerentes ao cultivo da terra, bem como os ofícios mecânicos necessários ao provimento das condições materiais para a vida na floresta, condições materiais estas que deveriam ser promovidas através do extrativismo.

Ao lado das colônias militares, também há uma preocupação em trazer para a província colonos não militares, tais quais os colonos estrangeiros e/ou de outras regiões do Império, de acordo com as especificidades geográficas e climáticas da vasta província. Sobre os estrangeiros, Tenreiro Aranha escreve o seguinte:

Para a Colonia do Rio Madeira devem vir Alemães ou outros estrangeiros engajados de boa nota e dados á agricultura e á outros serviços ruraes, porque no lugar destinado (...) acharão elles temperatura de clima agradavel em terras altas, com sombrias matas, e águas doces copiosas, quer dos rios, quer das chuvas, que concorrem para que as mesmas terras sejam, como são, tão productivas (ARANHA, 1852, p. 30).

Em outro trecho do relatório, Tenreiro Aranha afirma serem colonos nacionais também propícios a povoar uma outra parte da Província do Amazonas. O autor afirma:

E para a colonia do Rio Branco devem vir de preferencia os naturaes do Rio Grande do Sul e de Minas Geraes, com as qualidades precisas para melhorarem as raças, até dos gados, de sorte que os indigenas com elles adestrados tirem os proveitos destas vastas campinas e altas serranias em o clima tão agradavel, em que lá podem viver e formar povoações (ARANHA, 1852, p. 30).

Interessante notar neste trecho a menção à ideia de um “melhoramento racial” não apenas em relação aos humanos, mas também em relação aos “gados”. No que tange à questão racial no Brasil do século XIX, havemos de considerar a década de 1870 como marco para as ideias sobre raça como fator de construção da nação (SCHWARCZ, 1993), o que por si só poderia nos questionar o que teria motivado Tenreiro Aranha a abordar a questão racial já na década de 1850. Todavia, este não é nosso objetivo neste texto.

Por outro lado, havemos de levar em consideração aquilo que nos informa a fonte acerca da possibilidade dos colonos sul-rio-grandenses e mineiros promoverem um “melhoramento” nos “gados”. Sabe-se que as Províncias de Minas Gerais e do

Rio Grande do Sul desempenhavam um importante papel enquanto criadores de gado, no século XIX, o que lhes renderia uma larga experiência no trato com os rebanhos. Ora, a região banhada pelo Rio Branco se construiu historicamente a partir da construção das fazendas reais e, depois, particulares, aplicadas principalmente à criação de gado, a partir da década de 1830 e se por todo o século XIX (SANTOS, 2018). Daí fazer sentido para João Baptista Tenreiro Aranha que fossem enviados para as bandas do Rio Branco aquelas pessoas advindas das outras Províncias onde já havia o estabelecimento criatório. Talvez o presidente esperasse que os colonos sul-rio-grandenses e mineiros pudessem “melhorar” os rebanhos bovinos pré-existentes na região.

## 6 | A NAVEGAÇÃO FLUVIAL

“Em uma região onde a navegação fluvial sempre foi o principal meio de transporte, a história deve ser inicialmente pensada como história de seus diferentes rios e bacias hidrográficas, porque foi por essas vias aquáticas que a colonização penetrou na Amazônia” (LEONARDI, 1999, p. 15). Esta é, pois, a afirmação de um historiador que toma como ponto de referência para a sua análise historiográfica da região amazônica os rios, tecendo um texto que dar conta da intrínseca relação entre “os historiadores e os rios” na Amazônia. O autor chama a atenção para a importância da navegação fluvial para a construção destes processos históricos, uma vez que há uma abundância de rios navegáveis, em contraponto à uma densa e hostil floresta. Estes teriam sido os principais fatores que teriam constituído os rios da Amazônia como as principais e, em muitos casos, únicas vias pelas quais eram (e ainda são) transportadas mercadorias e pessoas.

As rarefeitas notas biográficas que buscam dar conta da atuação política de João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha atestam para dois projetos políticos principais. O primeiro deles diz respeito à emancipação da então Comarca do Rio Negro desde a década de 1820, que se tornaria a Província do Amazonas apenas em 1850. O outro projeto ao qual Tenreiro Aranha se dedicou foi a questão da navegação fluvial pelos rios da Amazônia, considerada por ele e por muitos um fator determinante para o desenvolvimento da região.

Sendo um político paraense bastante influente na Corte (SANTOS, 2016, p. 34) e tendo “raízes de uma família amazonense de Barcelos” (BRAGA, 2016, p. 39), Tenreiro Aranha era conhecedor da região e certamente enxergara a possibilidade de ascensão política ao defender importantes pautas regionais, a exemplo da navegação fluvial, bem como a criação da Província do Amazonas. Tanto que se tornou relator de projeto de lei discutido na Assembleia Provincial do Pará em 1828 e em 1837, cujo objetivo principal era regular a exploração da navegação a vapor

nos rios da Amazônia.

Sobre a fluvial, Tenreiro Aranha chama a atenção em seu relatório para o fato de serem os rios da região amazônica a principal via de comunicação entre aqueles rincões e os centros urbanos regionais e nacionais, bem como entre os países vizinhos e tantos outros que possuíam interesse em adentrar a Amazônia a partir dos rios, especialmente os Estados Unidos. A navegação fluvial, segundo Tenreiro Aranha, iria possibilitar o fluxo de pessoas (missionários, indígenas e colonos) e também as atividades comerciais, tanto dos produtos agrícolas e pecuários quanto das “drogas do sertão”. Estando, naquele momento, em um “estado penível”, a navegação fluvial careceria de uma atenção especial das autoridades imperiais, seja em relação à regulação, seja em relação à melhoria técnica – nisto, o presidente faz uma enfática defesa da implantação da navegação à vapor.

Havemos de considerar a preocupação com as relações entre os países fronteiriços. Nisto, Tenreiro Aranha chama a atenção para o fato de que os rios constituíam um importante elo entre aquelas nações: o Rio Madeira, com a Bolívia; o Rio Japurá, com o Equador e a Nova Granada; o Rio Negro, com a Venezuela e; o Rio Branco com as Guianas.

Também há um destaque daquela autoridade provincial para alguns outros rios importantes, que eram “pouco conhecidos”, a exemplo dos Rios Abacaxi, Purus, Juruá, Jutai, Içá. Para estes rios, seriam montadas importantes expedições chefiadas por engenheiros que, ao longo da segunda metade do século XIX, se dedicaria ao (re)conhecimento daqueles rios até então não mapeados (PEREIRA, 2008, p. 61). Tratava-se, portanto, de se buscar conhecer a região com o objetivo de dominar e “desenvolver” o potencial produtivo, tanto agrícola quanto extrativista.

Sem lograr êxito nas tentativas anteriores de implantação da navegação fluvial pelos rios da Amazônia, restava agora a Tenreiro Aranha ponderar – em seu relatório – a necessidade de se abrir a bacia hidrográfica amazônica para aquela que viria a ser, em conjunto com a agricultura, o comércio e a mineração, uma “fonte de riquezas” para a Província do Amazonas.

## 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As palavras de João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, postas em seu relatório e legada aos seus sucessores, vão se constituir como uma espécie de projeção para o futuro. Mais que informações sobre o estado em que se encontrava a província, o relatório vai se constituir numa espécie de “carta de intenções”, onde estão alocadas as expectativas em relação às possibilidades de desenvolvimento da Província do Amazonas. O que fazer e como se ser feito, com vistas em tornar

“grande” a província, acabariam por dar a tônica do discurso presidencial. A “civilização dos indígenas”, a colonização e imigração, a navegação fluvial e principalmente a agricultura seriam importantes meios para se alcançar o desenvolvimento regional. Estas ações dariam sentido à atuação das autoridades provinciais, que se empenhariam em operacionalizar o projeto de desenvolvimento regional auspiciado pela Coroa.

As afirmações de João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha acabam por constituírem muito mais um “vir a ser” para a ação política provincial, na medida em que estes tópicos e temas vão estar presentes na documentação oficial da presidência da Província do Amazonas, ao longo de sua existência, tanto como projeto político quanto como política pública implementada. Destas, a navegação fluvial talvez tenha sido a que logrou maior êxito, ao passo que as demais continuaram (e continuam) apenas como ideias para desenvolver e “civilizar” a Amazônia... mas isto é tema para outra ocasião.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, João Baptista de Figueiredo. **Relatório de Presidente da Província do Amazonas, 1852**. Disponível em: <[http://ddsnext.crl.edu/titles/164?terms&item\\_id=2842](http://ddsnext.crl.edu/titles/164?terms&item_id=2842)>. Acesso em: 21 nov. 2018.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. **Retirantes cearenses na Província do Amazonas: colonização, trabalho e conflitos (1877 – 1879)**. Revista Brasileira de História. São Paulo, 2016.

BRAGA, Bruno Miranda. **OS ÍNDIOS, A CATEQUESE E A CIVILIZAÇÃO NO AMAZONAS (1845 – 1898)**: entre o fracasso e a resistência. Revista Muiraquitã - UFAC, v. 4, n. 1, pp. 39-47. 2016. Disponível em: <<http://revistas.ufac.br/revista/index.php/mui/article/view/729>>. Acesso em: 17 fev. 2019.

BRAGA, Pedro Henrique Maia. **O CLIMA DO AMAZONAS: uma interpretação dos discursos de administradores provinciais (1850 – 1852)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba – UFPB. João Pessoa – PB, 2015.

LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia Brasileira**. Brasília: Ed. UnB, 1999.

NUNES, Francivaldo Alves. **A SEMENTE DA COLONIZAÇÃO: Um estudo sobre a Colônia Agrícola de Benevides (Pará, 1870 – 1889)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém – PA, 2008.

PEREIRA, Nasthya Cristina Garcia. **RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA: o discurso político sobre agricultura e extrativismo na Província do Amazonas (1852-1889)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Manaus – AM, 2008.

SAMPAIO, Patrícia Melo. **Nas teias da fortuna: acumulação mercantil e escravidão em Manaus, século XIX**. MNEME – Revista de humanidades. v. 3, n. 6, out./nov. 2002, pp. 49-70. Disponível em: <<http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

SANTOS, Bernardo Farias dos. **ARQUIVO PÚBLICO DO AMAZONAS: uma trajetória de memórias, esquecimentos e descasos (1852 – 1999)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-

Graduação em História. Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Manaus – AM, 2016.

SANTOS, Maria José dos. **Arranjos, Lei e Consolidação do Império**: Aplicação da Lei de Terras e Apropriação das Fazendas Nacionais do Rio Branco (1830 -1880). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém – AM, 2018.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870 – 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

## A GUERRA DO PARAGUAI NO PIAUÍ: A BATALHA PELAS VONTADES ENTRE POLÍTICOS E JORNAIS

*Data de aceite: 28/01/2020*

**Elton Larry Valerio**

Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia do Piauí  
Teresina-PI  
<http://lattes.cnpq.br/9049165592267490>

**RESUMO:** No século XIX, depois das independências de Estados como Argentina, Brasil, Paraguai e outros, surgem interesses de organização e imposição de seus modelos de Estado Nacional. Em dezembro de 1864 um navio brasileiro foi apreendido pelo governo paraguaio. A partir daí a tensão entre os dois países cresce até que forças paraguayas invadem o território brasileiro sem uma declaração formal de guerra. Esse conflito é visto como resultado dos desdobramentos da política externa dos países interessados na região do Prata (DORATIOTO, 2002). As forças militares nacionais passariam por uma série de modificações no decorrer do conflito, saindo dele transformadas e com poder de transformar a realidade política brasileira. A propaganda de convocação à Guerra do Paraguai pode ser vista nas falas dos

Presidentes Provinciais contidas nos relatórios que eram dirigidos à Assembléia Legislativa Provincial ou nos relatórios de governo quando passavam a administração da província para seus sucessores, assim como na imprensa escrita. No caso do Piauí destacam-se o liberal “A Imprensa” e o conservador “O Piauhy”. Para além dos jornais, portadores na maior parte do tempo de uma imagem positiva do conflito, nos propomos a pensar a atuação das pessoas ditas comuns, do povo. Como aquelas pessoas responderam ao chamado da guerra? Visando cobrir estes pontos buscamos além dos já citados jornais, os relatórios provinciais da época do conflito, além de correspondências entre os presidentes da província do Piauí e comandantes do exército e da Guarda Nacional, e também com pessoas comuns que vinham oferecer seus serviços ou pelo contrário, procurar furtar-se de marchar para a guerra. No decorrer da pesquisa notamos a importância da imprensa naquele processo de arregimentação de homens para o conflito, demonstrando a força do “quarto poder” para a formação de uma opinião pública no Império do Brasil. **PALAVRAS-CHAVE:** Guerra do Paraguai; Imprensa; Piauí

**ABSTRACT:** In the nineteenth century, after the independence of states such as Argentina, Brazil, Paraguay and others, there arose interests of organization and imposition of their models of National State. In December 1864 a Brazilian ship was seized by the Paraguayan government. From there the tension between the two countries grows until Paraguayan forces invade the Brazilian territory without a formal declaration of war. This conflict is seen as a result of the foreign policy developments of the countries concerned in the Plata region (DORATIOTO, 2002). The national military forces would undergo a series of changes during the conflict, leaving it transformed and with the power to transform the Brazilian political reality. The advertising for the Paraguayan War can be seen in the speeches of the Provincial Presidents contained in the reports addressed to the Provincial Legislative Assembly or in government reports when they handed over the administration of the province to their successors, as well as in the written press. In the case of PiauÍ stand out the liberal “The Press” and the conservative “O Piauhy”. In addition to newspapers, which most of the time bear a positive image of the conflict, we propose to think about the actions of the so-called ordinary people, the people. How did those people respond to the call of war? In order to cover these points, we sought, besides the aforementioned newspapers, provincial reports from the time of the conflict, as well as correspondence between the presidents of the province of PiauÍ and commanders of the army and the National Guard, and also with ordinary people who came to offer their services or at Rather, try to evade marching to war. In the course of the research we noted the importance of the press in that process of rallying men to the conflict, demonstrating the strength of the “fourth power” for the formation of a public opinion in the Brazilian Empire.

**KEYWORDS:** Paraguay War; Press; PiauÍ

## 1 | INTRODUÇÃO

A história do Segundo Reinado no Brasil pode ser dividida em fases como preparação (1840-1850), apogeu (1850-1870) e declínio (1870-1889). No presente texto, a análise recairá sobre o período considerado o apogeu do reinado de Dom Pedro II. O Império do Brasil era governado por Dom Pedro II, que assumiu o poder com quinze anos incompletos em meados de julho de 1840 por conta dos desdobramentos de uma série de fatores, entre os quais podem ser apontados a abdicação de Dom Pedro I em 1831, as conturbações do Período Regencial, a formação do Clube da Maioridade, que defendeu e fez campanha pela ascensão do jovem Dom Pedro de Alcântara ao poder, mesmo que não contasse com a idade mínima para isso. A partir de 1847 na monarquia brasileira se desenvolveu um parlamentarismo peculiar, “à brasileira”, pois o Imperador daria a última palavra nas decisões políticas do governo por acumular em suas mãos dois dos quatro poderes

previstos pela carta constitucional de 1824: o Executivo e o Moderador.

O usufruto do Poder Moderador por Dom Pedro II para muitos quebrava a aparente normalidade do sistema político brasileiro. Conforme se tornava mais maduro, o Imperador manobrava com habilidade cada vez maior as peças do jogo político brasileiro (CARVALHO, 2007). Políticos de destaque como Nabuco de Araújo e Zacarias de Góis criticaram abertamente a proeminência do Executivo sobre os outros poderes durante o Império. José Murilo de Carvalho em diversos escritos defende a legitimidade daquele sistema, apontando vantagens como, por exemplo, o impedimento que um ou outro grupo político se apoderasse de forma permanente do poder, servindo de árbitro para as lutas entre as facções. (CARVALHO, 2007)

O sistema partidário no Segundo Reinado (1840-1889) estava dividido entre os membros do Partido Conservador – os saquaremas – e os membros do Partido Liberal – Luzias. Havia poucas mudanças de partido e quem a praticasse era visto como criminoso imperdoável. Os Conservadores defendiam a centralização do poder, enquanto os Liberais eram defensores da descentralização, com autonomia para as províncias.

Embora ressoe até hoje a afirmação de Holanda Cavalcanti: “Não há nada mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder”, Ilmar Rohloff de Barros em “O tempo saquarema” aponta a predominância dos conservadores na cena política imperial, impondo seus modos de pensar o país e confundindo suas atitudes com o próprio funcionamento do Império do Brasil. Tinham fortes posições seja em relação a seus contrários, como Diogo Antônio Feijó (1784-1843) visto como perigoso e cheio de ideias criminosas de liberdade (1987:49), quanto em organizar o ‘Império de três mundos’ com base no burocrata ou senhor de terras, que era o elemento responsável pela organização de um sistema nacional de instituições e pela definição da ordem pública (1987:137).

Naquele período o café dominava a cena econômica, sendo produzido para o mercado externo primeiramente na região do Vale do Paraíba e após isso no Oeste paulista, de onde surgem os poderosos “Barões do café”, representantes da elite política que décadas mais tarde dominaria a política nacional, na chamada „República Velha. Além do café, produtos como a borracha seriam importantes no final do século XIX e início do seguinte, além de zonas produtoras de açúcar, cacau, tabaco, pecuária, bem como as atividades de subsistência: arroz, feijão, mandioca e outras menos citadas.

A sociedade brasileira continuava rural, próxima dos moldes herdados da colonização lusitana. A permissão de que analfabetos tivessem direito a voto presente na Constituição de 1824 é indício do baixíssimo nível de escolaridade dos brasileiros, incluindo suas classes mais privilegiadas economicamente. Essa situação começa a mudar com a criação de Faculdades de Direito e de Medicina no Império. O acesso



mais fácil ao ensino superior – para as famílias de posses – criou uma nova classe de letrados, representada principalmente pelos bacharéis em direito, interessados em autores como Darwin, Spencer, Schopenhauer, Nietzsche e outros, contribuindo para minar parte das formas de pensamento vistas por eles como arcaicas. No Piauí se destaca uma plêiade com nomes do porte de Abdias Neves, Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e outros (QUEIROZ, 1998).

Desdobramento de um aumento na escolarização nas camadas médias e altas da população brasileira, assim como do acirramento das disputas políticas, a imprensa escrita teve um papel de destaque no Segundo Reinado. Uma das preocupações do próprio Dom Pedro II era a garantia de liberdade de imprensa, pois afirmava serem esta e a tribuna as principais formas de conhecer o que realmente se passava no país. Vítima que era de uma série de ataques por parte desta mesma imprensa, afirmava à Princesa Isabel resignado: “Os ataques ao Imperador [...] não devem ser considerados pessoais, mas apenas manejo ou desabafo partidário” (CARVALHO, 2007:89) Esse autor afirma ser a liberdade de imprensa tamanha no Brasil que chegava a causar estranhamento a vários diplomatas e/ou observadores estrangeiros.

O Brasil imperial, por diversos pontos apresentados acima, se considerava moderno. Os hábitos estrangeiros, sobretudo franceses, o consumo de uma literatura diferenciada por parte das elites nacionais, o enriquecimento dos cafeicultores e outros grupos econômicos colocam o país em busca da modernidade. No Piauí, cuja primeira capital foi a cidade de Oeiras, se discutia a mudança da capital para local mais propenso ao comércio fluvial, o que melhoraria as relações entre a capital piauiense e a região do meio norte brasileiro.

A mudança da capital para Teresina significou a inserção do Piauí em uma economia onde o comércio, e não mais as atividades primárias, era o principal responsável pela economia. A proximidade com o Rio Parnaíba tornou a nova capital uma cidade dedicada principalmente ao comércio fluvial. Para fomentar o comércio é criada em 1858 a Companhia de Navegação do Rio Parnaíba, e no ano seguinte chega ao Piauí o vapor Uruçuí, cuja construção foi contratada pelo Presidente Provincial João José de Oliveira Junqueira (1857- 1858). Entretanto, não foi apenas a economia que foi modificada pela mudança da capital. Os rumos políticos da província também foram afetados por essa mudança. Essas mudanças políticas podem ser ilustradas ao citar Manuel de Sousa Martins (1767-1856) que governou o Piauí de forma quase ininterrupta por cerca de vinte anos. Após a saída da capital de Oeiras, a estrela política do Barão da Parnaíba entrou em acelerado processo de enfraquecimento político. Além disso, o aumento de oportunidades causado pela fundação de Teresina requereu o aumento do número de profissionais qualificados, o que encorajou as famílias mais favorecidas a enviar seus filhos a centros mais

avançados, principalmente com destino ao Recife para estudar na Faculdade de Direito (QUEIROZ, 1998).

## 2 | A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA

A região do Rio da Prata era alvo das pretensões brasileiras desde os idos coloniais, quando Espanha e Portugal faziam os papéis que Argentina, Brasil e Paraguai fariam no século XIX (BETHELL, 1995) Os sucessivos confrontos na região fronteira do atual Rio Grande do Sul com os colonos espanhóis assim como diversos tratados de fronteiras – como o Tratado de Madri, assinado em 1750 – dão a tônica dessas disputas.

No século XIX, depois das independências de Estados como Argentina, Brasil, Paraguai e outros, surgem interesses de organização e imposição de seus modelos de Estado Nacional. As províncias da Confederação Argentina lutam contra a tentativa da imposição centralizadora de Buenos Aires. No Paraguai, a combinação entre ditadura, isolacionismo e minifúndio se impôs, com 3 presidentes no intervalo de 59 anos (1811-1870) e ainda tendo de lutar contra as pretensões expansionistas da Argentina. O Brasil se caracterizava pelo conservadorismo de um sistema imperial e escravocrata, que também se pretendia guerreiro (NOVAIS, 1995:81-86)

Antes do início da Guerra do Paraguai houve intervenções brasileiras nas Repúblicas da Argentina e do Uruguai, com a queda de presidentes. Na questão de Aguirre em 1864, a diplomacia do Império não foi suficiente para impedir o confronto armado, embora a missão contasse naquele momento com a habilidade de José Antônio Saraiva, “[...] o grande negociador, o homem para os momentos de impasse político” (CARVALHO, 2007:60).

Em dezembro de 1864 um navio brasileiro foi apreendido pelo governo paraguaio. A partir daí a tensão entre os dois países vai aumentando até que forças paraguaias invadem o território brasileiro sem declaração formal de guerra. O conflito é visto como resultado dos desdobramentos da política externa dos países interessados na região do Prata (DORATIOTO, 2002).

No início da Guerra, o Exército brasileiro era uma força desaparelhada que não inspirava confiança em setores da elite brasileira. Contando com um efetivo entre 17 e 20 mil homens, era a força militar responsável pela defesa do território brasileiro em caso de invasão externa, acrescida por forças policiais e da Guarda Nacional (BETHELL, 1995:28) As forças militares nacionais passariam por uma série de modificações no decorrer do conflito, saindo dele transformadas e com poder de transformar a realidade política brasileira.

Durante a Guerra do Paraguai houve quatro gabinetes ministeriais. O gabinete Furtado iniciado em 31 de agosto de 1864 durou até 12 de maio do ano seguinte,

quando o Marquês de Olinda assumiu o posto de Presidente do Conselho de Ministros. Cargo no qual foi substituído pelo liberal Zacarias de Góis e Vasconcelos em 03 de agosto de 1866 (DUARTE,1981:18). Os liberais progressistas dominavam a cena política brasileira desde 1862, mas desentendimentos entre dois dos maiores chefes políticos do Império, o liberal Zacarias de Góis, crítico ferrenho do Poder moderador; e o saquarema Caxias provocaram a demissão do gabinete progressista e a ascensão política dos conservadores com a subida de Joaquim José Rodrigues, Visconde de Itaboraí ao cargo de Presidente do Conselho de Ministros (CARVALHO,2007).

A Guerra do Paraguai, também conhecida na América latina como *Guerra da Tríplice Aliança* ou *La Guerra Grande*, proporcionou uma aproximação considerada impensável anos antes entre Argentina e Brasil<sup>1</sup>, trazendo de arrasto a República do Uruguai, além de colocar parte da opinião pública internacional contra a ação brasileira contra o Paraguai, em um conflito onde o Brasil reivindicava o papel de país civilizados em conflito com uma nação pouco civilizada.

O conflito contra o Paraguai mobilizou as províncias, obrigando seus governantes a enviar contingentes regulares para o esforço de guerra que se desenvolveu na segunda metade da década de 1860. Líderes e heróis militares fazem parte da construção de uma narrativa sobre a guerra, mas “[...] não nos esqueçamos dos três mil e tantos piauienses que acudiram ao primeiro chamado, e partiram para a campanha longínqua, donde poucos regressaram a seus lares” (NUNES IV,2007:226).

Piauienses dos mais abastados aos mais humildes foram para a guerra e contribuíram com a vitória brasileira, ofertando seu sangue, suor e esperanças. O que os fazia marchar ao Paraguai? Quais estratégias de convencimento foram utilizadas?

### 3 | A IMPRENSA PIAUIENSE

Os jornais no Brasil são vistos como veículos culturais desde a Gazeta (1808) criada devido a chegada da Família Real lusa em terras portuguesas. No Piauí Imperial observamos dezenas deles, sendo que no período da Guerra contra o Paraguai se destacaram “A Imprensa”, periódico ligado ao Partido Liberal e “O Piauhy”, representante do Partido Conservador. Antes do primeiro jornal piauiense citado, podemos citar o jornal “Liga e Progresso”, ligado aos liberais.

Assim como em outras províncias, aqueles jornais não eram profissionais no sentido de atuarem como empresas, mas geralmente se digladiavam representando seus respectivos partidos e líderes políticos, muitas vezes eram até mesmo distribuídos com objetivo de influenciar a opinião pública. Neste formato, observa-se

---

1 Sobre as reservas dos políticos brasileiros com relação à aliança com os argentinos, confira a obra de Francisco Doratioto *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*.

que as discussões sobre o conflito contra o Paraguai eram apenas mais um capítulo daquela situação (RÊGO, 2001).

Como jornal representante do grupo que exercia o poder político nos primeiros anos da guerra, os redatores de “A Imprensa” veiculavam diversas notícias sobre a necessidade de se convocar os homens que deveriam partir para o sul, deixando, como era de praxe, a última palavra sempre para o Imperador, representante e representação da autoridade:

[...] ao povo não cabe calcular o número de soldados que se fazem necessários: Quem puder bater-se, acuda ao brado solene da pátria: Venham aos mil de todas as províncias do Império. É só ao governo que cumpre dizer: ‘Basta’. Quanto ao governo tem ele nas leis os meios de levantar e organizar as forças precisas: Tem o recrutamento forçado; Tem o alistamento de voluntários; Tem o destacamento da Guarda Nacional (NUPEM, A IMPRENSA:1865)

Citando as diferentes modalidades de recrutamento disponíveis, o periódico chama atenção tanto para o velho e temido recrutamento forçado, utilizado desde os idos coloniais – e que seria utilizado inclusive depois de findo o conflito com o Paraguai – quanto para o alistamento de homens que se dirigiam de bom grado ao conflito. Outra força considerada mais trabalhosa seria a Guarda Nacional, que possuía grande número de homens, mas em sua grande maioria, em atividades administrativas (DORATIOTO,2002) além de gozar de proteção de certos senhores. Seria nessa disputa pelos corações e mentes da população piauiense que além da imprensa, entraria em cena outra força formidável: o próprio presidente provincial e suas declarações.

#### 4 | PIAUHYENSES! ÀS ARMAS!

Depois de deflagrada a guerra o Presidente Franklin Américo Meneses Dória (1864-1866) participa diretamente dos esforços de convocação de homens para o conflito. Seu nome surgirá nos jornais da situação como fiador da vontade nacional na província, estabelecendo uma poderosa parceria com “A Imprensa” que, em 12 de agosto de 1865, publica um comentário elogioso às figuras do Presidente Dória e da Guarda Nacional: “A Guarda Nacional, guarda da dignidade e honra do paiz, tradição viva de gloriosos e heroicos feitos da nação, tem merecido a mais accurada atenção do Exmo Sr. Dr. Franklin Dória”(NUPEM, A IMPRENSA:1865).

Nota-se a aproximação entre o governante e a milícia cidadã, além do claro apelo aos brios da instituição da Guarda Nacional. Neste momento ainda se buscava uma afirmação das qualidades da instituição que havia composto grande parte do 1º e 2º corpos de voluntários da pátria. Em outro momento, Dória afirma que os guardas nacionais sempre estiveram presentes nos mais importantes momentos de crise no

Piauí, e que naquela conjuntura de guerra, eles voluntariamente se ofereceram, e nenhum dos oficiais que marcharam para a guerra fôra designado [intimado a marchar para a guerra] (NUNES IV,2007:229).

A imprensa situacionista utiliza-se dos periódicos como forma de incentivo ao sentimento de união e entusiasmo patriótico da população, visando transmitir não apenas aos homens em idade militar ideal, mas a todos os homens em idade e condições de partir para os campos do Paraguai o amor à pátria e a necessidade de se alistarem nas fileiras do Exército (ARAÚJO,2005:266). Como demonstrativo da carência de homens para se recrutar, o trecho destacado acima afirma que ‘só ao governo’ cabe avaliar como satisfatória ou não a quantidade de recrutados para a guerra, este tipo de propaganda procurava seduzir corações e mentes com o fim de obter sem maiores dificuldades ou resistências o número de homens necessário ao chamado “tributo de sangue”.

Havia um jogo duplo por parte do governo que ao mesmo tempo em que procurava apelar para os brios e coragem da população, fazendo uma série de elogios ao número vertiginoso de homens que voluntariamente se apresentavam para combater no Paraguai, encarava com reservas os resultados que se poderia esperar de tais esforços. Esta forma de proceder pode ser vista tanto nos ofícios entre Presidentes da Província e oficiais guardas nacionais responsáveis por recrutar homens para a guerra, quanto em periódicos. Isto ocorria devido ao aumento do número de deserções logo nos primeiros meses de envio dos contingentes para o Paraguai.

Como reconhecimento desse temor em relação ao não comparecimento de indivíduos para a Guerra do Paraguai, temos um ofício assinado pelo Oficial Guarda Nacional José Canuto de Aguiar, um dos Comandantes Superiores da Guarda Nacional à época do conflito, responsável pelo recrutamento em sua região, comunica ao Presidente Provincial seus temores quanto à tarefa:

Vou empregar todos os meios ao meu alcance, a fim de ver se obtenho satisfazer o pedido de V. Ex<sup>a</sup>, reunindo alguns voluntários para o serviço de guerra, não sei, porém, se terei esse gosto, porque, como V. Ex<sup>a</sup> terá observado, o povo piauiense é demasiadamente medroso para sair da Província, e agora por causa do recrutamento, todos os homens que estão nas circunstâncias de marcharem, refugiaram-se nas matas. Em todo o caso, farei a diligência, e o resultado comunicarei à V. Ex<sup>a</sup> (APPI, CAIXA 553:1865).

Na passagem acima o povo piauiense é descrito como ‘medroso’ por adotar uma prática muito comum desde a imposição do recrutamento forçado, fato que ocorreu ainda na segunda metade do século XVIII (DIAS,1999): a fuga e esconderijo dentro das matas.

Era desanimador para os responsáveis pelo recrutamento compreender que

nem a influência de certos chefes poderosos poderia influenciar a maior parte da população masculina a partir de boa vontade para a guerra, como visto em outro ofício de um oficial recrutador, o Comandante Domingos de Brito Passos ao Presidente provincial, que afirma:

[...] minha fraca coadjuração a fim de que mediante a influência que exerço entre meus agregados e vizinhos, farei por conseguir o maior número que for possível de voluntários da pátria [...] insidiarei todas as minhas fracas forças a fim de ver se posso obter alguns voluntários (APPI, CAIXA 450: 1865).

Como parte da estratégia de influenciar os brasileiros a nutrir um ódio mortal aos inimigos paraguaios, citava-se matéria do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro “que no Rio Grande já não se trata de vencer, mas de aniquilar os paraguaios” (NUPEM, A IMPRENSA:1865). Criava-se toda uma imagem depreciativa em relação ao povo guarani, de modo a incitar o ódio dos brasileiros. Dizia-se dos paraguaios: “[...] são gente muito bisonha, atrasadíssima em civilização, sem nenhuma instrução e eminentemente preguiçosa e mandrilhona, sem espírito nem calor” (NUPEM, A IMPRENSA:1865).

A visão depreciativa em relação aos paraguaios é substituída a partir do momento em que se dá ênfase à necessidade de se derrotar López, visto como único responsável pela guerra que causava o enfrentamento e morte entre dois povos irmãos, brasileiros e paraguaios. A dita afirmação de que a guerra não era contra os paraguaios, mas contra o próprio ditador paraguaio, está presente no próprio Tratado da Tríplice Aliança, documento firmado por Argentina, Brasil e Uruguai, ao qual serviram de testemunhas diplomatas internacionais, como Edward Thornton, representante inglês. (DORATIOTO,2002). A respeito da figura e ações de Solano López, afirmava-se na imprensa escrita que

Este mancebo [Lopez] supondo-se invencível em seu reduto, oculto entre os dois rios e conservando as mesmas tradições governamentais e despóticas de seus dois predecessores [Francia e Carlos Lopez], porém destituído da capacidade e inteligência deles, não faz outra coisa depois que subiu ao poder, senão procurar contestações com Buenos Aires e seus vizinhos (NUPEM, A IMPRENSA:1865).

Toda informação que depreciasse a figura de López era imediatamente vinculada na Imprensa. Um caso que chama a atenção é o depoimento de um militar paraguaio feito prisioneiro ainda nos momentos iniciais da guerra, José Maria Romero, então com 29 anos, tenente de cavalaria que havia lutado contra os brasileiros e sido capturado na localidade de São Gabriel – RS, teria dito aos soldados que o capturaram não gostar de Lopez, porque “[...] o seu bom senso lhe diz que Lopez é um tirano e um déspota” (NUPEM, A IMPRENSA:1865). Seria este o prisioneiro paraguaio com o qual Dom Pedro II trocou impressões sobre a língua guarani em Uruguaiana?

(CARVALHO,2007).

Se o tenente Romero disse o que realmente achava a respeito de López ou se suas palavras foram distorcidas, ou se foi sugestionado a isso parte dos militares brasileiros, esse não é o caso, o exemplo acima é ilustrativo por demonstrar que havia uma verdadeira caçada a opiniões que desqualificassem as atitudes de López junto à opinião pública brasileira.

Dentro da propaganda favorável ao chamamento de indivíduos para lutar no Paraguai, além de falas presentes na imprensa escrita, os relatórios dos Presidentes da Província do Piauí apresentam várias menções ao que se chamava de heroísmo da população, como pode ser visto na fala de Franklin Dória:

Não posso deixar de dar testemunho do patriotismo com que o Piauhy acudiu ao appêllo para o desaggravo da dignidade nacional, atrozmente ofendida pelo presidente da república do Paraguay (...) esta província não se deixou exceder por nenhuma de suas irmans em provas de civismo, e as que deu, principalmente contribuindo com um punhado de soldados para o nosso pleito glorioso, são tanto mais notáveis, quanto foram numerosas certas circunstâncias desfavoráveis com que se teve de lutar constantemente, para conservar a reunião, apprestos e remessa de tropas (...) a docilidade com que elle sujeitou-se ao imposto de sangue que há pouco lhe foi exigido, e bem assim a circunspecção e serenidade com que se portou nas ephocas, para nós ainda excepcionaes, das diversas eleições que se tem feito na minha administração. (APPI, RELATÓRIOS PROVINCIAIS:1866).

As palavras do Presidente Dória a respeito do estoicismo dos soldados piauienses eram maneiras de fazer transparecer uma confiança no compromisso dos piauienses em relação à guerra. Não se deve esquecer também que as falas dos presidentes provinciais ecoavam nos túneis do poder e chegavam ora ou outra aos ouvidos dos ministros e principalmente ao conhecimento do Imperador Dom Pedro II, então nada mais “político” e compreensível do que ilustrar com cores vivas os arroubos de coragem e patriotismo cometidos pelos que se dirigiam ao Paraguai. Franklin Dória, futuramente tornado Barão de Loreto (PIMENTEL, 1978) era uma pessoa bastante próxima do Imperador Dom Pedro II, sendo inclusive um dos poucos que o acompanhou à Europa quando do seu exílio decorrente da Proclamação da República (CARVALHO,2007). Porém, mesmo tendo sido amigo de Dom Pedro II, era um presidente provincial e era cobrado por isso.

Outra estratégia destinada a impulsionar a arregimentação de homens para a guerra era a forte propaganda e valorização de atitudes, muitas vezes desesperadas ou sem cabimento, tomadas por pessoas que se dispunham a ir ao palco de operações, mas que por motivos diversos eram impossibilitadas de fazê-lo, como é o caso de Jovita (Antonia) Alves Feitosa, cearense que morava em Jaicós que se apresentou vestida de homem oferecendo-se para o serviço de guerra contra o Paraguai (NUNES IV, 2007). O chefe de polícia José Manuel de Freitas foi quem

enviou o comunicado ao presidente Franklin Dória. Ao apresentar-se ao Presidente Provincial, Jovita teria dito “ser o seu maior desejo bater-se com os monstros, que tantas ofensas tinham feito às suas irmãs de Mato Grosso, e vingar-lhes as injúrias ou morrer nas mãos desses tigres sedentos” (COSTA, 1974:501).

Jovita embarcou junto com o 2º corpo de Voluntários da Pátria, graduada no posto de Sargento, sendo ovacionada por onde passava aquela jovem que demonstrava ter mais coragem do que muitos homens feitos que preferiam esconder-se nos matos. Impedida de prosseguir com seus intentos de marchar para o Paraguai, tira a própria vida após uma desilusão amorosa (NUNES IV, 2007:228)

O exemplo de Jovita parece ter sido o que mais rendeu frutos na Província do Piauí, sendo visto com curiosidade até hoje pelos que se debruçam sobre os efeitos do início da guerra no Piauí. Entretanto aparecem outros exemplos além de Jovita.

O Capitão da Guarda Nacional Jesuíno Pereira do Nascimento fôra dispensado de seguir para a guerra, visto que era casado com filhos e estava com idade avançada, além de ter dois filhos que estavam na frente de batalha. O dito capitão havia tido seu pedido de entrada nas tropas brasileiras negado pelo governo imperial. Após uma segunda tentativa, finalmente consegue ser aceito no palco de guerra para, sem vencimentos, conduzir uma leva de combatentes ao Paraguai (NUNES IV, 2007:230)

Semelhante ao heroísmo do caso de Jovita, saiu no jornal *A Imprensa* no ano de 1865 a seguinte notícia:

#### Patriotismo de um menino

Lê-se no cearense: Há poucos dias apresentou-se à S. Ex<sup>a</sup>, o senhor Doutor Homem de Melo um menino de 8 a 9 anos de idade dizendo que queria seguir para o sul na qualidade de Voluntário da Pátria. S. Ex<sup>a</sup> observou que naquela idade não poderia suportar o peso das armas.

- Ao menos servirei para dar cartuchos ao meu irmão.

S. Ex<sup>a</sup> riu-se, e admirado de ver tanto patriotismo em anos tão verdes, perguntou-lhe se queria doce.

- Não, senhor, respondeu o menino; Eu quero pólvora.

Quando as crianças e mulheres do Ceará como Jovita mostram tanto entusiasmo pelo qual os homens devem envergonhar-se de que para obrigá-los a seguir para o campo de honra, o governo se veja obrigado a empregar meios coercitivos (NUPEM, A IMPRENSA:1865).

Embora o próprio Dom Pedro II autorizasse audiências públicas com seus súditos no Rio de Janeiro abertas a praticamente qualquer um interessado em apresentar-lhe alguma queixa ou simplesmente fazer uma visita de cortesia (CARVALHO,2007), é pouco provável que um Presidente de Província, naqueles dias de intenso trabalho de recrutamento visando preencher os claros que se abriam no corpo das tropas brasileiras, tivesse algum tempo – ou disposição – para palestrar com uma criança que não tinha idade de partir para o campo de batalha.



Com essa recorrência de atos de bravura de mulheres e crianças buscava-se criar uma situação de constrangimento para aqueles indivíduos que não se prestavam a marchar para os “matadouros do sul”, homens vistos simplesmente como ‘ociosos, vagabundos e covardes’ pelas autoridades responsáveis pelo recrutamento. Essa era uma estratégia bastante utilizada, porém com resultados questionáveis.

## 5 | SOB A SOMBRA DOS RECRUTAMENTOS

As forças armadas regulares – Exército e Armada – eram a base do esforço de guerra contra o Paraguai, porém com seus números insuficientes foi convocada a Guarda Nacional, instituição oriunda do Período Regencial e que passou por uma reforma em 1850, onde passou a ser subordinada ao Ministério da Justiça, num claro sinal de centralização administrativa.

Como milícia auxiliar do Exército a Guarda Nacional foi chamada para participar do confronto. O decreto 3383 de 21 de janeiro de 1865 estabeleceu que o conjunto das províncias, segundo sua população, forneceria 14.796 guardas nacionais para a guerra. Ao Piauí ficou a responsabilidade de fornecer 1.160 homens, tornando-se uma das províncias que mais teve de contribuir para a formação dos efetivos da Guarda Nacional destacada. Estes homens seriam distribuídos pelos comandos superiores existentes na época: Oeiras 179; Jaicós 156; Paranaguá 121; Teresina 100; Piracuruca 94; Campo Maior 92; Príncipe Imperial (atual Crateús-CE) 89; Valença 87; São Gonçalo 75; Jerumenha 65; Parnaíba 57; Barras 47 (CHAVES,2005:206). Essa distribuição totalizava 1.164 homens.

Pelo decreto citado apenas três províncias forneceriam contingentes de guardas nacionais superiores aos enviados pelo Piauí. O Rio de Janeiro deveria mandar 1.384 guardas nacionais para a guerra; Pernambuco 2.424 e a Bahia deveria contribuir com 2.440 milicianos. Maranhão e Ceará, com populações superiores à do Piauí, deveriam enviar 1.060 guardas nacionais cada. Dois decretos anteriores, endereçados aos presidentes das províncias de São Paulo e de Minas Gerais exigiam respectivamente 3 mil e 6 mil guardas nacionais, para o serviço de corpos destacados na província de Mato Grosso.

Desde 1865 surgiam problemas para o recrutamento dos guardas nacionais. Dos 57 guardas nacionais que a cidade de Parnaíba deveria enviar em um primeiro momento para a guerra, devido ao decreto citado, o comandante do recrutamento em Parnaíba afirmou ter marcado para o dia 27 de julho para que se apresentassem, mas se apresentaram apenas 12 no dia marcado (APPI, CAIXA 466:1865).

Outra estratégia foi a libertação de escravos para marchar à guerra. As fontes pesquisadas fornecem informações sobre estes homens alforriados para marchar

ao Paraguai. Entretanto autores como Hendrick Kraay nos lembram que o governo imperial não invadiu a fronteira da propriedade privada dos senhores de escravos, se comprometendo a pagar pela alforria daqueles ex-escravos que partiram para o conflito (KRAAY, 1998).

Embora tenha sido utilizado no conflito, o governo raramente falava no recrutamento forçado, preferindo uma abordagem mais agradável: a criação dos Voluntários da Pátria pelo decreto 3371 de 7 de janeiro de 1865. A estes se ofereciam vantagens como o desligamento automático da carreira militar tão logo terminasse o conflito, além de recompensas pecuniárias (DORATIOTO, 2002).

Embora com tamanha oferta de combatentes, um dos grandes problemas eram as fugas de homens que se recusavam a marchar para o sul. Regiões inteiras ficavam despovoadas frente a simples menção do recrutamento para a guerra. Entre aqueles convocados, surgiram muitos pedidos de dispensa por motivos tais como ser arrimo de família, ser casado, portador de alguma enfermidade etc.

Os pedidos de dispensa de guardas atravessam todo o período da Guerra do Paraguai. Um bom argumento não era necessariamente a garantia de dispensa do serviço destacado.

O morador da vila de Picos Joaquim Antonio de Almendra apresentou reclamação devido ao recrutamento de seu filho Manoel José de Almendra no contingente de guardas nacionais. O senhor Joaquim Antonio afirmou que seu filho era o único que podia trabalhar no sustento da família. Além disso declarou que Manoel José de Almendra “[...] é aleijado de um braço, doente da cabeça e surdo dos ouvidos”. Termina seu pedido afirmando que o rapaz foi convocado por não estar presente para ser examinado no dia da qualificação. O vigário de Picos, Francisco de Paula Mauro anexou uma carta ao pedido de Joaquim Antonio de Almendra no qual afirmou “[...] meu parochiano é muito pobre, tem scinco filhos – duas mulheres homens tres – dous menores – e Manoel José de Almendra que é maior [...] sendo o ultimo que trabalha, pois seus pais já são idosos”. O Tenente-cirurgião da Guarda Nacional Adriano Moreira Cidade declara que o rapaz possuía uma lesão no antebraço produzida por uma deslocação na articulação do cotovelo do lado esquerdo, no osso rádio, produzindo uma iminência óssea cuja compressão se tornava dolorosa. Declarou-se incapaz de verificar se Manoel José de Almendra sofria realmente dos ouvidos. O pedido foi indeferido em 15 de julho (APPI, CAIXA 450:1865).

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portador de ideias de modernidade e progresso, O Império do Brasil viveu seu auge entre as décadas de 1850 e 1870. Naquele período atingiu superávits comerciais, desenvolveu sua indústria e até peitou a Inglaterra durante a Questão

Christie.

O império viu surgirem cidades como Teresina, atual capital do Piauí, que teve como objetivo o desenvolvimento do comércio fluvial e alcançar a liderança do comércio na região do meio norte brasileiro. Entre outros pontos de destaque, a imprensa se desenvolveu na nova cidade, ligada principalmente ao jogo político entre conservadores e liberais.

As questões platinas, com destaque para a maior delas - a Guerra do Paraguai (1864-1870) exigiu um enorme contingente de homens para lutar pelo Império. Presidentes provinciais e imprensa se aliaram para alcançar os mais distantes e diferentes modos de vida existentes na província do Piauí. Pronunciamentos e artigos foram publicados para gerar na população reações favoráveis ao conflito com o Paraguai.

Animados pelas propagandas e exemplos como o de Jovita Alves Feitosa (1848-1867) milhares de piauienses marcharam aos campos do sul, assim como brasileiros das mais diversas províncias, e bem ou mal, cumpriram seu dever. Ao mesmo tempo, outros milhares se furtaram ao alistamento ou buscaram por diversas formas escapar ao recrutamento, por razões diversas. A guerra pode ter dado sentido a vida de muitos, embora também não fizesse sentido para outros.

De qualquer forma, as convocações na província do Piauí alcançaram seus objetivos de certa forma, auxiliados em grande parte pela imprensa escrita que buscava aliar uma imagem de nação civilizada com a coragem das nações europeias, cujas quais o Brasil utilizava como espelho.

Serão necessários muitos estudos para compreendermos as nuances da Guerra do Paraguai no Piauí, embora já contando com boas obras de referência, as relações entre mídia e poder político ainda terão muito a nos revelar sobre aquele conflito.

## 7 | FONTES PRIMÁRIAS MANUSCRITAS AVULSAS

Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito – Sala do Poder Executivo  
Guarda Nacional; Guerra do Paraguai; Ministério dos Negócios da Guerra;  
Ministério dos Negócios da Justiça

## 8 | FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS

I – Livros

**PIAUI.** Relatório do Presidente Provincial Franklin Américo de Meneses Dória na abertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa Provincial em 12 de julho de 1865. Typographia Progressista. Impresso por Manoel Victoriano Marques, 1865.

**PIAUI.** Relatório com que o Presidente Franklin Americo Menezes Dória abriu a Sessão da Assembleia Legislativa Provincial no dia 9 de Julho de 1866. Therezina, Typographia Constitucional, de J. da S. Leite, Rua Grande. 1867.

## II – Jornais

NUPEM-UFPI - A Imprensa (1865-1866);

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Johny Santana de. **A Guerra do Paraguai: reflexão sobre a construção de imagens escritas.** In: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar; NASCIMENTO, Francisco Alcides do; PINHEIRO, Áurea Paz. História: Cultura, Sociedade, Cidades. Recife: Bagaço. 2005

Carvalho, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_, José Murilo de. **D. Pedro II: ser ou não ser?** 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CHAVES, Monsenhor Joaquim. **Obra Completa.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2005.

COSTA, F. A. Pereira da. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí.** Rio de Janeiro: Artenova. 1974

DIAS, Claudete Maria de Miranda. **O outro lado da história: O processo de independência do Brasil visto pelas lutas no Piauí 1789-1850.** Tese de doutoramento. UFF, 1999

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai.** São Paulo: Companhia das Letras. 2002

DUARTE, Paulo de Queiroz. **Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, Volume 2, tomos III e V, 1981

KRAAY, Hendrick. **Escravidão, cidadania e serviço militar na mobilização brasileira para a Guerra do Paraguai.** In Estudos afro-asiáticos 33. Setembro de 1998-Publicação do Centro de Estudos afro-asiáticos-CEAA da Universidade Cândido Mendes.

MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.) **A guerra do Paraguai: 130 anos depois.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema.** São Paulo: Hucitec, Brasília, DF, INL, 1987.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí, volume 4.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007.

PIMENTEL, Joaquim Silvério de Azevedo. **Episódios Militares.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1978

QUEIROZ, Teresinha. **Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo.** 2ª edição. Teresina: EDUFPI, 1998

RÊGO, Ana Regina. **Imprensa piauiense: atuação política no século XIX.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

## A SOCIEDADE AGRÍCOLA PARAENSE E OS OFÍCIOS DE CONSELHEIRA PROVINCIAL E PROPAGADORA DA CIÊNCIA AGRONÔMICA NO SÉCULO XIX

Data de aceite: 28/01/2020

**Francivaldo Alves Nunes**

Universidade Federal do Pará, Faculdade de História  
Ananindeua – Pará

\* Texto inicialmente apresentado no 30º *Simpósio Nacional de História* com o título “Sociedade Agrícola Paraense: De conselheira provincial à propagadora da ciência agrônômica, século XIX”, realizado entre os dias 15 a 19 de julho de 2019, em Recife-Pernambuco. Esta versão aqui apresentada foi revisada e ampliada.

**RESUMO:** Em 1885, segmentos de proprietários rurais da província do Pará criaram a Sociedade Agrícola Paraense (SAP), justificada como ação necessária para promover os melhoramentos e benefícios da lavoura. No discurso fundador da nova sociedade ficavam evidenciados os interesses de seus idealizadores que apontavam para a falta de capitais, necessidade de braços suficientes para produção, educação profissional como ainda não presente entre os agricultores, melhoramento dos portos de embarque e desembarque de produtos no interior da província, aumento da navegação a vapor, facilidade na importação de aparelhos e instrumentos agrícolas que pudessem aumentar as forças produtivas e melhorar a qualidade dos produtos que estavam ainda desconhecidos, combate as enfermidades que atacavam as

populações agrícolas e o abuso do comércio ambulante, que não produziam as rendas para o tesouro público. Neste contexto, procuramos analisar os principais debates em torno da criação do SAP e publicados no periódico da entidade, *O Agrário*. Convencionalmente, tratava-se de organizações que ficaram conhecidas como sociedades auxiliaadoras, isto por que se entendia que ao governo era concebida a atribuição de tutelar a todos os interesses sociais considerados legítimos, incluindo assim a agricultura. No entanto, embora a administração pública tivesse a obrigação de desenvolver meios que facilitassem a prática agrícola, esta necessitaria do apoio do que chamavam de cidadãos preocupados com o progresso do país, assim como das provocações e da iniciativa dos interessados em promover a lavoura. Sendo assim, auxiliar a agricultura para os proprietários de terra significava muito mais que promover o benefício de suas propriedades, mas também assegurar uma produção baseada em estudos científicos, modernos e que tivesse como perspectiva o progresso do setor agrário. Era nesse princípio, portanto, que se justificavam, ideologicamente, as sociedades agrícolas e apontava a ausência dessas entidades como também um dos males a que sofria a agricultura. Ao que se observa, a SAP será compreendida como conselheira da administração provincial, como defensora do

incremento de novas técnicas ao cultivo e a propagação de conhecimentos científicos e úteis, ou ainda como defensora de que a modernização da província dependia da implementação desses novos saberes técnicos pelos fazendeiros e agricultores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociedade Agrícola; Amazônia; Século XIX.

## THE PARAENSE AGRICULTURAL SOCIETY AND THE OFFICES OF THE PROVINCIAL COUNCILOR AND PROPAGATOR OF AGRONOMIC SCIENCE IN THE NINETEEN CENTURY

**ABSTRACT:** In 1885, segments of rural landowners in the province of Pará created the Paraense Agricultural Society (SAP), justified as a necessary action to promote crop improvements and benefits. The founding discourse of the new society showed the interests of its creators who pointed to the lack of capital, the need for sufficient arms for production, professional education as not yet present among farmers, improvement of ports of embarkation and disembarkation of products within the region. provinces, increased steam navigation, ease of importation of agricultural apparatus and instruments that could increase productive forces and improve the quality of products that were still unknown, combat the diseases that attacked agricultural populations and the abuse of street commerce, which was not they produced the rents for the public treasury. In this context, we seek to analyze the main debates surrounding the creation of SAP and published in the journal of the entity, The Agrarian. Conventionally, these were organizations that became known as auxiliary societies, because it was understood that the government was conceived to assign the protection of all social interests considered legitimate, including agriculture. However, while the public administration had an obligation to develop means to facilitate agricultural practice, it would need the support of what they called citizens concerned about the country's progress, as well as the provocations and initiative of those interested in promoting farming. Thus, assisting agriculture for landowners meant much more than promoting the benefit of their property, but also ensuring production based on scientific, modern studies that had the prospect of progress in the agrarian sector. It was on this principle, therefore, that agricultural societies were ideologically justified and pointed to the absence of such entities as also one of the evils suffered by agriculture. As it turns out, SAP will be understood as an advisor to the provincial administration, as an advocate of increasing new cultivation techniques and the spread of useful scientific knowledge, or as an advocate that the modernization of the province depended on the implementation of this new technical knowledge. by farmers and farmers.

**KEYWORDS:** Agricultural Society; Amazon; XIX century

### A SOCIEDADE AGRÍCOLA E O CONTEXTO DE SUA FUNDAÇÃO

Na manhã de 25 de junho de 1885, às 9 horas para sermos mais precisos, reuniram na sala da Praça do Comércio em Belém, capital da província do Pará,

agricultores, comerciantes, intelectuais, políticos e militares, com o propósito de criar a Sociedade Agrícola Paraense (SAP). O ato de fundação e organização desta entidade se justificaria como ação necessária para promover os melhoramentos e benefícios da lavoura, ou como dizia um de seus fundadores, o Barão de Igarapé-Miri, proprietário de terras e engenho no Pará, “tratava-se de uma sociedade cujo fim era promover o bem da agricultura na província e reconhecer que esta era a fonte principal da riqueza pública” (O AGRÁRIO, 01/09/1885, p. 01).

Achavam-se reunidos a convite do próprio Barão de Igarapé-Miri, os senhores Dr. Joaquim Gomes do Amaral, João Alvares Lobo, coronel José Evangelista de Faria Maciel, Bernardo Gomes do Amaral, Major Antônio Monteiro Baena, Dr. Antonio Joaquim d’Oliveira Campos, Francisco Gregório de Oliveira, José Soutello, Bartolomeu Dias Guerreiro, Francisco Armando de Oliveira, Maximiano Rodrigues da Silva, Francisco de Abreu Cunha Junior, Antônio Mendes Pereira, major Luiz Eduardo de Carvalho, Dr. Hildebrando Barjona de Miranda, José Borges Machado, Dr. Fulgêncio Firmino Simões, Dr. Ignácio Loyola Virgolino e Dr. Acatauassú Nunes, que foram arrolados como fundadores e principais interessados na criação da nova sociedade. Na ocasião, o Barão de Igarapé-Miri foi escolhido como presidente, o Major Luiz Eduardo de Carvalho vice, o Major Antônio Baena como tesoureiro e Hildebrando Barjona de Miranda e João Alvares Lobo, secretários.

No discurso fundador da nova sociedade ficavam evidenciados os interesses de seus idealizadores. Apontavam para a falta de capitais, necessidade de braços suficientes para produção, educação profissional como ainda não presente entre os agricultores, melhoramento dos portos de embarque e desembarque de produtos no interior da província, aumento da navegação a vapor, facilidade na importação de aparelhos e instrumentos agrícolas que pudessem aumentar as forças produtivas e melhorar a qualidade dos produtos que estavam ainda desconhecidos, combate as enfermidades que atacavam as populações agrícolas e o abuso do comércio ambulante, ou de regatão, que, “se por um lado oferecia a vantagem de levar a cada lavrador as vitualhas de que carecia, por outro servia de parasita que sugava a seiva” (O AGRÁRIO, 01/09/1885, p. 01).

A reflexão anterior fazia-se referência ao que Siméia Lopes (2002, p. 75) identificou, do ponto de vista dos interesses das autoridades provinciais, como comércio clandestino na Amazônia. Nestes registros defendia-se o fim das atividades comerciais desenvolvidas pelos regatões em regiões onde a fiscalização do governo não tinha livre acesso. No caso, tratava-se do comércio realizado por comerciantes itinerantes não registrados pelo fisco e que negociavam seus produtos em pequenas canoas ou em outros tipos de embarcações pelos rios da Amazônia, abastecendo-as nos portos de Belém e vendendo suas mercadorias em diversas localidades.

Convencionalmente, estas organizações de proprietários rurais ficaram

conhecidas como *sociedades auxiliaadoras*, isto por que se entendia que ao governo era concebida a atribuição de tutelar a todos os interesses sociais considerados legítimos, incluindo assim a agricultura. No entanto, embora a administração pública tivesse a obrigação de desenvolver meios que facilitassem a prática agrícola, esta necessitaria do apoio do que chamavam de cidadãos preocupados com o progresso do país, assim como das provocações e da iniciativa dos interessados em promover a lavoura. Sendo assim, auxiliar a agricultura para os proprietários de terra significava muito mais que promover o benefício de suas propriedades, mas também assegurar uma produção baseada em estudos científicos, modernos e que tivesse como perspectiva o progresso do setor agrário. Era nesse princípio, portanto, que se justificavam, ideologicamente, as sociedades agrícolas e apontava a ausência dessas entidades como também um dos males a que sofria a agricultura, pois, como destacava Ana Maria de Matos (1996, p. 397) em estudos sobre as sociedades e associações industriais oitocentistas, significava a impossibilidades da “ação de um organismo que velasse pelo bem-estar da lavoura, isto é, que perscrutasse e estudasse as dificuldades em que os agricultores enfrentavam e apontasse como estas seriam superadas”.

A SAP se inspirava em associações anteriormente criadas no Brasil, como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), no Rio de Janeiro, proposta em 1816 por Inácio Álvares Pinto de Almeida e inaugurada em 19 de outubro de 1827 (BARRETO, 2008, p. 03), e a Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Bahia (SACIB), fundada em 1832 e que reuniam grandes proprietários de terra do que hoje se conhece como Nordeste brasileiro (TOURINHO, 1982, p. 90). De acordo com Patrícia Barreto (2008, p. 02-03) eram entidades de caráter privado que tiveram como propósito estimular o melhoramento da indústria brasileira, entendida no período como toda e qualquer atividade produtiva, fosse ela agrícola ou fabril, através de uma estreita relação entre o desenvolvimento econômico e as conquistas científicas e tecnológicas, no decorrer do século XIX.

No caso da SAIN, foi criada no espírito da ilustração e era uma comunidade que se propunha ser científica, letrada, de políticos e homens ligados ao mundo dos negócios. Criada na efervescência do processo de independência surgiu, não com o caráter de dissidência ao sistema político e econômico, mas com o objetivo de explorar a natureza e colocá-la a serviço do progresso e da transformação do país, destacavam seus textos de criação (DOMINGUES, 2001, p. 23). Esta característica, que posicionava essas entidades muito mais para auxiliar as ações do governo do que confrontar as políticas públicas em torno das atividades econômicas do país, conduziu as sociedades agrícolas, motivadas por esse pensamento, a defender a transformação de uma agricultura rotineira, baseada no machado e na coivara, em uma atividade moderna, revigorada por insumos, pelo desenvolvimento e adoção



tecnológica, tropicalização e variedade de culturas (ANDRADE, 2002; PERUGINE, 1978; SILVA, 1979).

## CONSELHEIRA DA PROVÍNCIA E PROPAGADORA CIENTÍFICA

No Pará, a recém-fundada sociedade de agricultores assumia algumas dessas atribuições. Quando aprovava o estatuto da entidade, seus idealizadores lembravam a importância da SAIN como órgão representativo dos interesses de agricultores e industriais e que devia servir de referência para o papel e atuação que a nova associação no Pará deveria desempenhar entre os proprietários da província (O AGRÁRIO, 01/09/1885, p. 01). Esta sociedade buscava se inspirar ainda no que havia feito os comerciantes da praça de Belém, que criaram uma associação comercial com o princípio de ser representativa e promotora de seus interesses junto ao governo (MOURÃO, 1989; CRUZ, 1996).

Ao citar a associação comercial, os idealizadores da SAP destacavam que a necessidade de seguir os propósitos dos comerciantes se justificava, pois estes ao se organizar, buscavam não apenas o auxílio mútuo entre os sócios, mas intervir junto às forças públicas em defesa dos interesses de seus associados e da nação. Estes princípios deviam ser também seguidos pelos agricultores. Não se tratava de criar uma associação opositora, mas que esclarecesse a administração provincial às demandas da agricultura e como o governo poderia se posicionar diante das necessidades dos agricultores. Neste caso, a sociedade reivindicava para si um papel muito mais de conselheira da administração provincial.

Conforme o estatuto da nova sociedade agrícola seria nela admitido como sócio, as pessoas sejam homens ou mulheres, nacionais ou estrangeiros que manifestassem interesse. No entanto, como sócio honorário efetivo somente os agricultores, os demais seriam registrados como auxiliares. Esta hierarquização entre os membros é uma estratégia utilizada para manter a administração sob o controle dos proprietários agrícolas, visto que, os postos administrativos só poderiam ser assumidos por sócios efetivos.

Enquanto órgão representativo dos agricultores, como dizia o regulamento da entidade, a SAP, além de outras atribuições, ficaria responsável em adquirir modelos e catálogos dos instrumentos, máquinas e aparelhos mais apropriados ao trabalho da agricultura na província. Nesse caso, se entendia que era necessário que o agricultor ficasse atento as novas técnicas de produção, de forma a adquirir apenas a que fosse necessariamente adaptada as condições de solo e clima da região.

Esse processo de conhecimento e experimentação dessas outras formas de produzir ou de novos implementos, não era uma ação isolada do agricultor, daí a necessidade de que esses produtos fossem expostos aos demais agricultores e aconselhado o seu uso, caso estes oferecessem os êxitos e perspectiva de quem o

adquiriu. Diríamos em outras palavras, que a associação desempenharia o papel de articuladora entre os proprietários de maneira a informar e estimular os agricultores quanto ao uso de novas técnicas e aquisição de máquinas e implementos agrícolas.

O incremento de novas técnicas ao cultivo e a propagação de conhecimentos científicos e úteis, como condicionantes a existência dessas associações, remetem a revolução científica do século XVII, onde o saber fazer, a técnica, seria então reabilitada, postulando assim o valor da experiência para o conhecimento, ou associando a ciência permanentemente a aplicações práticas na sociedade. Nesse contexto, o conhecimento teria a função de melhorar o mundo social, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento das mais variadas técnicas dava, progressivamente, novo status aos que se apropriavam deste conhecimento. O desenvolver da revolução industrial na Inglaterra do século XVIII acelerou e confirmou essa tendência da modernidade, de modo que novas ciências, com caráter expressamente técnico, puderam se afirmar em meio às classes intelectuais, como a agronomia, diretamente relacionada com atividades produtivas e as práticas rurais (ROSSI, 1989).

A modernização da província, conforme destacava a SAP, dependia da implementação desses novos saberes técnicos pelos fazendeiros e agricultores. Como instituições que se consideravam promotoras do desenvolvimento material do país, dado através da propagação de conhecimentos científicos e úteis, estas associações entendiam que o uso de modernas formas de produção é o que permitiria a melhoria da qualidade dos produtos, fazendo com que se alcançassem índices de comercialização semelhantes ou superiores aos dos países mais ricos.

Imbuídos desses princípios, levar para interior das áreas rurais do Pará a ordem e os avanços dos métodos de produção, tinha um significado ainda maior, o de propugnar uma missão civilizadora. Nesse processo de civilização era necessário considerar que as possibilidades de inovação da agricultura brasileira também dependiam, necessariamente, da atuação dos agricultores na adoção dessas novas técnicas. Esta tarefa, a que também se submetia a sociedade agrícola, era convencer os agricultores de que a adoção desses métodos permitiria maior produção, aproveitamento da terra e melhores produtos.

É, portanto, nestas condições que o surgimento das sociedades de agricultores se associa à aspiração de que o desenvolvimento econômico depende da instituição de modernas técnicas, sendo que estas instituições funcionariam como espaços de organização e divulgação desses novos princípios tecnológicos. Isto explica a crença no seu próprio poder de acelerar o desenvolvimento material e social dos homens. Assim, todos os problemas sociais, como a má produção da agricultura ou as crises de abastecimento, poderiam ser solucionados pela aplicação racional de práticas científicas.

Os membros destas associações tinham, portanto, a incumbência de

projetar e operacionalizar a civilização dos costumes agrícolas por intermédio da modernização do cultivo, ou seja, as discussões relacionadas à temática agrícola ficaram circunscritas ao aperfeiçoamento das técnicas de plantio e o tratamento dos produtos colhidos. Não se propondo um modelo reformador da estrutura agrária, estas associações serviam, ao estarem dispostas apenas a defesa e difusão de métodos modernos de cultivo, adubação e criação, para breçar ações de reforma na estrutura agrária ou mudanças no processo de apropriação das terras, relação de trabalho e distribuição das riquezas desenvolvidas nestas áreas rurais.

De acordo com Inoã Urbinati (2008), ideias e projetos de reforma agrária foram esboçados ao longo das últimas décadas da Monarquia, quando o processo de desagregação da escravidão se intensificou. Paralelamente ao progressivo declínio do regime monárquico, uma série de questões passaria a emergir com mais intensidade, como a substituição da mão de obra escrava pela livre, o aproveitamento ou não do trabalhador nacional, a imigração, criação ou não de impostos territoriais, instituição de colônias agrícolas e pequenas propriedades.

Os proprietários rurais, desejando melhorar o seu sistema de produção e auferir maiores lucros, assim como dispostos a manter as suas terras e o controle sobre a mão de obra, procuravam essas sociedades. Em outras palavras, era necessário fazer com que os agricultores se unissem e criassem grupos ou associações para discutir e propor soluções relacionadas aos problemas da agricultura nacional, sem que esses debates fossem conduzidos a qualquer alteração na estrutura fundiária. Como observa Fernando Lourenço (2001, p. 12), era necessário que a *questão agrícola*, associada a um movimento reformador das técnicas de plantio, se sobrepusesse a *questão agrária*, que dizia respeito ao processo de apropriação e uso das terras e mão de obra. As associações, ao que tudo indica, desempenhariam um importante papel nesta hierarquização, que apontava as técnicas como mais significativas que a estrutura agrária.

Outras questões mais específicas, não menos importante, passaram a ser definidas como atribuição da SAP. Conforme seus idealizadores, esta deveria montar nos subúrbios da capital e cidades mais desenvolvidas da província, logo que permitissem as suas finanças, estabelecimentos práticos de agricultura para serem neles admitidos meninos pobres pertencentes às famílias agrícolas. A ideia era que se criassem, nestes locais, as condições para aclimatação de espécies, gerassem produtos com maior potencial econômico no comércio, servisse para a experimentação de novas práticas de cultivo que aperfeiçoasse as formas de plantio até então desenvolvidas na província e ainda “se ensinasse o uso dos mais modernos implementos agrícolas desenvolvidos nos centros mais avançados de produção” (O AGRÁRIO, 01/09/1885, p. 01). Assim, a sociedade paraense também se aproximava de outras entidades fundadas anteriormente na Bahia, Sergipe, Pernambuco e Rio

de Janeiro, nas quais um dos compromissos era a criação de escolas normais de agricultura.

Diligenciar a criação de um banco rural era também uma das questões a que se propunham esses agricultores. Retomando antigas discussões que permearam a defesa da implantação de instituições de crédito agrícola. A ideia era que a instituição financeira fornecesse a agricultura, por empréstimos, capitais a módicos juros e longo prazo, uma vez que entendiam, que a forma como eram financiados as melhorias das propriedades rurais condicionava os proprietários a manter permanente débito com essas instituições.

Do mesmo modo, cuidar da introdução de braços, não apenas possibilitando o financiamento da imigração de colonos, mas também dividindo essa tarefa com os poderes públicos era outra questão a que se propunha a SAP. Somava-se ainda a necessidade de representar o mau estado de salubridade dos distritos rurais e solicitar das autoridades competentes os socorros devidos; prestar aos lavradores “auxílio e coadjuvação contra os males que afetasse ou embaraçasse no trabalho da profissão”, representando e requerendo em favor deles e de seus legítimos interesse; relacionar-se e corresponder-se com os agricultores da província, diretamente ou por meio de prepostos que residissem nas principais localidades do interior, convidando-os a associarem e prestando informações dos serviços da sociedade.

## **O AGRÁRIO - ÓRGÃO NOTICIOSO AGRÍCOLA, ENTRE OUTRAS LEITURAS**

Sobre a questão que envolve a prestação de serviço da SAP, em que o aspecto informativo toma uma dimensão importante entre os agricultores, é que se propõe a criação de um periódico, *O Agrário*. Este jornal, que segundo o Barão de Igarapé-Miri deveria facilitar a comunicação entre os agricultores, se propunha a estabelecer uma comunicação com outros jornais agrícolas do país, de forma a publicar artigos de interesses dos agricultores (O AGRÁRIO, 01/09/1885, p. 02). Neste aspecto, se entendia que a implantação desse periódico e as informações postadas e de utilidade dos agricultores poderia acelerar o desenvolvimento material e social das áreas rurais. Assim, os problemas sociais, como a má produção da agricultura ou as crises de abastecimento, poderiam ser solucionados pela aplicação racional de práticas científicas contidas e explicadas nesses jornais. Por isso, os periódicos agrícolas, bem como os demais textos de divulgação científica, literária e política, tinham também uma função de instruir os homens no que se identifica, para justificar a circulação desses jornais, de conhecimento racional e o conseqüente progresso produtivo.

De fato, através de uma série de reportagens tiradas de outros jornais, buscava fornecer aos agricultores provinciais “o que de mais moderno havia se criado”, como

o caso da teoria da drenagem e da irrigação, “consideradas as mais reputadas das operações da engenharia agrícola”, ou ainda “os novos métodos de cultivo e preparo do tabaco amarelo, cultivados na Virgínia e com maior valor do que o fumo brasileiro”. Estas informações eram ainda acompanhadas de uma série de anúncios, a exemplo da divulgação de produtos de combate a pragas e insetos, como o “formicida Guanabara” ou o “Exterminador da Saúva”, considerado o mais eficaz destruidor de formigueiros que se encontrava naquele momento e que estava sendo comercializado no escritório de Cunha Sá & Companhia, na rua 1º de março nº 107, parte comercial de Belém (O AGRÁRIO, 01/09/1885, p. 02).

Ainda no campo das informações que deveriam ser oferecidas aos agricultores, ressaltava “a aquisição de modelos e catálogos dos instrumentos, máquinas e aparelhos mais apropriados aos trabalhadores agrícolas, pondo-os em exposição ou divulgando parte dos conteúdos desses catálogos no jornal da sociedade” (O AGRÁRIO, 01/09/1885, p. 03). Defendia-se assim a aquisição de algumas literaturas a serem compartilhadas entre os proprietários, como por exemplo: “Memória sobre a lavoura do cacau”, do Dr. J. R. de Souza, “Cabras de Caxemira, e de Angola, alpaca e seus congêneres”, “Relatório sobre a exposição universal de Philadelphia em 1876”, do Dr. Saldanha da Gama, “Colônia Orfanológica de São Paulo das Cachoeiras”, “Fundação da Escola Rural D. Pedro II na Província do Pará”, “Esboço de um manual para fazendeiro de assucar do Brasil”, “Os engenhos centrais”, “Informações sobre as comarcas da província do Pará”, “Lembranças e curiosidades do Valle do Amazonas”, “Informações sobre a posição commercial dos produtos do Brasil, nas praças estrangeiras”, entre muitos outros (O AGRÁRIO, 01/10/1885, p. 01).

A ideia era formar em algumas cidades da província gabinetes de leitura que facilitasse a divulgação dos conhecimentos técnicos entre os associados. Constituído por obras oferecidas por sócios, quer fossem de sua autoria ou não, por ofertas de sociedades congêneres e pela compra das obras que não possuíam e consideravam fundamentais, estes gabinetes, de fato, poderiam oferecer importantes informações. No entanto, esta facilidade de informação abrangeu apenas os sócios sediados em Belém, isto por que se têm o registro apenas da implantação do gabinete de leitura situado na sede da associação, localizado na Rua Santo Antonio, nº 44, centro de comércio da capital do Pará. Os demais sócios contentavam-se com a recepção de publicações da sociedade e, eventualmente, com a assinatura de um ou outro periódico.

Fábio dos Reis (2010, p. 59) identifica no século XIX uma série de publicações direcionadas aos proprietários rurais e que poderiam está abastecendo as bibliotecas das associações de agricultores do país. Destas obras destacava-se: *Ensaio sobre o fabrico do assucar*, de Miguel Calmon Pin e Almeida, e de publicação inaugural datada de 1834; *Manual do Agricultor Brasileiro, obra indispensável a todo senhor de*

*engenho*, de Carlos Augusto Taunay e publicado primeiramente em 1837; *Manual do fazendeiro ou tratado doméstico sobre as enfermidades dos negros, generalizados as necessidades médicas*, de Jean Baptiste Imbert, de 1839; *Ideias sobre colonização precedidas de uma succinta exposição dos princípios geraes que regem a população*, de Luiz Peixoto de Lacerda Werneck, de 1855; *Manual do agricultor dos gêneros alimentícios*, de Antonio Caetano da Fonseca, de 1863; *Esboço de manual de agricultura campista*, de Jerônimo Pereira Pinto, de 1869; *Memória sobre agricultura no Brasil*, de Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira, de 1870; *Manual de Agricultura Nacional*, de André Pinto Rebouças, de 1883; e *Manual do súbdito fiel, ou cartas de um lavrador a sua majestade o Imperador sobre a questão do elemento servil*, de José Coelho Rodrigues, de 1884.

Literaturas como *Relatório apresentado ao diretor-geral dos correios do Império pelo administrador do Pará*, *Exposition des produits de l'industrie de toutes les nations*, *Theses sobre colonização do Brasil*, *Relatório geral da exposição nacional de 1861*, *Documentos officiaes relativos à exposição nacional de 1861*, *Atlas do relatório na exposição internacional de 1862*, *Pequeno tratado da fabricação do assucar*, *Discussão sobre a empresa assucareira do Gram-Pará*, *Roteiro da viagem do Pará até as ultimas colônias do sertão da província*, e *O Império do Brasil na exposição universal de 1878, em Philadelphia*, eram também recomendadas para conhecimento dos membros da SAP (O AGRÁRIO, 01/10/1885, p. 01).

De acordo com os editores de *O Agrário*, José Soares, Gonçalves Tocantins, Corrêa de Freitas, Silva Rosado, Loyola Virgolino e Acatuassú Nunes, reafirmando o que foi destacado anteriormente, diziam que este periódico serviria como veículos de difusão de informações científicas aos agricultores da província (O AGRÁRIO, 01/10/1885, p. 01). Tratava-se de destacar o que os autores europeus escreveram sobre as atividades agrícolas e quais as propostas de técnicas inovadoras capazes de elevar a produtividade das unidades rurais; os programas de educação agrícola voltados para os futuros agricultores, fazendeiros e administradores rurais, e que se propunha a uniformizar o comportamento administrativo dos proprietários e de seus pressupostos; a melhoria e a diversificação da produção de gêneros de grande lavoura para exportação e aumento da produção de gêneros de primeiras necessidades; a visão sobre as potencialidades naturais do país e da região; a defesa do melhoramento técnico da agricultura de exportação; e a administração de trabalhadores escravos e assalariados. Estas questões estavam postas ou como reprodução direta dos jornais de onde foram publicadas originalmente, ou comentadas pelos editores, sendo que para esta última situação, era quase comum associar as condições das propriedades agrárias da província.

Considerando que *O Agrário* pode ser entendido como instrumento em que preconiza preceitos para as relações de trabalho nas áreas rurais, apresenta

proposições, demonstra posicionamentos dos proprietários, tanto do modo como administram suas terras como se portavam em seus ambientes de domínio e diante das ações políticas das autoridades e outros agentes sociais, assim como posiciona a agricultura diante da economia da região e do país, que sintetizamos os elementos que justificavam a atuação da SAP. Estamos dizendo que este periódico pode auxiliar no entendimento dos interesses que levaram a constituição da sociedade que este representava.

## **TRABALHO, IMIGRAÇÃO E EXTRATIVISMO, ENTRE OUTRAS CONSIDERAÇÕES**

Na edição de 1º outubro de 1885 reafirmava as vantagens de se instituir uma associação agrária no Pará. Como assinalamos, a atuação da sociedade era justificada por uma necessidade de animação da lavoura no Pará, se por um momento através de apoio financeiro, o que explica a defesa de um banco rural, também com o uso de novas técnicas possibilitadas pela aplicação da ciência no progresso da agricultura. Como diziam: “era através do conhecimento científico que o homem conquistaria a natureza e conseqüentemente com trabalho inteligente para fazer produzir a terra” (O AGRÁRIO, 01/10/1885, p. 01).

Duas questões pautavam, no entanto, a agenda da associação. Tratava-se da ideia de se desenvolver o que chamavam de “um trabalho mais produtivo” e a defesa do aumento da produção agrícola como necessário para tornar mais consistente à economia local. Nesta última situação se propunha a substituição da prática extrativa predominante no Pará, pela ampliação das áreas de cultivo. Sobre a proposta de um trabalho mais produtivo, esta se associava a valorização do conhecimento e da inteligência no processo de produção, o que implicava necessariamente na questão da mão de obra, ou seja, a substituição do escravo pelo imigrante europeu.

Na 5ª sessão do conselho dirigente, em 30 de agosto de 1885, era apresentada para a discussão a proposta de que a sociedade prestasse uma eficaz proteção aos colonos, que dos portos estrangeiros se dirigissem ao Pará. Neste aspecto, se reconhecia a vantagem resultante para a agricultura se a introdução de colonos livres tivesse direção e apoio dos proprietários rurais, os mais interessados com a imigração. Com isso, era sugerido que, além dos membros da sociedade, fizessem parte desta associação todos os que tivessem interesse na introdução de colonos. Seria estabelecido um fundo formado pelas ações dos sócios, a ser usado para se fazer frente as despesas dos colonos que fossem conduzidos a província. Tão logo chegassem ao Pará, os imigrantes seriam mantidos pela associação enquanto não fossem convenientemente distribuídos. Os lavradores ou fazendeiros que precisassem de colonos deveriam, então, entrar em contato com os diretores da associação e após o pagamento das despesas havidas até então, poderiam fazer

um contrato por escrito (O AGRÁRIO, 01/10/1885, p. 01).

Considerando que muitos eram os processos empregados para tornar o trabalho agrícola mais produtivo, e que cada um desses métodos com suas aplicações práticas empregavam um sistema herdado de outras gerações ou do contato com outras experiências de cultivo, inclusive de outros povos, que se justificava a necessária importação de braços. De acordo com os membros da SAP, a presença desses novos colonos convenceria os agricultores de que não era só preciso trabalhar, mas que fosse “louvável, trabalhar com ordem e método”, pois assim, “[duplicaria] ou [triplicaria] a força produtiva, de modo que o trabalho é todo aproveitável” (O AGRÁRIO, 13/10/1885, p. 01).

A crítica que se fazia era quanto à atuação da maior parte dos agricultores, não só do Pará mais de outras províncias, principalmente do Sul do país, que insistiam na crença de que nas suas propriedades deveriam produzir tudo que tivessem necessidade para custeio de sua casa e pessoal. De acordo com esse modo de pensar, esses proprietários enfraqueciam suas forças de produção, “espalhando-as para abranger uma grande soma de trabalho”. Plantavam arroz, o milho, e feijão; criavam animais como porcos, bois, faziam farinha e azeite; enfim procuravam suprir-se de tudo que tinham necessidade para manter seu estabelecimento. Acreditavam que assim procedendo e economizando, o pouco que produziam no ramo a que se dedicavam e que mandavam ao mercado, indo livre de despesas, seria lucro certo, com que contava no fim de cada ano (O AGRÁRIO, 13/10/1885, p. 01).

Esta atitude de parte dos agricultores do Pará seguia caminho oposto ao que se propagava como método mais econômico e racional. A proposta era que o agricultor se dedicasse a um ramo único da produção, onde nele aplicasse todas as suas forças e atividade, procurando produzir o máximo possível daquele produto. A compreensão era que ao distrair os braços que necessitava para o ramo da lavoura em plantações e misteres diversos, o agricultor não só “desfalcaria o pessoal em algumas atividades”, como ainda estes trabalhadores não conseguiriam “tomar a ligeireza e perfeição que a repetição constante do hábito de uma operação o fazia ganhar”. O agricultor concentrando suas forças em um ramo único de produção aplicava suas forças só para aquela atividade, melhorava os instrumentos, simplificava os trabalhos e acumulava experiências de cultivos anteriores. Assim habituaria os trabalhadores a um gênero de operação, sem contar que fomentaria o comércio, pois este agricultor necessitaria adquirir outros gêneros que não produziam, dinamizando a oferta e aquisição de produtos no mercado e aumentando as rendas públicas com os impostos sobre as transações comerciais, destacava o periódico da SAP (O AGRÁRIO, 13/10/1885, p. 01).

Com o título, *O trabalho mais produtivo*, publicado na edição de 13 de outubro de 1885 de *O Agrário*, os editores destacavam a importância da produção como meio



de proporcionar o progresso do país e a prosperidade humana. No entanto, advertia-se para a produção de bens úteis e que promovesse uma riqueza duradoura. Diziam que quanto maior fosse à produção desses bens úteis, mais fácil e suave a existência da grande massa da sociedade, que não possuía riquezas, que vivia do trabalho e que suportava o peso do dia, do calor e das intempéries. Ou seja, estabelecia-se a relação entre a produção material e o bem-estar da sociedade.

Repetindo antigos discursos, a agricultura aparecia como a primeira de todas as atividades úteis à vida humana, isto por que seria a responsável por alimentar e nutrir os homens e os animais domésticos que o serviam, que produzia as matérias primeiras necessárias para o comércio, e que fornecia trabalho a boa parte da população de todo o mundo. No caso do Pará, estas questões passaram a ser associadas ao que os editores chamavam de “a prodigiosa fertilidade do nosso abençoado território”, numa referência a defesa da agricultura, pois a região apresentava grandes extensões de terras próprias para o cultivo.

Outra questão dizia respeito à necessidade de não mais a economia da província depender da atividade extrativa. A discussão se voltada para a problemática sobre em que consistia a maior parte da riqueza do Pará. A criação da sociedade agrícola, para parte de seus idealizadores, se propunha a reverter o que se considerava como “aberração dos princípios econômicos”, isto por que a borracha “havia se constituído em produto cujo valor não estava na razão do trabalho, da cultura e da inteligência do operário”, pois era apontado como produto facilmente adquirido por quem se dedicasse a sua extração (O AGRÁRIO, 13/10/1885, p. 01).

A atividade extrativa era ainda acusada de ser responsável em desviar braços do trabalho agrícola. Diziam os agricultores que os colonos do Pará levados pela facilidade e pelo valor do gênero desprezavam todo o ramo de indústria. Esse desprezo seria tanto que no inverno, não podendo extrair a goma elástica, estes passavam boa parte do tempo em repouso consumindo o pouco ganho com a extração.

A necessidade de promover uma política de introdução de braços para o cultivo, a defesa da criação de instituições de crédito e importação de máquinas e implementos agrícolas parece, portanto, direcionar a associação paraense para assumir um papel de intervenção mais direta junto aos agricultores da província. Ao mesmo tempo, exigia um posicionamento quanto a outras práticas produtivas, o que poderia indispor os agricultores a outros segmentos da economia do Pará. Esta situação pode explicar a mudança no posicionamento da sociedade quanto à relação entre a agricultura e extração.

Nas edições de *O Agrário*, dos meses posteriores, novembro daquele ano, 1885, e dezembro do ano seguinte, embora se estabelecesse críticas à atividade extrativa, esta ficava circunscrita ao pouco período de prosperidade junto aos produtores, pois

se entendia que a procura do produto no mercado externo não seria duradora. Além do que, o extrativismo não possibilitava o desenvolvimento das forças produtivas do homem, nem tão pouco promoveria a modernização de técnicas. Neste caso, se apontava a agricultura, como atividade milenar e responsável por dar a segurança econômica que a província necessitava, pois a compreensão era que os produtos agrícolas seriam constantemente valorizados no comércio internacional, permitindo ainda o constante processo evolutivo da lavoura e aperfeiçoando os produtos dela resultante.

Embora se estabelecesse uma crítica à atividade extrativa, se observa algumas ponderações, que apontava para uma manutenção da atividade extrativa sem o abandono da agricultura. O recuo do posicionamento da sociedade quanto à extração evidencia a força política que os seringalistas, proprietários de terras de seringais, exerciam, inclusive na própria associação, uma vez que parte dos associados eram agricultores, mas ligados aos negócios da borracha. Como exemplo, Hidelbrando de Miranda que embora não sendo seringalista, sua família estabelecia estreitos laços comerciais com Francisco da Silva Castro e Francisco Gaudêncio da Costa, identificados como negociantes que se colocavam como alguns dos maiores exportadores de goma elástica do Pará (BATISTA, 2014, p. 189).

Esta situação pode ter direcionado a atuação da SAP a restringir a sua atuação na defesa de princípios instituídos quando da sua fundação, não se contrapondo diretamente a atividade extrativa. Isto é observado nas sessões da entidade e nos conteúdos dos artigos publicados em seu periódico. Destaca-se agora, como finalidade da associação, auxiliar os agricultores, levando em consideração as suas necessidades, a migração, a aquisição de máquinas, modelos e inventos “que pudessem contribuir para o aumento e a prosperidade da indústria da província” (O AGRÁRIO, 13/10/1885, p. 01).

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, André Luiz Alípio de. *Variações sobre um tema: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e o debate sobre o fim do tráfico de escravos (1845-1850)*. Dissertação de Mestrado em História, Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 2002. Disponível: [http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/285874/1/Andrade\\_AndreLuizAlipiode\\_M.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/285874/1/Andrade_AndreLuizAlipiode_M.pdf)

BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: oficina de homens. In: *Anais do XIII Encontro de História da Associação Nacional de História-Rio: Identidades*, cidade de Seropédica, ano 2008, p. 01-08. Disponível: [http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212685654\\_ARQUIVO\\_ARTIGOREVISADO.pdf](http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212685654_ARQUIVO_ARTIGOREVISADO.pdf)

BATISTA, Luciana Marinho. *Muito Além dos Seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará, c.1850-c.1870*. Belém: Editora Açai, 2014.

CRUZ, Ernesto. *História da Associação Comercial do Pará*. Belém, Editora Universitária, UFPA, 1996.

- DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e as Ciências Naturais no Brasil Império. In: *Espaços da Ciência no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2001.
- LOPES, Siméia de Nazaré. *O comércio interno no Pará oitocentista: Atos, sujeitos sociais controle entre 1840-1855*. Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, NAEA, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002. Disponível em: [http://www.ufpa.br/naea/gerencia/ler\\_tcc.php?id=89](http://www.ufpa.br/naea/gerencia/ler_tcc.php?id=89)
- LOURENÇO, Fernando Antonio. *Agricultura Ilustrada e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- MATOS, Ana Maria Cardoso de. Sociedades e associações industriais oitocentistas: projectos e acções de divulgação técnica e incentivos à actividade empresarial. In: *Análise Social*, vol. XXXI (136-137), 1996, p. 397-412.
- MOURÃO, Leila. *Memória da Indústria Paraense*. Belém: FIEPA/SESI/SENAI/IDEPAR/IEL, 1989.
- O AGRÁRIO. Orgão da Sociedade Paraense de Agricultura. 1885-1886. Hemeroteca Digital: Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=819395&pesq=>
- PERUGINE, Edna. *A Palavra Indústria na Revista O Auxiliador da Indústria Nacional (1833 – 1843)*. São Paulo, 1978.
- REIS, Fábio Pinto Gonçalves dos. *Práticas sociais relativas às crianças negras em impressos agrícolas e projetos de emancipação de escravos (1822-1888)*. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-11062010-170750/es.php>
- ROSSI, Paolo. *Os filósofos e as máquinas, 1400-1700*. São Paulo: Companhia da Letras, 1989.
- SILVA, José Luiz Werneck da. *Isto é o que me parece: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira – a conjuntura de 1871 até 1877*. 1979. Dissertação de Mestrado em História do Brasil, ICHF, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1979.
- TOURINHO, Antonieta de Campos. *A instrução agrícola e a crise da economia açucareira na Segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Bahia, Salvador, 1982.
- URBINATI, Inoã Pierre Carvalho. *Idéias e projetos de reforma agrária no final do Império (1871-1889)*. Dissertação de Mestrado em História, UERJ-IFCH, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: [http://www.btd.uerj.br/tde\\_arquivos/17/TDE-2008-12-05T085429Z-392/Publico/Dissert%20Inoa.pdf](http://www.btd.uerj.br/tde_arquivos/17/TDE-2008-12-05T085429Z-392/Publico/Dissert%20Inoa.pdf)

## ENGENHARIA E POLÍTICA: OS DEBATES FERROVIÁRIOS NO CLUBE DE ENGENHARIA E A ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DO RIO DE JANEIRO (1880 - 1900)

*Data de aceite: 28/01/2020*

**Fernanda Barbosa dos Reis Rodrigues**

Museu de Astronomia e Ciências Afins  
fernandabarbosa.reis@gmail.com

### INTRODUÇÃO

Apresentamos nesse ensaio parte dos resultados de nossa pesquisa de mestrado, realizada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), cujo tema de estudo foi a trajetória, atuação e conjunto de intervenções e articulações definidas por engenheiros civis brasileiros que, através do Clube de Engenharia, fundado 1880, assumem forte papel na formulação e condução de políticas públicas no país e, especialmente, na província do Rio de Janeiro, então capital do Império. Nesta exposição, concentramos nossa discussão nos debates a respeito das ferrovias, que se dão no interior do Clube entre finais dos anos 1880 e anos 1890, e que desnudam importantes questões políticas e econômicas do período.

A partir de 1830 no Brasil, a montagem das primeiras grandes ferrovias nacionais

será uma das principais políticas públicas do governo imperial, haja vista a intensificação das atividades comerciais e crescimento populacional na região sudeste proveniente da exploração aurífera que se mantém até final do século XVIII e expansão da cafeicultura e da classe senhorial no Vale do Paraíba Fluminense, coração político, econômico e administrativo do Império brasileiro.

A linha política conservadora, impressa pela trindade Saquarema, como exemplifica o Decreto nº 641, de 26 de julho de 1852, reorganiza a concessão de linhas férreas para integrar a Corte, a região do Vale do Paraíba e as províncias de São Paulo e Minas Gerais através da Serra do Mar. Nesse contexto, observa-se o início do processo de formação de um novo campo de saber técnico-científico, o da engenharia civil, desatrelado do Ministério da Guerra e das competências militares, e voltado para a formação de engenheiros não-militares, agremiados nas grandes obras de infraestrutura para o beneficiamento da produção agroexportadora e intensificação do fluxo de mercadorias e pessoas.

Referenciados em um paradigma historiográfico que atesta íntima relação entre a escravidão e a formação do Estado brasileiro

através dos grandes fazendeiros escravistas fluminenses e do núcleo Saquarema do Partido Conservador da Província do Rio de Janeiro, lançamos mão de uma apreensão marxista-gramsciana de nosso objeto, cujo ponto de partida é a negação de uma concepção *liberal* de Estado - como “coisa”, ou como “agente” autônomo, descolado do todo social - e afirmação da relação social que o substancia, qual seja: a da *sociedade civil e sociedade política*.

Ao entendermos a sociedade civil na perspectiva do materialismo histórico de Antonio Gramsci, enquanto um *momento* ideológico de organização de formas de pensamento e percepção do mundo aparente que expressam o projeto de uma dada classe ou fração de classe hegemônica sobre as demais – dominantes e dominadas – estamos compreendendo o período de meados do século XIX em diante no Brasil como um processo de ampliação – em caráter seletivo e molecular – do Estado; isto é, a formação de instâncias privadas – espontâneas – de formulação e deliberação política.

A constituição do Clube de Engenharia expõe um processo de construção de uma instância política fora do *estado restrito*, estabelecendo-se, a entidade, enquanto um espaço decisório e administrativo de assuntos do governo. Nosso esforço é o de afirmar o caráter mutável do Clube, refutando uma compreensão do mesmo sob a forma de uma entidade acabada e homogênea e analisando as continuidades e as rupturas em seus projetos, fundamentados na percepção de um processo de ampliação seletiva do Estado, verificado, principalmente, no acirramento das disputas no interior das frações de classes dominantes e seus projetos.

Nesse sentido, os debates acerca das tarifações da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB), no Rio, principal ferrovia regional – e nacional –, expressam tais disputas, dado o contexto de alteração das relações de trabalho e estrutura produtiva advinda com a abolição da escravatura, em 1888, crise do setor agroexportador e reorganização das forças econômicas e políticas, que se voltarão para o ramo da circulação de mercadorias, fortalecimento do mercado interno com a diversificação da produção rural e, principalmente, obras de “melhoramentos” urbanos. Um processo, portanto, de franca modificação econômica e social, de ampliação, adensamento e complexificação da relação que conforma o Estado segundo o referencial gramsciano.

## A NASCENTE ENGENHARIA CIVIL

Desde os anos 1820, há uma discussão institucional a respeito das competências dos engenheiros militares e exigências novas e específicas de uma engenharia civil. De acordo com Pedro Carlos da Silva Telles (1994), com diversas alterações de conteúdo no currículo e na denominação da Real Academia Militar, centro de formação dos engenheiros militares até então – vindo a ser nomeada de Escola

Militar da Corte em 1832, Escola Militar em 1840 e Escola Central em 1858 –, e diante da necessidade de criação de “uma classe de engenheiros privativa para as obras hidráulicas e de pontes e calçadas, ficando os engenheiros militares desonerados de semelhantes trabalhos, que além de serem mais civis do que militares, exigiam uma aplicação e prática particular”, como explícito no parecer coronel engenheiro Francisco Villela Barbosa, futuro Marquês do Paranaguá, enviado ao Imperador D. Pedro I em 1823, ocorreria a separação definitiva entre ambas as áreas do ensino de Engenharia, reclamada pela contradição entre os requisitos de formação dos oficiais militares e engenheiros civis.

O esforço de diferenciação no currículo das categorias militar e civil expressa, assim, as especificidades das competências exigidas por cada uma. As grandes obras necessárias à criação de uma infraestrutura urbana, energética e de transportes que desse conta do incremento das atividades comerciais ao longo daquele século, e da montagem do complexo cafeeiro confundem-se, portanto, com o estabelecimento do campo profissional da engenharia civil.

A partir da década de 1850, a cidade do Rio vivenciará um significativo crescimento populacional, em muito devido à importação de escravos vindos do nordeste – em vista da proibição do tráfico internacional dos cativos –, e às primeiras levadas de imigrantes estrangeiros. De acordo com Pedro Marinho (2008), o município do Rio contava com uma população estimada em 137 mil habitantes em finais da década de 1830, e este número saltaria para mais de meio milhão, em 1890.

Dentro desse processo, o discurso civilizador perpassava e, muitas vezes, se confundia com o discurso do progresso técnico, em meio ao desenvolvimento das forças produtivas e de centros industriais, abertura de estradas de ferro e expressividade da nova profissão de engenheiro civil – a despeito de uma realidade material assentada sobre o trabalho escravo. A ideia de “progresso”, nesse sentido, articulava-se à necessidade de se adquirir novos conhecimentos através das novas técnicas e saberes científicos.

As estradas de ferro e as locomotivas movidas a vapor ocuparam um espaço de pesquisa, investimentos científicos e disputas políticas, além do estudo dos terrenos, desenvolvimento técnico de materiais e instrumentos, debates e formulações de leis e decretos que legitimaram, financiaram e incentivaram aqueles esforços. Desta feita, a promoção de obras públicas em muito representará a alavanca para o dito progresso material da nação, com a intensificação das obras de “benfeitorias” a partir de 1870, possibilitadas pelo crescimento do comércio em escala mundial.

A esse respeito, Vania Maria Cury (2012) elucida a percepção, por parte dos engenheiros brasileiros, de que sua ciência teria como principal qualidade a “ação regeneradora”, fundamentalmente concretizada nos centros urbanos, e que estava vinculada aos serviços e obras públicas.

Não de outro modo, a relação entre os engenheiros e as cidades pode ser pensada como parte indissociável do contexto histórico de nascimento do moderno urbanismo brasileiro, quando a “construção e a administração dos centros urbanos passaram a ser conduzidas por corpos técnicos, com uma sólida formação científica” (Cury, 2012, p. 1).

Através do Decreto nº. 1.536, de 1855, determina-se a concentração das cadeiras de formação técnica e teórica para os engenheiros militares na Escola de Aplicação do Exército, a ser instalada na Fortaleza da Praia Vermelha, ficando na Escola do Largo de São Francisco, na região central da cidade do Rio, somente os cursos de Matemática, Ciências Físicas e de Engenharia, ainda sob o controle do Ministério da Guerra.

De acordo com o artigo 2º do decreto, a Escola Central passaria a destinar-se ao ensino das Matemáticas e Ciências Físicas e também das doutrinas próprias de Engenharia Civil, ficando a grade dos cursos organizada entre um conteúdo fundamental nos quatro primeiros anos, e outro, suplementar, de Engenharia Civil, de dois anos.

Em um primeiro momento, a principal agência de organização profissional daqueles engenheiros foi o Instituto Politécnico Brasileiro (IPB), fundado em 1862, a cujo respeito Marinho atesta o que chama de um “processo de construção de um campo profissional específico, o qual buscava autonomia dentro do contexto de especialização e profissionalização, acompanhando de perto os novos aspectos das práticas e saberes da Engenharia Civil”. (MARINHO, 2008, p. 154). Um dos objetivos basilares da instituição era o de reunir conhecimento e experiências dos diferentes ramos de engenharia e assuntos similares. Do mesmo modo e no mesmo ano é criado o Corpo de Engenheiro Civis do Ministério da Agricultura, então Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Um ano após, a Escola Central passa a concentrar tão somente os cursos de formação dos engenheiros civis, não se voltando, assim, à formação de Infantaria, Cavalaria ou Artilharia. Em 1874 foi criada a Escola Politécnica do Rio de Janeiro – em substituição à Escola Central –, marcando a plena autonomia do engenheiro civil, que desvincula-se, efetivamente, do ensino militar, expondo a necessidade se estabelecer os estudos teóricos e a urgência da ampliação do corpo de engenharia civil no país.

Anos mais tarde, em 1880, será fundado no Rio de Janeiro o Clube de Engenharia, agência que transcenderá os limites de uma associação tão somente profissional, congregando industriais, comerciantes, proprietários de terras e capitalistas, e que assume papel basilar na formulação de políticas públicas e consolidação de projetos que se erguem sobre uma determinada estrutura econômica de dominação e, do mesmo modo, garantem a sua reprodução.

## O CLUBE DE ENGENHARIA É OS DEBATES FERROVIÁRIOS

Uma das responsabilidades centrais da agremiação foi a de organizar e dirigir demandas concernentes às ferrovias, que englobavam o estudo para um plano de viação de todo o território nacional, bem como a concessão de ramais, direção do traçado das vias, prolongamento e encampação das estradas de ferro, tarifação, dentre outras, interferindo diretamente nos serviços prestados pelas vias férreas e conduzindo os rumos das empresas ligadas às atividades de transporte.

Em seus primeiros anos, o Clube foi sede e organizador de eventos importantes para o ramo ferroviário, como o 1º Congresso de Estradas de Ferro do Brasil (1882) e da Exposição das Estradas de Ferro (1887), no contexto de estabelecimento da Inspetoria Geral das Estradas de Ferro (1883). De igual maneira, se deu no interior da entidade, a partir da análise do conteúdo das publicações e atas das *Revistas do Clube de Engenharia*, uma série de discussões concernentes às tarifações das ferrovias.

Em ata da sessão de 11 de Outubro de 1897, é possível localizar notícias publicadas no Jornal do Comércio nos dias 8 e 9 daquele mês a respeito da proposta do engenheiro Francisco Pereira Passos, então diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) – parte da antiga Estrada de Ferro D. Pedro II, primeira grande ferrovia nacional –, que apontava para um aumento das tarifas e preços de passagens sobre a ferrovia.

Passos previa a necessidade de um aumento de 100% sobre as taxas de transporte dos passageiros e de 50% no de mercadorias, bagagens, encomendas, veículos e animais, anulando o abatimento de 50% que até então gozava o transporte de carne verde (carne bovina recém abatida) e das passagens de ida e volta. Apenas o serviço das bagagens e encomendas deixava margem para lucro da ferrovia, de propriedade do Estado, encampada em 1865.

Em ata da sessão de 16 de Outubro de 1897 é lida a mensagem do engenheiro Antonio Augusto Fernandes Pinheiro, duas vezes presidente do Clube – tendo deixado o cargo no ano anterior – disposta na Gazetilha do Jornal do Comércio, de 13 de Outubro do mesmo ano, em que o engenheiro sustenta a necessidade de se fazer valer a proposta de Passos, acusando intransigência da parte dos diretores do Clube e lamentando o “socialismo de Estado” presente na retórica dos que se colocavam contra o aumento das tarifas.

Pinheiro endossa o fato de que a manutenção das tarifas baixa representaria “onerar o país inteiro em proveito de uma limitada zona, cujos interesses, muito respeitáveis, é certo, não podem ser atendidos com prejuízo da comunhão brasileira” (Revista do Clube de Engenharia, vol. 3, nº1, 1897, p. 8). O então presidente do Clube, engenheiro Antonio Maria de Oliveira Bulhões replica o parecer de Pinheiro



em tom acusatório a Passos, em sua qualidade de “delegado de confiança” do governo – dando a entender que os interesses do governo estariam em desacordo com os princípios defendidos pelo Clube de Engenharia. Sua fala se encerra em defesa dos “interesses da lavoura e da indústria” (diretamente ligadas à EFCB), que não poderiam ser sacrificadas em nome da renda da estrada.

Segue à referida fala o parecer do então primeiro-vice presidente, Aarão Reis, que acusa Passos de uma precipitação ao lado do governo, supostamente oriunda da não reeleição para presidência do Clube e conseqüente afastamento da entidade – esperando que não tenham arrefecidos o “patriotismo e o pundonor”, e criticando a proposta de elevação de tarifas de transportes por porcentagens gerais, que poderia “ser tudo quanto quizerem, menos uma medida administrativa apresentável por um profissional da estatura técnica do atual diretor da Central” (p. 16).

Finalmente, com exceção dos votos do engenheiro José Américo e Carvalho de Sousa, a diretoria do Clube deliberou, com discurso de Aarão Reis, que o aumento não deveria ser realizado com base em cálculos de porcentagens gerais, mas por uma revisão racional das tarifas da mesma estrada, reconhecendo a possível necessidade de um acréscimo sobre os fretes da EFCB. Desse modo, ficava aberto o debate, realizado em sessões públicas, com nomeação ulterior de uma comissão encarregada de formular em conclusões o resumo das medidas a tomar, vencidas na referida discussão.

Segue-se daí outras falas e, em seguida, Paulo de Frontin tomou a palavra, expondo que não tomaria parte na discussão em razão de ser antecessor de Passos na presidência da EFCB, mas reafirmou a possibilidade de atender aos interesses do Estado, sem que deixasse de ter-se consideração pelos da lavoura, indústria e comércio servidos pela EFCB (pp. 27 – 28). Frontin resgatou o histórico de alterações das tarifas e seus valores para cada categoria, citando o aviso de 6 de Setembro de 1892, atendendo ao que o Clube de Engenharia propôs a respeito de uma revisão das tarifas – e seguiu-se daí uma relatoria sobre as taxas.

O engenheiro encerrou o discurso favorável à proposta de Passos e à do Clube, de elevação dos valores e estabelecimento de uma lei geral das tarifas, respectivamente, justificando que, dessa forma, seriam atendidos aos interesses do Estado, da lavoura e da indústria, sem que a EFCB fosse transformada, de serviço industrial, à “fonte de impostos de transportes onerosíssimo à zona que ela percorre” (p. 31).

Uma vez aberto o debate, em ata da sessão de 21 de Outubro de 1897, Aarão Reis fez fala expondo os prejuízos possíveis que recairiam sobre uma das regiões mais produtoras da União (sic). O mesmo chegou a mencionar que isso seria um movimento “do capitalismo e seu interesse egoístico e incontestável de procurar generalizar todo o país, de norte a sul” (p.33). O engenheiro conduziu uma longa

apreciação sobre o debate, exigindo a aplicação da razão e do estudo, característicos do espírito republicano (sic), para a determinação de questão tão central como o era o debate acerca das tarifas.

Demais, questiona se, na qualidade de uma via-férrea pertencente ao Estado, seria de competência integral e ilimitada do Poder Executivo a confecção das tarifas, livre de um teto máximo de competência do Legislativo, justificando que uma via férrea constitui verdadeira indústria destinada à realização do serviço de transporte de pessoas e coisas. Sua essência, porém, contém dois elementos: 1º, a necessidade de seu acesso só poder ter lugar para veículos e motor a ela apropriados; 2º, a existência desses veículos e motor e a natureza destes faz da via-férrea uma indústria *sui generis*, à qual não são aplicáveis os princípios gerais que regulam todas as outras indústrias. E prossegue, afirmando que a ferrovia exige e constitui de fato verdadeiro monopólio, “que traz como consequência a ausência absoluta da livre concorrência e, por conseguinte, a impossibilidade da realização da lei da oferta e da procura”.

Sob tais condições, seria natural admitir a interposição da autoridade estatal entre o expedidor e o empresário, em vias de regulamentação das tarifas, tal como havia se dado mesmo nos países em que se procurou estabelecer tal indústria sobre os princípios liberais – Estados Unidos e Inglaterra. Nesse sentido, o Estado, na posição de explorador das estradas de ferro, se constituiria como verdadeiro industrial, estando, assim, sujeito às mesmas regras que deveriam imperar na organização das suas tarifas.

Finalmente, nas considerações finais do Clube de Engenharia a esse respeito, ficava deliberado que, para a formulação de uma tarifação nacional da via férrea Central do Brasil, deviam ser considerados, em primeiro lugar, o custo médio dos transportes – calculado anualmente; em segundo, o valor dos produtos transportados nos mercados consumidores para as mercadorias; em terceiro, a importância do serviço prestado, quanto ao transporte de passageiros; e, por fim, o equilíbrio entre a receita e a despesa e, mais ainda, os juros do capital nela empregado. As conclusões foram adotadas pelo voto sem restrições dos diretores da instituição: Oliveira Bulhões (presidente), Aarão Reis (1º vice-presidente), Gabriel Osório de Almeida, Daniel Henninger, Horácio Antunes, Eugenio de Barros Raja Gabaglia, Francisco Liberalli, Frederico Smith de Vasconcellos (segundo secretário), Eduardo Limoeiro (primeiro secretário); e de José de Carvalho Souza e Joaquim Silvério Castro Barbosa com restrições.

Não consta no anuário das Revistas do Clube de Engenharia edições nos anos subsequentes a esse debate (1898 e 1899), assim como falta no índice dos sumários das publicações mais informações a respeito do desfecho daquela discussão. Entretanto, nas edições dos anos de 1900 e 1901 (volume 4, nº 1 e 2), em vista

da realização do Congresso de Engenharia e Indústria de (1900/1901), é possível perceber o prosseguimento das discussões a respeito das tarifações ferroviárias. Ao nos depararmos com a relevância e centralidade que assumiu tal discussão nas publicações e sessões de reunião do Clube, cabe-nos identificar os possíveis interesses em disputa, e o contexto em que o debate é desenvolvido.

Antes de mais nada, para compreendermos algumas das polêmicas acerca da administração das vias-férreas, é necessário atentar à legislação referente às tarifas e à garantia de juros sobre as ferrovias no país e, para tanto, é necessário perceber que não há um consenso claro no seio das frações de classe agrárias dominantes em relação aos prazos e vigências das franquias aduaneiras.

A esse respeito, Marinho (2008) demonstra que a lei de nº 2237, de 3 de Maio de 1873, estendia às concessões de vias férreas do Brasil, gerais, provinciais e municipais uma ampliação de facilidades alfandegárias, eliminando prazo tanto para o material como para o combustível, o que beneficiava as linhas menos onerosas, de bitolas de um metro, que tivessem surgido por iniciativas locais na bacia do Paraíba do Sul e São Paulo. Entretanto, no Primeiro Congresso das Estradas de Ferro, em 1882, por proposta de Paulo de Frontin, fica determinada a não concessão de franquias aduaneiras para qualquer importação ferroviária, num exemplo de uma linha tributária vinculada à política geral de protecionismo.

Nesse sentido, a política alfandegária mantinha duas vertentes em relação às ferrovias, favorecendo prioritariamente as linhas de concessão do governo imperial e, secundariamente, as estradas estaduais e municipais.

Enquanto que para alguns produtos agrícolas o limite recaía sobre uma quantidade de produto, para outros era necessário ter em consideração o valor do produto e também a respetiva quantidade. Diante desse debate, interessa-nos as disputas forjadas no seio do Clube de Engenharia, reunindo membros com uma trajetória e vínculos de trabalho e de poder – que circulavam entre postos administrativos do Estado e inscrevendo-se em outras agremiações que não exclusivamente o Clube de Engenharia – que em muito regulava suas posições internas e, do mesmo modo, inflexões nas decisões, pareceres e projetos da entidade.

Francisco Pereira Passos, considerado, em muito, uma figura “estranha” aos assuntos do Clube em meio à polêmica de aumento das tarifas, desempenhou um papel interessante na agremiação, com formação e prestígio adquiridos no seio dos assuntos estratégicos do Império e das estradas de ferro ao longo do século XIX, vindo a se tornar empresário da construção civil e prefeito da capital da República em 1902, sob cujo governo será realizada uma das mais importantes reformas urbanas da cidade. Foi um dos fundadores do Clube e, como sócio efetivo, compôs o sua Diretoria até 1886.

Ao seu lado nos debates, José Américo, também engenheiro e empresário, diplomado pela Escola Central, transitou entre o trabalho em ferrovias e obras públicas do Porto do Rio de Janeiro, foi um dos fundadores do Clube e compôs seu Conselho Diretor entre 1881 e 1886 e, posteriormente, entre 1886 e 1904.

Tais agentes terão em comum a penetração em assuntos urbanos, no que diz respeito aos “melhoramentos”, e/ou ligados a atividades fabris.

Dentre os membros do Conselho Diretor que pautaram a discussão e se opuseram ao aumento das tarifas, se não por uma revisão geral dos valores, localizamos os sócios Fernandes Pinheiro, também diplomado pela Escola Central, quem estruturou sua carreira no ramo das estradas de ferro, assumindo o cargo de Diretor da EFDPII entre 1881 e 1884, se tornando, posteriormente, um representante industrial no Clube, como sócio-honorário da Associação Industrial e Presidente da Seção de Indústria Fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), verdadeiro órgão técnico consultivo do Império (BASTOS, 1952), entre 1880 e 1888; Aarão Reis, uma figura central para a agremiação, com atividades ligadas às ferrovias e assuntos urbanos, com inscrição na sociedade política ao longo do governo republicano como deputado federal, diretor de obras, conselheiro, tornando-se também empresário e industrial; Gabriel Osório de Almeida, importante quadro da Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II na década de 1870 e, já na República, vinculado ao empresário Cândido Gaffrée para assumir o cargo diretivo da Cia Docas de Santos; além de demais membros, fortemente vinculados, ainda naquele momento, às frações agrárias fluminenses e administração ferroviária.

Os debates a respeito das tarifações de uma das atividades econômicas mais importantes do Império e primeiros anos da República no Rio expõem, no contexto de alteração das relações de trabalho e estrutura produtiva advinda com a abolição da escravatura, em 1888, e crise do setor agroexportador, uma reorganização das forças econômicas, que se voltam para o ramo da circulação de mercadorias, fortalecimento de um mercado interno com a diversificação da produção rural e, principalmente, obras de *melhoramentos* urbanos. Naquele mesmo contexto, com o fim do sistema escravista, há um crescimento de necessidades que atendessem àquela população agora livre, que se expressou no aumento dos transportes realizados pela EFCB.

As estações ferroviárias da Gamboa, Central e S. Diogo trabalhavam em um movimento de importação superior ao de exportação, isto é, um movimento de cargas expedidas superior às recebidas, com exclusão do café, o que move uma discussão a respeito da necessidade de otimização da circulação de mercadorias e pessoas, bem como das levas de imigrantes, concentradas no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Em sessão de abril de 1892, o presidente Mello Barreto expôs os dados coletados durante o tempo em que o mesmo esteve dirigindo os trabalhos da seção de contabilidade da E. F. Central do Brasil, realizando estudos comparativos entre

as receitas de cada estação ferroviária. O presidente chama ainda atenção para o que chama de “golpes de Estado de 1889”, responsáveis por alterar quase toda a corporação de engenheiros-chefes dos diversos serviços, o que, diante de um aumento imprevisto nos transportes, tornou-se um grave problema.

Há a eliminação dos lugares de chefes de contabilidade, tráfego e locomoção, que passaram a ser ocupados por um só engenheiro. Tais alterações são aprofundadas ao longo do período posterior ao golpe republicano quando, através do decreto de nº 2424 de 2 de Janeiro de 1897, foi declarada extinta a Inspetoria Geral de Estradas de Ferro e, conjuntamente, no decreto de nº 2425, é suprimida a fiscalização dos engenhos centrais, cujo serviço passaria a ser desempenhado pelos fiscais das estradas de ferro sem aumento de vencimentos e conforme as instruções expedidas pelo Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Em função dos atos, estavam dispensados dos cargos que ocupavam junto aos negócios ferroviários os engenheiros João Chrockatt de Sá, então Inspetor Geral das Estradas de Ferro no Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas; diversos engenheiros fiscais de 1ª, 2ª e 3ª classes, além de ajudantes e secretários; o engenheiro Manuel Maria de Carvalho do cargo de Inspetor Geral de Emigração, Terras e Colonização, e demais engenheiros nos cargos de 1º, 2º e 3º ajudantes. Dos prolongamentos das Estradas de Ferro arrendadas – Central da Paraíba; de São Francisco; Porto Alegre a Uruguaiana e Central do Brasil – são também dispensados diversos engenheiros de primeira classe.

Ocorre que o Clube de Engenharia passou por um ponto de inflexão decisivo com o golpe republicano e, naquele momento, houve um aumento significativo de sócios incluídos no Conselho Diretor, inclusive com a criação da categoria de “Suplentes do Conselho Diretor”, o que indica a busca de legitimação junto à correlação de forças que passava a vigorar.

No bojo de tais modificações, excedendo os desentendimentos acerca da forma de governo, o que há de mais relevante é perceber que as frações dominantes representadas pelos empresários, empreiteiros e industriais, que sobrevivem com maior grau de coesão à crise no bloco imperial-escravista, buscarão disputar espaço no interior do Clube em meio a um processo de reorganização dos cargos, postos de poder e vinculações daqueles engenheiros que passam a compor o Conselho Diretor e a pautar os debates e deliberações da agremiação (MARINHO, 2008).

A partir de documentação com as propostas de admissão dos sócios do Clube entre os anos de 1880 e 1930, Maria Inês Turazzi (1989) aferiu que, de um total de 1517 sócios, aproximadamente 30% do total (452 deles) eram engenheiros ligados à construção civil, estradas de ferro, etc, e cerca de 22% do total das propostas (355 membros) se autodenominavam “industriais” ou “negociantes”.

Demais, a autora observou que muitos dos membros do Clube, identificados a

diferentes associações profissionais, tinham cargos diretivos de empresas, ou, ainda, tinham ligação com frações de classe diretamente relacionadas com a indústria. É o caso, por exemplo, dos vínculos de alguns membros com a diretoria da Associação Industrial – dissidência da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), e de orientação protecionista – e ao Centro Industrial do Brasil (CIB), como o caso de Vieira Souto, Aarão Reis e Gabriel Ozório de Almeida. Tais membros, que assumem a direção e compõe parte do Conselho Diretor a partir de final dos oitocentos vão estabelecer, portanto, vínculos com entidades empresariais e industriais.

Esses exemplos expõem o fato de que muitos dos engenheiros do Clube desempenharam, simultaneamente a seu exercício profissional, atividades empresariais e nos ramos industriais, ampliando sua participação na sociedade civil, além de ocuparem cargos de vereadores, senadores, deputados, prefeitos, além de outros espaços na sociedade política. Estavam, aqueles agentes, portanto, em duas frentes de ação e organização.

Nesse sentido, torna-se possível identificar a reafirmação dos assuntos e negócios tangentes às ferrovias no país ao longo das sessões e publicações da entidade naquele período. As estradas de ferro cumpriam a função fundamental de integração dos territórios, otimização do comércio importador, integração dos diferentes pontos da região e prestação do serviço dos transportes coletivos, em especial os bondes, movidos à eletricidade – que tornou-se um pujante mercado de disputa na cidade do Rio em meados da primeira década do século XX.

O Clube, que nasce e cresce ainda no seio de uma monarquia agrária e escravista, cria as bases de consolidação de sua função enquanto instância política externa ao estado restrito, define políticas vinculadas aos interesses das frações econômicas que ganham força em meio às modificações das condições estruturais expostas na então capital federal com a crise do setor cafeeiro e decadência política dos Saquaremas (MATTOS, 2017).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Capaz de se modificar em meio às profundas alterações políticas e econômicas do período por nós estudado, o Clube de Engenharia, desde o momento de sua fundação até o final da primeira década do século XX, quando se encerra o primeiro ciclo de grandes obras e da nova agenda de intervenção política e social que se forja naquela agência na virada dos oitocentos, se reafirma como objeto fundamental de estudo para a compreensão da formação do Estado brasileiro e de nossas classes dominantes.

Em meio à crise do Império e no interior do bloco imperial-escravista, a fundação do Clube de Engenharia, em 1880, expressará o ápice do processo de

consolidação da capacidade organizativa das frações de classe diretamente ligadas ao beneficiamento da produção cafeeira – proprietários de terras e escravos, negociantes e comerciantes fluminenses – pelos engenheiros, agindo, aquela categoria, enquanto “porta-voz” e organizadora dos interesses daquelas frações.

Buscando ir além de uma análise do Clube enquanto um produto acabado, impresso por interesses das frações de classe que se descolam do comércio agroexportador, buscamos demonstrar de que forma aquela entidade se modificará – tanto em sua composição, quanto nos projetos e políticas que gerenciará –, expressando as disputas, rupturas e transformações gestadas no interior das classes dominantes, que marcarão o final do Império e a virada do século XIX para o XX no país.

Por essa razão é que reafirmamos a condição de agência política daquela agremiação, chamando atenção para o fato de que a alteração na correlação de forças econômicas e políticas do período reverbera internamente no Clube, e que o mesmo se reorganiza e assume, a partir de 1900.

Baseados na análise da trajetória dos dirigentes do Clube no período referido, percebemos a ocupação de cargos e desenvolvimento de atividades que extrapolam a “engenharia imperial”, predominante ainda nos oitocentos, vindo, inclusive, parte daqueles agentes a tornarem-se donos e/ou acionistas de indústrias, empresas e empreiteiras, com capilaridade nas questões de infraestrutura urbana, especialmente saneamento, energia elétrica, portos, obras de calçamento e negócios do capital imobiliário.

Não estavam, aqueles agentes, portanto, encerrados nas Academias ou agremiações profissionais, se não que participaram ativamente da vida política e das modificações materiais vivenciadas pelo país e a cidade e estado do Rio. Identificamos a modificação da estrutura de produção brasileira enquanto parte integrante – em caráter subalternizado e dependente – da expansão do modo de produção capitalista no mundo a partir de seus epicentros – Estados Unidos, Inglaterra e França –, vindo, o Clube de Engenharia, a assumir o papel de operacionalizador das condições materiais e culturais do desenvolvimento do capitalismo no país na qualidade de representantes dessa modernidade – uma modernidade para o Capital.

## REFERÊNCIAS

CURY, Vania Maria. *Engenheiros e empresários: O Clube de Engenharia na gestão de Paulo de Frontin (1903-19033)*. Doutorado em História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a formação da cultura*. São Paulo: Circulo do livro, s/d. \_\_\_\_\_ . *Cadernos do cárcere: introdução ao estudo da filosofia e a filosofia de Benedetto Croce*. 5. ed. Tradução Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HANSEN, Claudia. *Eletricidade no Brasil da Primeira República – A CBEE e os Ginle no Distrito Federal (1904 – 1923)*. Tese de Doutorado. Niterói, UFF, 2012.

LEVY, Maria Bárbara. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994; LOBO, Eulália. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1978;

MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *Ampliando o Estado Imperial: Os engenheiros e a organização da cultura do Brasil Oitocentista (1874-1888)*. Niterói. Dissertação (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

MATTOS, Ilmar Rohloff de (2004). *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1986;

MENDONÇA, Sonia & FONTES, Virginia, *História e Teoria Política*, In: CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo (coord.), *Novos caminhos da História*, RJ: Editora Campus/Elsevier, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986;

TURAZZI, Maria Inez, *A Euforia do Progresso e a Imposição da Ordem: a Engenharia, a Indústria e a Imposição do trabalho na vira do século XIX ao XX*, Rio de Janeiro: COPPE, São Paulo: Maro Zero, 1989.

**Fontes:**

Revistas do Clube de Engenharia.

Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_periodicos/per8036/per8036.htm](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/per8036/per8036.htm)



## A MÚSICA NOS NAVIOS E QUARTÉIS DA ARMADA BRASILEIRA ENTRE AS DÉCADAS DE 1850 E 1900

*Data de aceite: 28/01/2020*

*Data de submissão: 04/11/2019*

### **Anderson de Rieti Santa Clara dos Santos**

Mestrando Programa de Pós-Graduação em  
História-

Universidade Federal Fluminense  
Niterói-RJ

<http://lattes.cnpq.br/1589273232743284>

**RESUMO:** Este trabalho visa apresentar notas introdutórias acerca da pesquisa que ora se inicia e que se propõe a compreender o emprego da música no cotidiano dos navios e quartéis, e na formação de marinheiros nas Companhias de Aprendizes (posteriormente Escolas de Aprendizes-Marinheiros – 1885); quartéis dos Corpos de Imperiais Marinheiros e do Batalhão Naval; e no Arsenal de Marinha da Corte para os aprendizes-artífices entre as décadas de 1850 e 1900.

A partir das fontes até o momento levantadas e analisadas, infere-se que a música tenha sido implementada como um caminho para a preparação desses sujeitos para as lides do mar, dentro de um contexto em que se buscava a construção do Estado nacional amparado em bases civilizatórias. Além disso, pode ter sido um dos instrumentos utilizados no cotidiano dessas instituições para disciplinar esses sujeitos, a

impor-lhes uma série de condutas técnicas e corporais. E ainda, as atividades recreativas e sociabilizadoras.

Dentro da Marinha brasileira as práticas mais evidentes de ensino de música ocorreram em suas unidades de formação de marinheiros, soldados e artífices a partir da década de 1850. Até serem centralizadas a partir de 1909 com a contratação do maestro Francisco Braga como Professor e Regente das Bandas de Música da Marinha e do Regimento Naval.

Nestas “notas introdutórias”, acrescenta-se a proposta dos conjuntos de fontes para este trabalho: as relativas aos discursos acerca da implementação do ensino de música, como a Revista Marítima Brasileira (1881-1909), os Relatórios dos Ministros da Marinha, entre outras fontes do tipo. Já quanto ao cotidiano, ressaltam-se as fontes que permitem a localização dos sujeitos envolvidos no processo de ensino de música (gestores, mestres e os militares em formação), como os Almanques, os Relatórios de Viagem dos comandantes dos navios, e também os diários e memórias produzidas pelos militares a bordo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Música; Marinha brasileira; Cultura marítima e naval; Segundo Reinado; Primeira República.

## MUSIC IN THE SHIPS AND QUARTERS OF THE BRAZILIAN ARMADA BETWEEN THE 1850S AND 1900S

**ABSTRACT:** This paper aims to present introductory notes about the research that is beginning and which aims to understand the use of music in the daily life of ships and quarters, and in the training of sailors in the Apprentice Companies (later Apprentice-Sailor Schools - 1885); quarters of the Imperial Sailors Corps and the Naval Battalion; and the Court Navy Arsenal for apprentice craftsmen between the 1850s and 1900s. From the sources so far raised and analyzed, it can be inferred that music has been implemented as a manner for the preparation of these subjects for the works of the sea, within a context in which the construction of the national state based on principles was sought civilizational. Moreover, it may have been one of the instruments used in the daily life of these institutions to discipline these subjects, to impose on them a series of technical and corporal behaviors. And yet, the recreational and socializing activities. Within the Brazilian Navy the most evident practices of music teaching occurred in its units of formation of sailors, soldiers and craftsmen from the 1850s. Until they were centralized from 1909 with the hiring of maestro Francisco Braga as Professor and Regent of the Navy and Naval Regiment Music Bands.

In these “introductory notes”, we add the proposal of the sets of sources for this work: those concerning the discourses about the implementation of music teaching, such as the Brazilian Maritime Magazine (1881-1909), the Reports of the Ministers of the Navy, among others fonts of its kind. As for daily life, we highlight the sources that allow the location of the subjects involved in the music teaching process (managers, masters and the military in formation), such as the Almanacs, the Ship Commanders’ Trip Reports, as well as the diaries and memories produced by the military on board.

**KEYWORDS:** Music; Brazilian Navy; Sea and Naval Culture; Second Reign; First Republic.

### 11

Podia-se ver na tinta impressa do jornal *O Paiz* de 5 de fevereiro de 1897: “Na retreta, ontem realizada no Arsenal de Marinha, a excelente banda de música do corpo de infantaria de marinha executou o seguinte programa:

1ª parte – Marcha, 34º Batalhão, J. Elias da Cunha; coro dos conjuras da opera *Hernani*, Verdi; valsa, *Les palineurs*, E. Waldteufel; polca *Ophelia*, arranjo para a banda pelo contramestre Mendonça; marcha militar, *Les Cantiniers*, E. Tovan.

2ª parte – Coro dos Aymorés, da ópera *Guarany*, arranjo para a banda pelo mestre João Pereira da Silva; valsa, *Tout Paris* E Waldteufel; polca, *Os ferreiros*, arranjo do mestre J. Pereira da Silva; marcha, *Onze de Outubro*, C. Bonacina. (ARTES E ARTISTAS, 1897, p. 2).

A julgar pelo ecletismo percebido no repertório desta retreta, é perceptível que a presença de conjuntos musicais a exemplo do Corpo de Infantaria de Marinha

em programas como este, ainda que dentro de uma unidade militar, vai além das atividades meramente funcionais em um quartel – sinalizar os horários dentro de uma rotina, anunciar presença de autoridades, auxiliar nas manobras militares.

E este episódio está longe de ser um raro momento em que se poderia deleitar com sonoridades que por vezes remontam à caserna, mas também à intensa vida musical urbana para além do perímetro dos quartéis ou dos navios. Cerca de quatro décadas antes e o mesmo Arsenal de Marinha, então da Corte, seria o espaço de um outro evento em que gêneros musicais diversos podem ter sido ouvidas, como noticia o *Diário de Notícias* de 2 de abril de 1854:

no dia 25 do mês passado, aniversario do juramento da constituição do Império, tocou pela primeira vez, no arsenal de marinha da corte, a música dos menores do arsenal, que se havia formado ha quatro meses, e hoje pelas 9 horas da manhã toca no mosteiro de S. Bento. Louvores sejam dados ao mui digno inspetor do arsenal, e capitão de fragata, comandante da fragata Príncipe, onde aqueles menores se acham aquartelados (COMUNICADOS, 1854: p. 1).

Embora possamos deduzir que os gêneros musicais ouvidos nas duas tocatas realizadas pelo conjunto musical dos menores aprendizes do Arsenal de Marinha da Corte tenham sido diversificados, tanto quanto no repertório da retreta de 1897, a diferença é que agora há uma menção clara à faixa etária dos músicos: eram menores. Não obstante a ausência de tal dado na notícia citada no início do artigo não signifique não se tratar também de menores aqueles músicos, mas em 1854, tal destaque põe em evidência um projeto: alfabetizar este público que começava a vivenciar um “aquartelamento” tendo como atividade auxiliar nesse processo a música.

Por que então a música, expressão artística com uma linguagem que se encontra tão distante da imprescindível verbal?

## 21

A pergunta que lanço por ora parece trivial quando encarada, mas a julgo importante uma vez que nos encaminha para outras veredas até então pouco desbravadas pela historiografia seja da música ou mesmo a militar. Dentro da historiografia da música, tais bandas não executavam música erudita, mas também não eram consideradas dentro de uma música popular (MARTINS, 2017, p. 41-42). Para a historiografia militar, pelo menos a cultivada em território brasileiro, parece algo dado da natureza e da gramática da guerra característica dos exércitos na saída da Idade Moderna para a Contemporânea. Estariam portanto inseridas nos estados-menores das tropas, sendo exemplo disso como elas aparecem em escritos sobre a Guerra do Paraguai (DUARTE, 1981). Excetuam-se alguns trabalhos que

tentam visualizar nesses conjuntos musicais a circularidade entre culturas musicais – se erudita ou popular (DINIZ, 2007), ou ainda, o embricamento entre sociedade militar e sociedade civil (CARVALHO, 2017), através das influências mútuas entre os gêneros e estilos musicais difundidos por músicos e compositores civis ou militares.

No caso da memória institucional feita pela Marinha acerca de suas bandas, percebe-se uma tentativa de se estabelecer uma ligação genealógica entre os seus primórdios, localizados no desembarque da banda da Brigada Real de Marinha portuguesa com a transferência da corte brigantina em 1808, e suas influências progressas diretas nos dias atuais. (MUSEU... 2000, p 9-14).

Genealogia que até certa historiografia da música tentou estabelecer não só entre os conjuntos musicais da Marinha como também entre a banda da Brigada Real e as demais bandas militares e mesmo civis. Uma espécie de tributo ou mesmo de um “marco zero” da música praticada ou inspirada nesses conjuntos militares, encobrendo assim as diferenças entre esses conjuntos (entre as forças nacionais, entre estas e das províncias/municipais, entre estas e a da guarda nacional), como se a diversidade fosse óbvia ou um dado em si. No intuito de desconstruir essa narrativa, vale a pena retomar os argumentos construídos pelo musicólogo Fernando Binder em sua dissertação de mestrado, que virou uma referência para os demais interessados. Para ele,

muitos autores acreditam que, antes de 1808, não existiam bandas de música, nos modelos .mais “modernos” das bandas de harmonia. A autoridade freqüentemente citada para validar esta idéia de “atraso” dos conjuntos brasileiros é José Ramos Tinhorão, particularmente uma passagem onde ele procurou destacar a precariedade e não a ausência das bandas militares antes da chegada da corte. O argumento construído por Tinhorão baseia-se na inexistência de bandas de música na recepção dada a dom João, tal como esta foi descrita pelo padre Luis Gonçalves dos Santos, o padre Perereca, em suas famosas Memórias para Servir de História ao Reino do Brasil. (BINDER, 2006: p. 26).

Desse modo, a operação de fazer equivaler o atraso, ou mesmo a baixa qualidade, a ausência de bandas antes da chegada da corte portuguesa resultou em uma linha que demarca a história desses conjuntos musicais no Brasil em um antes e depois de 1808. E é em torno dessa presença/qualidade de uma banda formada dentro da Armada portuguesa, “origem” da Marinha brasileira, que aparece a tonalidade dessa memória construída em torno de uma filiação entre o estado da arte hoje ao ontem relevante. No entanto, tal construção implicou a omissão de um fato, a meu ver, importante: não houve somente um perfil de banda na Marinha e essa diversidade já ocorre no século XIX. E mais: esses conjuntos não se restringiram somente a abrilhantar cerimônias cívicas como no desembarque da corte em 1808 acompanhada pela banda da Brigada Real da Armada, mas, a julgar pelo repertório de 1897, vemos que as atividades desempenhadas vão muito além das demandas

da “caserna”, fazendo com que estes agrupamentos musicais, assim como os de outras instituições militares e também civis, atuem como mediadores no cenário musical brasileiro.

### 3 |

Assim é que temos associadas a tal pergunta, “por que a música?” outras questões não menos relevantes e que aqui compartilho como iniciais no decurso desta pesquisa exposta nestas notas introdutórias: quem eram os músicos? É possível esquadrihar a que grupos sociais estão ligados? Por quais espaços transitavam? Em quais atividades poderiam ser empregados? Em um segundo grupo de questões, podemos aqui expô-las: Em quais espaços se davam essas práticas musicais? É possível identificar a extensão dessas práticas: ensino/musicalização seguida das execuções/interpretações musicais até a audição e composição? Já em um terceiro grupo de questões: como tais práticas eram dadas a ler/ouvir e de que maneira eram efetivamente lidas/ouvidas no tecido social? Quais os significados gerados e de que modo podiam ser compartilhados?

Com esse conjunto de questões comecei a fazer incursões em arquivos, levantamento preliminar de fontes e pude observar algo que de certa maneira elucida os episódios narrados no início deste trabalho e apontam por onde me concentrar: as experiências e práticas mais recorrentes evidenciadas nas fontes até então levantadas e analisadas (documentação normativa, listas nominais e quantitativas de efetivos – almanaques e relatórios ministeriais, relatórios de viagens - e pareceres que subsidiaram as autoridades que tornariam exequíveis as soluções sugeridas naqueles documentos, como os de conselhos consultivos), eram de duas ordens: uma, as que diziam respeito à existência de um conjunto musical que tem sido tratado na historiografia e na musicologia como uma música funcional (MONELE, 2006), (BINDER, 2006), (SOUSA, 2012); as de outra ordem, aquelas referentes ao ensino musical. E o primeiro público que experimentaria a implementação de tal ensino, pelo menos institucionalmente: os aprendizes-menores do Arsenal de Marinha da Corte.

No caso da primeira ordem de práticas, a funcional, baseio-me no estudo de Binder (2006), o qual, por sua vez, referencia-se na abordagem de Raoul Camus (1976), e também no de Raymond Monele, que designa essa prática específica no âmbito dos conjuntos militares como tópica/temática (2006). Este tipo de prática estaria ligado a cerimoniais militares e extensivo aos marítimos, com nuances de priscas eras, anunciando presença de comandantes de navios e autoridades de Estado, presente em vários artigos do Regimento Provisional de 1796, a exemplo deste:

Subindo a bordo dos Navios de Sua Magestade, Ministros, e Conselheiros de Estado, Conselheiros do Conselho do Almirantado, do de Guerra, Marechaes do Exército, Tenente General Comandante em Chefe de alguma Esquadra, ou encarregado do Governo das Armas da Província, em cujo Porto, ou Bahia surgirem os referidos Navios; a Companhia que se achar de Guarda se somará sobre a Tolda, apresentando as armas, fazendo os Officiaes della as Continencias devidas, e tocando os Tambores a Marcha, e tendo a gente nas Vergas; porém se Sua Magestade, ou Altezas, andarem no mar, tocar-se-lhe-há somente Tres Rufos” (REGIMENTO PROVISIONAL, 1796, p. 68).

Cumprido destacar também que este tipo de execução musical mais funcional, com a característica de ter como base para o reforço melódico o pífaro, depois a corneta, e para o rítmico, o tambor, era o utilizado no campo nas manobras militares, de modo a tornar mais uniformes os movimentos em uma determinada cadência tendo como elemento demarcador a duração (ritmo), e também a discipliná-los.

Poderia ser até útil didaticamente, perseguir com o objetivo de fazer uma divisão entre um conjunto marcial, responsável por uma execução mais funcional, para o campo, e um outro, o musical, com funções mais voltadas para o entretenimento, tal como a retreta no Arsenal de Marinha narrada inicialmente. No entanto, isto comprometeria a análise sobre o nosso objeto de estudo. Pífaros (depois cornetas) e tambores eram parte do instrumental de uma banda com funções também voltadas ao entretenimento. Daí ser razoável inferir que músicos de uma banda marcial podiam também ser de uma banda de música, diferenciação observada em documentos.

Se a primeira ordem das práticas musicais recorrentes na documentação até então analisada (sonoridade de funcionalidade marcial) já traz dificuldades e questões como as expostas acima, o que não descredenciam-nas em importância para este estudo, por outro lado, tem-se a segunda ordem dessas práticas, encontrando-me aqui com o ensino musical. É nesse quesito que se extrapolam as práticas meramente funcionais.

Importa ressaltar que existem evidências sobre conjuntos musicais em navios que tenham uma organização e quantidade de instrumental que ultrapasse o dos conjuntos musicais marciais antes da década de 1850. É o caso do noticiado na edição do Diário do Rio de Janeiro, de 1º de fevereiro de 1843, no qual se republica declaração do Ajudante-de-ordens do Quartel-General da Marinha, Capitão de Mar e Guerra Antonio Pedro de Carvalho, de 30 de janeiro do mesmo ano. Neste, pede encarecidamente o Oficial:

De ordem de S. Ex., o senhor ministro e secretário de negócios de guerra e interinamente na Marinha, se faz público que precisam-se para completar a bordo da Fragata Constituição, a banda de música que ali se acha de dois indivíduos habitados a executarem oficleides, um em requinta, outro em cornetim a piston, um em clarineta, outro em pratos; quaisquer pessoas que estiverem nestas circunstâncias, e a quem isto convier, compareçam a este quartel general, a fim de

Diante do exposto acima, e acreditando que tal configuração instrumental pudesse ter lugar em outros conjuntos musicais na força, este conjunto maior de instrumentos coincide, pelo menos em termos de temporalidade, com um outro conjunto musical observado nas fontes. Foi com um espanto, diga-se de passagem, prudencial, que pude localizar o momento em que se forma a banda musical dos aprendizes-menores do Arsenal de Marinha da Corte em 1854, cuja notícia que a evidencia, a da apresentação destes no mosteiro de São Bento, foi mencionada anteriormente.

O espanto prudencial pelo fato de lembrar que a organização de uma companhia de aprendizes-menores desse mesmo Arsenal data de 16 de setembro de 1857, portanto três anos após a notícia de formação da dita banda. Antes que sejamos tentados a acreditar que a notícia tenha sido produto de equívoco dos editores do *Diário de Notícias*, é preciso considerar que uma norma ou lei que organizasse uma instituição pudesse ser antecedida pela própria prática a ser normatizada. Para corroborar com a existência dessa companhia antes ainda de uma norma organizativa, é possível perceber a continuação das atividades desse conjunto por anos antes ainda de 1857.

Pelo caráter dos seguidos eventos em que participa a banda dos artífices menores do Arsenal de Marinha da Corte, esse conjunto musical se insere na ordem das práticas musicais voltadas para o entretenimento. E mais: lança-nos a uma das questões elencadas inicialmente – aparecem os primeiros sujeitos sobre os quais podemos aumentar a nossa lente e esquadrihar os seus estratos sociais. A julgar pelo Aviso de 16 de setembro de 1857 (COLEÇÃO DAS DECISÕES DO IMPÉRIO, 1857: p. 264), trata-se de meninos órfãos, desvalidos, que ingressavam numa faixa dos sete aos doze anos, às expensas de um Estado preocupado em controlar a delinquência e periculosidade que era vista como oriunda do jovem pobre e ocioso, mas que também buscava entronizá-lo na esfera civil por meio de um projeto educacional. Instituições congêneres foram fundadas com esse objetivo durante o decurso do século XIX, como o Asilo dos Meninos Desvalidos (PAVÃO, 2013), em um processo que por mais que aparente ser uma transição, nada mais é do que uma coexistência entre os dois anseios, ainda que um possa se sobrepor ao outro.

Experiência parecida em termos de projeto de controle mesclado ao educacional ocorreu na Marinha brasileira ainda com a formação das Companhias de Aprendizes-Marinheiros a partir da década de 1840, cujos estudos até o presente momento já são frutíferos em demonstrar os mecanismos do Estado associados ao pensamento sistematizado sob tendências pedagógicas e instrucionais europeias ressignificadas e adaptadas ao contexto brasileiro e das formas como eles se engrenavam (SILVA, 2005), (BARRETO NETO, 2009), (SILVA, 2013), (SANTOS, 2016).

Uma das formas de se perceber como mecanismo e pensamento se engrenavam de modo ainda mais promissor era com uma arte que pudesse ser civilizadora e com uma prática disciplinadora. Civilizadora, pelo caráter “universal” e “harmônico” (integrador) de que tal arte gozava. Nada mais efusivo do que a edição do jornal *O Novo Tempo* de 31 de outubro de 1844 quando asseverava:

De todas as Belas-Artes, a música é sem contradição a que mais direta e mais naturalmente conduz à civilização dos povos: é a que se adquire com mais facilidade, a que mais se adota a todas as condições, a todos os entendimentos; e tem a particularidade de pertencer, ao mesmo tempo e em grau igual, ao rico e ao pobre, ao sábio e ao ignorante: tanto a podem aprender o menino de 8 anos como o homem já maduro na idade (PANORAMA, 1844, p.1-3)

Não à toa, outras instituições responsáveis pelo ensino musical foram criadas nesse mesmo contexto como o Conservatório de Música (com atividades iniciadas em 1848), a Imperial Academia de Música e Ópera Nacional (1857). Mas, evidentemente, trata-se de um processo, onde ideias vão sendo sistematizadas, práticas são continuamente experimentadas e a civilização está sempre por realizar-se, pautada na “consciência da superioridade de seu próprio comportamento e sua corporificação na ciência, tecnologia ou arte [que] começaram a se espriar por todas as nações do Ocidente” (ELIAS, 1994, p. 4)

Mas a civilização traz ao mesmo tempo um processo de um eterno porvir, um aspecto que visa à docilização, à disciplinarização. Por isso, julgo que a dificuldade primeira em realizar uma abordagem funcional sobre o objeto em lide é compartimentar dois elementos dentro das práticas musicais que constituem a própria música – esta tomada agora como arte e, também, como ação racional. Ao mesmo tempo, portanto, que harmonia, melodia, duração (ritmo) e timbre constituem-se em elementos em que as práticas musicais, uma vez coerente em sua linguagem, é vista como arte, é a sua coerência como linguagem que torna possível a uniformização de movimentos e docilização dos corpos pela cadência. A prática musical nessas instituições tem um fim disciplinar muito específico, a partir de uma célula rítmica fundamental para fazer dos corpos militares mais flexíveis, “manobráveis”. Será importante no controle da marcha de uma tropa. Isso poderia ser aplicado especificamente sobre os corpos de infantaria a bordo dos navios, mas mesmo com a segregação em gente de mar e de guerra nessa unidade básica de combate, o marinheiro deveria também estar apto a ser mais um soldado para o combate, preenchendo os claros na falta de infantaria. Além disso, o controle também se exerce pelos horários, de modo que o reconhecimento dos sinais sonoros a bordo que permitiria identificar os horários da rotina, confere o grau de clausura aos navios e às unidades de formação desses sujeitos. (FOUCAULT, 2009, p.127-129).

Mas, se o processo é elucidado a partir dessas duas referências conceituais,



como que se dá a variedade vista na organização do repertório, na composição, execução – esta precedida do ensino-aprendizagem musical – audição e de espaços em que essas práticas musicais poderiam ocorrer – desde um espaço formal passando pela rua ou no coreto das praças, ou ainda nos navios e nos quartéis, seja na sonoridade da rotina, seja nas atividades recreativas dos militares? Acerca mesmo da recreação por meio da música, esta atividade é reconhecida como um dos elementos de higiene para alguns como Dr. Galdino Cícero de Magalhães, Primeiro-Cirurgião da Armada, e que esteve a bordo da *Vital de Oliveira*, a mesma que passou por Hong-Kong em 1880 e abrilhantou com sua banda de música a festa do Club Lusitano em que se viram amalgamados, uma vez mais, Portugal e Brasil, de pensar sobre a atividade musical como distração, mas que, no hall de outras práticas, também poderia ter uma função civilizadora, porque de bem-estar (MAGALHÃES, 1881, p. 22).

A prática não se extingue quando se completa uma cadeia de ações, ela continua porque exige ressignificação e de um pequeno, porém significativo, tempo onde operações “quase microbianas” intentadas pelos sujeitos inseridos nessas instituições de modo a alterar o seu funcionamento através das “táticas” que se articulam (no) ao cotidiano. (CERTEAU, 1998, p.41). Os sujeitos, portanto, se moveriam nesse contexto, inclusive apropriando-se dos rumos vislumbrados dentro dos anseios civilizatórios para com estes jogarem. Não à toa, pelos sujeitos então localizados alguns são, ao mesmo tempo, mestre de música na Marinha durante a segunda metade do século XIX e início do século XX, e atuando em grupos que realizam gravações na nascente indústria fonográfica com gêneros populares, como polca, valsa, *scholtish*, a exemplo do também compositor Manoel Malaquias da Silva em sua Banda do Malaquias, gravando a sua *Queixume ao Luar*, cujo nome aparece no Almanaque do Ministério da Marinha de 1900 publicado em 1901, como mestre de música da Banda da Escola de Aprendizes da Capital Federal (Rio de Janeiro) (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1901, p. 95). Manoel Malaquias foi um dos sujeitos dessa era inicial da indústria fonográfica no Brasil, cujo estudo desenvolvido por David Pereira de Souza (2009) traz as informações acerca da Banda do Malaquias, liderada pelo próprio mestre, e suas participações nas gravações de discos da década de 1910.

Embora seja um exemplo – que julgo ser um de muitos -, o trânsito por ele realizado abre-lhe uma seara de oportunidades. Pensar nesses fluxos é, pois, pensar no próprio gênero música militar e no fenômeno das bandas que surge em um momento de transição entre a caserna, a rua e (por que não?) a indústria fonográfica. Mais uma vez, tais reflexões nesses termos têm amparo no que tem sido desenvolvido no movimento intelectual denominado Nova Musicologia, especificamente por estudiosos que têm pensado sobre a existência dessas bandas espalhadas mundo afora, como Suzel Ana Reily e Katherine Brucher em *Brass Bands of the world: militarism, colonial legacies, and local music making* (2013). E refletir sobre ele, permite também pensar

nos intercâmbios entre culturas e grupos sociais – no embricamento entre a sociedade civil e a sociedade militar.

## FONTES

### Fontes primárias:

#### Notícias de periódicos:

ARTES E ARTISTAS, *O Paiz*, Rio de Janeiro-RJ, 5 de fevereiro de 1897, p. 2. Disponível em <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> . Acesso em 5 de mai. 2019.

COMUNICADOS. *Diário do Rio de Janeiro*, 2 de abril de 1854, nº 91, p. 2 Disponível em <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em 12 de ago. 2018.

DECLARAÇÕES. *Diário do Rio de Janeiro*. 1º de fev. 1843, nº 25. p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>> 12 de ago. 2018.

DO PANORAMA. Da música como instrumento de civilização. *O Novo Tempo*. 31 de outubro de 1844, nº 68, pp. 1-3. Disponível em <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em 12 de ago. 2018.

## Documentos administrativos, normas e legislação

### Almanaque

COLEÇÃO DAS DECISÕES DO IMPÉRIO, **Aviso de 16 de setembro de 1857**. p. 263-266. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1857. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/doimperio/colecao6.html>

MINISTÉRIO DA MARINHA, **Almanaque do Ministério da Marinha 1900**, Rio de Janeiro: Typ da Papelaria Jeronymo Silva, 1901. Arquivo da Marinha, Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha

**Regimento Provisional, para o Serviço, e Disciplina das Esquadras, e Navios da Armada Real, que por Ordem de Sua Majestade deve servir de Regulamento aos Commandantes das Esquadras, e Navios da Mesma Senhora**. Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo, Impressor do Conselho do Almirantado, 1796. Disponível em: < <http://archive.org/details/regimentoprovisi00port> >, p. 68

## REFERÊNCIAS

BINDER, Fernando Pereira. **Bandas Militares no Brasil**: difusão e organização entre 1808-1889. Vols.I e II. Dissertação de Mestrado em Música. UNESP. São Paulo: 2006.

BARRETO NETO, Raul Coelho. **Marujos de primeira viagem**: os aprendizes-marinheiros da Bahia (1910-1945). Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia, 2009.

CARVALHO, Vinícius Mariano de. **A música militar na Guerra da Tríplice Aliança**: notas documentais e manuscritos revelados. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: as artes do fazer. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

DINIZ, André. **O Rio musical de Anacleto de Medeiros**: a vida, a obra e o tempo de um mestre do choro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

.DUARTE, Paulo de Queiroz. **Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai**. O Imperador, os Chefes Militares, a Mobilização e o Quadro Militar da Época. Vol.1. Rio de Janeiro: BibliEx. 1981.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Tradução Ruy Jungman; v.1 -2.ed.-Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 37. ed. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

MARTINS GONÇALVES, Inez Beatriz de Castro. **Banda de Música da Força Policial Militar do Ceará** : uma história social de práticas e identidades musicais (c.1850-1930). Tese apresentada ao Curso de Doutorado em História Social da Cultura do Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais em cotutela com o Curso de Doutorado em Ciências Musicais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Musicais Históricas da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2017.

MONELLE, Raymond,. **The musical topic** : hunt, military and pastoral. Bloomington – EUA: Indiana University Press, 2006.

PAVÃO, Eduardo Nunes A. O Asylo de Meninos Desvalidos (1875-1894): Uma instituição disciplinar de assistência à infância desamparada na Corte Imperial. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social. UFRN, Natal-RN. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364660408\\_ARQUIVO\\_Infanciadesvalida.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364660408_ARQUIVO_Infanciadesvalida.pdf)

REILY, Suzel Ana; BRUCHER; Katherine. **Brass Bands of the world: militarism**, colonial legacies, and local music making. England: Ashgate Publishing Limited, 2013.

MAINENTE. Renato A. **Música e Civilização**: a atividade musical no Rio de Janeiro oitocentista (1808-1863). São Paulo: Alameda, 2014

SILVA, Rozenilda Maria de Castro **Companhia de aprendizes-marinheiros do Piauí (1874 a 1915)**: história de uma instituição educativa. Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Federal do Piauí – UFPI, 2005.

SILVA, Wandoberto Francisco da. **Guerreiros do mar**: recrutamento e resistência de crianças em Pernambuco (1857-1870). Dissertação de Mestrado em História Social da Cultura Regional – Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Departamento de História, Recife, 2013

SANTOS, Wagner Luís Bueno dos. **A criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros no processo de construção do Estado Nacional brasileiro**: formação militar, educação e civilização no Brasil Imperial Dissertação (Mestrado) – UFRJ / IH / Programa de Pós-Graduação em História Social, 2016.

SOUZA, David Pereira de. **As gravações históricas da Banda do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro (1902-1927)** : valsas, polcas e dobrados. Tese (Doutorado em Música): Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009 .

## JORNAL CORREIO DE SÃO FÉLIX: ENTRE FATOS E NARRATIVAS DE UMA CIDADE

*Data de aceite: 28/01/2020*

**José Alberto Nascimento de Jesus**

SEC/BA

e-mail: albertohist@yahoo.com.br

**RESUMO:** A proposição do presente artigo se justifica pela importância que exerceu a cidade de São Félix, na economia baiana, do século XIX até meados do século XX. Por sua posição geográfica favorável e estratégica, situada às margens do rio Paraguaçu, atracadouro para o deslocamento de pessoas e mercadores, entre o litoral do Recôncavo baiano e a regiões oeste da Bahia. Graças aos, até então, meios tradicionais de transporte, de embarcações, via fluvial, e o trem, na via terrestre. Por meio da investigação no Jornal Correio de São Félix foi possível encontrar inúmeras matérias referentes à cidade. A ideia aqui é trazer à discussão o tema cidade, e fazer a problematização das narrativas publicadas no Jornal Correio de São Félix. Estaria o referido Jornal servido como veículo de autopromoção pública, estratégia para a manutenção e consolidação de carreira política local, frente aos potenciais leitores/eleitores? De acordo com Maurício Dantielly Calonga (2012), o discurso da imprensa e sua linguagem não se restringiam apenas a um conjunto de vocabulários. [...] Expressa-

se, portanto, através dos jornais, as forças políticas dos grupos que compõe a sociedade. A historiadora Tânia Regina de Luca (2006) acrescenta que jornais, revistas, rádio e televisão são empresas que não se limitam a apresentar o que aconteceu, mas buscam selecionar, ordenar, estruturar e narrar, de uma determinada forma, aquilo que elegem como fato digno de chegar até o público.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jornal – Narrativa – Cidade.

### INTRODUÇÃO

A cidade de São Félix localiza-se no Recôncavo Baiano, vizinha à cidade de Cachoeira, tendo o rio Paraguaçu como marco divisório. Esse rio recebe afluente das águas nascentes da Chapada Diamantina, localizado no centro oeste da Bahia. O nome Chapada Diamantina é devido ao garimpo que se desenvolveu naquela região, no século XIX. Além do garimpo, a região da Chapada já desenvolvia uma economia agropecuária em grandes fazendas, formando, assim, conglomerados urbanos.

Para Kátia de Queirós Mattoso, a construção da ponte entre Cachoeira e São Félix, inaugurada em 1885, colocou Feira de

Santana diretamente em contato com o Centro-Oeste da Província, “especialmente com a região da Chapada Diamantina, que tinha ligação ferroviária com Cachoeira” (MATTOSO, 1992, p. 93).

O transporte de produtos do interior para o litoral, que tradicionalmente vinha sendo feito em montaria de lombos de animais – muares, cavalos –, passa a ter a companhia do transporte sobre os trilhos – o trem, a partir do final do século XIX. O trem fazia o percurso terrestre até as cidades portuárias – Cachoeira/São Félix, devido evidentemente à logística operacional do transporte fluvial – barcos à vela, navio a vapor, saveiros – que complementava o trajeto de mercadorias e pessoas, do interior para a capital baiana.

Nesse interim, a cidade de São Félix constituía-se num desse entroncamento viário que se refletiu no dinamismo de sua economia local durante a primeira metade do século XX. Havia diversas fábricas de charutos e cigarrilhas, fábricas de caramelos, gelo, velas, sabão, contando ainda da instalação de centros recreativos e agremiações musicais e desportivas. Sendo a filarmônica um dos elementos mais significativos da expressão cultural, na qual os sujeitos interagiam e socializavam.

Até meados do século XX, havia ainda na cidade de São Félix um significativo serviço portuário, refletindo-se na forte atuação dos trabalhadores do porto em associação sindical, como a dos estivadores. Categoria operária que operava um serviço estratégico na dinâmica da economia local e, que, portanto, requeria uma mediação nas greves por parte das autoridades locais.

A particularidade da economia dessa área do Recôncavo Baiano remonta a meados do século XIX, quando diversos armazéns e manufaturas de charutos são instalados na cidade de São Félix. Nesse período, outras cidades e freguesias do Recôncavo tem na cultura agrícola do fumo a base da economia local: despontaram no fomento econômico: Cachoeira, Castro Alves, Cruz das Almas, Maragogipe, São Félix, Sapeaçu. Sendo, portanto, elemento de fixação populacional na região.

Alguns autores apontam que, tradicionalmente, a fabricação de charutos na Bahia é feita por mulheres<sup>1</sup>. A exemplo de Elizabete Rodrigues da Silva (2011) em seu estudo sobre a presença da mulher como operárias fumageira no Recôncavo Baiano. A autora analisa as nuances da rotina de trabalho de inúmeras mulheres, que tem nessa atividade o único meio de subsistência familiar.

Conforme informa a historiadora Elizabete Rodrigues da Silva “em 1892, já havia doze fábricas em todo o Estado, sendo que apenas quatro na capital, duas em Maragogipe e seis em São Félix” (SILVA, 2007, p. 2). A historiadora ainda pontua que a Dannemann e a Suerdieck eram as maiores empresas desse ramo, tendo procedência alemã, testemunho de um processo de imigração europeia que também

1 <http://www.webartigos.com/artigos/a-cultura-fumageira-no-reconcavo-baiano-e-seu-legado-cultural-e-economico-nesta-regiao/67945/#ixzz35yKFHUzQ>

ocorreu na Bahia.

Para o historiador Walter Fraga Filho, as cidades de “São Félix e Cachoeira eram centros urbanos que atraíam população devido às atividades portuárias, comerciais e, principalmente, à concentração de indústrias fumageiras” (FRAGA FILHO, 2006: 329). O autor ainda informa que a condição de entreposto comercial fortaleceu-se com a construção das estradas de ferro no final do século XIX, atraindo libertos e escravos fugidos para as obras.

A instalação da ferrovia no Recôncavo baiano atraiu um contingente significativo de trabalhadores no quadro da população economicamente ativa da região. Estando ela intimamente relacionada ao aproveitamento de mão-de-obra oriunda da então decadente agroindústria açucareira. Isso significou também uma nova forma de relações sociais de trabalho que se consolidaria na primeira metade do século XX.

“Vamos perceber que a grande massa de operariado estava concentrada nas oficinas, e que era composta por trabalhadores das usinas de cana-de-açúcar, já na segunda metade do século XIX, na forma de serviço temporário. Durante a entre safra da cana, os artífices das usinas de açúcar vieram a se constituir na mão-de-obra especializada que passa a ser mecânicos, montadores, carpinteiros, ferreiros, fresadores e caldeireiros. O que pode ter resultado em economia com treinamento de mão-de-obra para as companhias de trem de propriedade inicial dos ingleses, aqui no Recôncavo Baiano.” (NASCIMENTO, 1988 p 18)

Nessa abordagem Nascimento (1988) pontua a qualificação dos operários egressos das usinas de cana-de-açúcar na consecução do quadro de pessoal da rede ferroviária local. Aspecto conveniente à administração da empresa férrea, pela minimização dos custos em treinamento de pessoal bastante reduzido. Levando-se em conta que a empresa de transporte terrestre visava à obtenção do lucro, com a exploração desse tipo de serviço.

Haja vista que não havia gratuidade no transporte de massa, requerendo por parte do passageiro a compra do ingresso, antecipadamente, nos guichês de venda. O trem ainda transportava mercadorias, matérias-primas, lenhas, gado. Sendo cada trem ou vagão especializado destinado para essa ou aquela finalidade de transporte.

A montagem das tabelas possibilita visualizar com melhor amplitude o histórico populacional da cidade de São de Félix, dando uma dimensão generalizada das atividades ocupacionais, do domicílio e dos relacionamentos afetivos, mediante a consecução dos casamentos. Esses dados foram obtidos através de análise fontes cartoriais no Fórum da cidade e o censo demográfico do IBGE. Nesse primeiro momento, formou-se o seguinte quadro sobre a quantidade estimada de habitantes na urbe de São Félix, na tabela seguinte:

Ano	Habitantes
1872	35.086
1892	47.234
1920	12.723
1940	14.851
1950	14.801
1960	14.563
1970	13.267
1980	15.243
1991	12.192
1996	13.185
2000	13.699

Tabela 2: Histórico Populacional de São Félix e Distrito.

Fonte: Escritório do IBGE, na cidade de Cachoeira - Ba.

É nesse contexto que se encontra o *Jornal Correio de São Félix*<sup>1</sup> que, também, representava o principal veículo de comunicação impresso e semanário, na cidade de São Félix, de meados da década de 1930 até os anos 1970. Nesse periódico há registros sobre diferentes eventos que iam ocorrendo na cidade, tanto no que diz respeito às manifestações de cultura, passando pelas narrativas do cotidiano da economia local, e, obviamente, os enredos envolvendo trama na política.

Em um primeiro momento pode parecer ao leitor que o *Jornal Correio de São Félix* atuava como uma espécie de “reserva moral” do patrimônio público e as questões ligadas ao direito do trabalhador. O Periódico buscava focar no discurso, no que se pode chamar de politicamente correto, fazendo reflexões sobre aspectos da política nacional e local. Na década de 1940, o periódico acima trazia o lema ‘*Política, Arte, Desporto e Informação*’, em meio a uma atmosfera na qual o jornal impresso se coloca como veículo e “porta-voz” da almejada modernidade.

Em meados dos anos 1940, o *Jornal Correio de São Félix* passa a ser dirigido pelo redator-chefe, Luiz Gonzaga Dias, que além de escrever artigos e notas nesse Periódico, também se destacou como poeta. Os versos de suas poesias eram presenças constantes entre as páginas do Periódico. No trecho abaixo, Luís Gonzaga Dias traz uma reflexão intitulada ‘A Última do Ano Velho’, lamentando os prejuízos materiais advindos das inundações nas ruas da cidade, em função da enchente com as águas do rio Paraguaçu.

Luiz Gonzaga Dias acrescenta que as inundações atingem as áreas mais baixas das ‘cidades-irmãs’, referência à cidade de São Félix e Cachoeira, ambas situadas no entorno do referido rio. Destaque para o grande volume de água que

desceu do 'sertão', numa referência as nascentes do rio Paraguaçu, situadas na Chapada Diamantina.

O Paraguaçu subiu o cais, invadindo os pontos mais baixos das cidades-irmãs, prometendo como entrada de ano novo, o desolado efeito das suas depredações sobre a população da zona.

O empecilho da cheia envolto no manto da ansiedade e do pânico, pairou famélico com as garras ameaçadoras, sobre as vias de comunicação com a lavoura, o comércio e as residências, causando prejuízos que poderiam ser evitados.

O susto foi tremendo em vista dos boatos e notícias de maior volume de águas descendo do sertão. Não foi maior porque o povo não aceitou baseado em longa experiência que a 'água do monte' viesse mesmo em dezembro.

Enfim, poderia ser pior... (DIAS, Luís Gonzaga. A Última do Ano Velho. CORREIO DE SÃO FÉLIX, São Félix, nº 31, 31.12.1944)

Em meio a uma nota e outra, artigos, contos, propaganda e publicidade, havia denúncias sobre diversas problemáticas vivenciadas na cidade de São Félix. Desde problemas relacionados aos alagamentos das ruas quando das enchentes do rio Paraguaçu, assim como, da carência de moradias habitacionais para os operários, até denúncias de obstrução viária por serviços não acabado pela Rede Férrea. À frente do Jornal, Luiz Gonzaga fazia recorrentes denúncias, lamentando a precariedade do serviço de transporte à disposição na cidade de São Félix.

Contextualizando o processo histórico, acredita-se que o processo de sucateamento da malha ferroviária no Brasil, em meados do século XX, deveu-se a política econômica do governo federal, que passou a incentivar a indústria automotiva e, conseqüentemente, a construção de rodovias pelo país.

Fato determinante, inclusive, na transferência de parte da logística – oficinas – da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, de São Félix para as cidades de Alagoinhas e Salvador, no final da década de 1940. Evento esse também noticiado pelo jornal local.

De acordo com Maurilio Dantielly Calonga (2012), o discurso da imprensa e sua linguagem não se restringiam apenas a um conjunto de vocabulários, mas antes, seriam capazes de desvelar o nível básico das relações sociais. Expressam-se, portanto, através dos jornais, as forças políticas dos grupos que compõe a sociedade.

De acordo com CALONGA (2012), os jornais buscam atrair o público e conquistar seus corações e mentes. E desse modo, os jornais estariam mesclando os interesses políticos e de lucro. Assim, De Luca e Martins (2006) que jornais, revistas, rádio e televisões são empresas que não se limitam a apresentar o que aconteceu, mas buscam selecionar, ordenar, estruturar e narrar, de uma determinada forma, aquilo que elegem como fato digno de chegar até o público.

Isso transparece ao longo das narrativas construídas no *Jornal Correio de São Félix*, no que diz respeito à deficiência no sistema de transporte local, buscava



evidenciar a omissão da administração da Empresa Férrea. Conforme registro desse mesmo Jornal, na edição de nº 774.

Percebe-se, portanto, intensas críticas das quais se valiam Luiz Gonzaga para obter alguma projeção e notoriedade ao refletir sobre o panorama das ações e atitudes envolvendo segmentos representativos da política nacional e local.

Não há Meio Termo

Lenta, mas progressiva, a política nacional remodela-se sob a influência do espírito europeu, civilizar-se, cria novo aspecto inédito entre nós. Já outro dia, vimos confraternizados, num almoço oficial, os dois competidores eleitorais para a próxima campanha presidencial, o general Eurico Dutra e o brigadeiro Eduardo Gomes.

Na cidade de Salvador, figuras destacadas como Juraci Magalhães, Negreiros Falcão e Agildo Barata, brigadistas, majoristas e comunistas, almoçaram juntos, numa demonstração inequívoca de cavalheirismo, demonstrando que amizades pessoais e relações sociais não se rompem ao embate das ideias partidárias da política.

[...]

É um novo aspecto no cenário nacional dos políticos tendente a melhorar a mentalidade estacionária dos seus representantes pelo interior, onde militar em situação oposta é ser inimigo estranhado e figadal passível de hostilidade e rancores mal sopitadas.

Se todas as formas de partidos ostentam a bandeira sagrada do civismo na intenção de exaltar a Pátria, deve haver respeito e deferência entre as hostes defrontadas na arena da eleição como representantes da cavalaria antiga e não como inimigos acérrimos e desleais na luta pela conquista de posições e vantagens outras que apaziguem ambições rasteiras. ((DIAS, Luís Gonzaga. A Última do Ano Velho. CORREIO DE SÃO FÉLIX, São Félix, nº 537, 22/set./1945)

Nesse discurso, o jornalista toma partido ao se posicionar tecendo críticas, adjetivando outros sujeitos sociais como “despersonalizadas”, configurando a parcialidade do discurso. Havendo, portanto, um ambiente de tensão entre o que veicula na imprensa e a repercussão que se estabelece da notícia. Em seguida, o jornalista coloca a imprensa numa atribuição pedagógica, ao pontuar, que nos grandes centros, “a missão do jornalista é orientar, cooperar no bem estar coletivo, apontando falhas, noticiando fatos, imparcial, [...] visando um Brasil mais forte pela depuração e expurgos de velhos costumes enraizados nas pequenas cidades.”

Observa-se o uso da palavra “imparcial”, em defesa desse veículo de comunicação de pretensa neutralidade na abordagem dos fatos. A análise tem um cunho defensivo, revelando existir posições ideológicas divergentes nas relações sociais locais. Os argumentos usados por Luiz Gonzaga Dias são deferências usadas por ele, sobretudo, em suas poesias, em seus artigos ou crônicas, para se projetar como figura pública junto ao leitor, através de atos que contemplem uma autopromoção.

As intenções políticas aparecem mais claramente na campanha eleitoral para as eleições municipais de 1950, quando se verifica nas páginas do Jornal Correio de

São Félix a propagandas dos candidatos, inclusive, as de Luís Gonzaga Dias.

Luiz Gonzaga Dias ocupou a cadeira na bancada da legislatura municipal da Câmara de Vereadores de São Félix. Filiado junto à legenda partidária da União Democrática Nacional – UDN.

Período	Função
1951 a 1955	Vereador
1955 a 1959	Vereador
1959 a 1963	Vereador
1963 a 1967	Vereador
1967 a 1971	Presid. da Câmara de Vereadores.
1971	Prefeito Substituto
1971 a 1973	Presid. da Câmara de Vereadores.
1973 a 1977	Vereador

Tabela 01: Trajetória de vereança de Luiz Gonzaga Dias.

Fonte: Efeméride Sanfelixta – Acervo do APMSF.

Registros em atas de sessões da Câmara de Vereadores dão conta do posicionamento do vereador Luiz Gonzaga Dias, em propor que se fizessem ações na administração pública, no sentido de amenizar os problemas da crise da economia local. Luiz Gonzaga buscava expressar a preocupação com o desemprego, com a falta de espaço para moradia e, principalmente, o “desmonte da cidade”, nos anos de 1950.

O processo de desmonte da cidade é preocupação contida na narrativa da imprensa local, conforme registro de recorrentes descarrilhamento de vagões e/ou locomotivas, atropelamento de pedestres e animais, acidentes com operários da ferrovia. No Jornal Correio de São Félix, por exemplo, são recorrentes as notas de denúncias quanto a situação de descaso dos trens, atribuídos aos chefes da Rede Ferroviária Federal Leste Brasileiro.

Sobre esse aspecto, aparece uma nota no Jornal Correio de São Félix, dando conta de informar sobre os transtornos provocados pelos trens da Leste nas vias urbanas da cidade, com o sugestivo título: “Novo desastre na leste Brasileiro”. Publicado no dia 22 de abril de 1950.

Novo desastre na Viação Férrea Federal Leste Brasileiro acaba de acontecer na terça-feira desta semana, felizmente sem o balanço trágico de perdas de vida humana, o que poderia ter acontecido em vista do estado em que ficou a composição constante de três carros e uma locomotiva, que teve o tender quase destruído, um carro cheio de saco de feijão, virado e arrebetado, além de outros dois fora de linha.

A locomotiva sinistra pertencia ao serviço de construção e vinha para reparos, o que demonstra não estava em condições de puxar comboio de carga, principalmente

levando-se em conta o seu tamanho.<sup>2</sup>

A informação trazida pelo Jornal descreve o fato, mas também se apresenta junto ao leitor como sendo uma nota investigativa, apontando as consequências dos fatos. E nesse sentido, o editorial do jornal do toma uma posição. Resta saber quais interesses motivavam essa ou aquela tomada de posição?

Ainda na mesma edição do Jornal aparece foram acrescentados outros detalhes envolvendo uma composição do trem que teria se deslocado sozinho, provocando pavor, danos materiais e acidentes:

Os maquinistas, foguista e guarda-freios, sentindo-se impotentes para controlar o comboio em disparada, lançaram-se fora do mesmo, vindo a colidir<sup>11</sup>. E a composição, doida e ameaçadora, parou na estação depois de saltar dos trilhos, cortar um poste do telégrafo e virar boa parte.<sup>3</sup> A ocorrência teve lugar às 13:30 h aproximadamente, saindo o maquinista Joel Bispo com a perna direita fraturada. (JORNAL CORREIO DE SÃO FÉLIX, 22 de abril de 1950, nº: 774, ano XVI.)



Imagem de um descarrilamento de trem de cargas, em São Félix

O Jornal impresso constituía-se como necessidade de afirmação de um veículo de comunicação, ora como mecanismo de atração de novos leitores, ora por necessidade de atrair os patrocinadores mediante a concessão de espaço nas páginas do Jornal as propagandas de produtos e serviços diversos. Essa evidência

2 JORNAL CORREIO DE SÃO FÉLIX, 22 de abril de 1950, nº: 774, ano XVI.

3 Op. Cit.

aparece seguinte no título apelativo, do Jornal O Paládio: “Façamos de cada jornal uma escola”. Em outra edição do mesmo Jornal outro título sugestivo: “O que vale um jornal”.

Luiz Gonzaga Dias que, além de jornalista, era poeta na cidade de São Félix, construía laços de articulação e sociabilidade local, indispensáveis na constituição de figura pública. Uma delas era a sua presença na Associação Atlética de São Félix e no clube esportivo Ferroviário Atlético Clube, compostos, em grande parte, por ferroviários.

A busca de referência em diferentes esferas da vida social corresponde a perspectiva de análise histórico mais profunda, que passa necessariamente pelo contexto do ‘lugar’ do objeto. Na observação Michel de Certeau (2006), tratar com seriedade o lugar é a condição para que alguma coisa possa ser dita com propriedade e realismo. O autor ainda acrescenta que no processo da construção do conhecimento histórico “a articulação da história com um lugar é a condição de uma análise da sociedade” (CERTEAU, 2006, 77).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caráter de cidade portuária colocou a cidade de São Félix como polo urbano, assim como, estratégico espaço para escoamento de mercadorias entre o interior e o litoral do Recôncavo baiano, deslocamento de pessoas e a rápida comunicação. Daí a cidade de São Félix ter sido pensada para integrar as aspirações de modernidade, ainda na segunda metade do século XIX.

O governo busca atrair investimentos privados para a região, no sentido da implantação de ferrovia, e a instalação de fábrica, em particular as de charutos, provenientes de capital estrangeiro. Esses traços da modernidade se refletiu no comércio local e no quadro de operários, permanecendo até meados do século XX, quando tem início um quadro de retração econômica da cidade.

Acredita-se que fatores como ações de políticas econômicas do governo federal tenham contribuído, na medida em que se priorizou investimentos na construção de rodovias, deixando o sistema de transporte ferroviário e fluvial, em segundo plano. Diante desse cenário local, a imprensa local buscou construir uma narrativa no sentido atrair o público leitor, como também, serviu como veículo de campanha eleitoral de Luiz Gonzaga Dias. Que obteve sucessivos mandatos eleitorais, ao longo 30 anos em que o Jornal Correio de São Félix esteve sob sua tutela.

## REFERÊNCIA

1. BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. – São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

2. CALONGA, Maurilio Dantielly. **O jornal e suas representações**: objeto ou fonte da história? (Trabalho apresentado no 1º Encontro de História da Mídia, 31/10 a 01/11/2012, Unigran/Dourados/MS).
3. CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
4. FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhada da liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.
5. MATTOSO, Kátia de Queirós. **Família e sociedade na Bahia do século XIX**. São Paulo: Editora Curupio, 1988.
6. LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
7. SILVA, Elizabete Rodrigues da. **As mulheres no trabalho e o trabalho das mulheres**: um estudo sobre as mulheres fumageiras do Recôncavo baiano / Elizabete Rodrigues da Silva . – Salvador, 2011.

---

111 Periódico semanal, fundado em 29 de abril de 1934, sob a direção de Antônio Antydio Luiz. O, então, proprietário. Quando em 20 de agosto de 1944, assume como diretor e proprietário o poeta e cronista, Luiz Gonzaga Dias.

## “PEQUENOS EXÉRCITOS ESTADUAIS” NA PRIMEIRA REPÚBLICA: O CASO DA FORÇA PÚBLICA DE PERNAMBUCO NA HISTORIOGRAFIA

Data de aceite: 28/01/2020

### Sandoval José dos Santos

Graduado em História/UFRPE  
sandovalsantos1844@gmail.com

**RESUMO:** Com a proclamação da República em 1889, os estados federados do Brasil reorganizaram, entre outras coisas, sua força pública policial e, segundo alguns teóricos, “verdadeiros exércitos estaduais” surgiram como conseqüência dessa reorganização nas primeiras décadas do regime republicano. É do próprio presidente de São Paulo, Albuquerque Lins, a designação de “pequeno exército” para a força policial paulista em 1909. O título de *pequeno exército* parece ter sido aplicado também às polícias de outros estados. Como Pernambuco chegou ao novo regime como um estado em decadência (relativamente ao período anterior), testemunhando um federalismo regional que pendia para alguns estados mais fortes economicamente; e assim como muitos outros estados, também temia o risco de intervenção federal, tudo isso pode ter se refletido na força policial pernambucana. A presente comunicação procura mostrar como se deu a construção do conceito “pequeno exército estadual” na historiografia brasileira, o que estava por trás da militarização da força

policial, e como a força pública de Pernambuco foi retratada dentro desse contexto, se como pequeno exército ou como polícia no sentido convencional moderno. Essa comunicação limita-se majoritariamente à revisão bibliográfica. **PALAVRAS-CHAVE:** força pública; militarização; exercito estadual.

### A TESE DOS PEQUENOS EXÉRCITOS ESTADUAIS

A tese de “pequenos exércitos estaduais” na Primeira República ganhou notoriedade nas pesquisas sobre as polícias. Muito antes do presidente do estado de São Paulo, Albuquerque Lins, chamar a policia militar desse estado de “pequeno exército” em 1909 (FERNANDES, 2006, p. 273), outras pessoas já tinham percebido o carátere bélico de algumas polícias. Com o título de “Estados autônomos”, o jurista e político Rui Barbosa dissertou sobre a situação de alguns estados que possuíam polícias militares bem aparelhadas. No periódico *A Imprensa*, de 25 de novembro de 1898, ele escreveu que certos “governos estaduais têm formado a sua polícia nos moldes da tropa de linha, das forças da União, como se contra estas se aparelhassem, para contra elas defender o território dos estados,

como se defende o da nação contra o inimigo.” (TORRES, 2017, p. 217)<sup>1</sup>.

O imaginário sobre os exércitos estaduais também é perceptível nos escritos de Gilberto Freyre e de outras pessoas<sup>2</sup>, é o que afirma o mesmo Oliveira Torres:

E, segundo depoimento pessoal do Sr. Gilberto Freyre, que poderia ser confirmado com muitos artigos de jornais e discursos políticos, as polícias militarizadas destinavam-se a garantir os “direitos dos estados”. Contra quem garantiriam elas semelhantes direitos? O resultado dessa situação é o fato singular de possuir, então, o Brasil, um Exército Nacional e duas dezenas de exércitos estaduais... (TORRES, 2017, p. 220).

Acredita-se que polícias como pequenos exércitos parecem ter surgido num contexto de tensão entre União e estados federados após a proclamação da república em 1889. Segundo Edgar Carone, a Constituição de 1891 dá completa liberdade aos Estados, e estes reorganizam suas forças armadas para garantir autonomia estadual (CARONE, 1978, p. 252). Para Murilo de Carvalho, a construção de pequenos exércitos como garantia de autonomia dos estados aconteceu logo após a proclamação da República (CARVALHO, 2006, p. 251). Essa tese defendida por Edgar Carone e Cia., de polícia militarizada como garantia de autonomia estadual<sup>3</sup> parece ser a mais aceita entre os estudiosos da polícia<sup>4</sup>, mesmo sendo delicado associar a militarização das polícias com defesa de autonomia estadual. Mas também não podemos considerar o Exército e o poder Executivo da União como sendo plenos aliados. O período da República da Espada (1889-1894), em que dois generais foram presidentes sucessivos, marcando sua política com bastantes intervenções nos estados, deve ter causado receio dessa instituição nos presidentes civis posteriores.

## OS ESTADOS QUE POSSUÍAM “PEQUENOS EXÉRCITOS” NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)

O primeiro decreto do Governo Provisório da República autorizou as antigas províncias, agora estados federados, a criarem Guardas Cívicas para o policiamento dos seus territórios<sup>5</sup>. Mas na prática o que houve foi uma militarização. Embora a

1 O fato acima narrado sobre a percepção de Rui Barbosa relativo às polícias militares no fim do século XIX foi lembrado por João Camilo de Oliveira Torres, num livro de 196, antes mesmo de Dalmo de Abreu Dallari escrever um livro com o título “O pequeno exército paulista” (DALLARI, 1977), e antes também de Heloísa Rodrigues Fernandes escrever, na década de 1970, um artigo intitulado “A força pública do estado de São Paulo” para a coleção HGCB.

2 Entre os críticos da época de Freyre, estava o teórico do direito, Pontes de Miranda, que também criticou o militarismo das polícias militares, e no seus comentários à Constituição de 1946, chamou essas polícias de “exércitos estaduais”. (MIRANDA, 1946, p. 270).

3 Um título bastante sugestivo apareceu numa dissertação de mestrado em Ciência Política: **Forças públicas**: instrumento de defesa da autonomia estadual e de sustentação da política dos governadores na Primeira República (1889-1930).

4 FERNANDES, 2006; CARVALHO, 2006; MEZZOMO, 2005; BICUDO, 2000; MOTTA, 2006; CLEMENTE, 2013.

5 Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889.

militarização houvesse acontecido com todas as polícias ostensivas dos estados no século XIX, segundo pesquisas de André Rosemberg (ROSEMBERG, 2011, p. 1), e a despeito da opinião de Oliveira Torres de achar que na Primeira República havia “um Exército Nacional e duas dezenas de exércitos estaduais”, sou da opinião de que a formação de um pequeno exército se deu apenas em alguns desses estados. Em fins do século XIX, o General Carlos Maria da Silva Teles protestou contra a ampliação desmesurada da polícia do Rio Grande do Sul (TORRES, 2017, p. 216). Sendo mais genérico e sem nomear estados, Fernando H. Cardoso comenta que as polícias militares que pareciam rivalizar com o Exército eram as do sul do Brasil (CARDOSO, 2006, p. 53). Já Rui Barbosa é mais específico, e seu testemunho é muito interessante, já que ele foi da época dos pequenos exércitos estaduais. Num artigo do periódico *A Imprensa*, já citado aqui, de 1898, ele nomeia os seguintes estados como possuindo polícias semelhantes a exércitos e prontas para enfrentar a União: São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande, Bahia, Pernambuco e Pará (TORRES, 2017, p. 217).

Uma breve análise da literatura sobre as polícias militares na Primeira República é suficiente para concluir o seguinte: 1. Minas Gerais, embora não citado no artigo de Rui Barbosa, aparece com freqüência nessa literatura sobre os estados que estavam protegidos da União por uma forte polícia; 2. As polícias que mais se destacaram nesse período foram as dos três estados mais fortes da *República Velha*, a saber: Rio Grande, São Paulo e Minas Gerais (FERNANDES, 2006, p. 267); e 3. Bahia e Pernambuco, a despeito da observação de Rui Barbosa, não aparecem na historiografia como possuindo um pequeno exército.

Mas, teria Rui Barbosa razão em falar de pequenos exércitos já em 1898? Começemos pela análise da polícia do Pará. Um dos nomes que estudam a polícia militar do estado do Pará do final do Império e início da República é o historiador William Gaia Farias. Falando do fortalecimento institucional pelo qual passou o Corpo de Polícia paraense no fim do século XIX, principalmente na gestão do militar e governador Lauro Sodré, Farias afirmou:

O afã de transformar a polícia em um Exército do estado do Pará ficou claro com a reorganização de 1894, quando a corporação adotou a estrutura mais especializada do século XIX, com a criação de postos militares e cargos civis importantes diante das demandas de seu tempo. (FARIAS, 2013, p. 221).

Nesse ano de 1894, o Corpo Militar de Polícia paraense, que em 1891 tinha sido transformado em Corpo Militar de Infantaria (pp. 222-23), agora passava a se denominar Regimento Militar do Estado do Pará, numa clara demonstração de que a polícia de fato estava se tornando um pequeno exército, não apenas por causa das nomenclaturas. A mudança foi em todos os aspectos, inclusive nas armas, pois



esse novo corpo policial passou a usar o moderno fuzil Mauser, quando o Exército Nacional ainda usava o Comblaim (p. 224). Acrescente-se a isso o fato de que o efetivo da polícia dobrou num curto período, entre 1894-1895 (pp. 213-4). Parece que Rui estava bem informado sobre o que acontecia nesse longínquo estado. No entanto, tendo como base apenas as pesquisas de William Farias, não é possível concluir se esse “exército” surgiu para enfrentar o inimigo externo (estados e União) ou o inimigo interno (oposição política e população em geral), ou apenas para disciplinar a tropa policial, que havia se envolvidas em várias revoltas e movimentos políticos<sup>6</sup>.

A polícia de São Paulo como pequeno exército não é novidade para ninguém que estuda esse aparato policial. E a atuação desse pequeno exército no início do período republicano foi um dos primeiros temas a ser estudado quando se iniciaram, na década de 1980, as pesquisas sobre polícia (BRETAS e ROSEMBER, 2013, p. 164), dando continuidade a uma literatura sobre o assunto iniciada poucos anos antes, com destaque para um capítulo da clássica coleção *História Geral da Civilização Brasileira* (HGCB) na década anterior<sup>7</sup>. Apesar da significativa literatura atual sobre a força pública paulista, fato que por si só torna desnecessário maiores comentários, a discussão sobre as peculiaridades dessa força pode ser muito elucidativa sobre os pequenos exércitos estaduais e a política nacional. Nessa literatura é possível ver a concordância dos autores sobre a existência de um pequeno exército paulista, mas não há consenso sobre os motivos que levaram a formação desse exército. Segundo observações de Heloísa Fernandes na *HGCB*, a força pública de São Paulo só veio a usar os termos “militar” e “Brigada” em seu nome a partir do período republicano (FERNANDES, 2006, p. 258). Com isso ela quer enfatizar o caráter dessa instituição com a mudança de regime político. Concordando com Fernandes, o especialista nessa temática, André Rosemberg, coloca o marco da militarização da polícia ostensiva paulista como sendo o ano 1892, quando algumas leis deram uma forma militar a essa instituição, na funcionalidade e no ethos. Nesse mesmo ano, essa força foi dividida em seis batalhões, regimento de cavalaria e infantaria (ROSEMBER, 2012, pp. 337-8). O comportamento militar por excelência, abandonando o policiamento e se concentrando em guerra, aconteceu, segundo Rosemberg, em 1894, quando em apoio ao governo federal, com o qual havia feito acordo um ano antes, o governo paulista manda suas tropas para enfrentar os federalistas e a revolta de Custódio

---

6 A primeira possibilidade está mais longe, pois nessa época, o estado do Pará não vinha sofrendo nenhuma ameaça à autonomia estadual. As outras duas possibilidades são bem razoáveis, dado o contexto político do momento e o processo civilizacional pelo qual estava passando muitas capitais e grandes cidades do Brasil.

7 A coleção *História Geral da Civilização Brasileira* foi publicada pela Difusão Europeia do Livro entre 1960 e 1984. Dividida em 11 volumes reorganizados em três tomos, o Tomo I (A Época Colonial) e Tomo II (O Brasil Monárquico) foram publicados sob a direção de Sergio Buarque de Holanda entre 1960-1972, e o Tomo III (O Brasil Republicano) sob a coordenação de Boris Fausto entre 1975-1984. Ver. VENÂNCIO, Giselle Martins; FURTADO, André Carlos. 2013. No volume 9 do Tomo III, há um artigo de Heloísa Rodrigues Fernandes intitulado “A Força Pública do Estado de São Paulo”.

de Mello (2012, p. 339). Mas como se ver, temos aqui uma atividade pontual, e não um exercício do militarismo bélico. No entanto, acreditando que o Exército era visto como uma ameaça pela burguesia, Fernandes defende a tese de que a militarização da força policial após os civis assumirem a presidência em 1894 é, na verdade, um fortalecimento do braço armado da burguesia (2006, p. 267)<sup>8</sup>. O marco da profissionalização da força paulista se deu a partir de 1906 (FERNANDES, 2006, p. 271), quando o governo de São Paulo, na gestão de Jorge Tibiriçá, contrata uma missão francesa para treinar a polícia de São Paulo “nos moldes de um exército moderno” (ROSEMBERG, 2011, p. 6), assumindo assim, nas palavras de Dalmo de Abreu Dallari, “características de um verdadeiro exército” (DALLARI, 1977, p. 42); e de fato foi chamado de “pequeno exército” em um documento oficial, pelo presidente do estado de São Paulo, Albuquerque Lins<sup>9</sup>. Houve treinamento para proteger as fronteiras do estado contra uma possível intervenção federal (FERNANDES, 2006, p. 273). Anos depois foi criada uma força aérea paulista, fazendo com que a fama desse pequeno exército chegasse até ao exterior<sup>10</sup>.

Segundo o sociólogo José Eduardo Azevedo, a intenção de São Paulo de ter uma polícia forte para respaldar seu desejo de hegemonia econômica aparece mais de uma década antes de 1906, relatada numa carta do então senador Campos Sales ao governador de São Paulo, Bernardino de Campos, em 1892. Para Azevedo, é na construção de “um exército regional” que São Paulo consolida seu poder na federação (AZEVEDO, 2010, p. 15). Diferentemente da militarização da década de 1890, a militarização da força pública paulista nas primeiras décadas do século XX provoca diversas críticas, pois parece querer enfrentar a União<sup>11</sup>.

Sobre a polícia do Rio de Janeiro, não é possível comprovar o que Rui Barbosa afirmou sobre esse estado possuir um pequeno exército em 1898. Mas no que se refere a cidade do Rio, então Distrito Federal, a tese parece fazer sentido. A reorganização do antigo Corpo de Guardas do DF da época do Império começa com o advento da República. Segundo decretos presidenciais, esse aparato em 1889 passa a se chamar *Corpo Militar de Polícia do Município Neutro*, e no ano seguinte de *Regimento Policial da Capital Federal*, para ser novamente reorganizada nesse ano de 1890 com o nome de *Brigada Policial da Capital Federal* (FERREIRA, 2014, p. 14).

8 A análise marxista, compartilhada pela historiografia da década de 1970, via a polícia como instrumento militar da burguesia, esquema que veio a entrar em crise nos anos seguintes (BRETAS e ROSEMBERG, 2013, p. 163).

9 A expressão “pequeno exército” aparece na *Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de São Paulo a 14 de julho de 1909*, p. 416. – Ver. Fernandes, 2006, p. 273, nota n. 35.

10 Dalmo Dallari informa que essa referência sobre a força pública paulista apareceu num estudo publicado no México, intitulado *Federalismo em Latinoamérica*, p. 57 (DALLARI, 1977, p. 27).

11 É nesse contexto que se deve entender e diferenciar o pequeno exército da década de 1890 do pequeno exército do começo do século XX: o primeiro não rivalizava com o governo federal, enquanto o segundo não só ameaçava a União, mas também outros estados. Desse modo, não se pode concluir que a imagem de “pequeno exército paulista” sempre esteve associada à garantia de autonomia estadual, colocando São Paulo no “pacote” de outros exércitos estaduais, como fez Rui Barbosa em 1898.

Mas uma informação de um artigo dessa instituição em 1903 deixa transparecer que havia um desejo dessa instituição de se tornar força auxiliar do Exército (BRETAS, 1997, p. 48).

De todos os estados, o Rio Grande do Sul é o único que criou uma polícia com a finalidade explícita de ser um exército. Enquanto outras polícias estaduais disfarçaram sua intenção de se tornarem pequenos exércitos, a Brigada Militar gaúcha surge em 1892 já como um exército. Várias pesquisas têm comprovado esse fenômeno. Uma tese de doutoramento em Sociologia deixou essa idéia patente em seu título: “De exército estadual à policia militar...”<sup>12</sup>. O autor mostra que a polícia militar gaúcha se comportou como um exército desde que a Guarda Cívica foi reorganizada em Brigada Militar em 1892, e como exército permaneceu até 1950 (KARNIKOWSKI, 2010, p. 90). A instabilidade política nesse estado era a maior do Brasil: de 1889-1893, o governo estadual passou por 18 mãos diferentes (LOVE, 2006, p. 124). É dentro desse contexto, precisamente na véspera da Revolta Federalista (1893-95), que o governador Júlio de Castilhos sugere a transformação da Guarda Cívica em Brigada Militar, com formato de um exército (KARNIKOWSKI, 2010, p. 107). Vê-se claramente que esse exército foi criado para combater os inimigos políticos, e não para garantir autonomia estadual. Segundo Cláudia Mauch (2011, pp. 38-39), essa Brigada chegou a ter, como qualquer exército, uma reserva de infantaria (MAUCH, 2011, pp. 38-9).

A criação de um pequeno exército gaúcho foi algo tão nítido que foi percebido mesmo antes de sua criação, quando ainda era um projeto em 1891 (KARNIKOWSKI, 2010, pp. 107-8); e como exército, essa Brigada não fazia policiamento, mas vivia aquartelada, pois o treinamento para a guerra eram as únicas virtudes consideradas (p. 90). Como tudo isso aconteceu nos últimos anos do século XIX, Rui Barbosa estava certo na sua observação quanto a esse estado em 1898. Entretanto, não se pode afirmar que esse aparato todo era para se proteger de uma possível intervenção federal ou invasão por parte de outro estado. Segundo KARNIKOWSKI, a própria Missão Instrutora do Exército sedimentou essa Brigada como exército estadual (p. 90), o que se conclui que a União não era contra esse tipo de profissionalização da força pública, e nem estava em conflito com o situacionismo político gaúcho. Mas na década de 1920 em diante, temia-se uma Intervenção Federal nesse estado, ao mesmo tempo em que a própria União temia o pequeno exército gaúcho (CERQUEIRA, 2010, p. 139).

Mesmo não mencionada por Rui Barbosa em 1898, a Força Pública (designação a partir de 1912 quando deixou de ser Brigada Policial) de Minas Gerais entrou para a historiografia como um pequeno exército na Primeira República para alguns autores

---

12 KARNIKOWSKI, Romeu Machado. **De exército estadual à policia militar**: o papel dos oficiais na policia da Brigada Militar (1892-1988). Tese (Doutorado em Sociologia) – UFRGS, 2010.

(CERQUEIRA, 2010; McCANN, 2009, p. 153), mas não chamava a atenção no fim do século XIX. Entretanto, apesar do crescimento do seu efetivo no período que vai da proclamação da República até 1894 (VISCARDI, 1995, p. 57-58), ano em que foi criada a Brigada Policial, e mesmo na década seguinte, não há indícios de que tal crescimento esteja relacionado com garantia de autonomia estadual, muito menos de que isso tivesse configurado essa força como um exército, principalmente em 1898<sup>13</sup>. Até esse ano, o papel de Minas Gerais na política nacional era secundário (WIRTH, 2006, p. 86), fato que começou a mudar a partir da criação do Partido Republicano Mineiro em 1897, e conseqüentemente se refletiu em sua força policial. Mas mesmo a Força Pública se reaparelhando, recebendo treinamento de um oficial estrangeiro na década de 1910, nem de longe seu impacto se compara com a Missão Francesa na Força Pública de São Paulo. Mas a partir da década de 1920, a profissionalização da força estadual se intensificou, mas não com o objetivo de lutar contra a União, e sim para apoiá-la (VISCARDI, 1995, p. 52). O que podemos concluir é que a Força Pública como pequeno exército só se configurou na década de 1930, num período conhecido como “Federalismo Armado” (WIRTH, 2006, p. 4), período em que Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul se prepararam para enfrentar uma possível intervenção federal<sup>14</sup>.

A Bahia não tinha mais o brilho colonial quando se proclamou a República em 1889. Entretanto, quase dez anos depois, sua polícia foi vista por Rui Barbosa como sendo de um pequeno exército. Mas tudo indica que o jurista baiano se equivocou com seu próprio estado. Criada em 1835, o Corpo de Polícia da Bahia passou por várias modificações, principalmente no nome<sup>15</sup>. Mas os termos de natureza militar em seu nome só apareceram no período republicano (um indício de um processo de militarização que estava ocorrendo em todo o Brasil, ROSEMBERG, 2011, p. 1). Mas essa militarização nem de longe deixou a força pública baiana com cara de pequeno exército. Na sua dissertação de mestrado, Moisés Carvalho concluiu que a única mudança significativa na força policial da Bahia com o advento de República foi a crescente militarização (CARVALHO, 2013, p. 55), mas isso não tornou a Bahia um estado forte politicamente. Nem os eventos da Guerra de Canudos (1897) e a Intervenção Federal na Bahia (1912) foram suficientes para o governo baiano investir na polícia. Nilson Crusoé deixou bem claro que durante toda a Primeira República, a força policial baiana foi precária, situação na época conhecida por todos, tanto de

---

13 Também é importante frisar o crescimento extraordinário do efetivo do Exército Nacional no estado mineiro no período republicano, que passou de 113 em 1889 para 3.787 em 1920 (CARVALHO, 2006, p. 225), que pode ser visto como indício da importância que o Poder Central estava dispensando ao estado de Minas.

14 E essa fama de pequeno exército perseguiu algumas forças públicas estaduais até meados da década de 1960, justificando a decretação da lei que tornou as polícias militares subordinadas ao Exército, qual seja, o Decreto-lei nº 317, de 18.3.1967 (CERQUEIRA, 2010, p. 139).

15 E foi assim que o Corpo de Polícia da Bahia passou a se denominar *Corpo Militar de Polícia* em dezembro de 1889; *Regimento Policial* em outubro de 1891; *Brigada Militar* em agosto de 1914, etc (CARVALHO, 2013, p. 55).

dentro como de fora da instituição (CRUSOÉ JÚNIOR, 2005, p. 62).

Por fim, chegamos ao caso da força policial pernambucana, e nos perguntamos se Rui Barbosa estava certo quando colocou Pernambuco entre os estados que tinham polícias bem aparelhadas, tão bem treinadas que pareciam que estavam se preparando para defender seus estados contra as forças federais. Não seria exagero esperar uma poderosa força policial de um estado que chegou a república com status de segunda grandeza? (VISCARDI, 2001, pp. 76-77). Contrariando Rui Barbosa, Robert Levine coloca Pernambuco e a maioria dos estados como indefesos contra a intervenção federal (LEVINE, 2006, p. 157). Mas como a análise desse último autor é simplista no que toca a força pública, nos voltaremos para outros teóricos especialistas nesse assunto, mas continuando com Levine nos casos de contextualização.

Na sua tese de doutoramento, Wellington Barbosa analisou a formação dos aparatos policiais no Recife entre 1830-1850 (SILVA, 2003). Segundo ele, um aparato policial provincial, e não municipal, para policiamento surgiu em 1831, e apesar de ser de natureza civil, era militarizado. Já em 1835 é criado seu Estado-Maior, e as unidades são divididas em Infantaria e Cavalaria (SILVA, 2003, p. 89), e a militarização constante leva a criação de seu primeiro regulamento disciplinar formal em 1842 (p. 117). Essa estrutura pode até lembrar um “pequeno exército”, mas essa designação parece que nunca lhe foi aplicada. Diferente do pensamento da maioria dos pesquisadores que afirma a existência de pequenos exércitos estaduais só na República, pesquisas de Thomas Holloway mostram que desde sua origem a polícia assumiu forma de exército permanente (HOLLOWAY, 1997, p. 50). Uma testemunha do Império, Visconde de Uruguai, informa que a militarização da polícia como um pequeno exército foi iniciado antes da República. Eis seu depoimento transcrito por Oliveira Torres:

Em lugar dessa força civil, quase paisana, têm muitas assembleias provinciais criado exercitozinhos e corpos policiais nas capitais das províncias, aparatosos, com estados- -maiores, músicas, reformas, e muito dispendiosos apesar de serem os soldados mesquinamente pagos (TORRES, 2017, p. 216).

Em 1876 o corpo de polícia é novamente estruturado, dando origem a Guarda Cívica, objeto da dissertação de mestrado de Jeffrey Silva (SILVA, 2016). Tratava-se de um aparato civil (mas com alguns traços militares) com o fim de fazer policiamento civilizacional, ação policial pautada na educação, coexistindo com o Corpo de Polícia, e que deveria fazer o policiamento apenas de alguns bairros do Recife. Durou até o segundo ano da República (1890), e nesse período o efetivo policial como um todo variou entre 850-1000 (SILVA, 2016, p. 45-46).

Para a polícia pernambucana do período republicano temos poucos estudiosos.

Uma tese doutoral defendida por Clarissa Maia em 2003 abarca a polícia no final do Império e começo da República. Para a história da polícia nessa época, ela segue o recorte de Stela Alves de Oliveira, que enxerga três fases na história da polícia na *República Velha*. A primeira fase, que vai de 1889-1892, abarca vários governos, entre eles Barão de Lucena e Correia da Silva. Nessa época, tenta-se conciliar a reorganização de uma polícia militar com as inclinações do regime republicano (MAIA, 2001, p. 99). Não se percebe aqui nenhuma formação de um pequeno exército. Pelo contrário, um relatório de um chefe de polícia da época informou que não havia armamento suficiente para os corpos policiais em 1890 (SILVA, 2016, p. 128-29). No entanto, no final dessa fase, no governo de Antônio Epaminondas de Barros Correia, a Guarda Local e o Esquadrão da Cavalaria se juntam para formar a Brigada Policial do Estado de Pernambuco (1891), indício de uma nova reorganização militar na polícia<sup>16</sup>. Só o Corpo de Polícia em 1892 tem um efetivo de 668 praças, distribuídos em seis companhias de infantaria e uma de cavalaria (MAIA, p. 120).

A segunda fase do aparato policial pernambucano do novo regime vai de 1892-1896. Corresponde ao Governo do militar Barbosa Lima (p. 100). A extinção da Guarda Local acontece em 1892. É uma fase de intensa militarização da polícia, motivada, segundo a autora, pelos constantes conflitos no interior do estado e também no sul do Brasil (Revolta Federalista e Revolta da Armada)<sup>17</sup>.

Por essa época, as polícias dos grandes estados já se acham bastante organizadas com o padrão militar (109). A autora diz claramente que nessa fase o corpo de polícia ficou semelhante ao Exército Nacional. O regulamento dessa polícia já falava da possibilidade do corpo de Polícia auxiliar o Exército. O treinamento sobre disciplina era feito no interior do estado e durava quase um ano (106). Talvez tenha sido esse processo de militarização que fez Rui Barbosa escrever em 1898 que Pernambuco, e alguns outros estados, tinha polícias nos moldes da tropa de 1ª linha, ou seja, um pequeno exército estadual. Mas parece que tal exército não estava intencionado a enfrentar a União para garantir a autonomia estadual. O relatório do Ministro da Guerra, em 1892, já falava do apoio que o Exército estava dando às polícias de alguns estados, como Pernambuco<sup>18</sup>. Como se ver, foi um esforço conjunto entre União e Estado o que fortaleceu a polícia nessa época.

A terceira fase (1896-1904), iniciada com uma polícia já organizada do ponto de vista operacional, sinaliza agora uma reorganização burocrática dessa instituição<sup>20</sup>. No entanto, o efetivo foi diminuído nessa fase. A militarização e profissionalização

---

16 Nesse recorte são extintos o Corpo de Polícia e a Guarda Cívica, e no lugar deles ressurgem a Guarda Local (1890), de administração municipal, e um ano depois ressurgem o Corpo de Polícia. Também nessa época é criada a Questura Policial (1891), para supervisionar a polícia municipal. Esse órgão durou até 1898 (MAIA, 2001, p. 104-05).

17 Clarissa Maia não encontrou dados sobre o número do efetivo entre 1892-1895, mas dados de 1896-1897 mostram um efetivo de 1464 homens (p. 120).

18 Relatório do Ministro da Guerra ao Presidente da República, maio 1892, p. 34.

continuam para enfrentar novos conflitos, pois os conflitos agora não são apenas políticos como antes. De 1889-1894, as lutas “dizem respeito somente às classes no poder” (CARONE, 1978, p. 150 e 155), e as forças policiais criadas na década de 1890 ainda estavam defendendo os detentores do poder nos estados e seus aliados na década de 1930 (McCCANN, 2009, p. 458), como se para isso tivessem sido criadas.

Nessa terceira fase, o estado viu duas forças afrontarem sua autoridade: o cangaço, juntamente com os coronéis, neutralizavam as forças legais. Diferentemente dos cangaceiros, os coronéis geralmente são aliados do governo, mas isso se mostrou ser uma faca de dois gumes<sup>19</sup>. Como muitos coronéis mantêm suas próprias tropas (CARONE, 1978, p. 256), governos constituídos se vêem ameaçados quando os coronéis são oposição. Em 1892, enquanto o governo mandou 85 homens para sufocar uma revolta no sertão pernambucano, um coronel conseguiu juntar mais de 300 capangas (HOFFNAGEL, 2010, p. 6). Muitos desses coronéis tinham alianças com cangaceiros (CARONE, p. 269), o que dificultava a ação da polícia no sertão. Mas com a subida de Dantas Barreto ao poder estadual (1912), todas as lideranças políticas do interior de Pernambuco são mudadas (p. 262), e isso pode constituir novos aliados no combate ao cangaço<sup>20</sup>. O governo estadual de Dantas Barreto parece se preocupar mais com o aparato policial civil do que militar. São frutos dessa época a criação do Gabinete de Identificação e Estatística Criminal em 1912 (MAIA, 2001, p.116), e os cargos de agente e inspetor de polícia em 1913 (p. 122). Três anos antes de assumir o governo, o Corpo de Polícia foi novamente reestruturado, dando origem ao Regimento Policial, com um efetivo de 2000 homens, distribuídos entre 4 batalhões de infantaria e 2 esquadrões de cavalaria (p. 117). Estrutura de um exército, mas seu foco passou a ser o cangaço até 1938, com a morte de Lampião. A polícia de Pernambuco nunca recebeu o título de “pequeno exército”, pois ela não tinha forças nem contra inimigos internos. E a verdade é que foi a presença da autoridade federal (e não estadual) no sertão que acabou de fato com o coronelismo e o cangaço (LEVINE, p. 154).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta comunicação apenas apresenta conclusões provisórias, mas as indagações serão trabalhadas num futuro Programa de Pós-Graduação. O que podemos adiantar é que de fato a tese dos “pequenos exércitos estaduais” na

---

19 O fenômeno coronelístico é fruto da fragilidade dos poderes federais e estaduais (CARONE, idem, p. 253), resultado do desequilíbrio entre centralismo e federalismo (p. 252).

20 É por essa mesma época que se inicia a ação conjunta dos estados do Nordeste contra os cangaceiros (p. 269). A formação de um exército estadual agora visa inimigos diferentes. Enquanto outros estados de fato estavam preocupados com autonomia estadual diante da ameaça constante de intervenção federal, a capacitação da força pernambucana era voltada contra os cangaceiros.

Primeira República é coerente. Talvez a novidade esteja no recorte cronológico, pois enquanto a maioria dos teóricos acredita que a origem desse tipo de estrutura policial se deu na *República Velha*, o autor desta comunicação concorda com uma corrente minoritária, para não dizer desconhecida, que enxerga vestígios de “pequenos exércitos estaduais” já no Império. Outra possível novidade recai sobre o motivo que levou a construção de pequenos exércitos, pois se de fato sua origem remonta a monarquia, não temos que concordar com a teoria clássica que afirma que esses exércitos surgem com o objetivo de garantir autonomia estadual. O que levou os teóricos a verem algumas polícias como “pequenos exércitos estaduais” foi a constante militarização dessas polícias. No entanto, uma militarização não significa postura de exército no sentido convencional, nem pode ser vista necessariamente como tendo relação com federação forte. Nos EUA também há uma forte federação sem, no entanto, haver polícias militares com status de *pequenos exércitos estaduais*. O século XIX, que assistiu o surgimento de polícias militares no Brasil, também viu surgir na Europa polícias com aparatos militares, e como se sabe, elas não tiveram relação com autonomia estadual/provincial.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, José Eduardo. Governamentalidade, especialização e profissionalização da polícia militar de São Paulo no século XX. In: **Revista LEVS/Unesp-Marília** ANo 2010 - Edição 5 – Número 05 Maio/2010.

BRETAS, Marcos Luiz. **A guerra nas ruas: Povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

\_\_\_\_\_. ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. In: **Topoi**, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 162-173.

CARDOSO, Fernando Henrique. O sistema oligárquico nos primeiros anos da república. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**, tomo 3, vol. 8). 8ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006..

CARONE, Edgar. **A República Velha I: Instituições e classes sociais**. 4ª Ed. DIFEL: Rio de Janeiro/São Paulo, 1978.

CARVALHO, José Murilo. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**, tomo 3, vol. 9). 8ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CARVALHO, Moisés Brandão. **Educação ambiental na Polícia militar do estado da Bahia: Percepção dos Policiais Militares da Companhia de Polícia de Proteção Ambiental**. Dissertação (Mestrado em Educação). – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2013.

CERQUEIRA, Coronel Carlos Magno Nazareth. Instituto Carioca de Criminologia. In: LEAL, Ana Beatriz; PEREIRA, Íbis Silva; MUNTEAL FILHO, Oswaldo (Orgs.). **Sonho de uma polícia cidadã: Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira**. – Rio de Janeiro: NIBRAHC, 2010.



CRUSOÉ JÚNIOR, Nilson Carvalho. **Da “volante” à Academia: A Polícia Militar da Bahia na Era Vargas (1930-1945)**. Dissertação (Mestrado em História). – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O pequeno exército paulista**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

FARIAS, William Gaia. A polícia militar do Estado do Pará no final do século XIX: questões sobre política, legislação e organização. In: **XV Encontro Regional de História - Ofício do historiador: Ensino e pesquisa**, Rio de Janeiro. Anais do XV Encontro Regional de História, 2012. p. 01-23.

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. A Força Pública do Estado de São Paulo. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**, tomo 3, vol. 9). 8ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FERREIRA, Roberto Cesar Medeiros. Polícia Militar do Distrito Federal Guardiã da Primeira República? **Anais do XIV Encontro de História da Anpuh-Rio**, 2014.

HOFFNAGEL, Marc Jay. Tensões e conflitos na consolidação da República em Pernambuco: a revolta de triunfo- (**Revista CLIO – Revista de Pesquisa Histórica**. Volume 28.2, 2010)

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Trad. Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

KARNIKOWSKI, Romeu Machado. **De exército estadual à polícia militar: o papel dos oficiais na policialização da Brigada Militar (1892-1988)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – UFRGS, 2010.

LEVINE, Robert. Pernambuco e a federação brasileira, 1889-1937. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**, tomo 3, vol. 8). 8ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**, tomo 3, vol. 8). 8ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006..

MAIA, Clarissa Nunes. **Policiados: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915**. Tese (Doutorado em História). – Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

MAUCH, Claudia. **Dizendo-se autoridade**. Polícia e policiais em porto alegre: 1896-1929. (Tese (doutorado em historia), UFRGS, 2011).

McCANN, Frank D. **Soldados da Pátria**. História da Exército Brasileiro 1889-1937. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

Relatório do Min. Da Guerra ao vice-presidente da República, 1892.

ROSEMBERG, A. Prelúdio de um “pequeno exército”? A força policial paulista nos primeiros anos da República (1890 a 1895). **História Unisinos**, v. 16, p. 333, 2012.

\_\_\_\_\_. Significados do militarismo na Força Pública de São Paulo (1870-1924). In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, 2011.

SILVA, Jeffrey Aislan de Souza. **A Guarda Cívica: Policiamento Civilizador, Criminalidade e Conflitos Urbanos na História Social do Recife (1876-1890)**. Dissertação (Mestrado em História). URFPE, 2016.

SILVA, Wellington Barbosa. **Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)**. Tese (doutorado) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

TORRES, João Camilo de Oliveira, 1915-1973. **A formação do federalismo no Brasil** [recurso

eletrônico]. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. – (Coleção João Camilo de Oliveira Torres; n. 4 PDF). Obs. Publicado originalmente em 1961.

VENÂNCIO, Giselle Martins; FURTADO, André Carlos. . *Brasiliana & História Geral da Civilização Brasileira: escrita da história, disputas editoriais e processos de especialização acadêmica (1956-1972)*. **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 5, n. 9, a. 2013. p. 05

– 23.

VISCARDI, Claudia Maria ribeiro. O federalismo oligárquico brasileiro: uma revisão da política do café-com-leite. **Anuario IEHS** (Buenos Aires) , Tandil - Argentina, v. 16, p. 73-90, 2001.

\_\_\_\_\_. A Força Pública em Minas Gerais. **Locus**, Juiz de Fora, v. 1, n.1, p. 41-61, 1995.

WIRTH, John. Minas e a nação. Um estudo de poder e dependência regional, 1889-1937. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**, tomo 3, vol. 8). 8ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

## CUIDANDO DO “FUTURO DO BRASIL”: O ATENDIMENTO MATERNO-INFANTIL NOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE PÚBLICA NO PIAUÍ (1889-1929)

*Data de aceite: 28/01/2020*

*Data de submissão: 04/11/2019*

### **Joseanne Zingleara Soares Marinho**

Professora Adjunta II e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação PROFHISTÓRIA da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Campus Poeta Torquato Neto, em Teresina-Piauí.

CV: <http://lattes.cnpq.br/2819637531603284>

**RESUMO:** Este artigo tem como proposta a análise das iniciativas públicas institucionais no atendimento à saúde de mães e crianças pobres, considerando as limitações de funcionamento no Piauí durante a Primeira República. Apesar do novo significado da infância implicar em sua condição saudável, inclusive, como forma de investimento em um futuro promissor para o país, isso não era viabilizado por meio de políticas sistemáticas e efetivas. Em âmbito federal, não existia um sistema de saúde que integrasse o Piauí, assim como os outros estados. A condição de ineficiência da oferta de serviços pela Diretoria de Saúde Pública do Piauí, acabou contribuindo para a ausência de uma proteção especializada no atendimento das demandas de mães e crianças pobres. Apenas, a partir da década de 1920, esses pacientes passaram a ser visíveis em alguns dados de funcionamento dos postos de saúde que, no

entanto, ainda atendiam o público em geral e estiveram limitados à Teresina, capital do Piauí. A exceção foi o Posto Escolar Abreu Fialho, único que fornecia atendimento especializado para crianças, além da determinação oficial para a criação de um Serviço de Higiene Infantil. Nesse contexto, as instituições de saúde pública dispunham de poucos recursos para o enfrentamento das epidemias e endemias tropicais, quando, em âmbito nacional, já havia a valorização do saneamento dos sertões. As fontes primárias utilizadas foram mensagens e relatórios dos governos estaduais, relatórios de administradores e médicos de estabelecimentos de saúde, bem como notícias de jornais. Na análise foram usados autores como (FREIRE, 2015), (COSTA, 2004), (MARINHO, 2018) e (MARTINS, 2006). Conclui-se que ocorreram algumas ações isoladas e experimentais no funcionamento de instituições de saúde pública para mães e crianças pobres que, no entanto, tiveram relevância porque significaram o início de um processo que acabou assumindo dimensão de política de Estado a partir dos anos 1930.

**PALAVRAS-CHAVE:** História; Instituições de saúde pública; Assistência materno-infantil.

TAKING CARE OF THE “FUTURE OF BRAZIL”: MATERNAL AND CHILD CARE IN

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the institutional public initiatives in the health care of poor mothers and children, considering the limitations of operation in Piauí during the First Republic. Although the new meaning of childhood implies its healthy condition, even as a form of investment in a promising future for the country, this was not made possible through systematic and effective policies. At the federal level, there was no health system that integrated Piauí, as well as the other states. The inefficient condition of the provision of services by the Piauí Public Health Directorate ended up contributing to the lack of specialized protection in meeting the demands of poor mothers and children. Only from the 1920s onwards, these patients became visible in some health facility operating data, which, however, still served the general public and were limited to Teresina, the capital of Piauí. The exception was Abreu Filho Post, the only one that provided specialized care for children, as well as the official determination to establish a Child Hygiene Service. In this context, public health institutions had few resources to deal with tropical epidemics and endemics, when, at the national level, there was already an appreciation of the sanitation of the hinterlands. The primary sources used were messages and reports from state governments, reports from health facility administrators and doctors, as well as newspaper news. The analysis used authors such as (FREIRE, 2015), (COSTA, 2004), (MARINHO, 2018) and (MARTINS, 2006). We conclude that there were some isolated and experimental actions in the operation of public health institutions for poor mothers and children that however, had relevance because they meant the beginning of a process that ended up assuming a dimension of state policy from the 1930s.

**KEYWORDS:** Story; Public health institutions; Maternal and child care.

### 1 | INTRODUÇÃO

O artigo analisa as iniciativas públicas institucionais para o atendimento de saúde de mães e crianças pobres no Piauí na Primeira República. Para isso, convém considerar que o projeto de desenvolvimento do Brasil, defendido no começo do período republicano, não foi implementado de forma eficiente no estado, sendo que os governos admitiam não possuir condições financeiras de investimento que proporcionasse a oferta de serviços públicos em variadas áreas de atuação, inclusive na saúde.

Apesar do novo significado da infância implicar na sua proteção, especialmente no que se refere à condição saudável, como uma forma de investimento em um futuro promissor para o país, esse ideário não era viabilizado por meio de políticas sistemáticas e efetivas, mas, ao contrário, sendo verificado a partir da viabilização de iniciativas isoladas e experimentais, mesmo em âmbito federal.

A condição de ineficiência da oferta de serviços pela Diretoria de Saúde Pública

do Piauí, contribuiu para a ausência de uma proteção especializada no atendimento das demandas de mães e crianças pobres. A partir dos anos 1920, os pacientes passaram a ser visíveis em alguns dados dos postos de saúde que, no entanto, ainda atendiam o público em geral e estiveram limitados à Teresina, capital do Piauí. Nesse contexto, as instituições de saúde dispunham de poucos recursos para o atendimento das moléstias, quando, em âmbito nacional, havia a valorização do saneamento dos sertões.

## 2 | A INFÂNCIA COMO CHAVE PARA O PROGRESSO

A modificação do significado da criança na Europa ocorreu mais cedo do que no Brasil. O retorno ao lar foi um acontecimento que proporcionou à organização familiar dos seiscentos a principal característica que a distinguiu das famílias medievais (ARIÈS, 2006). Com o desenvolvimento do processo, os adultos passaram a se preocupar com a segurança e o bem-estar infantil, o que provocou melhorias na saúde e na educação. Segundo Colin Heywood (2004), essa ressignificação estava intimamente ligada à valorização de um novo conceito de família, o que possibilitou uma separação entre as condições infantil e adulta, exigindo a construção de novos papéis materno e paterno.

A criança, considerada como um indivíduo ainda não formado completamente, passou a ser central para a criação de uma família que se tornasse um local de cuidados, essa seria não somente uma responsabilidade, mas também a motivação que o pai e a mãe teriam para continuar juntos e até mesmo para viver. Foi de forma lenta e descontínua que o novo significado da infância foi difundido em regiões menos urbanizadas e rurais, bem como em outros segmentos sociais, e não apenas na Europa, mas também no Ocidente. Essa ideia de infância surgiu com a sociedade capitalista urbano-industrial, quando ocorreu a mudança no papel social desempenhado pela criança apenas como ser biológico. Na sociedade burguesa, ela passou a ser alguém que precisava de cuidados cotidianos, investimento na saúde e escolarização, visando à formação de um adulto saudável e produtivo (BERTUCCI, 2015).

Uma parte importante do ideário sobre a infância estava relacionado ao novo estatuto adquirido pela saúde. Em países como o Brasil, no qual o ensino da medicina passou a existir apenas no século XIX, esta, quando conseguiu ter autoridade reconhecida para tratar, só atingiu pequena parcela da população, branca e endinheirada, ficando a grande maioria a socorrer-se de práticas de cura populares, pelo menos até a primeira metade do século XX. (MARTINS, 2004). A aceitação do poder médico pela família foi essencial para que o Estado reconhecesse e fortalecesse sua autoridade. Existia a insistência em fazer a defesa da sociedade para designar o

Estado, pois a ciência passou a fazer parte da política. Isso propiciou a parceria com o Estado nas questões de saúde pública, sendo privilegiados os temas relacionados às mulheres e às crianças na intenção disciplinadora dos hábitos e comportamentos.

Na segunda metade do século XIX, tanto a mulher quanto a criança tornaram-se personagens centrais na discussão dos assuntos de saúde, por meio de temas como a gravidez, o aleitamento, a mortalidade infantil, entre outros (ENGEL, 2004). Para viabilizar as novas práticas, foi necessária a utilização da puericultura, um campo específico de conhecimento médico que tinha o objetivo de conservar a condição saudável das crianças, para que chegassem ao mundo e se desenvolvessem normalmente, promovendo o amparo e a defesa contra os múltiplos perigos que as ameaçavam, em consequência dos fatores ambientais e sociais.

A proposta salvacionista da criança ganhou dimensão entre a década de 1870 e as primeiras décadas do século XX, quando teve início um amplo movimento reformista internacional liderado por médicos de várias especialidades e pelo movimento de mulheres feministas e não-feministas, ao defender a necessidade de intervenção do Estado para atender as mães pobres e seus filhos (MARTINS, 2005). Na década de 1920, mediante a contribuição de movimentos formados por feministas e médicos, algumas leis que visavam proteger a infância chegaram a ser promulgadas.

### 3 | AS INICIATIVAS PÚBLICAS DE SAÚDE PARA MÃES E CRIANÇAS

Com a instalação da República, os governadores piauienses sentiram-se à vontade para proferir críticas ao período imperial sobre a situação de pobreza da região e a dependência econômica das verbas federais. Além disso, também revelaram preocupação com a segurança pública, uma vez que existiam ameaças de que o Piauí fosse incorporado às unidades federativas limítrofes, diante da alegada insuficiência de recursos, sendo, portanto, um período marcado pelo esforço de manutenção da autonomia política.

O governador Gabriel Luiz Ferreira retratou a situação de penúria do Piauí quando afirmou que era “[...] impossível manter o Estado sem auxílios prestados com largueza pelo chefe da União.” (MENSAGEM, 1891, p. 6). Segundo ele, ainda persistia a velha prática de negligência às demandas da região. Os governos piauienses subsequentes, sem estímulo do centro do poder e minguados de iniciativas, limitavam-se ao expediente e à feitura de relatórios com alarmantes súplicas ao governo federal, então em luta pela consolidação do novo regime que havia sido instalado.

Considerava-se que, para se adequar ao ideário do progresso, a sociedade deveria ser ordenada e seus habitantes disciplinados. Isso pode ser verificado a

partir de medidas de segurança e organização da cidade com o código de posturas, ou ainda, pela intervenção de instituições públicas e filantrópicas. No entanto, ocorreram apenas algumas mudanças superficiais, insuficientes para a transformação das feições provincianas da capital. Certamente, um agravante para isso, foi que o aumento verificado nas rendas não permitiu alteração efetiva na condição de dificuldade financeira, o que foi admitido pelo governador Miguel Rosa, ao afirmar que o Piauí era “[...] pequeno, pobre, possuindo fontes de receita determinadas e fallíveis, e compromissos certos e irretiráveis.” (MENSAGEM, 1913, p. 8).

O ideário de progresso do Piauí foi convertido em um sonho que seria realizado cada vez num futuro mais distante. Acreditava-se que, um dia, seria atingido um estágio mais elevado de civilização e de desenvolvimento, no entanto, decididamente, o momento ainda não era aquele. Os governos locais investiram pouco em serviços públicos, pois as receitas, frequentemente, eram destinadas ao pagamento das despesas com funcionários, empréstimos e fornecedores. A partir dessa situação, a limitação do funcionamento da máquina administrativa foi um fator importante que contribuiu para a precariedade da saúde pública durante a Primeira República, repercutindo negativamente na proteção materno-infantil.

Na capital federal, algumas ações de saúde começaram a ser realizadas no século XIX. Isso ocorreu, sobretudo, a partir da verificação da elevada incidência de epidemias e do aumento das taxas de mortalidade, problemas que passaram a ser identificados como entraves para o aumento do nível de desenvolvimento e para a aquisição de um grau civilizatório aceitável (MIRANDA, 2011). Com a medicina social, a função do médico foi ampliada, passando a intervir sobre as condições de saúde da população, sendo que, antes, era responsável apenas pelo tratamento das enfermidades. Como categoria que se tornou cada vez mais expressiva na sociedade brasileira, os médicos integravam o campo da racionalidade científica, cuja prática era orientada em prol do bem da humanidade e da defesa do país.

Apesar das discussões sobre a saúde repercutirem em âmbito federal, não pareceram contribuir expressivamente para a alteração na condição da saúde pública no Piauí. Nos oitocentos, o órgão de saúde local era a Inspeção de Higiene Pública, no entanto, não passava de uma repartição simbólica (RELATÓRIO, 1890). Ainda não havia sido decretado um regulamento para o seu funcionamento, e também não havia instruções sobre a elaboração dos códigos sanitários municipais, a partir dos quais fossem definidas as atribuições das intendências. Sendo assim, a Inspeção não tinha condições de realizar o planejamento e, muito menos, a execução de serviços de saúde adequados, inclusive, aqueles que seriam dirigidos às mães e crianças.

A condição de inércia do órgão piauiense poderia ter sido alterada com a Constituição de 1891, pois apesar do seu artigo quinto determinar que cada Estado

deveria prover, a expensas próprias, as suas necessidades, estabelecia também que a União poderia prestar auxílio nas emergências, para aqueles que viessem a realizar solicitação (CONSTITUIÇÃO, 1891). Mas isso não ocorreu, já que os governadores faziam reclamações constantes sobre a concessão dos auxílios financeiros.

A inexpressividade da saúde pública piauiense no final do século XIX, situação justificada pela ausência de organização administrativa e verbas insuficientes para investimentos, também era resultado da deficiência de médicos. Existiam, apenas, dezenove profissionais registrados na Inspetoria de Higiene Pública. Na falta de médicos, funcionavam somente seis Delegacias de Higiene Pública (RELATÓRIO, 1890). Elas estavam localizadas nos municípios de Oeiras, Parnaíba, Amarante, União, Vila do Livramento e Vila de Nossa Senhora do Corrente. Funcionavam com um médico, que representava o governo estadual no controle epidêmico, atuando em parceria com os municípios nos casos de urgência. Com isso, a maior parte do território ficava sem nenhuma assistência. As epidemias que atingiam o Piauí faziam grande número de vítimas, confirmando a falta de decisão política com relação à saúde da população, o que afetava, conseqüentemente, mães e crianças.

Somente no ano de 1898, a administração da saúde pública do Piauí foi reorganizada com a criação da Diretoria de Saúde Pública (MENSAGEM, 1897). A inauguração do novo órgão permitiu, enfim, a formulação dos regulamentos de funcionamento e o planejamento de ações. Porém, no que se refere ao fornecimento de serviços regulares de saúde, não ocorreram alterações na condição estacionária. Aliás, a Diretoria contava apenas com um diretor, um secretário e um servente, o que exigia uma urgente ampliação do quadro de pessoal, inclusive, para que a repartição tivesse uma organização mais técnica, sendo que o investimento financeiro, ainda insignificante, continuou a ser um problema que repercutiu na atuação incipiente do órgão.

Foi identificado que, nem mesmo nos casos de riscos epidêmicos, o Estado atuava na proteção materno-infantil de forma individualizada, sendo que, sobre gestantes e crianças nada era falado. Pode-se, portanto, concluir que essa clientela era tratada junto com toda a população atingida. Apesar da existência de discussões e debates de feministas e médicos na capital do país, em defesa da responsabilização dos poderes públicos para a salvação da infância, não identificamos tal mobilização no Piauí. Aliás, a partir do século XIX até as primeiras décadas do século XX, não se verificou qualquer manifestação dos poderes públicos sobre a estruturação de um sistema de proteção da saúde materno-infantil que oferecesse serviços especializados.

Apesar da condição de quase invisibilidade da criança pelos poderes públicos, foi possível identificar que os óbitos infantis era uma questão considerada grave. No início da segunda década do século XX, o governador Antonino Freire afirmou que



“[...] a mortalidade das crianças era exageradíssima em Theresina.” (MENSAGEM, 1910, p. 4). A tuberculose, o impaludismo, a broncopneumonia e a gastroenterite eram as causas mais frequentes dos óbitos. Não existia qualquer dado confiável sobre a natalidade e a mortalidade infantil no Piauí, pois o Serviço de Demografia Sanitária, órgão responsável, realizava um serviço irregular de coleta e, nem mesmo os dados da capital, mereciam confiança. Os motivos disso eram a sub-notificação dos nascimentos e óbitos, bem como o reduzido quadro de pessoal para a realização da coleta dos dados (MENSAGEM, 1911). Na década de 1920, o governador João Luiz Ferreira também reconheceu que, entre as causas das mortes infantis, sobressaíam as moléstias do aparelho respiratório, seguidas pelas doenças gastrointestinais e depois pelas enfermidades contagiosas (MENSAGEM, 1924).

A pouca expressividade dos serviços de saúde demonstra o fato de que as determinações federais não eram automaticamente cumpridas no Piauí. A orientação era de que os governos locais deveriam realizar ações sanitárias, cabendo à União apenas auxiliar, quando fosse acionada em casos de urgências epidêmicas, se tivesse interesse e condições para isso. Dessa forma, a repartição continuou restrita ao combate da disseminação de epidemias até as primeiras décadas do século XX, atuando, no entanto, em poucos municípios que tinham Delegacias de Saúde ou que estavam localizados nas regiões próximas. Apesar de contaminarem todas as faixas etárias, certamente os sintomas e sequelas das doenças eram mais preocupantes nas crianças, que tinham o organismo mais frágil, no entanto, não existe nenhuma referência sobre isso.

Nesse sentido, apesar da defesa do ideário de valorização da infância já existir desde o século XIX, a viabilização da proteção de gestantes e crianças, por meio da criação de órgãos de administração de saúde pública e da implementação de serviços em unidades de saúde especializadas, como maternidades, lactários e postos de atendimento materno-infantil, não eram verificadas no Piauí até as duas primeiras décadas do século XX. Algumas ações isoladas e experimentais foram verificadas apenas na década de 1920, conforme será abordado a seguir.

#### **4 | OS SERVIÇOS MATERNO-INFANTIS NOS POSTOS DE SAÚDE**

A partir de 1920, os resultados da segunda fase do movimento pelo saneamento do Brasil, começaram a ser verificados. A criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) foi um resultado concreto desse processo, contribuindo para a configuração da nova atuação do Estado no campo da saúde (HOCHMAN; FONSECA, 1999). No mesmo ano, também teve início a organização da proteção à infância e à maternidade a partir de um órgão especializado, tratava-se da Seção de Higiene Infantil, mas, no entanto, possuía atuação limitada ao Distrito Federal.

A Diretoria de Saúde Pública do Piauí continuava instalada em um local acanhado, não correspondendo às necessidades de um bom serviço de saúde. Porém, o governo realizou, enfim, o planejamento para a instalação do primeiro Posto de Saúde do Estado. Esse primeiro estabelecimento de saúde pública do Piauí foi instalado na capital no ano de 1921. Tratava-se de uma realização há tempos almejada por vários governadores, planejada por Eurípedes de Aguiar e instalada no mandato de João Luiz Ferreira: “É o primeiro passo do Piauí – o último dos retardatários - na corrente da grande campanha pelo saneamento do Brasil [...]” (MENSAGEM, 1921, p. 4). O Posto inaugurou o fornecimento de serviços regulares para a população, ampliando a atuação do Estado, antes restrita à atuação nos surtos epidêmicos.

A unidade de saúde prestava serviços ambulatoriais, atuando na profilaxia e tratamento das doenças infectocontagiosas e na assistência médica de urgência. Custeado pelo governo estadual, o Posto de Saúde funcionava no limite das possibilidades de estreiteza orçamentária. As consultas realizadas tinham resultados limitados, ocasionando, frequentemente, o abandono ou a irregularidade do tratamento, não sendo possível fazer a verificação da cura. Apesar disso, o serviço era imprescindível para os doentes que não residiam em Teresina, para os quais era inviável o atendimento domiciliar:

Porquanto só procuram espontaneamente o posto as pessoas francamente doentes, e o serviço domiciliário, embora executado com zelo, não é obrigatório, tornando-se quasi inteiramente restricto ás crianças. Dos 2.363 exames posteriores foram verificados curados 1.740; os restantes continuam em tratamento ou deixaram de voltar ao posto. Isto com referência á prophylaxia curativa. Quanto á prophylaxia preventiva das verminoses, o posto organizou e fez distribuir uma cartilha com ensinamentos varios, em termos claros ao alcance de todos. (MENSAGEM, 1922, p. 7)

Os pacientes atendidos tinham acesso a exames laboratoriais, consultas, distribuição de medicamentos e vacinações. Os serviços eram mantidos, sobretudo, para os pobres, que procuravam a unidade de saúde quando as enfermidades já estavam instaladas, pois era costume que, inicialmente, buscassem a medicina popular para sanar seus males por meio de chás, unguentos e benzimentos, sendo aprendidos com familiares ou realizados por membros da comunidade. Já os serviços de atendimento domiciliar, restringiam-se quase totalmente às crianças, apesar de ainda não existir um serviço de saúde específico para atender as necessidades desse público. Esse aspecto chama a atenção porque foi a primeira vez que essa clientela se tornou visível na implementação dos serviços de saúde.

A profilaxia preventiva era realizada a partir da distribuição de cartilhas, com resultados discutíveis em virtude da maioria dos pacientes ser analfabeta, e conselhos sobre as verminoses, onde constavam os sintomas das doenças, seus prejuízos

para a saúde e as formas de evitar o contágio. Entre as medidas indicadas, estavam a construção de fossas higiênicas e o uso do calçado pelas crianças, iniciativas importantes, mas, apesar de serem aparentemente simples, eram inconciliáveis com a falta de recursos da maior parte da população pobre.

Ainda nos anos 1920, as medidas decorrentes da campanha pelo saneamento tiveram como consequência o início da constituição de agências administrativas e de políticas em saúde pública no interior do país (CASTRO SANTOS, 2004). Isso ocorreu, mais especificamente, por meio da celebração de convênios entre a Diretoria do Serviço de Profilaxia Rural (DSPR), encarregada do combate às endemias e epidemias rurais de caráter nacional, com os Estados, visando à organização dos serviços de saneamento. Essa perspectiva de interiorização da saúde pública sob a chancela federal, acabou repercutindo no Piauí, pois, para ampliar o atendimento, foi realizado um acordo com a União em 28 de abril de 1924 (MENSAGEM, 1925). A partir de então, a saúde pública passou a ser responsabilidade do DNSP, que passou a executar, por intermédio da DSPR, o serviço de saneamento rural no Piauí.

O acordo estabelecia que o Estado passaria a executar as leis sanitárias, as disposições e as instruções federais. Os serviços instituídos por este convênio seriam realizados durante três anos, sem intervenção de qualquer autoridade estadual ou municipal. O próprio regulamento dos serviços era uma expressão desta intenção estatal de agir nacionalmente, pois abrangia desde a medicina preventiva até a assistência aos contaminados de doenças infectocontagiosas. Reiterava-se a necessidade de investimento em profilaxia, já que a despesa realizada com a higiene era irrisória diante dos benefícios que traria para a sociedade, habilitando o trabalhador a fazer parte do sistema produtivo. Isso era justificável porque as verbas públicas ainda eram destinadas, sobretudo, à ampliação dos serviços médicos direcionados para o tratamento. O governo do Estado comprometia-se, ainda, a pagar anualmente para a União, a importância relativa à metade das despesas feitas.

A primeira iniciativa realizada a partir do acordo foi a instalação do Posto de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas, em Teresina. No entanto, certamente em virtude da demanda, o estabelecimento também atendia doentes com moléstias variadas, tanto que, a opilação, o impaludismo e a sífilis representavam, em ordem decrescente, a maior parte dos atendimentos ambulatoriais, intervenções cirúrgicas, acompanhamentos domiciliares, distribuição de impressos e conselhos educativos (MENSAGEM, 1925).

Os serviços foram intensificados com a assinatura de outro acordo de profilaxia rural, este mais animador, porque estabeleceu a ampliação do número de postos de saúde, sendo que o ponto principal de enfrentamento permanecia o combate dos surtos epidêmicos. O DNSP passaria a executar, por intermédio do DSPR, além do Serviço de Profilaxia de Moléstias Venéreas e Lepra, também o Serviço de Profilaxia

da Tuberculose e o Serviço de Higiene Infantil. Infelizmente não foram encontradas informações sobre a regulamentação desse último serviço, nem mesmo, se, de fato, foi instalado e funcionou regularmente. Entende-se, porém, que a sua inclusão no acordo federal adquiria um caráter inovador, materializando o ideário de valorização da infância. Isso revelava que, nos anos 1920, a saúde da criança começava a ter intervenção dos poderes públicos no Piauí.

O novo acordo com a União também planejava ampliar os atendimentos que estavam concentrados em Teresina, para outros municípios, mediante o estabelecimento de postos nos locais com população mais densa. No entanto, foi instalado no ano de 1925, apenas, um Posto de Saúde em Parnaíba. Neste estabelecimento eram realizados exames, pequenas cirurgias, distribuição de medicamentos, vacinação, distribuição de panfletos higiênicos, mas também serviços sanitários, como a viabilização de construção de latrinas e a fiscalização da produção e venda de alimentos. Infelizmente, não foram encontradas mais informações sobre essa unidade de saúde.

O acordo foi retomado em 1929 e, com isso, os serviços de saneamento rural voltaram a funcionar depois do cumprimento dos pagamentos atrasados. Por causa da insatisfação do governador com as iniciativas federais, foram instalados outros estabelecimentos de saúde. Eles realizariam atendimentos aos contaminados com doenças epidêmicas e endêmicas, sobretudo, a opilação, o impaludismo, o tracoma e a raiva, principais doenças existentes no Piauí durante aquele período. Entre outras funções, o serviço de saneamento continuava atuando na fiscalização dos profissionais de saúde, bem como nas inspeções sanitárias em domicílios e estabelecimentos comerciais.

Durante o primeiro ano de funcionamento, o Centro de Saúde Clementino Fraga, primeiro dos novos estabelecimentos inaugurados, tratou doentes de opilação e impaludismo, entre outras moléstias (MENSAGEM, 1930). O Dispensário de Doenças Venéreas também começou a funcionar em 1929, infelizmente, não foram discriminados os números de atendimentos a crianças e gestantes, apesar do Centro de Saúde Clementino Fraga e do Dispensário de Doenças Venéreas fornecerem serviços para essa clientela, que, no entanto, foi incluída no público geral.

Também foi instalado em Teresina o Posto Anti-Tracomatoso Moura Brasil (CARVALHO, 1939). Segundo o médico José Epifânio de Carvalho, o ambulatório atendia os doentes com tracoma. Foi verificada uma alta incidência de tracomatosos entre as crianças das escolas públicas da capital, chamando a atenção do governador João de Deus Pires Leal. Diante disso, ele conseguiu incluir no acordo com a União, a instalação de um posto de tratamento especializado para atender o público infantil.

Dessa forma, inicialmente, o atendimento das crianças que frequentavam os estabelecimentos escolares públicos foi realizado no Posto Anti-Tracomatoso

Moura Brasil, com os demais pacientes de outras faixas etárias. No entanto, “[...] para comodidade delles e maior eficiencia do seu tratamento, resolveu-se designar o Grupo ‘José Lopes’ para nelle, e somente nelle, terem matricula os alunos trachomatosos, creando-se alli o Posto Escolar Abreu Fialho, que somente se ocupa do tratamento de escolares.” (MENSAGEM, 1930, p. 18). A conveniência do serviço no tratamento do elevado contingente de contaminados e a tentativa de dificultar o avanço do contágio no meio escolar, foram circunstâncias que fizeram com que fosse designada uma única escola para a matrícula dos doentes, que passaram a ser atendidos no Posto Escolar Abreu Fialho. Essa iniciativa foi pioneira no Piauí, pois se tratava da criação do primeiro serviço especializado implementado pelo Estado, estando, no entanto, restrito a apenas um tipo de doença.

Convênios como aqueles que ocorreram entre o governo do Estado do Piauí e a União, também foram verificados em outras unidades federativas. No entanto, as iniciativas pareceram ter pouco alcance e reduzida eficácia no território piauiense. Isso ocorreu, porque tinham como foco o tratamento das moléstias rurais, existindo um escasso financiamento para as medidas de educação higiênica. Além disso, as iniciativas eram concentradas, apenas, em Teresina, ficando o resto do território piauiense sem contar com os serviços.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado das condições gerais de funcionamento da saúde piauiense, o amparo materno-infantil não era considerado responsabilidade pública, razão pela qual não assumiu a forma de um projeto com ações efetivas durante a Primeira República, aliás, também não existia uma iniciativa federal centralizadora para o atendimento à saúde de gestantes e crianças. Esse quadro permaneceu, apesar do ideário de valorização da infância, que incluía o investimento na saúde como forma de alcançar o progresso do país. Inexistia no Piauí um órgão ou setor administrativo direcionado ao planejamento da assistência à saúde materno-infantil, assim como também não foi identificado um sistema de proteção composto a partir de estabelecimentos de saúde especializados, como maternidades e lactários ou, ainda, seções de pediatria e obstetrícia nas instituições hospitalares de caráter geral.

O que foi verificado, apenas na capital, durante a década de 1920, foi o começo da visibilidade de mães e crianças a partir do funcionamento do primeiro Posto de Saúde do Estado, do Posto de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas, bem como do Posto Escolar Abreu Fialho, único estabelecimento para atendimento exclusivo da clientela infantil. Além disso, também foi determinada oficialmente a criação de um Serviço de Higiene Infantil, no entanto, não foram obtidas informações sobre a sua implementação. Nesse sentido, entende-se que as ações de saúde pública

materno-infantis foram apenas iniciais, de qualquer forma, tornaram-se importantes porque o governo estadual estava, enfim, reconhecendo a importância da assistência especializada para gestantes e crianças, o que, certamente, contribuiu para que assumisse como responsabilidade pública a estruturação de um sistema de saúde direcionado ao atendimento de mães e crianças no Piauí a partir da década de 1930, sobretudo, no período de 1937 a 1945.

## REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BERTUCCI, Liane. Para a saúde da criança: educação do trabalhador jornais operários em São Paulo, início do século XX. *Revista Mundos do Trabalho*, Santa Catarina, v.7, n.13, p. 27-42, jan./jun. 2015.

BRASIL. Constituição (1891). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1891*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03)>. Acesso em: 15 fev. 2015.

BIBLIOTECA Médica Online. *Manual MSD*: edição de saúde para a família. [2016?]. Disponível em: <<http://www.manuaismsd.pt/?id=247&cn=2051&ss=>>. Acesso em: 16 set. 2016.

CARVALHO, José Epifânio de. O tracoma no Piauí. *Revista da Associação Piauiense de Medicina*, Teresina, n. 2, p. 119-124, 1939.

CASTRO SANTOS, Luiz A. Poder, ideologias e saúde no Brasil da Primeira República: ensaio de sociologia histórica. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (Orgs.). *Cuidar, controlar, curar*: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. p. 249-293.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores*: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 2004.

GESTEIRA, Raymundo Martagão. *Puericultura*. Rio de Janeiro: Pan-americana, 1945.

HEYWOOD, Colin. *Uma história da infância*: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HOCHMAN, Gilberto; FONSECA, Cristina M. O. Políticas de saúde e previdência, 1937-45. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 73-93.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares Marinho. *“Manter Sã a Criança Sã”*: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. São Paulo: Editorial Paco, 2018.

MARTINS, Ana Paula Vosne. “Vamos criar seu filho”: os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro v. 15, n. 1, p. 135-154, jan./mar. 2008.

\_\_\_\_\_. Entre a benemerência e as políticas públicas: a atuação da Liga Baiana no século XX. *Gênero*, Niterói, v. 6, n. 1, p. 43-60, 2º sem. 2005.

\_\_\_\_\_. *Visões do feminino*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. *A arte de curar nos tempos da Colônia: limites e espaços da cura*. 2 ed. Recife: UFPE, 2011.

OLIVI, Maria de Lourdes; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. A mãe sob suspeita: falando da saúde da criança em idade escolar. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 213-221, 2007.

PIAUHY. Governo 1891. *Mensagem Lida ao Congresso em Sessão Extraordinária pelo Sr. Governador do Estado Dr. Gabriel Luiz Ferreira no Dia 7 de novembro de 1891*. Therezina: Typ. do Piauhy, 1891.

PIAUHY. Governo 1912-1916. *Mensagem apresentada à Camara Legislativa no Dia 1º de junho de 1913 pelo Exm. Sr. Dr. Miguel de Paiva Rosa, Governador do Estado*. Therezina: Typ. do Piauhy, 1913.

PIAUHY. Governo 1890. *Relatório com que o Sr. 1º Vice-Governador do Estado do Piauhy, Dr. Joaquim Nogueira Parnaguá Entregou a Respectiva Administração ao Sr. Gabino Besouro no Dia 23 de agosto de 1890*. Therezina: Typ. de Honorato Souza, 1890.

PIAUHY. Governo 1910-1912. *Mensagem Apresentada à Câmara Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. Antonino Freire da Silva, Governador do Estado, no Dia 1º de julho de 1910*. Therezina: Typ. do Piauhy, 1910.

PIAUHY. Governo 1910-1912. *Mensagem Apresentada à Câmara pelo Exm. Sr. Dr. Antonino Freire da Silva, Governador do Estado, no Dia 1º de junho de 1911*. Therezina: Typ. do Piauhy, 1911.

PIAUHY. Governo 1924-1928. *Mensagem Apresentada à Camara Legislativa no Dia 1º de junho de 1925, pelo Sr. Dr. Mathias Olímpio de Mello, Governador do Estado*. Therezina: Typ. do Piauhy, 1925.

PIAUHY. Governo 1920-1924. *Mensagem Apresentada à Camara Legislativa no Dia 1º de junho de 1924, pelo Sr. Dr. João Luiz Ferreira, Governador do Estado*. Therezina: Typ. do Piauhy, 1924.

PIAUHY. Governo 1896-1900. *Mensagem Apresentada à Câmara Legislativa, a 1º de junho de 1897, pelo Dr. Raymundo Arthur de Vasconcellos, Governador do Estado*. Therezina: Typ. do Piauhy. 1897.

PIAUHY. Governo 1920-1924. *Mensagem Apresentada à Câmara Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. João Luiz Ferreira, Governador do Estado, no Dia 1º de junho de 1921*. Therezina: Typ. do Piauhy, 1921.

PIAUHY. Governo 1920-1924. *Mensagem Apresentada à Câmara Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. João Luiz Ferreira, Governador do Estado, no Dia 1º de junho de 1922*. Therezina: Typ. do Piauhy, 1922.

PIAUHY. Governo 1928-1930. *Mensagem Apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauhy, pelo Governador Dr. João de Deus Pires Leal, em 1º de junho de 1930*. Therezina: Imprensa Oficial, 1930.

## O ESTADO DE EXCEÇÃO COMO REGRA NO GOVERNO DE ARTHUR BERNARDES (1922-1926)

Data de aceite: 28/01/2020

### Antonio Gasparetto Júnior

Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG)

Juiz de Fora – Minas Gerais

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1666230459145640>

Contato: [antonio.gasparetto@gmail.com](mailto:antonio.gasparetto@gmail.com)

**RESUMO:** Durante a Primeira República no Brasil, nenhum governo fez mais uso de medidas de exceção do que o do Presidente Arthur Bernardes (1922-1926). Quase a integralidade de seu mandato transcorreu em estado de sítio, medida concentradora de poderes no Executivo e responsável por suspender algumas garantias constitucionais. Este texto busca lançar luz sobre esse momento tempestuoso da história do Brasil republicano, no qual o país vivia um regime político liberal-democrático, porém fortemente marcado por condutas autoritárias de governo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estado de Sítio; Primeira República; Arthur Bernardes.

### THE STATE OF EXCEPTION AS A RULE IN THE GOVERNMENT OF ARTHUR BERNARDES (1922-1926).

**ABSTRACT:** During the First Republic in Brazil, no government made more use of exceptional measures than President Arthur Bernardes (1922-1926). Almost the whole of his mandate was in a state of siege, a power-concentrating measure in the Executive and responsible for suspending some constitutional guarantees. This text seeks to shed light on this stormy moment in the history of republican Brazil, in which the country lived a liberal-democratic political regime, but strongly marked by authoritarian conduct of government.

**KEYWORDS:** State of Siege; First Republic; Arthur Bernardes.

### INTRODUÇÃO

A primeira experiência republicana no Brasil, cerca de um século distante de nós, ainda apresenta diversas possibilidades de exploração de seus mecanismos e de suas práticas políticas, econômicas, sociais e culturais. Algumas interpretações se tornaram clássicas na historiografia do período, como as abordagens acerca da suposta “política do café-com-leite”, do voto de cabresto, do coronelismo, da política dos governadores e das políticas econômicas de valorização do café. Ainda assim, nas últimas décadas,



essas abordagens clássicas sofreram releituras que passaram por um caminho de questionamento do que estava estabelecido na historiografia, por meio de novas fontes, novas questões colocadas sobre o passado e de estudos mais regionais que permitiram vislumbrar um mosaico mais complexo do período em questão.

Nesse movimento de novas interpretações acerca da Primeira República, uma das questões que marcou presença constante no período, porém foi marginalmente tratada na literatura, se refere à utilização do instituto constitucional do estado de sítio. Esse instituto esteve presente em nove dos doze governos da Primeira República, com períodos de utilização que variaram de poucos dias a anos de duração. E, apesar de sua notória presença, sua aplicação como regime de exceção na República liberal democrática de 1889 a 1930 foi mencionado apenas *en passant*. Visando, então, suprir essa lacuna, publiquei recentemente obra inédita como temática e iniciadora de um debate que ainda possui muito a oferecer<sup>1</sup>, seja na extensão da Primeira República, seja em análises mais regionais e aprofundadas em momentos e localidades pontuais.

Este trabalho, em específico, pretende abordar questões básicas sobre a utilização do instituto constitucional do estado de sítio em um momento determinado do período, o governo de Arthur Bernardes. A sua relevância para ser destacada neste breve texto consiste no fato do referido governo ter sido aquele que mais se apropriou do estado de sítio durante a sua vigência, tendo ocupado quase a integralidade do mandato em questão. Nesse quadriênio, o estado de sítio, inserido em um contexto já muito específico da década de 1920, viabilizou a perseguição de opositores políticos, dos anarquistas, da população mais carente e indesejada da capital da República, o Rio de Janeiro.

Diante disso, o breve texto que segue está dividido em duas partes. Uma parte introdutória que lança luz sobre algumas relevantes interpretações acerca do governo de Arthur Bernardes. E uma segunda parte que aborda a utilização do estado de sítio no respectivo mandato presidencial.

## INTERPRETAÇÕES DO GOVERNO ARTHUR BERNARDES

Arthur Bernardes assumiu a Presidência da República em 15 de novembro de 1922, já como resultado de um processo eleitoral conturbado que contou com a divulgação e circulação de cartas falsas atribuídas ao candidato em que proferia desrespeitosas ofensas contra os militares. Naquele mesmo ano, os tenentes, camadas médias do Exército, já haviam se revoltado em armas contra o então Presidente Epitácio Pessoa. A revolta foi immortalizada no Forte de Copacabana, de

---

<sup>1</sup> GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. *Atmósfera de Plomo: las declaraciones de estado de sitio en la Primera República Brasileña*. Valência: Tirant lo Blanch, 2019.

onde quase duas dezenas desses militares partiram para o enfrentamento direto e a morte certa.

No início da década de 1920, o descontentamento com a República liberal democrática e, sobretudo, oligárquica, já havia extrapolado. Os tenentes eram quem puxavam os questionamentos exigindo a moralização da política, com eleições secretas e o combate às oligarquias. Tratava-se, no entanto, de uma contestação inicial, já que as grandes oligarquias ainda gozavam de muito poder político, suficiente para eleger os seus escolhidos, como o caso do próprio Arthur Bernardes.

No quadriênio que se iniciou em 1922, Bernardes teve que lidar com os desdobramentos da Revolta do Forte de Copacabana, com os questionamentos sobre a legitimidade de seu mandato, com novas revoltas tenentistas, com as manifestações dos anarquistas e até com uma reforma constitucional. Acerca desses quatro anos de governo, já houve quem tratou Bernardes como um estadista capaz de lidar com as crises da República e assegurar o progresso político e econômico do país<sup>2</sup>. Mas interpretações como essas são demasiadamente utópicas e defasadas. As poucas pesquisas posteriores ressaltaram práticas muito mais violentas e arbitrarias no mandato de Bernardes. Algumas delas, inclusive, violaram direitos humanos básicos.

É fundamental reconhecer que o tenentismo é um dos assuntos mais destacados para o período do governo Bernardes, sobre o qual se debruçaram alguns analisas das Ciências Humanas e Sociais, buscando compreender o seu significado<sup>3</sup>. A revolta dos tenentes de 1922 foi recuperada em São Paulo em 1924 e, no mesmo mandato, uma coluna militar ainda rasgou o Brasil promovendo o enfrentamento com as tropas do governo.

No entanto, o que de mais recente e relevante acerca do período Arthur Bernardes, até então, é a perseguição e repressão que promoveu contra anarquistas e os mais desvalidos Capital Federal. Neste sentido, é fundamental destacar os trabalhos de Alexandre Samis<sup>4</sup>, de Edson Brito<sup>5</sup> e de Carlo Romani<sup>6</sup>. Todos eles revelaram o peso da perseguição promovida por Bernardes contra os anarquistas,

2 MAGALHÃES, Bruno de Almeida. **Arthur Bernardes: estadista da República**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1973.

3 Somente a título de informação, algumas interpretações clássicas a respeito do tenentismo: FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e Política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. DRUMMOND, José Augusto. **O Movimento Tenentista: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935)**. Rio de Janeiro: Graal, 1986. SODRÉ, Nelson Werneck. **A Coluna Prestes: análise e depoimentos**. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1980. CARONE, Edgar. **Revoluções do Brasil Contemporâneo: 1922-1938**. Rio de Janeiro: Ática, 1989.

4 SAMIS, Alexandre. **Moral Pública e Martírio Privado: colônia penal de Clevelândia do Norte e o processo de exclusão social e exílio interno no Brasil dos anos 20**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1999.

5 BRITO, Edson Machado de. **Do Sentido aos Significados do Presídio de Clevelândia do Norte: repressão, resistência e a disputa política no debate da imprensa**. Dissertação (Mestrado em História) PUC-SP, 2008.

6 ROMANI, Carlo. Clevelândia (Oiapoque). Colônia Penal ou Campo de Concentração? In: **Verve**, 4, 2003. ROMANI, Carlo. Clevelândia do Norte – Aqui começa o Brasil! In: **Verve**, 3, 2013.

beneficiando-se do contexto de repressão ao movimento tenentista. Para além disso, a repressão também incluiu populares do Rio de Janeiro tratados como indesejáveis, como os chamados vadios, alcoólatras e prostitutas, por exemplo. Uma colônia foi criada no Norte do país, em Clevelândia, para receber esses indivíduos, que não recebiam recursos quaisquer para sobrevivência, não tinham acesso a infraestrutura básica sanitária e de saúde para a vida ou mesmo eram simplesmente assassinados. Seja pela via direta ou indireta, essas pessoas recebiam condenações à morte ao serem forçadamente transferidas para tal localidade. Dados mais específicos foram brilhantemente apresentados nas referidas pesquisas.

Por fim, é preciso ainda inserir o governo Bernardes em um contexto de análise mais recente e ainda pouco aprofundado, considerando-se as implicações do pensamento nacional-autoritário<sup>7</sup>. No início da década de 1920, ocorre a ascensão de tal postura política na Europa, muito notadamente com o fascismo na Itália. No Brasil, alguns intelectuais flertavam com o fascismo e as noções de centralização de governo e de autoridades seriam muito caras ao Presidente Arthur Bernardes. Desta forma, o que se verá no item a seguir é uma breve explanação da aplicação de um instituto constitucional que viabilizava tanto a centralização quanto a autoridade para o Executivo.

## O ESTADO DE SÍTIO NO GOVERNO ARTHUR BERNARDES

Ao assumir a Presidência da República, Bernardes estava com sua autoridade abalada pelos movimentos contestatórios à sua eleição e ao próprio sistema político vigente. O Presidente tratou de consolidar sua autoridade tentando dominar os estados dissidentes, consolidar a pacificação no estado de Pernambuco, solucionar a questão sucessória no Rio Grande do Sul e na Bahia e promover uma intervenção federal no Rio de Janeiro<sup>8</sup>. Em seu discurso de posse, Bernardes condenava as ideias subversivas que tentavam alterar a estrutura política vigente, dando o recado de que não seria tolerada uma alteração do regime político de fora para dentro<sup>9</sup>. Os envolvidos no levante de julho daquele ano estavam entregues à justiça, que enfrentava a morosidade decorrente do grande número de indiciados e da defeituosa organização processual do país. Dizia Bernardes que “a ordem social precisa estar armada de aparelhos mais expeditos para repressão de culpados e absolvição de inocentes”<sup>10</sup>. De todo modo, o Presidente prometia que não levaria em conta as

7 Sobre isso, verificar: FAUSTO, Bóris. **O Pensamento Nacionalista Autoritário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

8 MAGALHÃES, Bruno de Almeida. **Arthur Bernardes: estadista da República**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1973. (P. 152)

9 BONFIM, João Bosco Bezerra. **Palavra de Presidente: os discursos presidenciais de posse, de Deodoro a Lula**. Brasília: LGE, 2006. (P. 176)

10 BRASIL. Presidente. **Mensagem de Arthur Bernardes ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Impren-

afrontas sofridas durante a campanha eleitoral e não agiria com rancor com aqueles que tanto o criticaram nos últimos meses. Uma mentira. Descumprindo a promessa, Bernardes se dedicou a destruir seus adversários políticos da Reação Republicana, começando por Nilo Peçanha. O Presidente fez uso de uma intervenção federal no Rio de Janeiro para depor o grupo niilista e, no Rio Grande do Sul, golpeou o prestígio e o poder de Borges de Medeiros. Na Bahia também houve uma intervenção que impôs o candidato de Bernardes, Góis Calmon, na eleição estadual. Seus adversários seriam completamente eliminados com a “degola” de 1924 que impediria opositoristas eleitos, como Irineu Machado, de assumirem seus mandatos<sup>11</sup>.

Bernardes era vingativo e fez questão de derrotar os seus inimigos, atacando ferozmente também a imprensa de oposição. O advento do pensamento nacional-autoritário era uma marca do período Entreguerras em que se defendia as tradições históricas e a rígida conduta de um governante. Intelectuais brasileiros mais autoritários como Oliveira Viana<sup>12</sup>, Francisco Campos<sup>13</sup> e Azevedo Amaral<sup>14</sup> começavam a circular suas ideias que, amparadas pelo flerte com o fascismo na Itália, ganhavam adeptos no Brasil na década de 1920. Conforme observa Boris Fausto, os pensadores autoritários não estavam à frente de um movimento, mas tiveram muita influência até 1945. Isto porque a democracia aparentava desmoralizada e a afirmação da nação parecia depender de um sistema político forte. Apesar das diferentes perspectivas, “os nacionalistas autoritários concebiam uma modernização do país de cima para baixo, prescindindo das mobilizações populares, especialmente quando não controladas”<sup>15</sup>. Assim, as transformações viriam do Estado autoritário, centralizador e dotado de extensos poderes. Bernardes incorporou esse governante forte para reprimir a oposição e promover reformas mais centralizadoras e autoritárias em 1926. Nesse contexto, o estado de sítio foi importante ferramenta a serviço de um pensamento autoritário reformulado.

Em 1922, o estado de sítio estava previsto para durar até o dia 31 de dezembro, o que aconteceu. No dia seguinte, contudo, Bernardes apresentou o seu primeiro decreto de sítio. Os estados de sítio de Bernardes consomem uma enorme parte de seu governo. No entanto, diferentemente do que sugere a historiografia, sobre o governo inteiro ter transcorrido em estado de sítio, há um período de cerca de seis

---

sa Nacional, 1923. (P. 8)

11 FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e Política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (P. 54-56)

12 Oliveira Vianna admirava as instituições representativas inglesas e estadunidenses, mas considerava que eram fruto de outro contexto e também não tinham escapado de sua crise. Entendia o regime autoritário como o caminho para a criação de uma nação.

13 Francisco Campos estava no meio do caminho entre os dois. Lidando especialmente com questões econômicas, defendia o controle de indústrias básicas.

14 Azevedo Amaral era o mais modernizante dos três, defensor do capitalismo industrial promovido pelo regime autoritário-corporativo.

15 FAUSTO, Bóris. **O Pensamento Nacionalista Autoritário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. (P. 46)

meses, entre 23 de dezembro de 1923 e cinco de julho de 1924, sem vigência da exceção. No mais, o governo é, de fato, tomado por um regime de exceção. O que se verifica é uma grande expansão da medida pelo território nacional, que passa a abarcar estados que ainda não haviam estado sob vigência do instituto. O Presidente recebeu as alcunhas na imprensa de “Presidente do Sítio” e de “Calamitoso”<sup>16</sup>, pois foram, no total, 42 meses sob o estado de sítio, o mais longo da história da República.

O duradouro estado de sítio de Arthur Bernardes repercutiu diretamente na crise cambial, causando desconfiança no cenário internacional por causa da inexistência de agressão estrangeira e de comoção intestina, como definia a Constituição. Por meio do Banco do Brasil, o Presidente chegou a emitir 752.900:000\$000<sup>17</sup>. Um gerente de banco estrangeiro teria dito: “Querem que o câmbio suba? Suspendam o sítio!”<sup>18</sup>. Ou seja, o estado de sítio foi acompanhado também pelo desequilíbrio das contas públicas, em paralelo à crise das oligarquias e das medidas reformistas arbitrárias. O longo período de exceção não foi homogêneo, passou por fazes distintas.

Os meses de novembro e dezembro de 1922 transcorreram sob o estado de sítio de Arthur Bernardes herdado de Epitácio Pessoa. O Senador Justo Chermont até tentou revogar o uso do instituto e da censura no dia 29 de novembro, porém sua proposta foi negada<sup>19</sup>. Já no primeiro dia de 1923, Bernardes publicou o seu primeiro decreto de sítio aplicando a medida para um período de 120 dias, que correspondia às férias do Legislativo, no Distrito Federal e no estado do Rio de Janeiro. Bernardes dizia que havia tomado a decisão a contragosto e que seu governo teria “exercido uma ação moderada de prevenção, embora disposto a empregar as mais enérgicas providências”<sup>20</sup>. Na prática, o sítio serviria para Bernardes perseguir seus críticos da campanha eleitoral e afirmar a sua autoridade. Antes de o Congresso se reunir para expediente ordinário, Bernardes prorrogou o sítio, em 23 de abril, nos mesmos territórios. Uma prorrogação que se estenderia até o dia 31 de dezembro. Ou seja, pela primeira vez, o uso do estado de sítio teria vigência em um ano completo. De tal modo que o primeiro ano efetivo de governo transcorreu todo em regime de exceção. Sobre a duração pretendida do sítio, Bernardes entendia que seria melhor “prevenir a desordem, eliminando-lhe as causas, do que reprimi-la”. Suas medidas só atingiriam os que tentassem subverter a ordem estabelecida, de tal modo que o povo ordeiro, a imprensa bem orientada e de processos limpos e todas as classes

16 MAGALHÃES, Bruno de Almeida. **Arthur Bernardes: estadista da República**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1973. (P. 168-179)

17 DOCUMENTOS PARLAMENTARES. **Estado de Sítio. Volume XII (1924-1925)**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1930. (P. 428-437)

18 DOCUMENTOS PARLAMENTARES. **Estado de Sítio. Volume X (1922-1923)**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1925. (P. 405)

19 MAUD, Leda Maria Cardoso. Estado de Sítio. In: **Revista de Informação Legislativa**, setembro de 1965. (P. 121)

20 BRASIL. Presidente. **Mensagem de Arthur Bernardes ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923. (P. 15)

sociais teriam as mesmas garantias do regime normal, “acrescidas da tranquilidade oriunda da certeza de que o Governo pode agir com presteza e segurança contra os perturbadores quaisquer da paz pública”<sup>21</sup>.

Arthur Bernardes se valeu do estado de sítio para derrubar a máquina política niilista no Rio de Janeiro, o mantendo até 31 de dezembro de 1923 para coincidir com a posse do novo Presidente do estado<sup>22</sup>. Além da intervenção federal que minou o grupo político de Nilo Peçanha. No final de 1923, Bernardes tinha o controle completo, causando uma ideia enganadora de tranquilidade e domínio que o levou a suspender o estado de sítio. A suspensão da exceção foi condicionada à imposição de rigorosa censura, controlando as informações passadas ao público<sup>23</sup>. Enquanto isso, no entanto, os militares conspiravam sobre nova revolta.

Depois daqueles 365 dias de sítio em 1923, finalmente o país viveria uma folga do instituto no governo de Bernardes. Por sinal, ela seria mínima, pois um novo sítio seria declarado em 19 de março de 1924 com duração de 30 dias no estado da Bahia apenas. No discurso, havia a necessidade de se reprimir a desordem pública causada naquele estado. Na prática, era a opressão contra opositores políticos. Ou seja, não foi o levante militar de São Paulo que retomou o uso da medida naquele ano de 1924, houve um período prévio de aplicação do sítio no Nordeste. Sobre ele, o governo teria se limitado a exercer

O ano de 1925 seria tecnicamente muito semelhante ao ano de 1923. Nova declaração de sítio no primeiro dia do ano com prazo de vigência de 120 dias e uma prorrogação que o esticaria até o final do ano. Novamente, o Brasil teria 365 dias completos de um ano civil submetidos ao estado de sítio. Seria o ano de maior extensão territorial da medida de exceção até então verificado na República, envolvendo dez estados (Amazonas, Pará, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) mais o Distrito Federal. No Amazonas, três militares e 11 civis foram presos<sup>24</sup>, mas o próprio Presidente do estado Efigênio Ferreira de Sales os colocou em liberdade. Na Bahia, algumas prisões foram efetuadas por suposta descoberta de um plano que atentaria contra a vida do governador baiano Francisco Marques de Góes Calmon. Este abriu, então, um crédito suplementar de mil contos de Réis, em 15 de julho de 1924, para

21 BRASIL. Presidente. **Mensagem de Arthur Bernardes ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923. (P. 16)

22 GALVÃO, Laila Maia. **História Constitucional Brasileira na Primeira República: um estudo da intervenção federal no estado do Rio de Janeiro em 1923**. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. (P. 144)

23 SAMIS, Alexandre. **Moral Pública e Martírio Privado: colônia penal de Clevelândia do Norte e o processo de exclusão social e exílio interno no Brasil dos anos 20**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1999. (P. 64)

24 Militares presos: Joaquim Alves de Lima Verde, Antônio José Guimarães e Arthur Martins da Silva. Civis presos: Crisanto Jobim, Francisco Pereira da Silva, Olegário da Luz Castro, Paulino Amorim de Brito, Francisco das Chagas Aguiar, Carlos da Silva Mesquita, Antonio Cavalcante de Oliveira Lima, João Franklin de Alencar Araripe, Marciano Armond, Domingos Alves Pereira de Queiroz e Washington Melo. Fonte: AMAZONAS. **Relatório do Governo**. Manaus: Tipografia da Imprensa Pública, 1926. (P. 11-14)

atender “as despesas e providências acautelatórias em bem da ordem pública”<sup>25</sup> na vigência do estado de sítio. Além disso, a Bahia enviou quase a totalidade do 19º Batalhão de Caçadores para combater os rebeldes em São Paulo<sup>26</sup>, 649 para o Rio Grande do Sul e 652 para Sergipe<sup>27</sup>. No Pará, a revolta paulista teria colocado em risco a vida do Presidente Antonino de Sousa Castro, mas não foram encontrados registros sobre possíveis detenções<sup>28</sup>. O estado permaneceria em regime de sítio até 1926 enfrentando certos transtornos nas cidades de Alemquer e Óbidos, mas ninguém foi detido e apenas medidas preventivas teriam sido tomadas suficientes para manter a paz<sup>29</sup>. No Paraná, houve enfrentamento com os revoltos em fuga de São Paulo, causando a morte de seis indivíduos<sup>30</sup>. O Presidente Caetano Munhoz da Rocha afirmava que o sítio facilitava as ações do governo, mas “ninguém sofre no Paraná por ser adversário do governo ou desafeto do Presidente ou prosélito de qualquer crença religiosa. Todos gozam da mesma liberdade, a todos se faz justiça”<sup>31</sup>. Justificando haver paz em seu estado e nenhum preso político. Nos demais estados, nenhuma manifestação oficial ocorreu sobre a vigência do estado de sítio.

Naquele ano, Bernardes não esperaria a chegada de 1926 para nova prorrogação da medida, ela foi publicada ainda no dia 31 de dezembro de 1925, para se estender até 30 de abril de 1926. O decreto incluía o estado de Goiás por causa da passagem da Coluna Prestes por seu território, que, por sinal, seria o único motivo para abalar a ordem pública, gerando o empenho de expulsão dos rebeldes, de acordo com o Presidente Brasil Ramos Caiado<sup>32</sup>. E, como de hábito, sua prorrogação até o final do ano veio antes do vencimento do prazo, em 23 de abril. A quantidade de localidades submetidas ao regime de exceção foi se reduzindo, porém, na prorrogação de abril daquele ano, a medida envolveu também o estado do Ceará, por conta da passagem da Coluna Prestes<sup>33</sup>. O Exército brasileiro foi quem menos participou da repressão à Coluna Prestes, as principais forças legalistas que a combateram foram as polícias militares estaduais, os batalhões patrióticos formados por iniciativa dos chefes locais com voluntários armados e grupos de jagunços<sup>34</sup>. O Presidente do Ceará José Moreira da Rocha alegou, no entanto, que não passou de

25 BAHIA. **Relatório do Governo**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1925. (P. 142)

26 BAHIA. **Relatório do Governo**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1925. (P. 127)

27 BAHIA. **Relatório do Governo**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1926. (P. 187)

28 PARÁ. **Relatório do Governo**. Pará: Instituto Lauro Sodré, 1924.

29 PARÁ. **Relatório do Governo**. Pará: Instituto Lauro Sodré, 1926. (P. 8)

30 O Tenente Joaquim Tabora Ribas, os Sargentos Fernando Frederico Schultz e Higino Pedro dos Santos, os Cabos Alfredo Schmidt e Félix Alves da Conceição e o Praça Olímpio Nascimento. Fonte: PARANÁ. **Relatório do Governo**. Curitiba: 1925. (P. 84)

31 PARANÁ. **Relatório do Governo**. Curitiba: 1925. (P. 137)

32 GOIÁS. **Relatório do Governo**. Goiás: 1926.

33 A ocasião em que a Coluna Prestes esteve mais perto de tomar uma capital estadual foi durante sua passagem pelo Piauí. Porém o estado não chegou a ser incluído no regime de exceção do estado de sítio. Ver: CASTRO, Chico. **A Coluna Prestes no Piauí**. Brasília: Senado Federal, 2008.

34 DRUMMOND, José Augusto. **O Movimento Tenentista: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935)**. Rio de Janeiro: Graal, 1986. (P. 147-148)

medida preventiva em seu estado, pois ninguém teria sofrido com o sítio<sup>35</sup>. Também foi se reduzindo a atenção que o Presidente prestava ao regime de exceção em suas mensagens anuais ao Congresso. Em 1925, Bernardes não tratou das medidas do sítio e de suas conveniências, o citou apenas uma vez e abordou o movimento sedicioso de julho de 1924 ao tratar do abalo da ordem e da legalidade, ressaltando a vitória dos legalistas<sup>36</sup>. Em 1926, o Presidente foi muito sucinto ao tratar de um sítio que havia sido prorrogado até o início do governo de seu sucessor. Por ser sua última mensagem oficial ao Congresso no prazo de seu mandato, enaltecia-se mais pela vitória sobre o movimento revolucionário dos tenentes<sup>37</sup>.

## CONCLUSÃO

Como pode se notar, os anos de 1923, 1925 e 1926 transcorreram integralmente na vigência do estado de sítio. De imediato, duas questões devem ser ressaltadas. A primeira é que, novamente, o estado de sítio seria uma transmissão presidencial. Isto porque o candidato eleito Washington Luís tomaria posse em 15 de novembro de 1926 e receberia o regime de exceção em seus primeiros meses de governo. Por sinal, essa prática se tornou comum em todas as sucessões presidenciais da Primeira República desde Wenceslau Brás. Uma segunda questão é correlata, pois se refere às eleições. Sendo o estado de sítio mais constante e longo da República, ele incluiu períodos de eleições municipais, estaduais e federais. Nas localidades que conviviam com um cotidiano de exceção, foram várias as suspensões do sítio. O governo tentava demonstrar que os processos eleitorais em tais localidades eram livres e democráticos. Apesar disso, Arthur Bernardes incorporou os princípios do pensamento nacional-autoritário de promover reformas de dentro para fora, de cima para baixo, e exercer um poder extenso atribuído ao Executivo. Nos seus quatro anos de mandato, seus opositores políticos foram perseguidos, seus mecanismos de oposição desarticulados e mesmo uma reforma constitucional foi aprovada, promovendo exatamente esses ideais centralizadores do poder no Executivo na Primeira República.

## FONTES

AMAZONAS. **Relatório do Governo**. Manaus: Tipografia da Imprensa Pública, 1926.

BAHIA. **Relatório do Governo**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1925.

35      CEARÁ. **Relatório do Governo**. Fortaleza: Tipografia Gadelhaz, 1926. (P. 44-47)

36      BRASIL. Presidente. **Mensagem de Arthur Bernardes ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

37      BRASIL. Presidente. **Mensagem de Arthur Bernardes ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1926.



BAHIA. **Relatório do Governo**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1926.

BRASIL. Presidente. **Mensagem de Arthur Bernardes ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

BRASIL. Presidente. **Mensagem de Arthur Bernardes ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

BRASIL. Presidente. **Mensagem de Arthur Bernardes ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1926.

CEARÁ. **Relatório do Governo**. Fortaleza: Tipografia Gadelhaz, 1926.

DOCUMENTOS PARLAMETARES. **Estado de Sítio. Volume X (1922-1923)**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1925.

DOCUMENTOS PARLAMETARES. **Estado de Sítio. Volume XII (1924-1925)**. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1930.

GOIÁS. **Relatório do Governo**. Goiás: 1926.

PARÁ. **Relatório do Governo**. Pará: Instituto Lauro Sodré, 1924.

PARÁ. **Relatório do Governo**. Pará: Instituto Lauro Sodré, 1926.

PARANÁ. **Relatório do Governo**. Curitiba: 1925.

## REFERÊNCIAS

BONFIM, João Bosco Bezerra. **Palavra de Presidente: os discursos presidenciais de posse, de Deodoro a Lula**. Brasília: LGE, 2006.

BRITO, Edson Machado de. **Do Sentido aos Significados do Presídio de Clevelândia do Norte: repressão, resistência e a disputa política no debate da imprensa**. Dissertação (Mestrado em História) PUC-SP, 2008.

CARONE, Edgar. **Revoluções do Brasil Contemporâneo: 1922-1938**. Rio de Janeiro: Ática, 1989.

CASTRO, Chico. **A Coluna Prestes no Piauí**. Brasília: Senado Federal, 2008.

DRUMMOND, José Augusto. **O Movimento Tenentista: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935)**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FAUSTO, Bóris. **O Pensamento Nacionalista Autoritário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e Política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GALVÃO, Laila Maia. **História Constitucional Brasileira na Primeira República: um estudo da intervenção federal no estado do Rio de Janeiro em 1923**. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. **Atmósfera de Plomo: las declaraciones de estado de sitio en la**

**Primera República Brasileira.** Valência: Tirant lo Blanch, 2019.

MAGALHÃES, Bruno de Almeida. **Arthur Bernardes: estadista da República.** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1973.

MAUD, Leda Maria Cardoso. Estado de Sítio. In: **Revista de Informação Legislativa**, setembro de 1965.

ROMANI, Carlo. Clevelândia (Oiapoque). Colônia Penal ou Campo de Concentração? In: **Verve**, 4, 2003.

ROMANI, Carlo. Clevelândia do Norte – Aqui começa o Brasil! In: **Verve**, 3, 2013.

SAMIS, Alexandre. **Moral Pública e Martírio Privado: colônia penal de Clevelândia do Norte e o processo de exclusão social e exílio interno no Brasil dos anos 20.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A Coluna Prestes: análise e depoimentos.** Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1980.

## A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE JOSÉ FRAGELLI (1947-1987)

Data de aceite: 28/01/2020

Data de submissão: 18/11/2019

### Vinicius de Carvalho Araújo

Mestre e doutorando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso (PPGHIS/UFMT).  
vcaraujo@terra.com.br

**RESUMO:** Este trabalho trata do resumo de uma pesquisa de doutoramento em História sobre a trajetória política de José Fragelli (1915-2010). O seu objetivo é apresentar um breve panorama da forma como pesquisa está esquematizada do campo teórico, metodológico e documental. Para tanto é feita uma introdução com uma rápida descrição do personagem central e seu período histórico. A seguir o texto se concentra nos principais autores de referência para pesquisa, com destaque para Pierre Bourdieu e Pierre Rosanvallon. Na metodologia são definidos os conceitos de história oral, biografia e história das ideias. Por fim, serão expostos os resultados obtidos até agora e uma breve discussão sobre eles.

**PALAVRAS-CHAVE:** Biografia; José Fragelli; Mato Grosso, Elites políticas.

### FRAGELLI (1947-1987)

**ABSTRACT:** This article is about the summary of a doctoral's research in History on the political trajectory of José Fragelli (1915-2010). Its purpose is to present a brief overview of how the research is conceived in the theoretical, methodological and documentary field. For that, it is made an introduction with a fast description of the central character and his historical period. Next, the text focuses in the main reference authors for the research, with emphasis for Pierre Bourdieu and Pierre Rosanvallon. In the methodology are defined the concepts of oral history, biography and ideas's history. At the end, will be exposed the results obtained so far and a short discussion about them.

**KEYWORDS:** Biography; José Fragelli; Mato Grosso; political elites.

### 1 | INTRODUÇÃO

De todos os Estados brasileiros, Mato Grosso talvez seja um dos que mais mudou na segunda metade do século XX. Pode-se presumir, para os fins desta pesquisa, que tais transformações socioeconômicas tiveram impacto na natureza do processo político, redefinindo sua substância e métodos, agregando novos atores como os industriais,

### POLITICAL TRAJECTORY OF JOSÉ

classe média urbana e rural, proletariado, massas populares, empresários do *agribusiness* e também no governo estadual.

No caso específico do campo político, Bourdieu (1989) apontou que devemos observar os determinantes econômicos e sociais da divisão de trabalho político. Se olharmos numa perspectiva da macro-história veremos que em 1947 Mato Grosso era um grande território, pequeno em população e de maioria rural. No censo de 1950 30,23% da população estava na zona urbana, com 69,77% rural. Já em 1991 houve uma virada completa, com 76,14% da população urbana e 23,86% rural na média dos dois Estados. Se considerarmos só Mato Grosso do Sul chegamos a 79,44% urbana e 20,56% rural. O número dos habitantes dos dois somados cresceu mais de 7 vezes, ocupando a 5ª posição dentre os Estados que mais cresceram no entre 1950 e 1991, sendo que Mato Grosso sozinho ficou em 3º lugar.

A figura de José Fragelli surge, portanto, como peça importante para a melhor compreensão das relações de poder no campo político matogrossense neste período. Sua trajetória política nos permite refletir sobre a natureza da política e dos regimes democráticos contemporâneos, opostos àqueles mais oligárquicos ou aristocráticos de outrora e pode ser utilizada como instrumento de compreensão da lógica e da dinâmica do campo político mato-grossense neste período selecionado.

José Fragelli nasceu em Corumbá no dia 31/12/1915, filho do médico Nicolau Fragelli e de Maria Fontanillas Fragelli. Seus pais eram descendentes de imigrantes europeus que chegaram a Corumbá após o final da Guerra com o Paraguai (1864-1870), quando em decorrência da abertura da navegação na Bacia do Rio da Prata, o comércio exterior foi ampliado e o porto da cidade passou a ser o principal empório de toda a região<sup>1</sup>. Fragelli tem um currículo político ímpar, com passagens por posições como deputado estadual, relator da Constituição de 1947, líder da oposição e da situação na Assembleia Legislativa, secretário de Estado, deputado federal, membro de diretório municipal e estadual da UDN, presidente estadual da Arena-MT, Governador, Senador, Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional e Presidente da República, em substituição a José Sarney (1986).

Durante todo este período, transitou pela elite política matogrossense e nacional, com destaque para um conjunto de famílias tradicionais que tinham grande protagonismo em Mato Grosso uno. Por meio de laços sociais e políticos, Fragelli ligou-se com quatro famílias centrais, os Alves Ribeiro, Barbosa Martins, Coelho e Saldanha Derzi. Suas relações também com os meios de comunicação foram importantes, já que foi diretor geral do principal jornal do SMT e hoje de Mato Grosso do Sul, O Correio do Estado nos primeiros anos de circulação. Fragelli sempre manteve relações muito próximas com o divisionismo sulista, desde assinatura no documento fundador da Liga Sul Matogrossense (1934), passando pela proposta de mudança

1 Entrevista com Cláudio Luiz Fontanillas Fragelli. Campo Grande, 17/11/2007.

da capital para Campo Grande na Constituinte de 1947, pelo Movimento Dividir para Multiplicar (1959) até a participação direta nas articulações que culminaram na Lei Complementar 31/77.

## 2 | TEORIA

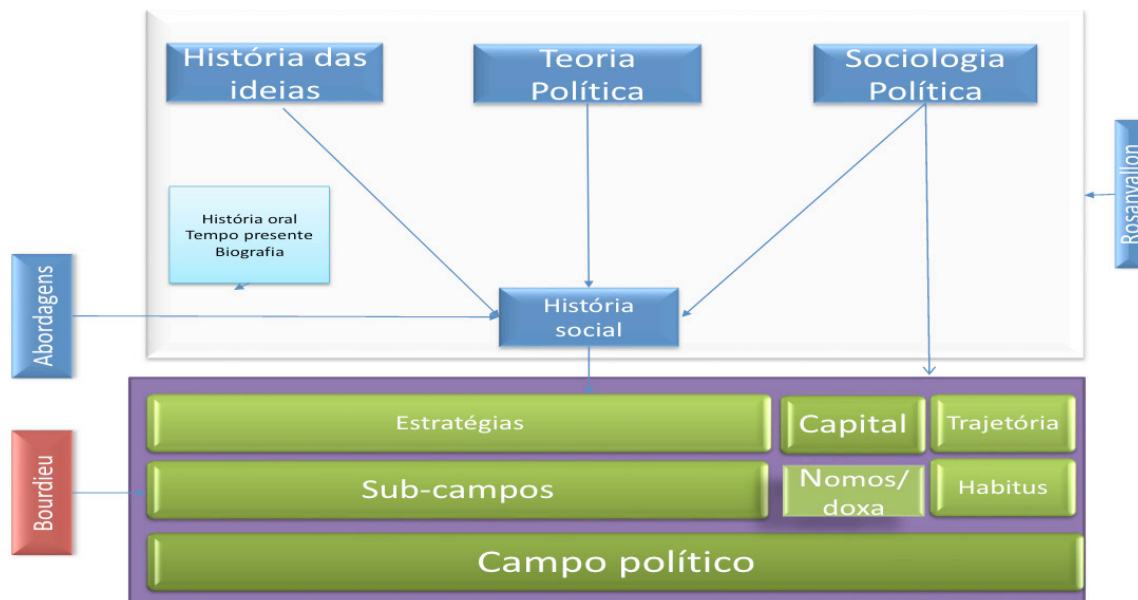


Figura 1 – Diagrama com modelo teórico da pesquisa

Rosanvallon (2010) avançou nesta compreensão de pluridisciplinaridade para a história política e formulou a noção de história conceitual do político. Ela seria uma área interdisciplinar, situada entre a história social, a sociologia política, a teoria política, e a história das ideias, articulando os conceitos de todas elas em busca da melhor compreensão de questões contemporâneas. Assemelha-se à análise política, que também se nutre de teorias e métodos de várias ciências sociais para analisar melhor uma determinada conjuntura ou situação. O diferencial da história seria dotar tal análise da perspectiva larga e de longo prazo necessária para observá-la com maior profundidade, praticando a genealogia.

Rosanvallon (2010) enfatizou o caráter presente da história, a exemplo de outros autores da historiografia. Quer dizer, toda e qualquer reflexão baseia-se em situações contemporâneas relativas à consolidação da democracia, que é permeada por algumas tensões e equívocos como em relação ao seu sujeito, à disputa entre ciência e opinião e também entre liberdade e poder. Seria pensar a democracia seguindo o fio de sua história. Ela se distingue das demais disciplinas pelo objeto, que é a evolução dos problemas democráticos e trabalha nos interstícios daquelas. É, portanto, a forma e a matéria necessária para um pensamento total do político, por sua abordagem integradora. Rosanvallon (2010) destaca que só é possível

apreender o político num nível “bastardo”, ou seja, mestiço, localizado entre as práticas e as representações.

No Brasil ainda há poucos autores mais sintonizados com as inovações citadas, o que pode ser entendido pela defasagem verificada em relação aos centros da disciplina em virtude da necessidade de formação de toda uma geração de pesquisadores conforme os novos cânones apontados por Fico & Polito (1996) para posterior multiplicação. Cabe destaque à renovação da historiografia política realizada no Rio de Janeiro em várias instituições como Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV).

Sob liderança da professora Marieta de Moraes Ferreira vários trabalhos foram desenvolvidos utilizando as novas referências teóricas e metodológicas da história oral, do tempo presente e, sobretudo, da nova história política. Autores como Sarmiento (2008), Américo Freire (2015), Surama Conde de Sá Pinto (2011), João Edson Fanaia (2010) e Marly Motta (2001) fizeram parte deste movimento. Aportaram em suas obras categorias de análise válidas como aquelas apresentadas pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, como campo político, habitus e os vários tipos de capital existentes numa sociedade.

Para Bourdieu (1989), as interações humanas são melhores compreendidas na forma de campo. Espaços de convívio, como o social, o religioso, o intelectual, o burocrático e o político, podem ser visualizados não de modo topográfico ou geográfico, mas sim relacional. Seriam compostos por um conjunto de relações entre agentes e instituições, gerando a estrutura de um determinado setor da sociedade.

Abordei num artigo sobre a descuiabanização da política matogrossense (2014) que os campos são espaços estruturados de posições num determinado momento que apresentam algumas características, como o monopólio dos profissionais, a acumulação de capital social ou cultural, o habitus e o poder simbólico. Já o habitus significa o sistema de disposições que condicionam os modos de pensar, agir, fazer e perceber, promovendo a interiorização das sociedades nos indivíduos e a mediação entre estrutura e ação. Por fim, o poder simbólico determina a distinção social entre as pessoas envolvidas e as posições de cada agente e instituição. O campo tende também a se dividir em polos, como situação x oposição, direita x esquerda ou pelos partidos, adotando uma estrutura diádica ou triádica.

Portanto, para compreender o funcionamento de um campo específico é imperativo mapear as posições ocupadas por aqueles que produzem, utilizam e reproduzem um determinado habitus, e suas relações entre si. A posição é a causa e resultado do habitus do campo. Vale lembrar ainda que a divisão do trabalho político varia em função do volume de capital acumulado e da forma de sua distribuição na sociedade em análise. Conforme Thiry-Cherques (2006) os tipos de capital incluem

econômico (bens e dinheiro), cultural (conhecimento), social (relacionamento), político (monopólio dos profissionais) e simbólico (prestígio).

O político é composto pela força das ideias propostas no campo, a capacidade de mobilização, o grupo que adota, papel do homem político como porta-voz. Há ainda as leis que regulam as lutas (nomos) e as estratégias que cada ator adota para conservar o capital que já possui ou subverter. Por fim, vale explicitar o conceito de trajetória, por sua centralidade para esta pesquisa. A trajetória pode ser definida como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente num espaço, expressando a objetivação das relações entre os agentes e as forças no campo. Esta estrutura das relações objetivas entre os agentes determina o que vai acontecer.

Para MONTAGNER (2007) a ideia central para o entendimento da proposta bourdieusiana de análise dos campos é a construção diacrônica da trajetória dos grupos e agentes. Só é possível entender a dinâmica por meio da trajetória de um agente que tenha exercido posições centrais do campo político. A ocupação de tais posições só ocorre com apoio de estruturas políticas, econômicas e sociais, como família, partidos, aparelho do Estado nos poderes Executivo e Legislativo, a imprensa, os militares e as empresas.

### 3 | METODOLOGIA

Barros (2004) sugeriu uma forma de organização das pesquisas em dimensões, abordagens e domínios, que será adotada para fins desta pesquisa. A classificação diz o seguinte:

1 – Dimensões ou “modo de ver” (enfoque): o que se pretende ver em primeiro plano numa sociedade historicamente localizada ou historicizada. Fatores que ajudam a definir a realidade social (população, economia, sociedade, cultura, poder). A presente pesquisa pode ser classificada na dimensão da história política.

2 – Abordagens ou “modo de fazer” (método): tipos de fontes com as quais trabalha a História, seu tratamento e a relação com o campo observado. No caso desta pesquisa a abordagem inclui a história oral, a análise do discurso, a história do tempo presente e a história regional.

3 – Domínios ou “quem faz a história” (temas): Referem-se aos objetos (ambientes sociais) e sujeitos (agentes históricos) da história. Campos temáticos da história – História das mulheres, rural, marginais, massas, religião, urbana, vida, privada. Aqui entra a biografia e a história das ideias.

Trataremos agora do instrumental que proporcionará melhor abordagem ao domínio selecionado. Começamos pela biografia. Ela foi selecionada para esta

pesquisa, seguindo Sarmiento (2008), por estar em linha com o debate historiográfico acerca das relações entre indivíduo e sociedade, de acordo com a nova narrativa biográfica.

Ao longo dos momentos de renovação epistemológica da história ela foi também questionada em seus fundamentos. Foi apenas a partir da década de 1960 que a biografia teve uma reabilitação, quando um novo paradigma emergiu na historiografia. Isto se deveu à crise do marxismo após o maio de 1968, à libertação de uma história quantitativa que subjugava a história factual e um movimento que passou a situar a biografia numa posição intermediária entre o particular e o coletivo, o que permite analisar entre relação entre o indivíduo e as estruturas sociais e políticas que o cercam, inclusive as relações entre o herdado e o adquirido. Entretanto o aspecto mais importante foi à valorização do individualismo que marca nosso tempo. Ela atende a uma busca coletiva pelo eu, que consegue se definir melhor pela distinção com o outro.

Assim, toda biografia é um grande teste, avançando do um ao múltiplo e do grupo à sociedade. O principal apontamento de Levillain (2003), portanto, refere-se ao cuidado que o biógrafo deve tomar ao definir os objetivos da sua pesquisa. Se eles forem apologéticos, teremos uma biografia à moda antiga, na qual todos os passos do biografado eram vistos como parte de uma caminhada triunfal ao seu destino manifesto. Se for denunciata, só os aspectos negativos serão destacados. Uma biografia correta deve minimizar os impactos da ideologia e buscar a personalidade do biografado com as suas contradições e nuances, assim como a sua relação também ambígua com seu contexto social e político.

Levi (1996) foi nesta mesma linha e indicou também alguns cuidados que o biógrafo deve ter. Ele ressalta que a maioria das questões metodológicas da historiografia contemporânea refere-se à biografia, em particular nas relações com as demais ciências sociais. Dentre os vários tipos de biografia apontados por ele, a proposta para esta pesquisa é da biografia e contexto, na qual o meio e a ambiência são importantes para caracterizar a singularidade da trajetória em questão. Sua principal recomendação é que o personagem seja utilizado como ponto de vista para análise da rede de relações e obrigações externas que o envolvem, bem como do funcionamento efetivo das normas sociais vigentes no seu período. Bourdieu (1996) afirma que a biografia permite ainda delinear melhor as relações entre as posições ocupadas (trama), focando no estudo das trajetórias dos indivíduos em meio aos campos que percorreram. A “ilusão biográfica” consiste da impossibilidade de reconstituir uma vida por completo e que a forma de mitigar este problema é a reconstrução da superfície social e da pluralidade de campos onde age o indivíduo a cada momento.

François Dosse (2009), em sua história da biografia, traz também algumas



observações pertinentes para esta pesquisa. Primeiro o cuidado de situar o trabalho no que ele chama de idade hermenêutica, marcada pela aproximação com a filosofia, as interpretações, a fragmentação, a heterocronia, o caráter reflexivo, as questões do sujeito e a subjetividade. Deve-se evitar os determinismos e as causalidades rigorosas, voltando-se sempre que possível para o humano, o sujeito e a ação. Dosse define a biografia como um excelente campo de experimentação para o historiador, que deve tomar os devidos cuidados com o caráter híbrido do gênero e as tensões permanentes entre o viés científico, o elemento ficcional e a aspiração à verdade.

Cabe destacar algumas características da abordagem da história oral, em virtude do grande número de entrevistas utilizadas por esta pesquisa. De acordo com François (2002), a história oral deve ser vista como mais que uma técnica ou ciência auxiliar da história do tempo presente, por três razões principais: 1 – Pode recuperar narrativas registradas na forma escrita de períodos mais antigos; 2 – Pelo seu potencial documental e heurístico (salto qualitativo); e 3 – Por suscitar novos objetos e nova documentação, além de estabelecer uma relação original entre o pesquisador e os sujeitos da história. Vale lembrar-se da história do tempo presente, bem como de sua articulação com a história oral. Segundo Ferreira (2000), com o advento da pós-modernidade, houve uma revalorização da análise qualitativa e da subjetividade, e considerou-se que a construção do passado atende às necessidades do presente. Tudo isto remeteu para os relatos orais, cuja proximidade tornou-se um auxílio fundamental para melhor entendimento da realidade, pela articulação entre a descrição das determinações e interdependências desconhecidas.

Os dados primários e secundários serão coletados, portanto, com recurso a vários instrumentos. Dentre eles destaca-se a análise de documentos como

- 1 - Correspondência pessoal, partidária e governamental;
- 2 – Documentação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, organizada pelo seu Instituto Memória;
- 3 – Documentação da Câmara dos Deputados;
- 4 – Documentação do Senado Federal;
- 5 – Documentação do Poder Executivo Estadual (atos administrativos);
- 5 – Depoimentos;
- 6 – Bibliográficas;
- 7 – Artigos, monografias, teses e dissertações;
- 8 – Jornalísticas;
- 9 – Fotográficas;
- 10 – Audiovisuais;
- 11 – Documentação dos processos judiciais;

12 – Documentação ligada ao ambiente intelectual e político do curso de Direito da Universidade de São Paulo na década de 1930; e

13 – Arquivos do Exército e Força Aérea.

Teremos que falar também da história das ideias. Ela foi definida por Barros (2007) como aquele domínio que trata da formação e evolução dos vários tipos de ideias. Aqui entram vários tipos de discurso, ideias coletivas, políticas, filosóficas, científicas, paradigmas, pensamentos sistematizados, aquelas que suportam movimentos sociais, etc. Será importante para compreender melhor a cultura política manifestada por José Fragelli na sua produção discursiva, com destaque para a ideologia.

#### **4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados da pesquisa até o presente momento consistem na reunião da documentação dos vários tipos apontados no item 3 (metodologia). As fontes bibliográficas estão praticamente todas coletadas. Faltam alguns depoimentos, fontes jornalísticas e documentais, com destaque para o arquivo pessoal do personagem. O próximo passo será definir com clareza o modelo teórico baseado nos principais autores apontados, com destaque para Pierre Bourdieu e Pierre Rosanvallon. Além disto a pesquisa precisará fazer suas opções sobre conceitos centrais para analisar a trajetória de José Fragelli e a evolução do campo político de Mato Grosso. Aqui entra o autoritarismo instrumental bem trabalhado por Wanderley Guilherme dos Santos citado por Gentile (2014), coronelismo, oligarquias, populismo, dentre outros.

Além daquelas já citadas antes, já foram identificadas as principais obras Bourdieu e Rosanvallon e também alguns de seus intérpretes. Para o primeiro vale citar Trigo (1998), Meichsner (2007), Cavalcanti (2012) e Ortiz (1983). Já no segundo apontamos Schramm (2016), Silva (2009) e Annunziata (2016) como referências para maior aprofundamento posterior.

#### **5 | CONCLUSÕES**

As conclusões apontam para a adequação do marco teórico escolhido para a pesquisa, com algumas revisões derivadas da maior aproximação com os autores. A abordagem terá que ser bem clareada, em particular nos aspectos relativos à biografia e trajetória de vida. Isto será de suma relevância para o desenvolvimento do trabalho resultante.

## REFERÊNCIAS

- ANNUNZIATA, Rocío. La democracia exigente. La teoría de la democracia de Pierre Rosanvallon. Andamios. Revista de Investigación Social, vol. 13, núm. 30, enero-abril, 2016, pp. 39-62
- BARROS, José D'Assunção. História das Ideias – em torno de um domínio historiográfico. **Locus: revista de história**. Juiz de Fora, v. 13, n. 1, 2007. Pg. 199 – 209.
- BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. Pg. 183 - 191.
- BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. **Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. 1989. Capítulo VII. Pg. 163 - 207.
- CAVALCANTI, Vinícius Manrique. Bourdieu leitor de Weber: pistas para a gênese do conceito de campo. Revista Caderno de Ciências Sociais da UFRPE. Julho-Dezembro 2012.
- DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: Editora Edusp, 2009.
- FANAIA, João Edson de Arruda. **Elites e práticas políticas em Mato Grosso na Primeira República (1889-1930)**. Cuiabá: Editora UFMT, 2010.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do Tempo Presente: desafios**. Petrópolis: Cultura Vozes v.94, nº 3, p.111 a 124, maio/jun., 2000.
- FICO, Carlos & POLITO, Ronald. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos – tentativa de avaliação crítica. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A velha história: teoria, método e historiografia**. Campinas: Papirus, 1996.
- FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002**.
- FREIRE, Américo. **Uma capital para a República: poder federal e forças políticas locais**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015.
- GENTILE, FABIO. A tensão autoritarismo-liberalismo em Oliveira Vianna. Elementos para uma nova leitura do conceito de “autoritarismo instrumental”. IX ENCONTRO DA ABCP. Área de trabalho Pensamento político brasileiro. Brasília, DF. Pensamento político brasileiro. 04 a 07 de agosto de 2014.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. Pg. 167 a 182.
- LEVILLAIN, Phillipe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2003. Capítulo 5. Pg. 141 a 184.
- MEICHSNER, Sylvia. El campo político en la perspectiva teórica de Bourdieu. Iberóforum. Revista de Ciencias Sociales de la Universidad Iberoamericana, vol. II, núm. 3, 2007, pp. 1-22.
- MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº 17, jan./jun. 2007, p. 240-264.
- MOTTA, Marly. **Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado da Guanabara**. Rio de Janeiro: Editora

FGV, 2001.

ORTIZ, Renato. Pierre Bourdieu. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Editora Ática, 1983.

PINTO, Surama Conde de Sá. **Só para iniciados... O jogo político na antiga capital federal**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2011.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.

SARMENTO, Carlos Eduardo. **O espelho partido da metrópole. Chagas Freitas e o campo político carioca: liderança, voto e estruturas clientelistas**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Folha Seca, 2008.

SCHRAMM, Luanda Dias. O desprezo da política eleitoral: crise da representação e legitimidade contra-democrática na obra de Pierre Rosanvallon. *REVISTA DEBATES*, Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 107-129, set.-dez. 2016.

SILVA, Ricardo. **Pierre Rosanvallon e as Metamorfoses da Legitimidade Democrática**. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. 28 a 31 de julho de 2009, Rio de Janeiro (RJ). Grupo de Trabalho: Estado e Sociedade na Modernidade Atual.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Rev. Adm. Pública*. Vol. 40, n.1, pp.27-53, 2006. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122006000100003>. Acessado em 12/09/2017 às 20h.

TRIGO, Maria Helena Bueno. Habitus, campo, estratégia: uma leitura de Bourdieu. *Cadernos CERU*. Série 2 – nº 9 – 1998.

FRAGELLI, Cláudio Luiz Fontanillas. Entrevista I. [Nov. 2007]. Entrevistador: Vinicius de Carvalho de Araújo. Campo Grande-MS. 1 arquivo.mp3 (60 min.).

## OS CRONISTAS E SUA MUSA: RESSIGNIFICAÇÕES DO RIO DE JANEIRO DIANTE DA MUDANÇA DA CAPITAL

Data de aceite: 28/01/2020

Data de submissão: 03/11/2019

**Larissa Leal Neves**

Doutoranda em História - Universidade de Brasília  
Formosa-Goiás

<http://lattes.cnpq.br/8852233133845243>

**RESUMO:** Realizada durante o mandato do presidente Juscelino Kubistchek (1956-1961), a construção e transferência da capital para Brasília fez muitas dúvidas surgirem no Rio de Janeiro, então capital, no que se referia ao seu futuro. Entre 1959-1960, tais incertezas sobre a cidade carioca ganham as páginas dos jornais e se tornam assunto obrigatório para os seus cronistas. Focando-se nesse último ano no jornal *O Globo* e três de seus cronistas (Henrique Pongetti, Elsie Lessa e Rubem Braga), este estudo busca pelas ressignificações da cidade, como engendradas pelos escritores, diante do novo quadro político que se delineia. Trazendo à tona os ideais de cidade que permeiam a nova capital e o modo como são comparadas com a antiga capital pelos cronistas, aparecem temas como a natureza, a história e o lugar do poder. Sendo um espaço híbrido, entre jornalismo e literatura, as crônicas ora se aproximam ora se afastam do veículo que as publica quanto ao posicionamento político em relação à Brasília,

mas sobretudo convergem quanto às novas possibilidades de representação do Rio de Janeiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** História e cidade. História e literatura. Cronistas brasileiros.

### CHRONICLERS AND THEIR MUSE: RIO DE JANEIRO'S RESIGNIFICATIONS FACING THE CAPITAL CHANGE

**ABSTRACT:** During the term of President Juscelino Kubistchek (1956-1961) was happened the construction and transfer of the capital to Brasilia which raised many doubts about the future in Rio de Janeiro then capital of Brazil. Between 1959-1960, such uncertainties about the city of Rio gain newspaper pages and become a mandatory subject for their chroniclers. Focusing this last year on the newspaper *O Globo* and three of its chroniclers (Henrique Pongetti, Elsie Lessa and Rubem Braga), this study seeks for the resignifications of the city as engendered by the writers in the face of the new political framework. Focusing the city ideals that permeate the new capital and the way as they are compared with the old capital by chroniclers appears themes such as nature, history and the place of power. As a hybrid space between journalism and literature the chronicles sometimes approach sometimes keep away of the newspaper that publishes

them regarding the political position in relation to Brasília, but above all they converge on the new possibilities of representation of Rio de Janeiro.

**KEYWORDS:** History and city. History and literature. Brazilian chroniclers.

## 1 | INTRODUÇÃO

A transferência da capital, no governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961), do Rio de Janeiro para Brasília concretizou-se em meio a muitas dúvidas, tanto com relação à realização da grande obra urbanística da nova capital quanto ao destino da antiga capital. Este estudo debruça-se sobre esse segundo centro para o qual se voltavam os questionamentos à época, a cidade do Rio, partindo das representações engendradas por alguns dos intelectuais que contribuíam com os jornais no período, os cronistas do Rio. Mais especificamente, são nossas fontes as crônicas produzidas por três cronistas que publicavam diariamente em *O Globo*, um jornal em pleno crescimento: Henrique Pongetti (1898-1979), Rubem Braga (1913-1990) e Elsie Lessa (1914-2000).

Efetuada em tempo recorde, a construção da nova capital e a transferência da sede do governo federal para o centro-oeste geraram, ao longo de todo o período que duraram, intensos debates na antiga capital sobre o que restaria ao Rio de Janeiro política, econômica, social e culturalmente. Como aponta Marly Motta (2001), basicamente as posições marcavam-se, de um lado, pelos argumentos de que a cidade tinha na sua razão de ser a capitalidade (um aspecto sobretudo identitário, no sentido de se reconhecer na capital também a identidade nacional), e temiam que a mudança para Brasília causasse danos irreparáveis ao funcionamento da urbe (o desemprego, a queda na arrecadação) e à sua própria essência, já que ela “nascera” para representar o Brasil; de outro lado, pela certeza de que a cidade não sucumbiria facilmente apenas em razão da troca de sede do poder, pois tinha outras qualidades a seu favor (a atividade portuária, o comércio, o turismo), e a identificação da nação com ela não se perderia por decreto. No entanto, nas crônicas essa dualidade parece ter-se diluído em razão de um interesse comum: engendrar uma imagem positiva para o futuro carioca.

Nos jornais da ainda capital, o debate se acentua na medida em que as obras no planalto central avançam, sendo no último ano da construção, entre 1959-1960, que o assunto passa a ser mais recorrente e as posições estão tomadas. Por essa razão, esse é o período abordado neste estudo, um intervalo curto e intenso de incertezas históricas. A crônica, fazendo jus à sua posição de gênero literário do cotidiano da cidade, em especial da cidade carioca, já que é ali que de fato se dá o seu nascimento e suas transformações, oferece-nos um rico caleidoscópio desse momento, em que os cronistas, como parte da intelectualidade que tem sua voz

divulgada pelos jornais, utilizam-na para expressar os sentidos da transferência, ressignificando a cidade diante da iminente perda. Nesse viés, o papel deste estudo é compreender esses sentidos expressos pelos cronistas, tidos como parte de uma intelectualidade em ação a favor de sua musa, a cidade do Rio de Janeiro.

## 2 | OS CRONISTAS E SUA MUSA: O DEBATE E O OLHAR POÉTICO NA IMINÊNCIA DE SER EX-CAPITAL

Não era possível que às vésperas de 21 de abril de 1960, dia prenunciado para a mudança da capital, os jornais e seus cronistas ignorassem o grande evento nacional. Contrários ou favoráveis, “mudancistas” ou “anti-mudancistas”, já não importava, a transferência estava sendo solenizada. No entanto, a polarização criada com a nova capital não se resolvia assim, ao menos para aqueles que ficavam na antiga sede: a questão não é apenas saber o que será e como funcionará Brasília e os caminhos da nação, mas também o que será do Rio de Janeiro, agora intitulado Estado da Guanabara.

*O Globo* era um dos jornais com maior tiragem do Rio de Janeiro (187 mil exemplares diários em 1958, chegando a 218 mil, em 1960), o que lhe garantiu grande poder de influência (BARBOSA, 2007, p. 155). Desde 1957, quando a nova capital começou a ser erguida, o periódico construiu ferrenha oposição a ela, especialmente noticiando “os escândalos” de Brasília – como, em novembro de 1959, o detalhamento recorrente em torno do inquérito que estava sendo instaurado na Câmara dos Deputados sobre “desvios” e “malversação” do dinheiro empregado na construção – e a tomada de posição de políticos frente a elas, sendo notórios ainda o uso dos espaços não assinados nas páginas de política e economia como simples notícias.

Apesar disso, no dia 21 de abril, a primeira página do jornal anuncia “Brasília e Guanabara emocionam o país”, e divide-se entre a “Mensagem aos cariocas”, “A despedida do Catete”, a constatação de “Brasília inaugurada” e a “Saudação do governador ao povo da Guanabara”, com grandes fotos das solenidades, nas duas cidades, estampadas (O GLOBO, n. 10.417, p.1).

Os cronistas também expressam seus sentimentos diante da nitidez de um novo momento histórico.

Henrique Pongetti, cronista veterano que assina, na página 3, cercado por notícias de cunho político-econômico, a coluna sugestivamente intitulada “O Show da Cidade”, ofertara na véspera seus votos de *Boa sorte, Brasília* (O GLOBO, n. 10.416, p.3), sem dirigir-se, porém, realmente à nova capital, mas evocando apaixonadamente o passado do Rio de Janeiro, desde a sua fundação, ressaltando a chegada da Família Real, em 1808, à “renovação da cidade” na Primeira República

e no Governo Vargas: “A cidade apesar de tudo continua sendo a mais bela do mundo”. Seus votos de “boa sorte” à Brasília resumem-se apenas à esta frase “Boa sorte, Brasília. Natifeita Brasília, boa sorte”, à qual já emenda o comparativo ao Rio de Janeiro: “A sorte paradoxal desta terra, onde o rei começou mandando fazer casas de pau para enganar a vista, casas que o tempo revelou serem sementes de construções ciclópicas, casamatas do futuro”.

No dia da transferência, a crônica *Vida Nova* (O GLOBO, n. 10.417, p.3) volta-se completamente para esse futuro, que então se abre, a Guanabara, despedindo-se com rancor: “Temos em nosso bolso a chave da casa e a trancaremos aos indesejáveis (...) Haveremos mesmo de sentir a gostosura de pôr em ordem a louça, expulsos da loja os macacos”. Esses, ressalte-se, são os políticos e funcionários ligados diretamente ao Governo Federal, “o parente mais pomposo, causador de constrangimentos, de cerimônias, de salamaleques”. Ambas as crônicas de Pongetti demonstram a valorização da antiga capital, agora estado, sobre a nova capital, pela evocação de um “passado glorioso” bem como de um “futuro glorioso”, a ser construído “longe da política”.

Rubem Braga, veterano e um dos grandes nomes da crônica naquele momento, que assinava sua sessão na segunda página, também cercado de notícias político-econômicas, e cujo título era apenas “A crônica de Rubem Braga” (seu nome em letras maiores) no dia da inauguração prefere falar sobre a questão do petróleo e da reforma agrária. Dois dias depois, a 23 de abril, é que dedica texto a *O novo estado* (O GLOBO, n. 10.419, p.2), observando que “aí estamos nós, do Rio, em estado de Estado: e tomar estado é tempo de tomar siso”. No entanto, em *Espírito Santo*, publicada em 20 de abril (O GLOBO, n. 10.416, p.3), em que descreve sua última visita ao seu estado natal, ele já adiantara: “Mas aqui estou eu falando do Espírito Santo e o assunto hoje seria Brasília. Mas Brasília que se inaugure e que se dane; estou de mau-humor; e a pobreza que vi no meu Estado não me deixa achar graça em seus fogos de artifício – de excessivo artifício”. Dois elementos são aí essenciais: a negação da importância de Brasília, recusando-se a falar dela nos dias próximos à transferência – e, quando o faz, é de maneira irônica –, e a projeção do futuro da antiga capital a partir do entendimento do momento como um marco histórico.

Enquanto isso, Elsie Lessa, com seu “Globe-trotter”, publicado na primeira página da segunda sessão, dedicada às diversidades e aos assuntos culturais, tira férias e envia eventualmente suas “crônicas de veraneio” de Caxambu (MG). Retorna apenas em maio, e não se manifesta sobre a inauguração. Ela que, entre 21 e 28 de agosto de 1959, quando convidada à visitar as obras da nova capital, o que era comum na época, dedicara uma série de crônicas em tom bastante elogioso a Brasília e declarara-se mudancista.

No entanto, chegar a esse quase apaziguamento diante do momento não foi



simples. Para se compreender as representações do Rio de Janeiro naquele contexto é preciso uma incursão maior no conjunto de crônicas dos autores, seguindo a construção desses discursos e seus engendramentos no imaginário, aqui entendido, conforme Bronislaw Baczko (1985), como o “lugar” onde se criam as identidades de grupo, dos grupos sobre os outros, a importância das instituições sociais, o lugar ocupado pela sociedade na história, entre outras questões que estão inscritas no seu sistema simbólico e que movem as ações do homem e que, por isso, é espaço fundamental para a coesão social.

O olhar desse conjunto entre os anos de 1959 e 1960, último ano da meteórica construção de Brasília, permite compreender essas representações que ressaltarão a história da cidade do Rio, a política, suas belezas naturais, o seu cosmopolitismo e mesmo os seus problemas, como engendrados no cotidiano, do qual a crônica se nutre e que é condição mesma de sua existência, sendo, como descreveu Sandra Pesavento (1997, p. 31), “registros sensíveis de um tempo”, o que permitiria captar “o sentido das ações e das formas dos homens do passado perceberem a si próprios e ao mundo”.

Luiz Simon (2006) destaca o cronista como um intelectual que cria suas obras ao longo dos acontecimentos e na troca com o público, sendo interpelado por uma gama de assuntos díspares que se fazem importantes no dia-a-dia, pensando os problemas imediatos da sociedade *na* vida cotidiana da cidade, de que não se distancia. Desse ponto de vista, Pongetti, Lessa e Braga são intelectuais do Rio de Janeiro e, em um momento chave de sua história, não poderiam eximir-se do debate.

Uma primeira questão a ser observada no modo como eles participam dessa contenda é como o “ideal” do projeto de Brasília é representado, e como ele se relaciona ao Rio de Janeiro. Para isso, retornaremos ao ano de 1959.

Elsie Lessa publica, em 29 de junho daquele ano, *Brasília em filme* (O GLOBO, n. 10.168, p.1, seção 2), em que comenta o filme sobre a construção da nova capital feito por Carlos Niemeyer (que ela não nomeia e que, ao que tudo indica, trata-se de uma película experimental, não comercializada). Confessando que ainda não fora a Brasília, diz que somente quando viajou ao exterior deu-se conta do tamanho dessa “ideia”, do “bem que representa essa ideia meio louca de uma nova cidade, uma nova capital, sendo construída, às pressas, em força e beleza para o futuro”. O discurso oficial da “cidade moderna”, para um “Brasil moderno”, e o moderno entendido como aquilo que se volta “para o futuro”, é o que aparece nessa crônica. A cronista-narradora começa a mostrar-se empolgada com esse ideal, sublinhando as características arquitetônicas mostradas no filme, com “lirismo e majestade”. Mas o que torna o seu encantamento, e, por consequência, o discurso oficial, mais forte é a imagem criada ao final: “Vejo com inveja as ruas em que o homem, restituído à sua inicial dignidade, não tenha que disputar, assustado e encolhido, aos veículos

de rodas, o seu lugar no chão ou na vida”. Nesse sentido, a transferência da capital é vista como uma salvação para o país, que terá em sua nova capital um modelo de vida urbana a seguir, um guia para o futuro, papel que o Rio de Janeiro já não cumpre.

Também em *Brasília-Pasárgada*, de 16 de julho (O GLOBO, n. 10.183, p.1, seção 2), Lessa trabalha essa imagem da nova capital envolta num ideal de cidade, o qual é já expresso no título que faz referência ao poema de Manuel Bandeira, “Vou-me embora pra Pasárgada”. Dessa vez, porém, conta relatos de personagens, de idades, profissões e classes diferentes, que estão mudando-se para Brasília muito otimistas: “E quase não conheço quem não esteja indo para a nova Pasárgada. É uma fuga, uma desforra, uma promessa de renovação: ir para Brasília”. A estratégia de “dar voz” a vários personagens afirma, então, esse desejo generalizado por “renovação”, como fora sublinhado na crônica anterior, mesmo que dessa vez não haja oposições explicitadas. O ideal urbano moderno, evocado como a utopia de “Pasárgada”, aparece suficiente em si mesmo.

Já Pongetti publica, em 03 de novembro, *Kafkiana* (O GLOBO, n. 10.276, p.3), com base no comentário de um congressista, nomeado como Zevi, no congresso de críticos de arte e urbanistas, que chamara Brasília de “cidade kafkiana”. O cronista explica que a surpresa que Brasília causa não é pela sua estética, mas pela sua criação artificial, uma cidade sem passado, sem “alma”, “a alma transferida às coisas inanimadas pelas gerações que se vão deste mundo”. A comparação feita é com a “Europa de cidades sobrepostas, de épocas mortas enterradas umas em cima das outras, onde temos debaixo dos pés a companhia dos ancestrais, e cada passo nosso é um elo indissolúvel no tempo”. Essa bela imagem mostra, ao mesmo tempo, a importância atribuída à história de uma cidade e a aproximação desejada com o ideal europeu. Nesse sentido, mesmo que não seja dito diretamente nessa crônica, é o Rio de Janeiro que mais se aproxima do ideal civilizatório europeizante, por mais que Brasília guarde engenhosidade urbana e estética.

Em outra crônica, esta de 09 de março de 1960, *Postura bilaquiana* (O GLOBO, n. 10.381, p.3), depois de comentar sobre notícia de que o presidente não permaneceria em Brasília após sua gestão, e comparar a nova capital a um “sapato novo comprado sem experimentar”, o cronista afirma que “ninguém abandona o Rio sem azedume”, e relata, de maneira entusiasta sobre ser a cidade “um prêmio geográfico”: “esse mar, essas mulheres, esse cio atmosférico, esse dengo, esse tantã hipnótico de batucadas invisíveis, esse céu cambiante e imaginoso que veste de tons inefáveis a escabiose dos edifícios”. A descrição remete a uma cidade em que natureza e urbe se conciliam de maneira ideal, e faz oposição à Brasília comparada a um “relógio suíço”, cujo funcionamento perfeito é resultado de uma artificialidade.

Retornando alguns meses, de volta a 1959, em 23 de dezembro, Rubem

Braga também desenha uma Brasília marcada pela artificialidade. *A cidade feliz* (O GLOBO, n. 10.319, p.2) associa suas observações sobre a arquitetura e urbanística de Brasília, “bela, mas artificial”, com “jeito de coisa importada”, a considerações políticas, a começar pela aparente “ausência” de desigualdades sociais. Ao fazer essa oposição com a organicidade de uma cidade que não nasce pronta (ele não cita nenhuma diretamente), destaca tanto elementos lúdicos (como o poeta bêbado, o sobrado mal-assombrado), quanto os indesejados (ciganos ladrões), destacando que na nova capital “o rico não será afrontado pelo barraco do pobre, nem o encontrará no seu trajeto”. Trata-se, de uma mescla de imagens que tem em uma perspectiva política o seu fundamento, e através dela critica um projeto de cidade “ideal”, daí que sua observação seja contundente: “Eu compreendo o ideal dessa cidade, uma cidade feliz para uma possível humanidade melhor; mas em volta permanecerá um Brasil misterioso e triste, que ela não entenderá”. O Rio, que não é citado nessa crônica, pode ser percebido na evocação desse outro Brasil, do lado de fora da cidade ideal, uma cidade orgânica onde tanto o lúdico quanto as desigualdades marcam presença.

Em apenas uma dessas crônicas o Rio de Janeiro é citado diretamente, nas demais podemos percebê-lo apenas por referências, mas nelas o que está em jogo é, no momento de incertezas, destrinchar o valor desse novo ideal de cidade. Isso, porém, não é feito com base em análise de “projetos”, em abstrações. Os três cronistas apresentam seus pontos de vista pautados em observações do cotidiano, no caso, como Brasília ainda é uma construção, no cotidiano das cidades que eles conhecem. Fazendo um apanhado desse cotidiano nas crônicas: Lessa ressalta a cidade superlotada, sufocada, intransitável, que é uma constante nas crônicas da autora voltadas para a vida carioca (por exemplo, *Um milhão a menos* (1958), *Depressa, antes que maio acabe* (1959), *Retrato de tarde* (1959)), à qual a organização de Brasília vem se opor; Pongetti, em contrapartida, destaca a cidade como lugar onde a história é feita e que, por sua vez, a dota de vida (esse motivo é exatamente o que seria valorizado nas crônicas *Boa sorte, Brasília e Vida Nova*, que celebram o destino do Rio de Janeiro como Estado da Guanabara, em 1960, mostradas ao início), bem como a vivacidade de sua paisagem, que conjugaria natural e urbano; enquanto isso, Braga apega-se aos problemas sociais, tão típicos das cidades orgânicas quanto sua beleza histórica (“seus mistérios”), assunto esse que é apontado ao final de *Espírito Santo*, como vimos, mas que o cronista retoma várias vezes (por exemplo, *Povo limpo* (1958) e *Pinte-se* (1959)).

Existe, então, um ideal moderno de cidade e sociedade em pauta com a construção de Brasília, aceito por Lessa e questionado por Pongetti e Braga, mas que, de toda forma, é como os cronistas opõem-na à sua antiga capital, o Rio de Janeiro.

Acontece que Brasília é parte fundamental do plano desenvolvimentista do Presidente Kubitschek, “meta-síntese” para onde todas as demais devem confluir: simboliza o novo Brasil, porque demonstra as suas “potencialidades”. Como aponta Márcio de Oliveira (2005, p. 65), ela representa a era do progresso, sempre almejada, agora apresentada como “racional, além de ser política, econômica e socialmente defensável”, portanto, possível. Concretiza, com isso, uma “nova nacionalidade” moderna, em um novo momento na eterna busca pela inserção na modernidade. Nesse caso, o Rio de Janeiro poderia até representar a nação, mas a nação passada, de uma espécie de “progresso passado”, que não vingou. O novo ideal de cidade é apresentado nesse momento pelo urbanismo modernista do pós-guerra, conforme José Lamas (2004), cuja direção é a recusa da cidade tradicional, investindo-se em formas e configurações totalmente novas. É, assim, um ideário marcadamente comprometido com o futuro, de costas para o passado, em seu aspecto físico, psicológico e social. É portanto, com esse ideal que os cronistas comparam o Rio, fazendo vir à tona tanto a sua desorganização, como os problemas sociais em seu seio, mas também a sua história, a sua paisagem urbana e natural.

O questionamento desse ideal representado por Brasília também se dá em torno da ideia do poder associado ao Governo, como podemos perceber nas crônicas em que Pongetti e Braga, especificamente, abordam como este “se retira” da cidade e suas consequências. As observações feitas entre uma cidade que abriga o poder e uma cidade que pode, em vez disso, exaltar os seus prazeres, é o que é trabalhado em algumas delas.

Logo ao início de 1959, em 12 de janeiro, Henrique Pongetti, já questionando sobre o que seria feito dos imóveis do Governo Federal no Rio, em *O espólio de Brasília* (O GLOBO, n. 10.028, p.3) abre também caminho para uma bem-humorada, e muito sugestiva, resolução quanto aos bens de Petrópolis, histórica cidade de veraneio do poder central, desde o Império. Após levantar a possibilidade de barganhas políticas, que mostram a corrupção no Rio e estender essa preocupação a Petrópolis, desliza o assunto da política apresentando uma terceira opção, a de que a residência de verão da Presidência assim permaneça: “no meu franco entender, o melhor álibi para o chefe do Governo matar suas saudades do Rio, e ali cansar-se mais um pouco, será descansar em Petrópolis. Não façam tolices, deixem a casa sempre pronta”. É assim que constrói, de maneira apenas indireta, a representação do lugar do Rio após a transferência: para ele, a antiga capital continuará tendo o seu lugar especial como espaço de lazer privilegiado.

No ano seguinte, em *Cidade-mulher*, de 13 de fevereiro (O GLOBO, n. 10.362, p.3), o cronista aprofunda suas observações a respeito do Rio de Janeiro como lugar do prazer a partir de uma observação sobre o “espírito” da cidade: associando características femininas e masculinas aos tipos de cidades, defende

que a mudança de capital permitirá que o Rio seja a “cidade-mulher” prenunciada por Álvaro Moreyra, não mais uma cidade “androgizada”, “uma paraíba”, conforme corrompido o seu caráter natural pelo poder. Insinuando que o problema do Rio era ter permanecido como sede do poder, defende, com ar jocoso, que “Governo Federal deve se instalar em lugares viris, que não arrastem os legisladores à adoção de uma filosofia hedonista”. Nesse sentido, acha interessante que a cidade continue a ser, oficialmente, local de veraneio do presidente (faz uma analogia com presidentes americanos), retomando, portanto, o que defendera na crônica *O espólio de Brasília*, sobre Petrópolis. Comparando Brasília, “cidade natipronta, sem tradição espiritual”, cercada de “enormes vazios e silêncios”, e o Rio, com “seus banhos de mar e de civilização”, deixa clara a “vocaçãõ” da ex-capital para uma vida prazerosa, não artificial, como poderá ser a de Brasília, já que “só o tempo constrói a alma das cidades”.

Em *Petits-sous*, de 16 de abril (O GLOBO, n. 10.413, p.3), já com o destino político do Rio definido para tornar-se Estado da Guanabara tão logo seja realizada a transferência, Pongetti comenta sobre os boatos de que a marchinha Cidade Maravilhosa venha a tornar-se Hino da Guanabara, mais uma vez colocando em destaque as características hedonistas do Rio, que são louvados no marchinha. Além de reforçar a representação da “cidade maravilhosa”, que pulsa em *Cidade-Mulher*, a crônica também usa o possível novo hino para mostrar Brasília como símbolo do progresso e do trabalho, no entanto, em contexto provocativo, pois “não combina” com o hino nacional, o qual “mete um acalanto e lhe faz um cafuné para você não se lembrar de saltar do berço esplêndido”. Demonstra, assim, o hino nacional como inapropriado ao novo momento após a construção de Brasília, “um ultraje ao trabalho nacional”. O interessante é justamente que essa “crítica” aparece ao lado da exaltação da “vocaçãõ do prazer” do Rio, o que deixa perceber tratar-se de uma ironia ao discurso do progresso promovido pelo governo com Brasília, ao mesmo tempo que uma negaçãõ do poder associado a uma capital, assim como em *Cidade-Mulher*, e que está presente ainda na penúltima frase: “deitado em berço esplêndido não se conquista nem a liberdade nem a prosperidade”.

Nessas crônicas, podemos perceber a riqueza da identidade carioca sendo trabalhada principalmente distanciando-se do poder central, ao qual se associa ora a corrupção, ora a sisudez, ora o slogan (ao qual se faz uma sutil chacota) do progresso. A negaçãõ do “lugar do poder” torna-se mais forte, principalmente por ser a fonte dos males do Rio, e permite que outras qualidades suas sejam ressaltadas sem que a cidade se perca como referência no imaginário. Em especial, reivindicando-se a supremacia pela beleza natural e pelos prazeres por ela proporcionados, sem que estes deixem de ser índices de civilizaçãõ.

Nas crônicas de Braga também essa associaçãõ entre o deixar o poder e o

voltar-se para as qualidades naturais da cidade é bastante forte.

Em *O destino do Rio*, de 05 de janeiro de 1960 (O GLOBO, n. 10.328, p.2), o cronista narrador diz-se “cronista provinciano”, “sem qualquer ambição federal”, e que por isso não pretendia mudar-se para Brasília, preferindo ficar no Rio “remoendo minhas melancolias à beira-mar”. Coloca-se, portanto, alheio ao clima de poder, e reiterando sua escolha pela cidade não por ser ela a capital, mas pelas suas qualidades marítimas, inclusive sendo essa característica que ele ressalta para a cidade “seguir em frente”, em razão de seu porto. Já em 24 de março, publica *A mudança* (O GLOBO, n. 10.394, p.2), em que relembra que esta será um momento histórico, mas reitera sua vontade de dele não tomar parte, ficando na ex-capital, agora considerando-a “outro acontecimento não menos histórico”, preferindo recolher-se em sua “simples tristeza estadual”. Nessa posição melancólica, evoca a lua, fazendo-a iluminar o que considera a grandeza do Rio: “a lua de Brasília terá a luz da glória, mas a nossa velha, triste lua, continuará abençoando lombos de montanha, seguirá beijando ondas e ouvindo sambas – a não ser que à última hora (essa gente é capaz de tudo) levem a lua também, de mudança”.

Nesse sentido, a paisagem urbano-natural não é simplesmente “compensatória” para o esvaziamento político do Rio, mas maior e mais importante para o carioca que esse poder, que, pelo contrário, deve ser compreendido como algo que usurpou o brilho da cidade durante longo tempo – muito embora também o passado imperial seja evocado como época de ouro por Pongetti... É claro que não se pode ler estas crônicas sem voltar-se também para uma oposição política que se insinua quanto ao governo Kubitscheck, e que, assim, seria a verdadeira face do poder criticado, e isto inscreveria esses dois cronistas na linha de oposição seguida por *O Globo*.

No entanto, se na década de 1950 a mítica da imparcialidade, advinda do jornalismo americano, é o que começava a dominar nos jornais (BARBOSA, 2007), os cronistas não são parte direta dela. Nesse período, esses cronistas publicam em um espaço destinado às “crônica de diversidades”, já totalmente diferenciado de um cronista “especializado”. A diferenciação das crônicas por temáticas, conforme ressalta Chalhoub et al (2005), se inicia no fim do século XIX, sob as novas demandas do jornalismo, diminuindo o leque de abordagens de cada cronista: “assuntos como a política, o teatro, o esporte e a memorialística, embora se fizessem desde o início presentes nas produções dos cronistas brasileiros, passaram a merecer seções próprias, pautadas por lógicas e regras específicas” (CHALHOUB ET AL, 2005, p. 17).

Tal especialização, porém, não impediria que alguns cronistas se mantivessem como responsáveis por colunas de maior variedade de assuntos, mas sem necessitar preocuparem-se em destrinchar os “assuntos sérios”, e é isso que definiria os “cronistas de variedades”. Quem vai fazê-lo são justamente aqueles que utilizam de

uma linguagem mais “solta”, com maior liberdade criativa, que tratam o cotidiano da cidade sem limites de “área do conhecimento”, uma leitura feita pelo sensível, pelo recurso à memória, pelo uso do lirismo aplicado às coisas triviais da cidade, pelo humor diante das situações corriqueiras, etc. É com esse olhar que devemos entender as crônicas anteriormente vistas e pensar que o fato de esse tipo de texto, “não-sério”, construído no entrelugar da literatura com o jornalismo, ter tanto espaço nos jornais da época pode dar-nos uma dimensão de sua importância na construção do imaginário sobre a cidade, tal como Sandra Pesavento (1997, p. 34.) designa “não só o sistema de ideias e imagens que toda comunidade constrói para si, mas, também, um conjunto de significados de que esta representação coletiva é portadora”.

Assim, o cronista, que não é *especializado* em assunto nenhum, mas fala a partir do que observa na cidade, com seu olhar atento e, claro, suas referências, e não necessariamente *deve* enquadrar-se na linha editorial do jornal.

Não podemos deixar de salientar, com isso, que essas crônicas são construídas com uma liberdade poética e uma subjetividade explícita que, simultaneamente, as desprendem de um compromisso político-partidário com o jornal que as veicula, como dito, e as aproxima do leitor, que encontra ali caminhos para identificar-se, como cidadão carioca.

Nesse ponto, cabe ressaltar a legitimação da voz do cronista como intelectual no jornal. Isso porque o cronista capta os discursos que são emitidos na sociedade, inserindo sua voz e ressignifica-os, à sua maneira. Acontece que, como foi apontado por Michel Foucault (2014), por mais que todos possam participar dessa infinita colaboração discursiva, não são todos que são legitimados a dizê-lo. Antes, o discurso é “aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2014, p. 10). O intelectual, como alguém cuja sociedade reconhece que detém conhecimento, é um dos sujeitos que tem o poder de dizer, que *pode* emitir determinados discursos como verdadeiros. Segundo Foucault (2014, p. 25) é preciso entender o autor (que neste contexto utilizamos como parte do mesmo campo semântico do intelectual) “como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência”. Dessa maneira, não se trata da “originalidade” de seus discursos, os quais, na verdade, são impossíveis de resgatar, mas é a originalidade de sua organização sócio-semântica que contribui à sua legitimação.

Sendo assim, o cronista tem um poder legitimado de dizer aquilo que ele percebe sobre a vida cotidiana, muitas vezes retirada dos próprios discursos populares, às vezes mesmo os mais “clichês” – como fica evidente em crônicas como *Brasília-Pasárgada*, de Lessa, em que esses discursos são parte da construção narrativa. Acontece que, assim como em outros gêneros literários, a crônica se apropria de

discursos que circulam no cotidiano, que Foucault (2014, p. 21) diz “passarem com o ato mesmo que os pronunciou”, e remodela-os em discursos que serão retomados, criando novos discursos. É ao fazer isso que o cronista, como diz Sandra Pesavento (1997), eterniza as vozes das ruas, as impressões do tempo.

É nesse sentido que podemos entender, então, as representações do Rio à época, engendrando-se no contexto da transferência da capital, em oposição à Brasília (seja de maneira positiva ou negativa), e na direção de afirmar sua identidade em um momento em que os sujeitos históricos estão cercados de incertezas. Sem negligenciar que “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (FOUCAULT, 2014, p. 25), precisamos pensar também que, se não são novas aquelas representações do Rio, o momento histórico em que são evocadas não só permite como clama pela sua ressignificação, a partir de uma nova modelação pelos discursos que circulam. Sendo assim, ao debruçar-se sobre a paisagem cotidiana e voltando os olhos para as cenas urbanas, o cronista, ao mesmo tempo, capta e projeta determinadas imagens importantes para a afirmação da cidade.

Mas se o poder de um intelectual não se inscreve no campo político, não tendo, então, a influência necessária para mudar o estado de coisas de maneira direta, ele é um poder importante porque age também no imaginário que, como bem define Baczkó (1985), é onde a vida social cria sentido, é o que nos motiva a agir de determinada forma.

São, então, representações que estão não apenas circulando, mas em disputa no imaginário do período justamente para explicá-lo, para dar-lhe um determinado sentido, e conduzi-lo, assim, a uma determinada ação. As crônicas publicadas após 21 de abril de 1960 podem oferecer-nos um quadro melhor dessa disputa, em seu momento de uma possível, ainda que passageira, resolução.

Na leitura de Pongetti, a transferência deixara o Rio mais calmo, tão calmo como era difícil esperar. Em *Introdução ao Guanabarisimo*, de 29 de abril (O GLOBO, n. 10.424, p.3), concentra-se na narrativa de um passeio pelo ex-centro político do país, ressaltando o Parlamento como “a boca fechada de um terrível e estentórico dragão”, e os edifícios dos ministérios como “fortalezas evacuadas”, reiterando a imagem que construía nas crônicas anteriores do lugar do poder como incômodo. Esse clima de sossego é o que o faz refletir que “ser cidadão da capital do país traz ônus individuais”, só percebidos depois que esta deixa de sê-lo. Aqui, as belezas naturais do Rio também têm papel fundamental nessa representação de uma nova cidade longe do poder: “Não como consolo, mas como reforço de opinião, Deus mandou uns céus azuis de sua reserva especial”. Afirmando-a como “capital sensorial do país”, cujas qualidades naturais o homem não pode tirar, compara ainda, sutilmente, a arquitetura moderna às belezas naturais do Rio ao questionar “quem pode mais, Lúcio Costa e Niemeyer ou Deus”.



Na sessão de Braga, que depois da transferência já evita o assunto, no entanto, é uma imagem de Brasília, em *Água e ar*, de 24 de maio de 1960 (O GLOBO, n. 10.445, p.2), que permite perceber uma representação do Rio que permaneceria: a dos prazeres. Referindo-se a surtos de desinteria que estariam ocorrendo em Brasília e citando as hipóteses para tal, a água da cidade ou o seu “ar urbano”, pende para a segunda, mostrando a nova capital como uma cidade entediante. Sem fazer evocação direta ao Rio de Janeiro, opõe esse tédio de Brasília à vida de uma metrópole: fala sobre a falta de mulheres, de se ter onde ir (porque “já viram tudo”) e da necessidade de sempre se ter algo para fazer para não sofrer do “tédio federal”. Podemos ver que a cidade valorizada é esta que se inscreve no sonho de uma metrópole moderna, em que existem índices de civilização (europeia, norte-americana) e qualidade de vida.

Já Lessa, após longo período sem crônicas sobre a transferência da capital, cita-a brevemente em *Rio Turístico*, de 22 de junho de 1960 (O GLOBO, n. 10. 470, p.1, seção 2), mas, ao contrário dos dois cronistas anteriores, não o faz para criar um contraste ou diminuir a importância da transferência: “acabaram descobrindo que a capital do Brasil é Brasília (desculpem, ia dizendo Rio de Janeiro)”. O que poderia soar irônico em uma crônica de Pongetti ou de Braga, em Lessa é usado simplesmente para ressaltar a excepcionalidade do Rio. Nessa crônica, comenta sobre o “progresso do Rio no ramo turístico” nos últimos 15 anos, que trouxe a ele reconhecimento no mundo por suas belezas, abrindo portas a um mundo cosmopolita: “Ficamos importantes de repente, sem nos darmos conta, com cara e sintomas de grande metrópole. Então vamos aproveitar”. A natureza é abordada aí apenas como atrativo para o desejado “mundo civilizado” (aproximação essa que também é feita, pela via da história, por Pongetti em *Kafkiana*) do qual o Rio passou a fazer parte, o que pode ser notado pela descrição da diversidade de estabelecimentos comerciais. Assim, de maneira mais direta que Braga, a cronista associa a grandeza do Rio, não perdida com a mudança da capital (o que fica nítido no “lapso” “desculpem, ia dizendo Rio de Janeiro”), com essa “vocaçã cosmopolita”.

Já em *Saibam quantos estas virem*, de 08 de agosto daquele ano (O GLOBO, n. 10.510, p.1, seção 2), a cronista destaca o Rio esvaziado depois da transferência, mas dessa vez numa imagem mais abrangente que a de Pongetti, um sossego lírico descrito como os “melhores dias” do Rio de Janeiro. Confirma, assim, a própria tese, vista em *Brasília-Pasárgada* (1959), de que a transferência da capital permitiria que o Rio passasse a ser uma cidade para “escolhidos”, como a cronista chama aqueles que agora aproveitam a praia vazia, ainda que “tão poucos iniciados” percebam “tamanhos privilégios”. Inscreve o Rio, com esse esvaziamento, no mesmo sonho de uma metrópole que Braga, em *Água e Ar*, a colocou: todos os recursos, bem regidos, com qualidade de vida.

Os três cronistas parecem convergir, dessa maneira, para a valorização do Rio, seja pela confirmação do que eles prenunciavam como a “incompletude” de Brasília, não só material, como “espiritual”, no caso de Pongetti e Braga, críticos do empreendimento ousado de JK; seja pela confirmação da esperança de que a mudança traria um novo ar ao superlotado e problemático Rio, como anunciava Lessa, entusiasta de Brasília como cidade-ideal, mas que declarou que para lá não iria (como, de fato, não foi). Ao menos com relação a esse ponto, os ânimos parecem apaziguados após a inauguração da nova capital, e os debates podem voltar-se para os problemas criados com a instituição da Guanabara, ou para os velhos problemas que não foram resolvidos ao deixar de ser capital federal.

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito embora não precisando inscrever-se na posição apregoada pela linha editorial de *O Globo*, os cronistas, ao longo de 1959 e 1960, parecem por convergir também com o ideal maior do seu veículo difusor. Este, quanto mais próxima era a inauguração de Brasília, mais esforço investia em saudar o futuro do Rio, o que aparecerá com ainda mais força no dia 21 de abril, para além da primeira página, pois, juntamente às notas que detalham os eventos da festa em Brasília, há muitas que noticiam os acontecimentos secundários da inauguração. Na página 4, “Despede-se o prefeito” cobre a saída de Sá Freire Alvim para a entrada do Governador da Guanabara, Sette Câmara, e, na página 10, descrevem-se detalhes sobre essa transferência, a estimativa político-econômica do novo estado no artigo “Esta é uma hora de júbilo e esperança”, bem como a celebração da história da ex-capital, em “45 prefeitos em 69 anos”, e a notícia do estatuto jurídico da Guanabara, em “Ajustou-se às normas do TRE a Lei Orgânica da Guanabara”. Na página 14, o artigo de título efusivo “Ninguém escapa à vibração do momento histórico da cidade” chama atenção para os votos como “centro cultural”, de “bem-estar e segurança”, como “símbolo de responsabilidade”... à antiga capital.

Tudo isso, porém, vinha já sendo engendrado no imaginário do cidadão carioca, para o qual os cronistas, com os pés no cotidiano e com uma linguagem leve, contribuíram também ativamente, recolhendo e projetando as impressões das ruas.

Assim, trata-se de uma necessidade comum de afirmar a importância da cidade, partindo de sua autoestima. Independentemente de ser contrários ou a favor da mudança, tanto *O Globo*, como empresa, quanto seus cronistas e suas diversas opiniões encontram-se em relação ao olhar que lançam ao Rio: a perda da condição de capital não deveria alterar a sua majestade no imaginário nacional.

## REFERÊNCIAS

- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: LEACH, Edmund et Alii. **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.
- BARBOSA, Marialva. **História Cultural da imprensa – Brasil (1900-2000)**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. **História em cousas miúdas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 3 ed. Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia: Porto, 2004.
- MOTTA, Marly. **Rio de Janeiro**: de cidade-capital a Estado da Guanabara. Rio de Janeiro: Alerj, 2001.
- O GLOBO, Rio de Janeiro, 1959-1960. Disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=1960196004>
- OLIVEIRA, Márcio. **Brasília**: O mito na trajetória da nação. Brasília: Paralelo 15, 2005.
- PESAVENTO, Sandra J. Crônica: a leitura sensível do tempo. **Revista Anos 90**. Porto Alegre: UFRGS, n. 7, p. 29-37, jul.1997.
- SIMON, Luiz. O perfil intelectual do cronista contemporâneo. In: PETERLE, Patricia et al. **Escritura e sociedade**: o intelectual em questão. Assis-SP: UNESP, 2006. p. 159-168.

## A JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA E OS GRUPOS REVOLUCIONÁRIOS EM VOLTA REDONDA (1962 -1971)

*Data de aceite: 28/01/2020*

### Márcio Goulart Coutinho

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro –  
UFRRJ  
Seropédica – Rio de Janeiro.  
[Link para o Currículo Lattes](#)

**RESUMO:** Esse trabalho tem por objetivo compreender as relações entre a Juventude Operária Católica (JOC) e as Organizações Revolucionárias de Esquerda em Volta Redonda, e suas formas de luta e resistência ao Estado brasileiro entre os anos de 1962 a 1971. Busca, também, entender, através da experiência e memória de ex-militantes, a trajetória da JOC no município e as causas que levaram à sua desarticulação no início da década de 70. A JOC, em Volta Redonda, criada em 1962 teve importante atuação na luta pelos direitos dos jovens trabalhadores, o que fez com que fosse perseguida e silenciada após o Golpe de 1964. A chegada do Bispo Dom Waldyr Calheiros, em 1966, trouxe um renascimento ao grupo que se fortaleceu e passou a se envolver em questões sociais, atraindo a atenção de organizações revolucionárias de esquerdas (POLOP, VAR-PALMARES, PC do B), que se aproximaram da JOC. Ações conjuntas, contrárias à política do Estado brasileiro, entre a JOC e estas

organizações deram origem à Frente Operária. As atividades realizadas foram consideradas subversivas, o que levou a uma forte repressão que acarretou na prisão e torturas de vários militantes desses dois grupos, desarticulando a experiência jocista na cidade.

**PALAVRAS CHAVE:** JOC; Grupos de esquerda; Volta Redonda.

### CATHOLIC WORKING YOUTH AND THE ROUND REVOLUTIONARY GROUPS IN VOLTA REDONDA CITY (1962 -1971)

**ABSTRACT:** This task aims to comprehend the relations between the Catholic Workers Youth (JOC) and the Revolutionary Left Organizations in Volta Redonda, and their forms of struggle and resistance to the Brazilian State from 1962 to 1971. It also searches through the experience and memory of former militants understand JOC's trajectory the city above spoken, as well as the causes that led to its disarticulation in the early 70's. The JOC in Volta Redonda was created in 1962 and acted an important role in the combat for the rights of young workers, a fact which caused to be persecuted and silenced after the 1964's coup. However, the arrival of Bishop D. Waldyr Calheiros in 1966, brought a kind of a revival of the group, which became stronger and became involved in social issues attracting the attention of revolutionary

leftist organizations like as (POLOP, VAR-PALMARES, PC do B), which approached the JOC and initiated a joint action to criticize the military. Nevertheless, these actions were contrary to the policy of the Brazilian state, which considered them as subversive. This fact led to a great repression, resulting in the arrest and torture of several militants from these two groups, disrupting the JOC's group experience in the city.

**KEYWORDS:** Joc, Left Organization, Volta Redonda

## 1 | INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como objetivo resgatar a experiência e a memória da Juventude Operária Católica (JOC) e das Organizações Revolucionárias de Esquerda em Volta Redonda entre os anos de 1962 a 1971. A JOC foi criada no município no ano de 1962 com o objetivo de discutir os problemas relacionados ao mundo do trabalho e levar a religião católica aos jovens trabalhadores. Os militantes da JOC utilizavam do método Ver, Julgar e Agir para discutir seus problemas através da luz do evangelho. Também tinham uma preocupação com as questões sindicais, buscando realizar um trabalho de conscientização com a classe trabalhadora de Volta Redonda.

O alto grau de conscientização política de seus militantes, fez com que movimento fosse perseguido pelo militares após o Golpe de 1964, levando a um enfraquecimento do grupo, que somente voltou a ser organizado a partir de 1966 com a chegada do Bispo D. Waldyr Calheiros na cidade. O novo clérigo, inspirado nas ideias do Vaticano II, incentivou o envolvimento do grupo com questões políticas e sociais no município, o que levou a um embate direto com os militares na cidade.

A partir do ano de 1967, acompanhando a conjuntura da JOC Nacional que deixa de dar prioridade aos problemas morais da juventude (família, casamento, relacionamento com os pais, etc.), e passa a se preocupar com os problemas sociais (salários baixos, longas jornadas, desemprego etc.). A JOC em Volta Redonda também passa a se interessar por esses problemas, buscando conscientizar os jovens trabalhadores de sua importância na luta por melhores condições de vida, passando a incorporar em suas discussões as questões sindicais, realizando um trabalho de conscientização entre os trabalhadores com o objetivo de retomar o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda (SMVR), que estava sob o controle dos militares.

Essa mudança na postura da JOC, juntamente com a forte repressão imposta pelo Ato Institucional nº5 (AI-5) permitiu a aproximação de grupos revolucionários de esquerda (POLOP, VAR-Palmares, PCBR) que adotaram uma forma de luta mais radical na luta contra o regime autoritário. A aproximação com esses grupos levou a uma forte repressão, levando a prisão de vários militantes, que foram submetidos a torturas físicas e psicológicas, levando a desarticulação do grupo em Volta Redonda.

## 2 | O CONTEXTO DA JOC BRASILEIRA

A Juventude Operária Católica foi um movimento católico criado com o intuito de aproximar a Igreja de uma parcela da população cada vez mais distante da religião católica, a classe operária. Grupo que se afastava da Igreja e das práticas religiosas, e que em muita das vezes se aproximava de outras ideologias, como o ateísmo, marxismo, comunismo, buscando respostas para seus problemas, e em alguns casos transformavam-se em inimigos do catolicismo.

Segundo Valmir Francisco Muraro (1985), a JOC vai ter um papel importante, que consistia em conseguir dos governantes a instalação de dispositivos reguladores de relações socioeconômicas que pudessem diminuir os problemas da classe trabalhadora. Além disso, esse movimento aproximou a Igreja dos trabalhadores, ajudando-a compreender melhor as necessidades, os valores dessa classe e desenvolver práticas pastorais que atendam aos operários. (p.14)

A JOC surgiu na Bélgica no ano de 1925, criada por Joseph Cardijn, nascido em uma família operária, ainda jovem se interessou pela vida eclesial. Criado em uma cidade industrializada, conheceu de perto a situação dos trabalhadores, baixos salários, jornada longa de serviço, trabalho em áreas insalubres. No entanto, ainda adolescente, um fato lhe chamou a atenção: muitos de seus colegas, ao iniciarem a vida como trabalhador se afastavam da Igreja e alguns perdiam a fé. Cardijn percebeu que a Igreja Católica estava perdendo sua influência entre os jovens trabalhadores que passaram a ver o clero como aliado das elites dominantes. E por isso resolveu dedicar sua vida a causa da juventude trabalhadora.

Cardijn organizou um movimento religioso que tinha como objetivo reconquistar os jovens trabalhadores para a Igreja, mas ao mesmo tempo, tinha em mente que a juventude deveria ter maior autonomia nesse processo, não se tornando simples objetos de conscientização, mas deveriam ser os responsáveis por essa transformação. Ou seja, toda ação deveria ser organizada e realizada pelos jovens operários e a Igreja daria apenas o apoio organizativo.

No Brasil a JOC vai surgir diante da necessidade de recristianização da sociedade, inspirada no discurso de harmonia de classe e com o objetivo de atrair a classe trabalhadora. O movimento consistia na valorização do trabalhador, no aumento de sua autoestima e na busca de um discurso que identificasse com a classe operária.

De acordo com MURARO (1983), em sua trajetória, a JOC brasileira pode ser dividida em três momentos: 1948-1958: Fase de divulgação e recrutamento; 1959-1964: fase de “esperança”; 1964 a 1970: Fase de ruptura com o Estado e desarticulação. (p.47)

No primeiro momento, o jocismo, representava a “salvação da classe

trabalhadora”. Para os jocista da época, a JOC seria a esperança de reconstruir a sociedade brasileira e eliminar seus principais problemas: miséria e fome. Foi um período de mobilização nacional com o objetivo de aumentar o número de militantes.

No segundo momento, o movimento jocista vai se afastar dos núcleos paroquiais e aproximar-se do meio urbano (fábricas, bairros, sindicatos, etc.), buscando sempre atingir a juventude abandonada. A JOC passa a se preocupar com os problemas dos trabalhadores (educação, juventude, Igreja, salários, sindicalismo, etc.), assumindo uma postura contra as injustiças sociais, acreditando que as reformas do presidente Goulart poderiam evitar conflitos e revoltas dos trabalhadores.

Já o terceiro momento é marcado pela forte radicalização do movimento ocorrido após o golpe de 1964, que significou o fim da esperança de uma reforma lenta e gradual que viria do Estado, além da forte perseguição e o silenciamento dos jocistas, que passaram a ser vistos como subversivos ou comunistas. (MURARO, 1985, p. 60)

E a partir de 1968, após o Congresso Nacional da JOC, ocorreu a radicalização definitiva do movimento, que passou a condenar o capitalismo e defender uma sociedade sem classes. Fato que levou ao início de uma repressão violenta contra a JOC, causando sua desarticulação em nível nacional durante o ano de 1970.

### **3 I A TRAJETÓRIA E EXPERIÊNCIA DA JOC E DAS ORGANIZAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS EM VOLTA REDONDA.**

Enquanto os demais grupos jovens católicos enfatizavam os problemas de comportamento moral da juventude e cultivavam o convívio religioso em reuniões e encontros eucarísticos jovens, missas mais próximas da cultura jovem e práticas filantrópicas; os grupos da JOC tinham uma linha evangelizadora de viés classista e politizador, ou seja, mais voltado para os problemas da realidade social. De tal maneira, que a experiência religiosa jocista foi muitas vezes acusada de marxista pelas forças repressoras da Ditadura. (Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros, 2015, p. 262-263)

Em Volta Redonda, a Juventude Operária Católica teve sua criação do ano de 1962. Em um período muito conturbado no cenário nacional, marcado pela intensificação dos movimentos sindicais que buscavam modos de impedir a erosão salarial, utilizando-se de greves que se estendia por vários setores da economia para conseguir tal objetivo.

Neste contexto de lutas sindicais, Volta Redonda por ser uma cidade operária, berço da industrialização do país, onde se localiza a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), vai se destacar por ter um sindicato com auto grau de organização, fato de segundo Edgar Bedê (2010) é comprovado pela grande mobilização sindical que desde o final da década de 40 se mobilizava e denunciava a exploração dos trabalhadores da CSN. (p.72-84)

A JOC de Volta Redonda vai surgir neste contexto de efervescência do sindicalismo na cidade e de lutas contra a exploração do capital, buscando sempre melhorias nas condições de vida dos trabalhadores, além de buscar levar a religião católica aos operários, conforme afirma Edir Alves de Souza:

... quando foi criada a JOC aqui em Volta Redonda... por exemplo... ela foi criada justamente pra levar o Cristo Vivo aos trabalhadores... nós tínhamos essa racionalidade... o jovem naquela época era muito explorado... não tinha carteira assinada... não tinha nada... Então nós tínhamos certa preocupação em orientar os jovens e naquela época o jovem era muito explorado... (Edir Alves de Souza, CVVR, p. 260)

Segundo José Ventura (ex- dirigente da JOC) a filosofia da JOC consistia na libertação da juventude trabalhadora contra qualquer tipo de exploração, atuando de uma forma que contrariava muitos padres da época, os jocistas buscavam conciliar a fé com o mundo do trabalho, utilizando do método Ver, Julgar e Agir<sup>1</sup> para lutar por seus direitos e melhorias nas condições de trabalho dentro da usina. Como ele próprio afirma em seu depoimento a Comissão da Verdade de Volta Redonda (CVVR):

... a JOC ela... ela passou a orientar o meu trabalho mais no mundo da da... ação sindical e na fábrica né... quer dizer eu aprendendo o... com o ensinamento da JOC... os métodos ver julgar e agir a gente desenvolvia um trabalho dentro da fábrica... contra todos aqueles métodos de... de trabalho que gente não concordava então a gente... a gente lá na coqueria conseguiu formar um grupo... que... a gente mudava muitas coisas... lá dentro... enfrentando... primeiro o encarregado que era... praticamente um capataz né... naquela época... engenheiro de divisão e até... até engenheiro...<sup>2</sup>

Segundo relatos de militantes da época, a JOC no município foi criada pelo Padre Conrado, um padre belga que orientou e ensinou todos os passos para organização do movimento. Inicialmente existiam núcleos da JOC no Bairro Retiro, Vila Brasília, Niterói e Pinto da Serra, de acordo Antônio Liberato, (ex-militante)<sup>3</sup>, o grupo jocista do Retiro chegou a ter um número de 45 a 50 jovens. Com reuniões semanais após a missa, na Igreja de São Sebastião, no bairro Retiro. Estas reuniões tinham o objetivo de discutir os problemas que os jovens passavam dentro da empresa, baseando-se no método da JOC os militantes traçavam metas e modos de atuação sobre aquele problema, sempre inspirados na luz do evangelho.

Em Volta Redonda, também existiam a Juventude Operária Católica Feminina (JOCf), criada posteriormente a JOCm, a JOCf era composta em sua maioria por

1 O Método VER, JULGAR e AGIR, foi criado por Josep Cardijn e reconhecido pelo Papa João XXIII em sua encíclica Mater et Magistra publicada no dia 15 de maio de 1961. O método que foi adotado por toda a Igreja, consistia em VER o problema para JULGAR a situação presente, os problemas, as contradições, as demandas... AGIR com vistas à conquista do seu destino temporal e eterno.

2 Edir Alves de Souza, em entrevista concedida ao autor.)

3 Antônio Liberato em entrevista a CVVR.



empregadas domésticas<sup>4</sup>. De acordo com Arli Matildes Amorim, em suas reuniões discutiam a situação de trabalho das domésticas que eram muito exploradas e passavam por diversos tipos de humilhação, conforme é relatado em entrevista:

Eu fiz um trabalho com as domésticas, as domésticas sofriam muito, eram tratadas igual a... Nem empregada não eram, pagavam o tanto que eles queriam e tudo isso. Eles traziam meninas do interior... pra...fica qui servindo os donos da casa. Eu vendo aquilo, eu tinha muita revolta. Eu fiz um trabalho com elas, mas era muito difícil eles (patrões) falavam até em bater nelas, algumas até apanhavam. Doméstica apanhava.<sup>5</sup>

Diante desse quadro, Arly relatou que procurava realizar encontros com empregadas, mostrando a importância de seu serviço e que as mesmas não deveriam ter medo de seus patrões. Orientando-as a não aceitar esse tipo de tratamento e que se fosse necessário, denunciasses as autoridades.

A JOC se tornou uma escola de vida para os militantes, pois questionava a situação dos trabalhadores através do método Ver, Julgar e Agir, pelo qual passavam a entender o mundo do trabalho da qual conviviam, levando a conscientização política de seus membros. Essa politização da JOC fez com que muitos de seus membros passassem a se preocupar com as questões sindicais, e começaram a realizar um trabalho de conscientização entre os trabalhadores da CSN, com o objetivo de reconquistar o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda (SMVR)

O alto grau de conscientização política dos militantes da JOC de Volta Redonda, fez com que parte de seus membros fossem perseguidos pelos militares em 1964, após a implantação do Golpe, por considerá-los inimigos do regime<sup>6</sup>. Essa perseguição se deu graças à resistência ao golpe, que ocorreu no dia 1 de abril de 1964, quando o SMVR iniciou uma greve de apoio a João Goulart. Segundo BEDÊ (2010), neste dia ocorreu a prisão de vários sindicalistas, ocorrendo à intervenção no sindicato pelo militares.

Estes acontecimentos enfraqueceram o movimento jocista que ficou desarticulado e sem rumo a tomar, e a articulação do movimento ficou muito difícil, pois não tinham mais como se encontrar e discutir seus problemas.

Esse cenário de perseguição ocorreu em todo o país, A JOC foi surpreendida pelo Golpe, sem apoio da parte conservadora da Igreja, os jocista tinham dificuldades

4 Apesar do grupo, não se enquadrar no grupo de operários, trabalhadores da usina, o movimento jocista embora tenha o nome “juventude operária”, entendia como operários todos os trabalhadores, independente da área que atuava. Desta forma o termo “trabalhador”, “trabalhadora” pode ser estendido à categoria das empregadas domésticas, grupo com grande atuação da JOC. (MURARO, 1985, p. 131-132.)

5 Arli Matildes Amorim – Entrevista realizada em 23 de janeiro de 2019.)

6 Com a implantação do golpe de 64, os militares sentiram a necessidade de um maior controle dos movimentos sociais e terá lugar toda uma estrutura de combate à esquerda e à eliminação dos ditos “inimigos internos”. Ao longo desses mais de 10 anos subsequentes, serão editados atos institucionais e leis repressivas, com o intuito de dar legitimidade ao regime, e serão criados órgãos de informação para vigiar, identificar e eliminar o “inimigo” interno. Em pouco tempo, diferentes setores da sociedade serão enquadrados no conceito de “inimigo” do regime. (ESTEVEZ, 2015, p.207-231)

de se defender, pois não tinham voz diante da hierarquia eclesiástica, apesar de existirem eclesiásticos que a defendiam abertamente. (SOARES, et all, 2002, p. 65)

Essa situação começa a mudar, pouco tempo depois quando ocorrem desrespeito aos direitos civis, políticos e sociais e uma forte repressão a todos os que e uma forte perseguição a todos que se opunham ao regime, inclusive os membros da Igreja. Isso fez com que essa instituição, que antes apoiara o golpe, passasse a ser manifestar contra os militares, entrando num confronto contra o Estado, apoiando os movimentos sociais e reivindicações das classes populares.

De acordo com Estevez (2011), a Igreja de Volta Redonda também acompanhou a conjuntura nacional, e isso se mostrou de fato em 1966, com a chegada de D. Waldyr Calheiro ao comando da Diocese, adotando a partir de então, uma postura contrária às arbitrariedades dos militares na cidade e rompendo com os antigos laços de união com a CSN. Iniciando uma maior proximidade com a população, incentivando-a participarem dos movimentos sociais que ocorreram na cidade. (p.05)

A chegada do novo bispo deu um novo ânimo para a JOC, que volta a se organizar a partir de 1966, D. Waldyr se identificou muito com o grupo, com uma metodologia muito diferente do bispo anterior, facilitou o trabalho da JOC, permitindo encontros na sede do bispado e levando os jocistas em eventos em cidades vizinhas para discutir experiências com outros jovens.

Além da chegada de D. Waldyr, a JOC ganhou outro reforço com a nomeação do Padre Natanael de Moraes como assistente eclesiástico do grupo em 1967. De acordo com a CVVR, o novo clérigo era um assistente muito dedicado, politizado e jovem de idade e de espírito, o que o tornava muito cativante, se identificando muito com o grupo.

Com a sua presença, a filosofia católica da JOC se desenvolveu se de forma mais intensa, o novo assistente iniciou um trabalho próximo à juventude, utilizando do método Ver, Julgar e Agir para resolver os problemas de exploração ou opressão vivenciado pelo coletivo, refletindo sobre esses assuntos em uma perspectiva libertadora, solidária e cristã, tendo como referência situações semelhantes nos Evangelhos. Com isso, ele tinha o objetivo de criar práticas de grupo que interferia, ou assumiria uma postura diferenciada diante da exploração, da opressão e das injustiças sociais.

A nova postura do assistente eclesiástico influenciou a forma de agir dos jocistas, que passaram a se diferenciar dos outros grupos católicos, principalmente porque buscava conscientizar a juventude de seus problemas, favorecendo o florescimento de uma postura crítica diante da realidade que os cercam. Fato que vez com que fossem acusados de subversivos pelos militares.

A partir de 1968, ocorreram alguns acontecimentos que irão influenciar o movimento jocista em todo o país, com a imposição do Ato Institucional - Nº5 (AI-5),

alguns grupos de esquerda, impossibilitados de se expressar diante da perseguição militar, vão passar a atuar na clandestinidade, seja de maneira pacífica (trabalho de base) ou guerrilheira (luta armada)<sup>7</sup>, surgindo diversos grupos revolucionários de esquerda<sup>8</sup>.

Em Volta Redonda, alguns desses grupos revolucionários vão encontrar na JOC um campo fértil para suas propostas, um movimento cuja liderança estava sob a orientação de um bispo progressista, além de jovens politizados, conhecedores de um debate sobre a realidade social dos operários, com vontade de realizar um trabalho de conscientização na cidade, permitindo dessa maneira uma ação não clandestina para membros dessas organizações.

Paralelamente a essa aproximação de elementos da esquerda revolucionária, os jocistas de Volta Redonda acompanhavam a movimento da JOC nacional, que após o Congresso Nacional, realizado em 1968, tiveram uma mudança radical de opinião quanto ao capitalismo, abrindo espaço para a aproximação de organizações clandestinas.

Diante desse quadro geral, tanto D. Waldyr, quanto Pe. Natanael permitiram a participação de militantes de esquerda na JOC, que a partir de julho de 1970 começaram a organizar um trabalho de base contra a Ditadura no município. Segundo a CVVR, os grupos envolvidos eram o Partido Operário Comunista (POC), Política Operária (POLOP), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR) e União da Juventude Patriótica (UJP) ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

A principal ação tomada pelo grupo foi à formação de um grupo de trabalho, denominado de FRENTE OPERÁRIA, cujo objetivo era discutir ideias e propor ações de contestação ao regime. Segundo Estrella Dalva Bohadana, militante da POLOP, a aproximação com a JOC se deu graças a um desejo de realizar um trabalho de esclarecimento e de conscientização na vida dos operários da CSN, dos ferroviários de Barra do Piraí. E ao entrar em contato com a JOC, ela se sentiu acolhida, pois tinham o apoio de D. Waldyr e do Pe. Natanael. Estrella acreditava na necessidade de conscientização e mobilização junto a operários e

---

7 A expressão luta armada contra a ditadura militar é uma denominação consagrada no campo da História. Entretanto, é necessário esclarecer que esse conjunto de ações, embora tenha feito significativo uso de armas, nem sempre constituiu em combate armados entre as esquerdas e os militares como sugere a própria terminologia. (SALES, 2015, P. 9)

8 A partir do ano de 1968, com a implantação do AI-5 e a total impossibilidade de se exercer a cidadania democraticamente com direito à liberdade de opinião e de oposição ao Governo e com a criminalização da política progressista e dos movimentos sociais e sindicais, alguns grupos de esquerda optaram pela ação política na clandestinidade, seja pacífica (trabalho de base) ou guerrilheira (luta armada). Os grupos que preferiram o caminho da luta armada criaram diversas Organizações Revolucionárias que buscava combater o monopólio do Poder pelo Alto Comando das Forças Armadas num regime cada vez mais tirânico. A impossibilidade de qualquer manifestação ideológica permitiu o envolvimento de parte da vanguarda do movimento estudantil silenciados pelo AI-5 e intelectuais de esquerda em diversas organizações de guerrilha urbana e rural. Na luta armada encontravam-se, oriundas dos rachas do PCB: PCdoB, PCBR, ALN, PCR, MR8 e ALA VERMELHA; oriundas dos rachas da POLOP: POC, VPR, VAR, OCML-POLOP e COLINA; oriundas dos rachas da AP: PRT e APM. (BRASIL NUNCA MAIS: UM RELATO PARA A HISTÓRIA. Petrópolis, Vozes, 1985, p. 89-116)

camponeses, pois segundo sua opinião a revolução não seria realizada apenas por estudantes<sup>9</sup>.

O grupo tinha a preocupação em fazer um trabalho de conscientização junto às massas operárias. Para conseguir tal objetivo e conseguir ganhar o apoio da população, a principal atividade do grupo foi à produção e distribuição de panfletos com críticas e denúncias ao regime militar. Atividade que segundo Estrella Bohadana seria pedagógica, pois mostraria a verdadeira situação do país ao povo, conforme podemos ver em suas palavras:

“Nosso trabalho aqui era de panfletagem, de divulgação, e um trabalho mais sólido que eu diria pedagógico, no sentido de mostrar qual era a situação e o que significa um país com o golpe militar como o nosso, o que tinha sido a própria história desse país, que não tem uma tradição, ou que está longe de ter uma tradição democrática, então, nosso trabalho inicial e a estratégia era de como trazer os operários pra poder discutir um programa socialista para o Brasil”... (Estrella Bohadana em depoimento a CVVR, p. 275).

A realização dessa atividade deveria ser feita clandestinamente, pois a distribuição de panfletos com críticas ao governo era considerado um crime contra a Lei de Segurança Nacional (LSN)<sup>10</sup>. Por isso eram realizadas às escondidas, distribuindo de madrugada em sacolas de pães em bairros de periferia, nas entradas da Companhia Siderúrgica Nacional e também no comércio local, em horários com grande circulação de pessoas.

É importante lembrar que o objetivo desses grupos no município não era uma ação foquista (luta armada), mas sim uma no campo da luta sindical, a construção de um partido socialista forte, o que ao encontro das ideias do padre Natanael.

Em novembro de 1970, durante a distribuição de panfletos na entrada do cemitério da cidade, o exército iniciou uma grande perseguição ao movimento, realizando a prisão de 15 jocistas e de 15 membros de organizações revolucionárias, ou de pessoas próximos a eles. Acontecimento que desarticulou a JOC em Volta Redonda. (CVVR, 2015, p. 282)

A partir desse momento, os militantes da Frente Operária passaram por momentos traumáticos, sofreram torturas físicas e psicológicas. As torturas não poupavam ninguém, mulheres e homens tinham o mesmo tratamento, o sistema repressivo não os diferenciava, o que variava era a forma de tortura, no caso das mulheres, muitos oficiais do exército as fizeram de objetos especiais de suas taras, eram torturadas através de violação, mutilação, humilhação, insultos e ameaças

9 Estrella Dalva Bohadana em depoimento a CVVR.

10 A Lei de Segurança Nacional (LSN) foi promulgada em 13 de março de 1967, Decreto-lei nº 314, Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. No seu artigo 14, estabelece que divulgar, por qualquer meio de publicidade, notícias falsas, tendenciosas ou deturpadas, de modo a pôr em perigo o bom nome, a autoridade ou crédito ou o prestígio do Brasil: pena - detenção, de 6 meses a 2 anos. Decreto-Lei nº 314, de 13 de Março de 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 09 de maio de 2019.

sexuais, sempre com o objetivo de humilhá-las. A militante Arly Matilde relata seu tratamento no quartel de Barra Mansa, onde ficou presa por 57 dias, sendo torturada pelos militares, que queriam que a militante confessasse que era amante de D. Waldyr Calheiros:

“...No dia 6 à noite me levaram pruma sala com dois quartos... Você vai assinar aqui ó. Vai assinar. Eu falei: Não, eu não vou assinar. Vai assinar aqui ó que você é amante do Dom Waldir. Aí falou assim: Então você não vai? apanhou lá os aparelhos de choque, tirou a roupa, colocou choque no corpo todinho. a ponta nos dedos, nas pernas, nas virilhas e até na língua. Aí deu choque, choque, choque, choque, choque, choque... Eu tava sem roupa, toda. Eram quatro pessoas torturando, Tenente Tenório, Sargento Pires, Tenente Cezar e Sargento Izaque. E palavrões, humilhações e tudo...<sup>11</sup>

O principal objetivo das torturas era obter informações sobre os integrantes do grupo, ou confissões que o torturado ou algum outro elemento do grupo fosse comunista, e principalmente que denunciassem o Bispo D. Waldyr como um comunista, difamando a imagem do bispo, como relata um militante:

Eles falaram, queriam difamar o Padre Natanael, queria difamar o bispo, o objetivo era incriminar o Padre Natanael e o D. Waldyr. Então, eu contradizia as afirmações deles, as possíveis afirmações e aí eles rodavam a manivela, davam aqueles choques. Tinha que responder o que eles queriam, mas, como eles já estava sabendo. (Marco Antônio da Rosa em depoimento a CVVR, 2015, p. 294)

Outro ponto que merece destaque sobre a experiência dos militantes da Frente Operária que foram detidos em novembro de 1970, foi à perseguição aos líderes do movimento. Esses integrantes ficaram mais tempo preso, dos 30 detidos pelo Exército, no mês de fevereiro de 1971 só restavam 8 detidos. Esses militantes ficaram presos por mais tempo por dois motivos, o primeiro é porque queriam que eles confessassem que D. Waldyr era o líder do grupo, ou que eram comunistas; já o segundo, por causa do perigo que representavam, alguns eram estudantes e para os militares tinham um nível intelectual muito elevado, por isso eram perigosos, outros exerciam uma liderança no grupo.

No mês de fevereiro de 1970, esses militantes foram transferidos para o Presídio da Ilha Grande como presos políticos, onde ficaram por seis meses aguardando o Julgamento do IPM 65/70<sup>12</sup>. Entretanto Estrella Dalva foi transferida para o DOI-CODI na cidade do Rio de Janeiro e mais tarde para o Instituto Penal Talavera Bruce em Bangu.

Durante o período, Estrella relata a sua estadia no DOI-CODI do Rio de Janeiro também foi complicada, pois as torturas eram mais técnicas e não ficavam marcas,

11 Arly Matildes - Relatório pessoal do tratamento que dispensaram a Arly Matildes quando detida no 1º BIB de Barra Mansa. Amorim, 15 de janeiro de 1971. Arquivo da Cúria Diocesana de Volta Redonda – Pasta 3.

12 Pelo ofício 34/IPM, o Tenente Coronel Gladstone Perrasetti justifica porque os oito militantes foram mantidos em prisão preventiva, relatando cada caso individualmente. (BNM, p. 389)

que foi torturada com queimaduras de cigarro, choques elétricos, pau de arara e sessões de geladeira. Estrella que estava no início de gravidez, não aguentou a intensidade das torturas e teve um aborto. Já os outros que foram transferidos para o Presídio da Ilha Grande, relatam que não mais sofreram torturas, ficando como presos políticos. (CVVR, 2015, p, 310)

O assistente eclesial do grupo, o Padre Natanael foi o que mais sofreu durante o cárcere, foi um dos primeiros a ser preso e o último a sair do cativeiro, passou por vários tipos de torturas físicas e psicológicas.

Pelo fato de ser religioso, passou por diversos rituais macabros de tortura, como por exemplo, a tortura com vela; em certo momento o obrigaram a olhar para uma militante nua, e se caso não olhasse, levava choque. Num certo dia, ele e outros elementos do grupo foram obrigados a participar da PROCISSÃO, uma forma de tortura em que os torturados eram obrigados a andarem nus, amarrados em um fio desencapado, à noite em um terreno próximo ao 1º BIB. E durante o trajeto recebiam choques elétricos e eram obrigados a cantar a música “JESUS CRISTO, EU ESTOU AQUI”.

... eu cheguei sendo brindada com essa procissão... nua... éh::... com essa vela... com choque no ânus na vagina no seio... e tinha que cantar... a música “Jesus Cristo eu estou aqui”... quem não cantasse mais choque... éh:: e isso era uma procissão ao ar livre quer dizer em volta de:(parecia) um lago, né um frio, um frio que era terrível... o dia amanhecia e eu ouvia quando tinha o toque do alvorecer eu ouvia o chefe lá... da guarda... dizer pros soldados que ali tinha uma comunista que na outra cela tinham homens comunistas que todos comiam crianças... éh:: que eles tinham que se afastar do comunismo então aqueles soldados todos de alguma forma eles viam e participavam e assistiam e alguns... éh:: por exemplo tinham uns que faziam... todo mundo disputava pra querer levar minha comida pra ver como é que era uma mulher comunista que comia criança... éh:: então isso mostra também o como eles tentavam fazer uma lavagem cerebral tinha um lado dede uma:: coisa ideológica também né... quer dizer nós éramos exemplo do que havia de pior. (Estrella Dalva Bohadana em depoimento a CVVR, p.311)

Segundo a CVVR, havia duas razões para essa perseguição ao pároco: a primeira porque ele era o líder do grupo e tinha pleno conhecimento de seus integrantes. No entanto, eles queriam que o padre acussasse sob intensa tortura, que D. Waldyr era o mentor da Frente Operária; e outro motivo pode ser resumido no depoimento da Irmã Elizabeth a Comissão da Verdade de Volta Redonda: “o Exército fez com o Padre Natanael tudo aquilo que queria fazer com Dom Waldyr e não podia”. (CVVR, 2015, p.314)

Em junho de 1971, após uma cansativa luta judicial, os militantes da JOC foram postos em liberdade, depois de 8 meses e 18 dias de prisão, e em setembro de 1972 o IPM 65/70 foi definitivamente arquivado por falta de provas.

## 4 | CONCLUSÃO

A Juventude Operária Católica foi uma instituição surgida na Bélgica e tinha o objetivo de resgatar a juventude trabalhadora para Igreja Católica, jovens que estavam descontentes com as práticas pastorais e consideraram a instituição uma aliada das classes dominantes.

No Brasil, o movimento impulsionou transformações entre os jovens trabalhadores, buscando um mundo melhor, foi um elemento de união entre leigos e sacerdotes, uma experiência de fé dentro da Igreja e do mundo de trabalho. Um movimento que apesar de não ter conseguido resolver o problema da classe trabalhadora, mostrou um caminho a ser seguido e influenciou outros movimentos sociais durante a década de 70 e 80.

Em Volta Redonda, o grupo teve uma atuação importante, se envolvendo em questões sociais e sindicais no município, atuando principalmente entre os operários da CSN e as empregadas domésticas. Os jocistas buscaram melhorias nas condições de vida dos trabalhadores e conscientizar esses grupos sobre sua importância de seu trabalho, seus direitos, buscando solucionar seus problemas através do método Ver-Julgar e Agir.

A partir do ano de 1969, os jocistas chamaram a atenção de algumas organizações de esquerda clandestinas, que encontraram na JOC um canal de interlocução e ação conjunta contra a Ditadura Civil-Militar, além de um terreno fértil para o desenvolvimento de suas ideias. Sendo o que mais atraiu a atenção desses grupos clandestinos foi o forte envolvimento da JOC com as questões sociais e a atuação de padres progressistas dispostos a realizarem um trabalho de conscientização na população.

Como vimos, o relacionamento entre a JOC e as organizações clandestinas de esquerdas levaram a criação de um grupo denominado “Frente Operária” cujo objetivo era fazer um trabalho de conscientização junto às massas operárias. Tendo como atividade principal a produção e distribuição de panfletos com críticas e denúncias ao regime militar. Apesar da passividade das ações do grupo, o movimento foi duramente reprimido e seus principais militantes passaram por momentos traumáticos dentro do 1º BIB de Barra Mansa.

Através da memória e experiências dos militantes da “Frente Operária” vemos que durante o período que estiveram no cárcere, sofreram diversos tipos de torturas físicas e psicológicas, como choques elétricos, pau-de-arara, afogamento, geladeira, submarino e etc.

O objetivo de tais procedimentos era obter informações e confissões dos militantes, e em alguns casos, era apenas para satisfação dos torturadores e para quebrar moralmente as convicções mais profundas daqueles prisioneiros. Os

torturadores tratavam de forma igual homens e mulheres, sendo que as mulheres sofriam também com a violência sexual imposta pelos agentes de tortura.

Os principais líderes do movimento foram os que mais sofreram, pois além das torturas, ficaram detidos por nove (9) meses, simplesmente porque alguns eram estudantes, e os militares os achavam que eram perigosos pelo alto nível intelectual, outros apresentavam uma forte liderança na JOC e o Padre Natanael, por ser considerado como o elemento principal de subversão entre o grupo.

Em suma podemos considerar que durante sua trajetória em Volta Redonda, a Juventude Operária Católica buscou ser um elo entre a Igreja Católica e os trabalhadores da região, atuou sempre na luta dos direitos dos trabalhadores da cidade, principalmente entre os operários da CSN e entre as empregadas domésticas. Sua relação com as organizações clandestinas de esquerda, não tinha o objetivo de criar um grupo de ação armada na região, mas sim conscientizar a população sobre a realidade social que viviam e denúncias às atrocidades do Regime Civil-Militar.

## REFERÊNCIAS

ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BEDÊ, Edgard Domingos Aparecida Tonolli: **Formação da Classe Operária em Volta Redonda**. Volta Redonda: Editora VR, 2010.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base?**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr Calheiros – Volta Redonda (CVVR). Relatório Final. Volta Redonda, RJ, 2015.

COSTA, Célia Maria Leite et all (orgs.). **O Bispo de Volta Redonda: memórias de Dom. Waldyr Calheiros**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

ESTEVEZ, Alejandra. **A Igreja e os trabalhadores católicos: um estudo sobre a Juventude Operária Católica e a Ação Católica Operária (1940-1980)**. 2008. 159 p. Dissertação de mestrado – UFRJ. Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. **Relações Igreja-Estado em uma cidade operária durante a Ditadura Militar**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 35, nº 69, p.207-231, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/revista\_anistia\_n10\_web.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Igreja Católica em Volta Redonda: Configurações e Enquadramentos**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em: < [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300657689\\_ARQUIVO\\_ArtigoANPUH2011ESTEVEZ.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300657689_ARQUIVO_ArtigoANPUH2011ESTEVEZ.pdf). Acesso em 15 de set. 2018.

GRACIOLLI, Edílson José. **Um caldeirão chamado CSN: resistência operária e violência militar na greve de 1988**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1997.

JESUS, Paulo Sérgio de. **A cidade de Osasco: JOC (Juventude Operária Católica), ACO (Ação Católica Operária), JUC (Juventude Universitária Católica) no movimento operário (1960-1970)**. Projeto História (online), São Paulo, nº 33, p. 365-373, 2006. Disponível em: < <http://www4.pucsp.br/>



projetohistoria/downloads/volume33/pesquisa\_08.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2018.

SALES, Jean Rodrigues (org). **Guerrilha e revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina – FAPERJ, 2015.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916/1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATTOS, Raimundo César de Oliveira. **A Juventude Operária Católica**. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais, 6º Ano VI. Nº 2. Abril/ Maio/ Junho de 2009. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2014v6n11p5/28614>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil Recente 1964-1992**. São Paulo: Ática, 2006.

MORAES, Segundo Maria Blassioli. **A Ação Social Católica e a Luta Operária: a experiência dos jovens operários católicos em Santo André. (1954-1964)**. 2008. 207 p. Dissertação de mestrado – USP, 2003.

MURARO, Valmir F. **Juventude Operária Católica**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SOARES, O. A et alli. **Uma História de Desafios. JOC no Brasil – 1935/1985**. Rio de Janeiro: s/ ed., 2002.

## A MAÇONARIA E A DITADURA CIVIL-MILITAR ENTRE O NACIONAL E O LOCAL: MEMÓRIAS MAÇÔNICAS EM TEMPOS DE CHUMBO

*Data de aceite: 28/01/2020*

### **Helton Anderson Xavier de Souza**

Mestrando do Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e letras da UECE / FECLESC e professor efetivo da rede estadual de educação do Ceará. profhistoriahelton@gmail.com / helton.souza@aluno.uece.br

**RESUMO:** A presente pesquisa tem como objetivo discutir, a partir de referenciais teóricos e bibliográficos como MOREL; SOUZA (2008); ALMÉRI (2013), FERREIRA; DELGADO (2013) e entrevistas, que tipo de relações foram estabelecidas entre a maçonaria e o Regime Militar instalado em 1964 no Brasil a partir da deposição do presidente João Goulart, em que os militares permaneceram no poder por 21 anos (1964 – 1985). Como recorte espacial da nossa pesquisa destacamos a cidade de Senador Pompeu, que tem dentro dos seus limites territoriais a presença maçônica desde a década 1930, quando entrou funcionamento a loja maçônica Deus e Caridade, N°9, na região do sertão central cearense é uma das mais antigas lojas maçônicas. Nosso trabalho faz uma breve análise da maçonaria enquanto instituição sobretudo em sua fase especulativa/filosófica destacando os seus posicionamentos em relação a outros regimes ditatoriais.

### **MAÇONARIA E AS DITADURAS**

Uma questão importante para se refletir aqui, antes de abordarmos como se deu a relação ou que tipo de relação existiu entre a maçonaria brasileira e a Ditadura Civil-Militar estabelecida a partir de março/abril de 1964, é: a relação da maçonaria enquanto instituição com regimes ditatoriais de uma forma geral, em especial a partir de sua fase denominada como maçonaria especulativa ou filosófica.

Do ponto de vista filosófico, ao longo da história da fraternidade maçônica percebemos uma incompatibilidade entre os valores propagados pela instituição e o exercício do poder pela ou através da força. É reconhecida historicamente a ligação existente entre ideias maçônicas e as ideias iluministas. Estas, se encontram no processo revolucionário francês, onde foram colocadas em prática. Caracterizadas pela defesa dos ideais burgueses de liberdade, representatividade política, divisão dos poderes para se evitar exageros cometidos pelo Estado, entre outros. Desta forma, a maçonaria se tornou alvo das perseguições de governos absolutistas na Europa, ao mesmo tempo em que criticava de forma contundente os governos despóticos:

Com maior ou menor intensidade, as diferentes maçonarias desempenharam um papel significativo no quadro das revoluções nacionais da segunda metade do século XVIII e começo do século XIX. Por exemplo, nos anos que precederam a Revolução Francesa (1789 - 1799), que gerou o ocaso do Antigo Regime, verificou-se um crescimento considerável do número de lojas em todo território francês. Muito embora houvesse maçons em ambos os lados do campo de batalha, isto é, entre os revolucionários franceses e os tradicionais aliados da monarquia absoluta, a expansão da atividade maçônica reflete bem sua participação no processo revolucionário à medida que as lojas transformavam-se em espaços propícios à discussão e à divulgação de ideias. (MOREL; SOUZA, 2008, p.43).

Encontramos assim, dentro do arcabouço maçônico, a defesa de virtudes que servem de base para a sociedade contemporânea. Seja na Europa na luta contra o absolutismo, seja nos Estados Unidos resistindo ao império britânico ou no processo de emancipação das colônias espanholas, percebemos claramente a penetração do pensamento iluminista que convergia com o da maçonaria.

No Brasil, durante os sete primeiros anos do governo Vargas (1930-1937) as lojas maçônicas continuaram na legalidade, apesar de ainda no período constitucional, de 1934 em diante, os maçons terem sofrido duros ataques de católicos e integralistas. Ao mesmo tempo, em outros países com governos fascistas e socialistas, a instituição era igualmente perseguida.

Com o Estado Novo (1937-1945) foi decretado o fechamento das lojas maçônicas, mesmo com o apoio declarado da instituição ao regime (MOREL; SOUZA, 2008, p.212). Para as atividades maçônicas em Senador Pompeu, este período é de grande importância pois corresponde aos primeiros anos de atuação, pois a fundação da Loja “Deus e Caridade”, N°9, ocorreu em 26/12/1933 e sua carta constitutiva é de 20/01/1934 (SILVA, 2007, p. 44). Entretanto, poucos anos depois de sua fundação e instalação, houve um recesso em seus trabalhos por determinação a nível nacional do presidente da república Getúlio Vargas e a loja fica “adormecida”<sup>1</sup>. Este período, de acordo com relato de maçons e documentos disponíveis, é o único em que houve a proibição das atividades maçônicas durante toda a história da loja maçônica Deus e Caridade, N°9, desde sua fundação aos dias atuais. (CASTELLANI; CARVALHO, 2009, p.211) destacam que embora houvesse impedimento por decreto presidencial para o funcionamento das lojas maçônicas no Brasil, muitas lojas continuaram a desenvolver seus trabalhos. Percebemos em nossa pesquisa de campo e análise de documentos da própria instituição que as atividades maçônicas em Senador Pompeu não estavam completamente suspensas pois existem membros da loja “Deus e Caridade”, N°9, que iniciaram na instituição no período em que oficialmente não deveria estar funcionando.

Não podemos deixar de destacar que historicamente no Brasil a maçonaria está alinhada aos interesses das elites e sempre buscou preservar uma posição

---

1 Termo utilizado pelos maçons referente ao período em que a loja teve seus trabalhos interrompidos.

privilegiada da instituição em relação aos governos constituídos. Mas é claramente neste período que seus posicionamentos vão cada vez mais se distanciar de valores, que marcam a história da própria instituição maçônica, como a liberdade de consciência e expressão. Fato que vai ser ainda mais nítido no período que antecede o golpe de 1964 e durante os anos da Ditadura Civil-Militar.

## **A DESESTABILIZAÇÃO DO GOVERNO GOULART.**

Em março de 1964 é consumado o golpe de Estado civil-militar que derrubou o governo de João Goulart. Entretanto, a explicação não está simplesmente no fato em si, é necessária uma análise do momento que precede a intervenção militar. Aproveitamos para ressaltar desta forma que inúmeros são e podem ser os olhares sobre este evento.

Compartilhamos da ideia de que o evento liderado pelos militares é o resultado de uma construção ideológica das classes conservadoras da sociedade brasileira, constituindo uma aliança civil-militar. Esta tinha como objetivo desgastar o governo “Jango”. No centro desta construção de insustentabilidade do governo de João Goulart estava a radicalização das esquerdas desagradadas pela tentativa de uma política conciliatória do governo e a atuação de grupos de direita como o IPES:

Grupos políticos empresariais e militares articulavam-se em instituições para conspirarem contra o governo de maneira mais organizada. A primeira delas foi o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, o IPES. Fundado no início de 1962, inicialmente publicava livretos, patrocinava palestras, financiava viagens de estudantes aos Estados Unidos e ajudava a sustentar organizações estudantis, femininas e operárias conservadoras. Em fins do mesmo ano, grupos mais conservadores e anticomunistas reorientaram o órgão no sentido de derrubar o governo. (FERREIRA, 2013, p. 359).

Notamos a atuação de outra importante instituição, de cunho conservador, nesse contexto, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, o IBAD. Continua:

Outra organização era o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, o IBAD, igualmente sob orientação da CIA, subvencionou diretamente candidaturas conservadoras nas eleições de 1962, todas comprometidas em defender o capital estrangeiro, condenar a reforma agrária e recusar a política externa independente. (FERREIRA, 2013. p.360).

Notamos no trecho acima a preocupação do governo norte-americano nos rumos da política brasileira. João Goulart assume a presidência do Brasil após a renúncia de Jânio Quadros em 1961. Entretanto o contexto em que se torna presidente é marcado de pressões políticas, econômicas e sociais.

O maçom Antonio Lisboa ao ser perguntado sobre se havia caos e desordem na sociedade brasileira antes de 1964, relata o seguinte:

Eu não diria desordem e caos, eu diria que o país era muito mal administrado, entendeu? E que o regime militar foi uma necessidade, porque o país era mal administrado, não se confiava no Jango, houve o plebiscito para implantar o regime parlamentarista, criar um regime totalmente diferente da democracia, no meu entender foi necessário um regime militar, não existia esse caos, mas o país estava sendo mal administrado, foi necessário uma intervenção militar no período para colocar o país nos trilhos, o povo acha que não, acham que foi uma retomada do poder, como se fosse uma pirataria, como se os piratas invadissem, mas não foi, foi uma necessidade e quando os militares entregaram o país, entregou mais ou menos nos trilhos. (informação verbal).<sup>2</sup>

Embora, no primeiro momento, o entrevistado não queira utilizar o termo caos e desordem, ele defendeu a intervenção militar como necessária para se colocar o país “nos trilhos”, e que através desta intervenção os militares colocaram o país no “rumo certo”. Desta forma, para o entrevistado a intervenção dos militares se justificaria na “má administração” do governo. Ressalto também quando o entrevistado fala “não se confiava no Jango”, pois a partir do programa de reformas de base, João Goulart era visto com desconfiança sobretudo pela classe burguesa que acusava o presidente de comunista, embora as forças de esquerda tivessem inúmeras desavenças com o governo federal. É ainda lembrado pelo o entrevistado o período em que o Brasil passou pelo sistema parlamentarista, que não foi implantado por um plebiscito, como ele informou, mas sim o presidencialismo que retornou em 1963. Quando o presidente Jânio Quadros renunciou ao seu mandato em 1961, houve grande agitação política, pois, as classes mais conservadoras não desejavam que o então vice-presidente João Goulart assumisse a presidência. O caminho encontrado para manter constitucionalidade foi a implantação do parlamentarismo, onde o presidente João Goulart teria o seu poder controlado pelo Congresso:

No dia 7 de setembro de 1961, João Goulart tomou posse no Congresso Nacional em clima de grande entusiasmo, apesar de assumir o poder em uma conjuntura muito difícil. Saiu do país como vice e voltou como presidente, sem mesmo saber se assumiria. Nem tempo para o necessário planejamento de seu governo encontrou. Tornou-se presidente da República sob gravíssima crise militar, com as contas públicas descontroladas, tendo que administrar um país endividado interna e externamente, além de delicada situação política. Ainda mais grave, Goulart não tinha como implementar seus projetos reformistas. O sistema parlamentarista, implantado às pressas, visava, na verdade, impedir que ele exercesse seus poderes. Sob um parlamentarismo “híbrido”, o governo não tinha instrumentos que dessem a ele eficiência e agilidade. Tratou-se de uma solução que resultou de uma ampla coalizão para impedir o golpe militar, isolando os grupos civis e militares que não se conformaram com sua posse, garantindo, assim, as instituições democráticas. (FERREIRA, 2013, p.348).

O período que antecede a Ditadura Civil-Militar é bastante instável, devido ao choque de interesses entre os diversos atores, grupos e partidos políticos que

---

2 Entrevista LISBOA, Antonio. [18/07/2012]. Entrevistador: Helton Anderson Xavier de Souza Senador Pompeu. (Grifos meus).

entraram em rota de colisão nesta época. O ápice deste conflito é a deflagração do golpe civil-militar no governo do então presidente João Goulart, o “Jango”, que estava no centro da discussão entre radicais de esquerda, partidos de centro e conservadores de direita. Por último, é interessante ressaltar que o discurso de que o Brasil na época estava mal administrado, reforça a ideia de alguns historiadores que dão uma explicação mais tradicional e personificada para os acontecimentos iniciados em março/abril 1964:

Começemos por aqueles que preferem personalizar a História. Para a direita civil-militar que tomou o poder em 1964, Goulart era um demagogo, corrupto, inepto e influenciado por comunistas. Motivos suficientes, portanto, para o golpe de Estado. Para as esquerdas revolucionárias e a ortodoxia marxista-leninista, o presidente era um líder burguês de massa, uma liderança cuja a origem de classe marcou seu comportamento dúbio e vacilante, com vocação inequívoca para trair a classe trabalhadora. Portanto, sua origem de classe teria permitido o golpe. Além disso, segundo muitas interpretações, incluindo a de diversos historiadores, um consenso: tratava-se de um “populista”. Nas palavras de Thomas Skidmore, aliás, “um populista de pouco talento” (1969, p.238). Nesse caso, portanto, direitas, esquerdas e liberais se unem em uma mesma explicação: o comportamento, a personalidade e a incapacidade política de um único indivíduo atuaram como fatores decisivos, se não determinantes, para o golpe. Assim, em uma análise tradicional, superada na historiografia e teoricamente inaceitável, o regime instaurado em março de 1964 que, durante duas décadas, mudou a face do país, gerando um processo político, econômico, social e cultural de grandes proporções, teria ocorrido devido à falta de talento de um único indivíduo. (FERREIRA, 2013, p.345-346).

Assim, é importante destacar que o golpe de 1964 é uma obra desenvolvida dentro de um contexto onde atuaram vários grupos motivados por interesses diferentes e muitas vezes conflitantes. O entrevistado Murilo Correia Pinho quando perguntado como era antes da Ditadura Civil-Militar relata o seguinte:

Antes do regime militar havia aquela liberdade, que todo mundo tinha, mas a gente era muito jovem, a gente lembra mais da época depois do regime, porque foi o que chamou atenção, né? Naquele tempo a gente era muito jovem, a gente vivia aquela vida da gente mesmo, ninguém nem observava tal coisa, mas no regime não tinha os escândalos que a gente vê hoje, eu no meu modo de pensar, poderia existir outro regime militar, em virtude da desmoralização que existe no país hoje. (informação verbal).<sup>3</sup>

Mesmo não relatando sobre como seria antes do Ditadura Civil-Militar, ressalta que por ser jovem à época não estava muito atento às questões políticas (É importante destacar que para iniciar na maçonaria o candidato deve ter 21 anos ou mais). O entrevistado enfatiza o maior controle das autoridades perante a sociedade durante o período ditadura e que não tinham tantos escândalos como na atualidade, aqui o Regime Militar aparece justificado segundo o entrevistado existia uma maior “moralização”. Desta forma, segundo o entrevistado “poderia existir outro regime

3 Entrevista PINHO, Murilo Correia. [04/04/2013]. Entrevistador: Helton Anderson Xavier de Souza. Senador Pompeu. (Grifos meus).

militar”, uma nova intervenção dos militares por conta da “desmoralização” que existe hoje no Brasil (é importante lembrar que são inúmeros os casos de corrupção durante a ditadura e que a corrupção é um forte legado deste período, o que não quer dizer que não tivesse corrupção anterior ao golpe). Resposta parecida dá o entrevistado Antonio de Gois, quando perguntado sobre o mesmo assunto, responde “A gente sempre ouvia comentários sobre isso, apesar da época ser muito novo, quando a gente é novo muitas vezes se desliga desse tipo de coisa, com o amadurecimento é que vamos nos preocupando com isso”.<sup>4</sup> O entrevistado atribui à pouca lembrança do período que antecede a Ditadura Civil-Militar à idade que tinha naquele período. Neste caso, é difícil precisar até que ponto o entrevistado está alheio ao assunto por conta da juventude ou prefere silenciar suas memórias.

### A DITADURA CIVIL-MILITAR NA VISÃO MAÇÔNICA

Quando o maçom Antonio de Gois é perguntado sobre se haveria alguma recomendação oficial da maçonaria, responde “não, não é do meu conhecimento”<sup>5</sup>, parecido com a resposta do maçom Murilo Correia Pinho que diz “Eu não tenho conhecimento, eu não tenho conhecimento”<sup>6</sup>. O entrevistado Antonio Lisboa quando perguntado sobre o mesmo assunto, afirma:

*Não, eu não conheci, é que aqui na loja não se falava muito nisso, no Regime Militar se calava bico, né? Como se fala na gíria, no regime não se falava nem a favor nem contra, só se cumpria. E que por sinal é possível que por um prisma talvez já seja necessário um regime militar, um exemplo, deixe eu dar um exemplo, a ordem, a segurança. No regime militar não existia desordem, não existia insegurança, agora por outro lado que o progresso foi assustador, o dinâmico demais, o Brasil hoje está entre as maiores potências do mundo, mas está faltando a segurança e a ordem, o regime democrático não tem essa força, o regime militar tinha, muito embora ele esteja fazendo muito para mudar isso, por exemplo a ocupação do Rio de Janeiro, colocou-se o exército, a marinha e a aeronáutica tudo em cima lá, também não tá ao bel prazer deles, está sendo combatido, mas nunca como no regime militar, é possível que no regime militar fosse mais fácil, porque era menor, o problema era bem menor, o país tinha 90 milhões de habitantes, hoje tem quase 200 milhões, não é verdade? Aí estamos tendo essa dificuldade (informação verbal).<sup>7</sup>*

O entrevistado diz que desconhece se havia alguma recomendação oficial em relação ao governo militar, mas ressalta que se evitava falar sobre o regime dentro da loja maçônica e relata que na época não se questionava ordens dos militares. É ainda enfatizado pelo entrevistado que, do ponto de vista da “ordem” e da “segurança”,

4 Entrevista GOIS, Antonio de. [04/06/2013]. Entrevistador: Helton Anderson Xavier de Souza. Senador Pompeu.

5 Entrevista GOIS, Antonio de. [04/06/2013]. Entrevistador: Helton Anderson Xavier de Souza. Senador Pompeu.

6 Entrevista PINHO, Murilo Correia. [04/04/2013]. Entrevistador: Helton Anderson Xavier de Souza. Senador Pompeu.

7 Entrevista LISBOA, Antonio. [18/07/2012]. Entrevistador: Helton Anderson Xavier de Souza. Senador Pompeu. (Grifos meus).

o Regime Militar é justificado por ser “mais forte” que o modelo democrático. O entrevistado admite, neste trecho da entrevista, o caráter repressor dos governos militares, quando lembra que na época deveria silenciar-se sobre determinados assuntos. Entretanto, é defendido que o governo na época era mantedor da ordem e da segurança, percebemos nesta parte da entrevista igualmente, que embora o relembre os acontecimentos da época do período militar, ele ancora-se em exemplos do presente, abordando características da sociedade brasileira do século XXI, como o crescimento demográfico, os problemas de segurança pública do Rio de Janeiro. Destacamos a resposta do maçom Airton Saraiva Franco quando perguntado sobre o mesmo assunto “rapaz, eu não posso dizer nada não, porque aqui pelo menos não tinha, mas o Regime Militar foi bem aceito pelos maçons aqui”<sup>8</sup>. Nas palavras do entrevistado Airton Saraiva Franco, notamos que embora diga desconhecer recomendação oficial da maçonaria, o mesmo relata que os governos militares não sofreram nenhuma resistência por partes dos maçons que frequentavam a loja maçônica “Deus e Caridade”, Nº9. Quando indagado sobre sua opinião em relação aos governos militares, ele responde o seguinte:

Eu, pessoalmente, não gostava dos governos militares, porque a perseguição que eles fizeram, eles perseguiram muito, teve muita gente que sofreu por causa deles, aqui da região de Senador Pompeu, Quixeramobim e Encantado, teve um rapaz o irmão do deputado federal José Guimarães que sofreu demais nas mãos deles. Depois que ele sofreu muito colocaram ele em liberdade, não sou a favor não dos governos militares, eu sou mais o civil, que tem mais liberdade (informação verbal).<sup>9</sup>

Segundo o entrevistado embora a maioria dos maçons da loja simpatizassem com os militares, ele demonstra sua opinião contrária, relatando conhecer casos de perseguição e torturas realizadas pelo governo na época. Termina a resposta a esta pergunta ressaltando que prefere quando estão no poder governos civis. Entretanto, quando questionado se conhece maçons que foram contra o Regime Militar responde que não chegou a conhecer nenhum pessoalmente. Quando o entrevistado menciona “o irmão do deputado José Guimarães” está lembrando do ex-deputado pelo estado de São Paulo José Genoíno Neto que participou da guerrilha do Araguaia e que foi torturado durante a Ditadura Civil-Militar e que, como lembra GIOVANAZZI (1999, p.166) em sua juventude participou de movimentos populares da Igreja Católica em Senador Pompeu onde muitas vezes caminhava 12 quilômetros para alfabetizar pessoas pobres sem cobrar nada. Já o entrevistado Antonio de Gois diz o seguinte:

Os maçons de Senador Pompeu, são homens, como são cidadãos, que como maçons sempre consideraram nossos rituais, e eu acho que todos naquela época

8 Entrevista FRANCO, Airton Saraiva. [16/07/2012]. Entrevistador: Helton Anderson Xavier de Souza. Senador Pompeu.

9 Entrevista FRANCO, Airton Saraiva. [16/07/2012]. Entrevistador: Helton Anderson Xavier de Souza. Senador Pompeu.



cumpriram com sua verdadeira obrigação, porque nunca chegou ao conhecimento da ordem que maçom este, ou maçom aquele decepcionou ou envergonhou a nossa instituição, sempre agindo dentro da ritualística de homens de bem e de bons costumes (informação verbal).<sup>10</sup>

Nas palavras do entrevistado ele lembra do dever dos maçons enquanto cidadãos, ao mesmo tempo que enfatiza uma suposta unidade e harmonia maçônica na época, quando o mesmo diz achar que todos cumpriram com sua obrigação. Fica evidente que para o entrevistado a obrigação enquanto maçom “de bem e de bons costumes” seria o apoio ao regime militar, pois quando perguntado se conhecia alguém que foi contra a Ditadura Civil-Militar, ele diz que “ Não, não tenho lembrança de nenhum não”<sup>11</sup>.

Entre os entrevistados chama atenção o que respondeu o maçom João Antonio Azevedo, quando perguntado se havia alguma recomendação oficial da maçonaria em relação aos governos militares, o mesmo diz o seguinte:

Ela enfrentava perseguições, como enfrentou, por exemplo na Independência do Brasil que a maçonaria fez uma grande força, Tiradentes era maçom, Dom Pedro I, Dom Pedro II e muitos outros que não lembro agora, que foram maçons. Em Senador Pompeu, foi muito perseguido, era uma perseguição do padre (informação verbal).<sup>12</sup>

Notamos que a resposta deste entrevistado é divergente das dos demais. Pois, embora ele fale em perseguição na época, as entrevistas apontam para um funcionamento dentro da normalidade. A perseguição realizada na época que é relatada pelo entrevistado é a da Igreja Católica por causa do padre da época (anterior ao golpe de 1964). Ele também relembra a importância da maçonaria em episódios marcantes da história política do Brasil, ressaltando alguns nomes. Fato comum por parte de entrevistados pertencentes à maçonaria, como tática de legitimidade e grandeza da instituição.

Quando questionados sobre como se posicionaram os maçons de Senador Pompeu perante o Regime Militar, a maior parte dos entrevistados falaram não ter conhecimento, geralmente ressaltando a sua posição particular. O Entrevistado Murilo Correia Pinho relata o seguinte:

Aí é eu volto a lhe dizer o que eu disse antes, para quem vivia de uma maneira digna, naquele conceito de humanidade mesmo, de cidadão, eu acho que em nada prejudicou, aqui nós não temos conhecimento que nenhum maçom foi preso aqui em Senador Pompeu, nenhum cidadão foi preso por

10 Entrevista GOIS, Antonio de. [04/06/2013]. Entrevistador: Helton Anderson Xavier de Souza. Senador Pompeu/CE. (Grifo meu)

11 Entrevista GOIS, Antonio de. [04/06/2013]. Entrevistador: Helton Anderson Xavier de Souza. Senador Pompeu/CE

12 Entrevista AZEVEDO, João Antônio. [20/07/2012]. Entrevistador: Helton Anderson Xavier de Souza. Distrito de Mineirolândia, Pedra Branca/CE.

causa disso (informação verbal)<sup>13</sup>.

Nas palavras do entrevistado podemos perceber que o conceito de “vida digna” está relacionado, a ideia de cidadão cumpridor das normas sociais e das leis estabelecidas dentro da Ditadura Civil-Militar. O mesmo ressalta que desconhece qualquer perseguição realizada aos maçons ou cidadãos que viviam de maneira “digna”. Já o entrevistado Antonio Lisboa relata:

Não podia se posicionar a não ser dizendo amém, concordando, tô certo? É concordando, é “sim senhor”, quem é que podia ir contra? Se houve a “Revolução”, aí calou-se o povo, o povo foi exilado, foi torturado, o quê que os maçons iam dizer? Mesmo trabalhando *assegredado*, tinha nem por que ser contra. Eu vou aproveitar para contar uma piada, o repórter perguntou a um cidadão comum, o que o senhor acha do regime militar? eu não acho nada, porque um amigo meu foi achar, e nunca mais foi achado (informação verbal).<sup>14</sup>

As palavras do entrevistado são reveladoras no sentido de mostrar seu conhecimento em relação ao que acontecia no contexto histórico brasileiro da época. Abordando dessa forma a tomada de poder pelos militares como “revolução”, a tentativa de silenciar as manifestações contrárias aos militares, através das práticas de torturas e exílios realizados naquele período. Em suas palavras, percebemos uma justificativa na atuação da maçonaria de forma não contestatória aos militares, demonstrando uma certa impotência dos maçons na época, bem diferente dos outros tempos em que ela foi mais liberal. E onde ficava o ideal da liberdade? Ao mesmo tempo quando fala sobre sua opinião em relação ao Regime Militar deixa explícito seu apoio:

Foi bom, foi necessário, foi uma necessidade, o Brasil estava sem governo, o Jango se omitiu de governar, aí ele foi jogado fora, os militares entraram aí, aí foi uma necessidade, o regime militar entrou quando deveria ter entrado, demorou e saiu quando deveria ter saído, e entrou novamente a democracia, e estamos aí em plena democracia (informação verbal).<sup>15</sup>

Mais uma vez é feita referência à uma situação de crise dentro do país, onde foi justificada a atuação das forças armadas neste processo para o “restabelecimento” da “ordem”. O entrevistado quando perguntado se conhece alguém que demonstrou ser contrário ao Regime Militar, faz referência que nas conversas particulares encontravam-se maçons contrários ao governo, entretanto, publicamente evitava-se abordar esse assunto:

Eu não conheço, porque nós nunca questionamos, agora conversando tinha muita

13 Entrevista PINHO, Murilo Correia. [04/04/2013]. Entrevistador: Helton Anderson Xavier de Souza. Senador Pompeu. (Grifos meus).

14 Entrevista LISBOA, Antonio. [18/07/2012]. Entrevistador: Helton Anderson Xavier de Souza Senador Pompeu. (Grifo meu).

15 Entrevista LISBOA, Antonio. [18/07/2012]. Entrevistador: Helton Anderson Xavier de Souza Senador Pompeu. (Grifos meus).

gente que foi contra o regime, isso porque nós gostamos de ser formadores de opinião, eu não lembro mas existia gente que achava que o governo estava errado, no início teve um recesso, mas nunca passamos por perseguição nenhuma, não sei também né, se tinha alguém lá que fizesse parte, algum venerável, é possível que sim, a gente vem do início, a maçonaria foi muito influente na Independência do Brasil, porque eles se reuniam e vinha por assim dizer as traições, deduravam, aí ela nasceu dentro de um templo maçônico, a maçonaria fez parte da Independência do Brasil (informação verbal).<sup>16</sup>

Embora o entrevistado Antonio Lisboa aponte para um período de recesso não existe nenhuma documentação até o momento que comprove esta situação. O entrevistado encerra este trecho da entrevista valorizando o papel desempenhado pela maçonaria na Independência do Brasil, citada como obra maçônica. Ressaltamos que entre as entrevistas realizadas, o maçom Airton Saraiva Franco na ocasião falou da sua opinião contrária aos governos militares, mas este descontentamento não foi transformado em contestação pública.

## **AS ATIVIDADES, TRABALHOS E PERFIL MAÇÔNICOS DURANTE OS ANOS DE CHUMBO**

Com a deflagração do Regime Militar a partir da derrubada do governo de João Goulart, consultando as Fichas de Iniciação dos maçons, percebemos que os trabalhos continuaram a serem desenvolvidos, pois constam inúmeras iniciações realizadas durante o período, uma inclusive no mesmo mês em que os militares chegaram ao poder.

Quando perguntado se houve alguma censura, fiscalização policial ou risco de pararem os trabalhos, o entrevistado Airton Saraiva Franco diz “não, eu não posso dizer isso não, a gente funcionou normalmente, a gente tinha muita censura das pessoas, mas dos militares não”.<sup>17</sup> Portanto, a censura relatada é a da sociedade civil que, por influência da Igreja Católica, sente medo e receio da maçonaria. Resposta parecida é a do entrevistado Antonio de Gois: “não, isso nunca aconteceu, na minha época não, os trabalhos aconteciam normalmente”.<sup>18</sup> Resposta complementada pelo entrevistado João Antonio Azevedo: “Não, desde que eu entrei não aconteceu nada, de 1975 pra cá, graças a deus foi tudo liberado”.<sup>19</sup> O entrevistado Murilo Correia Pinho relata que “a loja funcionou normalmente, a maçonaria não houve nenhuma baixa, volto a lhe dizer que normalmente de 1964 pra cá, ninguém teve conhecimento

16 Entrevista LISBOA, Antonio. [18/07/2012]. Entrevistador: Helton Anderson Xavier de Souza Senador Pompeu.

17 Entrevista FRANCO, Airton Saraiva. [16/07/2012]. Entrevistador: Helton Anderson Xavier de Souza. Senador Pompeu/CE.

18 Entrevista GOIS, Antonio de. [04/06/2013]. Entrevistador: Helton Anderson Xavier de Souza. Senador Pompeu/CE.

19 Entrevista AZEVEDO, João Antônio. [20/07/2012]. Entrevistador: Helton Anderson Xavier de Souza. Distrito de Mineirolândia, Pedra Branca/CE.

que a maçonaria teve algum problema”.<sup>20</sup> Na resposta a esta pergunta o entrevistado Antonio Lisboa colabora no mesmo entendimento a partir de suas memórias:

Não houve perseguição não, à maçonaria não houve não, eu não tenho lembrança de nenhum maçom perseguido. A maçonaria funcionou normalmente, não houve essa censura não, não houve essa fiscalização, não houve perseguição, até porque se fala que tem muita gente do governo na maçonaria, desses oficiais, gerais, a maçonaria é repleta desse povo, até porque a maçonaria é uma instituição universal, existe duas instituições grandes no mundo, a maçonaria e a igreja católica, posso lhe dizer com certa propriedade de que não houve essa perseguição, porque veja bem, eu iniciei em 65, eu tenho certeza absoluta, eu posso dizer, nós funcionamos aqui todo o período, e eu volto a lhe dizer que a revolução foi uma necessidade, porque o país estava em desgoverno, o Jango tinha perdido o controle, até porque o Jango foi traído, o Jango foi traído pela equipe dele, aí aquela revolução muita gente acha que foi um absurdo, pra mim não foi, foi uma necessidade, pra colocar ordem na casa, no país, o país passava por um período, está entendendo, de desorganização, é tanto que quando eles entregaram, melhorou, começou a melhorar com a democracia, foi uma possibilidade que eles deram, tem gente que acha que foi um absurdo, eu não acho não, eu acho que foi necessário (informação verbal).<sup>21</sup>

Nesse trecho da entrevista é interessante observar que além de afirmar que não houve perseguição aos maçons durante a Ditadura Civil-Militar o entrevistado demonstra algum conhecimento sobre a influência de maçons neste período. Para ALVES (2011, p.87) não é novidade a influência nos bastidores da Ditadura Militar do maçom general Golbery do Couto e Silva, sendo este, o que ofereceu base teórica e ideológica aos militares que estavam no poder neste período. Ainda é destacado por ALMERI (2013, p.71) a forte e conhecida presença de maçons dentro da cúpula da Ditadura Civil-Militar entre os próprios maçons. Fato evidenciado pelos presidentes marechal Humberto de Alencar Castello Branco, o general Emílio Garrastazu Médici e o já citado general Golbery do Couto e Silva que foi atuante na preparação da instabilidade social do governo de João Goulart.

Para que possamos compreender melhor o ponto de vista dos maçons que frequentavam a loja maçônica de Senador Pompeu acerca do movimento iniciado em 1964, é necessária uma análise do perfil maçônico dos que frequentavam a loja maçônica Deus e Caridade”, N°09. Nas fichas/cadastros maçônicos percebemos informações importantes destes membros, que são úteis na nossa pesquisa. Entre elas estão data de nascimento, lugar de origem, local de residência atualizado à época, religião, profissão e visão política.

De acordo com essas fichas, a maioria dos que frequentavam a loja maçônica “Deus e Caridade” N°09, era composta por maçons da própria cidade. Todavia, o número de iniciados das regiões vizinhas é considerável. Dos que frequentavam a

20 Entrevista PINHO, Murilo Correia. [04/04/2013]. Entrevistador: Helton Anderson Xavier de Souza. Senador Pompeu/CE.

21 Entrevista LISBOA, Antonio. [18/07/2012]. Entrevistador: Helton Anderson Xavier de Souza Senador Pompeu/CE. (Grifos meus).

loja maçônica em Senador Pompeu, mas que não residiam na cidade, encontramos maçons de várias cidades diferentes, entre elas Piquet Carneiro, Quixeramobim, Milhã, Solonópole, Mombaça, entre outras, que se localizam próximas à Senador Pompeu. Reforça-se, com isso, a importância da loja “Deus e Caridade”, N°9, na expansão do pensamento maçônico na região do sertão central cearense.

No que se refere à religiosidade dos seus membros, dos que conseguimos identificar, a fé católica tem maioria absoluta, embora exista uma quantidade considerável de membros em que não é possível identificar sua religião. Ou seja, apesar dos conflitos entre Igreja Católica e maçonaria, que temos na história do mundo e, mais especificamente, no Brasil, e das perseguições que maçons em Senador Pompeu sofreram dos católicos mais conservadores liderados por um vigário local, padre Odilo Lopes de Melo Galvão, podemos afirmar a partir dos dados colhidos que a grande maioria dos maçons professava a fé católica.

Um outro dado importante, do perfil maçônico, é a profissão exercida pelos mesmos. Pois a partir da análise deste dado, juntamente com outros, podemos melhor compreender o ponto de vista dos maçons. No que se refere a ocupação profissional, percebemos uma diversidade de atividades. Notamos uma prevalência de profissões geralmente relacionadas a classes mais privilegiadas e/ou classe média. Encontramos nas fichas analisadas uma variedade de profissões, prevalecendo funcionários públicos e comerciantes, além de alguns industriais, profissionais liberais e militares.

Dos dados mais intrigantes das fichas/cadastros maçônicos podemos citar o que se refere ao ponto de vista político de cada maçom. Em quase todas as fichas consta a informação “democrata”. É importante a constatação de que até mesmo nas fichas dos maçons militares consta-se na visão política “democrática” ou “democrata”.

Entretanto, esta visão quando confrontada com a situação política da época, que era de repressão aos adversários políticos da Ditadura Civil-Militar, e pelas próprias entrevistas realizadas, notamos uma contradição, pois não há relatos nem indícios que apontem no sentido de contestação ao governo, podemos citar, para exemplificar, o caso do entrevistado Airton Saraiva Franco, que demonstra certa insatisfação (o único entre os entrevistados) com o Regime Militar, mas em sua entrevista ele não dá indícios de que sofreu perseguições, como também não há evidências de ter confrontado o poder estabelecido.<sup>22</sup> E como foi constatado, pela maioria das entrevistas realizadas, houve uma grande adesão por parte dos maçons locais ao golpe de 1964 e a consequente Ditadura Civil-Militar, fato que também percebe-se no plano nacional.

---

22 Entrevista FRANCO, Airton Saraiva. [16/07/2012]. Entrevistador: Helton Anderson Xavier de Souza. Senador Pompeu/CE.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS.

As dificuldades de desenvolver uma pesquisa histórica tendo como fonte a memória, implica em muitos desafios, ainda mais por se tratar de um momento delicado da política brasileira, como é o caso da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Onde as forças armadas agiram supostamente em defesa da “ordem”, acreditando, que o comunismo estava espalhando-se pelo Brasil, fazendo-se necessária uma intervenção militar imediata.

Os desafios para esta pesquisa vão desde o que foi realmente perdido por questões de saúde, como é o caso do entrevistado Airton Saraiva Franco, onde o mesmo relatou não lembrar tão bem daquele período. Como também dos “silêncios” ou do “refúgio” das breves respostas, como medida de proteção, preferindo desta forma não trazer lembranças de outro tempo.

Temos que lembrar das ressignificações dos entrevistados, pois embora as perguntas sejam remetidas ao passado, as memórias não são neutras, como também não são estáticas, elas vão sofrendo alterações com o passar do tempo.

Podemos afirmar que o Ditadura Civil-Militar, em Senador Pompeu, foi bem aceita e defendida dentro dos quadros maçônicos, embora não possamos concluir a partir desta situação, que todos os maçons concordavam com a ditadura. Algumas poucas fichas maçônicas apontam igualmente para esta situação ao demonstrarem algum receio em revelar ou se posicionar politicamente.

Nossa pesquisa revela-se relevante ao focar sobre um objeto de estudo que tem destaque no cenário regional, pois trata-se da loja maçônica ativa mais antiga no sertão central cearense, tendo entre seus iniciados maçons fundadores de várias lojas de municípios próximos como Milhã, Solonópole, Mineirolândia (Distrito de Pedra Branca), Pedra Branca e Mombaça.

Este estudo abre perspectiva para posteriormente darmos sequência, afinal, temos como objetivo explorar novas possibilidades com a intenção de enriquecer as discussões relacionadas tanto à temática sobre Ditadura Civil-Militar quanto a atuação da maçonaria neste período. As possibilidades não se encerraram, pelo contrário, está aberta para aprofundarmos ainda mais, em um futuro breve.

## ENTREVISTAS

- Sr. João Antonio Azevedo, maçom iniciado em 1975. Entrevistador: Helton Anderson Xavier de Souza. A entrevista foi realizada em 04 de julho de 2012, em Mineirolândia, Pedra Branca/CE.

- Sr. Airton Saraiva Franco, maçom iniciado em 1975. Entrevistador: Helton Anderson Xavier de Souza. A entrevista foi realizada em 16 de julho de 2012, na cidade de Senador Pompeu/CE.

- Sr. Antônio Lisboa, maçom iniciado em 1965. Entrevistador: Helton Anderson Xavier de Souza. A entrevista foi realizada em 17 de julho de 2012, na cidade de Senador Pompeu/CE.

- Sr. Murilo Pinho, maçom iniciado em 1979. Entrevistador: Helton Anderson Xavier de Souza na cidade de Senador Pompeu/CE. 04 de abril de 2013, na cidade Senador Pompeu/CE.

- Sr. Antônio de Gois, maçom iniciado em 1965. Entrevistador: Helton Anderson Xavier de Souza. A entrevista foi realizada em 04 de junho de 2013, na cidade de Senador Pompeu/CE.

## DOCUMENTOS ESCRITOS/IMPRESSOS

- Ata de fundação da loja maçônica “Deus e Caridade”
- Fichas cadastros maçônicos

## REFERÊNCIAS

ALMÉRI, Tatiana Martins. (2013) Posicionamentos da instituição maçônica no processo Político ditatorial brasileiro (1964): da visão liberal ao conservadorismo. In **REHMLAC**. Vol. 5, Nº 1, Maio-Novembro. Disponível em

<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4898312.pdf>

ALVES, Luiz Felipe Nunes de. O bruxo e o feiticeiro: José Lopez Rega e Golbery do Couto e Silva e o nacionalismo conservador no cone sul. **Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia**. Ano, N.3. Dezembro 2011p.79-96. Disponível em [https://www.revista.ueg.br/index.php/revista\\_geth/article/view/262](https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/262)

CASTELLANI, José. CARVALHO, William Almeida de. (2009) **A História do Grande Oriente do Brasil: A Maçonaria na História do Brasil**. São Paulo (SP): Madras Editora.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. IN: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucélia de A. N. (organizadores) **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática**. 5ª edição. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p.344-404.

GIOVANAZZI, João Paulo. **Paróquia de Nossa Senhora das Dores: 80 anos servindo ao Senhor**. Senador Pompeu (Ce). GRAFIT gráfica e editora. 1999.

MOREL, Marco & SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. (2008) **O Poder da Maçonaria: A História de uma sociedade secreta no Brasil**. Rio de Janeiro (RJ): Nova Fronteira.

SILVA, Marcos José Diniz. (2007) **No Compasso do Progresso: A Maçonaria e os Trabalhadores Cearenses**. Fortaleza (CE): Expressão Gráfica e Editora.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930 – 1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

## REGADIO NOS TEMPOS DE DITADURA: RELAÇÕES ENTRE ESTADO, CAPITAL NACIONAL E INTERNACIONAL (1964-1971)

Data de aceite: 28/01/2020

**Mário Martins Viana Júnior**

Universidade Federal do Ceará

Fortaleza-CE

<http://lattes.cnpq.br/0484147709183592>

**Alfredo Ricardo da Silva Lopes**

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Corumbá-MS

<http://lattes.cnpq.br/7153913778520994>

**RESUMO:** Este capítulo busca incitar e sensibilizar os pesquisadores a tratarem do tema da Questão Agrária no Brasil, conferindo centralidade à irrigação nacional no período ditatorial. Para tanto, realizamos um debate bibliográfico sobre o assunto e sinalizamos possibilidades de pesquisas e fontes históricas que carecem de maior atenção por parte dos historiadores/as. Neste exercício, o aprofundamento da análise das relações entre capital nacional, internacional e Estado para o desenvolvimento do regadio no Brasil surge como uma densa possibilidade de pesquisa histórica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Irrigação; Ditadura; Empresários; Brasil;

IRRIGATION IN TIMES OF DICTATORSHIP:  
RELATIONS BETWEEN THE STATE,  
NATIONAL AND INTERNATIONAL CAPITAL  
(1964-1971)

**ABSTRACT:** This chapter seeks to encourage and sensitize researchers to address to the topic of Agrarian Issues in Brazil, endowing centrality to national irrigation in the dictatorial period. To this end, we carried out a bibliographical debate on the subject and signaled to research possibilities and to historical sources that require more attention from historians. In this exercise, the deepening of analysis of the relations between the State, national and international capital for the development of irrigation in Brazil emerges as a dense possibility for historical research.

**KEYWORDS:** Irrigation; Dictatorship; Businessmen; Brazil;

### 1 | IRRIGAR A HISTORIOGRAFIA?

Tomando a narrativa oficial do Estado, em panorâmica e no que diz respeito às políticas de irrigação, podemos observar uma divisão cronológica da irrigação do Brasil em quatro grandes momentos<sup>1</sup>. Ainda que exista diferenças de abordagem sobre tais balizas

1 Segundo BRASIL (2008) houve quatro grandes fases quanto a políticas de irrigação no país. Primeira fase: último quartel do século XIX até os anos de 1960; segunda fase: fim dos anos 1960 até meados da década de 1980; terceira: 1985 até 1995; quarta



temporais, principalmente no que toca às formas e aos ritmos de intervenções do Estado (CARVALHO, 1988; BURZTYN, 2008; OLIVEIRA, 2008), há consenso de que a década de 1960 inaugurou uma abordagem sistemática, planejada e articulada entre os diferentes poderes (federal, estadual e municipal) e esferas (público e privado) para projeção e execução de uma política de irrigação em nível nacional que articulasse diferentes regiões do país. Vale destacar que, o sentido atribuído às mudanças na irrigação é aquele que defende uma crescente transformação tecnológica, comprometida com a produção em massa e voltada para o mercado. A isto conferiu-se o nome de modernização agrícola com todas as suas contradições inerentes e históricas.

No período assinalado, diretamente relacionada à expansão dos centros urbanos, a questão do abastecimento hídrico e alimentar (LINHARES; SILVA, 1979) ganhou notoriedade catapultando a temática da irrigação como importante objeto de estudo por toda a segunda metade do século XX e início do XXI (FURTADO, 2009; IORIS, 2010). Para além das abordagens de ordem técnica dos estudos de engenharia, o melhor aproveitamento da água e o mapeamento e uso das áreas irrigáveis cultiváveis e não cultiváveis do país foram algumas das preocupações políticas, econômicas e sociais centrais dos militares brasileiros, já em 1964.

Esta centralidade pode ser observada quando tomamos como objeto de análise a Lei 4.593, de 29 de dezembro de 1964. Neste documento, combinava-se o debate e as regras sobre a desapropriação da terra com o avanço da irrigação, assinalando-se os estados-alvo<sup>2</sup> para as intervenções e planos de irrigação integrados, acrescidos de marcos regulatórios<sup>3</sup>. A busca pela integração dos projetos intervencionistas constituiu algo inédito no país.

No início da década de 1970 o Brasil foi dividido em quatro regiões-chave de acordo com os seus potenciais hídricos, englobando uma área total de aproximadamente 31 milhões km<sup>2</sup> (Ver IMAGEM 1).<sup>4</sup> Esta ‘fragmentação integrada’ visava o chamado “desenvolvimento hidro-agrícola” em sua relação direta com uma expectativa mais ampla de criação de empregos no campo e com a busca de uma

---

fase: 1995 em diante.

2 Bahia, Sergipe, Minas Gerais, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão.

3 Dentre os marcos regulatórios e programas importantes para a alavancagem da irrigação brasileira, podemos apontar estes: 1968 - Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (GEIDA) no Ministério do Interior; 1969 - Programa Nacional de Irrigação; 1971 – Programa Plurianual de Irrigação (PPI); 1979 – Lei 6.662 (Lei de Irrigação); 1981 - Programa Nacional para Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS); 1982 - Instituído o Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação (PROFIR); Decreto N° 89.496, de 29 de março de 1984 (Regulamentação da Lei de Irrigação); Decretos N° 90.309, de 16/10/84, N° 93.484, de 29/10/84, N° 90.991, de 26/02/85 (referem-se a Lei de Irrigação); 1986 - Criado o Programa Nacional de Irrigação (PRONI) e o Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE); 1988 Constituição da República Federativa do Brasil.

4 Região A (868.700 km<sup>2</sup>): englobava todas as bacias hidrográficas do Nordeste, exceto a bacia do São Francisco, alvo da Região B (607.300 km<sup>2</sup>); Região C (891.000 km<sup>2</sup>): ao sul das Regiões A e B, incluía a alta bacia do Rio Paraná; Região D (718.000 km<sup>2</sup>): toda a parte Sul do país.



DELGADO, 2002; SANTOS, 2002; MENDONÇA, 2009), “crédito e extensão rural”<sup>7</sup> (MENDONÇA, 1997; 2010; OLIVEIRA, 2013), “desenvolvimento rural” e expansão da “Revolução Verde” (MENDONÇA, 2010; PEREIRA, 2010; PRESA, 2018), entre outros.

Os percursos e as diretrizes das políticas sobre irrigação no Brasil tornaram-se objeto de estudo em outras áreas, como na Geografia (ANDRADE, 1983; LEME, 1999; PALHETA et al, 1991; IORIS, 2010; COELHO NETO, 2010), com destaque para a Geografia Agrária e para os exercícios de investigação geo-históricos (FERNANDES, 2013). Entre os/as economistas a avaliação em retrospecto sobre a irrigação no país costumeiramente pôs em análise as políticas nacionais de recursos hídricos para pensar o uso racional da água (LIMA, 1999) e debater sobre a importância da irrigação como forma de desenvolvimento regional, principalmente no Nordeste (KAGEYAMA et al, 1989; ABLAS, 1988; BISERRA et al., 1995).

Mais recentemente, em virtude da agenda ambiental e da degradação ambiental produzida pela agricultura monocultora e latifundiária, percebeu-se mesmo a necessidade de uma reflexão mais ampla e uma transformação do termo “modernização agrícola”, visto que atualmente são consideradas modernas as práticas que respeitam os limites produtivos do solo e causam menos impactos ambientais (PRESA, 2018).

Esses trabalhos são de significativa importância para o entendimento das formas de apropriação e transformação da água em recurso hídrico, principalmente quando concatenados com a análise da expansão e desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Grosso modo, contudo, as narrativas projetam uma forma de conhecimento, hegemônico, sobre a irrigação no país caracterizada por abordagens que primam pelo etapismo e pela cronologia, a exemplo da abordagem histórica através de fases e grandes sínteses<sup>8</sup> e semelhante às explicações tautológicas oficiais (BRASIL, 2008). Algumas análises buscam inclusive explicar as origens dos paradoxos da questão agrária atual, como a dinâmica do agronegócio, remetendo ao período colonial<sup>9</sup>.

O problema de uma ausência ou de uma abordagem secundária do tema da irrigação no âmbito historiográfico brasileiro fica ainda mais evidente quando lançamos

---

7 De acordo com Sonia Regina de Mendonça (2013:2) há na historiografia relativa a “era Vargas” três vícios contumazes. Aqui, merece destaque o vício indicado em relação ao lugar da agricultura na análise dos historiadores/as. Os estudos sobre políticas públicas agrícolas/agrárias tenderiam a se concentrar no pós-1960, isto é, em períodos recentes, “[...] obstaculizando uma visão de conjunto [...]”.

8 Como exemplo, podemos assinalar o trabalho de Ioris (2010) que propõe uma análise histórica da apropriação econômica dos recursos hídricos a partir de duas grandes fases: fase desenvolvimentista (a água como mecanismo indireto de acumulação - com forte inserção da irrigação comercial) e a fase neoliberal (a água como mecanismo direto e indireto de acumulação).

9 Nos trabalhos consultados (MORAES, 2000) o diálogo com a historiografia quase sempre vem alicerçado nos estudos de Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Fernando Novais para reafirmar a existência de um capitalismo mercantil e de acumulação primitiva de capitais da Europa a partir da exploração das colônias. Desconsidera-se, portanto, as críticas realizadas ao longo das últimas décadas ao paradigma do “sentido da colonização” e as análises correlatas (CARDOSO, 1979 e 2004; FRAGOSO, 2001).

olhares para outros países. Em Portugal, por exemplo, Dulce Freire (2011;2013) demonstrou nos últimos anos, ao contrário do que afirmava a historiografia consolidada sobre a temática naquele país, como houve múltiplos sinais de uma modernização agrícola operados pela elite técnica do país em pleno regime ditatorial português. E vários outros estudiosos/as também se debruçaram sobre documentos (plano, programas, diplomas, projetos, etc.) que tratam da ampliação da irrigação na Comunidade Europeia.<sup>10</sup>

Diante desse quadro de análises e estudos e frente às inúmeras fontes encontradas em atividades de investigação integrada<sup>11</sup>, principalmente nos acervos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a presente reflexão busca contribuir para a sensibilização sobre a importância do estudo do tema no país, a partir da análise dos meandros da irrigação no Brasil no âmbito da construção do conhecimento histórico.

Nesse movimento analítico interessa provocar, dentre outros, quais eram as concepções, configurações e conteúdo das políticas de irrigação? Como se deram as relações entre empresários e agentes do Estado na elaboração dessas políticas e na construção de uma infraestrutura de irrigação nacional, articulada e planejada? Dado o espaço limitado deste capítulo, este texto objetiva mais levantar questões e sinalizar caminhos viáveis da pesquisa no âmbito da irrigação brasileira do que responder questões objetivas.

## 2 | OS INTERESSES EMPRESARIAIS NA CONFIGURAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Partimos de dois elementos basilares e complementares. É mister compreender o Estado de forma ampliada observando e analisando as relações entre a sociedade política mais restrita e a sociedade civil, compreendida nas ações e relações de seus indivíduos, grupos, formas associativas<sup>12</sup>. Concomitantemente, temos acordo que “o regime político instituído em 1964 não deve ser entendido [exclusivamente] como uma ditadura militar ou regime militar [pois] tivemos no Brasil uma ditadura civil-militar [...]” (CAMPOS, 2014:416). Daí as possibilidades de pesquisas para qualificar

10 Barros (2003), Caldas (1960), Carvalho (1971), Espada (1999), Freire e Lãnero (2013), Pereira e Estácio (1968).

11 Referimo-nos à colaboração estabelecida entre o “Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais” (COMTER-UFC) e “História, Meio Ambiente e Cultura” (UFMS).

12 Trabalhos como o de Bursztyn (2008) e Mendonça (1997; 2009) assinalam importantes resultados de pesquisa a partir dessa escolha teórico-metodológica. No plano historiográfico, a investigação sobre as relações entre empresários e agentes do Estado assume diferentes possibilidades. Recentemente, Guimarães e Joanoni Neto (2018) realizaram um conjunto de pesquisas sobre as relações entre grupos empresariais e agentes do Estado ditatorial, com foco nos governos da Amazônia brasileira, partindo de outras matrizes teóricas (FOUCAULT, 2008).

quais e de que maneiras setores específicos da sociedade civil participaram do(s) pacto(s) políticos(s) que ajudaram a construir e manter o regime<sup>13</sup> (LEMOS, 2010). Em específico a problemática de análise se apresenta para pensarmos a irrigação brasileira através das relações entre militares e empresários na sua concepção, projeção e execução.

Como exposto acima, desde o início do período ditatorial havia uma preocupação com a gestão e a racionalização do uso da terra e dos recursos hídricos no país<sup>14</sup>. Logo após a criação do Estatuto da Terra<sup>15</sup>, a **Lei 4.593** de 29 de dezembro de 1964, também conhecida por Lei da Desapropriação, expunha isto ao regulamentar as formas de desapropriação vinculando-as exclusivamente a projetos e programas de irrigação. Buscava-se dar o tom sobre a questão agrária no país através do bloqueio de quaisquer outros planos de reforma agrária<sup>16</sup>. A germinação da temática da irrigação foi pensada e vinculada às questões de Desenvolvimento e de Segurança Nacional (LIMA FILHO, 2011; MORAIS, 2012; SANTIAGO, 2012).

Diante da ausência de uma legislação nacional de irrigação (apesar do Código de Águas em 1934) e sob o pretexto de combater as secas no Nordeste, foi projetado através da Lei 4.593, nos seus artigos 1º a 6º, um cenário de aproveitamento hídrico para as décadas seguintes. Com base em planos de irrigação específicos para o uso intensivo de terras irrigáveis, a legislação pioneira era abalizada por conteúdo genérico como a desapropriação seguida por interesses econômico-sociais regionais e de utilidade ou necessidade públicas e interesse social, conforme podemos ver abaixo:

Art. 3º **A terras irrigadas em virtude de obras públicas somente serão utilizadas pela forma e para os fins permitidos nos planos de irrigação**, que especificarão os casos de suspensão ou cancelamento do uso da água.

Art. 4º Para possibilitar a execução dos planos de irrigação, poderão ser efetuadas **desapropriações por utilidade ou necessidade públicas, assim como por interesse social (grifo nosso)**<sup>17</sup>.

Este embrião das políticas de irrigação nacional foi tomando forma e feição mais bem definida à medida que os anos avançaram. Do lado do Estado, **a criação**

13 Merece atenção os trabalhos oriundos das investigações da Comissão Nacional da Verdade (MONTE-LEONE et al, 2016). A relação entre os empreiteiros e os ditadores também foi objeto de outros estudiosos (CAMPOS, 2014), bem como o envolvimento de grupos no âmbito da educação de nível superior (CAMPOS; BRANDÃO, 2017).

14 A racionalização defendida pelo Estado era uma específica: o uso dos recursos naturais para impulsionar o consumo de produtos e insumos agrícolas na produção agrícola monocultora voltada ao mercado.

15 BRASIL. Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, DF, junho de 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm). Acesso em: 25/06/2018.

16 Segundo Vieira (2015:47), esta Lei surgiu para delinear os futuros projetos de irrigação, sendo considerada “o embrião da Lei de Irrigação editada em 1979”.

17 BRASIL. Lei no 4.593, de 29 de dezembro de 1964. Disciplina a desapropriação para as obras de combate às secas do Nordeste, Brasília, DF, junho de 2018. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4593-29-dezembro-1964-377661-norma-actualizada-pl.html>. Acesso em: 15/04/2018.

**do Ministério do Interior em 1967**<sup>18</sup>, possuindo o General Afonso Albuquerque Lima como primeiro ministro da pasta, funcionou como um ponto sobre o qual atuaram diferentes forças centrípetas e centrífugas. Dentre as atribuições desse Ministério estavam as políticas públicas sobre o desenvolvimento regional, a ocupação do território nacional, a gerência e o beneficiamento de áreas e obras de proteção contra secas e, principalmente, **a irrigação**. Daí a importância de se mapear e investigar as relações dos agentes pertencentes a ele.

Encontramos um número razoável de indícios que apontam possibilidades de atuação do Estado, via Ministério do Interior, no que diz respeito às formas de tratar da irrigação brasileira. Identificamos pelo menos dois movimentos amplos e coordenados: por um lado houve uma organicidade que buscou integrar diferentes órgãos federais (ministérios, superintendências, departamentos, secretarias, institutos, bancos oficiais de crédito, grupos, etc.); por outro lado, um pareamento explícito do domínio público com a iniciativa privada, sobretudo os setores de engenharia que foram convidados, convocados e/ou recompensados, a participar da construção das políticas públicas de irrigação do país.

É possível ainda refletirmos e problematizarmos sobre um terceiro movimento em terras brasileiras (FREIRE, 2011; 2013; BAPTISTA, 1993): o da formação e atuação de um quadro técnico especializado, sobretudo agrônomos e outros engenheiros<sup>19</sup>, cuja relação com a esfera das políticas públicas sobre irrigação possa ser retomada e ampliada em diálogo com a da extensão rural, em hipótese (MENDONÇA, 2009;2010).<sup>20</sup> Tais indícios podem ajudar a entender melhor a complexidade das relações estabelecidas que misturaram público e privado no delineamento das atividades.

De fato, o Governo tomou para si a responsabilidade de catalisar e promover o debate sobre a irrigação da agricultura no país. Os documentos encontrados sugerem que os agentes do Estado brasileiro (políticos, engenheiros, técnicos, etc.) lançaram mão do reforço de antigos e da criação de novos laços de proximidade com o empresariado nacional e internacional, sobretudo ibérico e israelense. Apontam para isso os encontros em formato de reuniões, conferências e seminários, tal como o Ciclo de Conferências, ocorrido de 11 a 14 de novembro de 1968, cuja temática

---

18 Criado em 25 de fevereiro de 1967, no governo do presidente Castelo Branco, pelo Decreto-Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967.

19 Orientando destes professores, o trabalho de pesquisa de Gonçalo Soares Mourão Neto, intitulado “Nas tramas da academia: o Centro de Ciências Agrárias da UFC em meio ao processo de “modernização” da agricultura no Ceará. (1963-1980)”, busca aprofundar este terceiro eixo de investigação.

20 Baptista (1993) e Oliveira (2013) analisam que, a despeito das contundentes críticas para a promoção da modernização da agricultura feita pela elite técnica do país ao Estado, “[...] a agricultura portuguesa apresenta [...] múltiplos signos de modernización” nos anos de 1950 e 60 (FREIRE, 2011:125). Na perspectiva de “iluminação mútua” de objetos de pesquisa, importa observarmos que tal elite técnica foi influenciada pelas teorias da dependência fundadas nas economias dos países da América Latina, o que abre possibilidade de análise não apenas comparativa, mas relacional das propostas e discursos de tais engenheiros nos dois países.

era: “Racionalização do trinômio Homem-Terra-Água”<sup>21</sup>. A programação do evento auxilia a entender as possibilidades de simbiose entre sociedade política e sociedade civil. Dividido em quatro partes, o programa parecia mesmo ajustado ao formato de organização da Administração Federal daquele contexto<sup>22</sup>.

**No centro** do evento estava o Ministério do Interior representado pelo Ministro e pelo Secretário Geral<sup>23</sup>, assinalando aquilo que deveria ser o estrato de direção, formulação, orientação e coordenação das políticas da área em nível nacional. **Em outra seção**, as conferências dos superintendentes das regionais do Brasil (SUDENE, SUDAM, SUDECO, SUDESUL<sup>24</sup>) responsáveis pela supervisão e coordenação das atividades em nível regional. **Em terceiro**, os chefes das autarquias encarregados da execução, operação e manutenção dos projetos de irrigação (SUVALE, DNOCS E DNOS<sup>25</sup>). **E por fim**, a iniciativa privada que deveria cuidar da execução dos projetos de irrigação no país, cujas exposições ficaram a cargo dos seguintes consórcios: GEOTÉCNICA-TECNOIBÉRICA, SONDOTÉCNICA-TAHAL, ENGEVIX-TECNOIBÉRICA, Engenharia de Recursos Naturais – COBA<sup>26</sup>.

Apesar do reforço da hierarquia federal exposta na programação do evento, a informação chapada nas páginas do Correio da Manhã, ao mesmo tempo em que apontava para uma participação efetiva do Governo, sugere-nos uma inserção e uma forma peculiar de organização e participação do empresariado nacional e das empresas estrangeiras nos rumos da irrigação do país. Isto estava explícito na propaganda do promotor do evento, também o principal interessado no assunto: o Clube de Engenharia<sup>27</sup>, uma organização de classe que se fez sentir e transbordar

---

21 Correio da Manhã, 10/11/1968, p. 2.

22 BRASIL. DECRETO-LEI Nº 200, de 25 de fevereiro DE 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília, DF, junho de 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm). Acesso em: 20/06/2018.

23 O Ministro do Interior era o General Afonso Augusto Albuquerque Lima e o Secretário Geral era o Coronel Dalmo Leme Pragana.

24 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, Superintendência de Desenvolvimento do Sul.

25 Superintendência do Vale do São Francisco, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, Departamento Nacional de Obras e Saneamento.

26 Essa organicidade institucional estava bem delineada no Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e encontrava amparo no funcionamento de programas e projetos posteriores, tal como o Programa Plurianual de Irrigação (PPI). Encontramos indícios de que houve ampliação de participação de algumas dessas empresas no Brasil nos anos seguintes ao evento, à exemplo da TECNOIBÉRICA, conforme noticiado na imprensa nacional: “Consultoria espanhola – As empresas privadas de consultoria da Espanha, reunidas numa entidade oficiosa, a TECNOIBERIA, vêm obtendo uma séria de contratos na América Latina, inclusive no Brasil. Os contratos das empresas espanholas sobem no país a cerca de 10 milhões de dólares atualmente e se referem principalmente a projetos de irrigação, turismo e pesca, tanto no Nordeste como no Rio Grande do Sul. Tal atuação recebe amplo apoio do Governo Espanhol, inclusive através de suas Embaixadas. Jornal do Brasil, 16/09/1970, p. 24.

27 A origem do Clube de Engenharia remonta ao século XIX, quando em 1880 Conrad Jacob Niemeyer fundou a instituição para agregar engenheiros e técnicos. Em sua trajetória afirma-se como polo de informação possuindo como missão a luta pela democracia e pelo desenvolvimento do país, ainda que em seu detalhado histórico de ações não conste qualquer menção ou registro às ações do Clube no interstício de 1964 a 1985. Informações obtidas no portal do Clube. Disponível em: <http://www.portalclubedeengenharia.org.br/info/o-clube-de-engenharia-e-sua-historia/3>. Acesso em 05/04/2018.

para outros setores e instituições da sociedade brasileira mediante a propagação de sua ideologia e concepções de mundo (CAMPOS, 2012).

Interessa observarmos também que o Ciclo de Conferências ocorreu na sede de tal Clube, exatamente um mês antes da promulgação do Decreto 63.775 (11/12/1968) que criou o **Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (GEIDA)**. Vinculado a diferentes ministérios, como o do Interior e da Agricultura, este órgão tinha como principal finalidade “planejar, orientar e supervisionar a atuação integrada dos sistemas dos órgãos federais nos setores de engenharia, agricultura e crédito [...]”<sup>28</sup>. Na prática, o GEIDA funcionou como plataforma da primeira política nacional de irrigação para o desenvolvimento agrícola no Brasil, agrupando estudiosos e interessados no assunto (empresários, por exemplo) e produzindo amplo conhecimento sobre o tema.

O principal feito do GEIDA, tanto no sentido de acúmulo como no de projeção, foi indiscutivelmente a criação do Programa Plurianual de Irrigação (PPI), elaborado entre 1969 e 1971. Foi este documento que, dividido em 15 longos volumes, serviu de parâmetro para irrigação nacional “[...] com orientações que produziram efeitos até o final da primeira metade dos anos 80” (BRASIL, 2008:11). A análise de seu conteúdo aponta, para além do entendimento da irrigação como política pública, possibilidades de compreensão das formas como o território nacional era pensado; o que se tratava como desenvolvimento; o que se entendia como região; de que forma a Revolução Verde se concretizaria no país; como as populações camponesas eram pensadas/abordadas; entre outros aspectos concernentes à questão agrária brasileira para o período.

Difícilmente existam outros documentos tão significativos como os programas, planos e projetos para pôr em destaque a proposta investigativa específica de examinar as relações estabelecidas entre empresários e agentes do Estado na elaboração das políticas e na construção de uma infraestrutura de irrigação nacional, articulada e planejada. O PPI, por exemplo, foi amplamente reconhecido e citado pelos estudiosos da irrigação como propulsor inédito da agricultura irrigada por desenhar uma geografia para a política nacional de irrigação (COELHO NETO, 2010), isto é, por apontar onde, como e quando o Estado deveria intervir, ainda que através de empresas nacionais e estrangeiras. Tal documento, contudo, ainda não foi analisado mais profundamente em sua complexidade histórica. As análises encontradas tratam o PPI como produto do GEIDA/Estado e se atém às alterações estruturais promovidas pelo Programa da data de sua criação em diante.

---

28 BRASIL. DECRETO Nº 63.775, de 11 de dezembro de 1968. Cria o Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (GEIDA) e dá outras providências. Brasília, DF, junho de 2018. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63775-11-dezembro-1968-405140-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20/06/2018.



### 3 | CONSIDERAÇÕES/QUESTÕES FINAIS

Neste capítulo, para fins de exposição da potencialidade de pesquisa sobre essa fonte e outras com perfil semelhante que tratem do planejamento para a irrigação, chamamos atenção para um duplo movimento de possibilidades investigativas/problematizações. Primeiro a análise dos meandros da construção desses documentos e políticas, isto é: quais agentes estiveram envolvidos? Quais as suas trajetórias e interesses? Quais redes de contato (nacional e internacional) colocam em evidência? De acordo com Freire (2013), por exemplo, os agrônomos que formavam a elite técnica mais prestigiada de Portugal estavam em contato com as teorias da dependência da América Latina. Houve relação entre esses profissionais de diferentes nacionalidades entusiastas da Revolução Verde e da alteração estrutural na irrigação em Brasil e Portugal? Se sim, de que tipo, forma?

Segundo, é preciso investigar as expectativas e as consequências reais geradas a partir desses trabalhos, ou melhor: quais demandas foram geradas? Quais sujeitos, grupos e empresas executaram os inúmeros trabalhos apontados nos programas? De que forma? Como se articularam com o Estado? Como foram selecionados e remunerados? À exemplo da TECNOIBÉRICA, que reunia um conjunto de empresas espanholas para atuar na América Latina, haveria outras empresas europeias atuando no Brasil? Como? Por quê? A TAHAL, israelense, atuava de forma isolada?

Um olhar mais detido sobre a configuração do PPI endossa essas proposições investigativas. Em análise prévia descobrimos que o Programa não foi construído pelo Estado, a partir do GEIDA, como apontado univocamente pelos estudiosos do tema. O Programa que guiou a irrigação do país por quase 15 anos foi concebido de forma complexa e contraditória: elaborado pela iniciativa privada nacional e estrangeira.

Paradoxalmente, ainda que com objetivos e interesses públicos envolvendo a Segurança Nacional, o PPI foi comprado pelo Governo e pago com recursos oriundos de financiamento externo, concedidos por uma das duas empresas responsáveis pelo Programa: o consórcio composto pela brasileira SONDOTÉCNICA e pela israelense TAHAL, já apresentado no Ciclo de Conferências promovido pelo Clube de Engenharia.

Em suma, uma complexa triangulação entre capital nacional, capital internacional (SANTANA, 2017; BENAKOUCHE, 2013) e Estado para o desenvolvimento da irrigação no país, o que, reiteramos, carece de análises mais aprofundadas. Pode-se destacar também, que o próprio conceito de modernização agrícola precisa ser revisto à luz das atuais discussões sobre os custos ambientais da produção de alimentos. É interessante, portanto, matizarmos tal modernização no período da Ditadura Civil-Militar, considerando a possibilidade de pensarmos em termos

de capitalização agrícola, o que esteve relacionado ao aumento do êxodo rural, à ampliação da concentração da terra no Brasil e, muito provavelmente, ao aumento do endividamento externo brasileiro.

Este texto se transmuta, portanto, em um convite para que os pesquisadores/as percebam a potencialidade desta temática e contribuam para o seu melhor entendimento no Brasil. Principalmente em um contexto histórico em que a privatização da água aparece como ameaça concreta no horizonte brasileiro ao mesmo tempo em que as questões ambientais tomam centralidade em todo o mundo<sup>29</sup>. Nosso desejo é que a historiografia possa ser irrigada por este debate!

## REFERÊNCIAS

ABLAS, Luiz. Agricultura irrigada e desenvolvimento regional. **Revista Econômica Nordeste**, Fortaleza, v. 19, n° 2, p. 155-174, abr./jun., 1988.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Tradição e mudança**: a organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do Submédio São Francisco. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BAPTISTA, Fernando Oliveira. **A política agrária do Estado Novo**. Porto: Afrontamento, 1993.

BARROS, José D'Assunção. História Comparada: um novo modo de ver e fazer a História. **Revista de História Comparada**, vol. 1, n° 1, p. 1-30, jun/2007.

BENAKOUCHE, Rabah. **Bazar da Dívida Externa Brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BRASIL. Ministério do Interior. Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola – GEIDA. **Programa Plurianual de Irrigação (PPI)**. Brasília: MINTER, 1971.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **A irrigação no Brasil**: situação e diretrizes. Brasília: IICA, 2008.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos**: planejamento, e clientelismo no Nordeste. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas Catedrais**: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: UFF, 2014.

\_\_\_\_\_. Os Camargo, os Andrade e os Odebrech: as grandes famílias brasileiras na construção civil. In: \_\_\_\_\_; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (org.). **Os Donos do Capital**: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (org.). **Os Donos do Capital**: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, Escravidão e Capitalismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

CARVALHO, Agostinho de. **Relações de produção e progresso técnico no quadro da agricultura de grupo**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/CEEAA, 1971.

CARVALHO, Otamar de. **A economia política do Nordeste** (seca, irrigação e desenvolvimento). Rio

29 Finalizamos este texto após mais uma atividade de campo no resistente “Acampamento Zé Maria do Tomé”, em Limoeiro do Norte/Ceará, e depois de conhecer de perto o movimento “Extinction Rebellion” em Londres, no início do outono de 2019, o que nos soou como formas concretas de luta e resistência na esperança de extinção das relações predatórias com e no mundo.

de Janeiro: Campus, 1988.

COELHO NETO, Agripino Souza. Trajetórias e direcionamentos da política de irrigação no Brasil: as especificidades da região Nordeste e do Vale do São Francisco. **Biblio 3W - REVISTA BIBLIOGRÁFICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES**, Vol. XV, N. 876, 2010, p. 1-20.

DELGADO, Guilherme Costa. Capital e política agrária no Brasil: 1930-1980. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (orgs.) **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/ Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002.

DESEMONE, Marcus. 1964 e as batalhas de memória 50 anos depois. **Revista Maracanan**, nº 11, dez., p. 56-67, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Presidente Prudente: [s.n.], 2013.

FICO, Carlos. **O grande irmão**. Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, Dulce. Produzir mais e melhor. Estado, agricultura y consumo alimentario en Portugal (1926-1974). **Revista de História Contemporânea Ayer**, 83/2011 (3), pp. 101/216.

\_\_\_\_\_; LAÑERO, Daniel. The Iberian dictatorships and agricultural modernization after the Second World War. In: MOSER, P.; VARLEY (editors). **Integration through subordination. The politics of agricultural modernization in industrial Europe**. Turnhout: Brepols, 2013a.

\_\_\_\_\_. Entre sequeiro e regadio. Políticas públicas e modernização da agricultura em Portugal (século XX). **XIV Congresso de História Agrária** (pp. 1-14). Badajoz: Universidad Badajoz/ SEHA, 2013b.

FURTADO, Celso. **A saga da SUDENE: 1958-1964**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil**. Política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980). São Paulo: HUCITEC, 1997.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; JOANONI NETO, Vitale. Do uso das tecnologias e dos dispositivos de poder: Ditadura Militar e empresários na Amazônia. In: GIOVANI, Paulo et al. **Utopia e repressão: 1968 no Brasil**. Salvador: Saggá, 2018.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. Da foz às Nascentes: análise histórica e apropriação econômica dos recursos hídricos no Brasil. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de [et al.]. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

KAGEYAMA, Angela et al. Estrutura agrária e irrigação no Nordeste. **Revista Econômica Nordeste**, Fortaleza, v. 20, nº 4, p. 431-452, out./dez., 1989.

LEME, Rosana Biral. Políticas estatais para a agricultura brasileira. **Faz Ciência**, v. 3, nº 01, p. 65-79, 1999.

LIMA, Jandir Ferreira de. Os recursos hídricos no Brasil: algumas considerações preliminares. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 30, n. 1, p. 64-75, jan-mar, 1999.

LIMA FILHO, Sebastião André Alves de. **O Que a Escola Superior de Guerra (ESG) Ensinava**. Tese

(Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 288p., 2011.

LINHARES, Maria Yedda Leite. **História do Abastecimento**: uma problemática em questão (1530-1918). Brasília: Binagri, 1979.

\_\_\_\_\_; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da Silva. **História Política do Abastecimento**. Brasília: Binagri, 1979.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Terra Prometida**: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

\_\_\_\_\_. **Agronomia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

\_\_\_\_\_. (org.). **Estado e historiografia no Brasil**. Niterói: EDUFF, 2006.

\_\_\_\_\_. **O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

\_\_\_\_\_. Extensão Rural e hegemonia norte-americana no Brasil. **História Unisinos**, Vol. 14, N° 2, maio/agosto de 2010, p. 189-196.

\_\_\_\_\_. Estado e políticas agrícolas na historiografia brasileira (1930-1964). In: **XXVII Simpósio Nacional de História**, Rio Grande do Norte, 2013. Anais eletrônicos... RN, 2013, p. 0-13. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363459588\\_ARQUIVO\\_trabalho\\_SONIAMENDONCA\\_ST118.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363459588_ARQUIVO_trabalho_SONIAMENDONCA_ST118.pdf). Acesso em: 10/04/2018.

\_\_\_\_\_; STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MONTELEONE, Joana et al. À espera da verdade: empresários, juristas e elite transnacional, histórias de civis que fizeram a ditadura militar. São Paulo: Alameda, 2016.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas do Brasil (1969). In: STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil**: história e natureza das Ligas Camponesas (1954-1964). São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

NEVES, Ozias Paese; LIEBEL, Vinícius. Os Regimes Militares no Brasil e na América do Sul – Historiografia e Perspectivas. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n° 18, p. 56-86, jan./jul. 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma (re)ligião**: Sudene, Nordeste, Planejamento e conflitos de classe. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de Oliveira. **Extensão rural e interesses patronais no Brasil**: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR (1948-1974). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 163p., 2013.

PALHETA, Iraci Gomes de Vasconcelos et al. As políticas de irrigação no Nordeste: uma análise crítica. **Revista do Departamento de Geografia**, USP, v. 5, p. 39-46, 1991.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PRESA, Juliana Brocca. **A insustentabilidade ambiental dos modelos agrorizultores presentes na bacia hidrográfica do Rio Araranguá (1980-2017)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2018. 259 p. Disponível em: &lt;http://www.bu.ufsc.br/teses/PHST0631-T.pdf&gt;

SANTANA, Priscila Martins De Oliveira. **Desenvolvimento Capitalista Brasileiro Pós-Crise Da Dívida Externa: Padrão Liberal Periférico e Dívida Pública**. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal da Bahia, 152p., 2017.

SANTIAGO, Vandeck. Francisco Julião, as Ligas e o Golpe Militar de 1964 (2004). In: STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas (1954-1964)**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SANTOS, José Vicente Tavares. Efeitos sociais da Modernização da Agricultura. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (orgs.) **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/ Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002.

SZMRECSÁNYI, Tamás. O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira. **História & Perspectivas**. Uberlândia, 10 (10): 59-79, jan./jun.1994.

## ON DIRAIT JEQUIÉ: ESTRATÉGIAS NACIONAIS E REGIONAIS EM PAULO EMÍLIO SALLES GOMES

Data de aceite: 28/01/2020

Data de submissão: 06/11/2019

### Victor Santos Vigneron de La Jousselandière

Universidade de São Paulo/Escola Lourenço

Castanho

São Paulo/SP

<http://lattes.cnpq.br/3631322986229271>

**RESUMO:** Este trabalho procura explorar certas estratégias do crítico Paulo Emílio Salles Gomes diante do problema da cultura cinematográfica brasileira. Trata-se de observar como Bahia e São Paulo são evocados em seus textos, de modo a indicar sua oscilação em torno de conceitos como “subdesenvolvimento” ou “formação”. Os marcos temporais desse trabalho são os anos de 1959, data de publicação de *Formação da literatura brasileira*, do crítico Antonio Candido de Mello e Souza, e 1976, quando Salles Gomes fez seu último acréscimo a um texto de ficção posteriormente publicado com o título *Cemitério*. No início dos anos 1960, o crítico acompanhava o clima otimista criado em torno de filmes como *Porto das Caixas* (1962) e *O pagador de promessas* (1962). Representativa em relação a esse momento é a conferência “Um certo clima que reina hoje no Brasil em torno do cinema nacional” (1962), onde a latente independência econômica do

cinema nacional era comparada à situação da literatura brasileira nas primeiras décadas do século XIX. Também nessa época o cinema baiano é recorrente na obra de Salles Gomes. Filmes como *Bahia de Todos os Santos* (1960) e *Barravento* (1962) parecem confirmar para o crítico o enraizamento nacional da cultura cinematográfica. O Regime Militar, no entanto, parece estar na raiz de uma revisão da parte do autor. A perspectiva nacional que marcara a década anterior seria substituída por uma tentativa de aprofundamento em seu contexto imediato, São Paulo. Isso se evidencia, por exemplo, em sua produção ficcional, sobretudo no roteiro *Amar, verbo intransitivo*, nas novelas *Três mulheres de três PPPês* e em *Cemitério*. Conhecer e incorporar os limites de uma formação precária parece agora ser o centro de uma estratégia que passa pela revisão da história local.

**PALAVRAS-CHAVE:** cinema, crítica, Bahia, São Paulo

### ON DIRAIT JEQUIÉ: NATIONAL AND REGIONAL STRATEGIES IN PAULO EMÍLIO SALLES GOMES

**ABSTRACT:** This article attempts to explore some strategies undertaken by the critic Paulo Emílio Salles Gomes concerning the problem of Brazilian cinematographic culture. It analyses

how both States of Bahia and São Paulo are evoked in his writings, in order to point out his oscillation on concepts like “underdevelopment” or “formation”. The temporal framework of this study is the year of 1959, when Antonio Candido de Mello e Souza’s canon *Formação da literatura brasileira* was published, and 1976, when Salles Gomes made his last contributions to a fictional piece later published under the title *Cemitério*. In the beginning of the 1960s, he followed the optimism fostered around the release of films such as *Porto das Caixas* (1962) and *O pagador de promessas* (1962). An appropriate example of this moment is the conference “Um certo clima que reina hoje no Brasil em torno do cinema nacional” (1962), where the latent economic independence of the national film production was compared to the state of Brazilian literature in the first decades of the 19<sup>th</sup> century. At this point, films produced at the State of Bahia are recurrently analysed in the writings of Salles Gomes and some of them, such as *Bahia de Todos os Santos* (1960) and *Barravento* (1962), seem to confirm the establishment of a national film production. Nevertheless, the military dictatorship indicates an apparent change in his works. The national perspective that characterised the previous decade would then be replaced by an attempt to focus on his immediate context, São Paulo. This becomes evident, for example, in his fictional works, especially in the script of *Amar, verbo intransitivo*, the novels *Três mulheres de três PPPês* and *Cemitério*. The core of his strategy, which includes the revision of the local history, seems thus to shift towards knowing and embodying the limits of a precarious formation.

**KEYWORDS:** cinema, criticism, Bahia, São Paulo

## 1 | INTRODUÇÃO

Nas últimas linhas de sua tese, “Uma situação colonial?” (*Suplemento Literário*, 1960), o crítico de cinema Paulo Emílio Salles Gomes procurava responder à pergunta-título nos seguintes termos:

Esse panorama sucinto de diversas categorias da cinematografia brasileira sugere claramente que a mediocridade reinante não emana das pessoas empenhadas nas diferentes tarefas, mas é o resultado direto de uma conjuntura muito precisa. Através do exame de condição dos distribuidores, produtores, encarregados de cinematecas, críticos e ensaístas, delineiam-se com precisão as linhas de uma situação colonial. Se introduzirmos, cedendo ao gosto da imagem, um comentário a respeito das co-produções, isto é, a utilização por cineastas estrangeiros de nossas histórias, paisagens e humanidade, caímos plenamente na fórmula clássica sobre a exportação de matéria-prima e importação de objetos manufaturados. (SALLES GOMES, 2016, p. 54-55)

Essas linhas, centrais na trajetória do intelectual paulista, dão uma dimensão aproximada do lugar que a questão nacional ocupava em suas reflexões no início dos anos 1960. Ao remeter a “mediocridade reinante” a uma “situação colonial”, ele ao mesmo tempo enquadrava o problema numa tradição analítica (a “fórmula clássica”) e enfatizava seu caráter transitório, uma vez que se trata de uma “situação”. Essa

tese, apresentada na I Convenção Nacional da Crítica de Cinematográfica, realizada em novembro de 1960 em São Paulo, e publicada dias depois no *Suplemento Literário* do jornal *O Estado de S. Paulo*, marcou uma importante passagem na obra de Salles Gomes. Anos depois, ao final do conhecido ensaio “Cinema: trajetória no subdesenvolvimento” (*Argumento*, 1973), seria outro o tom do diagnóstico:

A deterioração da conjuntura estimulante de inícios de 1960 fez com que o público intelectual que corresponde hoje ao daquele tempo se encontre órfão de cinema brasileiro e voltado inteiramente para o estrangeiro onde julga às vezes descobrir alimento para sua inconfidência cultural. Na realidade ele encontra apenas uma compensação falaciosa, uma diversão que o impede de assumir a frustração, primeiro passo para ultrapassá-la. Rejeitando uma mediocridade, com a qual possui vínculos profundos, em favor de uma qualidade importada das metrópoles com as quais tem pouco o que ver, esse público exala uma passividade que é a própria negação da independência a que aspira. Dar as costas ao cinema brasileiro é uma forma de cansaço diante da problemática do ocupado e indica um dos caminhos de reinstalação na ótica do ocupante. A esterilidade do conforto intelectual e artístico que o filme estrangeiro prodiga faz da parcela de público que nos interessa uma aristocracia do nada, uma entidade em suma muito mais subdesenvolvida do que o cinema brasileiro que desertou. (SALLES GOMES, 2016, p. 204-205)

Em pouco mais de uma década, a leitura do cinema brasileiro mudava radicalmente, o que é explicitado na menção à “deterioração da conjuntura estimulante de inícios de 1960”. A mediocridade, que aqui anda a par com a “frustração”, aparecia agora como uma situação junto à qual o público “possui vínculos profundos”, devendo ser assumida como condição para sua superação. No entanto, o “cansaço diante da problemática do ocupado” não apenas se manifestava na forma de uma “passividade” como também na “reinstalação na ótica do ocupante”, forma aprofundada do subdesenvolvimento. A esse tom corresponde ainda o contexto de divulgação do ensaio, lido, na ausência do autor, no I Encontro de Cinema Brasileiro, promovido pela PUC do Rio de Janeiro, em outubro de 1973, e rapidamente publicado em *Argumento*, uma das revistas da imprensa alternativa que surgiram durante o Regime Militar.

A permanência do problema nacional entre um texto e outro, ainda que sob certa fluidez conceitual (“colonização”, “subdesenvolvimento”, “ocupante”, “ocupado”), indica uma contínua centralidade do problema. No entanto, comparar esses dois momentos, 1960 e 1973, sob o signo do “otimismo” e do “pessimismo” não faz justiça às circunstâncias em que foram produzidos esses textos, deixando no ar as estratégias textuais, intelectuais e institucionais adotadas por Salles Gomes em cada um desses momentos. As linhas seguintes tentarão reconstituir as linhas gerais da articulação do problema nacional, bem como sua especificação na discussão regional, sobretudo no que toca aos estados de São Paulo e Bahia, nesses dois momentos da trajetória do crítico paulista.



## 2 | O INÍCIO DOS ANOS 1960: PRELÚDIO BAIANO À FORMAÇÃO DO CINEMA BRASILEIRO

De uma maneira geral, é possível associar a trajetória analítica de Salles Gomes a uma leitura dos cinemas nacionais a partir de suas “fisionomias” (ZANATTO, 2018). A compreensão dos mecanismos psicológicos que vinculam público e filmes, associada à leitura de autores como Lotte Eisner e Siegfried Kracauer, está na base de um projeto de atuação institucional que se desenhou a partir a volta de Salles Gomes ao Brasil, em 1954, após uma longa temporada na Europa. Assim, no horizonte das preocupações reveladas então pelo crítico estaria a possibilidade de articular a produção cinematográfica brasileira ao público local, reflexão que parecia adquirir certa atualidade nos anos 1950. Os primeiros anos dessa década assistiram a algumas iniciativas de industrialização do cinema no Brasil, sobretudo a formação da Companhia Cinematográfica Vera Cruz, de São Bernardo do Campo, cujo estrondoso fracasso seria marcante não apenas na produção de Salles Gomes, mas de outros críticos da época. Alex Vianny, por exemplo, dedica um capítulo de sua *Introdução ao cinema brasileiro* (1959) ao balanço dos motivos do fracasso de uma empresa à qual não faltaram fundos (VIANNY, 1993, p. 93-148). A reflexão de Salles Gomes sobre o fracasso dessa iniciativa não se dá nos mesmos termos de Vianny, que teve uma implicação muito mais direta com o acontecimento. No entanto, estes e outros observadores da época (como Cavalheiro Lima e Jacques Deheinzelin, citados por Salles Gomes) concordam em remeter o fracasso da Vera Cruz à separação entre a esfera da produção e a esfera da circulação e exibição dos filmes. De maneiras diferentes, todos concordavam que os filmes produzidos pela Vera Cruz não encontraram eco no público.

*Introdução ao cinema brasileiro* foi um texto longamente anunciado por Vianny, que teve o sentido de decepção por parte de Salles Gomes. Em dois artigos publicados no início de 1960, “Estudos históricos” e “Decepção e esperança” o autor chama a atenção para o caráter ainda provisório desse panorama sobre a história do cinema brasileiro. Mas é significativo que o segundo texto comece com uma referência a outro estudo panorâmico publicado em 1959, a *Formação da literatura brasileira*, de Antonio Candido de Mello e Souza (SALLES GOMES, 2016, p. 469-470). A referência ao livro de Candido, que reapareceria, anos depois, em “Cinema: trajetória no subdesenvolvimento”, é feita no sentido de indicar o desnível em que se encontravam as obras que se dedicavam ao cinema, pobreza esta que respondia à própria precariedade do campo cinematográfico. Diferentemente do que ocorria na literatura, não havia um circuito a articular obras, público e crítica, uma vez que o público brasileiro se voltava quase que integralmente às produções estrangeiras. No entanto, já nesse texto, Salles Gomes indica que existiriam maneiras de se dar

com o cinema nacional, uma vez que uma “minoría intelectual militante”, os “quadros da corporação” e os “setores mais rústicos do público” teriam uma ligação mais profunda com o cinema brasileiro (SALLES GOMES, 2016, p. 469)<sup>1</sup>.

Esse panorama reapareceria no final do mesmo ano, por ocasião da já referida I Convenção Nacional da Crítica Cinematográfica, nas duas teses apresentadas por Salles Gomes, “Uma situação colonial?” e “A ideologia da crítica brasileira e o problema do diálogo cinematográfico”, o primeiro dos quais publicado, como se viu, no *Suplemento Literário*. No primeiro texto, são retomadas as questões que foram esboçadas nas resenhas ao livro de Viany, de modo a apresentar-se um diagnóstico geral da situação de cisão existente no país entre os filmes, o público e a crítica. Mas o segundo texto, embora não tenha alcançado a unanimidade do primeiro naquela ocasião (SOUZA, 2002, p. 446-460), torna mais concretas algumas de suas formulações ao analisar determinados efeitos da alienação existente entre os brasileiros e seus filmes: formados diante de uma produção estrangeira, fica difícil aos produtores brasileiros criarem diálogos autênticos, uma vez que se trata de uma instância fortemente ligada a questões locais. No entanto, como vimos, “Uma situação colonial?” remete os problemas a “uma conjuntura bem precisa”, donde a possibilidade de sua superação. Ora, os primeiros anos da década de 1960 apontavam para um processo de renovação, modernização e mesmo de deslocamento dos padrões progressistas num sentido mais marcadamente nacionalista no campo da crítica empenhada (MOTA, 2014, p. 193-196).

Outros sinais nesse sentido eram dados pelo cinema brasileiro. Por ocasião da VI Bienal de São Paulo, organizada pelo crítico de arte Mário Pedrosa em 1961 (ALAMBERT, 2006), foi realizada mais uma das parcerias estabelecidas desde os anos 1950 com a Cinemateca Brasileira. Para tanto, foram organizadas duas mostras de filmes, uma dedicada ao cinema russo-soviético e outra dedicada a um panorama dos curtas-metragens realizados naqueles anos no país. Em “Paralelo inútil” (*Suplemento Literário*, 1961), Salles Gomes traça uma relação entre os jovens cineastas soviéticos dos anos 1920 e novas figuras representadas no panorama brasileiro, como Joaquim Pedro de Andrade (SALLES GOMES, 1981, v. 2, p. 368-371). A ironia com que o crítico paulista traça esse paralelo, “inútil”, não esconde certo otimismo com o grupo que viria a se articular ao que se conheceria pouco depois como Cinema Novo, que ficara marcado inicialmente por curtas-metragens como *Aruanda* (1959, dir. Linduarte Noronha), *Arraial do Cabo* (1960, dir. Paulo César Saraceni e Mário Carneiro) e *Couro de gato* (1961, dir. Joaquim Pedro de Andrade).

<sup>1</sup> A vinculação desses “setores mais rústicos do público” com gêneros populares, como a chanchada, seria um tema desenvolvido em textos posteriores de Salles Gomes e teria um papel central em “Cinema: trajetória no subdesenvolvimento”. O tema, no entanto, já aparecia em diversas passagens da *Introdução ao cinema brasileiro*, inclusive na contraposição entre o “pragmatismo” de estúdios como a Atlântida e o “diletantismo” da Vera Cruz (VIANY, 1993, p. 84-108). Diga-se de passagem, esse diagnóstico não deixa de ser incorporada nos próprios filmes: pense-se na ironia de *Carnaval Atlântida* (1952, dir. José Carlos Burle) diante de filmes “sérios”.

E embora a relação de Salles Gomes com o Cinema Novo seja marcada por idas e vindas (PINTO, 2008), é fato que sua escrita é marcada por um crescente otimismo nesse momento. Esse otimismo manifesto nos primeiros anos da década possui três objetos privilegiados: *O pagador de promessas* (1962, dir. Anselmo Duarte)<sup>2</sup>, *Porto das Caixas* (1962, dir. Paulo César Saraceni)<sup>3</sup> e um conjunto de filmes realizados na Bahia, que inclui *Bahia de Todos os Santos* (1960, dir. Trigueirinho Neto), *A morte comanda o cangaço* (1960, dir. Carlos Coimbra), *A grande feira* (1961, dir. Roberto Pires), *Barravento* (1962, dir. Glauber Rocha) e *Tocaia no asfalto* (1962, dir. Roberto Pires)<sup>4</sup>.

Paralelamente, esboçava-se nos últimos anos da década anterior um processo de nacionalização da perspectiva e da esfera de atuação de Salles Gomes. A I Jornada Nacional de Cineclubes (1959) e a I Convenção Nacional da Crítica de Cinema (1960), realizadas em São Paulo, assim como a referida mostra da VI Bienal, permitem ao crítico uma troca com personalidades de fora o eixo Rio-São Paulo. É significativo nesse sentido, que em “Fisionomia da Primeira Convenção” (*Suplemento Literário*, 1960) o autor apresente a consolidação de uma rede de críticos nacional, que contaria com nomes como Walter da Silveira (Bahia), Paulo F. Gastal (Rio Grande do Sul) ou Jacques do Prado Brandão (Minas Gerais), referindo-se ainda a figuras de uma nova geração, como Glauber Rocha. Assim, ainda em torno da Convenção, o crítico insistiria na necessidade de constituir uma entidade nacional da crítica, por meio do fortalecimento da Associação Brasileira de Críticos de Cinema, na época marcadamente carioca, e da circulação nacional da *Revista de Cinema*, editada em Minas Gerais (SALLES GOMES, 1981, v. 2, p 282-285 e 353-356). Pouco depois, Salles Gomes iniciaria sua contribuição com o jornal semanal *Brasil, urgente*, de circulação mais ampla que o *Suplemento Literário*. De certa forma, essa articulação num sentido nacional acompanhava uma série de medidas tomadas no âmbito federal a respeito do cinema, sobretudo a partir dos governos de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, que pareciam indicar para uma incorporação nacional do tema com a criação do Geicine em 1961<sup>5</sup>. Essa perspectiva de penetração do problema no Estado não é apenas tema de reflexão, mas se vincula ao próprio engajamento do crítico em instâncias estatais como a Universidade de São Paulo

2 Objeto dos textos “Pagador é promessa e desafio: uma glória que obriga a pensar” (*Visão*, 1962), “Do circo de Salto a Cannes” (*Visão*, 1962) e “Babá Saci Anselmo” (*Brasil, urgente*, 1963).

3 Tratado sobretudo no texto “Crimes que compensam” (*Suplemento Literário*, 1962) e “Um filme difícil?” (*Visão*, 1963).

4 Esse conjunto de filmes é heterogêneo e articula figuras ligadas à cena cultural local (Roberto Pires, Glauber Rocha) e autores que filmaram na Bahia, mas que não eram de lá (Trigueirinho Neto, Carlos Coimbra). Embora este último seja também o caso de Anselmo Duarte, a projeção de seu filme por conta da premiação em Cannes fez com que ele recebesse um tratamento à parte na escrita de Salles Gomes.

5 O tema fora objeto de várias considerações de Salles Gomes no *Suplemento Literário* em 1961, como em “A vez do Brasil”, “Ao futuro prefeito”, “Uma revolução inocente” e “Importância do Geicine” (SALLES GOMES, 2016, p. 79-100).

e, sobretudo, a Universidade de Brasília, onde participou da criação do curso de Cinema em 1964. Por fim, o depoimento prestado pelo crítico paulista na CPI do Cinema, pouco depois do Golpe de 1964 culminaria uma determinada perspectiva de participação no Estado.

Essa nacionalização da perspectiva de Salles Gomes já vinha sendo gestada há anos, desde o trabalho de prospecção de materiais para a Cinemateca Brasileira em meados dos anos 1950. No entanto, se os limites evidenciados pelo incêndio de 1957 leva o crítico a trabalhar o papel multiplicador dessa instituição, numa perspectiva muito ligada à formação de quadros dirigentes (como no Curso para Dirigentes de Cineclubes, de 1958), o caso baiano constitui um contraponto uma vez que é possível falar numa atuação mais direta e sistemática por parte de Salles Gomes. Em 1959, por ocasião do I Encontro Nacional de Clubes de Cinema, o dirigente do Clube de Cinema da Bahia, Walter da Silveira, vem a São Paulo e inicia uma amizade com Salles Gomes que duraria até sua morte, em 1970. A partir desse momento, o contato de Salles Gomes com outras figuras ligadas ao cinema baiano, como Glauber Rocha, Rex Schindler e Roberto Pires, se adensaria, o que fica expresso na correspondência do crítico<sup>6</sup>. Essa relação se desdobraria em contatos inter-regionais: Walter da Silveira, junto de outros críticos, iria a São Paulo em 1960 por ocasião da I Convenção Nacional de Crítica de Cinema, sendo inclusive citado, como se viu, em artigo publicado no *Suplemento Literário* pouco depois; Salles Gomes, inclusive em função de sua ligação com a atriz Dinalva Scher, fez algumas viagens a Salvador nesses anos. Os textos também circulariam: alguns artigos de Salles Gomes, como “Artesãos e autores” (*Suplemento Literário*, 1962) seriam publicados no *Diário da Bahia*, ao passo que textos de Walter da Silveira seriam publicados no *Suplemento Literário* ou em *Anhembi*. Como se sabe, o interesse pela Bahia animaria outros críticos e diretores a realizar projetos no estado. Além dos casos já mencionados de Anselmo Duarte ou Trigueirinho Neto, é importante citar a iniciativa de Alex Viary, *Sol sobre a lama* (1963)<sup>7</sup> Nesse contexto, Salles Gomes escreveria sua primeira incursão sistemática na produção de roteiros cinematográficos ao elabora, em 1962, o roteiro intitulado *Dina no cavalo branco*. Nesse roteiro, muito dos temas que apareciam em filmes como *A grande feira* ou *Bahia de Todos os Santos* reaparecem, havendo, portanto, uma série de vasos comunicantes entre correspondência, roteiro e crítica nesse momento. Há várias dissensões aí, mas o que fica claro, no conjunto, é uma tentativa de inserir-se naquilo que considerava a grande aposta do cinema brasileiro, representada não apenas por Glauber Rocha, mas igualmente por Roberto Pires.

6 A seguir a correspondência passiva depositada na Cinemateca Brasileira. a correspondência com Walter da Silveira teria início em 1959, a com Glauber Rocha em 1960 e a com Rex Schindler em 1962.

7 Ou até, numa perspectiva mais ampla, o suposto interesse manifesto por Roberto Rossellini em filmar o romance *Jubiabá*, de Jorge Amado, mencionado por Glauber Rocha em carta a Salles Gomes de 1961 (ROCHA, 1997, p. 144).

As linhas de continuidade entre esse primeiro movimento baiano e o Cinema Novo logo vão se construindo, particularmente por obra de Glauber Rocha. Mas se a relação específica de Salles Gomes com obras básicas como *Vidas Secas* possui toda uma história de aproximações e distanciamentos (PINTO, 2008, p. 147-149), o fato é que havia um otimismo que, mesmo nos meses que se seguiram ao golpe militar, não parece ter cedido. Pouco antes disso, em 1962, o crítico proferiria uma conferência intitulada “Um certo clima que reina hoje no Brasil em torno do cinema nacional”, cujo manuscrito encontra-se na Cinemateca Brasileira (PE-PI 0211)<sup>8</sup>. O texto é muito significativo em relação às estratégias de compreensão da integração do cinema nacional e, sobretudo, de uma integração que atenda ao princípio, formulado na já mencionada *Formação da literatura brasileira*, da articulação entre produção e fruição dos bens culturais na construção de um sistema. Não deixa de ser significativo que o texto dialogue explicitamente com a obra de Candido, citada em diversos momentos. Assim, diante da latente dinamização do cinema nacional, o crítico encontraria um paralelo mais interessante na literatura brasileira no período imediatamente anterior à Independência, no início do século XIX. A partir daí, a *Formação* é mobilizada no sentido de oferecer uma analogia entre a independência política de 1822 e a independência econômica que ora se acalentava. Há mesmo uma ocasião em que uma frase de Candido é explicitamente parafraseada e modificada com o fito de falar sobre a situação do cinema brasileiro<sup>9</sup>. No entanto, os primeiros anos do Regime Militar marcariam uma mudança profunda na postura intelectual de Salles Gomes, o que se cristalizaria anos depois em textos como “Cinema: trajetória no subdesenvolvimento”.

### 3 | ANOS 1970

Ao analisar a documentação de Salles Gomes produzida entre 1964 e 1968 observa-se uma modificação contínua da posição do crítico em relação ao Regime Militar. É conhecida sua reação inicial ao golpe, que teria ignorado o cinema na eleição de seus inimigos de primeira hora (SOUZA, 2002, p. 417-431). Essa posição seria modificada pelo curso dos acontecimentos, uma vez que o fracasso da CPI do Cinema e sua incorporação à demissão em massa dos professores da UnB, em 1965, o levam a reorientar suas perspectivas de atuação<sup>10</sup>. As restrições ao campo de atuação do crítico se acentuariam nos anos seguintes, culminando com a

8 A indicação se refere à base de dados do Arquivo Paulo Emílio Salles Gomes da Cinemateca Brasileira, referindo-se PI à produção intelectual, CP à correspondência passiva e CA à correspondência ativa.

9 É interessante notar que, no volume da *Formação* em posse de Salles Gomes, os capítulos dedicados ao referido período são dos poucos que foram sublinhados. O material se encontra depositado na Cinemateca Brasileira.

10 Em dezembro de 1965, Salles Gomes menciona em carta a Antonio Candido que a demissão da UnB é o maior drama pessoal desde o incêndio da Cinemateca em 1957 (PE-CA 0758, p. 6).

ameaça de desligamento da Universidade de São Paulo, em 1974. Diante disso, sua atuação institucional tendeu a se afastar dos órgãos cinematográficos construídos pelo governo federal, como o Instituto Nacional do Cinema (criado em 1966) e a Embrafilme (criada em 1969)<sup>11</sup>. Assim, se no início dos anos 1960 o crítico passou a articular uma atuação nacional, esta se vê de certa forma restrita a São Paulo, onde se mantinha como professor na USP. Um movimento parecido se desenhava em sua atuação na imprensa, uma vez que o encerramento de suas contribuições com o *Suplemento Literário, Brasil, urgente* e *Visão*, em meados dos anos 1960 iniciou um período em que o crítico não voltaria a encontrar um espaço estável para seus textos de intervenção, o que seria evidenciado por sua tumultuada passagem pelo *Jornal da Tarde*, em 1973. Diante do fechamento da grande imprensa, Salles Gomes concentraria sua produção em periódicos alternativos, como *Argumento, Opinião, Movimento*, ou em órgãos de menor alcance como o *Jornal do Bairro* e o *Jornal da USP*.

Importante indício dessa modificação no padrão de atuação do intelectual é o documento “Nota sobre a criação de um Poder Cultural”, escrito no contexto das mobilizações de 1968 (SALLES GOMES, 2012). A proposta evidenciada já no título da nota é um desenho institucional que resguardasse a autonomia do campo cultural, o que incluiria a universidade e mesmo a imprensa, incorporando inclusive a juventude nas tomadas de decisão. Mas é no início da década de 1970 que essa modificação toma sua coloração mais conhecida, sobretudo por seu vezo polêmico. Na verdade, desde o início dos anos 1960 é possível observar uma mudança no tom adotado por Salles Gomes em seus textos. Como nota Pedro Plaza Pinto, a propósito dos textos publicados em *Brasil, urgente* em 1963, o crítico começava então a assumir estratégias inesperadas diante de um público diverso daquele do *Suplemento Literário*. Entre 1963 (*Brasil, urgente*) e 1973 (*Jornal da Tarde*) é possível notar um aumento da marca autoral nos textos, por meio da inserção de digressões, anedotas, confissões etc. “Festejo muito pessoal” (1977), talvez seja o modelo mais acabado dessa tendência, tendo sido mesmo recusado pela revista que o solicitara por ser “pessoal demais” (SALLES GOMES, 2016, p. 491-496).

Em parte, essa nova modulação da escrita e da fala<sup>12</sup> se exprime no já mencionado tom polêmico assumido no início da década de 1970, em seu autoproclamado “jacobinismo”. Diante do fracasso, indicado aliás em “Cinema: trajetória no subdesenvolvimento”, de iniciativas como o Cinema Novo, que no fim das contas manteve contato com um público à imagem e semelhança dos seus

11 Significativamente, as menções a Salles Gomes diminuem claramente na última parte do livro de Ramos (1983, p. 89 em diante).

12 Esta, evidente no filme *Tem coca cola no vatapá* (1975, dir. Pedro Farkas e Rogério Corrêa), cujos diálogos são de autoria de Salles Gomes, ou na conferência proferida no Instituto de Estudos Brasileiros, em 1973, intitulada “O cinema brasileiro na década de trinta” (ZANATTO, 2018, p. 490-512).

autores, as estratégias de intervenção pública modificam-se. Para tanto, outra mudança que se observa é a busca de um enraizamento num campo mais próximo de referências, que acolha e problematize essa homogeneidade entre o crítico e seus leitores. Assim, os comentários de Salles Gomes a respeito da história do cinema passam pela corporificação cada vez mais detalhada em personagens-chave dos períodos em questão, fato já observado por Rafael Zanatto a respeito de certas reflexões do crítico em 1973 e 1974 (ZANATTO, 2018, p. 490-512). Evidentemente, essa concretização revela o avanço das pesquisas que se faziam, inclusive por figuras ligadas ao crítico, como Maria Rita Galvão, Lucila Ribeiro Bernardet e Vicente de Paula Araújo. Nessa produção, Salles Gomes assume uma posição de cronista, explorando fartamente o anedotário em intervenções acadêmicas<sup>13</sup>. Também em sua tese de doutorado defendida em 1972, posteriormente intitulada *Humberto Mauro, Cataguases, Cinearte*, são marcadas as estratégias narrativas de certa forma estranhas ao contexto acadêmico, fato expresso, por exemplo, na ironia diante do humor involuntário de autores centrais para a emergência de uma consciência acerca do cinema brasileiro como Adhemar Gonzaga e Pedro Lima. Ao lado da polêmica e de um adensamento do viés cronista, a evocação pessoal complementa essa nova forma de expressão escrita, como no caso da lembrança do encontro do autor da tese com Eva Nil Comello (SALLES GOMES, 1974, p. 102).

A esse adensamento do tecido narrativo é acompanhado uma profunda explicitação de um ponto de vista local e de classe, que se torna cada vez mais marcado em sua produção. Se a obra de Mauro é explorada em sua especificação regional, isto é, na sua vinculação com o tecido cultural da Zona da Mata mineira, uma das tensões exploradas pela tese é justamente a distância dessa posição em relação às expectativas dos redatores de *Cinearte*, Gonzaga e Lima, de acentuado pendor cosmopolita e urbano. Mas o movimento em direção ao local marca a própria produção de Salles Gomes, que nesses anos retoma uma série de temáticas que já o interessavam antes, mas que agora adquirem maior densidade de tratamento. Dois exemplos desse movimento são o circo<sup>14</sup> e o universo caipira.

Desde meados dos anos 1960, em suas primeiras elaborações sobre o cinema brasileiro, Salles Gomes desenvolveu certas considerações sobre uma vertente cômica local que estaria relacionada com figuras como Mack Sennett. A partir daí, o crítico construiria uma genealogia de filmes que teriam como tema a figura do

13 Num certo sentido, esse tom seria desdobrado em *Crônica do cinema paulistano* (1975), de Maria Rita Galvão.

14 O Circo Piolim, que já havia sido tema de um artigo não publicado em *Clima*, nos anos 1940, volta a ser mencionado numa das versões do roteiro *Amar, verbo intransitivo*, de 1969 (PE-PI 0117.01). Em 1971, o crítico prepara uma entrevista com o próprio palhaço Piolim (PE-PI 0324). Nesse mesmo ano, no material de sua tese subsidiária de doutorado, sobre as artes plásticas na Semana de 1922, o crítico insere uma nota sobre os palhaços Piolim, Chicharrão e Arrelia (PE-PI 0845). Finalmente, entre 1976 e 1977, o circo é um dos principais temas de pesquisa em sua atuação no IDART, órgão da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo (PE-PI 0686, 0693, 0695 e 0696). O recorte de todo esse material interesse é marcadamente paulista.

caipira, que vai de *Nhô Anastácio chegou de viagem* (1908), passa pelos filmes de Genésio Arruda (notadamente *Acabaram-se os otários* [1929, dir. Luiz de Barros]) até desembocar na obra de Amácio Mazzaropi<sup>15</sup>. Ao lado da discussão formal acerca dessa tendência do cinema brasileiro, esse tema supõe certa atualização na observação da sociedade por parte do crítico, de modo que a permanência da temática caipira em pleno “milagre econômico” o levou à elaboração do artigo “Mazzaropi no largo do Paiçandu” (*Jornal da Tarde*, 1973). Ali, ao lado da análise de *Um caipira em Bariloche* (1973, dir. Amácio Mazzaropi e Pio Zamuner), tratava-se de compreender o diálogo por ele criado com um público relativamente amplo. Ao lado do reconhecimento da chanchada como responsável pela constituição de um diálogo com uma audiência popular, Salles Gomes volta-se então para a temática caipira com o fito de compreender quais são esses mecanismos de encontro entre produção e público. Ao mesmo tempo, o interesse marcado de Salles Gomes pela obra de Ozualdo Candeiras, sobretudo *Zézero* (1973), indica que a abordagem da temática caipira e, sobretudo, do caipira migrante, habitante periférico das grandes cidades, era um tema importante nas suas reflexões.

O interesse pela “fisionomia” de São Paulo se expressa também na produção ficcional de Salles Gomes, já em finais dos anos 1960. Em 1969, o crítico escreveu uma adaptação do romance *Amar, verbo intransitivo*, em duas versões (KINZO, 2014). Entre as mudanças propostas em relação ao livro original, há um esforço para empregar o material filmográfico mantido na Cinemateca a respeito de São Paulo nos anos 1920. Além disso, ocorre a inserção de algumas personagens, como Oswald de Andrade, Guilherme de Almeida, Menotti del Pichia, além do próprio Mário de Andrade, através da personagem Raul de Moraes. Ao lado do esforço de apresentação da burguesia paulista, que leva a uma ampliação do início da narrativa, um dos diálogos entre Raul de Moraes e Oswald de Andrade é marcado pela referência à “burrice paulista específica”, tema que retornará à pena de Salles Gomes em outras ocasiões. A boçalidade explicitada parece ser um dos lances principais não apenas de uma definição da “fisionomia” da cultura local, mas de uma explicitação da dessolidarização do autor em relação aos produtos dessa trajetória histórica. Diga-se de passagem, uma das orientações da pesquisa do crítico, manifesta já em meados da década de 1960, fora a compreensão das raízes oitocentistas da sociedade construída entre Rio de Janeiro e São Paulo<sup>16</sup>.

Anos depois, na elaboração das novelas que compõem *Três mulheres de três PPPês*, haveria uma análoga explicitação de seu recorte de classe, que importa numa dessolidarização a partir de dentro, pelo contraste entre a seriedade do

15 A formulação mais acabada dessa genealogia talvez seja a entrevista “Os cômicos”, publicada no *Jornal do Bairro* em 1976 (SALLES GOMES, 2014, p. 172-181).

16 Refiro-me ao material do curso “Os filmes na cidade”, de 1966, comentados por Zanatto (2018, p. 434-454).



registro e o ridículo das situações (SCHWARZ, 2008). Esse material, escrito em 1973, mas publicado apenas em 1977, se comunica, assim, com as tendências expressas pela produção de Salles Gomes nessa época, inclusive “Cinema: trajetória no subdesenvolvimento” e o ciclo de artigos do *Jornal da Tarde*. A “burrice paulista específica” comparece também, a partir dessa fórmula mesmo, no material intitulado “Possibilidade de um filme de longa-metragem sobre o cinema paulista de 1934 a 1949” (PE-PI 0614), escrito nos anos 1970. Essa tendência se acentua ainda mais no texto de ficção inacabado intitulado postumamente *Cemitério*, elaborado entre 1973 e 1976 e publicado em 2007. Aliás, a retomada, nesse momento, da correspondência com figuras que marcaram a trajetória de Salles Gomes nos anos 1930 e 1940 talvez se comunique com essa produção<sup>17</sup>. A maneira de retrabalhar, através da zombaria e da obscenidade, os acontecimentos e as figuras canônicas da história local marca essa posição de delineamento da localização de si no texto, de acolhimento da trajetória histórica e de crítica de seus resultados<sup>18</sup>.

Outro elemento interessante aqui é a inserção bastante específica que a Bahia possui em *Cemitério*. O reaparecimento desse tema nos permite indicar a distância tomada em relação à década anterior. Afinal, se no início dos anos 1960 tratava-se de inserir aquele contexto no âmbito de um projeto nacional, trata-se agora de explicitar o caráter memorialístico da vinculação do próprio autor com aquele estado. Essa implicação de si é aqui evidenciada não apenas pela articulação do narrador inicial com o autor, mas por um movimento através do qual ele passa de depoente a narrador. Salles Gomes já tecera vínculos profundos com personagens como Raul de Moraes (*Amar, verbo intransitivo*) e Polydoro (*Três mulheres de três PPPês*), sendo citado em terceira pessoa em outros textos (“Possibilidade de um filme de longa-metragem sobre o cinema paulista de 1934 a 1949”), mas agora propõe-se uma coincidência entre autoria e narração. E, nesse movimento, a Bahia não comparece sob uma suposta objetivação (a compreensão sociológica dos problemas locais, proposta em *Dina no cavalo branco*), mas como reminiscência de uma experiência pessoal.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

“*On dirait Jequié*” (“Parece Jequié”, em francês) é uma fala posta na boca de

17 Como na carta enviada por José Silveira, em dezembro de 1974, com suas lembranças sobre o período que vivera no presídio Maria Zélia (PE-CP 1365) ou na carta enviada por Sávio Antunes, em janeiro de 1975, que traz informações sobre a Campanha da Borracha (PE/CP 1088). Em ambos os casos, os missivistas respondem a solicitações de Salles Gomes, sendo importante observar a proximidade as datas.

18 Importante assinalar que a zombaria já fora empregada em relação a Getúlio Vargas, seja no artigo não publicado “Vargas et son Testament Politique”, de 1954, em que arrola entre as marcas do governante a preguiça (PE-PI 0066), mas mesmo o discurso proferido em 1944, por ocasião da formatura dos alunos da FFCL-USP, quando emprega discursos do governante para criticá-lo (SALLES GOMES, 1978). Mas não há marcas de uma presença autoral explícitas nesses textos.

Ruy Barbosa em *Cemitério*. Ela expressa o ridículo de uma elite afrancesada em sua tentativa de vinculação com o país. Expressa também uma certa tendência, presente também em Antonio Candido, de ironizar figuras como Ruy Barbosa ou Alberto Santos-Dumont, compreendidos na chave de “ficções compensatórias” para a mediocridade nacional. Esse mecanismo é tratado na *Formação da literatura brasileira* como algo que se articula já no início do século XIX, no período que antecede ao Romantismo (CANDIDO, 2017, p. 239-248). Como se viu, a propósito de uma conferência pronunciada em 1962, a atenção de Salles Gomes à *Formação* vincula-se justamente ao trecho dedicado a esse período. A referência a esses “bodes exultórios” (PASTA, 2015, p. 138) retornaria em alguns momentos da obra de Salles Gomes e estaria na base de uma articulação entre ficção e realidade na compreensão do cinema brasileiro, expressa já em textos como “Um mundo de ficções”, “A agonia da ficção” e “O gosto da realidade” (*Suplemento Literário*, 1960). A isso se vincula também a percepção do descompasso entre a existência e a consciência do cinema brasileiro<sup>19</sup>. A diferença entre o período em que esses textos foram escritos e a década seguinte reside, talvez, no lugar diverso que a ficção joga em ambos. Afinal, nos anos 1970, a tomada de distância em relação a uma perspectiva de atuação junto aos órgãos centrais do Estado ou a uma objetivação de temas vistos como populares é acompanhada por uma incorporação da ficção numa chave diversa, não apenas no nível da compreensão, mas também na intervenção na esfera pública. Por um lado, esse movimento passa pela crítica do próprio lugar ocupado pelos intelectuais, donde a centralidade da figura de Ruy Barbosa:

E tanto eu como o senhor lemos o Cemitério e sabemos que quando o dr. Rui Barbosa chegou e falando holandês com o porteiro apresentou as credenciais dos Brasil ninguém lhe deu importância, mas assim mesmo deixaram entrar. Lá dentro disse bom dia em francês, inglês, alemão e russo, e foi olhando. Acharam-no pequenino dentro do fraque cinzento de cerimônia. Mas a águia mirrada esvoaçou pelos hemiciclos de Haia e os grandes do mundo olharam para cima admirados e a cada volteio a admiração aumentou. Voou muito mais do que Santos-Dumont em Bagatelle, é o Cemitério que o diz, e se ninguém se curvou foi porque todas as cabeças, sem exceção, estavam reviradas para o alto. Foi nesse dia que todas as pequenas impotências do mundo começaram a conhecer os seus direitos. Em seguida ele foi ao museu e pelo caminho foi dando esmolas em libras esterlinas, dr. Rui nunca usou dólares, para os pobres de todas as nações que encontrou sentados nos jardins. Lá chegando em companhia do secretário francês, ele lhe explicou um quadro. As pessoas que estavam perto se aproximaram para escutar, Rui Barbosa sabia tudo. Um céu imenso ocupava três quartos da pintura, as nuvens da parte de cima, escuras, ameaçando chuva, as mais embaixo claras, e no meio outras intermediárias com algumas réstias de azul. Na frente, do lado de lá de um rio, uma cidade com a ponte de pedra, as casas maiores na sombra e atrás delas umas menores clareadas pelo sol. No rio algumas embarcações atracadas ou fundeadas e na margem de um amarelo rosado da parte de cá poucas pessoas, sete ao todo, mais mulheres do que homens, cujas fisionomias não dá para enxergar. Rui Barbosa olhou longamente a paisagem sem dizer nada e depois comentou: *On*

19 A importância conferida a Adhemar Gonzaga e Pedro Lima passa, entre outras coisas, por uma primeira consciência acerca a existência do cinema brasileiro.

*dirait* Jequié. (SALLES GOMES, 2007, p. 41-42)

Mas passa igualmente, pela afirmação da ficcionalização como base de uma contraditória “procura” à qual, no entanto, não se pode renunciar:

No meio de todas as pompas, ele se lembrou disso e isso o Brasil também lhe deve além de tudo o mais. As ingratidões e os erros um dia serão esquecidos, mas é preciso ir pondo pouco a pouco cada coisa em seu lugar para poder decidir as placas que ficam e as que se irão. Dr. Rui, como os drs. Getúlio e Luís Carlos Prestes, como d. Pedro e Floriano, procurou o povo e não encontrou, como o senhor, o Cemitério, o caderno e eu, procuramos, não encontramos, e nem vamos encontrar. É procurando que o povo vai existindo e quando existir mesmo não haverá precisão de procura. (SALLES GOMES, 2007, p. 42-43)<sup>20</sup>

## REFERÊNCIAS

ALAMBERT, Francisco. **Mário Pedrosa e a Bienal (moderno, primitivo, nacional e internacional)** Em: ABDALA JR, Benjamin e CARA, Salete de Almeida (org.). **Moderno de nascença: figuras do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 229-235.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos (1750-1880)**. Rio de Janeiro/São Paulo: Ouro sobre Azul, 2017.

KINZO, Carla Moreira. **Amar, verbo intransitivo: conjugações**. Dissertação (mestrado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica**. São Paulo: Editora 34, 2014.

PASTA, José. **Pensamento e ficção em Paulo Emílio (Notas para uma história de Três mulheres de três PPPês)** Em: SALLES GOMES, Paulo Emílio. **Três mulheres de três PPPês**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 129-154.

PINTO, Pedro Plaza. **Paulo Emílio e a emergência do Cinema Novo: débito, prudência e desajuste no diálogo com Glauber Rocha e David Neves**. Tese (doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RAMOS, José Mário Ortiz. **Cinema, Estado e lutas culturais: anos 50, 60 e 70**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

ROCHA, Glauber. **Cartas ao mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SALLES GOMES, Paulo Emílio. **Humberto Mauro, Cataguases, Cinearte**. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1974.

\_\_\_\_\_. **Discurso de formatura, 1944** Em: **Ensaios de Opinião**, v. 6, 1978, p. 17-20.

\_\_\_\_\_. **Crítica de cinema no Suplemento Literário**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, 2 v.

\_\_\_\_\_. **Cemitério**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

20 Este artigo origina-se de uma comunicação feita no 30º Simpósio Nacional de História, realizado em 2019, na qual compôs o simpósio temático “História, cinema e televisão: lugares de disputa de memória”, coordenado por Eduardo Victorio Morettin e Ignacio Del Valle Dávila. Uma versão prévia deste texto encontra-se nos anais eletrônicos do simpósio. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

\_\_\_\_\_. **Nota sobre a criação de um Poder Cultural** Em: CAETANO, Maria do Rosário (org.). **Paulo Emilio Salles Gomes: o homem que amava o cinema e nós que o amávamos tanto.** Brasília: Secretaria de Cultura do Distrito Federal, 2012, p. 44-46.

\_\_\_\_\_. **Encontros: Paulo Emílio Sales Gomes.** Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2014.

\_\_\_\_\_. **Uma situação colonial?** São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

SCHWARZ, Roberto. **O pai de família e outros estudos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SOUZA, José Inacio de Melo. **Paulo Emilio no Paraíso.** Rio de Janeiro: Record, 2002.

VIANY, Alex. **Introdução ao cinema brasileiro.** Rio de Janeiro: Revan, 1993.

ZANATTO, Rafael Morato. **Paulo Emílio e a Cultura Cinematográfica: crítica e história na formação do cinema brasileiro (1940-1977).** Tese (doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2018.

## MULHERES E DITADURA: A TRAJETÓRIA DE ISABEL TAVARES DA CUNHA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A DEMOCRACIA, FEMINISMO E OS DIREITOS HUMANOS NO PARÁ

Data de aceite: 28/01/2020

**Rosinda da Silva Miranda**

Universidade Federal do Pará

mirandarosinda80@gmail.com

**Resumo:** O presente artigo visa através do método biográfico e história do tempo presente, registrar e discutir o protagonismo feminino na luta por Direitos Humanos na Amazônia no período da Ditadura Militar. Nesse contexto, busca-se entender a participação das mulheres na sociedade como sujeitos da história. Para tanto, traçou-se como objetivo, investigar as memórias da trajetória de Izabel Marques Tavares da Cunha (Iza Cunha) e sua atuação na política partidária, nos movimentos sociais e principalmente seu engajamento feminista na busca de promoção e garantia dos Direitos Humanos na Amazônia. Ela foi historiadora, ativista do movimento feminista, organizou o MMCC (Movimentos de Mulheres do Campo e da Cidade) e SDDH (Sociedade Paraense em Defesa dos Direitos Humanos), foi presa e torturada em 1971. Ajudou na luta pelas ações populares e ao final de sua vida ficou reclusa. Segundo fontes orais, isso aconteceu devido à sua separação conjugal, perseguição política e a grave doença que a levou morte em 2002. Diante das possibilidades que a biografia

proporciona à pesquisa histórica, percebe-se o quanto a história de vida pode ser importante para a interpretação de um determinado contexto histórico e suas variadas perspectivas de análises.

**PALAVRAS-CHAVE:** Iza Cunha. Ditadura Militar. Biografia.

### 1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo visa narrar partes da trajetória de Izabel Marques Tavares da Cunha (Iza Cunha) que foi historiadora e uma importante ativista do movimento feminista, da defesa dos Direitos Humanos e da democracia no Estado do Pará. A historiadora comunista e feminista que se manifestava contra a Ditadura Militar no Pará, foi presa e torturada juntamente com seu esposo Humberto Cunha, porém não se intimidou e continuou a luta por uma sociedade justa e da paz.

O contexto histórico da política brasileira da década de 1960 apresentou um cenário conturbado deixando de ser democrático, após o golpe militar de 1964. Esse contexto não está dissociado da política mundial que vivia a Guerra Fria na disputa entre comunistas que acompanham os ideais marxistas, através da União Soviética (URSS) com uma militância

de esquerda e os capitalistas liderados pelos Estados Unidos da América do Norte (EUA) com militância de direita. O medo de que o Brasil se tornasse comunista foi significativo para o Golpe, pois nos Estados Unidos se implementou a ideia de que o Brasil era “um barril de pólvora’ que ao explodir do Nordeste ao Sul, vai espalhar estilhaços contagiantes pela América do Sul inteira”, Tavares (2014, p.247) As contradições políticas vividas internamente pelas forças armadas em função da Guerra Fria, com forte pressão por parte dos simpatizantes dos EUA, também corroboraram com o golpe e proporcionou aos militares de esquerda prisões disciplinares ao se engajarem em movimentos em defesa da soberania nacional.

Para Tavares (2014) o Golpe estava organizado, porém não teria dado tão certo se não contasse com a organização, conspiração e os recursos disponibilizados pelos EUA. O Golpe de 64 sofreu resistência por parte de grupos políticos de oposição e naturalmente os militares começaram a querer expurgar de qualquer forma os seus adversários e passaram a perseguir pessoas opositoras ao regime, pois era produto da Ditadura, a Segurança Nacional, inspirada nos Estados Unidos, cuja ideia era a “manutenção da ordem social e no controle e vigilância permanente a grupos considerados subversivos e o apoio das elites e da imprensa foi fundamental para o autoritarismo” Amorim; Silva (2015, p.01). Entre os opositores da Ditadura estavam: trabalhadores do campo e da cidade, moradores da periferia, sindicatos, políticos de esquerda – foram perseguidos, torturados, mortos e exilados.

Esses que foram perseguidos lutaram nos processos de democratização do Estado e da sociedade e havia um pensamento em torno dos Direitos Humanos, defendendo a ampla defesa da dignidade humana através da justiça social com amplo debate entre igualdade e diferença. Portanto, esse período ficou marcado pelas lutas em favor dos direitos sociais, políticos e humanos. Iza Cunha juntamente com Humberto Cunha, Hecilda Veiga e Paulo Fonteles, entre outros, procuraram desenvolver um trabalho relacionado à luta pelo direito a terra, por igualdade, liberdade política e de denúncia dos crimes cometidos pelos militares através das torturas e assassinatos contra estudantes, políticos, profissionais, militantes e a população em geral. Entre os principais benefícios gerados por esse grupo, destaca-se a formação da Sociedade de Direitos Humanos, a luta pela posse de terra e organização de movimentos sociais.

O cenário que se apresenta nesse período foi de profundas transformações sociais ocorridas no Brasil. Os militares lançaram políticas com o objetivo de integrar a região amazônica ao restante do país e com isso surgiram os grandes projetos integração, como os agropecuários e de mineração, estimulando um fluxo migratório da população brasileira, o que ocasionou em grandes conflitos agrários e mortes na luta pela posse da terra, por esse motivo, nesse período, vários movimentos surgiram e se organizaram na luta por Direitos Humanos.

Para Silva (2005) esses acontecimentos fizeram com que a Igreja Católica e alguns protestantes se reunissem formando o Movimento Ecumênico de Luta pela Questão do Campo e principalmente pela Libertação dos Presos do Araguaia, o que deu origem ao MLPA (Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia). E nessa busca por justiça através de uma ação libertadora e ecumênica, na sua opção clara pelos deserdados da terra e espoliados pelo sistema, apareceu o protagonismo de duas mulheres e que se tornou decisivo para a história dos movimentos populares no que diz respeito aos Direitos Humanos no Pará, foram elas: Hecilda Veiga e Izabel Cunha. Esse processo levou ao que seria o movimento embrionário do que vem a ser posteriormente a Sociedade Paraense em Defesa de Direitos Humanos (SPDDH), conforme relato abaixo:

Isabel e Hecilda – especialmente as duas – começaram a se mexer, sensibilizando gente da Igreja, da Universidade e do Banco da Amazônia. Eram poucos. A primeira reunião, na Igreja da Conceição, contava, além de Isabel e Hecilda, com a presença dos padres Davi Laredo e José Ribamar, e de dois professores do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Jean Hebet e Rosa Acevedo. Aos poucos o grupo foi aumentando: Mateus Oterloo e Ubiratan Moraes Diniz, da Federação de Assistência para órgãos educacionais (FASE), Humberto Cunha; João Marques, vereador do MDB; Edmundo e Graça Parente, Nazareno Noronha, Édson Roffé Borges Borges e Hélio Mairata do recém criado Instituto dos Economistas do Pará. Daniel Veiga, engenheiro; Sá Pereira, antigo militante do Partidão; Paulo Fonteles e José Otávio Pires, do movimento Alternativa. Atingido o objetivo inicial - ajudar os posseiros da Fazenda Capaz com roupas e alimentos para as famílias - o grupo começava a discutir a viabilidade de uma ação permanente capaz de dar repostas imediatas frente às freqüentes violações à cidadania. (CARVALHO, 1994, apud, SILVA, 2005, p. 104)

Conforme o autor supracitado, essa mobilização possibilitou a formação de um comitê informal de defesa dos Direitos Humanos para em 1977 ser fundada a SPDDH. Essa fundação reuniu instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Comissão Pastoral da Terra – CPT, além da presença da ala progressista da Igreja Católica no Pará. O advogado Paulo Fonteles (assassinado em 1987) foi seu primeiro presidente, este vislumbrava uma entidade com forte presença nas lutas ideológicas. A SPDDH teve e tem grande importância nas lutas sociais na Amazônia, através de sua resistência e solidariedade ecumênica.

Portanto, diante dos fatos históricos que narram a motivação e o impulso para a criação da SPDDH, percebe-se a forte presença feminina, entretanto, notou-se claramente o silêncio com relação a participação das mulheres, ou quando são citadas se dá de forma muito efêmera e coadjuvante da liderança masculina. Todavia, quando em eventos que refletem sobre Direitos Humanos, elas são lembradas através da oralidade como símbolo de luta e resistência. Como é caso de Izabel

Cunha, Hecilda Veiga<sup>1</sup> que em outros momentos se juntam ao de Rosa Marga Hothe<sup>2</sup> e Doroty Stang<sup>3</sup>.

Dessa forma, percebe-se um conflito na relação entre o registro escrito e os depoimentos orais quanto a esse protagonismo na luta por Direitos Humanos. O que remete a necessidade de se abordar a partir dos pressupostos históricos do tempo presente devido as principais fontes se encontrarem na oralidade.

No caso das mulheres que sofreram com o silenciamento em relação ao seu protagonismo, a história do tempo presente ajuda a problematizar, a discutir e ampliar a questão da visibilidade das ações das mulheres como agentes históricos de transformação social, e passa a discutir também o reconhecimento de sua participação política fora do ambiente doméstico, mostrando capacidade de assumir papéis em todos os âmbitos da sociedade, e com isso desenvolver seu protagonismo nas lutas políticas.

Portanto, para estudar a sociedade brasileira, paraense e as mulheres como sujeitas e agentes históricos transformadoras da sociedade, traçou-se como objetivo principal deste artigo investigar as memórias da trajetória de Izabel Marques Tavares da Cunha e sua participação na política partidária, nos movimentos sociais e principalmente seu engajamento feminista e a busca de promoção e garantia dos Direitos Humanos na Amazônia.

## 2 | 2 FEMINISMO E IZA CUNHA.

Iza Cunha, não foi uma mulher que se silenciou, visto que pensava no coletivo

1 Hecilda Veiga – Cientista Social, Professora da Universidade Federal do Pará, foi casada com Paulo Fonteles, Advogado, sindicalista e político que lutava pelas questões agrárias pela posse da terra e foi assassinado em, 11 de junho de 1987. Ambos sofreram a repressão da ditadura militar e foram presos. Ela estava grávida de seu primeiro filho – Paulo Fonteles Junior foi político de Belém pelo Partido Comunista do Brasil, o qual nasceu nos porões da ditadura militar. Foi julgada e condenada a um ano de reclusão e Paulo Fonteles a um ano e oito meses. Fonte: Blog Paulo Fonteles Filho. Disponível em <[www.blogdo.paulofontelesfilho.com.br](http://www.blogdo.paulofontelesfilho.com.br)>. Acesso em 20 de julho de 2019.

2 Marga Rothe foi ordenada Pastora em 1981 e ajudou a fundar a Paroquia de Confissão Luterana em Belém (PCLB, 1985). Ela participou de várias frentes feministas entre 1981 e 1984, militou em no Movimento pela Libertação dos presos do Araguaia (MPLA) se tornou também a primeira ouvidora do sistema Estadual de Segurança Pública do Pará, desde a década de 1990 até 2005. Integrou a Campanha Estadual Contra a Tortura, em dezembro 2004, e recebeu o Prêmio Direitos Humanos da Presidência da República, na categoria “Segurança Pública”, em, 10 de dezembro de 2008, pela comemoração dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e os 20 anos da Constituição Brasileira, outro premio dedicado a ela foi o Prêmio José Carlos Castro, dado pela Ordem dos Advogados do Brasil - seção Pará.

3 Dorothy Stang ou Irmã Dorothy. Era natural do EUA, naturalizada brasileira. Pertencia a congregação religiosa Irmãs de Nossa Senhora de Namur. A religiosa participava da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) desde a sua fundação e acompanhou com determinação e solidariedade a vida e a luta dos trabalhadores do campo, sobretudo na região da Transamazônica, no Pará. Defensora de uma reforma agrária justa e conseqüentemente, Irmã Dorothy mantinha intensa agenda de diálogo com lideranças camponesas, políticas e religiosas, na busca de soluções duradouras para os conflitos relacionados à posse e à exploração da terra na Região Amazônica. A Irmã Dorothy Stang foi assassinada, com sete tiros, aos 73 anos de idade, no dia 12 de fevereiro de 2005, às sete horas e trinta minutos da manhã, em uma estrada de terra de difícil acesso, a 53 quilômetros da sede do município de Anapu, no Estado do Pará, Brasil. Fonte: Canção Nova. Disponível em: <<https://noticias.cancaonova.com>>. Acesso em 20 de julho 2019.



e agia através dele fomentando os debates a partir dos marcadores sociais da diferença, como classe e gênero, embora em sua época as questões de gênero ainda fossem pouco discutidas, pois estavam surgindo nesse momento, ou seja, o que estava em pauta eram o feminismo e a história das mulheres. A necessidade de ver as mulheres organizadas lutando por seus objetivos era latente e necessário, o que levou Iza Cunha junto com outras mulheres a organizarem a fundação de movimentos como o MMCC (Movimentos de Mulheres do Campo e da Cidade) e SDDH (Sociedade Paraense em defesa dos Direitos Humanos).

Izabel ou “simplesmente Iza” ou Maria como ficou conhecida por seus pares na clandestinidade das lutas pelas ações populares de resistência à Ditadura militar, foi bem ativa na política partidária, se tornou referência nos movimentos sociais, porém no final de sua vida ficou reclusa. Segundo fontes orais, essa reclusão estava relacionada à sua separação conjugal com Humberto Cunha e a grave doença que a levou morte em 2002.

Iza começa seu ativismo político no protestantismo quando era membro da Igreja Presbiteriana, o que a levou a sair do estado do Pará para estudar no SEC (Seminário de Educação Cristã) em Recife/Pernambuco. Integrou AP (Ação Popular) durante seu período de militância. No entanto, nos últimos dias de sua vida estava longe da militância e viveu seus momentos finais na Igreja Evangélica Assembleia de Deus. Ela trabalhou em cursos populares formando liderança de mulheres e homens no IPAR (Instituto Pastoral Regional), no feminismo ela também ajudou a formar líderes mulheres, por esse motivo dada a sua importância, a colunista e pesquisadora Maria Luzia Miranda Alvares por ocasião de sua morte escreve:

Para tratar de uma mulher da estatura histórica dessa mulher, simplesmente Isa, para muitas de nós, feminista e militante pelos Direitos Humanos, atuando desde os tempos mais graves da vida pública e política brasileira, o termo “anjo” no feminino tem um significado maior do que as explicações de dicionários que consideram essa figura “um “ser espiritual das teologias cristã, hebraica e islâmica que serve como mensageiro entre Deus e os homens”. A inferência de gênero sobre essa “criatura espiritual” extraída da cultura religiosa tende a repercutir no que conheço da trajetória pessoal de uma mulher que só “desceu aos céus” para fazer a mediação porque a inexorabilidade da espada da Morte definiu-se pelo dia da colheita conforme as dimensões de falência orgânica de seu corpo. Mas deve fazer por lá sua revolução particular, se depender dela<sup>4</sup>.

A geração de Iza Cunha – através dos ideais marxistas – acreditava na mudança da sociedade e isso lhes impulsionou a motivar outras pessoas a também fazer o mesmo. O desejo de ter uma sociedade justa e igualitária fazia com que lutassem por pessoas que não conheciam ou se quer tinham “consciência de classe”. Porém,

4 Texto publicado em “O Liberal”, coluna Panorama, em setembro de 2002. Maria Luzia Miranda Álvares é Doutora em Ciência Política, Coordenadora do GEPEM/UFPA, Coordenadora Regional do OBSERVE. e uma das pioneiras dos estudos de mulher e gênero, no Pará, desenvolvendo trabalhos sobre a temática feminismo, mulher e gênero, com incursões sobre o entrelaçamento das representações socioculturais nas estruturas de poder.

embora não tivessem a consciência da exploração tinham necessidades reais, como o desejo de ter terra para plantar, no caso do trabalhador rural, obter direitos iguais aos homens, no caso das mulheres e para ambos terem suas vidas garantidas como bem inalienável era fundamental. Essas histórias que estão na encruzilhada da vida da nossa personagem principal, é o que torna a narrativa da vida de Izabel singular e representativa, devido a pluralidades de contextos e frentes de lutas pelas quais ela participava o que ratifica a importância desses fatos para a historiografia da Amazônia.

Haja vista que, concomitante com o golpe estava acontecendo a própria luta das mulheres no Brasil e no mundo através do feminismo que eclode na década de 60 a 70 nos Estados Unidos e na Europa. Para Pinto (2004) a origem do feminismo nos Estados Unidos se dá em virtude do enfraquecimento do sonho americano popularizado no *american way of life*<sup>5</sup>, os responsáveis pelo fim desse mito foram a guerra da Coreia e do Vietnã. Essas guerras e o conflito racial mostraram toda a fragilidade da sociedade americana como o lugar certo para se obter felicidade. Já na Europa, o mito do sonho da revolução socialista perde força devido a revelação dos crimes stalinistas, isso fez com que o socialismo perdesse força para derrotar o capitalismo.

Nesse contexto surgem vários movimentos sociais que puseram em xeque os valores conservadores da organização social norte americana, desafio que se gerava em torno da hierarquia e poder das mulheres no âmbito do público e do privado. Nesse período acontece também publicação do livro *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir e a queima de sutiãs em praça pública, portanto, nesse cenário nasce o novo feminismo do mundo ocidental.

O Golpe militar de 1964 e todo o seu contexto de repressão e morte foi na contramão da Europa e dos Estados Unidos, onde o clima era de grande efervescência política, revolução de costumes e radical renovação cultural. Porém, mesmo nessa turbulência em que vivia o Brasil anterior à década de 1970 e primordialmente nesse período surgiu e se desenvolveu o movimento feminista que se espalhou pelo País.

O posicionamento de Iza sobre as mulheres e suas condições de sujeitos na sociedade foi exposto através de um artigo escrito por ela ao Jornal Resistência<sup>6</sup> (1981), pela passagem do dia 8 de março dia internacional da mulher, intitulado “A luta das mulheres não é contra os homens. É contra o sistema”. Nesse texto ela fala, entre outras coisas, sobre monogamia e família, dizendo que a propriedade privada trouxe modificações na forma de convívio entre as pessoas da casa, portanto ela

5 Traduzido por “Estilo de Vida Americano”.

6 O Jornal Resistência fez parte da imprensa alternativa do Estado do Pará. Que acordo com Pinheiro (2019, p.122) ele “surge, assim, como jornal político e de oposição ao regime militar autoritário - essa era sua principal marca, encampando uma linha editorial de denúncia das mazelas sociais e práticas autoritárias cujas responsabilidades eram atribuídas aos governos da ditadura militar, se lançando numa arena onde os significados estavam constantemente em negociação e em disputas”.

seria uma invenção burguesa. Sua principal referência seria Friedrich Engels e sua obra “A origem da Família da Propriedade Privada e do Estado”. Ela falava portanto, da monogamia e a subalternidade da mulher, porém defende que é necessário deixar bem claro que a luta das mulheres não seria contra os homens, mas sim, contra o sistema que dava aos homens a visão de “senhor, patrão, marido” e também contra o autoritarismo encontrado no lar baseado na propriedade privada. Nesse sentido ela defende que era necessário à participação das mulheres contra a velha estrutura de dominação, ou seja, eram chamadas a participar na construção de uma sociedade nova, onde seria possível para elas encontrarem novas formas de vida que pudessem lhes satisfazer como pessoa.

Iza declarou que é preciso deixar claro para homens e mulheres que nenhuma sociedade nova se faz sem a participação das mulheres que, portanto, este seria o passo para a participação da mulher na política. Para ela era importante a emancipação e autonomia das mulheres, para que elas fossem integradas aos meios de produção, mas não só isso, Iza falou também em questões afetivas e liberdade sexual das mulheres de forma que elas pudessem ser amadas e conhecer o prazer sexual. Isto é, as mulheres precisavam ser reconhecidas como sujeitos em todos os âmbitos de suas vidas, pois elas correspondiam a metade da população, que inclusive não seria possível pensar uma transformação da sociedade sem a ajuda delas.

### 3 | DOS PORÕES DA DITADURA AOS DIREITOS HUMANOS

Ao narrar a história de vida de Iza Cunha está se falando desse cenário vivido por ela e por seus contemporâneos comunistas e como se organizavam em movimentos sociais e instituições seculares e religiosas com o objetivo resistir à ditadura e pelo retorno da democracia no Brasil. Iza fez resistência ao governo militar ao ponto de ser presa e torturada juntamente com seu esposo Humberto Cunha, também militante comunista.

Iza conta as páginas do jornal Resistência (1981), que no dia 30 de dezembro de 1971, fora sequestrada por policiais que pertenciam ao DOI-CODI de Belo Horizonte. Os militares conseguiram as fotos dela e de seu marido Humberto Cunha e seguiram a busca dos mesmos pelos bairros da cidade de Contagem, Minas Gerais, os procuravam dizendo ou que eram amigos, ou mal pagadores, ou terroristas, com o intuito de depreciar a imagem deles na vizinhança.

Ela estava preparando o jantar, quando dois rapazes chegaram a procurando oferecendo emprego como vendedora de livros, eles já sabiam que ela estava desempregada, pois havia pedido demissão e ia viajar para outra cidade porque os sequestros haviam começado no início de dezembro e seus companheiros já estavam sofrendo as mais brutais torturas nos porões dos órgãos repressores (DOI-

CODI). “os verdugos”, como chama Iza, invadiram sua residência ameaçando-os e procurando armas, pois achavam que lá era um aparelho subversivo. Ela conta que ficaram com armas na cabeça e após ser presa, ficou com a roupa do corpo durante 3 meses e que todas as suas roupas, móveis e utensílios foram saqueados pelos policiais que vigiaram sua casa durante 8 dias.

Ao chegar no DOI-CODI, os torturadores já estavam a sua espera no 3º andar do DOPS. Seu marido, conta ela, foi imediatamente torturado e era possível ouvir seus gritos enquanto recebia choques elétricos. Ela ficou durante 24 horas em uma sala, onde se revezavam, interrogando e ameaçando-a com uma pequena máquina de choque e com o “telefone”. À meia noite ela foi transferida para a 5ª companhia, onde ficou até abril de 1972. Iza relata também o que chama de “sessão tortura”.

No dia 30/12/71, bem cedo, fui levada para o CODI. Começara ‘sessão’. Tiraram minha roupa e, despida, fui torturada com choques elétricos, tapas, “telefone” (tapas no ouvido com as mãos em forma de concha), socos. Essa sessão como dizia um médico, “sessão espírita” se estendeu não sei bem até que horas. (RESISTÊNCIA, 1981, p.7)

Nessa matéria, ela continua dizendo que voltou várias vezes ao DOI- CODI para ser torturada psicologicamente e fisicamente, com choques elétricos que se espalhavam por todo o corpo. Foi torturada ainda com pau de arara e sofreu nas mãos do sádico Dr. Sócrates. O depoimento dela segue com riquezas de detalhes sobre a tortura, no entanto ela encerra dizendo: “Apesar de tudo isso, continuo achando o mesmo que achava: que o povo tem o direito de ter melhores condições de vida lutando por todas as formas ao seu alcance inclusive contra a lei, quando ela favorece apenas aos poderosos”(p.8).

Iza emagreceu 43 quilos, em outubro de 1972 teve sua prisão revogada pelo Supremo Tribunal Militar (STM). Voltando então a ser chamada em novamente em outubro de 1973 em Juiz de Fora para o julgamento. Nesse período estava grávida de dois meses e teve pena de 6 meses decretada, porém, havia passado 10 meses de reclusão, então já estavam sobrando 4 meses e foi então que retornou a Belém. Porém, seu marido continuou preso por mais 3 meses e meio para cumprir a sua condenação que havia sido de 18 meses. Mas esses acontecimentos não lhe intimidaram, pelo contrário, lhe fortaleceram e fizeram com que ela, juntamente com outras mulheres e homens, fundassem a Sociedade Paraense em Defesa dos Direitos Humanos (SDDH).

A discussão sobre Direitos Humanos, Costa e Nunes (2016) colocam em debate uma série de questões como: gênero, orientação sexual, raça/etnia, nacionalidade, dentre outras. Esses temas precisavam e precisam ser discutidos pela sociedade civil organizada através das universidades e de instituições que promovam programas e ações, a exemplo das ONGs e dos movimentos sociais.

Os autores acima levantam que as questões relacionadas a Direitos Humanos vinham sendo gestadas de forma limitada no meio de uma sociedade civil brasileira historicamente demarcada por forças conservadoras, a exemplo dos militares quando tomaram o poder a partir de 1964. Com a abertura política por meio da redemocratização consolidada através da constituição de 1988, agiganta esse debate a partir dos anos de 80 e 90, razão pela qual a constituição foi cognominada de constituição cidadã.

Pois, observa-se a partir dos testemunhos apresentados na Comissão Nacional da Verdade<sup>7</sup>, que no período da Ditadura Militar o próprio Estado que deveria garantir os direitos, encabeçava políticas de violação desses direitos, fazendo com que a própria sociedade civil organizada em movimentos ligados a ideais progressistas, socialistas em busca de liberdade e igualdade fosse perseguida, torturada e silenciada, ou seja, quem se mostrava oposição aos militares tinham seus direitos ameaçados.

Portanto, biografar a vida de Isabel Tavares da Cunha é mais do que contar a sua história, é olhar de outro ângulo a história da Amazônia Paraense, do Brasil e quiçá do mundo, só que dessa vez com as fontes voltadas para reforçar o feminino na história e suas peculiaridades no espaço público entrelaçado com o privado.

#### 4 | O SILENCIAMENTO DAS MULHERES

Posto que haja um silêncio na história com relação à participação das mulheres nos espaços públicos isso é notório, o que de acordo com Perrot (2012) são três os motivos que contribuem para a invisibilidade feminina diante da história: Em primeiro lugar as mulheres atuaram em famílias, confinadas em casa ou no que serve essa casa, passando pela invisibilidade e em muitas sociedades, essa falta de visibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem coisas. As mulheres causam medo, desordem, indecência, sedução e transgressão. O seu corpo amedronta, por isso é preferível que esteja coberto, não possuem sobrenome, têm apenas nomes e estão primeiro ao lado ou para fora com as crianças. Ou seja, a imagem das mulheres se torna pejorativa à sociedade. Em segundo lugar o silêncio pode estar relacionado às fontes, pois as mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais, porque tiveram acesso à escrita tardiamente, elas mesmas não têm interesse por seus vestígios, pois afinal são apenas mulheres e o seu pudor se estende à memória.

---

<sup>7</sup> Consultar. A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Conheça [...] a lei que criou a Comissão da Verdade e outros documentos-base sobre o colegiado. Em dezembro de 2013, o mandato da CNV foi prorrogado até dezembro de 2014 pela medida provisória nº 63. Disponível em <<http://www.cnv.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>>. Parte superior do formulário

E o terceiro e maior silêncio da história das mulheres é o do relato, outrora foi idealizada, haja vista que os homens escreviam essas histórias. O conto de fadas é um exemplo da estrutura de um modelo ideal do feminino, sempre frágil e passivo em detrimento do príncipe viril e ativo.

Portanto essas histórias precisam ser registradas como memórias pelas próprias mulheres com menos idealização e mais precisão, onde os cotidianos do público e do privado se entrelaçam e isso se dá a partir da participação das mulheres na área científica e profissional.

O advento da história das mulheres deu-se na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos nos anos 1960 e na França uma década depois. Diferentes fatores imbricados – científicos, sociológicos, políticos – Concorreram para a emergência do objeto ‘mulher’, nas ciências humanas em geral e na história em particular. Faço aqui uma breve evocação. (PERROT, 2012, p.19)

Procurar vestígios femininos nas fontes escritas e também incitar esse olhar sobre ótica feminina deixado na história, como elas pensavam as singularidades das demandas específicas de sua época estimula outra interpretação da história, diferente daquela já em circulação, uma nova escrita e um novo olhar, sobre as fontes também fará repensar a própria interação das relações de gênero e os aspectos da naturalização biológica do ser homem e mulher. Como em outro momento fora feito quando se levantou a possibilidade na elaboração de uma proposta de releitura da história no feminino, incluindo a categoria gênero como categoria de análise, pois para Scott (1995, p. 3),

Na gramática, gênero é compreendido como um meio de classificar fenômenos, um sistema de distinções socialmente acordado mais do que uma descrição de traços inerentes. Além disso, as classificações sugerem relação entre categorias que permitem distinções ou agrupamentos separados.

O termo gênero para a autora supracitada pode ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter social das diferenças baseadas no sexo, então ela passa a rejeitar o determinismo biológico presente nos termos “sexo” e “diferença sexual”. O gênero também em sua origem estava relacionado aos estudos femininos de forma isolada, mas diante da necessidade de estudar os dois gêneros eles podiam ser compreendidos de forma separada, porém se interessando tanto pela história dos homens quanto das mulheres com objetivo de entender a importância dos sexos e dos grupos de gênero no passado histórico. O gênero também na visão de Scott se tornou importante, pois era um termo proposto por quem defendia que a pesquisa sobre mulheres transformaria os padrões no seio de cada disciplina, e defende ainda que,

As pesquisadoras feministas assinalaram muito cedo que o estudo das mulheres

acrescentaria não só novos temas como também iria impor uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente. 'Aprendemos', escreviam três historiadoras feministas, que inscreve as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas. Não é exagerado dizer que por mais hesitante que sejam os princípios reais de hoje, tal metodologia implica não só em uma nova história das mulheres, mas em uma nova história. (SCOTT, 1995, p. 3).

Diante dessa questão uma nova história das mulheres precisa ser construída, e pode ser verificado a partir da luta pela conquista e garantia dos direitos das mulheres, porém, ela não se dá de forma isolada, o que se torna motivo de discussão para a própria construção da história das mulheres, ou seja, o processo de reconhecimento da mulher enquanto ser humano.

Portanto, quando as ações femininas passam a ser lembradas, as memórias prevalecerão, com o exercício de contextualizar no presente algo que foi vivido no passado. Conforme Ricoeur (2007) no sentido de esquecimento e lembrança e Halbwachs (2003) fomentando a memória coletiva, pois esta ajuda, encoraja e inspira mulheres e homens a olharem as mulheres não como vítimas ou coadjuvantes, mas como sujeitos e protagonistas, ou seja, empoderadas. Termo este muito discutido e usado quando se trabalha com a inclusão das mulheres em algum segmento da sociedade, como na economia, política, educação, saúde e bem estar, entre outros.

Para Lisboa (2008) o empoderamento altera os processos e as estruturas que reproduzem a posição da mulher como submissa, dessa forma, para as relações de gênero ele se torna importante contra a condição de subalternidade da mulher, por isso, na perspectiva feminista é um poder que afirma, reconhece e valoriza as mulheres. E entre as condições prévias para acontecer o empoderamento estão os espaços públicos, democráticos e participativos, assim como a organização das mulheres.

A partir desse debate, Scott (1995) considera a história das mulheres dentro da perspectiva da nova história, onde se destacam, principalmente no ponto de vista feminino, várias questões de acordo com a história vista de baixo, embora com ressalvas com relação essa teoria, porém utilizando nesse sentido o relato do cotidiano das pessoas que estão esquecidas na história no caso as mulheres quando relacionadas a história dos homens, pois estes sempre aparecem como categoria universal, ou seja, quando se fala de homem, se fala de mulheres. Portanto, a perspectiva da história vista de baixo se dá ao construir uma tessitura para aqueles que foram vencidos, ou melhor, ignorados na história ou tacitamente aceitos ou mencionadas rapidamente, conforme Sharpe (2011, p.41):

Essa perspectiva atraiu de imediato aqueles historiadores ansiosos por ampliar os limites de sua disciplina, abrir novas áreas de pesquisa e, acima de tudo, explorar

as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão frequentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da história.

Abre-se nesse sentido possibilidades para a construção de narrativas que mostrem as mulheres como protagonistas a partir da teoria da história do tempo presente, haja vista que a ascensão das mulheres em várias vertentes da vida pública, bem como, a importância da vida privada e do cotidiano, ainda é recente. Isso não significa que em um passado distante elas não foram importantes ou não foram atuantes, mas depois da década de 60, até os dias atuais, as mulheres brasileiras vêm ganhando espaço e notoriedade, fazendo com que se possa contar com testemunho vivo, embora hajam muitas polêmicas em torno da reconstrução histórica a partir da oralidade, com isso se pode ressaltar o que Thompson, citado por Prins (2011) afirma quando ao considerar somente as fontes escritas como legítimas, se estará construindo uma história vista de cima, pois as letras nem sempre são um instrumento dos que estão de baixo, mas isso não significa que não possuam história. Destarte as fontes orais se tornam um método de profundo valor para a história social moderna, conforme se afirma abaixo:

Paul Thompson, figura proeminente no movimento da história oral (uma autodescrição que já possui um halo evangelista), que defende o valor das fontes orais na história social moderna, como proporcionando presença histórica àquelas, cujos pontos de vista e valores são descartados pela história vista de cima, escreveu iradamente em seu manifesto, *The Voice of the past* [...].

Na reconstrução da história do presente além de documentos e a imprensa em seus vários segmentos se tornam importantes os relatos orais a história de vida dos sujeitos, como memória, onde a individual está na encruzilhada com a coletiva, segundo Halbwachs (2003), portanto a história de uma pessoa fará lembrar a do coletivo, pois isso se dá através de uma teia de relações.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as pessoas torturadas pela Ditadura Militar estavam homens e mulheres, entretanto, percebe-se que há uma evidência maior para os homens nesse âmbito na luta política contra a Ditadura Militar, nesse sentido é importante pormenorizar a história e contá-la a partir dessas mulheres, visto que se percebe que elas acabaram sendo colocadas como coadjuvantes em detrimento do protagonismo masculino de luta, com isso, assumir uma nova forma de contar essa história deixando explícito a participação delas na luta contra a Ditadura Militar, pelos Direitos Humanos e por uma sociedade democrática.



Contar a história a partir da história de vida de alguém é tentar se aproximar de uma verdade histórica de quem pensou, organizou, se dedicou e sofreu em função de algum ideal, gerando novas ações sociais, pois para Weber (1999) são ações orientadas pelo comportamento de outros, que podem ser determinadas por: modo racional, referente a valores, afetividade ou afins e muitas pessoas quando desenvolvem suas ações ganham destaque em algum ponto da vida cotidiana trazendo benefícios para a vida de outros, pois pensam no coletivo. Portanto a memória delas deve ser preservada, pois serve de motivações para outras gerações, daí a importância fundamental para a construção de biografias.

## REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta (orgs). **Usos e abusos da História Oral**. 8 Ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.
- BORGES, Vavy Pacheco. **Grandezas e misérias da biografia**. In PINSKY, Carla(orgs). **Fontes Históricas**. São Paulo, SP: Contexto,2015.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos**. 5. ed. SP. Cia das Letras. 1998.
- BURKER, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- COSTA, Célia. NUNES, Itamar. **Direitos Humanos, universidade e movimentos sociais: uma articulação possível**, 2016. Disponível em <[www.andhep.org.br](http://www.andhep.org.br)>. Acesso em 01 de outubro de 2017.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.
- LEVI, Giovanni. **Usos da Biografia**. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta (orgs). **Usos e abusos da História Oral**. 8 Ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.
- LISBOA, Teresa Kleba. O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. In **Fazendo Gênero – Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis: UFSC, 2008. Disponível em <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST11/Teresa\\_Kleba\\_Lisboa\\_11.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST11/Teresa_Kleba_Lisboa_11.pdf)>. Acesso em: 31 de julho 2017.
- NETO, Beatriz Guimarães. **História e escrita do tempo: questões e problemas para a pesquisa histórica**. In DELGADO, Lucília, FERREIRA, Marieta. **História do tempo presente**. Editora FGV, 2012.
- PENNA, Fernando; DA SILVA, Renata. **As operações que tornam a história pública no Brasil: Sentidos e Itinerários**. Editora letra e Voz, 2016.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo, editora contexto, 2012.
- PINHEIRO, Raimundo Amilson de Sousa. **Em nome dos direitos humanos: história, movimentos sociais e democracia no Pará (1975-1985)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará. Belém-PA, 315 f. 2019.
- PINTO, Célia Regina Jardim. **O Feminismo no Brasil: Suas múltiplas faces**. In Estudos Feministas, V. 2, n. 12, 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23971.pdf>>. Acesso em 25 de outubro de 2017.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2006.

PRINS, Gwyn. História Oral. In BURKER, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 165-202.

RAGO, Margareth. **Epistemologia feminista, gênero e história**. In Pedro, Joana; Grossi, Miriam (orgs.)- **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

RESISTÊNCIA, “**O inferno de Izabel**”. Belém-PA: março, ano IV, N° 22, 1981. p 7-8.

RICOEUR, Paul. **Memória Pessoal, Memória Coletiva**. In: **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François et. al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In: Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, n° 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Disponível em: <<http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf>>. Acesso em 02 de maio de 2017.

SHARPE, Jim. **A história vista de baixo**. In BURKER, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 39-64.

SILVA, A. C. T. **As origens do movimento ecumênico na Amazônia paraense**. 2005. 186 f. Dissertação (Mestrado em Teologia). Escola Superior de Teologia. EST: Porto Alegre, RGS, 2005.

TAVARES, Flávio. **1964: O GOLPE**. Porto Alegre, RS, Editora L&PM, 2014.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. São Paulo, SP: Editora Universidade de Brasília, 1999.

## XIFÓPAGAS- CORPO DE MULHER, CABEÇAS DE DITADURAS: GÊNERO E EROTISMO NOS CINEMAS BRASILEIRO E ARGENTINO (ANOS 70)

*Data de aceite: 28/01/2020*

*Data de submissão: 11/11/ 2019*

### **Katharine Nataly Trajano Santos**

Mestrado em História na Universidade Federal  
Rural de Pernambuco (PGH/UFRPE)

Recife - Pernambuco

<https://www.cnpq.br/cvlattesweb/>

PKG\_MENU.menu?f\_

cod=94F9E924E96012C3DB6BBE726B856D6D#

**RESUMO:** Aliados a Indústria cinematográfica, tanto o erotismo quanto a pornografia emergem no campo da política discursiva dos sexos – estas transmitem por meio da narrativa fílmica as relações de poder e a violência de gênero que relega a figura da mulher estigmas relacionados à estereótipos sexistas, permeados pela construção social da diferença, com mecanismos para reprimir e ditar normas sociais. Os corpos, passam a ser, portanto, o lugar em que o poder se manifesta – destarte, sob regimes ditatoriais, vemos um crescimento em produções transgressoras como resposta a tensões advindas do imaginário social. Tal transgressão interliga-se a organização social se findada na repressão, se expressando com a moral (enquanto extrato ideológico) e, articulando uma forma de disciplinar o corpo, acaba por controlar também os desejos.

As proibições, as normativas sociais que gerem um grupo, criam a angústia ao passo que bloqueiam a satisfação das demandas projetadas inconscientemente, principalmente as sexuais, provocando o encanto pelo interdito. No presente trabalho, buscamos compreender as semelhanças entre as comédias eróticas produzidas no Brasil, popularmente chamadas de ‘Pornoanchadas’, e as ‘Sexicomédias’ argentinas, entre o final da década de 70 e começo dos anos 80. Sob o aporte de Marc Ferro e também das teóricas feministas do cinema, como Thereza de Lauretis e Laura Mulvey, visamos problematizar numa análise histórica a ligação entre tais produções eróticas e a utilização do corpo feminino em suas experimentações estéticas e narrativas.

**PALAVRAS-CHAVE:** História; Cinema; Pornoanchada; Sexicomédias; Estudos de Gênero.

**ABSTRACT:** Allied to the film industry, both eroticism and pornography emerge in the field of discursive politics of the sexes - these transmit through the film narrative the power relations and gender violence that relegates the figure of women stigma related to sexist stereotypes, permeated by the social construction of difference and mechanisms to repress and dictate social norms. The bodies, therefore, become the place where power manifests itself - under dictatorial

regimes, we see a growth in transgressive productions as a response to tensions arising from the social imaginary. Such transgression is linked to social organization, originated in repression, expressing itself with morality (as an ideological extract) and, articulating a form of disciplining the body, also ends up controlling desires. The prohibitions, the social norms that manage a group, create anguish while they block the satisfaction of the demands projected unconsciously, especially sexual ones, provoking the desire for the interdict. In the present work, we seek to understand the similarities between the erotic comedies produced in Brazil, popularly called 'Pornochanchadas', and the Argentinean 'Sexicomédias', between the late 1970s and early 1980s. Under the contribution of Marc Ferro and also the feminist theorists of cinema, such as Thereza de Lauretis and Laura Mulvey, we aim to problematize in a historical analysis the connection between such erotic productions and the use of the female body in their aesthetic and narrative experiments.

**KEYWORDS:** History; Cinema; Pornochanchadas; Sexicomédias; Gender studies.

No campo artístico, a sexualidade, o desejo e a obscenidade detiveram um lugar cativo. Desde gravuras, até ilustrações, textos literários e peças de teatro, tais produções atravessaram séculos, recorreram ao sexo como metáfora, satirizando a moral e a repressão das autoridades (principalmente, políticas e religiosas); desde as primeiras exhibições das 'imagens em movimento', o Cinema dos irmãos Lumière ou Pathé, Thomas Edison, Edwin Porter e Méliès, ou das pioneiras Lois Weber, Alice Guy-Blaché, Germaine Dulac, entre outros (as), se registrava transgressões, como afirma Rodrigo Gerace (2015, p. 50).

Lynn Hunt (1999, p. 10) atenta à separação e os locais dispostos ao que se caracterizava como erótico e o pornográfico, variáveis e marcados historicamente – dialogando com as necessidades do consumo e o saber. Assim, a sexualidade é entendida como um conhecimento proibido, que faceta o poder, constituindo aquilo que Foucault constrói enquanto dispositivo; aprendemos que *nós, vitorianos*, colocamos os desejos num espaço de interdito:

Se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada. Quem emprega essa linguagem coloca-se, até certo ponto, fora do alcance do poder; desordena a lei; antecipa, por menos que seja, a liberdade futura (1988, p. 11).

O Cinema utilizou e ainda utiliza o interdito para construir sua narrativa, e seu potencial de subversão se interliga à capacidade de pôr em xeque os códigos culturais, que falem do sexo ou o envolve, por exemplo, porém trabalhando questões advindas do imaginário social ao mesmo tempo em que pode normatizar diversas práticas. Em tal plataforma, transgredir se interliga por vezes à moral, permeando ideias regulatórios e explorando a sexualidade.

Para Judith Butler (2000, p. 111),

o 'sexo' não apenas funciona como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir – demarcar, fazer, circular, diferenciar – os corpos que ela controla. Assim, o 'sexo' é um ideal regulatório cuja materialização é imposta: esta materialização ocorre (ou deixa de ocorrer) através de certas práticas altamente reguladas. Em outras palavras, o 'sexo' é um constructo ideal que é forçosamente materializado através do tempo. Ele não é um simples fato ou a condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o 'sexo' e produzem essa materialização através de uma reiteração forçada destas normas.

A 'explicitação' do sexo nas telas, abarcando a visão foucaultiana também trabalhada por Butler, entende a transgressão, porém, como uma continuação e não causalidade. Para o autor, esta arquitetou-se numa “explosão discursiva mais ampla de sexualidades perversas”, nos diz Linda Williams (2012, p. 32), que continua:

Tenham ou não essas perversões realmente se constituído em novas formas de prazer, elas foram 'historicamente' implantadas de modos que se tornam agudamente visíveis no sexo exibido nos cinemas no final do século vinte. Felação, orgasmos femininos prolongados e múltiplos, excitação sado-masoquista e relações homossexuais – todos eles têm momentos claros de emergência na história principal e marginal do sexo exibidos nas telas (...) não como transgressões liberadoras, mas como facas de dois gumes de liberação e mais controle disciplinar.

Tanto no Brasil quanto na Argentina já tínhamos movimentações do cinema erótico ou pornográfico no início do séc. XX, seja produzindo ou exibindo estes. As sessões eram proibidas, posto que ambos os países tivessem restrições e instrumentais de censura, contudo, em horário boêmios, grupos reduzidos tinham acesso a algumas cópias; Em 1904, alguns filmes silenciosos destes gêneros foram produzidos em Buenos Aires e vendidos para os Estados Unidos e alguns países europeus. De fato, o alto custo das produções e da circulação clandestina era uma problemática e por tal razão as mostras se voltavam a um público (majoritariamente) masculino e rico, frequentadores de bordéis de luxo e casas de *peep show*, rememora Gerace (2016, p. 66).

Entre os anos 30 e 50, ambos países vivenciavam um efervescente momento de produção audiovisual, graças ao advento do Cinema sonoro; a tradição cinematográfica argentina já era larga e o país, *per si*, é um vanguardista latino-americano – teve a primeira exibição pública datada de 18 de julho de 1896, no Teatro Odeón de Buenos Aires, com “material autêntico do selo Lumière”, seguida por significativas filmagens nas décadas seguintes, alçando bilheterias maiores que os estrangeiros Hollywoodianos e se espalhando rapidamente entre os hispano-americanos graças à estúdios como Pampa Films, Estudios San Miguel, Establecimientos Filmadores Argentinos (Efa), Sociedad Impresora de Discos Electrofónicos (Side) e Artistas

Argentinos Asociados e a Film Andes (OLIVERI, 2011, p. 420).

O Cinema enquanto indústria, no Brasil, surgiu sorrateiramente nos anos 30, com os estúdios da Cinédia (1930) e a Sonofilmes (1937); no final dos anos 40, se instalam duas produtoras com maior expoente: a Vera Cruz (1949-1958) e a Atlântida Cinematográfica (1941-1962); estas, foram acompanhadas por outras menores – a Maristela (1940-1950) e a Multifilmes (1952-1955). Nos anos 40 e 50 as comédias musicais paródicas (próxima às radionovelas e ao teatro de revista), conhecidas como ‘chanchadas’ e produzidas em sua maioria no Rio de Janeiro, exaltavam ideias carnavalescas e acompanhavam o sucesso das rádios no estado e restante do país.

Os sambas e as marchas apresentadas em forma de números musicais nos filmes constituíam-se dos grandes sucessos carnavalescos do ano, exibidos, na maioria das vezes, sem uma relação direta com a trama. O rádio e as chanchadas tiveram como ponto em comum o caráter popular de suas linguagens, destinado a alcançar um público cada vez maior. De certa forma, o cinema acabou transformando-se num suporte da produção radiofônica ao divulgar, por intermédio dos filmes, os sucessos e artistas da época. A relação entre ambos revelou-se simbiótica, pois, se por um lado, o cinema favoreceu o rádio, por outro, este participou diretamente do desenvolvimento e apogeu da chanchada. Nos primeiros musicais brasileiros, é interessante notar a influência do rádio no próprio título dos filmes, como é o caso de Alô, Alô, Brasil e Alô, Alô Carnaval – a palavra “alô” era uma saudação típica dos locutores de rádio quando iniciavam as suas transmissões (MAZIERO, 2011, p. 60).

No início da década de 60 vivenciávamos no Brasil um tensionamento político (tanto a esquerda quanto a direita) e transformações sociais no que tangia questões comportamentais e produções criativas. Até a metade dos anos 60 e antes do golpe civil militar em 1964, a atuação governamental adjunta ao Cinema se restringia a legislar e definir alguns mecanismos de proteção, como cotas para os filmes nacionais. Este quadro se altera a partir de 1966, através do Decreto-Lei nº 43, de 18 de novembro deste ano, com a criação do Instituto Nacional de Cinema (INC) que visava institucionalizar a Indústria do Cinema e, dessa forma, fomentar, incentivar e fiscalizar este – uma ‘modernização’ que respondia aos anseios do mercado e de um Estado ditatorial que visava tolher manifestações da UNE, do Cinema Novo, dos teatros Arena e Oficina, como do Tropicalismo (ABREU, 2006, p. 15-17). Na Argentina, prática parecida já tinha sido estabelecida em 1933, com a criação do Instituto Cinematográfico Argentino (ICA) que perpassou, como outros órgãos regulatórios do cinema, períodos de governos militares e de governos de voto popular; a partir de 1966, com o governo militar nacionalista e católico de Juan Carlos Onganía, soma-se ao ICA e ao Consejo de Calificación, conselheiros de instituições privadas de caráter religioso, “ningún representante del mundo del cine o de la cultura” (D’Antonio, 2015, p. 918), para inspecionar os filmes produzidos e exibidos circuito argentino. O Consejo, mais tarde, irá se chamar Ente de Calificación.

Ao final dos anos 60 e durante a década de 70, se refinam e rebuscam os

instrumentos de regulação e controle do cinema brasileiro e argentino. A preocupação em abafar movimentos sociais, principalmente, de oposição, assim como a influência religiosa em diversas instituições e a necessidade de demonstrar um discurso polido moralista a setores conservadores da sociedade civil reverberaram nos ciclos de filmes a serem produzidos em seguida, abrindo espaço para que, inclusive, o interdito adentrasse as telas. Novamente, o cinema se provou enquanto um lugar onde o rito de transgressão se organiza e toma forma – a sexualidade é estabelecida como escape, a ironia e o deboche se articularam nas telas por meio das comédias ora subvertendo ao Poder, ora se aproximando deste, mas sobretudo traçando em meio a risadas e a críticas uma relação cordial com os espectadores e o Estado.

#### i. *Sexi comedias e Pornochanchadas*

Ainda que as definições de erótico e pornográfico sejam mutáveis, dependentes do seu contexto social, político e cultural, vemos ressurgir nos finais dos anos 60 e começo dos 70 questionamentos sobre o cinema produzido no período que transitava entre estes dois pontos, seja na América Latina, nos Estados Unidos ou na Europa. A contradição que se cria entre tais estéticas está alicerçada no campo semântico ressignificado por valores ideológicos que foram atribuídos. Comumente, se associa o erotismo à

sensualidade e a sedução, enquanto a pornografia é entendida como depravação, perversão e obscenidade. Ao erótico, caberia a sugestão e a idealização, enquanto o pornográfico é claramente explícito, escancarado, despudorado. (MORAES; LAPEIZ, 1985, p. 56)

O gênero da Pornochanchada que teve ampla repercussão no Brasil durante a ditadura civil-militar, seguia uma tendência internacional daquele período em explorar o erotismo – seu formato também acompanhava os filmes em episódios italianos e reatualizava a chanchada carioca tradicional. Para Abreu (1996, p. 75) ficava claro que as ‘intenções explícitas’ desta passaram a ser malquistas, tendo efeito direto e duradouro em sua nomenclatura:

Agregar a palavra ‘porno’ à chanchada não se traduz diretamente, contudo, por acrescentar pornografia, no sentido transgressivo. Na verdade, utilizou-se o nome de batismo de um genuíno gênero nacional (já com apelo popular) acrescentando-lhe a malícia sugestiva de conter ‘pornografia’ (embora, para os mais conservadores, realmente contivesse). A pornochanchada foi mais a expressão de uma atualização ou reflexo da onda de permissividade, de liberação dos costumes da época. Uma tematização da ‘revolução sexual’ à brasileira (...).

Já as *Sexi Comedias* argentinas, que surgem durante o Proceso de Reorganización Nacional (PRN), a última ditadura do país entre 1976-1983, mantinham assim como a Pornochanchada enredos que se voltavam ao erótico; entretanto o teor sexual que continha atravessava marcadores estereotipados no

que diz respeito aos corpos, ao binarismo de gênero e elementos de ressignificação ao cinema humorístico anteriormente produzido e com feito.

El éxito de estas producciones se consiguió con la presencia de mujeres voluptuosas y semidesnudas que protagonizaban escenas con un fuerte erotismo, pero también por contar con destacadas estrellas protagónicas masculinas en los roles del 'chanta' o del porteño 'piola'. Todos estos elementos marcaron un punto de inflexión en el tipo de humor pasatista que se consumió por esos años, y que produjo un significativo impacto en una sociedad marcada por décadas de prohibiciones. Mientras este tipo de películas fueron caracterizadas por algunos periodistas y críticos de cine como comedias picarescas o ligeras, otros las clasificaron como sexi comedias. (D'ANTONIO, 2015, p. 914)

A Pornochanchada e as Sexi comedias não apenas trouxeram aos circuitos de cinema de ditaduras temas voltados à sexualidade, como conviveram com o endurecimento das Censuras em seus países originários. A historiadora D'Antonio, no texto supracitado, indaga como seria possível, em meio a um período de endurecimento da política cultural e centralidade estatal, tal tipo de filme ser incorporado e financiado por setores governamentais argentinos. Isto se deve, para ela, tanto pela Censura quanto pela legislação, posto que: Em 1968, se estabelece na Argentina por meio do Decreto/Lei nº 18.019 a proibição de filmes que ferissem ao matrimônio e a família (nuclear), retratassem o adultério, o aborto, a prostituição, as 'perversões sexuais' e que atentassem à segurança nacional; Em 1971, o decreto/Lei nº 20.170 traça cortes orçamentários às películas que abordassem sexo e drogas experimentais, propondo contribuições aos que focassem na defesa de valores morais e ufanismo; Já em setembro de 1978, a Comisión Asesora Legislativa (CAL) que prestava serviço ao governo apresenta um Decreto/Lei que reforça o desenvolvimento da cinematografia "como 'un medio positivo de educación para la comunidad y de difusión de la cultura nacional en el país y en el extranjero'". (D'ANTONIO, 2015, p. 915-918)

No Brasil, Em 18 de Novembro de 1966, o governo militar institui, através do decreto-lei Nº 43, a criação do Instituto Nacional de Cinema (INC); Nesse momento, o INC passa a acolher os já existentes Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) e o Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica (GEICINE) coordenados pelo Ministério da Educação e o Ministério da Indústria e Comércio, respectivamente. Através do INC, a política de exibição dos filmes nacionais adquiria novos rumos: a obrigatoriedade da exibição de filmes aqui produzidos aumentou a cotação de 56 dias por ano, em 1967, para 84 dias, em 1971. Além disso, a Instituição intervia nas atividades de exibição, produção e distribuição. Entre 1966-69, iniciam-se os programas de fomento à produção de filmes de longa-metragem calcados no volume financeiro advindo dos impostos sobre o rendimento de filmes estrangeiros; esse mesmo rendimento, fomentava os curtas que, a partir das leis de exibição compulsórias impostas pelo regime, deveriam ser exibidos anteriormente às películas



estrangeiras – estabelecendo assim uma relação de dependência financeira paradoxal (BERNADET, 2009, p. 176). Tais ações, posteriormente, iriam se consubstanciar com a criação da Empresa Brasileira de Filmes S.A., a Embrafilme (ABREU, 2006, p. 17-18), que seria responsável por, juntamente ao INC, seguir as diretrizes dada pelo Plano Nacional da Cultura, fomentar e distribuir filmes brasileiros no mercado interno e externo. O poder da Embrafilme também está na arguição dos filmes que seriam, ou não produzidos, já que caberia ao Ministério da Educação e Cultura e do Ministério da Justiça as sanções de censura.

(...) o governo nunca produziu uma definição de história nem traçou uma perspectiva ideológica precisa a que os filmes teriam que obedecer. Isto, oficialmente. Porque esta situação esta de fato grávida de subentendidos. Tanto sabe que o governo não está pedindo qualquer coisa, como sabem os cineastas que não terão qualquer projeto aceito. (...) Mas o fato do governo não assumir diretamente a produção nem oficializar suas expectativas dá ao sistema uma margem de elasticidade em que tanto o governo quanto os cineastas defendem os seus interesses. (BERNADET, 1980, p. 54)

Em 1975, a Embrafilme absorve o INC e se consolida como uma empresa de economia mista onde 70% pertencia ao MEC; o Conselho Nacional de Cinema (Concine), desde 1973, assumiu a função de fiscalização, e anos depois para estabelecer uma política protecionista, aumentou a cota obrigatória de longas a serem exibidos ao ano para 112 (Resolução Nº 10, de 15 de março de 1977). Contudo, a partir de 1982, o Concine e a Embrafilme se enfraqueceram e os produtos estrangeiros passaram a ser exibidos no país com maior força.

D'Antonio afirma que as sexi comédias não se tratavam de filme propagandistas como foram, a exemplo, aqueles cooptados na Alemanha nazista, mas que o consenso existente entre historiadores (e que apresenta) é o de que se tratava de uma forma de mascarar a brutalidade do regime – servindo, então, a um suporte ideológico (2015, p. 923). Notamos, aqui, que o desenvolver da Pornochanchada no Brasil é dialógico – além disso, ainda que se tratem (ambas) como atualizadas crônicas de costumes do período e espaços que se inseriam, as suas ascensões não eram esperadas, anunciadas.

Neste sentido, é importante rememorarmos o que o crítico brasileiro de cinema, José Carlos Avellar, define como sendo o sustentáculo de produções eróticas paródicas em meio a ditaduras: a relação de “irmãs gêmeas de comportamentos opostos” estabelecidas entre estas produções e a Censura, que se valia da primeira para “reafirmar a necessidade de sua existência”, sendo uma linguagem criada por/ para a

(...) repetição em termos grosseiros dos ideais do poder, e também como uma forma de oposição ao apelo para os bons modos contidos nas mensagens produzidas pelo governo. Ainda que nenhum destes filmes tenha sido armado como uma

resposta à propaganda oficial, ainda que todos eles tenham sido produções isoladas, e ainda que em nenhum momento tenha chegado a existir um espírito de grupo, não podem ser vistas como simples coincidências as semelhanças entre os filmes, ou o seu aparecimento logo depois das primeiras mensagens do governo coladas nos cinejornais e inseridas nas televisões. (1980, p. 70)

Na Argentina, os enredos a serem produzidos tinham o crivo do Ente de Calificación e do Instituto Cinematográfico Argentino – demonstrando que, diferentemente do que ocorria no Brasil, o Estado atuava de modo completo na Indústria, perseguindo diretores, produtores, traçando ‘listas negras’ de atores e atrizes, assim como provendo os subsídios àqueles que seguiam seus preceitos morais e combatendo mais ferozmente os que questionavam a ordem social e política estabelecida do que as comédias eróticas que caçoavam dos interditos.

La política de censura no se ejerció solo por medio de prohibiciones, cortes o desapariciones de films o cineastas, sino también que también se efectuó através del otorgamiento de estímulos e incentivos económicos que pretendían inclinar a directores y productores a que enfatizaran determinados ángulos narrativos. (D’ANTONIO, 2015, p. 922).

As Sexi comedias correspondiam a 17% dos filmes produzidos na Argentina entre o período do PRN, cerca de 32 obras entre 192 foram contabilizadas, sendo todas inteiramente financiadas pelo Estado Nacional; Desenhavam personagens ‘prototípicos’, tinham enredos pouco elaborados que se voltavam ao matrimônio como um tipo de aprisionamento, à infidelidade era cobiçada, as mulheres casadas tratadas ora como figuras principais à integração familiar, ora indesejáveis e sofrendo mais misoginia do que as que se prestavam às projeções masculinas extraconjugais. Dentre os diretores, Enrique Dawi e os irmão Hugo e Gerardo Sofovich tiveram destaque entre os anos 70 e 80; figuras do teatro de revista como os atores Jorge Porcel e Alberto Olmedo e as vedetes Susana Giménez, Moria Cazán, Adriana Aguirre e Graciela Alfano tiveram lugar exponencial nas comédias eróticas; Entre diálogos e músicas cantadas, se ensaiava performances de casas de burlesque e cabarés (D’ANTONIO, 2015).

As produções brasileiras se dividiam entre o capital investido pela Embrafilme, o capital privado ou independente – desde os filmes empreitados pelo Cinema Novo até as comédias eróticas produzidas largamente na região da Boca do Lixo, em São Paulo, não havia uma homogeneidade na maneira do fazer cinematográfico. Contudo, a necessidade de submissão das cópias aos censores do Estado para obter a liberação, a possibilidade da perseguição e de ter as cópias – depois de reeditadas e liberadas – recolhidas dos espaços de exibição (onde se lucrava por meio da bilheteria), eram pontos em comum. A Pornochanchada, aqui, era majoritariamente financiada por pequenos empresários e facilitadores que compravam as ideias dos

‘roteiristas de suvaco’ – como se chamavam aqueles que levavam seus roteiros à Boca em busca de negociações.

A persuasão de investidores e patrocinadores seduzidos pelos produtores utilizando-se de belas atrizes, era fazer do filme um ponto de publicidade com a possibilidade da apresentação da marca do patrocinador, empréstimos bancários e notas promissórias, venda de imóveis e mesmo bens pessoais dos produtores. Nesse mesmo sentido, também havia a associação com prefeituras do interior da cidade, que em troca da visibilidade proporcionada pelo filme patrocinavam as produções, cediam hospedagem, alimentação, entre outras coisas. (SILVEIRA; CARVALHO, 2015, p. 87).

Alfredo Sternheim, Jean Garrett, Cláudio Cunha, Ody Braga, David Cardoso, Neville d’Almeida, Fauzi Mansur e Carlos Reichenbach estavam entre os principais diretores de filmes englobados como Pornochanchada paulista; Na Boca, havia também o espaço ao cinema de invenção ou cinema marginal

caracterizado como sendo de vanguarda, ‘absolutamente transgressor’ comprometido com a criatividade do autor e o experimentalismo e que possibilitou nomes como Rogério Sganzerla, Andrea Tonacci, Fernando Cony Campos, Lygia Pape, José Mojica Marins de mergulharem em um universo paleopolítico, dissonante, caótico e questionador (KLANOVICZ; CORRÊA, 2016, p. 65).

Apesar da heterogeneidade da Boca do Lixo – indo, nos anos 70, desde comédias, westerns, horror, dramas psicológicos até filmes policiais – a classificação dos filmes enquanto produto se tornava homogênea por três pontos aos olhos da censura, da crítica, da mídia e dos consumidores: o baixo custo de produção, o título apelativo e o erotismo. Organizadas por profissionais pertencentes a mesma extração social, as pornochanchadas atendiam as propostas temáticas internacionais – por vezes, paródias/releituras muito próximas –, mas também a necessidade do mercado brasileiro em suprir as cotas de exibição que buscavam ocupar o lugar do cinema importado. A Embrafilme nota o crescimento das Pornochanchadas e do erotismo que pautava e passa a incrementar com tal elemento as obras que financiava, filmes históricos ou baseados na literatura nacional, utilizando de subterfúgios obras literárias como as de Jorge Amado (*Dona Flor e seus dois maridos*, 1976) e Nelson Gonçalves (*A dama da lotação*, 1978) e atrizes/atores de sucesso televisivo como Sônia Braga, Vera Fischer, Mauro Mendonça e José Wilker.

Paralelamente, a pornochanchada também se alinhou aos preceitos do deboche como resistência ao regime militar e o endurecimento da censura. Este gênero se alinhava ao viver às margens da sociedade e dobrá-la com o *desbunde*, se aproximando a uma proposta ‘à lá tropicalismo’ ao assumir uma postura de contracultura satirizando o conservadorismo da sociedade (em especial a classe média) sem propor, necessariamente, uma solução aos conflitos morais do período (ROSSINI, 2016, p. 87). O conteúdo das películas fílmicas mais famosas se

relacionava à malandragem, ao adultério, à homossexualidade, à bissexualidade feminina, até o vampirismo, o BDSM e o horror. Com a proibição de cenas de sexo explícitas (até a década de 80), as insinuações eróticas se tornavam uma constante necessária para atrair o público, apelando ao que o ‘*destape*’ espanhol já fazia, como afirma Emma Camarero (2017, p. 98): uma abordagem cômica à nudez feminina e ao sexo como uma forma de escape à repressão política de uma ditadura.

ii. Corpo de mulher e cabeças de ditadura

Os filmes se constituem em obras artísticas e, como tal, apresentam traços culturais que possibilitam o entendimento histórico, como uma ferramenta à construção desta. Através da sua condição de produto cultural, os filmes possibilitam o resgate das relações com aqueles que os produziu e consumiu e também o seu próprio sentido – por vezes, implícito, sob tensas relações de reflexo – e se aproxima da teoria feminista do cinema ao problematizar o lugar das personagens femininas nestes, colocando a percepção da mulher no cinema como síntese de um processo sociocultural e histórico.

Segundo Tereza de Lauretis (1978, p. 28), importante precursora da teoria feminista do cinema,

o cultural é uma área de intervenção da ideologia, e se a imagem representada da mulher é uma imagem estereotipada, pode-se dizer que a construção social da mulher, aquela trabalhada pelas diferentes mídias (seja por revistas e anúncios, seja por cinema e televisão) é baseada em critérios preestabelecidos socialmente e impõe uma imagem idealizada da mulher. (tradução nossa).

Tal idealização da mulher perpassou a história do cinema e o seu conteúdo obscuro, onde as personagens femininas ocupavam um lugar de destaque e eram colocadas como objeto primordial ao entretenimento. O percurso do cinema aliado as noções eróticas e pornográficas, reiteraram os locais dessas mulheres ao longo das décadas, tendo seu conteúdo e discurso sendo criticado pela teoria feminista do cinema nos anos 70 e, posteriormente, incorporado em estudos semióticos e relacionados ao pós-estruturalismo. Neste período que a teoria feminista do cinema se encontra em primeira fase, vemos, concomitantemente, as Pornochanchadas e as Sexi comedias transpondo temas e imagens cujo conteúdo ia em sentido inverso.

A obra que acendeu o debate da teoria feminista do cinema foi o texto-manifesto de Laura Mulvey, *Visual pleasure and a narrative cinema*, lançado em 1975. Nele, as teorias lacanianas e althusserianas são retomadas para pensar o ‘olhar masculino’ (*male gaze*) dos filmes, permeando a psique e as construções culturais e ideológicas.

Para Mulvey, o cinema coreografa três tipos de “olhar”: o da câmera, o das personagens olhando-se umas às outras e o do espectador, induzido a identificar-se voyeuristicamente com um olhar masculino sobre a mulher. O cinema dominante reinscreve as convenções patriarcais favorecendo o masculino tanto na narrativa

como no espetáculo. A “interpelação” de Mulvey, tem caráter de gênero. O masculino é instituído em sujeito ativo da narrativa e o feminino em objeto passivo de um olhar espectral definido como masculino. O homem é o condutor do veículo narrativo, sendo a mulher o seu passageiro. (STAM, 2003, p.196)

Este conjunto, em linhas gerais, caracteriza as produções fílmicas como condutoras e reprodutoras de imagens sociais, culturais e políticas construídas dentro de seu discurso, mas fortemente influenciadas por elementos exteriores. Assim, o cinema enquanto produção cultural se insere na Indústria cinematográfica e, ao perpassar as estruturas sociais, se torna uma ‘contra análise da sociedade’, como defende Ferro (1992, p. 86), posto que retrate o *funcionamento real* daquele grupo (1992, p.86); Sejam *actuality films* (documentários) ou *featured films* (filmes de ficção), as manifestações sociais se encontram neles condensadas. O cinema é um produto cultural ao mesmo passo que é um vetor e influencia aqueles que o consome. Desta forma,

A leitura cinematográfica da história coloca para o historiador o problema de sua própria leitura do passado. As experiências de diversos cineastas contemporâneos, [...] demonstram, [...] que, o historiador pode devolver à sociedade uma história da qual a instituição a tinha despossuído (FERRO, 1992, p. 19).

Replicamos a ideia de irmandade proposta por Avellar ao nos voltarmos a pensar a relação entre o erotismo, a censura e os usos dos corpos femininos nas produções cinematográficas em dois países latino-americanos que vivenciavam ditaduras militares como xifópogas, irmãs siamesas que dividem o mesmo corpo. Tal correlação metafórica se insere na compreensão de que para a realização deste cinema erótico na Argentina e no Brasil, o corpo feminino foi indispensável a sua realização, seguindo o ‘olhar masculino’ que Mulvey denunciava, já que vemos tais obras reiterarem lugares sociais ao mesmo tempo que utilizam as personagens femininas como chamariz.

A figura feminina ora era objeto de desejo e condensação do consumo sob o olhar fetichista das câmeras, ora tinha a sua narrativa atravessada por convenções sexistas e misóginas. A nudez das mulheres foi parcialmente permitida pelos censores durante a década de 70 e 80 em ambos países, ao contrário do que acontecia com os homens – “quase nunca era mostrado; o falo era preservado até mesmo dos espectadores”; Mesmo as supostas transgressões presentes na infidelidade, no tocante à peripécias sexuais e as amantes que eram figuras centrais na maioria dos filmes, o desejo das mulheres era tolhido “à representatividade dominante, heteronormativa, sem subverter de fato os valores conservadores do país submerso na ditadura militar” (GERACE, 2015, p. 142-143). Elas se construía narrativamente como objetos sexuais a serem ‘deseadas y poseídas’ e, especialmente as amantes argentinas, remetiam à

Una dualidad de larga historicidad que es funcional a la doble moral, pero que no por ello deja de mostrar matices respecto de lo prescripto normativamente. En efecto, a pesar de que se instala a la infidelidad como eje narrativo, los films nunca exceden los límites de un relato clásico sobre las limitaciones del matrimonio heterosexual tradicional, y promediando el final siempre se reponen muchos de los sentidos desestabilizados previamente. (D'ANTONIO, 2015, p. 928)

### Na produção brasileira, temos

como principal signo de representação a sacralização do corpo feminino para em seguida o profanar, ou seja, na verdade a mulher existe enquanto um corpo (...). Ou seja, a presença feminina era resumida ao seu “corpo”, suas personagens serviam para “servir” aos homens, tanto no quesito sexo (as “liberadas”) como no motivo de sua “salvação” (as virgens). Ou seja, serão raras as vezes e que o desejo e a vontade feminina serão os protagonistas das tramas. Mesmo diante de toda a liberação sexual e da liberação feminina que a pílula anticoncepcional trouxe, com a sua criação no início dos anos 1960- fazendo com que a mulher conseguisse de forma mais controlada planejar quando gostaria de engravidar-, a questão do ato sexual para o sexo feminino nos filmes figurava ainda na dicotomia de virgens e não virgens, com uma valorização da virgindade (CRUZ, 2016, p. 40)

O cinema brasileiro e argentino, nas produções de conteúdos eróticos cômicos, não ultrapassaram a perspectiva não-fetichizante que a teoria feminista do cinema encarava como uma prática verdadeiramente libertária; o ideal de liberdade associado às transgressões que se colocara nas películas cinematográficas feitas por estes em períodos ditatoriais servia a amenizar as tensões sociopolíticas no interior dos Estados e aparentar ao exterior, com a intensa vendagem e publicização de tais obras, que o escurinho do Cinema e a libertinagem que dispunham em nada se assemelhava às denúncias internacionais sobre o ferimento dos direitos humanos em seus porões ou a mordança que colocara sobre a mídia. Dialogando com o público, o Estado, e as tendências mercadológicas internacionais num período bastante repressivo, a Pornochanchada e as Sexi comedias ainda que retratassem tabus e, principalmente, a sexualidade, o faziam num tom conservador.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso da Historiografia brasileira, a retomada aos estudos do cinema nacional e sua relação com a categoria de gênero, têm sido uma constante no meio acadêmico – o recorte aqui estabelecido acerca da Pornochanchada nacional e das Sexi comedias argentinas buscou contribuir à visibilidade destes cinemas marcados por obscenidades que foram marginais, nos anos 70 e 80, e continuam o sendo em estudos sobre as produções fílmicas durante Ditaduras latino-americanas.

Por meio das aproximações realizadas ao longo deste trabalho, buscamos situar as representações referentes à temática das mulheres e sua colocação no

campo cinematográfico. Os casos argentinos e brasileiros demonstram o quanto, diretamente ou indiretamente, os Estados ditatoriais controlavam as obras fílmicas – desde o financiamento até explicitamente ou não discorrer e legislar acerca do que, como e quem poderia ingressar nesta Indústria. As personagens mulheres do cinema erótico, sensivelmente, compreenderam que a dita ‘revolução sexual’ seria apropriada de forma diferente ao sul do Equador, ressignificando o discurso moralista, secular e normativo dominantes já aqui alicerçados.

Hoje, a mulher enquanto objeto de vislumbre é uma prática ainda recorrente, sendo reforçada constantemente na sociedade, sobretudo no cinema. Este, como nos diz Guacira Lopes Louro (2008, p. 94), “como tantas outras instâncias, pluraliza suas representações sobre a sexualidade e os gêneros” e “por toda parte (e também nos filmes) proliferam possibilidades de sujeitos, de práticas, de arranjos, e, como seria de se esperar, de questões”. Há um esforço crescente, todavia, em se colocar mais imagens positivas, menos estereotipadas, ou seguir a tendência do ‘Cinema de Mulheres’, perspectiva mais feminista e debatida por autoras como Ana Maria Veiga (2014). Concordamos com Giselle Gubernikoff (2016, p.7) ao afirmar que “lá fora” a teoria de cinema feminista revolucionou e reformulou as formas de se analisar o cinema e suas representações, sendo até mesmo considerada como ‘A Grande teoria’, pelo teórico de estudos cinematográficos, David Bordwell; Na América Latina, a teoria feminista do cinema ainda não se efetivou, tendo poucas discussões nos anos 90 que foram descontinuadas - daí a importância de retomar esse campo e pensar as construções sobre o feminino em nosso próprio cinema, nas produções que se aproximam de nossa realidade.

## REFERÊNCIAS

ABREU, N. *Boca do Lixo: cinema e classes populares*. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.

ABREU, N. **O olhar pornô**: a representação do obsceno no cinema e no vídeo. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

AVELLAR, J. *Teoria da Relatividade*. In: **Anos 70 – Cinema**. BERNADET, J.; AVELLAR, J.; MONTEIRO, R. (orgs). Rio de Janeiro: Europa, 1980.

BERNADET, J. **Cinema brasileiro**: propostas para uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BERNADET, J. *Qual é a história?* In: **Anos 70 – Cinema**. BERNADET, J.; AVELLAR, J.; MONTEIRO, R. (orgs). Rio de Janeiro: Europa, 1980.

BUTLER, J. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”* – Introdução. In: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CAMARERO, E. *From the banal to the indispensable: Pornochanchada and Cinema Novo during the brazilian dictatorship (1964-1985)*. Valencia: L’Atalante – Revista de estudios cinematográficos, nº 23,

jan-jun, 2017.

CRUZ, L. **(Nem) tudo puta e viado**: uma análise dos estereótipos presentes no cinema erótico brasileiro (1969-1982). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes. Campinas: Livia Maria Pinto da Rocha Amaral, 2016.

D'ANTONIO, D. Paradojas del género y la sexualidad en la filmografía durante la última dictadura militar argentina. Florianópolis: Estudos Feministas, nº 23, set/dez, 2015.

FERRO, M. **Cinema e História**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GERACE, R. **Cinema explícito** – representações cinematográficas do sexo. São Paulo: Perspectiva: Edições Sesc São Paulo, 2015.

HUNT, L. **A Invenção da Pornografia**: Obscenidade e as origens da Modernidade. São Paulo: Hedra, 1999.

LAURENTIS, T. **Alice Doesn't**: Feminism, Semiotic, Cinema. Londres: The Mainillan Press, 1978.

MAZIERO, E. **Mundo às avessas**: mulheres carnavalescas na ótica dos filmes de chanchada e da imprensa na década de 1950. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, 2011, 154f.

MORAES, E. R.; LAPEIZ, S.M. **O que é pornografia**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

OLIVERI, R. *História do cinema argentino*. In: **Diccionario del Cine Iberoamericano**. CASARES, E. (org). Madrid: SGAE, Fundación Autor, 2011.

ROSAR, L; KLANOVICZ F; CORRÊA WB. *Gênero, Censura e Pornochanchada no cinema brasileiro*. In: **Pornochanchando**: em nome da moral, do deboche e do prazer. BERTOLLI FILHO, Claudio; AMARAL, Muriel Emídio Pessoa do (orgs). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

ROSSINI, R. *Pornochanchada: um sintoma brasileiro*. In: **Pornochanchando**: em nome da moral, do deboche e do prazer. BERTOLLI FILHO, C.; AMARAL, M. E. P. (orgs). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

SILVEIRA R.G; CARVALHO, F.O. *Embrafilme X Boca do Lixo*: as relações entre financiamento e liberdade no cinema brasileiro nos anos 70 e 80. São Paulo: Aurora: revista de arte, mídia e política, v. 8, n. 24, p. 73-93, out.2015/jan.2016.

STAM, R. **Introdução à teoria do cinema**. Campinas: Papirus, 2003.

VEIGA, A. *“Cinema de mulheres” e ditadura: o contexto brasileiro*. Piauí: Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM) - v.3, n.2, jul./2014 - dez./2014.

WILLIAMS, L. *Screaming sex: revelando e dissimulando o sexo*. Campinas: Unicamp, Cadernos Pagu, vol.38, n.1, 2012, p. 13-51.



## MOVIMENTO “TERRAS DE NINGUÉM”: CONFLITOS E A LUTA PELA POSSE DE TERRA URBANA - CASA AMARELA, RECIFE – PE

*Data de aceite: 28/01/2020*

*Data de submissão: 02/11/2019*

**Sebastião Alves da Rocha**

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Recife – Pernambuco

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5822824940537346>

**RESUMO:** O presente estudo objetiva apresentar a trajetória em torno dos conflitos e da luta travada pelo movimento social “Terras de Ninguém” (MTN) em Casa amarela, Recife. Para desenvolver essa abordagem, foi realizada uma revisão bibliográfica a partir de trabalhos acadêmicos que versam sobre o movimento “Terras de Ninguém” e de luta por moradia em Recife, disponíveis na internet. Realizamos também a análise de jornais e folhetos produzidos pelo MTN, disponibilizados na plataforma digital do Centro de documentação e Pesquisa Vergueiro. Tomamos como referência para refletir sobre as identidades, as agendas de luta e as práticas dos movimentos sociais os estudos de Maria da Glória Gohn. A principal alegação dos líderes do movimento consistia em questionar a titularidade das terras. O conflito se acirrou em meados dos anos 1970, quando houve aumento da cobrança aluguel pelo uso do chão, ameaça de expulsão e intimidação por

parte da administradora das terras, a Empresa Imobiliária de Pernambuco. O movimento fortaleceu sua atuação e conseguiu em 1980, que o então governador de Pernambuco Marco Maciel assinasse o decreto da desapropriação das “Terras de Ninguém”, cedendo o título de posse das terras para os moradores. Portanto, a partir da análise cabe destacar que em Casa Amarela ocorreu um processo de favelização consentida, uma vez que inicialmente a ocupação das áreas se deu a partir da iniciativa dos proprietários ao alugar as terras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimento Social; Movimento Terras de Ninguém; Ocupação/Moradia em Pernambuco.

“LAND OF NOBODY” MOVEMENT:  
CONFLICTS AND THE FIGHT FOR URBAN  
LAND OWNERSHIP - CASA AMARELA,  
RECIFE – PE

**ABSTRACT:** This study aims to present the trajectory around conflicts and the struggle waged by the social movement “Terras de Ninguém” (MTN) in Casa Amarela, Recife. To develop this approach, a bibliographic review was carried out based on academic works on the “No Man’s Lands” movement and the fight for housing in Recife, available on the Internet. We also analyzed the newspapers and leaflets

produced by MTN, available on the digital platform of the Vergueiro Documentation and Research Center. To reflect on the identities, agendas of struggle and practices of social movements, we took as a reference the studies of Maria da Glória Gohn. The main claim of the leaders of the movement was to question the ownership of land. The conflict broke out in the mid-1970s, when there was an increase in rent charges for land use, the threat of expulsion and intimidation by the land administrator, the Empresa Imobiliária de Pernambuco. The movement strengthened its actions and in 1980 managed to get the then governor of Pernambuco, Marco Maciel, to sign the decree of expropriation of the “Terras de Ninguém” (No Man’s Lands), handing over the title to the land to the residents. Therefore, from the analysis it is worth noting that in Casa Amarela there was a process of favelization, since initially the occupation of the areas occurred from the initiative of the landowners when renting the land.

**KEYWORDS:** Social Movement; No-Lands Movement; Occupation / Housing in Pernambuco.

## 1 | INTRODUÇÃO

O Recife reuniu inúmeros movimentos sociais no pós-ditadura civil-militar, alguns deles representados por associações ou conselhos de moradores que lutavam pelo direito de moradia e infraestrutura urbana para a população das regiões periféricas da cidade. Partindo do exposto, o presente estudo tem como objetivo apresentar a trajetória em torno dos conflitos e das lutas travadas pelo movimento “Terras de Ninguém” em Casa amarela, Recife, Pernambuco entre os anos 1969-1987.

Para desenvolver essa questão, foi realizada uma revisão bibliográfica a partir de trabalhos acadêmicos que versam sobre o movimento “Terras de Ninguém”, a luta por moradia e os movimentos de bairros em Recife, disponíveis na internet. Tomamos como referência para refletir sobre as identidades, as agendas de luta e as práticas dos movimentos sociais os estudos de GOHN (2014; 1991). Realizamos também consulta em jornais e folhetos produzidos pelo movimento “Terras de Ninguém”, disponibilizados na plataforma digital do Centro de documentação e Pesquisa Vergueiro - (CPV).

Os movimentos sociais tiveram um papel importante em expor as demandas dos indivíduos frente a uma sociedade marcada por desigualdades em todos os níveis. No Brasil ao longo do século XX, as várias mobilizações sociais lutaram por melhores condições de vida, em especial por equipamentos sociais básicos e bens coletivos e pela moradia.

Para análise de um movimento social, faz-se necessário entender/conhecer a sua definição. Vale ressaltar que não existe consenso quanto a essa questão entre os estudiosos do tema. Movimento social é um conjunto de ações coletivas organizadas com objetivos de reclamar demandas não atendidas para população. Neste sentido,

compartilhamos da definição da especialista em movimentos sociais Maria da Glória Gohn, que considera o movimento social “como ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil” (2014, p.251). Assim como concordamos com Alain Touraine ao dizer que os movimentos sociais “falam de si próprio como agentes de liberdade, de justiça social ou de independência nacional, ou ainda um apelo à modernidade ou à liberação de forças novas num mundo de contradições, preconceitos, privilégios” (Apud. GOHN, 2014 p.145-146).

Por sua vez, os movimentos sociais urbanos, são manifestações das classes populares, partem dos bairros, do local de moradia e são heterógenos quanto a composição social. A partir dessas colocações podemos definir o movimento “Terras de Ninguém” como um movimento social popular urbano pela posse de terra (GOHN, 1991).

A fundação do movimento “Terras de Ninguém”, segundo os trabalhos consultados, foi em 1975 (SOUSA, 2005; CAVALCANTI, 2017). Essa marcação também está presente na concepção dos participantes do movimento, verifica-se isso a partir da produção, pelo movimento, de cartilhas comemorativas de aniversário, considerando o ano 1975 como o de fundação. O ano de 1975 se refere ao momento em que o movimento é batizado com o nome “Terras de Ninguém”. A partir da leitura do texto “batalhas em casa Amarela” do professor Antônio Montenegro, presente no livro “História Oral e Memória: A cultura popular revisitada” constata-se que o movimento começa a se organizar antes do ano 1975, especificamente, em fins da década de 1960.

Deste modo, compreendemos que a luta do movimento começa no ano 1969, quando se iniciam as primeiras mobilizações em torno da luta pela posse das terras em Casa Amarela. Por mais que nesse período, o movimento ainda não fosse chamado pelo nome de “terras de ninguém”, as ações empreendidas nesse período foram essenciais para o fortalecimento da luta dos moradores. Para fim analítico deste estudo, dividimos o movimento “Terras de Ninguém” em três fases: A primeira da formação de bases (1969-1974), segunda do enfrentamento (1975-1980) e a terceira do processo de desapropriação e da regularização fundiária das terras (1981-1987).

Este artigo está dividido em duas partes, a primeira que tem como título “O Recife e a questão da Moradia”, tem como objetivo descrever em linhas gerais os fatores que antecederam a luta do movimento “Terras de Ninguém” e o segundo O movimento social urbano “Terras de Ninguém”, conta a história do movimento de acordo com as três fases na qual dividimos o movimento.

## 2 | O RECIFE E A QUESTÃO DA MORADIA

Desde o final do século XIX a cidade do Recife, enfrenta problemas relacionados à moradia. Essas questões foram intensificadas a partir da primeira metade do século XX, fato que leva ao surgimento de vários conflitos. A problemática da moradia e da posse de terras faz com que sejam organizadas inúmeras frentes de lutas com objetivo de requerer esses direitos.

Essas reivindicações se organizam a partir dos bairros através dos conselhos e associações de moradores. O problema da moradia no Recife reside dentre outros fatores, no fato da cidade possuir pouco espaço em boas condições para habitação, tornando os disponíveis suscetíveis à valorização e especulação imobiliária, dificultando o acesso às populações pobres.

Outro elemento que aumenta a demanda por moradia é o crescimento da população no Recife, experimentado pela cidade desde o fim do século XIX. Dentre os fatores que justificam esse fenômeno destacam-se as migrações por questões diversas, dentre as quais podem ser citados: procura por emprego, a Seca, perda de terras e para fugir de regime de trabalhos, durante a expansão das usinas na zona-da-mata (FRANCISCO, 2013, p.30).

As pessoas advindas das lavas das migrações se juntaram à poluição pobre já existente na cidade, ocupando, expandindo e criando novos mocambos. Os recenseamentos dos mocambos do Recife, realizado na primeira metade do século XX, mostraram o crescimento deste tipo de espaço, evidenciando que a maioria da população pobre vivia nessas áreas. Por exemplo, no Recenseamento dos Mocambos do Recife de 1939, constatou-se que quase 50% da população do Recife residiam nesse espaço, e que as construções eram na sua maioria com paredes de taipa e cobertura de palha. A partir desses levantamentos os problemas urbanos começaram a preocupar o Estado e a sociedade (SOUSA, 2005).

De acordo com Albuquerque (2006, p. 4), a problemática urbana devido à proliferação de doenças e ao aspecto estético da cidade, cria-se um plano de ordenamento da cidade, baseado em princípios higienistas, já que as favelas eram consideradas um perigo para a elite, dessa forma, as populações que habitavam os Mocambos foram expulsas, a remoção das pessoas destes espaços, tinha o objetivo de melhorar os aspectos estéticos da cidade, valorizar as terras e atender aos interesses do capital imobiliário.

A população expulsa das áreas nobres da cidade se deslocou para as áreas de morros e alagados. Conforme Souza (1984), o processo de ocupação foi adquirindo várias formas:

Aqueles que encontravam empregos nos “viveiros” construíam sua moradia nos mangues — as palafitas, mediante o “aluguel do chão” ao proprietário; morros

próximos às vias de penetração da cidade, como os de Casa Amarela, tiveram seus sítios pouco a pouco micro-parcelados e alugados a terceiros que, mediante o “aluguel do chão”, poderia construir e ter a “posse” do imóvel; e as “Terras de Marinha” passaram a ser refúgio daqueles que não tinham acesso à terra urbana. (apud. SOUSA, 2005).

De acordo com o autor, as pessoas que se deslocaram para a região de morros de Casa Amarela, se instalaram mediante o pagamento do foro (aluguel do chão), logo esse processo na sua grande parte ocorreu de forma consentida. “O modo de ocupação predominante da população mais pobre era aterrar o mangue e ocupar os morros. Os proprietários permitiam e os pobres aterravam, limpavam e zelavam os terrenos vazios em troca do direito de morar temporariamente nessas terras” (SOUSA, 2005, p.66). A população reagiu à expulsão imposta pelo Estado e também aos problemas enfrentados por falta/ausência de moradia para o povo. Como resultado da insatisfação popular começa a se organizar no Recife a partir de 1931, os movimentos de bairros com luta pela posse de terra e por equipamentos coletivos e melhoria da qualidade de vida das comunidades carentes, pressionando o poder público através de abaixo-assinados, reuniões com secretários, prefeitos e atos públicos (ALBUQUERQUE, 2006, p. 5).

A atuação dos movimentos de bairros ganhou força, através da pressão popular. O Estado para tentar conter a insatisfação popular, resolveu estimular a criação de associações e conselhos de moradores de bairro, concedendo uma espécie de “apoio”. Dentre os governantes que realizaram diálogo com movimentos sociais, podemos destacar Pelópidas Silveira e Miguel Arraes.

Durante o Regime militar os movimentos sociais passam por um processo de intensa perseguição. Apesar da repressão, continuaram se rearticulando e o Estado não pode controlar sua atuação, nesse mesmo cenário surgem grupos organizados reivindicando o fim do regime militar. Neste campo de forças, um dos movimentos considerados mais expressivos na luta pela posse de terras em Recife, foi o movimento “Terras de Ninguém” em Casa amarela, com atuação na segunda metade do século XX.

A área que corresponde à Casa Amarela pertenceu ao Engenho São Pantaleão do Monteiro, um dos primeiros construídos na “Capitania de Pernambuco” na época da Nova Luzitânia (GALVÃO, 1908 Apud SOUSA, 2005, p.69). No processo de crescimento da cidade, marcado pelo aumento populacional e pela erradicação dos Mocambos, teve início à ocupação dos arredores dos centros urbanizados. A região de Casa Amarela tornou-se um atrativo para a população de baixo poder aquisitivo, uma vez que o alto custo de implantação de infraestrutura urbana e a dificuldade de ocupar o solo não ofereciam vantagens ao capital imobiliário (SOUSA, 2005, p.71).

Casa Amarela tem sua ocupação acelerada a partir de 1940, pelos fatores antes

elencados, sendo o processo intensificado nas décadas seguintes pela população “subindo os morros da Conceição, Alto José do Pinho, Alto José Bonifácio, Alto do Mandú, Alto da Esperança e Alto da Favela, e descendo pelos córregos do Euclides, Zeca Tatu, Saudade e Zé Grande” (SOUSA, 2005, p. 72).

### **3 | O MOVIMENTO SOCIAL URBANO “TERRAS DE NINGUÉM”**

Os movimentos de bairros de forma geral se organizam em torno das reivindicações por equipamentos coletivos, bens e serviços públicos, pelo acesso, posse e regularização de terras. Como movimento urbano o “Terras de Ninguém” atuava em torno dessas questões, mais especificamente a luta pela posse de terras e concomitantemente a regularização das mesmas.

Na primeira parte do texto, foram apontados alguns dos fatores que contribuíram para o surgimento do conflito em torno do problema da moradia em Casa Amarela, dentre os quais convém destacar a concentração de riquezas, o crescimento demográfico e o desemprego. Outro fator relevante foi à questão da cobrança de aluguel pelo uso das terras. As pessoas que foram expulsas dos Mocambos, na sua maioria não foram realocadas em outros espaços pelo Estado, sendo obrigadas a pagar aluguel em áreas insalubres, não adequadas à construção de moradias. Estes locais se tornaram, por vezes, a única opção para estas pessoas, uma vez que os valores cobrados eram baixos se comparados com outras áreas.

As terras de Casa Amarela, como já apontado, pertenciam ao engenho São Pantaleão do Monteiro. Um dos primeiros fatores que contribuiu para o questionamento da titularidade das terras foram o fato de existirem vários proprietários, e os locatários não saberem a quem prestar contas. Assim como, do outro lado os ditos proprietários não sabiam o limite de cada terreno. Assim foi criada em 1942 a Empresa Imobiliária de Pernambuco Ltda., para administrar as terras da propriedade Marinho, tendo como diretor, Roberto Sarmiento da Rosa Borges (MONTENEGRO, 2007). De acordo com SOUZA et al (1984), ao tomar posse da administração das terras a referida imobiliária, iniciou o controle das áreas, bem como incentivou novas ocupações, legalizou a compra do terreno e reprimiu as “invasões”, quando detectadas (apud. SOUSA, 2005).

A primeira fase (1969-1974) do movimento “Terras de Ninguém”, inicia com a formação de bases. Dois aspectos foram importantes nesta fase para fortalecimento da luta: a articulação com a Igreja e a relação de algumas lideranças com partidos políticos, a exemplo o Partido Comunista.

De acordo com GOHN (1991, p.40), todos os movimentos urbanos têm suas articulações partidárias, e embora os movimentos não possuam vínculos formais

explícitos com partidos, na prática, os vínculos se estabelecem via liderança, o que pode ser visto no movimento “Terras de Ninguém”, onde parte da liderança possui filiação com o Partido Comunista. Dentre as lideranças do movimento destacam-se: Arnaldo Rodrigues, conhecido como Arnaldo das pedrinhas; José Severino de Aguiar, líder sindical, católico praticante e comunista; Manoel Marques de Melo, sapateiro também ligado ao partido comunista (MONTENEGRO, 2007).

A primeira fase do movimento foi marcada pela existência de mobilização dos moradores. As ações tinham o objetivo de construir uma identidade de pertencimento às terras, para isso era necessário que os moradores se conscientizassem de que às terras não pertenciam à Empresa Imobiliária Pernambucana e, mas do que isso os moradores precisavam resistir e não pagar os aluguéis pelo uso do chão. Para implantar essas ações os líderes fizeram campanhas em formato religioso, isto porque nas reuniões nas casas dos moradores eles rezavam o terço e depois trabalhavam a conscientização da população.

A formação de bases esteve ligada com a religiosidade católica e pode ser dividida em dois momentos, a primeira campanha da reza do terço (1969-1972) e a evangelização (1972-1975). Como pode ser observado no depoimento de Jose de Aguiar.

Em 1969, o companheiro Arnaldo e mais três companheiro, nós tava rezando e nós tava conversando com os moradores para não pagar para Rosa Borges e para que a gente se juntar para derrubá-lo... que ele não é dono da propriedade e de 69,70,71 em 72 nós tava em campanha de terço se mobilizando nas casas dos companheiros. Nesse mesmo ano de 72, já com frente de importância religiosa no meio da gente, que D. Helder fundou aquele movimento de evangelização. Nos deixamos a campanha do terço e partimo com a evangelização, porque já era um espaço aberto. A gente se reunia em todo canto. Dentro da Igreja e daí por diante começamos uma campanha mais livre... de mais comunicação em diante ao povo para que ninguém pagasse mais por essa propriedade. Na evangelização, nos fomos 72, 73, 74 em 75 agente já estava bem mobilizado junto aos padres, as freiras e com aquela coligação com D. Helder (MONTENEGRO, 2007, p.60-61)

Na formação de base, apesar de não existir o apoio formal da Igreja, o elemento religioso é usado para burlar a vigilância que em plena ditadura civil-militar se tinha sobre os movimentos. Ademais a articulação com a Igreja progressista foi importante para o fortalecimento do movimento, pois com a proteção desta, o movimento amplia sua atuação e fortalece o processo de construção de consciência do direito à moradia, assim como contesta os que se diziam proprietários das terras.

A Igreja apoia os movimentos sociais de bairros no Recife, sobretudo com a criação das Comunidades Eclesiais de Base, a partir de 1968. Com o apoio do Arcebispo de Recife e Olinda D. Helder Câmara que assumiu arquidiocese em 1964, a Igreja ao mesmo tempo em que atua junta aos pobres nas reivindicações de direitos sociais, fortalece os movimentos sociais de bairro. Na região de Casa Amarela, pode

ser destacada a atuação do Padre Reginaldo Veloso, considerado um dos líderes do movimento “Terras de Ninguém”, com a criação da CEBs na comunidade da Macaxeira. Reginaldo Veloso em entrevista para a historiadora Geane Cavalcanti, fala sobre atuação da Igreja frente aos movimentos sociais:

Eu sei que... de chegada, um tempo, eu diria assim, de recessão da organização popular e nós da igreja através do trabalho das Comunidades Eclesiais de Base das paróquias de Olinda e Recife, nós realmente durante o tempo da ditadura fomos um movimento de igreja que se identificou com os movimentos sociais, com o que restou dos movimentos sociais, das pessoas que não mais participavam abertamente de uma organização por medo da repressão, mas que procuravam nos espaços da igreja se abrigarem, vamos dizer assim. Esse movimento de igreja sustentou o mínimo de organização popular que havia naqueles anos de chumbo (CAVALCANTI, 2017, p.89).

Segundo Gohn (1991, p.37) a articulação da Igreja com os movimentos populares, “imprimiu-se em questões sob a ótica dos direitos dos cidadãos. A nova missão do cristão é o trabalho coletivo, é o trabalho junto aos oprimidos, nesta vida e não na outra”. Desta forma através da teologia da libertação, a Igreja reforça a sua escolha pelo povo, e no Recife o trabalho das CEBs e pastorais constitui um elemento propulsor para os movimentos sociais populares. Portanto, a Igreja progressista, foi uma frente muito importante na trajetória do movimento “Terras de ninguém”.

A partir da articulação com a Igreja, o movimento inicia a segunda fase (1975-1980), que denominamos de Enfrentamento, nessa fase além ser batizado com o nome “terras de ninguém”, o movimento começa a denunciar o conflito na mídia e também a reivindicar a desapropriação das terras.

Os moradores se apropriaram do termo “Terras de Ninguém”, título de artigo da revista Veja, em 01 de junho de 1976, que apresentava a luta dos moradores de Casa Amarela para permanecer na localidade (MONTENEGRO, 2007, p. 54). A principal estratégia dos militantes do movimento consistia em questionar a titularidade das terras. Para tanto, a formação de bases, através das conversas com os moradores, foi essencial no processo de conscientização de que as terras de Casa Amarelas não possuíam proprietários. A Empresa Imobiliária Pernambucana apresentava uma documentação, contraditória para os militantes do movimento, que fortaleciam outra versão, contada por antigos moradores e contada por Manoel Marques em entrevista:

(...) este terreno foi de uma irmandade de São Cosme e São Pantaleão, naqueles tempos antigos, e um dos velhos marinhos, pai desses outros que morreu há uns anos, com 100 anos, o pai dele era zelador da igreja e era quem mandava o povo fazer casa. E quem manobrava eram as freiras, essas freiras, umas morreram, outras voltaram para Portugal e eles ficaram esperando que viessem outras, não vieram, eles ficaram resolvendo, aí foi nascendo outros, foram desenvolvendo, estudando, acharam que eram as terras dos marinhos, ficou tudo conhecido, Casa Amarela, como as terras dos Marinhos (MONTENEGRO, 2007, p.66).



Para além das disputas discursivas e da polaridade existente entre os dois lados, o que não nos cabe um juízo de valor, o fato é que a partir da metade da década de 1970, o movimento consegue um elevado nível de organização e passar a pressionar o Estado.

O trecho abaixo faz parte de um folheto de cordel de 1978 distribuído aos moradores das “Terras ninguém”, que conta a história do conflito pela posse da terra em Casa Amarela. O referido cordel reforça a narrativa dos moradores de que os proprietários representados pela Empresa Imobiliária Pernambucana não eram os donos das Terras.

O santo Pantaleão / No céu estava na glória...  
Será que necessitava / *Óu aceitava essa história*  
De dominar terra e gente / Como patrão prepotente  
E exigir promissória?

Toda a fartura de terra / Um nome novo ganhou:  
“PROPRIEDADE MARINHO”, / O velho assim batizou  
Para que seus descendentes / Falassem mostrando os dentes:  
— Que “coroné” de valor!

Fundada a IMOBILIÁRIA / Logo se fez divisão  
Leitor, esteja avisado / Pra não fazer confusão  
Pois os Borges e Marinho / Fizeram seu cercadinho  
Com muita organização / Mas todo mundo já sabe  
Que a EMPRESA não tem / A escritura das terras  
E muita gente já vem / Dizendo: — Não vou pagar.  
Vão pro inferno morar! / Tou nas “Terras de Ninguém”

Mais de dois mil assinantes / Fincaram pé no batente...  
E escreveram uma carta / Para o senhor Presidente...  
Todo o país vai saber / Rádio, jornal, vão dizer  
O sofrer daquela gente

— Agora daqui pra frente / “Foro” ninguém vai pagar.  
Diz um velho morador, / E todos vão protestar  
Contra qualquer cobrador, / A polícia, ou o doutor...  
Quero ver quem vai ganhar / De nariz arrebitado  
Vamos repetir a história / A das “Terras de Ninguém”

E guardar bem na memória: / Temos mais do que razão  
E a desapropriação / Será a grande vitória  
(Jornal dos Bairros, p.3, ano 1, nº 1 jul/1978)

Como apontado, uma das estratégias dos líderes do movimento, era o trabalho de conscientização dos moradores, ou seja, era preciso conhecer a história e naturalizar que Rosa Borges, diretor da empresa imobiliária, não era dono das terras.

Observa-se ainda que o cordel ao resumir a história do movimento evidencia os principais momentos do conflito: contestação da titularidade das terras; pressão ao Estado; denúncia na mídia; repressão policial e reivindicação da desapropriação. A distribuição de folhetos com versos como estes, tinha a intenção de informar/formar os moradores e assim fortalecer a resistência contra o pagamento do aluguel e às ameaças de expulsão.

A ocupação quase formalizada e a resistência dos moradores contra a exploração do indivíduo que se apresentava como proprietário, caracterizaram um avanço qualitativo na forma de organização dos moradores das “Terras de Ninguém”. Outro fator que aumenta o descontentamento dos arrendatários é o aumento do preço dos aluguéis, o que fez os pagamentos fosse cessado (SOUSA, 2005 p.95; 98).

A reivindicação central do movimento “Terras de Ninguém” era o direito à posse das terras que ocupavam. De acordo com Isauro Sousa (2005, p.96) a insatisfação não ocorria somente do lado dos moradores, pois para os proprietários o “aluguel do chão”, já não se constituía como melhor opção de rendimentos, ao passo que a disputa se dava entre moradores versus proprietário. Interessante observar que a relação de conflitos entre os dois agentes, como algo característico, denota algo peculiar, porque nesse caso a rivalidade, não é com o Estado, este foi acionado como intermediador do conflito (GONH, 2014).

Na terceira fase do movimento (1981-1987), o Estado intervém no conflito visando a desapropriação das terras, momento em que o movimento amplia suas demandas, além da posse de terras solicitavam também melhorias da área.

O Movimento “Terras de Ninguém”, com a força de cerca de 53 comunidades e diversas representações e Pró-Federação de Casa Amarela, o Conselho de Moradores de Casa Amarela - FEACA, os centros Comunitários – reivindicaram obras de urbanização, tais como calçamento, iluminação pública, aterros de alagados nos córregos; e instalação de escolas, postos de abastecimento de gêneros alimentícios, entre outras. A questão da precariedade dos transportes coletivos aparecia entre as reivindicações mais comuns das diversas associações (SOUSA, 2005, p.99).

Apesar de colocar outras pautas, o direito à posse de terras, continuava como principal reivindicação do movimento. A longa luta do movimento se consolidou e foi vitoriosa em dezembro de 1980, quando foi assinado o documento de desapropriação do terreno em favor dos moradores de Casa Amarela (MONTENEGRO, 2007). O jornal Força Popular, boletim da Pro-Federação de Casa Amarela, traz na capa a notícia da vitória do movimento “Terras de ninguém”, em direção à desapropriação.

Depois de duas horas e meia de audiência, sai Arnaldo e Odete, acompanha dos pelos advogados dizendo: VENCEMOS: das mãos calejadas e cheias de justiça sai uma salva de palmas e dos lábios corajosos ecoa um grito de viva para mais

um das Terras de Ninguém, que tem coragem de ir até o fim pela causa, de todos (JORNAL FORÇA POPULAR. Maio/junho de 1980.).

A partir dos 1980, inicia-se o processo de desapropriação das terras de Casas Amarela, logo, a principal reivindicação do movimento começou a ser atendida, a posse das terras. Através da narrativa do Jornal Força Popular, quando utiliza o termo “mãos calejadas”, podemos interpretar uma dupla significação da expressão. A primeira acepção faz referência a pobreza das populações envolvidas com o conflito, pois, o *calo* remete ao trabalho pesado. O segundo significado se constitui enquanto representação, ao se associar as “mãos calejadas” com a luta empreendida pelos moradores das “Terras de Ninguém” pela posse das terras.

O movimento “Terras de Ninguém” ao longo da sua trajetória constrói uma rede de articulação, que demonstra um considerável nível de organização. A rede incluiu o apoio da Igreja, de ONGs, políticos, advogados entre outros e fez da regularização fundiária das “Terras de Ninguém” a maior da história do Recife.

A desapropriação envolveu 53 comunidades, e desapropriou cerca de 20.000 lotes, pertencentes à Empresa Imobiliária de Pernambuco Ltda., tendo contemplando mais de 15.000 famílias, numa área com cerca de 350 hectares, cuja desapropriação foi feita pelo Governador do Estado de Pernambuco Dr. Marco Antônio de Oliveira Maciel, através do decreto nº 7.008 de 29/12/1980 (SOUSA, 2205 p.114).

O processo de desapropriação envolveu uma área muito grande e o custo decorrente do processo foi assumido pelo governo de Pernambuco, cabe destacar que foi pago de indenização preço de Cr\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros). Com o Decreto de Desapropriação das “Terras de Ninguém”, o movimento pela posse da terra continuou com o líder comunitário João do Cigarro à frente do movimento. Após a desapropriação das “Terras de Ninguém”, os lotes foram cedidos aos moradores, através de Escritura Particular de Compra e Venda, com força de Escritura Pública, pela COHAB-PE (SOUSA, 2005, p. 116).

Nesta terceira fase cabe destacar atuação de vários órgãos no processo de desapropriação e legalização das terras, como Companhia de Habitação Popular do Estado de Pernambuco (COHAB-PE), a criação de programas habitação como Programa de Erradicação de Sub-Habitação (PROMORAR) e o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS).

Os títulos de propriedade das terras, por envolver um longo processo burocrático, somente foram entregue aos moradores no Governo de Miguel Arraes de Alencar, em 1987. Ainda segundo Isauro Sousa (2005, p.120), o processo de regularização fundiária, iniciado nas “Terras de Ninguém”, tornou-se referência para as demais áreas pobres que lutavam pelo direito à posse da terra na cidade do Recife.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, existe um problema histórico que é a concentração de terras, esse fato tem contribuído para aumento das desigualdades sociais e principalmente dificultado o acesso das camadas pobres ao direito de morar. No Recife, assim como em outras cidades brasileiras, o problema de acesso à moradia levou as populações de baixo valor aquisitivo a ocupar lugares insalubres, deficiente de infraestrutura e serviços urbanos. O processo de modernização das cidades provocou a expulsão dos moradores das áreas centrais para a periferia, surgindo variados tipos de favelas.

As comunidades marginalizadas socialmente começaram a se organizar em fins da década de 1960, em movimentos populares urbanos, de bairros, com apoio de conselhos e associações estratégias de enfrentamento e de pressão do Estado para atender suas demandas frente aos problemas sociais. Um desses movimentos teve uma atuação expressiva na região de Casa Amarela em Recife, o movimento “Terras de Ninguém”.

O movimento “Terras de Ninguém”, a partir de uma ampla rede de articulação que envolveu o apoio dos moradores, da Igreja, de partidos políticos conseguiu que fosse atendida a sua principal reivindicação- a desapropriação das terras de Casa Amarela em favor dos moradores. A vitória do movimento foi resultado de um lado do elevado nível de organização do movimento, que conseguiu levar a público o conflito que envolveu moradores e os supostos proprietários e por outro lado à conjuntura social favorável aos mais diversos tipos de movimentos sociais- a redemocratização do Brasil. Apesar das mobilizações terem iniciado em plena Ditadura militar, o movimento alcançou seu desenvolvimento e sua vitória nesse período.

A dimensão alcançada pelo movimento “Terras de Ninguém” foi expressiva, que provocou um feito não visto antes na história de Recife, a desapropriação de terras de uma área com cerca de 350 hectares de uma só vez. O movimento “Terras de Ninguém” empreendeu uma longa luta pela posse de terras em Casa Amarela e a sua vitória demonstra o potencial dos movimentos de bairros enquanto agente reivindicador de direitos sociais.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Juliene. **A luta dos movimentos sociais urbanos no Recife**: criação e manutenção do PREZEIS. In: II Simpósio Lutas Sociais na América Latina, Anais[...]Londrina: UEL, 2006. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/julienpdfetenoriodealbuquerque>> Acesso em: 8 jul. 2019.

CAVALCANTI, Geane Bezerra. **Lutas e Resistência dos Moradores da Periferia da Cidade do Recife (1955-1988)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/15000>> Acesso em: 09 jul. 2019.

FRANCISCO, Thiago Pereira. **Habitação popular, Reforma urbana e Periferização no Recife, 1920 – 1945**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <<http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/6765>.> Acesso em: 14 jul. 2019.

GOHN, Maria da Gloria. **Movimentos Sociais e Luta pela Moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

\_\_\_\_\_ **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e memória: A cultura popular revisitada**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

SOUSA, Isaura. **Regularização Fundiária Das “Terras de Ninguém” A Semi-Formalização em Novas Bases**. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp027824.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2019.

## A MEMÓRIA SOCIAL DOS MORADORES DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA-RJ E SUAS ÁGUAS MEDICINAIS

*Data de aceite: 28/01/2020*

### Mariana Arruda Muniz

IFF – Instituto Federal Fluminense Campus Santo Antônio de Pádua/RJ. Advogada, especialista em Cultura, Patrimônio e Educação: Diálogos no Território.

**RESUMO:** O intuito deste artigo é demonstrar a contribuição do método da história oral, através da memória social de alguns moradores paduanos, sobre as águas que são consideradas medicinais na cidade de Santo Antônio de Pádua-RJ. A primeira parte da pesquisa trata da técnica da história oral como fonte de registro e de elemento da memória, sendo a memória individual e coletiva uma constituinte do desenvolvimento e da construção de uma pessoa ou de um grupo no processo da formação de suas identidades/subjetividades, descrevendo sobre o patrimônio imaterial e sua relação com a memória e a história e, posteriormente, o fundamento legislativo para o seu registro. Na segunda parte, são descritas quais são essas águas, sua descoberta, sua localização e a sua importância regional, nacional e mundial, depois da sua propagação como águas consideradas medicamentosas até a real situação destas. Na terceira parte, foram realizadas entrevistas com moradores locais resultando em suas memórias do passado e presente que não se distanciam,

mas se complementam, afinal a imbricação entre elas constitui o pano de fundo do registro desse patrimônio cultural imaterial.

### 1 | INTRODUÇÃO

Nesse artigo, será tratada a memória social dos moradores de Santo Antônio de Pádua sobre as suas águas medicinais pertencentes ao local, juntamente com registros de livros de autores paduanos, periódicos e documentos encontrados na Biblioteca Nacional Digital.

O município de Santo Antônio de Pádua-RJ está localizado, no Noroeste Fluminense, a aproximadamente a 280 km (quilômetros) de distância da capital, Rio de Janeiro e possui quatro fontes de águas minerais, que no passado eram muito procuradas para terapia de problemas renais, cardiovasculares e tratamento de pele, além de terapia de rejuvenescimento, as quais são denominadas: Água Iodetada, Água Farol, Água Pagé e Água Solú.

Através de registros, como periódicos e livros verificou-se que essas águas foram de suma importância para a divulgação do município, desde a descoberta das fontes até serem reconhecidas internacionalmente por

sua composição rara e de qualidades terapêuticas incontestáveis. Dessa forma, a história das águas medicinais está estreitamente ligada à da cidade de Santo Antônio de Pádua, sendo instância hidromineral por muitos anos.

Assim, por meio da memória social, encontrada na história oral de alguns cidadãos paduanos, pretende-se realizar um registro histórico-social que corrobore com a documentação já existente sobre essas águas medicinais.

## 2 | A HISTÓRIA ORAL COMO MÉTODO DE PESQUISA NA PRODUÇÃO DE FONTES HISTÓRICAS

O uso da história oral oportuniza o acesso a “histórias dentro da História” (ALBERTI, 2005:155), visto que as narrativas coletadas serão sempre visões ou versões subjetivas da realidade. Justamente por isso, o uso da história oral proporciona ao pesquisador a viabilidade de ampliar os horizontes de sua pesquisa, ou seja, de interpretar, explicar e compreender de forma mais ampla e aprofundada seu objeto de estudo e sua aplicação. É um importante instrumento nas ciências humanas e sociais.

(POLLAK, 1992: 08), ao tratar sobre essa fonte que o historiador utiliza, menciona que toda a construção feita do passado, incluindo uma concepção mais positivista, é sempre carregada de intermediação de documentos, por isso:

*[...] é óbvio que a coleta de representações por meio da história oral, que é também história de vida, tornou-se claramente um instrumento privilegiado para abrir novos campos de pesquisa. Por exemplo, hoje podemos abordar o problema da memória de modo muito diferente de como se fazia dez anos atrás. Temos novos instrumentos metodológicos, mas sobretudo, temos novos campos.*

Segundo (HALBWACHS, 2013: 30), por mais que se tenha a percepção de ter vivenciado eventos e contemplado objetos que somente você (ou um grupo) viu, ainda assim as lembranças permanecem coletivas e podem ser evocadas por outros. Isso porque, como afirma o autor, jamais estamos sós, mesmo quando os outros não estejam fisicamente presentes, pois os carregamos em pensamento.

Assim, “Para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível” (HALBWACHS, 2013: 31).

É possível considerar que os elementos que constituem uma memória, seja ela individual ou coletiva, são os acontecimentos vividos pessoalmente e vividos “por tabela”, expressão essa dada por (POLLAK, 1992: 02), que se refere a acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade, que a pessoa se sente a pertencer.

Dessa forma, nas entrevistas realizadas com os moradores paduanos, foram buscados em suas memórias remotas e presentes, os acontecimentos relacionados

às águas, que eram e são consideradas medicinais na cidade de Pádua, que são constituídos por pessoas, personagens e locais que fizeram parte diretamente de suas vidas.

## 2.1 O Patrimônio Cultural Imaterial

A palavra “patrimônio” está entre as que se usa com mais constância no dia a dia das pessoas em geral. Costuma-se falar sobre os patrimônios econômicos, os patrimônios imobiliários, utilizando também noções de patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos e, atualmente, no que se chama de patrimônios intangíveis.

Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar “ressonância” junto a seu público. O historiador (GREENBLATT, 1991: 42-56) faz uso dessa noção de ressonância:

*Por ressonância eu quero me referir ao poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante.*

A ambivalência está presente na classe patrimônio, característica definidora da sua própria essência, uma vez que liminarmente situa-se entre o passado e o presente, entre a cultura e os indivíduos, entre a história e a memória. Nesse aspecto, algumas modalidades de patrimônio podem servir como formas de comunicação criativa entre essas dimensões, comunicação realizada existencialmente no corpo e na alma dos seus proprietários.

Os vários significados das representações sobre a categoria “patrimônio” variam possivelmente entre um patrimônio entendido como parte e extensão da experiência, e, portanto, do corpo, e um patrimônio entendido de modo objetificado, como coisa separada do corpo, como objetos a serem identificados, classificados, preservados.

Por um lado, um patrimônio inseparável do corpo e suas técnicas – o corpo, que é, em si, um instrumento e um mediador social e simbólico entre o self e o mundo (MAUSS, 2003: 136-137); e, por outro lado, um patrimônio individualizado e autonomizado, com a função de assumir o papel de “representação” ou de “expressão” emblemática de categorias, que são transformadas em alguma forma de entidade, seja a nação, o grupo étnico, a região, a natureza, entre outras.

Por fim, o artigo procura trazer à tona o papel de representação que as águas medicinais existentes em Pádua possuem na memória dos moradores locais, através de suas experiências (subjetividades), registrando a importância que esse patrimônio imaterial possui não só para o grupo entrevistado, mas para todos os moradores locais da cidade de Pádua.



## 2.2 O Registro do Patrimônio Cultural Imaterial

O fundamento jurídico do registro do patrimônio cultural imaterial, nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, e sua formulação tiveram como base a longa e rica experiência acumulada não apenas pelas instituições como o Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional (IPHAN), que zela pelo patrimônio cultural brasileiro, mas também pelo trabalho de instituições nacionais, estaduais e municipais, públicas e privadas, de indivíduos e grupos que se dedicaram a estudos, pesquisas, coleta, documentação e também apoio às mais variadas manifestações de nossa cultura.

O registro do patrimônio imaterial se distingue do tombamento na medida em que não se propõe a “conservar” os bens registrados ou a assegurar a sua “autenticidade”, nem a atribuir ao poder público a obrigação de fiscalizar e de zelar pela sua integridade física., que recaem sobre o Ministério da Cultura, cabendo a este, além da concessão do título de Patrimônio Cultural do Brasil e inscrição no livro de registro correspondente (art. 5º), “assegurar ao bem registrado” documentação pelos meios adequados e “ampla divulgação e promoção” (art. 6º).

Todavia, as águas medicinais de Santo Antônio de Pádua não possuem qualquer registro a fim de preservar alguma documentação sobre sua importância regional, nacional e internacional. Ademais não há qualquer perspectiva da preservação em âmbito de legislação estadual ou federal. Não são, portanto, protegidas pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional (IPHAN) e nem pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC).

## 3 I AS ÁGUAS MEDICINAIS DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA-RJ

O município já foi considerado oficialmente estância hidromineral pela importância das fontes de águas minerais e medicinais raras encontradas no seu rico subsolo. No informe do Centro de Informações de Dados do Projeto Muda Pádua (SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA-RJ, 1990: 93), são mencionadas as quatro jazidas mais importantes:

### *FONTES DE ÁGUAS MINERAIS*

*IODETADA – Única da América do Sul, recomendada no tratamento cardiovascular.*

*FAROL – Magnesiana: indicada para o aparelho digestivo.*

*SOLÚ E PAGÉ – magnesiana e litinada, respectivamente. Em processo de reorganização.*

Graças ao sucesso das suas águas minerais, os inúmeros hotéis da época, quase todos estabelecidos à margem direita do Rio Pomba, estavam sempre com sua lotação completa. Esta concentração de hotéis tinha uma razão lógica, já que

naquele lado estavam localizadas as procuradas fontes e a estação ferroviária, único meio de transporte existente e que ligava a cidade aos grandes centros.

Cabe destacar aqui o trecho citado pelo historiador paduano (HEITOR DE BUSTAMANTE, 1975: 425), em seu livro “Sertões dos Puris”:

À parte duas jazidas do grafite, já experimentadas sem resultado, não consta nenhum vestígio de outros minerais que possam interessar pelo seu valor comercial. Há, porém, que destacar neste particular as quatro fontes de águas que tanto têm preocupado a atenção dos pesquisadores medicinais. Delas, a principal, em opiniões consagradas, é a iodetada, tida como a única fonte na América do Sul, geralmente recomendada para enfermidades do coração.

*A “Farol “e a “Pajé”, também recomendadas e com grande aceitação. Estas três fontes estão localizadas na cidade. Agora, entrou em cena, a chamada Solu, no distrito de Ibitiguaçu, [...]. Esse nome Solu, vem do primitivo proprietário do sítio onde ela nasce, que se chamava Luís Côrtes, conhecido vulgarmente “Seu Lu”. Dêste apelido gerou-se o nome atual.*

Excetuando a Água Solú, essas fontes estão localizadas no centro da cidade de Pádua, que passou por forte expansão imobiliária, tornando impossível cumprir as exigências do Código Nacional das Águas. Houve outras dificuldades como: falta de incentivos, investimentos, alto custo do engarrafamento à época e grandes exigências legislativas. Esses foram fatores que levaram ao abandono da exploração e comercialização das águas consideradas medicinais.

O município, que já ostentou o status de estância hidromineral, deixou de ser “a cidade das águas” e ganhou o epíteto de “Cidade das Pedras”, por ter passado a explorar em larga escala as rochas ornamentais, fazendo com que a importância desse patrimônio cultural imaterial fosse se perdendo ao longo dos anos.

### **3.1 A Descoberta do Patrimônio Cultural Natural Imaterial**

#### *3.1.1 A Água Iodetada de Pádua*



Fonte da Água lodetada, 1935. Fonte: (PICCININI, 2005: 376)

De acordo com (CORDEIRO, 1986: 18), a água lodetada foi descoberta em 1930, pelo professor José Lavaquial Biosca, que, após o seu pai ter sido desenganado pelos médicos, portador da osteomielite, resolveu trazê-lo para cidade para morrer ao seu lado. Assim, Lavaquial relatou:

*Perto da minha casa tinha sido descoberto um poço de água que era por mim utilizada, após fervida, para limpar duas feridas no corpo do meu pai. Notei que, com seis meses, uma das feridas fechou. Achei que era o efeito do remédio e não me importei, mas continuei a usar a mesma água e, alguns meses depois, meu pai estava bem melhor. Foi então que resolvemos promover uma análise na água e veio a comprovação da presença de iodo.*

O terreno onde se encontra a fonte da água lodetada pertence à família Lavaquial, que, após a descoberta, autorizou a exploração da água pela empresa Atlantida. Sua comercialização iniciou-se no ano de 1930, através da Exploração Industrial das Águas de Santo Antônio de Pádua-RJ.

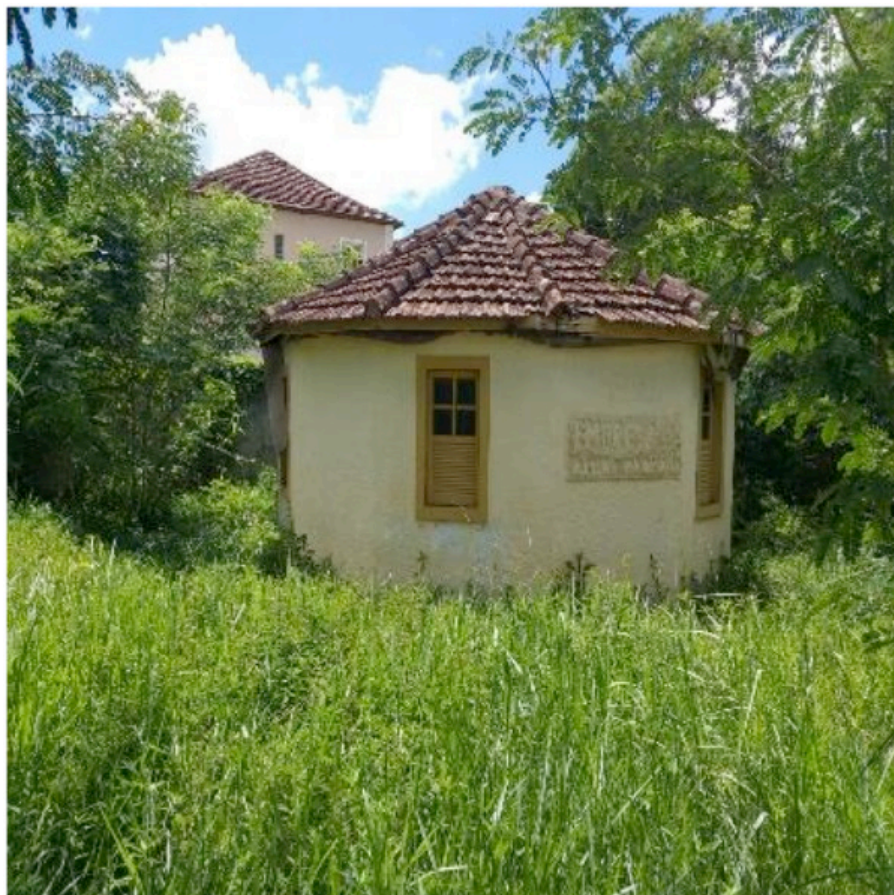
O (JORNAL DOS SPORTS, 1931: 06) anunciou à época a descoberta da água lodetada no Brasil pela Atlantida:

*A descoberta da fonte de água IODETADA ATLANTIDA em Pádua, E. do Rio, representa uma das maiores conquistas da terapeutica brasileira. É sabido que as fontes de água IODETADA, são raras no mundo, sendo conhecidas apenas nove e*

*todas na Europa; na América a não ser no Chile, havia essa grande lacuna; agora felizmente sanada com o aparecimento da fonte ATLANTIDA, com a vantagem, de ser considerada uma das melhores, quiçá a Melhor do mundo.*

Nesse passo, Pádua passou a ser considerada, pelo Decreto lei nº 4458/65, como Cidade Estância Hidromineral, gozando a partir deste momento do privilégio de ter esse diploma legal e, na particularidade, sendo a cidade considerada de área de segurança nacional, o prefeito municipal era nomeado.

Considerada como uma água mineral famosa por possuir propriedades para tratar doenças renais, cardiovasculares, de pele, além de terapia de rejuvenescimento, localizada num bosque frutífero, nas mediações do Parque do Hotel das Águas, localizado na Rua Luís da Silva Magacho, nº 170, em Santo Antônio de Pádua - RJ, sendo a única água iodetada da América do Sul.



Fonte da Água Iodetada, 2019. Fonte: Própria.

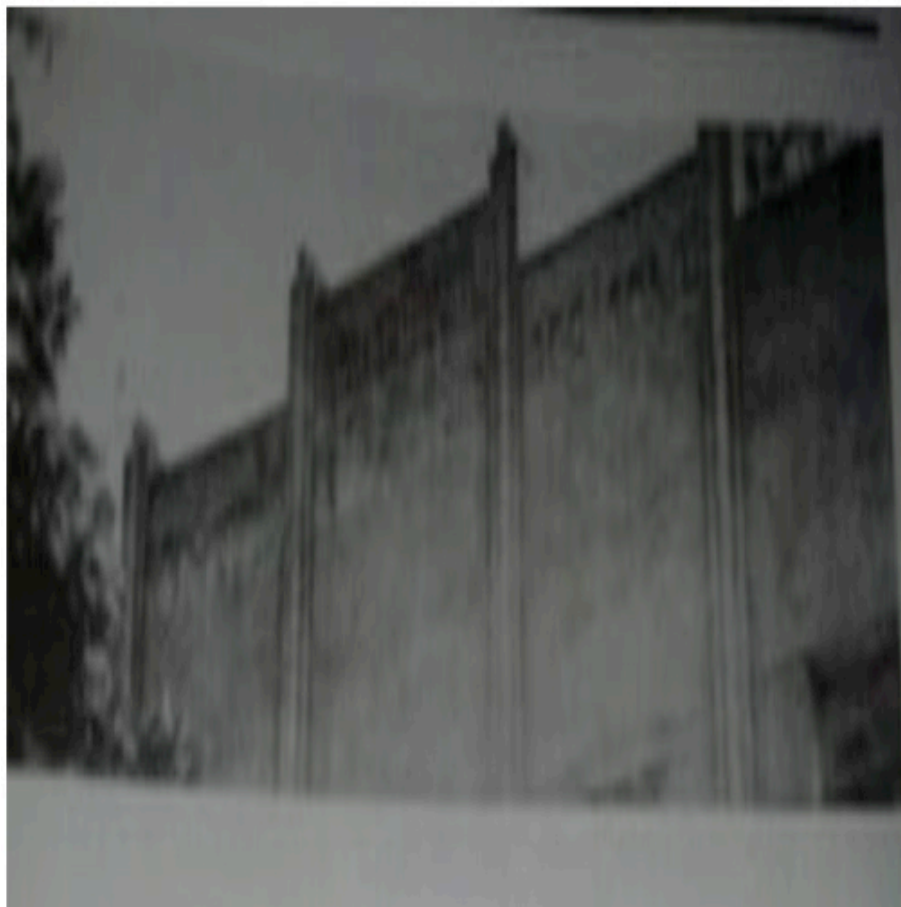
### *3.1.2 A Água Farol ou “Pharol”*

Com relação à água Farol ou “Pharol”, pertencia ao saudoso capitão José Homem da Costa. Era captada na fazenda também denominada Farol, rica em sulfatos, magnésio, cálcio e hidrocarbonetos.

O jornal (O CAMPO, 1930: 30) relatou o recebimento de uma excelente caixa de

água mineral “Pharol”, de propriedade do Senhor José Homem da Costa.

*“Trata-se duma das nossas melhores aguas mineraes, já pela dosagem dos saes que contem, em proporção excelente que se diria manipulada pelo genio pharmaceutico da Natureza, já pelo sabor agradável. Gratos pelo optimo presente”.*



Fachada da antiga Água Farol, 1990. Fonte: (S. ANTÔNIO DE PÁDUA, 1990).



Fachada da antiga Água Farol, 2019. Fonte: Própria.

Nos anos seguintes, saíram também notícias sobre a água Farol, que retratavam as mesmas qualidades e benefícios. O jornal (O FLUMINENSE, 1937: 01) noticiou:

*Entre outras riquezas que o município possui – contam-se as suas águas minerais. Na sede existem duas fontes de qualidade superior, dentre essas uma é única espécie na América do Sul. Ambas têm análise dos laboratórios do Governo Federal. A primeira delas é denominada água “Pharol”, sendo de base magnésiana. Água “lodetada” é a segunda muito recomendada para as doenças do coração.*

### 3.1.3 A Água Litinada Pagé

O único dado concreto obtido em relação à água Pagé veio através de uma reportagem do jornal (O FLUMINENSE, 1975: 01), que continha o título “Fonte da Juventude”. A matéria menciona que uma das águas de Pádua contém lítio, metal que se acredita capaz de auxiliar na revitalização do plasma das células.

O prefeito municipal à época, Sr. Fernando Perlingeiro Lavaquial, conseguiu um certificado oficial da Água Litinada Pagé, procedida da Alemanha Ocidental, e acrescentou que, naquele país, não havia fonte de água com essa propriedade, mencionando ainda que, enquanto eles precisam adicionar o metal na água, a fonte paduana tinha naturalmente o lítio.

A localização da fonte é uma rua, na lateral do supermercado conhecido

como “Domingão”, na cidade de Pádua. Atualmente, não existe mais, por causa do loteamento realizado e, principalmente, por duas construções sobre a mesma, conforme se vê na figura abaixo:



Construções residenciais sobre a Fonte da Água Pagé, 2019. Fonte: Própria.

#### *3.1.4 A Água Solú*

Na sequência e de grande importância, foi a descoberta da Água Solú, no distrito de Ibitiguaçu. Numa área de três alqueires e distante do centro do distrito cerca de seis quilômetros, sendo considerada uma fonte rara, carbogásosa: duas gasosas e uma ferruginosa.



Nascente da antiga Água Solú ferruginosa, 2019. Fonte: Própria

O autor (RIBEIRO, 1999: 289) relata a importância da água Solú:

No passado, há cerca de 50 anos, este precioso líquido foi muito difundido na região em virtude da descoberta pelo povo de suas ótimas qualidades minerais, com propriedades alcalinas, sendo uma água mineral de excelente propriedade mineral, principalmente referente aos rins. Assim desordenadamente o povo comparecia para tomar o líquido medicinal, bem como trazer para suas residências com a finalidade de seu uso diário. Com o decorrer do tempo essa água ficou conhecida como benfeitoria da região da velha província fluminense.

Um grupo do município vizinho, Itaocara-RJ, comandado pelo senhor Alaôr Eduardo Scisínio, conforme o autor, iniciou a exploração do líquido medicinal comercialmente, com sua industrialização e distribuição para o comércio local e para todo o Estado do Rio de Janeiro. Em 1958, o grupo que adquiriu o direito de exploração do “seu Solú” transferiu o direito de uso para um grupo de portugueses, que a exploraram comercialmente em alta escala.

Muitos anos depois, a Prefeitura Municipal desapropriou a área com a intenção de exploração e comercialização, caso algum grupo quisesse investir. Em 2003 construiu uma cabana e disponibilizou o acesso até a fonte para o consumo de água, sendo que a fonte, com sabor mais acentuado, não existe mais, somente a com o sabor mais ameno. Em agosto de 2011, houve uma revitalização do local



pelo governo municipal, com recursos federais, considerado como área de proteção ambiental. Foi reformado o fontanário, construídos dois quiosques, banheiros e restaurante, sendo denominado Parque da Água Solú.

Essa iniciativa resultou no primeiro passo do Projeto Caminho das Águas, que a prefeitura desenvolveu em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Departamento de Recursos Naturais (DRM).



Água Solú sendo utilizada. Dos 3 tipos de água, apenas uma jorra na torneira. Foto sacada em 2019. Fonte: Própria.

## 4 | A HISTÓRIA DAS ÁGUAS CONTADA PELOS MORADORES DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA/RJ

### 4.1 A Água Iodetada Por Fernando Perlingeiro Lavaquial

A entrevista foi realizada na cidade de Santo Antônio de Pádua, com o senhor Fernando Perlingeiro Lavaquial, na sede do centenário Colégio de Pádua, de sua propriedade. Proprietário direto da água Iodetada de Pádua, senhor Fernando ou Doutor Fernando, como o chamam, é de família tradicional paduana e conhece como ninguém a história da cidade, no caso específico sobre a Água Iodetada.

O entrevistado segue o relato sobre onde era a casa do seu avô Ramon e a história inicial da utilização da água iodetada. (Relato Oral <sup>1</sup>)

1 Entrevista com Fernando Perlingeiro Lavaquial, no dia 31-jan-2019.

*Meu avô veio e tinha um campo de futebol onde é o Mercado Noroeste Fluminense, aquilo era a entrada do campo de futebol do Paduano Esporte Clube e do Colégio de Pádua, então ali tinha uma casa pequenina, onde morou o Ramon Lavaquial e ele com aquele pós operatório [...] com o que me falavam [...] com aquelas feridas nas costelas que ele tinha, ele pegava essa água do poço, já tinha um poço ali, e tem até hoje, bebia dessa água, porque ela era limpinha e fazia a higiene das feridas dele...Qual foi a surpresa? Ele não morreu...risos...ficou algum tempo aí, e em 1935, eu nasci, em 1938 ele ainda estava ai, porque aqui no Colégio de Pádua no farol, tinha uma jabuticabeira e ele botava uma gangorra pros netos brincarem e uma das gangorras ele falava assim: “essa aqui é do Fernando” eu era o caçula da família né e me lembro disso perfeitamente, eu devia ter uns 03 ou 04 anos de idade [...]*

Nesse contexto, conforme relatado, seu avô não morreu e seu tio, irmão da sua mãe, o senhor Aníbal Perlingeiro, era considerado o cara que tinha “cabeça”, pois era inteligente e foi quem “pegou” a água e começou a pesquisar o que tinha. No entanto, ele não possuía recursos na cidade de Pádua e levou essa água para o laboratório de Bromatologia da cidade de Leopoldina-MG. Ao ser examinada, foi confirmada a presença de iodo em sua composição. (Relato Oral <sup>2</sup>)

*Então a data de descoberta é em torno de 1930. Por que eu sei? Porque em volta do poço hoje tem uma casinha meio arredondada que protege o poço, o mesmo poço que ele pegava água. É a mesma casinha até hoje, tá meio capenga lá tem muito tempo que não mexe nela, mas de qualquer forma tá lá escrito, tem uma data 1930, veja bem, não é nem ai a descoberta, foi um pouco antes, foi porque em 1930 ela começou a ser engarrafada e tempos depois, em 1930 [...] perdão [...] o engarrafamento era ali mesmo, a água saía do poço entrava numas máquinas muito simples, engarrafava e rotulava com o nome de Atlântida, essa água ficou famosa e tal [...]*

Por fim, sobre a água Iodetada, Fernando falou sobre o estado atual da água, permanecendo no mesmo lugar, “quietinha”, ressaltando o fato de que “pegando o mesmo lençol freático e aprofundando-a poderia produzir mais”, mas hoje, a água iodetada produz em média 30 mil litros por dia.

#### **4.2 A Água “Pharol” ou Farol Por Sebastião Homem da Costa**

A entrevista elaborada sobre a Água Farol foi realizada com o neto do capitão José Homem da Costa, o senhor Sebastião José Homem da Costa, na sua residência, no bairro Dezessete, na cidade de Santo Antônio de Pádua-RJ.

Quem nos conduziu até lá foi seu filho, Marco Tobias Homem da Costa, que nos relatou, que seu pai trabalhou durante muitos anos na água Farol e que deveria ter algumas lembranças daquela época, mas que sua memória poderia falhar devido a três acidentes vasculares cerebrais (AVC’s). Seu pai sofreu esses acidentes nos últimos tempos, e está com mais de 90 anos de idade. (Relato Oral <sup>3</sup>)

2 *Ibid.*

3 Entrevista com Sebastião da Costa, no dia 06-mar-2019.

*Eu me lembro da época que eu engarrafei, da época do pessoal trabalhando ali, é o que lembro, época que vendia muita água, eram os caminhões que “tavam” aí, é o que eu me lembro da água aí, eu trabalhei muitos anos, engarrafando [...] A água era quanto fazia o quanto vendia [...]*

A fazenda chamada Farol foi arrematada pelo avô do senhor Sebastião Homem da Costa. De acordo com o senhor “Tãozinho”, foi seu avô quem descobriu a água e mandou examiná-la na época, no que se constatou a existência de gás natural em sua composição. A partir desse momento, começou a ser explorada e engarrafada, mas com o passar dos anos, a saúde pública exigiu um maquinário muito caro que os herdeiros não possuíam condições de comprar e a água também não tinha vazão suficiente.

#### 4.3 A Água Pagé Por Fernando Perlingeiro Lavaquial

Na entrevista com Fernando Lavaquial, proprietário da Água Iodetada, o mesmo descreveu sobre a descoberta da água Pagé, em de Santo Antônio de Pádua-/RJ, pelo senhor Aníbal Perlingeiro. Essa água continha lítio, e o metal, de acordo com o que diziam, segundo o entrevistado, é muito bom para o rejuvenescimento das células humanas. (Relato Oral <sup>4</sup>)

*Ela hoje fica próxima ali aquele mercado na beira linha, mercado “Domingão”. Se você olhar o mercado “Domingão” do lado esquerdo tem uma rua, no fim da rua à esquerda, aquilo tudo ali era a cerâmica de Pádua, onde fabricava manilha, telha, tijolo, tijolos, e essa cerâmica era do Francisco Perlingeiro, e o Francisco Perlingeiro transferiu para o filho mais velho que era o Aníbal, e o Aníbal descobriu essa fonte de água lá e começou a fazer tratamento com a mulher do Francisco Perlingeiro, mãe do Aníbal Perlingeiro, a minha avó tava lá numa fase da idade dela “capenga” como que fala na gíria, velhinha e com problema, e o que que ele fez? Ele começou a fazer um tratamento por responsabilidade dele, ela né mãe do filho, filho falou né mãe vamo fazer...e o que que ele fazia? Ele injetava um pouquinho da água Pagé, uma injeção subcutânea acho que intramuscular, dona “Dirina” viveu mais 15 anos, saudável e com a cabeça boa, não tinha uma raiva, não tinha nada, enfim acho que vale o tratamento que ele fez.*

Por fim, ele falou sobre a história da água Pagé. Fernando acredita que essa água ainda exista no quintal da última casa, do lado direito do mercado “Domingão”, atrás de uma igreja.

#### 4.4 A Água Solú Por Ruth, Nora do Filho do Seu “Lú”

Na casinha dos fundos, dona Ruth descreveu suas lembranças sobre a história da água Solú, dizendo que o nome “Solú”, se deve ao fato do pai do seu marido ter sido conhecido por “seu Lú”, originando assim o nome da água. (Relato Oral <sup>5</sup>)

4 Entrevista com Fernando Perlingeiro Lavaquial, no dia 31-jan-2019.

5 Entrevista com Ruth da Silva, no dia 10-mar-2019.

*Aí passava gente com o boi, deixava o boi beber água nos buraquinhos, fazia buraquinho de água mineral, aí teve um homem, esse homem é vivo ainda, mora lá em Ibitiguaçu, disse vão “povar” dessa água que essa água tem gás, foi “povar” aí tinha gás, aí começaram a cuidar mais um pouquinho (Relato Oral).*

Ao ser indagada sobre a descoberta e a história da água Solú, D. Ruth, como é mais conhecida, contou que onde se localiza o Parque da Água Solú era o sítio do pai do seu marido, conhecido como seu “Tochi”, afirmando a história que todos conhecem naquela pequena comunidade. (Relato Oral <sup>6</sup>)

*O boi que bebia ela, um rapaz que passava com um boi aqui, tocando, tocando, tocando os bois, diz que ele mora para baixo, aí ele tocava os bois e ...de um lugar para o outro. Ai ele deixava os bois dormir ali, ai os bois ia bebendo a água...ai ele falou assim: O boi bebe tanto dessa água, resolveu beber, ai falou assim tem gás, ele que sentiu o gás, ai ele falou com todo mundo assim de que tinha... ai foram furar buraco, ai furaram buraco, ai fazia o buraco assim ó...e...ai ele não deixava o boi beber nem nada, já “panharam”, todo mundo foi “panhar” ai fizeram uma festa ai uma vez, muitos anos, tem até a data, muita gente guardou a data de quando teve a festa de “nauguração” da festa da água do seu Lú, que apontou a água, mas teve tanta coisa, teve uma festa, muita gente, ai uns pessoal compraram ela... o sítio, foi vendido já pra outro.*

Ao terminar a entrevista, D. Ruth ressaltou o saudosismo de beber a água que continha gás natural e forte. (Relato Oral <sup>7</sup>)

*Tinha, e tinha gás mesmo, só se vendo, tinha gás mesmo, mas era lá dentro da cacimba mesmo, só se vendo, ali está seca agora. (Relato Oral)*

## 5 | CONCLUSÃO

Com o desenvolvimento do presente artigo, tendo por base a metodologia da história oral. buscou-se registrar através das entrevistas, realizadas com alguns moradores paduanos, as suas memórias sociais sobre as águas que já foram consideradas medicinais da cidade de Santo Antônio de Pádua-RJ.

Da análise dos periódicos da época, nota-se que no auge das suas descobertas, algumas dessas águas possuíam e possuem características únicas na América Latina e no país, como a água lodetada (iodo), que permanece intacta até hoje, dentro de um casebre datado de 1930 e a Água Pagé (lítio), que não resistiu às exigências financeiras para investir na exploração e nem à força do tempo e à especulação imobiliária, que a enterrou embaixo de um loteamento residencial. Sobre a água Farol (magnesiana) essa foi a mais comercializada em toda a região, pelos seus proprietários e herdeiros, inclusive com a ajuda de terceiros para seu engarrafamento sem qualquer contrapartida, apenas pelo fato de poder tomar a água e aprender o

6 *Ibid.*

7 *Ibid.*

processo de fabricação. As ruínas do seu prédio permanecem lá até hoje, junto com a nascente da água, que brota através de uma pedra. Em relação a Água Solú, das três fontes que possuía, apenas uma continua jorrando na sede do Parque, localizada no distrito de Ibitiguaçu, aquela que possui o gosto mais fraco ou quase nada de gás.

A partir das informações encontradas nos periódicos e corroboradas pelas entrevistas realizadas, observa-se que, quanto mais o pesquisador entra em contato com o contexto histórico preciso, onde viveram seus depoentes (moradores/ proprietários paduanos), cotejando e cruzando informações e suas lembranças, mais se vai configurando a seus olhos a imagem do campo de significações, pré-formada nos depoimentos.

Nessa perspectiva de legislação omissa e com os depoimentos colhidos nesse artigo especificamente, no que tange à atual situação das águas medicinais de Pádua, sabendo-se que não são protegidas pelo IPHAN e nem pelo INEPAC, é bem provável, que daqui a alguns anos esse patrimônio natural não exista mais em seu plano “matéria”, principalmente, pela especulação imobiliária que a cidade vem sofrendo ao longo de seu desenvolvimento.

Conclui-se dessa forma, através do método da história oral, registrando a memória social dos moradores de Pádua sobre suas águas medicinais, que é de suma importância para que se mantenha viva a história real e concreta de todos os fatores que levaram ao ímpeto e à decadência dessas águas e a intenção do presente artigo é contribuir de forma efetiva para uma futura intenção de preservação desse patrimônio imaterial, que são as memórias dos moradores de Santo Antônio de Pádua e suas águas medicinais.

## REFERÊNCIAS

Água Pharol. O Campo, jun-1932, p. 30. Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=083291&PagFis=3540&Pesq>>. Acesso em: 27-maio-2019.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 3ª ed., 2005.

BUSTAMANTE, Heitor de. **Sertões dos Puris**. 2ª ed. Santo Antônio de Pádua: APLAC – Academia Paduana de Letras, 2014.

GREENBLATT, Stephen. Resonance and wonder. In: KARP, Ivan; LAVINE, Steven L. (Ed.). **Exhibiting cultures: the poetics and politics of museums display**. Washington: Smithsonian Institution Press, 1991. p. 42-56.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Cidades, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/santo-antonio-de-padua/panorama>>. Acesso em: 27-maio-2019.

**Jornal dos Sports**. Rio de Janeiro, Ano I, Ed. 085, 21-jun-1931. BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL.

Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=112518\\_01&pesq=agua%20iodetada](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=112518_01&pesq=agua%20iodetada). Acesso em 18 de janeiro de 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac&Naify, 2003.

PICCININI, Rita Amélia Serrão. **A Casa da Águia**: Crônicas Paduanas. Santo Antônio de Pádua-RJ: R. A. Serrão Piccinini, 2005.

Notícias dos Municípios. **O Fluminense**. Niterói-RJ, 15-set-1937. Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439\\_07&pesq=agua%20pharol](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_07&pesq=agua%20pharol)>. Acesso em: 21-jan-2019.

PICCININI, Rita Amélia Serrão. **A Casa da Águia**: Crônicas Paduanas. Santo Antônio de Pádua-RJ: R. A. Serrão Piccinini, 2005.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992. p. 200 -212.

RIBEIRO, Oswaldo. **História de Santo Antônio de Pádua**. Santo Antônio de Pádua-RJ, 1999.

SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA-RJ. Centro de Informações de **Dados do Projeto Muda Pádua**. Informe nº II, 1990, p.93.

## SOBRE OS ORGANIZADORES

**Antonio Gasparetto Júnior** - Pós-doutorando em História pela Universidade de São Paulo (USP), Doutor (2018), Mestre (2013), Bacharel e Licenciado (2010) em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com estágio de doutoramento (*Chercheur Invité*) na École Doctorale d'Histoire Moderne et Contemporaine da Université Paris IV - Sorbonne (2015-2016), e Bacharel em Administração Pública pela UFJF. Professor Formador I na Universidade Federal Fluminense (UFF), Professor Substituto no Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG) e Professor efetivo de Educação Básica (PEB) no estado de Minas Gerais. Pesquisador integrado ao Laboratório de História Política e Social (LAHPS) e do Laboratório de Estudos e Pesquisas da Contemporaneidade (LEPCON). Membro da Associação Nacional de História (ANPUH), da Association des Jeunes Chercheurs en Histoire (AJCH), da Association Française des Jeunes Historiens du Droit (AFJHD) e do Conselho Nacional de Altos Estudos em Educação (CAEduca). Secretário da rede internacional de pesquisas "Direitas, História e Memória". Conquistou o segundo lugar no *Premio de Investigación Doctoral en Historia del Derecho en América Latina* (Valência/ESP, 2019). Autor de *Atmosfera de Plomo* (Tirant lo Blanch, 2019), *História Constitucional Brasileira: usos e abusos das normas* (Multifoco, 2017) e *Direitos Sociais em Perspectiva* (Fino Traço, 2014). Desenvolve pesquisas na área de História do Brasil Republicano, com ênfase nos seguintes temas: História do Direito, Democracia e Cultura Política, Estado de Exceção, Autoritarismo, Direitos e Administração Pública. E-mail: antonio.gasparetto@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0001-7844-0055>.

**Ana Paula Dutra Bôscaro** - Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Mestra (2016), Bacharela e Licenciada (2013) em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professora Formadora e Coordenadora Pedagógica do Centro Cultural Brasil Angola (CCBA), Luanda, Angola, Embaixada do Brasil em Luanda. Pesquisadora integrada ao Laboratório de História Econômica e Social (LAHES) e ao GT Emancipação e Pós-Abolição. Membro da Associação Nacional de História, seção Minas Gerais - ANPUH / MG, Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE) e da Sociedade de Estudos do Oitocentos (SEO). Autora do livro "Uma serra de almas negras: escravidão e pequena propriedade" (2018). Desenvolve pesquisas nas áreas de História do Brasil Colônia e Império, com ênfase nos seguintes temas: História da Escravidão, Tráfico de escravos, História Social, História Demográfica, História Econômica e Trajetórias. E-mail: anapaulaboscaro@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/7539462489773251>  
<https://orcid.org/0000-0002-7378-6142>

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Administração 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 31, 33, 41, 43, 71, 73, 75, 76, 84, 93, 99, 102, 103, 108, 117, 121, 122, 140, 142, 144, 156, 166, 167, 173, 227, 240, 245, 300, 325  
Águas medicinais 308, 309, 310, 311, 323  
Amazônia 4, 44, 73, 78, 80, 81, 82, 100, 101, 242, 245, 249, 267, 269, 270, 272, 275, 280  
Armada brasileira 127  
Arthur bernardes 174, 175, 176, 177, 179, 180, 182, 183, 184  
Assistência materno-infantil 161

### B

Biografia 185, 189, 190, 191, 192, 193, 267, 279

### C

Ciência agrônômica 99  
Cinema 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294  
Companhia das índias ocidentais 14, 15, 25  
Companhia geral do grão-Pará e Maranhão 31, 32, 44, 45  
Conflitos 5, 6, 7, 10, 18, 24, 46, 51, 53, 54, 82, 156, 157, 159, 213, 235, 242, 250, 268, 270, 289, 295, 296, 298, 304  
Conselho geral de província 60, 62, 63, 69  
Crítica 52, 53, 110, 112, 193, 203, 216, 250, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 263, 264, 265, 266, 277, 289  
Cronistas brasileiros 195, 204  
Cultura marítima 127

### D

Debates ferroviários 114, 118  
Direitos humanos 58, 176, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 274, 275, 278, 279, 280, 292  
Ditadura civil-militar 221, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 240, 242, 247, 248, 285, 296, 301  
Drogas do sertão 31, 32, 41, 44, 76, 81

### E

Elites políticas 71, 185  
Empresários 123, 125, 186, 238, 242, 243, 246, 249, 250, 288  
Engenharia e Política 114  
Escravidão indígena 1, 8  
Estado de sítio 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184  
Estudos de gênero 59, 281



## F

Feminismo 59, 267, 270, 271, 272, 279

Força pública 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 159, 160

## G

Grupos de esquerda 210, 217

Guerra do paraguai 84, 88, 89, 91, 96, 97, 98, 129, 137

## H

História oral 185, 188, 189, 191, 193, 278, 279, 280, 297, 307, 308, 309, 322, 323

## I

Império do brasil 70, 77, 84, 85, 86, 96, 108

Imprensa 12, 29, 45, 48, 54, 58, 84, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 138, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 150, 173, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 189, 209, 245, 249, 251, 254, 260, 268, 294

## J

Jornal correio 138, 141, 142, 143, 144, 145, 146

Juventude operária 210, 211, 212, 213, 214, 215, 221, 222, 223

## L

Literatura 14, 15, 46, 48, 49, 50, 56, 57, 87, 150, 151, 175, 195, 205, 252, 253, 255, 259, 264, 265, 289

Literatura de viagens 46

## M

Maçonaria 224, 225, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237

Marinha brasileira 127, 130, 133

Memória social 308, 309, 323

Militarização 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 158

Movimento social 295, 296, 297, 300

Mulheres viajantes 46, 47, 48, 50, 56, 57, 59

Música 25, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 220

## N

Narrativas 35, 46, 47, 50, 52, 53, 57, 59, 138, 141, 142, 191, 241, 261, 278, 281, 309

## P

Paulo Emílio Salles Gomes 252, 253, 259

Pirataria 14, 15, 16, 17, 18, 25, 29, 227

Política 33, 45, 60, 61, 63, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 80, 82, 84, 86, 87, 88, 89, 98, 106, 111, 112, 114, 115, 121, 122, 124, 125, 126, 138, 141, 142, 143, 149, 151, 153, 154, 159, 160, 161, 164, 166, 174, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 201, 202,

204, 210, 211, 215, 217, 218, 223, 224, 226, 227, 228, 231, 234, 235, 236, 239, 242, 245, 246, 248,  
249, 250, 259, 267, 268, 270, 271, 272, 273, 275, 277, 278, 281, 286, 287, 288, 290, 294, 297, 325  
Posse de terras 298, 299, 300, 304, 306  
Primeira república 126, 127, 148, 149, 150, 153, 154, 158, 159, 161, 162, 165, 171, 172, 174,  
175, 176, 178, 180, 182, 183, 193, 197  
Província do Amazonas 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82

## S

Saúde pública 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 321  
Sexicomedias 281, 282  
Sociedade agrícola 99, 100, 101, 103, 104, 111

 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**